

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Unibanco Holdings S.A.

Prospecto de Oferta Pública Primária de 8.485.000.000 UNITS (Certificados de Depósito de Ações), representativas, cada uma, de 01 (uma) ação preferencial de emissão do Unibanco-União de Bancos Brasileiros S.A. ("Unibanco") e 01 (uma) ação preferencial classe "B" de emissão da Unibanco Holdings S.A. ("Unibanco Holdings"), de 20.152.000.000 ações ordinárias do Unibanco e 9.167.000.000 ações ordinárias da Unibanco Holdings.

A Oferta Pública de Ações do Unibanco foi aprovada e registrada sob no. CVM/SRE/REM/1999/006 em 02/09/1999 e a Oferta Pública de Ações da Unibanco Holdings foi aprovada e registrada sob no. CVM/SRE/REM/1999/007 em 02/09/1999.

"O registro da presente emissão não implica, por parte da CVM, em garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia Emissora, bem como sobre as ações a serem distribuídas."

"Este prospecto foi preparado com base em informações prestadas pelas Emissoras visando o atendimento dos padrões mínimos de informação estabelecidos para colocação e distribuição pública de títulos e valores mobiliários definidos pelo Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil, o que não implica, por parte da ANBID, em garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade das Emissoras, das instituições participantes e/ou títulos e valores mobiliários objeto da distribuição."

AS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DO UNIBANCO, AS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA UNIBANCO HOLDINGS (AS "AÇÕES ORDINÁRIAS") E AS UNITS NÃO SÃO E NEM SERÃO REGISTRADAS NOS TERMOS DO SECURITIES ACT OF 1933 (O "SECURITIES ACT") OU QUALQUER LEI OU REGULAMENTAÇÃO NORTE AMERICANA. AS AÇÕES ORDINÁRIAS E AS UNITS NÃO DEVEM SER OFERECIDAS, VENDIDAS OU ENTREGUES DENTRO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU PARA, POR CONTA OU EM BENEFÍCIO DE US PERSONS, CONFORME DEFINIÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DO SECURITIES ACT ("REGULATION S"), EXCETO NO CASO DE UMA ISENÇÃO DE REGISTRO OU DE UMA TRANSAÇÃO NÃO SUJEITA AOS REQUISITOS DE REGISTRO DO SECURITIES ACT, DA LEI NORTE AMERICANA. DESTA FORMA, AS AÇÕES ORDINÁRIAS E AS UNITS SOMENTE PODERÃO SER OFERTADAS, VENDIDAS OU ENTREGUES NO CASO DE OFERTAS E VENDAS QUE OCORRAM FORA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM CONFORMIDADE COM A "REGULATION S".

UNIBANCO

UNIBANCO-CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ÍNDICE

	Página
I. INTRODUÇÃO	3
1. Sumário do prospecto	5
a) O Unibanco e a Unibanco Holdings	5
b) Informações cadastrais do Unibanco e da Unibanco Holdings	6
c) A distribuição pública de ações e Units	7
2. Sumário das informações financeiras	10
3. Fatores de risco	12
4. Destinação dos recursos	16
5. Anexo I à Instrução CVM nº 13/80	17
5.1. Unibanco	17
5.2. Unibanco Holdings	27
II. INFORMAÇÕES SOBRE O UNIBANCO E A UNIBANCO HOLDINGS	37
6. O setor bancário brasileiro	39
7. Atividades do Unibanco	41
8. Atividades da Unibanco Holdings	68
9. Principais acionistas	69
10. Administração	70
11. Transações com partes relacionadas	74
12. Capitalização	75
13. Análise e discussão da administração a respeito das demonstrações financeiras	78
14. Descrição do capital social e dividendos	93
15. Informações sobre os valores mobiliários existentes e a serem emitidos	99
16. Pendências judiciais	103
III. ANEXOS	105
17. Informações Anuais – IAN do Unibanco	107
18. Informações Anuais – IAN da Unibanco Holdings	135
19. Estatuto social consolidado - Unibanco	151
20. Estatuto social consolidado - Unibanco Holdings	163
21. Atas da Reunião do Conselho de Administração do Unibanco de 23/07/1999 e de 01/09/1999	173
22. Atas da Reunião do Conselho de Administração da Unibanco Holdings de 23/07/1999 e de 01/09/1999	177
IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
UNIBANCO	
23. Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/97 e 31/12/96 e respectivos pareceres dos auditores independentes	F-3
24. Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/98 e 31/12/97 e respectivos pareceres dos auditores independentes	F-30
25. Informações Trimestrais - ITR relativas ao trimestre encerrado em 31/03/99	F-54
26. Informações Trimestrais - ITR relativas ao trimestre encerrado em 30/06/99	F-77
UNIBANCO HOLDINGS	
27. Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/97 e 31/12/96 e respectivos pareceres dos auditores independentes	F-105
28. Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/98 e 31/12/97 e respectivos pareceres dos auditores independentes	F-123
29. Informações Trimestrais - ITR relativas ao trimestre encerrado em 31/03/99	F-140
30. Informações Trimestrais - ITR relativas ao trimestre encerrado em 30/06/99	F-147



[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

I. INTRODUÇÃO



[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

SUMÁRIO DO PROSPECTO

Este sumário foi elaborado com base nas informações e demonstrações financeiras contidas neste Prospecto.

O UNIBANCO

Somos o terceiro maior banco privado do Brasil em termos de patrimônio líquido, ativos e operações de crédito em 31 de dezembro de 1998. Oferecemos uma ampla variedade de produtos e serviços a aproximadamente 3,7 milhões de clientes no varejo, 3.000 clientes pessoas jurídicas de grande e médio porte e 3.300 clientes do *private banking*. Para isso contamos com aproximadamente 659 agências localizadas nas principais áreas urbanas do País, 358 postos de atendimento bancário, 3.062 caixas eletrônicos, nossos escritórios e escritórios de nossas subsidiárias.

Nossas atividades estão divididas em quatro grande pilares: banco de varejo, banco de atacado, seguros e administração de recursos de terceiros. Nosso banco de varejo atende a pessoas físicas de média e alta renda e pequenas empresas, às quais oferecemos produtos e serviços de crédito e outros, tais como cheque especial, cartão de crédito e vários tipos de conta de depósito. Nosso banco de atacado oferece diversos produtos e serviços a pessoas jurídicas de grande e médio porte e clientes do *private banking*, tais como *cash management*, corretagem e consultoria de investimento. Através de nossa subsidiária, a Unibanco Asset Management, oferecemos a gestão profissional de recursos de terceiros, estando posicionados como a maior instituição privada de administração de fundos de pensão em termos de ativos e a terceira maior instituição privada de administração de fundos institucionais em termos de ativos. Em nosso pilar seguros, oferecemos diversos tipos de (i) seguros, através de nossa subsidiária Unibanco Seguros, que está entre as cinco maiores seguradoras do País com base na receita bruta de prêmios emitidos, (ii) planos de previdência privada, através de nossa subsidiária Unibanco AIG Seguros e Previdência, a segunda maior empresa de previdência privada do País com base no total de ativos e planos de pensão, e (iii) produtos de capitalização, através de nossa subsidiária Unibanco Capitalização.

Nosso principal objetivo é consolidar nossa posição de liderança no mercado financeiro brasileiro, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços financeiros a todos os segmentos do mercado brasileiro. Nossa estratégia é crescer organicamente em cada um de nossos quatro pilares, aumentando nossa participação de mercado de forma rentável, através da oferta de produtos diferenciados para a nossa base de clientes. Buscamos também crescer através de aquisições e alianças estratégicas.

A UNIBANCO HOLDINGS

A Unibanco Holdings foi constituída em 1994 de forma a deter, de maneira institucionalizada, o controle sobre nosso capital e facilitar a expansão de nossa capacidade operacional por meio de aquisições de instituições financeiras.

O ativo da Unibanco Holdings consiste exclusivamente em sua participação de 96,0% do nosso capital votante e 21,6% das nossas ações preferenciais, representando 58,8% do nosso capital social em 31 de dezembro de 1998. A Unibanco Holdings tem como única atividade a participação no nosso capital, não tendo a intenção de exercer de forma permanente qualquer outra atividade. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras da Unibanco Holdings são semelhantes às nossas em todos os aspectos substanciais, salvo quanto à linha de participações minoritárias do balanço patrimonial e a seção de atividades financeiras da demonstração de fluxo de caixa. Referências neste prospecto às “nossas demonstrações financeiras” também se referem às demonstrações financeiras da Unibanco Holdings.



INFORMAÇÕES CADASTRAIS DO UNIBANCO E DA UNIBANCO HOLDINGS

Identificação:	UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. , sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 33.700.394/0001-40, com documentos de constituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 44.350, em 13.05.83 - NIRC 35300102771 e UNIBANCO HOLDINGS S.A. , sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 00.022.034/0001-87, com documentos de constituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35300140443, em 31.10.94.
Sede do Unibanco:	Avenida Eusébio Matoso nº 891, São Paulo - SP
Sede da Unibanco Holdings:	Avenida Eusébio Matoso nº 891 - 22º andar, São Paulo - SP
Acionistas Controladores:	O Unibanco é controlado pela Unibanco Holdings, que detém 96,0% de suas ações ordinárias e 21,6% de suas ações preferenciais. A Unibanco Holdings é controlada pela E. Johnston Representação e Participações S.A., que detém 67,7% do seu capital votante.
Capital Social:	O capital social do Unibanco é de R\$ 1.574.075.993,36, dividido em 49.722.281.836 ações ordinárias e 49.722.281.836 ações preferenciais e o da Unibanco Holdings é de R\$ 946.213.212,95, dividido em 26.757.592.286 ações ordinárias, 3.843.541.338 ações preferenciais classe "A" e 27.872.835.701 preferenciais classe "B".
Units:	Os estatutos sociais do Unibanco e da Unibanco Holdings, prevêm a possibilidade de depósito de uma ação preferencial de emissão do Unibanco e uma ação preferencial classe "B" de emissão da Unibanco Holdings, para a formação de Unit, certificado de depósito de ações nos termos do artigo 43 da Lei nº 6.404/76.
Global Depositary Shares:	No âmbito do programa de <i>Depositary Receipts</i> , no exterior, foram criados os <i>Global Depositary Shares</i> , cada um representando 500 Units.
Local de Negociações das Ações, Units e GDS:	As ações ordinárias e preferenciais do Unibanco e da Unibanco Holdings, bem como as Units são admitidas para negociação nas Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro, enquanto os GDSs são admitidos para negociação na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE AÇÕES E UNITS

Oferta:	20.152.000.000 (vinte bilhões, cento e cinquenta e dois milhões) de ações ordinárias de emissão do Unibanco, 9.167.000.000 (nove bilhões, cento e sessenta e sete milhões) de ações ordinárias de emissão da Unibanco Holdings e 8.485.000.000 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões) de Units.
Preço Inicial da Oferta:	O preço da oferta é de R\$ 31,68 por lote de mil ações ordinárias de emissão do Unibanco, R\$ 31,68 por lote de mil ações ordinárias de emissão da Unibanco Holdings e R\$ 63,36 por lote de mil Units.
Características das Ações a serem Emitidas:	
Ações Ordinárias do Unibanco:	As ações ordinárias de emissão do Unibanco dão direito a voto e asseguram pagamento de dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
Ações Ordinárias da Unibanco Holdings:	As ações ordinárias de emissão da Unibanco Holdings dão direito a voto e asseguram, juntamente com as outras ações de emissão da Unibanco Holdings, direito ao recebimento, a título de dividendo, de 100% do lucro apurado em dinheiro.
Units:	Os detentores de Units gozam dos mesmos direitos dos detentores de ações preferenciais de emissão do Unibanco e ações preferenciais classe “B” de emissão da Unibanco Holdings.
Ações Preferenciais do Unibanco:	As ações preferenciais de emissão do Unibanco não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes vantagens: (i) participação nos lucros líquidos de cada exercício que assegure a cada ação preferencial, dividendo anual 10% superior ao distribuído a cada ação ordinária; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação do Unibanco, até o valor da parcela de capital social representado por essas ações; e (iii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital, decorrente de correção monetária, reservas e de lucros.
Ações Preferenciais classe “B” da Unibanco Holdings:	As ações preferenciais classe “B” de emissão da Unibanco Holdings não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes vantagens: (i) pagamento de dividendo mínimo semestral de R\$ 0,15 por lote de mil ações; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Unibanco Holdings, até o valor da parcela de capital social representado por essas ações; e (iii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrente de correção monetária, reservas e de lucros.
Dividendos e outros direitos:	As ações a serem emitidas farão jus aos dividendos que vierem a ser distribuídos em decorrência dos resultados apurados no segundo semestre de 1999 e usufruirão, em igualdade de condições com as atualmente em circulação e com aquelas decorrentes de todo o aumento de capital que se realizar, de quaisquer dividendos ou outros direitos que vierem a ser concedidos pelo Unibanco ou pela Unibanco Holdings a partir da homologação do aumento de capital.
Integralização:	O preço de emissão das ações e das Units será integralizado a vista, em moeda corrente nacional
Colocação e Procedimento de Distribuição:	A emissão das ações e das Units será feita mediante distribuição pública, sendo adotado o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, conforme item 7 dos Anexos I à Instrução CVM nº 13/80.
Garantia de Colocação e Interveniência:	Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição Pública, a Coordenadora prestará garantia firme de subscrição de até 12.652.000.000 ações ordinárias de emissão do Unibanco, até 6.667.000.000 ações ordinárias de emissão da Unibanco Holdings e até 5.985.000.000 Units.

	<p>Em decorrência da restrição legal a que a Coordenadora está sujeita pela aplicação do parágrafo 1º do artigo 244 e alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 30 da Lei 6.404/76, bem como do artigo 3º da Instrução CVM nº 10/80, a E. Johnston Representação e Participações S.A. ("Interveniente"), acionista controladora da Unibanco Holdings, assumirá a obrigação de subscrever as ações ordinárias e Units objeto da garantia firme que porventura não tenham sido colocadas ou subscritas pela Coordenadora.</p>
Direito de Revisão:	<p>O número de ações e Units colocadas em regime de melhores esforços pode ser reduzido se, ao final do período de distribuição, não houver demanda para todas as ações e Units colocadas sob tal regime. Neste caso, investidores que tiverem subscrito ações ou Units terão dois dias úteis para rever sua subscrição, mantendo, diminuindo ou cancelando o número de ações ou Units subscritas, de acordo com critérios estabelecidos pelo Unibanco e pela Unibanco Holdings em aviso ao público a ser publicado para esse efeito.</p>
Coordenadora:	<p>Unibanco – Corretora de Valores Mobiliários S.A.</p>
Destinação dos Recursos:	<p>Os recursos provenientes da oferta destinam-se a reforçar a capacidade econômico-financeira do Unibanco no processo de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional. Os recursos também possibilitarão o crescimento orgânico de nossas operações em todas as nossas áreas de atuação.</p>
Disposições Especiais:	<p>AS AÇÕES ORDINÁRIAS E AS UNITS NÃO FORAM REGISTRADAS NOS TERMOS DO <i>SECURITIES ACT</i> OU QUALQUER LEI OU REGULAMENTAÇÃO NORTE AMERICANA. AS AÇÕES ORDINÁRIAS E AS UNITS ESTÃO SENDO OFERTADAS E VENDIDAS FORA DOS ESTADOS UNIDOS, EM CONSONÂNCIA COM A “<i>REGULATION S</i>” DO <i>SECURITIES ACT</i>. NEM A <i>UNITED STATES SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION</i> (A “<i>SEC</i>”) NEM QUALQUER OUTRA AUTORIDADE REGULATÓRIA AMERICANA APROVOU O MÉRITO DESTA OFERTA OU ANALISOU A EXATIDÃO OU ADEQUAÇÃO DESTA PROSPECTO.</p> <p>AS AÇÕES ORDINÁRIAS E AS UNITS NÃO SÃO TRANSFERÍVEIS DENTRO DOS ESTADOS UNIDOS OU PARA, POR CONTA OU EM BENEFÍCIO DE U.S.PERSONS, EXCETO NO CASO DE UMA ISENÇÃO DE REGISTRO OU DE UMA TRANSAÇÃO NÃO SUJEITA AOS REQUISITOS DE REGISTROS DO <i>SECURITIES ACT</i> OU QUALQUER OUTRA LEI AMERICANA APLICÁVEL. VIDE “AVISO AOS INVESTIDORES E LIMITAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA”.</p> <p>SUBSCRITORES DE AÇÕES ORDINÁRIAS E UNITS DEVERÃO, AO ASSINAR O BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO, COMPROMETER-SE, POR UM PERÍODO DE 40 DIAS A PARTIR DA DATA DA SUBSCRIÇÃO, A NÃO OFERTAR, VENDER OU DE QUALQUER FORMA TRANSFERIR AÇÕES ORDINÁRIAS E UNITS ADQUIRIDAS NO ÂMBITO DESTA OFERTA (EXCETO MEDIANTE REGISTRO NOS TERMOS DO <i>SECURITIES ACT</i>), A QUALQUER U.S. PERSON (CONFORME DEFINIDO NA “<i>REGULATION S</i>” DO <i>SECURITIES ACT</i>) OU VENDA NÃO DIRETA EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL.</p>
Subscrição e Venda:	<p>A distribuição deste prospecto e a oferta, venda ou entrega das Ações Ordinárias e Units é restrita por lei a certas jurisdições. Nós e a Unibanco Holdings advertimos para que as pessoas que eventualmente venham a ter contato com este prospecto informem-se sobre tais restrições e as observem.</p> <p>A transferência das Ações Ordinárias e Units está sujeita a certas restrições. Vide “Aviso aos Investidores e Limitações de Transferência” abaixo.</p>



Aviso aos Investidores e
Limitações de Transferência:

A compra das Ações Ordinárias e Units implica, necessariamente, para cada investidor, a declaração e concordância expressa com os seguintes termos:

Os compradores declaram que:

- 1) têm conhecimento de que a oferta e venda das Ações Ordinárias e Units não foram e não serão registradas nos termos do *Securities Act* de 1933 (doravante denominado simplesmente “*Securities Act*”);
- 2) estão subscrevendo as Ações Ordinárias e Units para investimento e não para distribuição pública;
- 3) não são americanos (“*US Person*”), conforme definição contida na “*Regulation S*” do *Securities Act*;
- 4) não são “*Broker Dealer*” sujeitos à “*Regulation T of the Federal Reserve Board*”;
- 5) têm conhecimento suficiente e experiência em questões financeiras e negociais de forma a poder avaliar os méritos e riscos de um investimento nas Ações Ordinárias e Units e estão aptos a suportar o risco econômico de tal investimento;
- 6) tiveram a oportunidade de fazer perguntas a nós e à Unibanco Holdings e receberam todas as respostas relativamente ao Unibanco, à Unibanco Holdings, à situação econômico-financeira dessas empresas, às Ações Ordinárias e Units e a todos os aspectos a elas relacionados. Garantem, ainda, que tanto nós quanto a Unibanco Holdings disponibilizamos para os subscritores, bem como para seus agentes, todos os documentos e informações solicitadas relativamente ao investimento nas Ações Ordinárias e Units. Na avaliação da conveniência do investimento nas Ações Ordinárias e Units, os subscritores não se valeram de nenhuma informação, oral ou escrita, dada por nós ou pela Unibanco Holdings ou por nossa conta, exceto no que se refere ao disposto nas duas frases acima e neste prospecto;
- 7) não irão ofertar, vender ou de qualquer forma transferir as Ações Ordinárias e Units subscritas, por um período de 40 (quarenta) dias contado da data da subscrição, a qualquer *US Person* (conforme definição contida na “*Regulation S*” do *Securities Act*), a menos que mediante oferta devidamente registrada nos termos do *Securities Act* ou em uma venda não direta nas Bolsas de Valores Brasileiras.
- 8) não estão ou estarão envolvidos em operações de “*hedge*”, venda a descoberto nem tampouco efetuarão ordens de venda e compra simultâneas de Ações Ordinárias e Units ou qualquer outro tipo de transação similar, envolvendo as Ações Ordinárias e Units subscritas, que tenha o propósito ou efeito de descumprir as restrições à revenda descritas neste prospecto;
- 9) têm conhecimento de que nós e a Unibanco Holdings considerarão como certas e verdadeiras as informações e declarações feitas pelos subscritores, sendo que em caso de imprecisão ou alteração de quaisquer das declarações, os subscritores deverão prontamente notificar-nos e à Unibanco Holdings.
- 10) se estrangeiros, que o administrador de sua carteira de valores mobiliários - Anexo IV (“Anexo IV”) deverá assinar o boletim de subscrição, que conterá declarações, relativamente ao investidor, substancialmente iguais às descritas nos itens 1 a 9 acima.

SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Nossas informações financeiras selecionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998, são oriundas e devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras. Nossas demonstrações financeiras foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes cujo parecer está incluído neste prospecto.

De acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as sociedades controladas em conjunto foram consolidadas pelas nossas respectivas participações no capital. Veja nota 3 às nossas demonstrações financeiras.

As informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 1994 estão apresentadas em moeda de poder aquisitivo constante de 31 de dezembro de 1995, sendo que os valores históricos foram indexados pela Unidade Fiscal de Referência (UFIR). Desde 1 de janeiro de 1996, a correção integral de balanço não é mais exigida pela Legislação Societária Brasileira, sendo assim, as informações financeiras para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 1996, não incluem essa metodologia. As informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 1995 estão apresentadas de acordo com este mesmo critério.

O seguinte sumário das informações financeiras deve ser lido também em conjunto com a “Análise da Administração sobre a Situação Financeira e Resultado das Operações (MD&A).

	Exercício findo em 31 de Dezembro				
	1994	1995	1996	1997	1998
	(em milhões de R\$, exceto para informações de ações)				
Informações sobre a Demonstração do Resultado Consolidado:					
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.344	1.791	3.148	3.123	3.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(145)	(721)	(789)	(899)	(1.166)
Resultado da intermediação financeira	1.199	1.070	2.359	2.224	2.385
Receitas de prestação de serviços	278	365	904	1.244	1.368
Resultado de participações em coligadas	78	93	17	15	3
Outras receitas (1)	76	257	1.575	1.471	1.609
Despesas operacionais (2)	(1.102)	(1.257)	(2.677)	(2.632)	(2.771)
Outras despesas (3)	(154)	(270)	(1.696)	(1.672)	(1.868)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações	375	258	482	650	726
Imposto de renda e contribuição social	(226)	(101)	(120)	(125)	(99)
Participações no lucro	(2)	(2)	(76)	(93)	(94)
Participações dos acionistas minoritários	-	-	(1)	(1)	(79)
Lucro líquido	147	155	285	431	454
Informações sobre o Lucro do Unibanco:					
Lucro por lote de 1.000 ações	2,41	2,34	2,99	4,38	4,58
Lucros distribuídos (dividendos) por lote de 1.000 ações:					
Ordinária	0,77	0,72	0,96	1,40	1,71
Preferencial	0,85	0,79	1,05	1,54	1,88
Informações sobre o Balanço Patrimonial Consolidado:					
<i>Ativo</i>					
Disponibilidade	728	1.930	2.122	381	914
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.160	4.481	2.974	5.872	5.631
Títulos e valores mobiliários	2.017	3.425	5.326	4.695	5.445
Relações interfinanceiras	958	767	943	1.476	935
Operações de crédito	7.196	9.447	11.758	12.158	14.046
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(220)	(652)	(689)	(803)	(893)
Investimentos não consolidados	198	407	113	237	234
Imobilizado de uso	554	784	932	954	944
Ativo diferido	105	556	553	469	439
Total do ativos	13.528	22.796	26.268	28.139	31.727
Ativo médio (4)	12.537	18.162	24.532	27.204	29.933

	Exercício findo em 31 de Dezembro				
	1994	1995	1996	1997	1998
	(em milhões de R\$, exceto para informações de ações)				
<i>Passivo e Patrimônio líquido</i>					
Depósitos	6.022	9.382	7.567	6.449	7.542
Captações no mercado aberto	168	1.571	2.792	3.347	2.790
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.297	2.617	3.026	3.540	4.502
Obrigações por empréstimos	1.993	3.563	4.840	4.513	4.113
Obrigações por repasses	637	883	997	1.220	1.769
Patrimônio líquido dos acionistas minoritários	4	10	14	449	527
Patrimônio líquido	1.155	1.968	2.154	2.630	2.906
Patrimônio líquido médio (5)	1.044	1.562	2.061	2.392	2.768
Índices Consolidados Selecionados:					
<i>Lucratividade e desempenho</i>					
Margem financeira líquida (6)	11,4%	10,5%	13,8%	12,2%	12,6%
Retorno sobre ativo médio (7)	1,2	0,9	1,2	1,6	1,5
Retorno sobre patrimônio líquido médio (8)	14,1	11,7	13,8	18,0	16,4
Índice de eficiência (9)	67,0	57,2	67,6	64,9	60,8
<i>Liquidez</i>					
Operações de crédito como percentual dos depósitos	119,5	100,7	155,4	188,5	186,2
<i>Capital</i>					
Patrimônio líquido como percentual do total de ativos	8,5	8,6	8,2	9,3	9,2
Total do capital como percentual dos ativos ponderados por risco (10)	10,5	13,9	13,0	13,4	14,2
<i>Qualidade dos ativos</i>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa como percentual das operações de crédito	3,1	6,9	5,9	6,6	6,4
Créditos de liquidação duvidosa como percentual das operações de crédito	0,8	2,8	1,8	1,8	1,7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa como percentual dos créditos de liquidação (11)	400,5	246,4	330,9	371,0	381,6

- (1) Outras receitas consistem dos prêmios de seguro, capitalização e previdência privada, outras receitas operacionais e resultado não operacional.
- (2) Despesas operacionais consistem em salários, benefícios e outras despesas administrativas.
- (3) Outras despesas consistem das variações das provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada, sinistros, despesas com benefícios de planos de previdência privada, despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada, despesas de comercialização de cartão de crédito, despesas tributárias e outras despesas operacionais.
- (4) Ativo médio representa a média simples do ativo do início e do término do exercício.
- (5) Patrimônio líquido médio representa a média simples do patrimônio líquido do início e do término do exercício.
- (6) Margem líquida financeira representa o percentual do resultado da intermediação financeira antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo ativo médio total menos o ativo permanente médio.
- (7) Retorno sobre o ativo médio consiste do lucro líquido dividido pelo ativo médio total.
- (8) Retorno sobre o patrimônio líquido médio consiste do lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido médio.
- (9) Índice de eficiência representa as despesas operacionais como percentual do resultado da intermediação financeira antes da provisão para devedores duvidosos, as receitas de prestação de serviços, as outras receitas (exceto resultado não operacional) e as outras despesas.
- (10) Baseada nas diretrizes do Banco Central.
- (11) Créditos de liquidação duvidosa consistem em operações de crédito em atraso há mais de sessenta dias.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de sua situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir:

Fatores relativos ao sistema financeiro brasileiro

Pressões no sistema financeiro/risco de liquidez.

O sistema financeiro brasileiro esteve submetido a consideráveis pressões desde a adoção do Real em 1994. O Plano Real inicialmente impôs altos níveis de compulsórios sobre depósitos e empréstimos e estabeleceu limitações na concessão de crédito, restringindo os volumes de recursos disponíveis e adotando uma política de juros altos de forma a conter pressões inflacionárias. Tais medidas afetaram negativamente as operações e a rentabilidade de muitos bancos brasileiros. Adicionalmente, foram verificados altos níveis de inadimplência, e o conseqüente aumento do provisionamento para créditos de liquidação duvidosa. Em decorrência das pressões a que estiveram submetidas nos últimos anos, um grande número de instituições financeiras sofreu intervenções pelo Banco Central, tais como o Banco Nacional e o Bamerindus, entre outros bancos de menor porte no primeiro semestre de 1995. Além disso, em dezembro de 1994, o Banco Central havia assumido a gestão dos dois maiores bancos públicos brasileiros, Banco do Estado de São Paulo S.A. (“Banesp”) e Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A., o qual já foi privatizado.

Em meados de 1995, o Banco Central iniciou um relaxamento das medidas que pressionavam o sistema financeiro e as taxas de juros reais praticadas no mercado decresceram. A tendência de redução nas taxas de juros continuou até outubro de 1997, quando a crise asiática e as pressões sobre o Real fizeram com que o governo brasileiro novamente aumentasse as taxas de juros de forma a proteger as reservas brasileiras e estimular o ingresso de recursos no país. No final de 1997 e em 1998, com a desvalorização da moeda russa e com a instabilidade no cenário político-econômico brasileiro, que culminaram com a desvalorização do Real, investidores estrangeiros passaram a preferir investimentos menos arriscados, como por exemplo, títulos do tesouro americano, aumentando assim os custos de captação de empresas brasileiras, tanto no Brasil como no exterior. Empresas brasileiras, incluindo nós, ficaram, então, temporariamente impedidas de acessar o mercado de capitais internacional. Muito embora os investidores internacionais estejam novamente buscando emissões de títulos de empresas brasileiras, não se pode garantir que o acesso ao mercado de capitais permanecerá aberto para as empresas brasileiras. Além disso, as taxas de juros, apesar de terem sido reduzidas, continuam em patamares elevados em comparação com aquelas praticadas no mercado internacional, podendo, desta forma, acarretar altos níveis de inadimplência nas operações de crédito e desaquecimento da economia, o que poderá nos afetar negativamente.

Alterações nos recolhimentos compulsórios

O Banco Central tem, periodicamente, alterado os percentuais de recolhimentos compulsórios que os bancos brasileiros são obrigados a manter junto ao Banco Central relativamente a depósitos a vista, poupança, depósitos a prazo e certas operações de crédito. Tais alterações tem sido utilizadas pelo Banco Central como instrumento de controle de liquidez, como parte de sua política monetária. O Banco Central poderá aumentar os percentuais dos recolhimentos compulsórios existentes bem como impor novos recolhimentos no futuro, o que poderá nos afetar negativamente.

Possíveis alterações em outras regulamentações

Bancos brasileiros estão sujeitos a constantes revisões da regulamentação bancária pelo governo brasileiro. A regulamentação bancária disciplina todos os aspectos operacionais dos bancos brasileiros e impõe limites de capital mínimo, recolhimentos compulsórios, limites de concessão de empréstimos e outras restrições de crédito. Em decorrência de freqüentes alterações na regulamentação bancária, os resultados históricos de nossas operações não são necessariamente indicativos de nossos resultados futuros. Adicionalmente, as autoridades reguladoras poderão, no futuro, adotar limitações mais restritivas às atividades bancárias do que aquelas atualmente em vigor, o que poderá nos afetar negativamente. Alterações na regulamentação relativas a outros segmentos de negócios nos quais atuamos, incluindo as atividades de administração de recursos de terceiros e seguros, também poderão nos afetar negativamente.

Limitação constitucional nas taxas de juros

O parágrafo terceiro do artigo 192 da Constituição Federal estabelece que as taxas de juros praticadas por instituições financeiras não poderão ser superiores a 12% ao ano. O Supremo Tribunal Federal determinou que o parágrafo terceiro do artigo 192 da Constituição Federal não é auto-aplicável e que, portanto, depende de lei complementar. Desde 1988, o Congresso Nacional tem analisado inúmeros projetos de lei, visando regulamentar a matéria. No entanto, se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, proposta de emenda constitucional, já aprovada no Senado Federal, que dá nova redação ao artigo 192, não mencionando a limitação das taxas de juros. Não se pode assegurar que referida emenda constitucional será aprovada, nem tampouco se descartar a hipótese de que venha a ser aprovado o projeto de lei regulamentando a limitação constitucional das taxas de juros a 12% ao ano, o que poderá afetar negativamente todos bancos brasileiros.

Alterações tributárias

Empresas brasileiras estão obrigadas a realizar contribuições para a seguridade social. No passado, instituições financeiras não estavam obrigadas a pagar a Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social (“COFINS”) uma vez que a incidência de referida contribuição se dava sobre o faturamento proveniente da venda de mercadorias e serviços, o que não se aplicava às instituições financeiras. Entretanto, em dezembro de 1998, foi aprovada emenda constitucional que determinou a incidência de referida contribuição sobre o faturamento de todas as empresas, inclusive instituições financeiras, mediante aplicação de alíquota que, observadas certas condições, pode variar de 2% a 3% do valor da receita bruta das empresas. Referida alteração acarretou aumento da carga tributária das instituições financeiras, incluindo a nossa, a partir do exercício de 1999.

Fatores relativos ao Unibanco

Considerações sobre a carteira de empréstimo.

A nossa carteira bruta de operações de crédito em 31 de dezembro de 1998 era de R\$ 14.046 milhões comparada com R\$ 12.158 milhões em 31 de dezembro de 1997 e R\$ 11.758 milhões em 31 de dezembro de 1996. Temos procurado melhorar a qualidade de nossa carteira de empréstimos por meio da utilização de critérios de concessão de crédito mais rígidos e seletivos.

Os nossos créditos de liquidação duvidosa totalizaram, em 31 de dezembro de 1998, R\$ 234 milhões, comparados com R\$ 217 milhões em 31 de dezembro de 1997 e R\$ 208 milhões em 31 de dezembro de 1996, representando 1,7% da carteira bruta em 31 de dezembro de 1998 e 1,8% em 31 de dezembro de 1997 e 1996. Embora o índice de inadimplência tenha ficado estável desde 31 de dezembro de 1996, as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa foram 29,7% mais altas em 1998 do que em 1997, refletindo o crescimento de 15,5% no saldo da carteira de operações de crédito em 1998. Acreditamos que nossa política de provisionamento, baseada na manutenção de altos níveis de provisão, é bastante adequada em relação à nossa carteira de empréstimos. Em 31 de dezembro de 1998, nosso nível de provisão era 3.82 vezes o valor de nossa carteira de créditos em liquidação.

Adicionalmente, a qualidade da nossa carteira de crédito depende das condições econômicas brasileiras e, de forma menos determinante, das internacionais. Alterações desfavoráveis que afetam qualquer dos setores junto aos quais temos significativo volume de operações de crédito, eventos políticos dentro e fora do Brasil e a variação da atividade econômica em geral, poderiam nos impactar desfavoravelmente. Desta forma, a nossa experiência histórica de prejuízos com empréstimos pode não ser indicativo desses prejuízos futuros.

Concorrência

O mercado financeiro e de serviços bancários no Brasil é extremamente competitivo, contando com inúmeros bancos públicos e privados. O sistema financeiro brasileiro enfrenta, também, competição advinda de bancos estrangeiros que operam no país, de sociedades de financiamento ao consumidor e de bancos de investimentos e outros intermediários financeiros que estão capacitados a prestar serviços para grandes empresas, dando a elas acesso ao mercado de capitais, como alternativa a empréstimos bancários.

Os nossos principais concorrentes são outros bancos múltiplos privados, que detém extensas redes de agências e adotam, como parte de sua estratégia de negócios, a expansão e exploração de seus negócios no âmbito nacional. Enfrentamos, ainda, concorrência por parte de bancos públicos federais e estaduais. A concorrência na prestação de serviços a clientes com base em tarifas aumentou após a implementação do Plano Real. Em decorrência do ambiente competitivo no qual atuamos, as despesas poderão aumentar e as receitas poderão diminuir

dependendo da intensidade da concorrência. O setor bancário brasileiro experimentou também uma tendência de consolidação, inclusive como resultado de medidas tomadas pelo Governo Federal e pelo Banco Central. Acreditamos que as tendências de aumento da concorrência e de consolidação continuarão e resultarão na formação de novos grandes grupos financeiros, alguns dos quais poderão ter recursos maiores do que os nossos.

Enfrentamos, ainda, concorrência nos demais mercados em que atuamos, incluindo seguros, administração de recursos de terceiros, cartão de crédito e financiamento ao consumidor.

Operações com partes relacionadas.

Nos termos da legislação em vigor, realizamos operações com partes relacionadas. Adicionalmente, fazemos investimentos em subsidiárias e empresas, tanto financeiras quanto não financeiras nas quais detemos participação.

Nossas operações comerciais e financeiras com partes relacionadas podem criar potenciais conflitos de interesse. Pretendemos continuar a celebrar tais operações com partes relacionadas em condições não mais favoráveis do que aquelas que ofereceríamos a terceiros.

Fatores relativos à Unibanco Holdings

Futuras atividades comerciais

A Unibanco Holdings:

- é e pretende continuar a ser nossa controladora;
- tem e pretende continuar a ter por única atividade o investimento em nosso capital.

Contudo, como vem ocorrendo, a Unibanco Holdings pode comprar participações em bancos ou se engajar em atividades financeiras correlatas, desde que temporariamente e com o objetivo de transferir-nos tal negócio. Exclusivamente os acionistas da Unibanco Holdings seriam beneficiados com rendimentos provenientes de tais atividades. Qualquer dessas atividades comerciais da Unibanco Holdings poderia prejudicar os preços de mercado das Units.

Diluição de futuros pagamentos de dividendos; tributação de dividendos

Até o presente momento, a Unibanco Holdings emitiu valores mobiliários com base no número de ações preferenciais e ordinárias de nossa emissão que ela detém.

A Unibanco Holdings:

- só emitiu ações preferenciais classe “A” (que dão direito a dividendo preferencial) somente quando detinha um número correspondente de nossas ações preferenciais (que dão direito a dividendo preferencial semelhante) e
- só emitiu ações ordinárias e preferenciais classe “B” (sem direito a dividendo especial) quando detinha um número correspondente de nossas ações ordinárias.

A Unibanco Holdings é autorizada a descumprir essa paridade. Se, no futuro, ela tiver que emitir ações sem adquirir o número correspondente de nossas ações, os lucros, e, conseqüentemente, os dividendos por ação da Unibanco Holdings poderão ser diferentes dos das nossas ações.

Além disso, o Brasil pode instituir imposto de renda sobre o pagamento de dividendos por nós à Unibanco Holdings, reduzindo de modo substancial o valor disponível para distribuição por parte da Unibanco Holdings. No passado, quando tal imposto era recolhido, a Unibanco Holdings podia compensar o valor retido na fonte por nós com o valor que a própria Unibanco Holdings teria que reter na fonte em função do pagamento de dividendos a seus acionistas. Não se pode garantir que esta compensação continuará sendo possível no futuro.

Fatores relativos às Units

Restrições a remessas internacionais

A legislação brasileira prevê que, no caso de significativo desequilíbrio na balança de pagamentos ou no caso de indícios de tal desequilíbrio, o Governo Brasileiro pode impor restrições temporárias à conversão de moeda brasileira em moeda estrangeira e à remessa de lucros auferidos no Brasil por investidores estrangeiros, como ocorreu por aproximadamente seis meses em 1989 e começo de 1990. Tais restrições podem vir a dificultar ou impedir a remessa e/ou a conversão em dólares de dividendos, distribuições ou ganhos na venda de Units no Brasil. Titulares de Units podem ser prejudicados pelo atraso ou pela recusa, por parte de autoridades brasileiras, na autorização para a conversão de valores referentes às Units em moeda estrangeira e sua remessa ao exterior.

Ausência de direitos de voto para as Units

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, com o nosso estatuto social e com o da Unibanco Holdings, os detentores de ações preferenciais subjacentes às Units, de um modo geral não têm direito de voto em assembléias gerais a não ser em circunstâncias limitadas.

Ações elegíveis para venda futura

Alguns dos nossos principais acionistas e dos principais acionistas da Unibanco Holdings podem vender as ações de sua titularidade. Nenhuma previsão pode ser feita quanto ao efeito que futuras vendas das ações subjacentes às Units, ou que a disponibilização dessas ações para vendas futuras terão nos preços de mercado das Units. Vendas futuras em valores substanciais dessas ações ou a percepção de que essas vendas venham a ocorrer poderia prejudicar os preços de mercado das Units.

Limitações ao exercício de direito de preferência

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, exceto para ofertas em bolsa ou ofertas públicas, as empresas brasileiras devem oferecer a seus acionistas direito de preferência na aquisição, por subscrição de aumento de capital, de número de ações suficiente para que mantenham seu percentual de participação anterior ao aumento. Não obstante, a Constituição Federal, até que seja regulamentado o investimento estrangeiro em instituições financeiras no Brasil, determina que aumento de participação de estrangeiros no capital votante de instituições financeiras está sujeito à autorização do Governo Brasileiro. Desta forma, no caso da oferta de ações com direito a voto, os nossos acionistas estrangeiros não poderão exercer seu direito de preferência.

Acionistas estrangeiros não podem, ainda, exercer seu direito de preferência referente às ações que formam as Units, caso as ações fruto da oferta de que surgiriam esses direitos não tenham sido registradas junto à Securities Exchange Commission (SEC) ou se exceção a este registro não tenha sido conseguida. Nós e a Unibanco Holdings não estamos obrigados a registrar ações decorrentes do direito de preferência e não sabemos se o faremos.

Possibilidade de separação de Units

De acordo com a legislação brasileira, com o nosso estatuto e com o da Unibanco Holdings, os titulares de Units têm o direito de apresentá-las a nós para cancelamento e receber as ações depositadas. O cancelamento de um volume significativo de Units poderia afetar negativamente os preços de mercado das Units.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Unibanco

Nós usaremos os recursos provenientes do aumento de capital para reforçar nossa capacidade econômico-financeira no processo de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, caracterizado por privatizações de bancos públicos, fusões e incorporações de instituições financeiras e assemelhadas, considerando que pretendemos aproveitar todas as oportunidades, que apresentem retorno adequado, em todas as nossas áreas de atuação.

Tendo em vista que parte das Units e ações ofertadas está sendo colocada em regime de melhores esforços, o que poderá implicar direito de revisão a investidores, o número de ações efetivamente emitido pode ser menor do que o aprovado. Tal possibilidade está em linha com nossa estratégia em face do referido processo de reestruturação, uma vez que a percentagem do aumento de capital objeto de garantia firme serve aos propósitos imediatos de nossa participação no referido processo, enquanto que a percentagem objeto de regime de melhores esforços (sujeita a revisão) é considerada necessária para reforçar nossa capacidade tanto com relação a aquisições no âmbito de processos de privatização, quanto com relação a nosso crescimento orgânico, com a expansão de nossa capacidade operacional e de futuras associações que venham a ocorrer nos segmentos representados por nossos quatro pilares: banco de varejo, banco de atacado, administração de recursos de terceiros e seguros.

Estamos preparados para emitir, se necessário, outros valores mobiliários disponíveis no mercado de capitais, na hipótese de redução do montante do aumento de capital em virtude do eventual exercício do direito de revisão por investidores.

Unibanco Holdings

A Unibanco Holdings tem como única atividade a participação em nosso capital, não tendo a intenção de exercer de forma permanente qualquer outra atividade. Deste forma, todos os recursos por ela captados com a subscrição de suas ações ordinárias e preferenciais Classe “B” serão empregados na subscrição de nossas ações ordinárias, em consonância com a finalidade e os princípios que norteiam a Unibanco Holdings, principalmente o de possibilitar a expansão de nossa capacidade operacional e reforçar nossa posição no processo de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional.

As disposições acima referentes a direitos de revisão, aplicam-se igualmente à Unibanco Holdings.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

CNPJ nº 33.700.394/0001-40

Av. Eusébio Matoso nº 891 - São Paulo - SP

Aumento de capital social do UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. (“UNIBANCO”), de R\$ 1.574.075.993,36 para R\$ 2.481.296.153,36, dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão pública de até 28.637.000.000 ações (“Ações”), sendo até 20.152.000.000 ações ordinárias e até 8.485.000.000 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$ 31,68 por lote de mil ações, perfazendo a emissão o montante de R\$ 907.220.160,00, com integralização a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, deliberado pelas Reuniões do Conselho de Administração de 23/07/1999 e 01/09/1999, conforme Atas publicadas no jornal “Gazeta Mercantil” e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

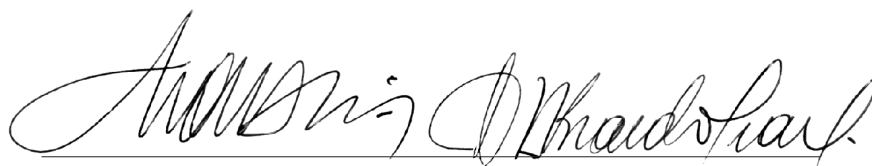
A subscrição pública de até 8.485.000.000 ações preferenciais classe “B”, em conjunto com a subscrição pública de até 8.485.000.000 ações preferenciais de emissão do UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. (“UNIBANCO”) formarão Certificados de Depósito de Ações (“UNITS”) cada um representativo de 01 (uma) ação preferencial de emissão do UNIBANCO e de 01 (uma) ação preferencial classe “B” de emissão da HOLDINGS.

O aumento de capital será efetuado por oferta pública de ações ordinárias e UNITS no Brasil, registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e será realizada em conformidade com a “Regulation S” do Securities Act” de 1933.

Registro da presente emissão na CVM - Comissão de Valores Mobiliários:
CVM/SRE/REM/1999/006, em 02/09/1999.

“O registro da presente emissão não implica, por parte da CVM, em garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia Emissora, bem como sobre as ações a serem distribuídas.”

EMISSOR



UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

DANILO MUSSI CARDOZO MANSUR
Diretor Vice-Presidente

GILBERTO VILLAS BOAS DO PRADO
Diretor Executivo

COORDENADORA



UNIBANCO - CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

1. JUSTIFICATIVA PARA O AUMENTO DE CAPITAL

- 1.1. Em 1997, os Acionistas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (“UNIBANCO”) e da Unibanco Holdings S.A. (“HOLDINGS”) deliberaram, por proposta dos respectivos Conselhos de Administração, a criação do mecanismo que permitiu a negociação pública das ações preferenciais classe “B” de emissão da HOLDINGS e das ações preferenciais de emissão do UNIBANCO, por meio de certificados de depósitos de ações (“UNITS”), cada um representativo de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial classe “B” da HOLDINGS.
- 1.2. As UNITS foram, no âmbito de Oferta Pública Global, distribuídas no mercado brasileiro e no mercado internacional, sendo no mercado internacional sob a forma de “Global Depositary Shares” (“GDSs”), cada um representativo de 500 (quinhentas) UNITS.
- 1.3. Nos aumentos de capital mediante emissão de ações preferenciais, o UNIBANCO e a HOLDINGS têm a intenção de, sempre que possível estruturar referidos aumentos de forma a possibilitar a formação de UNITS, em decorrência da grande liquidez representada pelas UNITS atualmente existentes.
- 1.4. Para permitir a criação das UNITS, é necessária a emissão de ações preferenciais do UNIBANCO, o que implica, também, a necessidade de emissão de ações ordinárias, uma vez que o UNIBANCO, como instituição financeira, deve observar o limite legal máximo de 50% (cinquenta por cento) de seu capital social representado por ações preferenciais.
- 1.5. O processo de consolidação e reestruturação do sistema financeiro nacional, assim como os efeitos da globalização a que este está sujeito, fazem com que as instituições financeiras integrantes de referido mercado estejam engajadas na busca constante de maior produtividade e ganhos de escala.
- 1.6. O UNIBANCO sempre participou ativamente de todos os movimentos de consolidação a que esteve sujeito o mercado financeiro brasileiro, analisando todas as oportunidades que se fizeram presentes e realizando, ao longo de sua existência, importantes aquisições e associações, cabendo-se ressaltar, mais recentemente, a assunção das atividades operacionais do Banco Nacional, a aquisição, em parceria com o Banco Icatu S.A., do Banco Fininvest S.A. e a aquisição do controle acionário do Banco Dibens.
- 1.7. O UNIBANCO vem analisando, nos últimos dezoito meses, todas as oportunidades de aquisição que se fizeram presentes e, com a percepção de que a atual tendência de consolidação do sistema financeiro deve se intensificar com a privatização de bancos estaduais e de outras atividades no sistema financeiro, inclusive na indústria de seguros e resseguros, o UNIBANCO pretende reforçar sua capacidade econômico-financeira de modo a estar bem posicionado e pronto para participar ativamente de referido processo.
- 1.8. O UNIBANCO entende que o objetivo mencionado no subitem anterior deve ser atendido mediante aumento de sua capacidade patrimonial, seja por aumento de seu capital social, com a emissão de novas ações, seja pela emissão de outros títulos ou valores mobiliários disponíveis no âmbito do mercado de capitais.

2. CARACTERIZAÇÃO DA EMISSÃO

Aumento do capital social do UNIBANCO, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de até 28.637.000.000 (vinte e oito bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões) ações (“Ações”), sendo até 20.152.000.000 (vinte bilhões, cento e cinquenta e dois milhões) ações ordinárias e até 8.485.000.000 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

- 2.1. As 8.485.000.000 ações preferenciais de emissão do UNIBANCO comporão, juntamente com as 8.485.000.000 ações preferenciais classe “B” de emissão da HOLDINGS, 8.485.000.000 UNITS que serão oferecidas aos investidores, concomitantemente com as ações ordinárias do UNIBANCO.
- 2.2. Tendo em vista que as UNITS são certificados de depósito de ações, representativos de duas ações, sendo uma ação preferencial de emissão do UNIBANCO e uma ação preferencial classe “B” de emissão da HOLDINGS, o número UNITS será igual ao número de ações preferenciais que serão emitidas pelo UNIBANCO e ao número de ações preferenciais classe “B” que serão emitidas pela HOLDINGS.
- 2.3. As ações preferenciais de emissão do UNIBANCO, concomitantemente com as ações preferenciais classe “B” de emissão da HOLDINGS, serão depositadas junto ao UNIBANCO (“Banco Depositário”), para formação das UNITS.
- 2.4. O aumento de capital mediante emissão de Ações, será efetuado por oferta pública de ações ordinárias e UNITS no Brasil, registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

- 2.5. A colocação de UNITS junto a investidores americanos será realizada na forma de um “private placement”, em conformidade com a “Section 4(2)” do “Securities Act of 1933”, sendo que a aquisição de UNITS por referidos investidores será realizada por meio das carteiras de valores mobiliários nos termos do Anexo IV à Resolução 1289/87. Os investidores americanos e seus respectivos administradores de carteiras Anexo IV deverão declarar, quando da assinatura de boletins de subscrição de ações preferenciais do UNIBANCO que, juntamente com as ações preferenciais classe “B” da HOLDINGS comporão as UNITS, que têm conhecimento das restrições de revenda e demais condições aplicáveis à venda das UNITS a investidores americanos em um “private placement”, na forma da “Section 4(2)” do “Securities Act of 1933”.
- 2.6. A colocação de UNITS a investidores não americanos será feita em observância às regras aplicáveis à “Regulation S” do “Securities Act of 1933”. Todos os investidores deverão declarar, quando da assinatura dos boletins de subscrição, que têm conhecimento das restrições de revenda e demais condições aplicáveis à mencionada “Regulation S”.
- 2.7. Em decorrência do limite de participação estrangeira no capital de instituições financeiras previsto pela Constituição Federal, a colocação de ações ordinárias será feita exclusivamente a investidores brasileiros e observará as regras aplicáveis à “Regulation S” do “Securities Act of 1933”. Todos os investidores deverão declarar, quando da assinatura dos boletins de subscrição, que não são estrangeiros e que têm conhecimento das restrições de revenda e demais condições aplicáveis à mencionada “Regulation S”.

3. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO EMISSOR, ATUAL E POSTERIOR À EMISSÃO DE AÇÕES

3.1. Composição atual do Capital Social do Unibanco (R.C.A. de 10/06/1997)

<u>Espécie e classe das ações</u>	<u>Subscrito e Integralizado</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Ordinárias	49.722.281.836	787.037.996,68
Preferenciais	49.722.281.836	787.037.996,68
TOTAL	99.444.563.672	1.574.075.993,36

ações nominativas sem valor nominal

3.2. Composição do Capital Social posterior ao aumento de capital do Unibanco (R.C.A. de 01/09/1999)

<u>Espécie e classe das ações</u>	<u>Subscrito e Integralizado</u>	
	<u>Quantidade (*)</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Ordinárias	69.874.281.836	1.425.453.356,68
Preferenciais	58.207.281.836	1.055.842.796,68
TOTAL	128.081.563.672	2.481.296.153,36

ações sem valor nominal

(*) a quantidade acima poderá sofrer alterações conforme indicado nos itens 8.2 e 8.3.

4. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA EMISSÃO

<u>Espécie</u>	<u>Quantidade (*)</u>	<u>Preço de Emissão (R\$)</u>	
		<u>Por lote de mil ações</u>	<u>Montante (R\$)</u>
Ordinárias	20.152.000.000	31,68	638.415.360,00
Preferenciais	8.485.000.000	31,68	268.804.800,00
TOTAL	28.637.000.000		907.220.160,00
		Custo da Distribuição	132.870,00
		Montante Líquido	907.087.290,00

(*) a quantidade acima poderá sofrer alterações conforme indicado nos itens 8.2 e 8.3.

5. DEMONSTRATIVO DE CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

- 5.1. Comissão: Será devida pelo UNIBANCO e pela HOLDINGS à COORDENADORA, pelos serviços de coordenação, de garantia firme de subscrição e de melhores esforços de colocação previstos no Contrato de Underwriting, a remuneração no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser após a publicação do anúncio de encerramento da distribuição.

5.1.1. Além da remuneração prevista neste item, nenhuma outra será contratada ou paga à COORDENADORA pelo UNIBANCO e pela HOLDINGS, direta ou indiretamente.

- 5.2. Despesas decorrentes do Registro: R\$ 82.870,00, referente à taxa de fiscalização para registro da distribuição na CVM.



5.3. Custo da Distribuição:

<u>Preço por lote de mil Ações (R\$)</u>	<u>Custo por lote de mil Ações (R\$)</u>	<u>Montante Líquido por lote de mil Ações (R\$)</u>
31,68	0,005	31,675

6. CONDIÇÕES E PRAZO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

- 6.1. As ações ordinárias e as ações preferenciais do UNIBANCO serão subscritas pelo preço de emissão de R\$ 31,68 (trinta e um reais e sessenta e oito centavos) por lote de mil ações, as ações ordinárias e as ações preferenciais classe "B" da HOLDINGS serão subscritas pelo preço de emissão de R\$ 31,68 (trinta e um reais e sessenta e oito centavos) por lote de mil ações e as UNITS pelo preço de R\$ 62,36 (sessenta e dois reais e trinta e seis centavos) por lote de mil UNITS, os quais destinar-se-ão integralmente à formação da conta "Capital Social" do UNIBANCO e da HOLDINGS, respectivamente.
- 6.2. As ações ordinárias, as ações preferenciais e as UNITS a serem subscritas serão totalmente integralizadas a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição;
- 6.3. Os atuais acionistas do UNIBANCO não terão direito de preferência na subscrição das respectivas ações ordinárias e preferenciais decorrentes dos aumentos de capital de que se trata, na forma do § 2º do artigo 4º e do § 4º do artigo 5º do Estatuto Social do UNIBANCO, respectivamente, e artigo 172 da Lei 6.404, de 15.12.76.

7. PROCEDIMENTO PREVISTO PARA A DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DAS AÇÕES

- 7.1. Na distribuição pública das Ações será adotado o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não havendo, portanto, rateio de sobras, sendo atendidos os pedidos por ordem cronológica, sem reservas antecipadas ou prioridade para os atuais acionistas, nem lotes máximos ou mínimos.
- 7.2. Todos os investidores, incluindo os atuais acionistas do UNIBANCO e da HOLDINGS poderão formular pedidos de subscrição dos valores mobiliários oferecidos sob o regime de melhores esforços, que contemplem UNITS, ações ordinárias do UNIBANCO, ações ordinárias da HOLDINGS ou ações preferenciais do UNIBANCO.
- 7.3. Os interessados na subscrição deverão se dirigir aos locais de atendimento mencionados no item 14 abaixo ou à COORDENADORA.

8. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES

Emissor:

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Av. Eusébio Matoso, 891 - São Paulo - SP

Coordenadora:

UNIBANCO – CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. Eusébio Matoso, 891 - 18º andar - São Paulo - SP

Interveniente:

E. JOHNSTON REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. Eusébio Matoso nº 891 - 22º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 00.025.238/0001-71.

8.1. Nos termos do CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE 12.652.000.000 DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DO UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. ("UNIBANCO"), 6.667.000.000 DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA UNIBANCO HOLDINGS S.A. ("HOLDINGS") E 5.985.000.000 DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO DE AÇÕES ("UNITS"), CADA UM REPRESENTATIVO DE 01 (UMA) AÇÃO PREFERENCIAL DE EMISSÃO DO UNIBANCO E DE 01 (UMA) AÇÃO PREFERENCIAL CLASSE "B" DE EMISSÃO DA HOLDINGS, SOB O REGIME DE GARANTIA FIRME DE SUBSCRIÇÃO E DE 7.500.000.000 DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DO UNIBANCO, 2.500.000.000 DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA HOLDINGS E 2.500.000.000 DE UNITS SOB O REGIME DE MELHORES ESFORÇOS DE COLOCAÇÃO ("Contrato de Underwriting"), firmado em 01/09/1999.

8.2. DA GARANTIA FIRME E DA INTERVENIÊNCIA

Observadas as condições previstas no Contrato de Underwriting, a COORDENADORA garante a subscrição de até 12.652.000.000 ações ordinárias de emissão do UNIBANCO e até 5.985.000.000 ações preferenciais que, em conjunto com as ações preferenciais classe "B" da HOLDINGS formarão UNITS.



Em decorrência da restrição legal a que a COORDENADORA está sujeita pela aplicação do parágrafo 1º do Artigo 244 e alínea "b" do parágrafo 1º do Artigo 30 da Lei 6.404/76, bem como do Artigo 3º da Instrução CVM nº 10/80, a E. Johnston Representação e Participações S.A. ("Interveniente"), acionista controladora da HOLDINGS, assumirá a obrigação de subscrever as ações ordinárias e UNITS objeto da garantia firme que porventura não tenham sido colocadas ou subscritas pela COORDENADORA.

8.2.1. DO CRONOGRAMA DA GARANTIA FIRME

A garantia firme de subscrição prevista no item anterior, será prestada na forma e nas condições a seguir mencionadas:

- a) a colocação e/ou subscrição das ações ordinárias e UNITS objeto da garantia firme, somente terá início após a data da expedição do registro de emissão pela CVM e da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme artigo 26 da Instrução CVM nº 13/80;
- b) sem prejuízo do período máximo 6 (seis) meses estabelecido no artigo 5º da Instrução CVM nº 13/80, a COORDENADORA terá perante o UNIBANCO, para promover a colocação das ações e UNITS objeto da garantia firme, o seguinte prazo:
 - b.1) 08 (oito) dias úteis, contados a partir da data da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, se houver a subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS objeto dos melhores esforços de colocação;
 - b.2) não havendo subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS objeto dos melhores esforços de colocação, cada subscritor terá a faculdade de rever sua decisão, retificando sua manifestação de vontade com relação à subscrição, conforme item 9 abaixo;
- c) se, ao final do prazo a que se refere o item 9 abaixo, as ações ordinárias e as UNITS objeto da garantia firme não tiverem sido totalmente colocadas, a COORDENADORA e a Interveniente subscreverão o saldo não colocado, no mesmo dia do término do referido prazo;
- d) não há e nem será constituído fundo de sustentação para as ações ordinárias e UNITS objeto da garantia firme.

8.3. DOS MELHORES ESFORÇOS

Observadas as condições previstas no Contrato de Underwriting, a COORDENADORA envidará seus melhores esforços no sentido de colocar junto ao público até 7.500.000.000 ações ordinárias de emissão do UNIBANCO e até 2.500.000.000 ações preferenciais que, em conjunto com as ações preferenciais classe "B" da HOLDINGS formarão UNITS.

8.3.1. DO CRONOGRAMA E CONDIÇÕES DOS MELHORES ESFORÇOS

Os melhores esforços de colocação previstos na cláusula anterior serão prestados na forma e nas condições a seguir mencionadas:

- a) A colocação das ações ordinárias e UNITS objeto dos melhores esforços, somente terá início após a data da expedição do registro de emissão pela CVM e da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme artigo 26 da Instrução CVM nº 13/80;
- b) Sem prejuízo do período máximo de 06 (seis) meses estabelecido no artigo 5º da Instrução CVM nº 13/80, a COORDENADORA terá perante o UNIBANCO, para promover a colocação das ações ordinárias e UNITS objeto dos melhores esforços, o seguinte prazo:
 - b.1) 08 (oito) dias úteis contados a partir da data da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, se houver a subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS objeto dos melhores esforços de colocação;
 - b.2) não havendo subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS objeto dos melhores esforços de colocação, cada subscritor terá a faculdade de rever sua decisão, retificando sua manifestação de vontade com relação à subscrição, conforme item 9 abaixo;
- c) se, ao final do prazo a que se refere o item 9 abaixo, as ações ordinárias e as UNITS objeto dos melhores esforços não tiverem sido totalmente colocadas, a COORDENADORA não se responsabilizará pela subscrição do saldo das ações ordinárias e UNITS não colocadas sob esse regime;
- d) Não há e nem será constituído fundo de sustentação para as ações objeto dos melhores esforços.



8.3.2. Tendo em vista o subitem 7.2 acima, o número de UNITS objeto dos melhores esforços de colocação poderá ser reduzido em função da possibilidade de subscrição isolada de ações preferenciais do UNIBANCO.

8.4. Poderão participar da colocação das ações ordinárias e das UNITS, mediante adesão aos termos do Contrato de Underwriting, outras Instituições Financeiras autorizadas a operar no Mercado de Capitais, adesão essa que será formalizada mediante contratos específicos.

9. DIREITO DE REVISÃO

9.1. Não havendo subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS objeto dos melhores esforços de colocação, cada subscritor terá a faculdade de rever sua decisão, retificando sua manifestação de vontade com relação à subscrição. Assim, no 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente ao 8º (oitavo) dia útil contado a partir da data da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, inclusive, o UNIBANCO e a HOLDINGS, por meio da COORDENADORA, farão publicar anúncio informando a quantidade de ações ordinárias e a quantidade de UNITS efetivamente subscritas. Cada subscritor, então, terá um dia útil, contado a partir da data deste anúncio de revisão, exclusive, para manifestar seu desejo de rever o número de ações ordinárias e/ou UNITS subscritas junto às instituições financeiras intermediadoras da operação de subscrição e colocação, observado que:

- a) os subscritores poderão manter a subscrição das quantidades das ações ordinárias e/ou UNITS por eles já subscritas, ou
- b) os subscritores poderão reduzir, proporcionalmente, o número de ações ordinárias e/ou UNITS por eles já subscritas, cancelando, total ou parcialmente, a subscrição já efetuada.

9.2. A subscrição de ações ordinárias e/ou UNITS somente será admitida durante o prazo de colocação da oferta, razão pela qual não serão aceitos pedidos de subscrição de ações ordinárias e/ou UNITS adicionais durante o período de revisão aqui mencionado.

9.3. A devolução dos valores relativos às subscrições canceladas será efetuada no ato do pedido de revisão e consequente cancelamento, por meio da entrega de cheque administrativo em valor equivalente ao preço de subscrição das ações ordinárias e/ou UNITS cuja subscrição for cancelada, sem juros ou correção.

9.4. Em decorrência do fato de que parte das ações ordinárias e das UNITS estão sujeitas ao regime de colocação de melhores esforços, os aumentos de capital aqui mencionados serão homologados pelos números verificados após o processo de revisão retro mencionado.

9.5. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto à COORDENADORA, pelos telefones (0XX11)3119.5247 e 3119.4931, sendo que o atendimento aos subscritores para a revisão aqui mencionada será realizado até o final do expediente bancário do dia 17/09/1999, nos endereços especificados nos itens 14 e 15 abaixo, em que tenha sido efetuada a respectiva subscrição, onde serão disponibilizados os formulários específicos, que deverão ser entregues mediante comprovante de recebimento, bem como os cheques de devolução dos valores relativos às subscrições revistas.

10. CARACTERÍSTICAS DAS AÇÕES E DAS UNITS A SEREM EMITIDAS

10.1. Dos Direitos das Ações Ordinárias e Preferenciais do Unibanco

As ações ordinárias e preferenciais do UNIBANCO, decorrentes do aumento do capital de que se trata, farão jus aos dividendos que vierem a ser distribuídos, em decorrência dos resultados apurados no segundo semestre de 1999, e usufruirão, em igualdade de condições com as atualmente em circulação e com aquelas decorrentes de todo e qualquer aumento de capital que se realizar, de quaisquer dividendos ou outros direitos que vierem a ser distribuídos pelo UNIBANCO, a partir da homologação do aumento de capital social de que se trata e terão, na forma estatutária, as seguintes características:

- a) as ações ordinárias têm direito a voto e asseguram pagamento de dividendo obrigatório de 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404, de 15.12.76;
- b) as ações preferenciais não têm direito a voto, não são conversíveis em ações ordinárias e a elas não se aplica o disposto no parágrafo 1º, do artigo 111, da Lei 6.404, de 15.12.76, sendo-lhes asseguradas as seguintes vantagens:

- participação nos lucros líquidos de cada exercício, que assegure a cada ação preferencial dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao distribuído a cada ação ordinária;



- prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade, até o valor da parcela de capital social representado por essas ações;
- participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital, decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e de lucros.

10.2. Dos Direitos e Características das UNITS

As UNITS decorrentes do aumento de capital de que se trata, farão jus aos dividendos e quaisquer outros direitos que vierem a ser distribuídos pelo UNIBANCO e pela HOLDINGS, relativos às ações preferenciais do UNIBANCO e ações preferenciais classe “B” da HOLDINGS, a partir da homologação dos respectivos aumentos de capital e terão, na forma estatutária, as vantagens atribuídas às referidas ações preferenciais do UNIBANCO e às ações preferenciais classe “B” da HOLDINGS. As UNITS terão as seguintes características específicas:

- ficarão registradas em conta de depósito vinculada, e sua propriedade somente será transferida mediante transferência das UNITS correspondentes, por ordem escrita do seu titular;
- seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao seu titular;
- as UNITS, seus rendimentos e o respectivo valor de resgate ou amortização não poderão ser dados em penhor, gravadas ou a qualquer outro título dados em garantia pelo titular, nem poderão ser objeto de penhora, arresto, seqüestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro embaraço que impeça sua entrega ao seu titular.

11. JUSTIFICATIVA DO PREÇO DE EMISSÃO DAS AÇÕES

O preço de emissão foi fixado tendo por base, de acordo com o inciso III do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei 6.404, de 15.12.76, a média ponderada das cotações das ações ordinárias, preferenciais, UNITS e GDSs, tendo em vista a diversidade de liquidez nos mercados em que referidos valores mobiliários são negociados, nos 30 últimos pregões (de 21/07/1999 a 31/08/1999).

12. COTAÇÃO DAS AÇÕES DO UNIBANCO E DAS UNITS

12.1. COTAÇÃO DAS AÇÕES DO UNIBANCO NA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

Ações Ordinárias - BOVESPA

mês/ano	Nº Negócios	Quantidade	Volume R\$	Preços por mil ações em R\$		
				Mínimo	Máximo	Médio
JUN/98	37	15.500.000	416.822,00	23,01	29,50	26,89
JUL/98	47	8.400.000	226.628,00	24,20	28,01	26,98
JUL/98 *	07	1.400.000	38.302,00	27,00	28,00	27,36
AGO/98 *	42	25.400.000	568.887,00	16,87	27,50	22,40
SET/98	39	22.800.000	321.227,00	10,99	16,00	14,09
OUT/98	40	12.900.000	167.848,00	11,00	15,00	13,01
NOV/98	63	26.500.000	485.213,00	14,98	21,00	18,31
DEZ/98	34	10.400.000	181.788,00	15,50	21,00	17,48
JAN/99	16	3.300.000	61.249,00	16,00	21,00	18,56
JAN/99 **	01	400.000	7.008,00	17,52	17,52	17,52
FEV/99 **	25	6.800.000	120.913,00	17,00	18,70	17,78
MAR/99	74	20.600.000	496.251,00	18,00	28,50	24,09
ABR/99	110	37.300.000	1.263.710,00	28,40	39,00	33,88
MAI/99	84	37.000.000	1.652.973,00	37,00	48,00	44,67
JUN/99	28	10.000.000	449.405,00	42,00	46,00	44,94
JUL/99	13	1.800.000	73.446,00	34,00	45,00	40,80
até 25 de AGO/99	0	-	-	-	-	-

* ex - dividendos

** ex - juros s/ capital próprio



Ações Preferenciais – BOVESPA

mês/ano	Nº Negócios	Preços por mil ações em R\$				
		Quantidade	Volume R\$	Mínimo	Máximo	Médio
JUN/98	109	116.000.000	3.424.283,00	25,01	37,50	29,52
JUL/98	140	72.900.000	2.616.165,00	28,90	38,00	35,89
JUL/98 *	46	37.600.000	1.403.307,00	35,00	40,00	37,32
AGO/98 *	130	160.600.000	5.639.493,00	24,00	38,50	35,12
SET/98	184	138.900.000	2.644.397,00	14,40	24,00	19,04
OUT/98	154	107.800.000	1.875.831,00	15,00	20,00	17,40
NOV/98	127	66.500.000	1.716.938,00	21,00	31,00	25,82
DEZ/98	79	71.800.000	1.884.991,00	23,00	29,00	26,25
JAN/99	102	71.500.000	1.322.675,00	15,00	24,50	18,50
JAN/99 **	23	12.200.000	247.916,00	18,80	21,49	20,32
FEV/99 **	164	254.300.000	5.476.144,00	20,00	24,00	21,53
MAR/99	346	265.700.000	6.552.667,00	20,00	30,50	24,66
ABR/99	171	118.200.000	4.054.294,00	30,00	36,70	34,30
MAI/99	263	156.500.000	5.330.496,00	27,50	39,90	34,06
JUN/99	149	77.300.000	2.371.517,00	29,00	32,50	30,68
JUL/99	125	138.200.000	4.623.831,00	30,99	34,01	33,46
JUL/99 *	16	12.600.000	388.605,00	28,25	32,00	30,84
até 25 de AGO/99	202	366.500.000	9.655.179,00	25,60	30,00	26,34

* ex - dividendos

** ex – juros s/ capital próprio

12.2. COTAÇÃO DAS UNITS NA BOVESPA

mês/ano	Nº Negócios	Preços por mil UNITS em R\$ (*)				
		Quantidade	Volume R\$	Mínimo	Máximo	Médio
JUN/98	59	67.700.000	4.811.184,00	63,00	73,00	71,07
JUL/98	100	360.800.000	28.064.840,00	67,00	83,00	77,79
JUL/98 *	44	114.100.000	9.113.297,00	79,00	83,00	79,87
AGO/98 *	73	181.400.000	8.730.798,00	36,00	78,50	48,13
SET/98	121	115.500.000	3.660.806,00	19,50	41,00	31,70
OUT/98	127	195.900.000	7.254.491,00	27,70	45,50	37,03
NOV/98	121	148.600.000	7.191.482,00	39,16	60,00	48,39
DEZ/98	91	170.400.000	6.680.233,00	35,75	53,00	39,20
JAN/99	92	95.500.000	3.616.769,00	29,00	41,00	37,87
JAN/99 **	24	18.300.000	748.663,00	38,00	42,00	40,91
FEV/99 **	96	157.900.000	7.821.535,00	42,00	54,50	49,53
MAR/99	114	152.600.000	10.017.672,00	56,00	70,00	65,65
ABR/99	102	70.200.000	5.540.849,00	69,99	86,00	78,93
MAI/99	136	310.500.000	26.443.294,00	77,00	97,50	85,16
JUN/99	89	263.500.000	20.959.218,00	75,00	83,00	79,54
JUL/99	39	48.700.000	4.053.550,00	73,00	86,51	83,24
JUL/99 *	7	3.000.000	185.448,00	61,00	65,98	61,82
até 25 de AGO/99	138	152.100.000	9.205.366,00	58,00	71,00	60,52

* ex – dividendos

** ex – juros s/ capital próprio

(*) 1 UNIT = 1 ação preferencial do UNIBANCO mais uma ação preferencial classe “B” da HOLDINGS.

12.3. COTAÇÃO DOS GDSs (1) NA BOLSA DE VALORES DE NOVA IORQUE

	Preços por GDS em US\$				
	Quantidade	Volume US\$	Mínimo	Máximo	Médio
JUN/98	4.257.100	116.661.456	25,05	29,64	27,67
JUL/98	1.434.700	47.220.802	28,64	33,87	33,21
JUL/98 *	1.250.500	41.455.697	32,32	34,13	33,15
AGO/98	6.877.400	162.116.319	14,28	33,06	23,33
SET/98	16.251.200	204.725.458	6,90	17,59	13,35
OUT/98	10.364.000	149.765.726	10,52	18,32	14,55
NOV/98	6.638.000	125.306.675	17,36	20,75	18,93
DEZ/98	5.908.900	92.690.860	13,56	18,97	15,31
JAN/99	9.662.800	111.245.570	9,45	14,98	12,75
JAN/99 **	8.334.600	98.915.064	10,70	12,31	11,26
FEV/99	10.402.500	132.640.505	11,62	13,31	12,84
MAR/99	10.017.800	172.610.094	13,41	19,63	17,03
ABR/99	7.024.100	161.979.062	20,04	24,81	23,27
MAI/99	6.122.900	155.605.737	22,56	29,19	25,86
JUN/99	3.080.900	69.575.932	21,38	24,06	22,39
Jul/99	2.075.600	46.380.527	20,29	24,19	22,32
Jul/99 *	1.868.900	33.790.737	17,00	19,75	18,08
até 25 de AGO/99	4.898.800	151.524.744	29,32	35,38	30,93

Fonte: Bloomberg

* ex – dividendos

** ex – juros s/ capital próprio

(1) 1 GDS = 500 UNITS



13. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros provenientes do aumento de capital destinar-se-ão a reforçar a posição do UNIBANCO no processo de reestruturação do sistema financeiro nacional, caracterizado por privatizações de bancos públicos, fusões e incorporações de instituições financeiras e assemelhadas, uma vez que o UNIBANCO pretende aproveitar todas as oportunidades porventura existentes, no âmbito do referido processo, que apresentem retorno adequado em todas as suas áreas de atuação. Tendo em vista o regime de melhores esforços, mencionado no subitem 8.3 e o direito de revisão no caso de não colocação integral das ações ordinárias e UNITS, mencionado no item 9 acima, a quantidade de Ações a serem efetivamente emitidas poderá ser inferior ao aumento ora autorizado. Tal possibilidade está em linha com a estratégia adotada pelo UNIBANCO, em face ao referido processo de reestruturação, sendo que o montante objeto de garantia firme serve aos propósitos imediatos de uma participação ativa do UNIBANCO no mencionado processo de reestruturação, enquanto que o montante objeto dos melhores esforços e, conseqüentemente, sujeito à revisão, deverá reforçar a capacidade do UNIBANCO para futuras aquisições no âmbito de privatizações, e permitir seu crescimento orgânico, a partir das bases hoje existentes, com expansão de sua capacidade operacional e de futuras associações que venham a ocorrer nos diversos segmentos em que atua, representados pelos pilares de banco de varejo, banco de atacado, “asset management” e seguros. Mencione-se, neste sentido, que o UNIBANCO estará se preparando para emitir outros valores mobiliários, aproveitando-se das diversas modalidades de captação disponíveis no mercado de capitais, caso seja necessário, na hipótese de revisão do valor do aumento colocado em regime de melhores esforços.

14. LOCAIS DE ATENDIMENTO

(atendimento durante o expediente bancário, das 10 às 16 horas)

São Paulo

Rua da Quitanda, 157 - 4º andar, Centro, São Paulo

Telefones: (0XX11) 3119.4336 e 3119.4348

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro nº 111, Sobreloja, Centro, Rio de Janeiro

Telefones: (0XX21) 277.1233 e 277.1266

Rio Grande do Sul

Rua Sete de Setembro nº 1.073, Subsolo, Centro, Porto Alegre

Telefone: (0XX51) 228.1100, ramais 7270 e 7275

Minas Gerais

Av. Amazonas, 527, Sobreloja, Centro, Belo Horizonte

Telefone: (0XX31) 212.4131

15. COORDENADORA DA OPERAÇÃO

UNIBANCO – CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. Eusébio Matoso, 891 – 18º andar - São Paulo - SP

Rua da Quitanda, 157 - 3º andar - São Paulo - SP

Telefones: (0XX11)3119.5247 e 3119.4931

16. RELACIONAMENTO DO EMISSOR COM A COORDENADORA DA DISTRIBUIÇÃO

A Coordenadora é subsidiária integral do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

17. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DAS AÇÕES E PRESTADORA DE SERVIÇOS DE REGISTRO DE AÇÕES NOMINATIVAS ESCRITURAIS

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Av. Eusébio Matoso nº 891 - Pinheiros - São Paulo - SP

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Quaisquer informações complementares sobre o EMISSOR e a distribuição em questão, poderão ser obtidas junto à COORDENADORA e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os interessados na obtenção de exemplares do prospecto deverão dirigir-se à COORDENADORA da operação.

“Este Prospecto foi preparado com base em informações prestadas pela companhia emissora, visando o atendimento dos padrões mínimos de informação, estabelecidos para colocação e distribuição pública de títulos e valores mobiliários, definidos pelo Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil, o que não implica, por parte da ANBID, em garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, das instituições participantes e/ou títulos e valores mobiliários objeto da distribuição.”

[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

UNIBANCO HOLDINGS S.A.

CNPJ nº 00.022.034/0001-87

Av. Eusébio Matoso nº 891 - 22º andar - São Paulo - SP

Aumento de capital social da UNIBANCO HOLDINGS S.A. (“HOLDINGS”), de R\$ 946.213.212,95 para R\$ 1.505.428.572,95, dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão pública de até 17.652.000.000 ações (“Ações”), sendo até 9.167.000.000 ações ordinárias e até 8.485.000.000 ações preferenciais classe “B”, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$ 31,68 por lote de mil ações, perfazendo a emissão o montante de R\$ 559.215.360,00, com integralização a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, deliberado pelas Reuniões do Conselho de Administração de 23/07/1999 e 01/09/1999, conforme Atas publicadas no jornal “Gazeta Mercantil” e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A subscrição pública de até 8.485.000.000 ações preferenciais classe “B”, em conjunto com a subscrição pública de até 8.485.000.000 ações preferenciais de emissão do UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. (“UNIBANCO”) formarão Certificados de Depósito de Ações (“UNITS”) cada um representativo de 01 (uma) ação preferencial de emissão do UNIBANCO e de 01 (uma) ação preferencial classe “B” de emissão da HOLDINGS.

O aumento de capital será efetuado por oferta pública de ações ordinárias e UNITS no Brasil, registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e será realizada em conformidade com a “Regulation S” do Securities Act” de 1933.

Registro da presente emissão na CVM - Comissão de Valores Mobiliários:
CVM/SRE/REM/1999/007, em 02/09/1999.

“O registro da presente emissão não implica, por parte da CVM, em garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia Emissora, bem como sobre as ações a serem distribuídas.”

EMISSOR


UNIBANCO HOLDINGS S.A.
ISRAEL VAINBOIM
Diretor Presidente


UNIBANCO HOLDINGS S.A.
MAURO AGONILHA
Diretor

COORDENADORA


UNIBANCO - CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


UNIBANCO - CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

1. JUSTIFICATIVA PARA O AUMENTO DE CAPITAL

- 1.1. A Unibanco Holdings S.A. (“HOLDINGS”) foi constituída em 1994 de forma a deter, de maneira institucionalizada, o controle sobre o capital do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (“UNIBANCO”), sendo que o único ativo da HOLDINGS consiste exclusivamente em sua participação de 96% (noventa e seis por cento) do capital votante e 21,6% (vinte e um vírgula seis por cento) das ações preferenciais do UNIBANCO, representando 58,8% (cinquenta e oito vírgula oito por cento) do capital total de referida instituição financeira na data de 31 de dezembro de 1998.
- 1.2. O valor econômico das ações da HOLDINGS é equivalente ao valor das ações do UNIBANCO, uma vez que (a) para cada ação de sua emissão, a HOLDINGS detém uma ação de emissão do UNIBANCO; (b) a totalidade do lucro realizado pela HOLDINGS é dependente exclusivamente do desempenho do UNIBANCO e, conseqüentemente, todos os dividendos distribuídos pela HOLDINGS são originários dos dividendos recebidos pela HOLDINGS relativamente às ações do UNIBANCO por ela detidas.
- 1.3. Em 1997, os Acionistas da HOLDINGS e do UNIBANCO deliberaram, por proposta dos respectivos Conselhos de Administração, a criação do mecanismo que permitiu a negociação pública das ações preferenciais classe “B” de emissão da HOLDINGS e das ações preferenciais de emissão do UNIBANCO, por meio de certificados de depósitos de ações (“UNITS”), cada um representativo de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial classe “B” da HOLDINGS.
- 1.4. As UNITS foram, no âmbito de Oferta Pública Global, distribuídas no mercado brasileiro e no mercado internacional, sendo no mercado internacional sob a forma de “Global Depositary Shares” (“GDSs”), cada um representativo de 500 (quinhentas) UNITS.
- 1.5. Nos aumentos de capital mediante emissão de ações preferenciais, o UNIBANCO e a HOLDINGS têm a intenção de, sempre que possível estruturar referidos aumentos, de forma a possibilitar a formação de UNITS, em decorrência da grande liquidez representada pelas UNITS atualmente existentes.
- 1.6. O processo de consolidação e reestruturação do sistema financeiro nacional, assim como os efeitos da globalização a que este está sujeito, fazem com que as instituições financeiras integrantes de referido mercado estejam engajadas na busca constante de maior produtividade e ganhos de escala.
- 1.7. O UNIBANCO sempre participou ativamente de todos os movimentos de consolidação a que esteve sujeito o mercado financeiro brasileiro, analisando todas as oportunidades que se fizeram presentes e realizando, ao longo de sua existência, importantes aquisições e associações, cabendo-se ressaltar, mais recentemente, a assunção das atividades operacionais do Banco Nacional, a aquisição, em parceria com o Banco Icatu S.A., do Banco Fininvest S.A. e a aquisição do controle acionário do Banco Dibens.
- 1.8. A HOLDINGS foi criada tendo como um de seus principais objetivos, facilitar a expansão da capacidade operacional do UNIBANCO por meio de aquisições de instituições financeiras no mercado brasileiro.
- 1.9. O UNIBANCO vem analisando, nos últimos dezoito meses, todas as oportunidades de aquisição que se fizeram presentes e, com a percepção de que a atual tendência de consolidação do sistema financeiro deve se intensificar com a privatização de bancos estaduais e de outras atividades no sistema financeiro, inclusive na indústria de seguros e resseguros, o UNIBANCO pretende reforçar sua capacidade econômico-financeira, de modo a estar bem posicionado e pronto para participar ativamente de referido processo.
- 1.10. A HOLDINGS entende que o objetivo mencionado no subitem anterior deve ser atendido mediante aumento da capacidade patrimonial do UNIBANCO, seja por aumento de seu próprio capital social com a emissão de novas ações; pelo aumento do capital social da sua controladora, ou ainda pela emissão de outros títulos ou valores mobiliários disponíveis no âmbito do mercado de capitais.

2. CARACTERIZAÇÃO DA EMISSÃO

Aumento do capital social da HOLDINGS, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de até 17.652.000.000 (dezessete bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões) ações (“Ações”), sendo até 9.167.000.000 (nove bilhões, cento e sessenta e sete milhões) ações ordinárias e até 8.485.000.000 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo que as 8.485.000.000 ações preferenciais classe “B” comporão, juntamente com ações preferenciais do UNIBANCO, as UNITS que serão, juntamente com as ações ordinárias, oferecidas ao mercado.

- 2.1. As 8.485.000.000 ações preferenciais classe “B” de emissão da HOLDINGS comporão, juntamente com as 8.485.000.000 ações preferenciais de emissão do UNIBANCO, 8.485.000.000 UNITS que serão oferecidas aos investidores concomitantemente com as ações ordinárias da HOLDINGS.
- 2.2. Tendo em vista que as UNITS são certificados de depósito de ações, representativos de duas ações, sendo uma ação preferencial de emissão do UNIBANCO e uma ação preferencial classe “B” de emissão da HOLDINGS, o número UNITS será igual ao número de ações preferenciais que serão emitidas pelo UNIBANCO e ao número de ações preferenciais classe “B” que serão emitidas pela HOLDINGS.
- 2.3. As ações preferenciais de emissão do UNIBANCO, concomitantemente com as ações preferenciais classe “B” de emissão da HOLDINGS, serão depositadas junto ao UNIBANCO (“Banco Depositário”), para formação das UNITS.
- 2.4. O aumento de capital será efetuado por oferta pública de ações ordinárias e UNITS no Brasil, registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).
- 2.5. A colocação de UNITS junto a investidores americanos será realizada na forma de um “private placement”, em conformidade com a “Section 4(2)” do “Securities Act of 1933” sendo que a aquisição de UNITS por referidos investidores será realizada por meio das carteiras de valores mobiliários nos termos do Anexo IV à Resolução 1289/87. Os investidores americanos e seus respectivos administradores de carteiras Anexo IV deverão declarar, quando da assinatura de boletins de subscrição de ações preferencias do UNIBANCO que, juntamente com as ações preferenciais classe “B” da HOLDINGS comporão as UNITS, que têm conhecimento das restrições de revenda e demais condições aplicáveis à venda das UNITS a investidores americanos em um “private placement”, na forma da “Section 4(2)” do “Securities Act of 1933”.
- 2.6. A colocação de UNITS a investidores não americanos será feita em observância às regras aplicáveis à “Regulation S” do “Securities Act of 1933”. Todos os investidores deverão declarar, quando da assinatura dos boletins de subscrição, que têm conhecimento das restrições de revenda e demais condições aplicáveis à mencionada “Regulation S”.
- 2.7. Em decorrência do limite de participação estrangeira no capital de instituições financeiras, previsto pela Constituição Federal, a colocação de ações ordinárias será feita exclusivamente a investidores brasileiros e observará as regras aplicáveis à “Regulation S” do “Securities Act of 1933”. Todos os investidores deverão declarar, quando da assinatura dos boletins de subscrição, que não são estrangeiros e que têm conhecimento das restrições de revenda e demais condições aplicáveis à mencionada “Regulation S”.

3. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA EMISSORA, ATUAL E POSTERIOR À EMISSÃO DE AÇÕES

3.1. Composição atual do Capital Social da HOLDINGS (AGO/E de 30/03/1998)

<u>Espécie e classe das ações</u>	<u>Subscrito e Integralizado</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Ordinárias	26.757.592.286	432.985.611,55
Preferenciais classe “A”	3.843.541.338	62.195.360,44
Preferenciais classe “B”	27.872.835.701	451.032.240,96
TOTAL	58.473.969.325	946.213.212,95

ações nominativas sem valor nominal

3.2. Composição do Capital Social posterior ao aumento de capital da HOLDINGS (R.C.A. de 01/09/1999)

<u>Espécie e classe das ações</u>	<u>Subscrito e Integralizado</u>	
	<u>Quantidade (*)</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Ordinárias	35.924.592.286	723.396.171,55
Preferenciais classe “A”	3.843.541.338	62.195.360,44
Preferenciais classe “B”	36.357.835.701	719.837.040,96
TOTAL	76.125.969.325	1.505.428.572,95

ações nominativas sem valor nominal

(*) a quantidade acima poderá sofrer alterações conforme indicado nos itens 8.2 e 8.3.



4. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA EMISSÃO (*)

Espécie	Quantidade	Preço de Emissão (R\$)	
		Por lote de mil ações	Montante (R\$)
Ordinárias	9.167.000.000	31,68	290.410.560,00
Preferenciais classe "B"	8.485.000.000	31,68	268.804.800,00
TOTAL	17.652.000.000		559.215.360,00
		Custo da Distribuição	132.870,00
		Montante Líquido	559.082.490,00

(*) a quantidade acima poderá sofrer alterações conforme indicado nos itens 8.2 e 8.3.

5. DEMONSTRATIVO DE CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

5.1. Comissionamento: Será devida pelo UNIBANCO e pela HOLDINGS à COORDENADORA pelos serviços de coordenação, de garantia firme de subscrição e de melhores esforços de colocação previstos no Contrato de Underwriting, a remuneração no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser paga após a publicação do anúncio de encerramento da distribuição.

5.1.1. Além da remuneração prevista neste item, nenhuma outra será contratada ou paga à COORDENADORA pelo UNIBANCO e pela HOLDINGS, direta ou indiretamente.

5.2. Despesas decorrentes do Registro: R\$ 82.870,00, referente à taxa de fiscalização para registro da distribuição na CVM.

5.3. Custo da Distribuição:

Preço por lote de mil Ações (R\$)	Custo por lote de mil Ações (R\$)	Montante Líquido por lote de mil Ações (R\$)
31,68	0,008	31,672

6. CONDIÇÕES E PRAZO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

6.1. As ações ordinárias e as ações preferenciais do UNIBANCO serão subscritas pelo preço de emissão de R\$ 31,68 (trinta e um reais e sessenta e oito centavos) por lote de mil ações, as ações ordinárias e as ações preferenciais classe "B" da HOLDINGS serão subscritas pelo preço de emissão de R\$ 31,68 (trinta e um reais e sessenta e oito centavos) por lote de mil ações e as UNITS pelo preço de R\$ 63,36 (sessenta e três reais e trinta e seis centavos) por lote de mil UNITS, os quais destinar-se-ão integralmente à formação da conta "Capital Social" do UNIBANCO e da HOLDINGS, respectivamente.

6.2. As ações ordinárias e as UNITS a serem subscritas serão totalmente integralizadas a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição;

6.3. Os atuais acionistas da HOLDINGS não terão direito de preferência na subscrição das respectivas ações ordinárias e preferenciais decorrentes dos aumentos de capital de que se trata, na forma do § 2º do artigo 4º e do § 4º do artigo 5º do Estatuto Social da HOLDINGS, respectivamente, e artigo 172 da Lei 6.404, de 15.12.76.

7. PROCEDIMENTO PREVISTO PARA A DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DAS AÇÕES

7.1. Na distribuição pública das Ações será adotado o procedimento diferenciado, previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não havendo, portanto, rateio de sobras, sendo atendidos os pedidos por ordem cronológica, sem reservas antecipadas ou prioridade para os atuais acionistas, nem lotes máximos ou mínimos.

7.2. Todos os investidores, incluindo os atuais acionistas do UNIBANCO e da HOLDINGS poderão formular pedidos de subscrição dos valores mobiliários oferecidos sob o regime de melhores esforços, que contemplem UNITS, ações ordinárias do UNIBANCO, ações ordinárias da HOLDINGS ou ações preferenciais do UNIBANCO.

7.3. Os interessados na subscrição deverão se dirigir aos locais de atendimento mencionados no item 14 abaixo ou à COORDENADORA.

8. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES

Emissora:

UNIBANCO HOLDINGS S.A.

Av. Eusébio Matoso, 891 - 22º andar - São Paulo - SP

Coordenadora:

UNIBANCO – CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. Eusébio Matoso, 891 - 18º andar - São Paulo - SP

Interveniente:

E. JOHNSTON REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. Eusébio Matoso nº 891 - 22º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 00.025.238/0001-71.

8.1. Nos termos do CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE 12.652.000.000 DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DO UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. ("UNIBANCO"), 6.667.000.000 DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA UNIBANCO HOLDINGS S.A. ("HOLDINGS") E 5.985.000.000 DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO DE AÇÕES ("UNITS"), CADA UM REPRESENTATIVO DE 01 (UMA) AÇÃO PREFERENCIAL DE EMISSÃO DO UNIBANCO E DE 01 (UMA) AÇÃO PREFERENCIAL CLASSE "B" DE EMISSÃO DA HOLDINGS, SOB O REGIME DE GARANTIA FIRME DE SUBSCRIÇÃO E DE 7.500.000.000 DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DO UNIBANCO, 2.500.000.000 DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA HOLDINGS E 2.500.000.000 DE UNITS SOB O REGIME DE MELHORES ESFORÇOS DE COLOCAÇÃO ("Contrato de Underwriting"), firmado em 01/09/1999.

8.2. DA GARANTIA FIRME E DA INTERVENIÊNCIA

Observadas as condições previstas no Contrato de Underwriting, a COORDENADORA garante a subscrição de até 6.667.000.000 ações ordinárias de emissão da HOLDINGS e até 5.985.000.000 ações preferenciais classe "B" que, em conjunto com as ações preferenciais do UNIBANCO formarão UNITS.

Em decorrência da restrição legal a que a COORDENADORA está sujeita pela aplicação do parágrafo 1º do Artigo 244 e alínea "b" do parágrafo 1º do Artigo 30 da Lei 6.404/76, bem como do Artigo 3º da Instrução CVM nº 10/80, a E. Johnston Representação e Participações S.A. ("Interveniente"), acionista controladora da HOLDINGS, assumirá a obrigação de subscrever as ações ordinárias e UNITS objeto da garantia firme que porventura não tenham sido colocadas ou subscritas pela COORDENADORA.

8.2.1. DO CRONOGRAMA DA GARANTIA FIRME

A garantia firme de subscrição prevista no item anterior será prestada na forma e nas condições a seguir mencionadas:

- a) a colocação e/ou subscrição das ações ordinárias e UNITS objeto da garantia firme, somente terá início após a data da expedição do registro de emissão pela CVM e da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme artigo 26 da Instrução CVM nº 13/80;
- b) Sem prejuízo do período máximo 6 (seis) meses, estabelecido no artigo 5º da Instrução CVM nº 13/80, a COORDENADORA terá perante a HOLDINGS, para promover a colocação das ações e UNITS objeto da garantia firme, o seguinte prazo:
 - b.1) 08 (oito) dias úteis contados a partir da data da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, se houver a subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS objeto dos melhores esforços de colocação;
 - b.2) não havendo subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS objeto dos melhores esforços de colocação, cada subscritor terá a faculdade de rever sua decisão, retificando sua manifestação de vontade com relação à subscrição, conforme item 9 abaixo.
- c) se, ao final do prazo a que se refere o item 9 abaixo, as ações ordinárias e as UNITS objeto da garantia firme não tiverem sido totalmente colocadas, a COORDENADORA e a Interveniente subscreverão o saldo não colocado, no mesmo dia do término do referido prazo;
- d) não há e nem será constituído fundo de sustentação para as ações ordinárias e UNITS objeto da garantia firme.

8.3. DOS MELHORES ESFORÇOS

Observadas as condições previstas no Contrato de Underwriting, a COORDENADORA envidará seus melhores esforços, no sentido de colocar junto ao público até 2.500.000.000 ações ordinárias de emissão do HOLDINGS e até 2.500.000.000 ações preferenciais classe “B” que, em conjunto com as ações preferenciais do UNIBANCO formarão UNITS.

8.3.1. DO CRONOGRAMA E CONDIÇÕES DOS MELHORES ESFORÇOS

Os melhores esforços de colocação previstos na cláusula anterior serão prestados na forma e nas condições a seguir mencionadas:

- a) A colocação das ações ordinárias e UNITS objeto dos melhores esforços, somente terá início após a data da expedição do registro de emissão pela CVM e da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme artigo 26 da Instrução CVM nº 13/80;
- b) Sem prejuízo do período máximo de 06 (seis) meses estabelecido no artigo 5º da Instrução CVM nº 13/80, a COORDENADORA terá perante a HOLDINGS, para promover a colocação das ações ordinárias e UNITS objeto dos melhores esforços, o seguinte prazo:
 - b.1) 08 (oito) dias úteis contados a partir da data da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, se houver a subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS, objeto dos melhores esforços de colocação;
 - b.2) não havendo subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS objeto dos melhores esforços de colocação, cada subscritor terá a faculdade de rever sua decisão, retificando sua manifestação de vontade com relação à subscrição, conforme item 9 abaixo.
- c) se, ao final do prazo a que se refere o item 9 abaixo, as ações ordinárias e as UNITS objeto dos melhores esforços não tiverem sido totalmente colocadas, a COORDENADORA não se responsabilizará pela subscrição do saldo das ações ordinárias e UNITS não colocadas sob esse regime;
- d) não há e nem será constituído fundo de sustentação para as ações objeto dos melhores esforços.

8.3.2. Tendo em vista o subitem 7.2 acima, o número de UNITS objeto dos melhores esforços de colocação poderá ser reduzido em função da possibilidade de subscrição isolada de ações preferenciais do UNIBANCO.

8.4. Poderão participar da colocação das ações ordinárias e das UNITS, mediante adesão aos termos do Contrato de Underwriting, outras Instituições Financeiras autorizadas a operar no Mercado de Capitais, adesão essa que será formalizada mediante contratos específicos.

9. DIREITO DE REVISÃO

9.1. Não havendo subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS objeto dos melhores esforços de colocação, cada subscritor terá a faculdade de rever sua decisão, retificando sua manifestação de vontade com relação à subscrição. Assim, no 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente ao 8º (oitavo) dia útil contado a partir da data da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, inclusive, o UNIBANCO e a HOLDINGS, por meio da COORDENADORA, farão publicar anúncio informando a quantidade de ações ordinárias e a quantidade de UNITS efetivamente subscritas. Cada subscritor, então, terá um dia útil, contado a partir da data deste anúncio de revisão, exclusive, para manifestar seu desejo de rever o número de ações ordinárias e/ou UNITS subscritas junto às instituições financeiras intermediadoras da operação de subscrição e colocação, observado que:

- a) os subscritores poderão manter a subscrição das quantidades das ações ordinárias e/ou UNITS por eles já subscritas, ou
- b) os subscritores poderão reduzir, proporcionalmente, o número de ações ordinárias e/ou UNITS por eles já subscritas, cancelando, total ou parcialmente, a subscrição já efetuada.

9.2. A subscrição de ações ordinárias e/ou UNITS somente será admitida durante o prazo de colocação da oferta, razão pela qual não serão aceitos pedidos de subscrição de ações ordinárias e/ou UNITS adicionais durante o período de revisão aqui mencionado.

- 9.3. A devolução dos valores relativos às subscrições canceladas será efetuada no ato do pedido de revisão e consequente cancelamento, por meio da entrega de cheque administrativo em valor equivalente ao preço de subscrição das ações ordinárias e/ou UNITS cuja subscrição for cancelada, sem juros ou correção.
- 9.4. Em decorrência do fato de que parte das ações ordinárias e das UNITS estão sujeitas ao regime de colocação de melhores esforços, os aumentos de capital aqui mencionados serão homologados pelos números verificados após o processo de revisão retro mencionado.
- 9.5. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto à COORDENADORA, pelos telefones (0XX11)3119.5247 e 3119.4931, sendo que o atendimento aos subscritores para a revisão aqui mencionada será realizado até o final do expediente bancário do dia 17/09/1999, nos endereços especificados nos itens 14 e 15 abaixo, em que tenha sido efetuada a respectiva subscrição, onde serão disponibilizados os formulários específicos, que deverão ser entregues mediante comprovante de recebimento, bem como os cheques de devolução dos valores relativos às subscrições revistas.

10. CARACTERÍSTICAS DAS AÇÕES E DAS UNITS A SEREM EMITIDAS

10.1. Dos Direitos das Ações Ordinárias e Preferenciais da HOLDINGS

As ações ordinárias e preferenciais classe "B" da HOLDINGS decorrentes do aumento de capital de que se trata, farão jus aos dividendos que vierem a ser distribuídos, em decorrência dos resultados apurados no segundo semestre de 1999, e usufruirão, em igualdade de condições com as atualmente em circulação e com aquelas decorrentes de todo e qualquer aumento de capital que se realizar, de quaisquer dividendos ou outros direitos que vierem a ser distribuídos pela HOLDINGS, a partir da homologação do aumento de capital de que se trata e terão, na forma estatutária, as seguintes características:

- a) as ações ordinárias têm direito a voto e asseguram, juntamente com as outras ações de emissão da HOLDINGS, direito ao recebimento, a título de dividendo, de 100% (cem por cento) do lucro do exercício realizado em dinheiro;
- b) as ações preferenciais classe "B" não têm direito a voto, não são conversíveis em ações ordinárias e a elas não se aplica o disposto no parágrafo 1º, do artigo 111, da Lei 6.404, de 15.12.76, sendo-lhes asseguradas as seguintes vantagens:
 - prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R\$ 0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações;
 - no caso de desdobramento ou grupamento das ações preferenciais classe "B", o dividendo mínimo será ajustado em função da nova quantidade de ações daquela classe;
 - prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da HOLDINGS, até o valor da parcela do capital social representado por essa classe de ações;
 - participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos depois de assegurado às ações ordinárias, dividendo igual ao mínimo.

10.2. Dos Direitos e Características das UNITS

As UNITS decorrentes do aumento de capital de que se trata, farão jus aos dividendos e quaisquer outros direitos que vierem a ser distribuídos pelo UNIBANCO e pela HOLDINGS, relativos às ações preferenciais do UNIBANCO e ações preferenciais classe "B" da HOLDINGS, a partir da homologação dos respectivos aumentos de capital e terão, na forma estatutária, as vantagens atribuídas às referidas ações preferenciais do UNIBANCO e às ações preferenciais classe "B" da HOLDINGS. As UNITS terão as seguintes características específicas:

- a) ficarão registradas em conta de depósito vinculada, e sua propriedade somente será transferida mediante transferência das UNITS correspondentes, por ordem escrita do seu titular;
- b) seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao seu titular;
- c) as UNITS, seus rendimentos e o respectivo valor de resgate ou amortização não poderão ser dados em penhor, gravadas ou a qualquer outro título dados em garantia pelo titular, nem poderão ser objeto de penhora, arresto, seqüestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro embarço que impeça sua entrega ao seu titular.

11. JUSTIFICATIVA DO PREÇO DE EMISSÃO DAS AÇÕES

Tendo em vista que o valor econômico das ações da HOLDINGS é equivalente ao valor econômico das ações ordinárias e preferenciais de emissão do UNIBANCO; que as ações preferenciais classe “B” são negociadas, juntamente com as ações preferenciais do UNIBANCO, na forma de UNITS e GDSs, e que as ações ordinárias da HOLDINGS não possuem liquidez expressiva; o preço de emissão foi fixado tendo por base, de acordo com o inciso III do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei 6.404, de 15.12.76, a média ponderada das cotações das ações ordinárias e preferenciais do UNIBANCO, bem como das UNITS e GDSs nos últimos 30 pregões (de 21/07/1999 a 31/08/1999).

12. COTAÇÃO DAS AÇÕES DA HOLDINGS E DAS UNITS

12.1. COTAÇÃO DAS AÇÕES DA HOLDINGS NA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

Ações Ordinárias - BOVESPA

mês/ano	NºNegócios	Preços por mil ações em R\$				
		Quantidade	Volume R\$	Mínimo	Máximo	Médio
NOV/98	3	90.000.000	2.025.000,00	22,50	22,50	22,50
JAN/99 *	1	25.000.000	612.500,00	24,50	24,50	24,50
FEV/99 *	1	65.000.000	1.625.000,00	25,00	25,00	25,00
MAR/99	4	90.000.000	2.507.500,00	26,00	28,50	27,86
ABR/99	2	4.000.000	140.000,00	33,00	37,00	35,00
MAI/99	2	35.000.000	1.455.000,00	38,00	43,00	41,57
JUN/99	1	5.000.000	220.000,00	44,00	44,00	44,00
JUL/99	1	25.000.000	1.100.000,00	44,00	44,00	44,00
até 25/AGO/99	7	537.800.000	23.130.778,00	43,01	43,01	43,01

* ex-juros s/capital próprio

Não houve negociação na BOVESPA de Ações Preferenciais da HOLDINGS.

12.2. COTAÇÃO DAS UNITS NA BOVESPA

mês/ano	NºNegócios	Preços por mil UNITS em R\$ (*)				
		Quantidade	Volume R\$	Mínimo	Máximo	Médio
JUN/98	59	67.700.000	4.811.184,00	63,00	73,00	71,07
JUL/98	100	360.800.000	28.064.840,00	67,00	83,00	77,79
JUL/98 *	44	114.100.000	9.113.297,00	79,00	83,00	79,87
AGO/98 *	73	181.400.000	8.730.798,00	36,00	78,50	48,13
SET/98	121	115.500.000	3.660.806,00	19,50	41,00	31,70
OUT/98	127	195.900.000	7.254.491,00	27,70	45,50	37,03
NOV/98	121	148.600.000	7.191.482,00	39,16	60,00	48,39
DEZ/98	91	170.400.000	6.680.233,00	35,75	53,00	39,20
JAN/99	92	95.500.000	3.616.769,00	29,00	41,00	37,87
JAN/99 **	24	18.300.000	748.663,00	38,00	42,00	40,91
FEV/99 **	96	157.900.000	7.821.535,00	42,00	54,50	49,53
MAR/99	114	152.600.000	10.017.672,00	56,00	70,00	65,65
ABR/99	102	70.200.000	5.540.849,00	69,99	86,00	78,93
MAI/99	136	310.500.000	26.443.294,00	77,00	97,50	85,16
JUN/99	89	263.500.000	20.959.218,00	75,00	83,00	79,54
JUL/99	39	48.700.000	4.053.550,00	73,00	86,51	83,24
JUL/99 *	7	3.000.000	185.448,00	61,00	65,98	61,82
até 25 de AGO/99	138	152.100.000	9.205.366,00	58,00	71,00	60,52

* ex - dividendos

** ex - juros s/ capital próprio

(*) 1 UNIT = 1 ação preferencial do UNIBANCO mais uma ação preferencial classe “B” da HOLDINGS.



12.3. COTAÇÃO DOS GDSs (1) NA BOLSA DE VALORES DE NOVA IORQUE

	Preços por GDS em US\$				
	Quantidade	Volume US\$	Mínimo	Máximo	Médio
Jun/98	4.257.100	116.661.456	25,05	29,64	27,67
Jul/98	1.434.700	47.220.802	28,64	33,87	33,21
Jul/98 *	1.250.500	41.455.697	32,32	34,13	33,15
Ago/98	6.877.400	162.116.319	14,28	33,06	23,33
Set/98	16.251.200	204.725.458	6,90	17,59	13,35
Out/98	10.364.000	149.765.726	10,52	18,32	14,55
Nov/98	6.638.000	125.306.675	17,36	20,75	18,93
Dez/98	5.908.900	92.690.860	13,56	18,97	15,31
Jan/99	9.662.800	111.245.570	9,45	14,98	12,75
Jan/99 **	8.334.600	98.915.064	10,70	12,31	11,26
Fev/99	10.402.500	132.640.505	11,62	13,31	12,84
Mar/99	10.017.800	172.610.094	13,41	19,63	17,03
Abr/99	7.024.100	161.979.062	20,04	24,81	23,27
Mai/99	6.122.900	155.605.737	22,56	29,19	25,86
Jun/99	3.080.900	69.575.932	21,38	24,06	22,39
Jul/99	2.075.600	46.380.527	20,29	24,19	22,32
Jul/99 *	1.868.900	33.790.737	17,00	19,75	18,08
até 25 de AGO/99	4.898.800	151.524.744	29,32	35,38	30,93

Fonte: Bloomberg

* ex – dividendos

** ex – juros s/ capital próprio

(1) 1 GDS = 500 UNITS

13. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Tendo em vista a finalidade e os princípios que nortearam a criação da HOLDINGS, principalmente o de possibilitar a expansão da capacidade operacional do UNIBANCO, os recursos financeiros provenientes do aumento de capital destinam-se a reforçar a posição do UNIBANCO no processo de reestruturação do sistema financeiro nacional, caracterizado por privatizações de bancos públicos, fusões e incorporações de instituições financeiras e assemelhadas, uma vez que o UNIBANCO pretende aproveitar todas as oportunidades porventura existentes no âmbito do referido processo, que apresentem retorno adequado em todas as suas áreas de atuação. Tendo em vista o regime de melhores esforços mencionado no subitem 8.3 e o direito de revisão no caso de não colocação integral das ações ordinárias e UNITS mencionado no item 9 acima, a quantidade de Ações a serem efetivamente emitidas poderá ser inferior ao aumento ora autorizado. Tal possibilidade está em linha com a estratégia adotada pelo UNIBANCO em face ao referido processo de reestruturação, sendo que o montante objeto de garantia firme serve aos propósitos imediatos de uma participação ativa do UNIBANCO no mencionado processo de reestruturação, enquanto que o montante objeto dos melhores esforços e, conseqüentemente, sujeito à revisão, deverá reforçar a capacidade do UNIBANCO para futuras aquisições no âmbito de privatizações, e permitir seu crescimento orgânico, a partir das bases hoje existentes, com expansão de sua capacidade operacional e de futuras associações que venham a ocorrer nos diversos segmentos em que atua, representados pelos pilares de banco de varejo, banco de atacado, “asset management” e seguros. Mencione-se, neste sentido, que o UNIBANCO estará se preparando para emitir outros valores mobiliários, aproveitando-se das diversas modalidades de captação disponíveis no mercado de capitais, caso seja necessário, na hipótese de revisão do valor do aumento colocado em regime de melhores esforços.

14. LOCAIS DE ATENDIMENTO

(atendimento durante o expediente bancário, das 10 às 16 horas)

São Paulo

Rua da Quitanda, 157 - 4º andar, Centro, São Paulo
Telefones: (0XX11) 3119.4336 e 3119.4348

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro nº 111, Sobreloja, Centro, Rio de Janeiro
Telefones: (0XX21) 277.1233 e 277.1266

Rio Grande do Sul

Rua Sete de Setembro nº 1.073, Subsolo, Centro, Porto Alegre
Telefone: (0XX51) 228.1100, ramais 7270 e 7275

Minas Gerais

Av. Amazonas, 527, Sobreloja, Centro, Belo Horizonte
Telefone: (0XX31) 212.4131

15. COORDENADORA DA OPERAÇÃO

UNIBANCO – CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. Eusébio Matoso, 891 – 18º andar - São Paulo - SP
Rua da Quitanda, 157 - 3º andar - São Paulo - SP
Telefones: (0XX11)3119.5247 e 3119.4931

16. RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM A COORDENADORA DA DISTRIBUIÇÃO

A Emissora é controladora indireta da Unibanco – Corretora de Valores Mobiliários S.A.

17. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DAS AÇÕES E PRESTADORA DE SERVIÇOS DE REGISTRO DE AÇÕES NOMINATIVAS ESCRITURAS

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. - Av. Eusébio Matoso nº 891 - Pinheiros - São Paulo - SP

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Quaisquer informações complementares sobre a EMISSORA e a distribuição em questão, poderão ser obtidas junto à COORDENADORA e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os interessados na obtenção de exemplares do prospecto deverão dirigir-se à COORDENADORA da operação.

“Este Prospecto foi preparado com base em informações prestadas pela companhia emissora, visando o atendimento dos padrões mínimos de informação estabelecidos para colocação e distribuição pública de títulos e valores mobiliários definidos pelo Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil, o que não implica, por parte da ANBID, em garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, das instituições participantes e/ou títulos e valores mobiliários objeto da distribuição.”

II. INFORMAÇÕES SOBRE O UNIBANCO E A UNIBANCO HOLDINGS



[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

Introdução

O setor bancário brasileiro é composto de vários tipos de instituições financeiras públicas e privadas.

O quadro a seguir fornece informações estatísticas sobre os bancos dos setores público e privado segundo os últimos dados oficiais disponíveis:

Base: 31 de março de 1999
(em bilhões de reais, exceto percentagens)

	Ativo		Operações de Crédito(1)		Depósitos		Patrimônio Líquido	
<i>Setor Público</i>								
Caixa Econômica Federal	117,3	14%	62,3	29%	61,5	20%	3,6	5%
Banco do Brasil	127,0	15%	21,5	10%	55,3	18%	6,6	9%
BNDES	78,2	9%	23,7	11%	0,4	0%	11,0	15%
Banespa	22,9	3%	3,4	2%	10,4	3%	4,1	6%
Outros	12,4	1%	4,0	2%	10,3	3%	-1,8	-2%
Total	357,8	43%	115,1	53%	138,0	45%	23,5	32%
<i>Setor Privado</i>								
Bradesco	53,4	6%	16,4	8%	26,6	9%	6,5	9%
Itaú (2)	44,4	5%	7,2	3%	25,2	8%	5,1	7%
Unibanco	30,3	4%	9,3	4%	9,4	3%	2,9	4%
HSBC Bamerindus (3)	14,7	2%	2,6	1%	7,3	2%	1,0	1%
BCN (4)	11,7	1%	3,7	2%	4,4	1%	0,8	1%
Real (6)	15,1	2%	3,6	2%	4,7	2%	1,0	1%
Safra	17,2	2%	2,4	1%	3,7	1%	0,9	1%
Bilbao Vizcaya (5)	6,1	1%	0,9	0%	2,2	1%	0,5	1%
Outros	276,8	33%	55,0	25%	83,2	27%	31,6	43%
Total	469,7	57%	101,0	47%	166,7	55%	50,2	68%
Total Geral	827,5	100%	216,0	100%	304,7	100%	73,7	100%

Fonte: SISBACEN

Nota: Números não consolidados

- (1) "Operações de Crédito" não inclui adiantamentos a exportadores
- (2) Em julho de 1997, após intervenção do BACEN, o Banco Itaú adquiriu certos ativos e passivos do BANERJ
- (3) Em abril de 1997, após intervenção do BACEN, o Hong Kong and Shanghai Banking Corporation adquiriu certos ativos e passivos do Bamerindus
- (4) O BCN foi comprado pelo Bradesco em outubro de 1997
- (5) O Banco Bilbao Vizcaya adquiriu 55% do capital votante do Banco Excel em abril de 1998
- (6) O Banco ABN AMRO adquiriu o controle do Banco Real em julho de 1998

Bancos públicos têm uma importante participação no setor bancário. Eles detêm parcela significativa dos depósitos e ativos totais do sistema bancário e são os maiores repassadores de fundos do governo para indústria e para a agricultura. No entanto, várias instituições financeiras públicas têm sido incluídas no programa de privatização dos governos estaduais e federal. Acreditamos que a maioria destas instituições fará parte do setor privado em breve.

Desde de 1988, o governo brasileiro autorizou a formação de bancos múltiplos, os quais cumulam os serviços de banco comercial, crédito ao consumidor, banco de investimento e outros. Em 31 de dezembro de 1998, existiam 191 instituições deste tipo, 30 bancos comerciais, 23 bancos de investimento e várias instituições de poupança, corretagem, *leasing* e outras instituições financeiras.

A estrutura institucional básica do sistema financeiro nacional foi estabelecida em 1964, sob a lei nº 4.595 - a Lei da Reforma Bancária. A lei da Reforma Bancária criou o Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão regulador responsável por estabelecer as políticas de câmbio e de crédito, promovendo o desenvolvimento econômico e social.

Abaixo descrevemos brevemente a estrutura atual do setor bancário no Brasil conforme estabelecido pela Lei da Reforma Bancária:

Principais Instituições Financeiras

Setor Público

Os governos estaduais e federal controlam vários bancos comerciais e instituições financeiras, cujo objetivo básico é estimular o desenvolvimento econômico, principalmente nas áreas de agricultura e indústria. Além de exercer atividades bancárias comerciais, os bancos estaduais de desenvolvimento atuam como agências regionais de desenvolvimento independentes.

Dentre os bancos controlados pelo Governo Federal incluem-se o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros bancos de desenvolvimento, comerciais e múltiplos do setor público. O Banco do Brasil, controlado pelo governo federal, fornece uma linha completa de produtos bancários aos setores público e privado. O Banco do Brasil é o maior banco comercial do Brasil e é o principal agente financeiro do governo federal. O BNDES, um banco de desenvolvimento também controlado pelo governo federal, está basicamente envolvido no fornecimento de financiamento de médio e longo prazo ao setor privado brasileiro, principalmente na área da indústria. O BNDES fornece recursos direta ou indiretamente, através de outras instituições financeiras do setor público e privado. Dentre os bancos de desenvolvimento, comerciais e múltiplos do setor público federal estão incluídos vários bancos comerciais e múltiplos controlados pelos vários governos estaduais, sendo o maior deles o Banespa - Banco do Estado de São Paulo S.A.

Setor Privado

No setor financeiro privado incluem-se bancos comerciais, bancos múltiplos, sociedades de investimento, financiamento e crédito, bancos de investimento, distribuidoras de valores mobiliários, sociedades corretoras, cooperativas de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, companhias de seguros e outras entidades. No Brasil, os maiores participantes do mercado financeiro são conglomerados financeiros envolvidos na atividade bancária comercial, de investimento, financiamento, arrendamento mercantil, distribuição de valores mobiliários, corretagem e seguros. Há vários tipos diferentes de instituições financeiras do setor privado no Brasil, que incluem os seguintes:

- a) Bancos Múltiplos. Os bancos múltiplos estão autorizados a prestar uma gama completa de serviços de banco comercial, banco de investimento (inclusive subscrição e negociação de valores mobiliários), financiamento ao consumidor e outros serviços, inclusive administração de recursos de terceiros e financiamento imobiliário. Em dezembro de 1998, havia 174 bancos múltiplos privados operando no Brasil.
- b) Bancos Comerciais. Esses bancos exercem basicamente atividades bancárias no atacado e no varejo e são especialmente ativos na tomada de depósitos a vista e empréstimos para fins de capital de giro. Em dezembro de 1998, 28 bancos comerciais do setor privado operavam no Brasil.
- c) Bancos de Investimento. Esses bancos de investimento exercem principalmente atividades de tomada de depósitos a prazo, subscrição de valores mobiliários e empréstimos especializados. Em dezembro de 1998, existiam 22 bancos de investimento privados no Brasil.

Principais Órgãos Reguladores

Os três principais órgãos reguladores do setor bancário brasileiro são: (i) o CMN, que é responsável pela supervisão geral das políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública do Brasil, (ii) o Banco Central, que é responsável por implementar as políticas do CMN no que se referir a assuntos monetários e de controle de câmbio, regulamentar as instituições financeiras brasileiras, públicas e privadas, e monitorar e registrar investimentos estrangeiros no Brasil e (iii) a Comissão de Valores Mobiliários, que é responsável por regulamentar o mercado de valores mobiliários do Brasil, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo CMN.

ATIVIDADES DO UNIBANCO

Introdução

Somos uma instituição financeira brasileira que oferece uma ampla variedade de produtos e serviços financeiros, incluindo seguros, cartão de crédito, planos de aposentadoria, administração de recursos de terceiros, *cash management*, corretagem e consultoria de investimento.

Em 31 de dezembro de 1998 ocupávamos as seguintes posições no setor bancário brasileiro:

- terceiro maior banco privado, em termos de patrimônio líquido, ativos e operações de crédito;
- maior banco responsável por estruturação e distribuição de papéis de renda fixa;
- segundo maior banco privado brasileiro em repasses de recursos do BNDES;
- segundo maior banco privado brasileiro no mercado de futuros baseado no volume financeiro negociado; e
- terceiro maior banco privado em operações de câmbio, baseado no volume negociado.

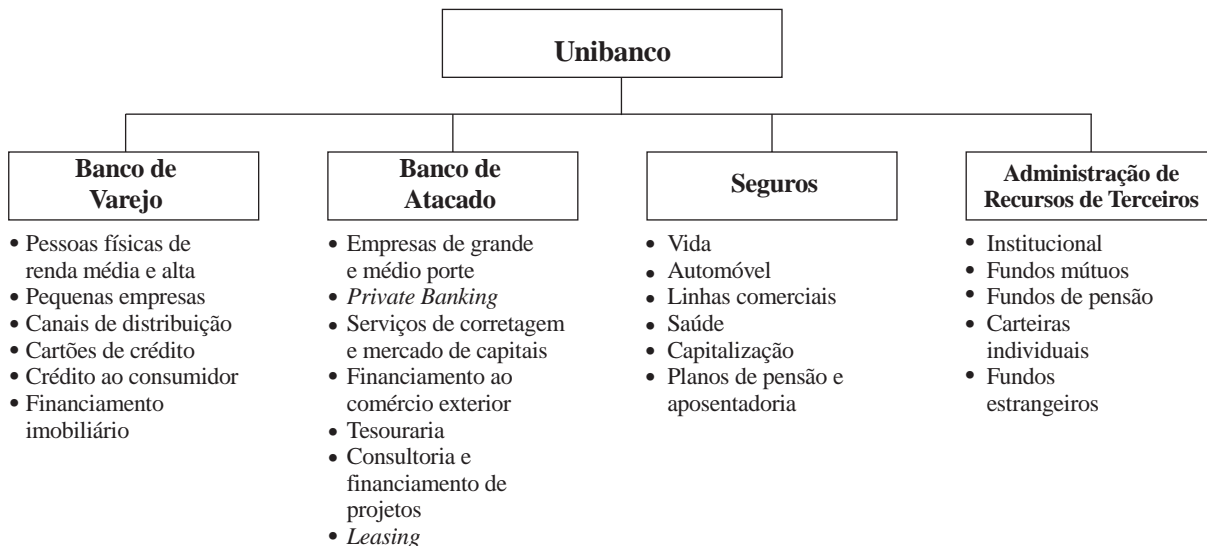
Na mesma data, detínhamos aproximadamente:

- R\$ 31,7 bilhões em ativos;
- R\$ 14,0 bilhões em operações de crédito;
- R\$ 7,5 bilhões em depósitos;
- R\$ 2,9 bilhões de patrimônio líquido;
- R\$ 2,9 bilhões de financiamento ao comércio exterior;
- 3,7 milhões de clientes no varejo;
- 1.100 clientes pessoa jurídica de grande porte;
- 1.900 clientes pessoa jurídica de médio porte;
- 3.300 clientes do *private banking*;
- 659 agências localizadas nas principais áreas urbanas do Brasil;
- 358 postos de atendimento bancário (PABs);
- 3.062 caixas eletrônicos (ATMs);
- 522.000 clientes equipados com nossos serviços de *home e internet banking*;
- 75 milhões de ligações recebidas através de nossa central de atendimento em 1998; e
- 13 milhões de acessos através de nosso *home/internet banking* em 1998.

Em 31 de dezembro de 1998, nossas subsidiárias e afiliadas ocupavam as seguintes posições no mercado financeiro brasileiro:

- maior emissor de cartões de crédito em termos de número de cartões emitidos considerando conjuntamente as carteiras da Cartão Unibanco e nossa participação na Credicard e no Banco Fininvest;
- maior instituição privada de administração de fundos de pensão em termos de ativos, através de nossa subsidiária Unibanco Asset Management (UAM);
- segunda maior instituição independente de crédito ao consumidor em termos de operações de crédito, através de nossa subsidiária Banco Fininvest;
- segunda maior empresa de previdência privada em termos de ativos e planos de pensão, através de nossa subsidiária Unibanco AIG Seguros e Previdência;
- terceira maior instituição privada de administração de fundos institucionais em termos de ativos, através de nossa subsidiária UAM; e
- quinta maior empresa seguradora em termos de prêmios emitidos, através de nossa subsidiária Unibanco Seguros.

O quadro a seguir demonstra nossos principais negócios, bem como determinadas informações a respeito de cada um com base em 31 de dezembro de 1998. Estas informações são provenientes de relatórios gerenciais de uso interno, para fins de planejamento e marketing e são baseadas nas Demonstrações Financeiras contidas neste prospecto.



Dados de 1998

<i>Operações de crédito:</i> R\$ 4.914 MM	<i>Operações de crédito:</i> R\$ 9.132 MM	<i>Receita total de prêmios:</i> R\$ 1.566 MM	<i>Recursos administrados de terceiros:</i> R\$10.175 MM
<i>Receita financeira líquida:</i> R\$ 3.100 MM	<i>Receita financeira líquida:</i> R\$ 451 MM	<i>UBB Seguros:</i> R\$ 859 MM	<i>Tarifas e comissões:</i> R\$250 MM
<i>Tarifas e comissões:</i> R\$ 1.009 MM	<i>Tarifas e comissões:</i> R\$ 109 MM	<i>AIG:</i> R\$ 233 MM	
		<i>Planos de pensão:</i> R\$ 286 MM	
		<i>Capitalização:</i> R\$ 188 MM	
		<i>Lucro líquido para o UBB:</i> R\$ 121 MM	

Histórico

Nossa história teve início em 1924. Temos expandido nossas operações desde então através de crescimento orgânico e aquisições. Nos últimos quatro anos, expandimos nossas operações através de uma série de iniciativas, tais como:

- em novembro de 1995, adquirimos a totalidade das operações e parte dos ativos e passivos do Banco Nacional, um dos maiores bancos privados do país na época, resultando em um crescimento da nossa base de clientes de varejo em aproximadamente 1,2 milhão de novos clientes;
- em fevereiro de 1996, adquirimos 49% do Banco Fininvest, a segunda maior instituição de crédito ao consumidor no Brasil;
- com a aquisição das operações de cartão de crédito do Banco Nacional e do Banco Fininvest, nos tornamos um dos maiores participantes deste mercado, com uma participação estimada de mais de 25% dos cartões de crédito emitidos no país;
- em 1995 e 1996, adquirimos empresas seguradoras (incluindo as operações de seguro do Banco Nacional) e em outubro de 1997 formamos uma associação com a American International Group Inc. (AIG), nos tornando um dos maiores participantes da indústria de seguros no Brasil; e
- em março de 1998, adquirimos o controle do Banco Dibens, uma instituição especializada no financiamento de veículos leves e pesados.

Estratégia de Negócios

Nosso principal objetivo é consolidar nossa posição de liderança no mercado financeiro brasileiro, oferecendo uma prateleira completa de produtos e serviços financeiros a todos os segmentos do mercado brasileiro em todo o país. Nossa estratégia é crescer organicamente em cada um de nossos quatro principais negócios, aumentando nossa participação de mercado de forma rentável através da oferta de produtos diferenciados para a nossa base de clientes. Também buscamos crescer através de aquisições e alianças estratégicas. Os principais elementos da nossa estratégia são:

- segmentação da nossa base de clientes e a oferta de produtos diferenciados;
- investimentos em serviços financeiros, distribuídos por canais alternativos à rede de agências tradicional;
- rede de agências equipada com tecnologia de ponta;
- aumento das receitas de serviços dos bancos de varejo e atacado;
- aumento de *cross-selling* de nossos serviços de administração de recursos de terceiros;
- crescimento de nossa participação no mercado segurador brasileiro;
- busca constante de melhores padrões de eficiência; e
- crescimento através de aquisições e alianças estratégicas.

Segmentação da Nossa Base de Clientes e a Oferta de Produtos Diferenciados

Acreditamos que a comercialização de novos produtos e serviços para nossos clientes será uma importante fonte de crescimento de receitas. Nosso objetivo é aumentar o número de produtos por cliente, atualmente em uma média de 3,4, para um patamar mais próximo ao já alcançado no nosso segmento de alta renda, de 6 produtos por cliente. Para alcançarmos este objetivo, pretendemos oferecer de forma diferenciada nossa gama de produtos e serviços para uma base de clientes segmentada.

Nossa base de clientes está segmentada em oito grupos: cinco grupos no banco de varejo e três no banco de atacado. No varejo, os cinco segmentos são:

- três segmentos de pessoas físicas de renda média-alta atendidos pela nossa rede de agências e PABs (Postos de Atendimento Bancário);
- pequenas empresas, atendidas pela nossa rede de agências; e
- clientes pessoa física de baixa renda, atendidos pelo Banco Fininvest, a segunda maior instituição independente de crédito direto ao consumidor, na qual detemos 49,8% do capital total.

No banco de atacado, os três segmentos são empresas de grande porte, empresas de médio porte e clientes do *private banking*. Nossos clientes do banco de atacado são atendidos por uma rede de escritórios e agências no Brasil e no exterior.

Os clientes de cada um dos oito grupos são atendidos por gerentes de conta especializados em cada segmento. O conhecimento, treinamento e número de clientes por gerente é diferente em cada segmento para assegurar o mais adequado atendimento para cada grupo.

Tendo em vista os diversos segmentos, estamos desenvolvendo um pacote de produtos e serviços diferenciado para cada grupo. Estes pacotes são desenvolvidos considerando a conveniência para o cliente e a nossa rentabilidade. Por exemplo, no banco de varejo nós investimos em um sofisticado modelo de banco de dados que nos fornece informações sobre nossos clientes de forma a determinar quais os produtos mais adequados para cada um. Em 1999, continuaremos a customizar produtos e serviços para nossos oito grupos de clientes.

O Banco Fininvest está bem posicionado para atender às necessidades de seus clientes de baixa renda através de seu relacionamento com empresas varejistas em todo o Brasil. O Banco Fininvest mantém relacionamento com mais de 6.000 estabelecimentos varejistas, representando mais de 9.800 pontos de venda em todo o país que oferecem financiamentos do Banco Fininvest. O Banco Fininvest possui, ainda, mais de 6,6 milhões de clientes cadastrados em seu banco de dados. Acreditamos que o segmento de crédito ao consumidor de baixa renda apresenta significativo potencial de crescimento no mercado brasileiro. Em 1998, devido às condições econômicas adversas, o Banco Fininvest não conseguiu repetir o mesmo crescimento observado em 1996 e 1997. Acreditamos que à medida que a economia se recuperar, haverá uma retomada das altas taxas de crescimento. Assim que o mercado permitir, o Banco Fininvest pretende comercializar mais agressivamente seus serviços, tanto para varejistas quanto para clientes diretos.

Para vendermos nossa ampla gama de produtos e serviços diferenciados aos nossos clientes do banco de atacado, contamos com um time de gerentes de conta especializados em atender às necessidades específicas de cada cliente, assim como buscar novas oportunidades de negócio junto a cada um deles. Para tanto, estruturamos nosso



atendimento levando em consideração o porte do cliente (empresas de grande e médio porte), seu setor de atuação e localização geográfica. Conseqüentemente, acreditamos que nossos gerentes de conta estão mais preparados para entender melhor as necessidades de nossos clientes e seus respectivos riscos de crédito, podendo assim, em conjunto com os profissionais responsáveis pelos nossos diversos produtos e serviços (tais como banco de investimentos, financiamentos de projetos e administração de recursos), identificar os serviços e produtos que melhor atendam às necessidades financeiras de cada cliente. Nosso banco de investimento está entre os mais conceituados do mercado, contando com mais de 30 anos de experiência no mercado brasileiro.

Investimentos em Serviços Financeiros Distribuídos por Canais Alternativos à Rede de Agências Tradicional

Nos últimos anos temos sistematicamente investido na criação de produtos e serviços financeiros que são oferecidos fora do ambiente convencional das agências. Estes investimentos visam capitalizar na mudança de hábitos de consumo de serviços financeiros. Um exemplo é nossa posição de liderança no mercado de cartões de crédito, onde estimamos que temos uma fatia de mercado de cartões emitidos no país acima de 25%, quando combinamos nossas participações em empresas afiliadas deste setor.

Em 1994, iniciamos uma carteira de financiamento de automóveis que é gerada totalmente independente da nossa rede de agências. De fato, o financiamento é oferecido diretamente ao consumidor já nas concessionárias de veículos. A aquisição de 49,8% do Banco Fininvest e 51% do Banco Dibens fortaleceu ainda mais nossa presença no mercado de serviços financeiros para consumidores de menor renda, oferecidos fora da rede de agências tradicional.

Rede de Agências Equipada com Tecnologia de Ponta

Nosso objetivo é desenvolver uma rede de distribuição que seja conveniente para o cliente e eficiente para nós. Para alcançarmos este objetivo, nós constantemente buscamos formas de melhorar nossa rede de distribuição através de avanços tecnológicos. Nós acreditamos que através do uso de novas tecnologias, tais como as usadas em nossos serviços de transferência eletrônica de dados (EDI - *electronic data interchange*), banco eletrônico, *home e internet banking*, atingimos estas duas metas: oferecemos um serviço conveniente, disponível 24 horas, 7 dias por semana a nossos clientes e melhoramos nossa estrutura de custo através da transferência de transações realizadas em agências para canais eletrônicos. Em 1998, processamos 75 milhões de ligações feitas através do telefone 30 Horas, tínhamos 522.000 clientes equipados com nossos serviços de *home e internet banking* e ainda possuíamos 3.062 ATMs para uso de nossos clientes. O uso de tecnologia também é importante para nossos serviços de atendimento a clientes e suporte (*back office*). Um exemplo disso é nosso sistema de *credit scoring* que permite processarmos aplicações de crédito eletronicamente. Para nossos clientes aposentados, nós também oferecemos aprovação eletrônica de limites de cheque especial. Nossos clientes também podem imprimir seus próprios talões de cheque em terminais específicos, em nossas agências 30 Horas.

Aumento das Receitas de Serviços dos Bancos de Varejo e Atacado

Nossa receita de serviços cresceu em média 48,9% por ano nos últimos quatro anos, de R\$ 278 milhões em 1994 para R\$ 1.368 milhões em 1998. Enquanto a maioria de nossos negócios gera receitas de serviços, quase metade advém das atividades bancárias. Nossas operações de cartões de crédito e administração de recursos de terceiros contribuem com o restante da receita de serviços. Continuamos buscando aumentar nossa receita de serviços (embora não esperamos o mesmo crescimento expressivo), através do desenvolvimento de novos serviços e da expansão da base de clientes. No segmento de varejo, continuaremos a concentrar nossos esforços na prestação de serviços que geram receitas, tais como emissão de talões de cheque, ATMs e transferência de fundos (DOCs). No segmento de atacado, também pretendemos dar maior ênfase a serviços que geram estas receitas, tais como corretagem, serviços de banco de investimentos (*underwriting*), cobrança, folha de pagamento e *cash management*.

Aumento de Cross-Selling de Nossos Serviços de Administração de Recursos de Terceiros

A indústria de administração de recursos de terceiros no Brasil ainda é relativamente pequena e, portanto, acreditamos que possui um grande potencial de crescimento. Procuramos expandir nossos negócios nesta área através da oferta de produtos customizados aos nossos clientes do banco de atacado, bem como através da intensificação do programa de treinamento das nossas equipes de vendas do banco de varejo. No segmento institucional, nossa subsidiária Unibanco Asset Management (UAM) foi a maior empresa privada administradora de fundos de pensão no Brasil em 1998. Como líder de mercado, acreditamos que a UAM está bem posicionada para tornar-se a administradora de fundos de pensão de empresas a serem privatizadas num futuro próximo.

Crescimento de Nossa Participação no Mercado Segurador Brasileiro

Em geral os brasileiros adquirem menos seguros do que em muitos outros países. A estabilidade de preços trazida pelo Plano Real gerou um crescimento de demanda por seguros, particularmente produtos de uso pessoal. Não obstante, em 1997 o volume total de prêmios no Brasil representou menos de 3% do PIB nacional, contra 9% na Europa e 10% nos Estados Unidos. Acreditamos que a retomada do crescimento econômico trará grandes oportunidades para a indústria seguradora brasileira.

Em 1998, a Unibanco Seguros foi a quinta maior seguradora em termos de prêmios emitidos. Em 1997, formamos uma associação com a AIG, um dos maiores grupos seguradores norte-americanos. Como resultado desta associação, a Unibanco Seguros lançou, com sucesso, diversos novos produtos no mercado. A Unibanco Seguros tem como objetivo continuar a expandir sua participação de mercado através do lançamento de novos produtos e serviços, bem como dar continuidade às vendas de produtos tradicionais a uma base de clientes em crescimento.

Nossa estratégia consiste em oferecer uma ampla gama de produtos de seguro aos nossos clientes de varejo através da nossa rede nacional de agências. Em 1998, vendemos cerca de 50% dos nossos seguros através das nossas agências. Pretendemos, ainda, expandir nossas vendas de seguros para clientes do banco de atacado capitalizando no estreito relacionamento que nossos gerentes de conta mantêm com empresas de médio e grande porte.

Busca Constante de Melhores Padrões de Eficiência

Desde 1995, estamos engajados em um contínuo processo de reengenharia. No período de 1995 a 1998, esse programa concentrou-se no aumento da automação de nossos serviços bancários, no aperfeiçoamento de nossos sistemas de informática, na centralização da nossa atividade de suporte (*back office*) antes segmentada em 57 unidades e agora centralizada em apenas dois grandes centros de suporte e na reorganização de funções administrativas. Em 1998, iniciamos um esforço no sentido de reorganizar completamente nossa estrutura e fazer uma profunda reavaliação visando primordialmente reduzir nossos custos.

Nós nos reorganizamos em quatro principais pilares ou negócios: Banco de Varejo, Banco de Atacado, Seguros e Administração de Recursos de Terceiros. Anteriormente estávamos organizados em nove unidades, resultando em uma duplicidade de esforços e uma perda de foco do mercado. Conseguimos eliminar várias posições gerenciais e passamos a delegar responsabilidades executivas de uma maneira mais eficiente. Acreditamos que tal reestruturação tenha simplificado e agilizado os processos de informação e comunicação. Além disso, o fato de termos agora apenas dois grandes pilares bancários, varejo e atacado, confere a cada unidade um conjunto definido de responsabilidades.

A reestruturação serviu também para repensarmos a nossa estrutura de custos que era maior do que a de nossos concorrentes mais próximos, além do que precisávamos nos empenhar para melhorar nosso foco em mercados importantes, agilizar nosso processo de decisão e nos tornarmos mais ágeis. A partir de maio de 1998, demos início a um amplo programa de auto-avaliação, que envolveu todas as áreas da organização, focando em nossos processos e estruturas. O processo gerou milhares de sugestões visando a redução de custos, o aumento de receitas de serviços e ganhos de produtividade, as quais foram avaliadas. Acatamos 1.400 dessas sugestões e, em outubro de 1998, demos início à fase de implementação que deve ser concluída em setembro de 1999.

Naturalmente este programa requer significativos gastos e investimentos para sua implantação, tais como novos sistemas, esforços de treinamento e redução no quadro de funcionários. Estimamos que o gasto total seja de aproximadamente R\$ 295 milhões. Dado o processo de implantação, acreditamos que teremos apenas benefícios modestos em 1999. A partir do ano 2000, contudo, estimamos que esse programa resulte em um benefício anual, entre redução de despesas e aumento de receitas, da ordem de 10% do total das despesas administrativas e de pessoal. Sem dúvida, esse resultado deverá fortalecer nossa competitividade no novo milênio.

Crescimento Através de Aquisições e Alianças Estratégicas

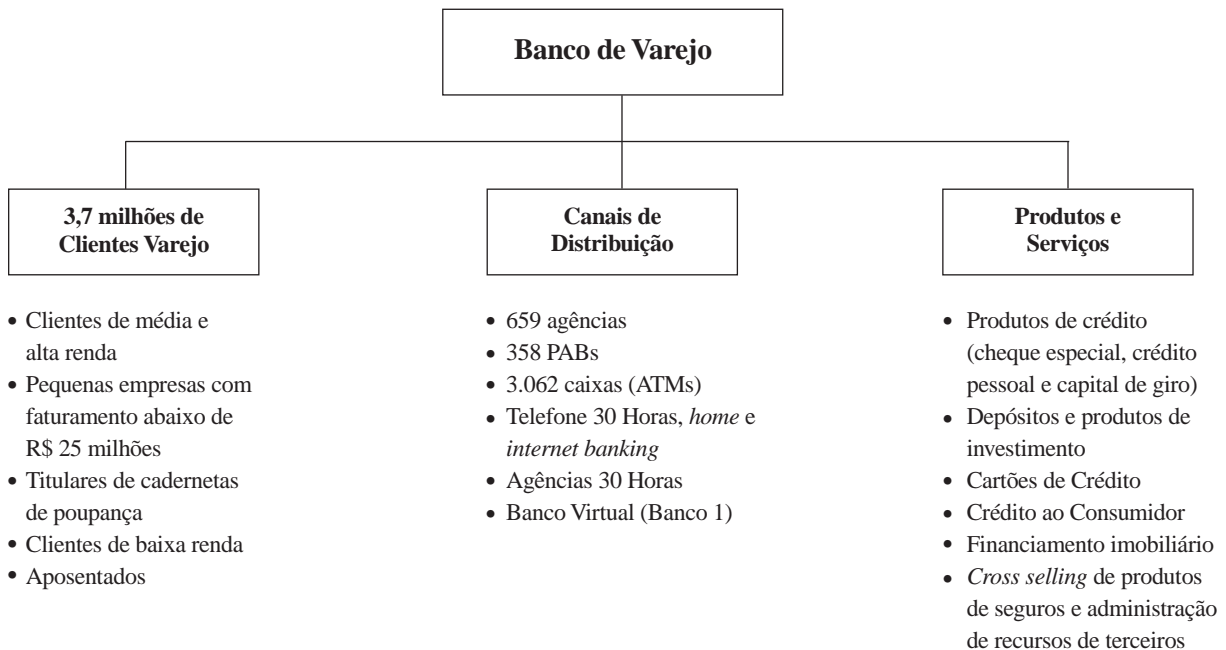
Estamos continuamente avaliando tanto oportunidades de formar novas alianças estratégicas quanto oportunidades geradas pela consolidação do mercado financeiro brasileiro, incluindo privatizações, buscando aumentar nossa fatia de mercado e/ou melhorar nosso padrão de eficiência. Além de foco em criação de valor para o acionista e qualidade de ativos, levamos em consideração potenciais sinergias operacionais, oportunidades de *cross-selling*, aquisição de *know-how* e outras vantagens que uma aliança estratégica ou aquisição possam nos trazer.



Em novembro de 1995, com a aquisição de parte dos ativos, passivos, subsidiárias e afiliadas do Banco Nacional expandimos significativamente nossa participação em vários negócios, particularmente no segmento de varejo. Vide “A Aquisição do Banco Nacional.” A indústria bancária brasileira continua em processo de consolidação. O governo federal planeja privatizar uma série de bancos estatais no futuro próximo. Estamos considerando participar na privatização destes bancos, mais especificamente do Banespa, o terceiro maior banco estatal do país que deverá ser privatizado no segundo semestre de 1999, e dos bancos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que devem ser privatizados no ano 2000. Se obtivermos sucesso, a aquisição destes bancos deverá contribuir significativamente para a expansão das nossas operações de varejo. Não há qualquer garantia de que estaremos de fato participando desses processos de privatização ou de que se participarmos, obteremos êxito ou ainda de que realizaremos qualquer outra aquisição.

Principais Atividades

Banco de Varejo



Considerações Gerais

Nosso banco de varejo atende a pessoas físicas (excluindo clientes do *private banking*) e pessoas jurídicas com faturamento anual de até R\$ 25 milhões. Nós estruturamos nossas operações de varejo para promover uma maior interação entre os produtos que oferecemos e serviços que prestamos, nossos canais de distribuição e nosso *back office*. Estamos equipados com um sistema de computador que gera informações sobre quais produtos são mais adequados para satisfazer as necessidades de cada cliente, com base em seu perfil e no histórico de seu relacionamento com o banco. O relatório também fornece importantes informações ao nosso sistema de dados, tais como aprovação, processamento e rejeição de cheques, que dão suporte à nossa análise de crédito. O sistema gera, ainda, um relatório diário que apresenta a rentabilidade por cliente e a rentabilidade por transação realizada.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os 3,7 milhões de clientes do nosso banco de varejo, não incluindo os clientes de nossas subsidiárias e afiliadas que não são nossos clientes diretos.

<u>Segmento de cliente</u>	<u>Número aproximado de clientes</u>
Pessoas físicas com renda superior a R\$ 4.000 (Uniclass)	141.000
Pessoas físicas com renda entre R\$ 1.300 e R\$ 4.000 (Exclusivo)	1.324.000
Pessoas físicas com renda entre R\$ 500 e R\$ 1.300 (Especial)	368.000
Pequenas empresas, com faturamento anual de até R\$ 25 MM	252.000
Titulares de cadernetas de poupança	596.000
Aposentados	684.000
Clientes de PABs	262.000
Clientes do Banco Virtual (Banco 1)	68.000
Total	3.695.000

Nossa ampla rede de distribuição e o grande volume de depósitos dão suporte às nossas operações de varejo. O banco de varejo é uma importante fonte de recursos para nós, uma vez que, ao final de 1998, 56,8% dos nossos depósitos eram provenientes de nossos clientes de varejo. As operações de crédito para o varejo são também importantes. Em 31 de dezembro de 1998, os empréstimos para clientes do varejo representaram 35% da nossa carteira total. Cerca de 70% dos empréstimos do varejo destinaram-se a pessoas físicas, e o restante a pequenas empresas.

Clientes de Média e Alta Renda

Aos nossos clientes de renda média e alta (pessoas físicas com renda superior a R\$ 500 mensais) prestamos serviços que geram receitas de tarifas, incluindo ATMs, serviços bancários por telefone, *home e internet banking* e transferência de recursos (DOCs). Concedemos ainda empréstimos em Reais, com ou sem garantias, com vencimentos que variam de um a 36 meses para cheque especial, crédito direto ao consumidor, *leasing* e crédito pessoal.

Pequenas Empresas

Atendemos a aproximadamente 252.000 pequenas empresas, que consistem principalmente de comerciantes varejistas. Nossa carteira de empréstimos para esses clientes consiste basicamente em empréstimos sem garantias, com vencimentos de até 120 dias tais como cheque especial, empréstimos de seis meses para financiamento de capital de giro e *leasing* de até três anos. O volume de empréstimos a pequenas empresas, em 31 de dezembro de 1998, era de aproximadamente R\$ 1,2 bilhões, ou cerca de 9% da nossa carteira total. O nosso banco de varejo presta a pequenas empresas uma série de serviços que geram receitas de serviços, tais como *cash management*, folha de pagamento e cobrança.

Canais de Distribuição

Agências. Nossas agências atuam como rede de distribuição para todos os produtos e serviços disponíveis para nossos clientes. Nossas agências recebem depósito, fazem saques e oferecem uma ampla gama de produtos, tais como crédito ao consumidor, financiamento de automóveis, cartões de crédito, financiamento a pequenas empresas, *leasing*, seguros, administração de recursos de terceiros e pagamento de contas, como impostos e serviços públicos.

Prestamos serviços bancários aos clientes pessoas jurídicas e a seus funcionários através dos 358 PABs localizados na sede de 195 empresas. Esses PABs atendem a aproximadamente 262.000 clientes pessoas físicas. No caso de clientes pessoa jurídica de grande porte, os PABs possuem em média quatro funcionários dedicados exclusivamente ao atendimento da empresa e de seus funcionários. No caso de empresas menores, os PABs podem conter apenas uma agência automatizada.

Nossa busca por canais de distribuição alternativos nos levou à criação de postos de atendimento bancário instalados dentro de lojas de varejo (*in-store branches*), uma iniciativa pioneira no Brasil. Em abril de 1998, inauguramos nossa primeira *in-store branch* dentro de um supermercado. Até o final do ano, havíamos inaugurado mais 15 *in-store branches*. Para viabilizar esse projeto, formamos parcerias com várias redes do comércio varejista, tais como: Carrefour, Pão de Açúcar, Sendas e Sonae. Em 1999, pretendemos abrir mais 15 novas *in-store* em lojas de varejo.



Atendimento 30 Horas e Banco Remoto

Nossa família de produtos 30 Horas (disponíveis durante as 6 horas comerciais nas agências e as 24 horas do dia de forma remota) incluem serviços por telefone, fax, *home e internet banking* e ATMs. Em 1998, nosso centro de atendimento 30 Horas registrou uma média de aproximadamente 6,5 milhões de ligações por mês, em comparação a média de cerca de 3,1 milhões de ligações por mês em 1995. Do total de ligações recebidas, 85% foram atendidas pela nossa unidade de atendimento de voz eletrônica e 15% foram atendidas por operadores treinados. Em dezembro de 1997, adquirimos 45% do capital da Quatro/A, empresa líder de telemarketing no Brasil, para a qual terceirizamos parte significativa das nossas atividades de atendimento telefônico. Acreditamos que o nosso centro de atendimento 30 Horas representa um parâmetro de referência para a indústria bancária brasileira.

Disponibilizamos um total de 3.062 ATMs para o uso de nossos clientes em nossas agências e PABs. Além da nossa rede de ATMs própria, participamos da rede coletiva de ATMs operada por nossa afiliada, Tecnologia Bancária S.A., que possui uma das maiores redes do Brasil, com aproximadamente 1.100 ATMs espalhados por todo o país. Desde o último trimestre de 1998, os clientes dos bancos associados à Tecnologia Bancária passaram a poder realizar saques através de nossa rede de ATMs, possibilitando o crescimento de nossas receitas e a otimização de nossa capacidade.

Nós ainda fornecemos serviços bancários 30 Horas em aproximadamente 616 agências 30 Horas totalmente automatizadas. Estas agências oferecem serviços bancários 24 horas por dia, sete dias por semana, tais como talões de cheque pré-impressos, extratos de contas correntes e serviços de investimento. Em 1998, o número de clientes que acessaram nossos serviços de *home e internet banking* totalizou 522.000. Os produtos e serviços disponíveis em nossas agências 30 Horas representam uma expressiva redução de custos administrativos e satisfazem as necessidades dos nossos clientes, pelo rápido processamento de operações a qualquer hora do dia.

Nós fomos um dos primeiros bancos brasileiros a oferecer serviços de banco virtual. Esse serviço bancário, denominado “Banco 1”, permite que nossos clientes realizem praticamente todos os tipos de operações bancárias sem que tenham que se deslocar pessoalmente a uma agência. O “Banco 1” disponibiliza aos clientes, geralmente pessoas físicas com renda mensal superior a R\$ 1.000,00, serviços via telefone, fax, *home e internet banking* durante 24 horas por dia, todos os dias da semana. O “Banco 1” também oferece serviços de moto-boy para entrega de numerários e talões de cheque nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como outros serviços não bancários, tais como compras por catálogo de artigos pessoais, de passagens aéreas e ingressos de teatro.

Cartões de Crédito

Somos um dos maiores participantes no mercado de cartões de crédito no Brasil. Oferecemos os cartões Visa, MasterCard e Diners Club aos nossos clientes através das seguintes empresas:

- Credicard S.A. – Administradora de Cartões de Crédito, a maior emissora de cartões de crédito no Brasil, na qual detemos participação de 33,3%;
- Cartão Unibanco Ltda., nossa subsidiária, a terceira maior emissora de cartões de crédito no Brasil; e
- Fininvest S.A. – Administradora de Cartões de Crédito, subsidiária do Banco Fininvest, na qual detemos participação de 49,8%.

Os brasileiros ainda fazem uso do cartão de crédito mais como meio de pagamento do que como instrumento de crédito. Essa situação vem se modificando nos últimos anos com o crescimento significativo do consumo gerado pela baixa inflação e pelo aumento da aceitação de cartões de crédito como meio de pagamento pelos comerciantes. Contudo, com o aumento das taxas de juros em virtude das recentes crises econômicas, o cartão de crédito passou a ser menos usado como instrumento de crédito. Acreditamos que, com a retomada da demanda por bens de consumo e com a redução das taxas de juros, o uso dos cartões de crédito como instrumento de crédito volte a crescer.

Todas as nossas três empresas de cartão de crédito adotam os mesmos procedimentos na administração do seu negócio. Toda solicitação de cartão é avaliada com base em sistemas de *credit scoring e behavior scoring*. As empresas de cartão de crédito oferecem linhas de crédito rotativo aos titulares, com exigência de um pagamento mínimo do saldo devedor e crédito parcelado. As empresas obtêm financiamento em nome do titular do cartão junto a várias instituições financeiras, inclusive nós. Na maioria dos casos, as empresas administradoras de cartão de crédito oferecem garantias, para cobrir nossa exposição ao crédito contraído pelos titulares dos cartões.

A Credicard acredita que, ao final de 1998, detinha cerca de 44% do mercado brasileiro, com base no número de cartões de crédito emitidos, excluídos os cartões de empresas (*private label*). Em 31 de dezembro de 1998, a Credicard possuía 8,2 milhões de associados. Em 1998, a Credicard teve um faturamento total de R\$ 14,4 bilhões e um volume de tarifas de R\$ 786 milhões. Os titulares de cartão de crédito incluem nossos clientes e clientes de outros bancos, bem como os clientes diretos da Credicard.



Nós detemos um terço do capital da Credicard, juntamente com o Citibank N.A. e o Banco Itaú S.A.. O Citibank é responsável pela administração da Credicard. O Unibanco e seus sócios recebem dividendos especiais da Credicard, que são calculados com base na lucratividade líquida dos seus respectivos clientes. Os três sócios recebem partes iguais do lucro auferido pela Credicard após a distribuição dos dividendos especiais. Desta forma, nossa participação nos lucros da Credicard pode variar de ano para ano.

Em 31 de dezembro de 1998, o Cartão Unibanco detinha 9% do mercado, com base em aproximadamente 2,0 milhões de cartões de crédito emitidos. A maioria dos clientes do Cartão Unibanco são nossos clientes, embora tenhamos também uma postura agressiva na colocação de cartões de crédito de afinidade para não-clientes. O Cartão Unibanco é o maior emissor de cartões de crédito de afinidade no Brasil, representando cerca de 40% dos nossos cartões Visa. Nós emitimos, por exemplo, cartões de afinidade da Varig e de alguns jornais brasileiros. Em 1998, o Cartão Unibanco faturou R\$ 2,3 bilhões e o volume de tarifas alcançou R\$ 108 milhões.

Finalmente, nós distribuímos cartões de crédito, incluindo cartões *private label*, pela Fininvest - Administradora de Cartões de Crédito. Em 31 de dezembro de 1998, a Fininvest - Administradora de Cartões de Crédito registrou 381.000 cartões Visa emitidos, e mais de 2 milhões de cartões *private label*. Em 1998, a empresa faturou aproximadamente R\$ 265 milhões.

Todas as nossas três empresas de cartões de crédito têm investido em novos sistemas e processos de controles de inadimplência, particularmente no controle de fraudes, uma vez que as fraudes relacionadas a cartões de crédito, em forma de crime organizado, vêm aumentando consideravelmente em função da aceitação crescente dessa forma de pagamento.

Nós também participamos do mercado de cartões de débito por meio de uma participação de 32% na Redecard S.A.. O uso de cartões de débito vem aumentando no Brasil, e a Redecard é a maior processadora de operações de cartões de débito no país.

Crédito ao Consumidor

Nós oferecemos produtos e serviços de crédito ao consumidor através:

- de nossa própria carteira de financiamento para automóveis;
- do Banco Fininvest, no qual detemos participação de 49,8% no capital total; e
- do Banco Dibens S.A., no qual detemos 51% do capital votante.

Nossa atividade de financiamento para automóveis inclui empréstimos concedidos diretamente nas concessionárias de automóveis. Em 31 de dezembro de 1998, esta carteira era de R\$ 346 milhões.

Participamos, juntamente com o Banco Icatú S.A., na mesma proporção do capital do Banco Fininvest, a segunda maior instituição independente de crédito ao consumidor do Brasil. O Banco Fininvest atende às necessidades específicas de crédito do segmento de baixa renda da população, principalmente financiamentos de curto prazo para bens de consumo como eletrodomésticos, vestuário e mobília. Em 31 de dezembro de 1998, a carteira de financiamentos do Banco Fininvest tinha vencimentos de um a 24 meses, sendo o vencimento médio de quatro meses e taxa fixa de juros. Em 31 de dezembro de 1998, o Banco Fininvest contava com 53 agências, ativos totais de R\$ 1,3 bilhões e recebíveis relacionados a cartões de crédito e outros financiamentos no montante de R\$ 1,0 bilhão. A carteira de empréstimos do Banco Fininvest sofreu uma redução de aproximadamente R\$ 200 milhões em 1998 em comparação com o volume registrado em 31 de dezembro de 1997, em decorrência da menor demanda por crédito ao consumidor em 1998 provocada pela baixa atividade econômica e por um maior conservadorismo por parte do Banco Fininvest frente às condições econômicas adversas.

No ano de 1998, a média mensal de perdas por inadimplência foi de aproximadamente 3% da carteira total de empréstimos do Banco Fininvest. Apesar do alto índice de inadimplência que caracteriza o segmento de baixa renda, acreditamos que esse segmento representa um mercado de grandes oportunidades e que as taxas de juros praticadas compensam o risco embutido nesse negócio.

Em março de 1998, adquirimos o controle do Banco Dibens, um banco comercial baseado em São Paulo, focado no segmento de financiamento e *leasing* de veículos leves e pesados. O grupo Verdi detém o restante do capital votante do Banco Dibens. Em 31 de dezembro de 1998, o Banco Dibens possuía R\$ 1.034 milhões de ativos totais, carteira líquida de empréstimos de R\$ 537 milhões e patrimônio líquido de R\$ 160 milhões. Essa aquisição reforçou nossa posição competitiva no segmento de financiamento de veículos leves e pesados em 1998, com R\$ 883 milhões de carteira e a uma receita financeira de R\$ 109 milhões. Em 1998, nosso resultado financeiro líquido

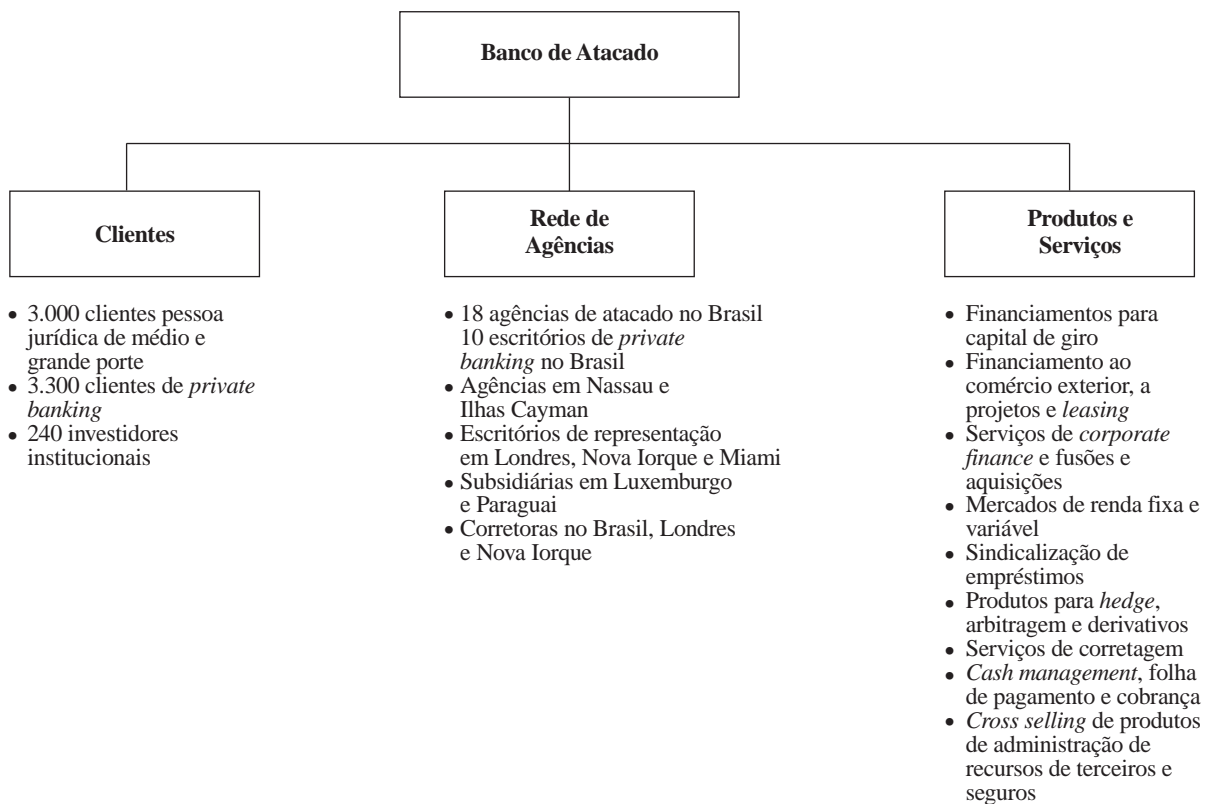
cresceu em 88%. Desse crescimento, 88% pode ser atribuído à aquisição do Banco Dibens e 12% às nossas operações já existentes de financiamento de veículos leves e pesados. A conjuntura econômica, que causou uma queda de quase 25% nas vendas de automóveis em 1998 em relação ao ano anterior, afetou a performance do Banco Dibens em 1998.

Financiamento Imobiliário

A legislação brasileira vigente exige que os bancos concedam financiamento imobiliário em valor equivalente a, pelo menos, 70% do total de seus depósitos de poupança. Todavia, os bancos podem compensar tal obrigação de financiamento com créditos detidos por eles contra o Fundo Nacional de Compensação de Variações Salariais ou FCVS. Nossa política tem sido conceder o mínimo exigido. Possuíamos uma carteira de empréstimos imobiliários de aproximadamente R\$ 326 milhões em 31 de dezembro de 1998, após compensados os créditos do FCVS.

Em julho de 1997, juntamente com vários outros bancos brasileiros, formamos a Cia. Brasileira de Securitização, cujo objetivo é tornar-se a maior instituição de securitização imobiliária sob a nova regulamentação do Sistema de Financiamento Imobiliário no Brasil. Somos um dos quatro principais acionistas da Cia. Brasileira de Securitização, cada um com participação de 10%, estando o restante do capital distribuído entre outras 33 instituições financeiras nacionais. Os acionistas esperam que os financiamentos imobiliários originados por eles e por outras instituições sejam repassados à companhia de securitização para a estruturação e redistribuição de operações de mercado de securitização.

Banco de Atacado



Considerações Gerais

Nosso banco de atacado atende a empresas de grande e médio porte, bem como a clientes do *private banking*. Nossos clientes pessoas jurídicas de grande porte são empresas nacionais e multinacionais com faturamento anual superior a R\$ 80 milhões. Os clientes pessoas jurídicas de médio porte possuem faturamento entre R\$ 25 milhões e R\$ 80 milhões por ano. Nós desenvolvemos nosso banco de atacado de forma a atender prontamente às necessidades específicas de nossos clientes pessoa jurídica, mediante a oferta diversificada de produtos e serviços, incluindo empréstimo para capital de giro, *cash management*, financiamento ao comércio exterior, serviços bancários, *corporate finance* e serviços de consultoria de investimento. Nossa área de *private banking* atende a pessoas físicas de alta renda com potencial de investimentos acima de R\$ 1,0 milhão. Vários de nossos clientes do *private banking* são acionistas ou altos executivos de nossos clientes pessoa jurídica. O banco de atacado conta com escritórios e agências que dão suporte às operações de nossos clientes tanto no Brasil quanto no exterior.

Empresas de Grande e Médio Porte

Em 31 de dezembro de 1998, nosso banco de atacado tinha mais de 1.100 clientes pessoas jurídicas de grande porte, dentre as maiores empresas no país, para os quais oferecemos empréstimos e outros serviços. Nossa carteira de empréstimos a empresas de grande porte aumentou de aproximadamente R\$ 4 bilhões em 31 de dezembro de 1997 (cerca de 33% da carteira total de empréstimos) para aproximadamente R\$ 6,2 bilhões em 31 de dezembro de 1998 (cerca de 44% da carteira total de empréstimos). Tal fato é devido principalmente ao crescimento de empréstimos em Reais para empresas de grande porte e boa qualidade de crédito no segundo semestre de 1998, quando as linhas de financiamento em moeda estrangeira tornaram-se mais escassas.

No segmento de empresas de médio porte, contávamos com aproximadamente 1.900 clientes em 31 de dezembro de 1998. Consideramos as empresas de médio porte um importante segmento da nossa base de clientes tendo em vista que tais empresas geralmente concentram a maioria de seus negócios com o seu principal banco, dão maior ênfase a esse relacionamento e têm limitado acesso ao mercado de capitais. Nossa carteira de empréstimos a empresas de médio porte foi de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões (cerca de 21% da carteira total de empréstimos) em 31 de dezembro de 1998, contra R\$ 2,4 bilhões (cerca de 20% da carteira total de empréstimos) em 31 de dezembro de 1997.

A maior parte dos empréstimos a empresas de médio porte é totalmente garantida. Podemos requerer garantias para empréstimos a empresas de grande porte de acordo com a nossa classificação interna de crédito. A nossa carteira de empréstimos a clientes pessoas jurídicas de grande e médio porte é principalmente de curto prazo (até 360 dias), consistente portanto com a prática de crédito no Brasil.

O nosso banco de atacado possui equipes especializadas que atendem a empresas japonesas e alemãs que atuam no Brasil. Tais equipes também atendem às empresas brasileiras que têm negócios com o Japão ou Alemanha. O Dai-Ichi Kangyo Bank Limited e o Commerzbank AG são nossos acionistas estratégicos, por meio de sua participação em nosso capital e no capital de nossa controladora Unibanco Holdings. Acreditamos que a nossa experiência no mercado nacional, combinada com o conhecimento obtido a partir do estreito relacionamento com tais acionistas, nos confere uma vantagem competitiva.

Private Banking

Acreditamos que nossas operações domésticas de *private banking* estão entre as maiores do Brasil com base em recursos administrados. Em 31 de dezembro de 1998, nosso *private banking* tinha aproximadamente 3.300 clientes e R\$ 2,9 bilhões de ativos administrados.

Nosso *private banking* doméstico fornece a nossos clientes vários tipos de serviços tradicionais, tais como seguro, corretagem, serviços de administração de recursos de terceiros e produtos de investimento, bem como consultoria nas áreas de planejamento tributário e no mercado de imóveis e artes.

Rede de Distribuição

Cada um de nossos clientes pessoa jurídica possui um gerente de contas que é responsável pelo relacionamento diário com a empresa. Para facilitar esse relacionamento, contamos com 18 agências de atacado localizadas nos principais centros de negócios do Brasil. Os clientes do *private banking* também são atendidos por gerentes de contas alocados nas principais cidades brasileiras, além de se beneficiarem de nossos escritórios no exterior.

Nossas subsidiárias e agências localizadas no exterior captam recursos externos destinados ao financiamento de comércio exterior e capital de giro para repassá-los aos nossos clientes. Estes repasses são feitos ou diretamente ao cliente ou por intermédio de nosso banco no Brasil. Nossa rede de distribuição internacional também apoia nossos clientes, dando-lhes acesso ao mercado de capitais internacional e prestando-lhes serviços de *corporate finance*. Como captadoras de recursos, nossas subsidiárias e agências no exterior oferecem depósitos a vista e a prazo (CDBs). Nossa agência em Grand Cayman é particularmente ativa em captar recursos no mercado de euro-dólar para repassar a nossos clientes brasileiros. Ela mantém um programa de *medium-term note* (MTN, ou notas de médio prazo), dois programas de *commercial paper* e um programa de *trade note*, totalizando aproximadamente R\$ 2,4 bilhão em recursos captados em 31 de dezembro de 1998. Ela também estabelece linhas de crédito de comércio exterior junto a bancos correspondentes e é ativa no mercado de empréstimos sindicalizados como estruturador, agente, coordenador ou participante.

Nossos ativos internacionais aumentaram 28,9%, de R\$ 4,5 bilhões em 31 de dezembro de 1997 para R\$ 5,8 bilhões em 31 de dezembro de 1998. Desses ativos:

- R\$ 1,1 bilhão são operações de crédito repassadas diretamente aos nossos clientes por nossas subsidiárias no exterior;
- R\$ 2,3 bilhões são recursos repassados a nossos clientes, por intermédio do nosso banco no Brasil; e
- R\$ 2,4 bilhões são outros ativos, tais como títulos e disponibilidades no exterior.

Nossa corretora no Brasil, Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A., opera com títulos de renda fixa, renda variável e derivativos. Em 1998, foi classificada em segundo lugar em termos de número de contratos futuros negociados na BM&F (Bolsa Mercantil e de Futuros), com 5,4% de participação de mercado, em termos de volume negociado. Para melhor atender às necessidades de nossos clientes e reforçar o nosso relacionamento com a comunidade internacional, nós expandimos nossos serviços e operações de corretagem e distribuição para a Europa, através de nossa subsidiária UBB Capital Markets Limited em Londres. Além disso, iniciamos nossas operações em Nova Iorque, através de nossa corretora Unibanco Securities Inc.

Financiamento ao Comércio Exterior e Bancos Correspondentes

Somos um dos maiores bancos nesta atividade. Em 31 de dezembro de 1998, tínhamos R\$ 2,9 bilhões de saldo de financiamento ao comércio exterior, sendo R\$ 583 milhões em financiamentos de médio e longo prazo para importação, captados ou segurados, junto a mais de 15 agências internacionais de crédito ao comércio exterior. Outras fontes de captação são os instrumentos de renda fixa emitidos por nós e as linhas de crédito junto a mais de 150 de nossos 1.000 bancos correspondentes internacionais. Nossa abrangente rede de bancos correspondentes e nossa própria plataforma internacional têm dado suporte às operações de comércio exterior e câmbio de nossos clientes.

Corporate Finance

Nós oferecemos serviços de corporate finance para um grupo diversificado de empresas brasileiras e investidores institucionais. Nossa estrutura gera sinergias da seguinte forma:

- os gerentes de conta são responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção de um estreito relacionamento com nossos clientes pessoas jurídicas;
- as áreas de estruturação de operações de renda fixa e variável, juntamente com a área de fusões e aquisições proporcionam conhecimento de produtos e soluções customizadas a cada cliente;
- as nossas corretoras mantêm-se em sintonia com as necessidades de investidores brasileiros e internacionais oferecendo-lhes as melhores opções de investimentos.

Nossa atividade de banco de investimento é uma das mais conceituadas do País, com mais de 30 anos de experiência. Durante 1998, fomos o maior *underwriter* e distribuidor de instrumentos de renda fixa, sendo responsável por 18,5% dos negócios deste tipo, de acordo com a ANBID. Nossa área de fusões e aquisições também teve um ano bem ativo em função da tendência de consolidação de vários setores do mercado brasileiro. Nossos serviços de pesquisa e análise são fundamentais para as nossas áreas de estruturação e assessoria. Nosso grupo de pesquisa gera relatórios que são distribuídos para mais de 240 clientes institucionais no Brasil, na Europa e na América do Norte.

Financiamento de Projetos (Project Finance)

Nossa área de *project finance* é responsável pela estruturação e financiamento de projetos de infra-estrutura, tais como projetos referentes à concessão de exploração de rodovias, portos, ferrovias, energia elétrica e telecomunicações. Nossa atividade inclui a assessoria a nossos clientes sobre a viabilidade econômica e financeira de determinados projetos e a estruturação e concessão de financiamento de longo prazo. Essa combinação de

serviços de banco de investimento (serviços de consultoria) e banco comercial (empréstimos de curto e longo prazo) é uma fonte importante de receita para nós. A demanda pelas atividades de nossa área de *project finance* cresceu em decorrência dos acelerados programas de privatização e concessão realizados no últimos dois anos. Em 31 de dezembro de 1998, havíamos sido mandatados para assessorar 25 projetos envolvendo ao todo cerca de R\$ 3,5 bilhões em financiamentos de longo prazo. Em 15 de junho, o número de projetos subiu para 43 envolvendo ao todo cerca de R\$ 6,5 bilhões em financiamentos de longo prazo.

Repasso de Recursos de Médio Prazo de Bancos de Desenvolvimento

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), juntamente com suas afiliadas, concede financiamentos a determinados grupos de empresas nacionais para o financiamento de, entre outros, projetos de infra-estrutura e aquisição de bens de capital. No Brasil, o financiamento de fontes governamentais é uma forma de obter empréstimos de longo prazo a taxas de juros atraentes, destinados a setores específicos da economia responsáveis pelo desenvolvimento econômico. Tais agências governamentais emprestam esses recursos através de bancos privados. Captamos estes fundos do BNDES e da sua subsidiária Finame e os repassamos a clientes cobrando uma margem financeira adicional. O repasse desses recursos fica por nosso risco é geralmente em Reais e normalmente possui garantias. Em dezembro de 1998, nossa carteira de repasses totalizava aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, nos dando a segunda colocação entre os bancos privados brasileiros nesta atividade.

Nós ainda repassamos recursos obtidos de agências de desenvolvimento bilaterais e multilaterais tais como International Finance Corporation (IFC), Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft mbH (DEG) e Netherlands Development Finance Company (FMO), bem como fundos obtidos de outras fontes, tais como agências de crédito ao comércio exterior.

Leasing

Nós participamos do mercado de *leasing* no Brasil por três empresas diferentes:

- Unibanco Leasing, nossa subsidiária integral;
- Volkswagen Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, na qual detemos 30% do capital total e a Volkswagen, empresa alemã de veículos, possui os 70% restantes; e
- Banco Dibens, no qual detemos 51% do capital votante.

A Unibanco Leasing procura desenvolver produtos de *leasing* customizados, a preços competitivos, principalmente para os setores de comércio e transportes no Brasil. Oferece, ainda, *leasing* de imóveis, veículos e equipamento industrial, eletrônico e de escritório para clientes pessoa jurídica, clientes do *private banking* e clientes do varejo. Em 31 de dezembro de 1998, a Unibanco Leasing possuía carteira de *leasing* de aproximadamente R\$ 650 milhões. Em 31 de dezembro de 1998, a Volkswagen Leasing possuía carteira de aproximadamente R\$ 690 milhões.

Para maiores informações referentes às atividades do Banco Dibens, empresa especializada no financiamento e *leasing* de veículos leves e pesados, vide item sobre “Banco de Varejo – Crédito ao Consumidor.”

Atividades de Tesouraria, Negociação de Títulos e Derivativos

Nossa tesouraria realiza operações financeiras para nossos clientes pessoa jurídica e administra nossas próprias carteiras. Nossa tesouraria:

- negocia principalmente títulos de renda fixa públicos e privados e derivativos;
- determina taxas básicas de ativos e produtos de investimento para os bancos de varejo e de atacado; e
- realiza operações com derivativos, tais como *swaps* para *hedge* e arbitragem.

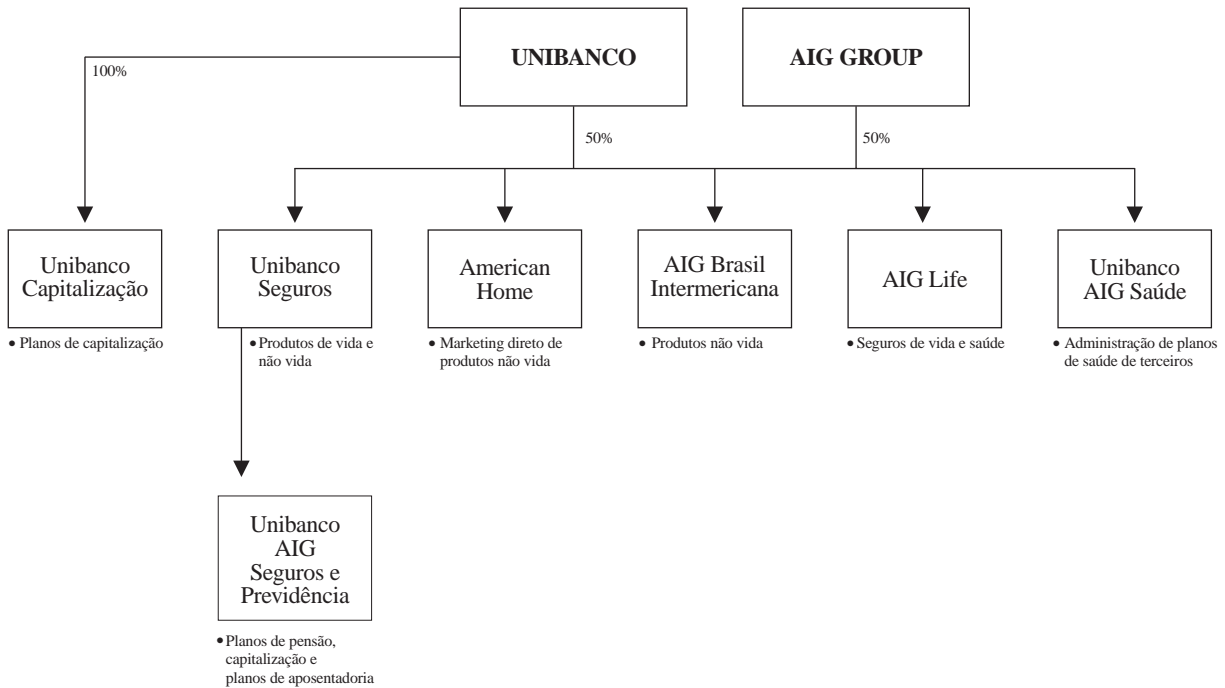
Nossa tesouraria doméstica centraliza e administra nosso caixa e determina taxas básicas de ativos e produtos de investimentos.

Dois importantes subdivisões de nossa tesouraria doméstica são as mesas responsáveis pelos mercados de moeda local e estrangeira. Tais áreas desenvolvem todas as atividades de *trading* e arbitragem no mercado financeiro doméstico. Além disso, administram riscos e liquidez de todas as carteiras em moeda local originadas por nossas operações interbancárias e com clientes.

Devido à extensão de nossas atividades de tesouraria, nós somos umas das maiores instituições atuantes na BM&F. Nossas operações no mercado *spot* de moeda estrangeira representaram aproximadamente 5% do volume diário negociado em 1998.

Nosso posicionamento com relação a descasamento e posições de risco obedece a limites claramente definidos por nosso comitê financeiro, que estabelece e revê mensalmente tais limites. Tal comitê é formado por membros do nosso Conselho de Administração e por altos executivos. A área de administração de risco monitora posições, assegura cumprimento de limites e faz recomendações ao comitê financeiro.

Seguros e Atividades Correlatas



Considerações Gerais

Desenvolvemos nossas atividades de seguros e atividades relacionadas principalmente através de nossa associação com a AIG, que consiste de várias empresas, das quais nós e a AIG participamos, cada um, com aproximadamente 50%. Nossa subsidiária, Unibanco Companhia de Capitalização, oferece produtos de capitalização.

Seguros

Em outubro de 1997, constituímos uma associação com a AIG no Brasil. Adquirimos aproximadamente 50% do capital de cada uma das suas companhias de seguro no Brasil e a AIG adquiriu aproximadamente 50% do capital da Unibanco Seguros. Não obstante a AIG deter maioria do capital total da Unibanco Seguros, somos os responsáveis pela gestão da empresa, sujeita à aprovação da AIG em determinados assuntos estratégicos; enquanto que a AIG é responsável pela gestão das suas empresas, igualmente sujeita à nossa aprovação em determinados assuntos estratégicos. Como resultado dessa aliança com a AIG, a Unibanco Seguros lançou, com sucesso, vários novos produtos em 1998. Estamos consolidando nossos sistemas e *back-offices* com os da AIG com o objetivo de aumentar a eficiência e reduzir custos. Como resultado dessa consolidação, estamos esperando uma economia de aproximadamente R\$ 30 milhões em 1999. Tal economia deve melhorar nosso índice de despesa durante este ano.

A Unibanco Seguros foi a quinta maior seguradora do Brasil em 1998, com base na receita bruta de prêmios emitidos. Juntamente com a AIG, detínhamos em 1998, 5,5% do mercado brasileiro em termos de prêmios emitidos, de acordo com a Fenaseg. A Unibanco Seguros possui exclusividade na distribuição de seguro através de nossa rede de agências para nossos clientes dos bancos de varejo e atacado. A Unibanco Seguros acredita que sua capacidade de distribuição de seguros em nossas agências lhe confere uma vantagem competitiva sobre as muitas companhias de seguros não associadas a bancos. Tendo em vista que aproximadamente metade dos prêmios de seguro da Unibanco Seguros é gerada por clientes de nossa rede de agências, a Unibanco Seguros se beneficia de uma significativa redução de custos e do aproveitamento de sinergias. A Unibanco Seguros também oferece seus produtos de seguros através de aproximadamente 4.000 corretores independentes, nossa central de atendimentos e nossas *in-store branches*.

As empresas da AIG distribuem seus produtos através de corretores utilizando, como canais de distribuição, lojas varejistas, bancos e instituições financeiras, bem como através de programas de comunicação de massa e para grupos afiliados, e amplas campanhas de marketing.

A tabela a seguir resume as operações financeiras da Unibanco Seguros para os anos de 1996, 1997 e 1998. A tabela não inclui as informações financeiras para as empresas da AIG porque contabilizamos esses dados por equivalência patrimonial.

	Para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de		
	1996	1997	1998
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
Prêmios emitidos líquidos	622,7	792,12	859,4
Prêmios auferidos líquidos	540,8	694,5	742,15
Lucros (perdas) com contratação de seguros	36,5	(14,1)	(3,5)
Lucro líquido	165,3	78,7	149,0
Índices operacionais:			
Índice de perda ⁽¹⁾	53,6%	63,3%	61,9%
Índice de despesas ⁽²⁾	39,7	37,7	44,6
Índice combinado ⁽³⁾	93,3	102	106,5
Índice combinado estendido ⁽⁴⁾	80,4	89,6	83,2
Itens selecionados do balanço patrimonial:			
Ativos aplicados	420,3	609,5	739,9
Patrimônio líquido	496,1	560,4	785,9
Rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio	41,4%	14,9%	21,9%

- (1) Índice de perda é obtido pela divisão do volume de perdas incorridas com valores pagos a segurados e o volume de despesas com ajuste de perdas pelos prêmios líquidos auferidos.
- (2) Índice de despesas é obtido pela divisão do volume de custos de aquisição de apólices e outras despesas com contratação pelo volume de prêmios líquidos auferidos.
- (3) Índice combinado é a soma da razão obtida pela divisão do volume de perdas incorridas com valores pagos a segurados e o volume de despesas com ajuste de perdas pelos prêmios líquidos auferidos e a razão obtida pela divisão do volume de custos de aquisição de apólices e outras despesas com contratação de seguros pelo volume de prêmios líquidos auferidos.
- (4) Índice combinado estendido é a razão do numerador do índice combinado somada à receita financeira gerada pelos recursos de segurados sobre o volume de prêmios líquidos auferidos.

A tabela a seguir mostra o valor líquido dos prêmios emitidos pela Unibanco Seguros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1996, 1997 e 1998 e da AIG Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 1998.

	Para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de							
	Unibanco Seguros				AIG Brasil			
	1996		1997		1998		1998	
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Vida ⁽¹⁾	263,5	42,3%	264,7	33,4%	265,5	30,9%	24,2	11,4%
Automóvel	213,7	34,3	266,7	33,7	355,5	41,4	66,0	31,1
Linhas Comerciais ⁽²⁾	129,2	20,7	172,0	21,7	166,8	19,4	70,1	33,1
Saúde ⁽³⁾	16,3	2,6	88,8	11,2	71,5	8,3	51,6	24,3
Total de prêmios emitidos líquidos	622,7	100%	792,2	100%	859,4	100%	211,8	100%

- (1) Mais da metade dos nossos prêmios de seguro de vida consiste em seguro de vida a termo
- (2) Inclui ramos elementares, aviação, marinha, linhas de financiamento e seguro de fiança
- (3) Seguro saúde inclui prêmios equivalentes

A Unibanco Seguros ressegura parte do seu risco, particularmente riscos referentes a linhas comerciais, até o limite autorizado pela legislação brasileira em vigor. Os riscos que excedem tal limite devem ser obrigatoriamente repassados ao IRB Brasil Resseguros S.A., que está em processo de privatização pelo governo brasileiro, devendo ser privatizado no segundo semestre de 1999. Além da privatização do IRB, um novo modelo de resseguros está sendo analisado pelo governo.

Capitalização

Os produtos da Unibanco Capitalização consistem principalmente de contas de poupança que oferecem incentivos aos titulares através de premiações semanais especiais. Em 1998, a Unibanco Capitalização distribuiu R\$ 13 milhões em premiações. Ao final de 1998, a Unibanco Capitalização possuía ativos equivalentes a R\$ 243 milhões, patrimônio líquido de R\$ 59 milhões e reservas técnicas de R\$ 149 milhões.



Planos de Pensão e de Aposentadoria

A Unibanco AIG Seguros e Previdência S.A., ou UASP, era a segunda maior empresa privada administradora de fundos de pensão no Brasil em 1998, com base em total de ativos e prêmios. Foi também, líder no segmento de plano de pensão empresarial. A empresa detinha, em 1998, cerca de 22% dos prêmios e 15% de recursos administrados do mercado. A UASP administra recursos provenientes de contribuições de planos de pensão feitos por clientes institucionais e planos de aposentadoria feitos por pessoas físicas. A UASP oferece planos de aposentadoria através de nossa rede de agências, com taxa de retorno mínima garantida. Ao final de 1998, a UASP possuía ativos equivalentes a R\$ 845,9 milhões, patrimônio líquido de R\$ 37,5 milhões e reservas de R\$ 728,1 milhões.

Administração de Recursos de Terceiros

Nossa subsidiária Unibanco Asset Management (UAM) era, em 31 de dezembro de 1998, a quinta maior instituição privada administradora de fundos mútuos no Brasil, em termos de volume de ativos administrados de acordo com a ANBID. A UAM é a maior instituição privada administradora de fundos de pensão e a terceira maior administradora de carteiras institucionais do Brasil. A UAM oferece ampla variedade de serviços de administração de recursos de terceiros para nossos clientes através de nossos bancos de varejo e atacado.

A tabela abaixo mostra um resumo dos recursos administrados pela UAM em 31 de dezembro de 1996, 1997 e 1998.

	Ativos Líquidos em 31 de dezembro de		Número de Fundos em 31 de dezembro de	
	1996	1997	1998 ⁽¹⁾	1998
	(em milhões de R\$, exceto número de carteiras)			
Fundos Mútuos:				
Renda Fixa	4.790	4.860	5.705	133
Renda Variável	131	520	263	14
Total	4.921	5.380	5.968	147
Carteiras Institucionais:				
Fundos de Pensão	1.502	1.152	1.498	118
Companhias de Seguro	223	382	678	10
Total	1.725	1.534	2.176	128
Outras:				
Carteiras Individuais	1.298	1.499	1.752	66
Fundos Estrangeiros	515	604	114	23
Total	1.813	2.103	1.866	89
Total	8.459	9.016	10.010	364

(1) Exclui R\$ 165 milhões de recursos administrados pelo Banco Dibens.

Em geral, a UAM cobra taxa pela administração de seus fundos mútuos, com base no patrimônio líquido médio diário dos fundos. A UAM também administra carteiras para fundos de pensão, pessoas jurídicas, clientes do *private banking* e investidores estrangeiros. Por esses serviços, a UAM geralmente negocia taxas de administração calculadas com base em percentual dos recursos administrados, *benchmarks* e performance da sua administração. Em 1998, a média das taxas de administração era de aproximadamente 2,7% por ano.

Outras Atividades

Como banco múltiplo, podemos deter participação no capital de empresas não financeiras. O Banco Central impõe limites para a participação de bancos brasileiros em outras empresas, em geral restringindo o volume de capital investido em relação ao patrimônio líquido do banco. Nós continuaremos a avaliar as oportunidades de aquisições e associações e realizaremos tais investimentos se concluirmos que existe oportunidade realmente atraente.

Nós possuímos 60% do capital da empresa que detém exclusividade no desenvolvimento de lojas de vídeo "Blockbuster" no Brasil. A Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas Ltda., sociedade integralmente controlada pela família Moreira Salles, possui os 40% restantes. Em 31 de dezembro de 1998, havia 62 lojas Blockbuster no Brasil.

Em 1998, adquirimos participação acionária no capital da Satipel Industrial S.A., sociedade produtora de aglomerados de madeira, pelo valor de US\$ 20 milhões.

Administração de Risco

Nós buscamos continuamente o aperfeiçoamento de nossos procedimentos de administração de risco, os quais foram incorporados em diversos níveis de nossa organização. Uma divisão, coordenada pelo nosso diretor financeiro, é responsável pela identificação, quantificação e administração de riscos de mercado, crédito e operacionais de todo o banco. Além disso, cada unidade de negócio conta com uma equipe dedicada à administração de risco. O comitê de risco, composto por altos executivos, avalia os riscos envolvidos nas nossas atividades e propõe políticas de administração de risco a serem adotadas pelo banco.

Crédito

Considerações Gerais

Nossa política de crédito é orientada para a administração de risco ao mesmo tempo que mantém a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e as necessidades de nossos clientes. Nós limitamos nosso risco de crédito evitando concentração em clientes e setores específicos que acreditamos ter alto fator de risco. Nós mantemos um plano de alçadas de aprovação de crédito para clientes tanto do atacado quanto do varejo. Dependendo do tipo de exposição e do histórico de crédito do cliente, as alçadas podem variar do gerente geral da agência ou gerente da conta até os comitês de crédito de varejo ou atacado, compostos por membros da alta administração. Nosso processo de aprovação de crédito centralizado baseia-se em rigorosos limites de crédito, que são estabelecidos pelos comitês de crédito de atacado e varejo. Nós pré-aprovamos limites para diversos tipos de crédito, baseados na sua capacidade de solvência e porte de nossos clientes.

Políticas de Crédito no Banco de Atacado

Cada processo de decisão de crédito para nossos clientes baseia-se na análise dos seguintes fatores: histórico financeiro, fluxos de caixa, qualidade da administração, histórico de nosso relacionamento, condições de mercado e outros fatores relacionados ao risco de crédito. Utilizamos um processo de análise de risco de crédito que classifica as empresas em níveis de um a nove, baseado em critérios quantitativos que envolvem informações tais como demonstrativos financeiros recentes e aspectos qualitativos, como administração e questões de sucessão familiar. Apesar de aprovarmos o crédito apenas para clientes classificados nos níveis de um a seis, o sistema prevê nove níveis tendo em vista que a situação financeira do cliente pode deteriorar-se após a concessão do crédito. Nossa classificação de risco está assim distribuída:

- clientes de níveis um e dois são considerados financeiramente sólidos, com um mínimo risco de crédito;
- clientes de níveis três e quatro são considerados estáveis e de baixo risco;
- clientes de níveis cinco e seis são considerados menos estáveis e exigem um acompanhamento mais próximo (empréstimos a companhias classificadas no nível cinco e seis são em geral de curto prazo e exigem maiores garantias e suporte de crédito e, em algumas ocasiões são provisionados); e
- clientes de níveis sete a nove são considerados como alto risco de crédito e portanto são integralmente provisionados.

Nós revisamos nossas linhas de crédito para pessoas jurídicas a cada 60 e 360 dias, dependendo do nosso sistema interno de classificação de risco e do cenário geral de crédito. Para empresas classificadas nos níveis cinco e seis geralmente revisamos a linha de crédito a cada 90 dias. Já para empresas de nível um a revisão é feita a cada 360 dias. Em 31 de dezembro de 1998, cerca de 97,0% da nossa carteira de empréstimos a pessoas jurídicas estava classificada nos níveis entre um e seis.

Políticas de Crédito no Banco de Varejo

A administração de crédito no segmento de banco de varejo, dado o considerável volume de solicitações de crédito, exige sistemas e processos especializados. Utilizamos vários instrumentos estatísticos para avaliar as solicitações de crédito de nossos clientes do banco de varejo. Estes instrumentos, que incluem *credit scoring* e *behavior scoring*, contam com o suporte de sistemas específicos desenvolvidos por nós e por consultores externos.

Em 1998, nós aperfeiçoamos nossos sistemas de cobrança. Nosso sistema automatizado de crédito monitora os empréstimos em todas as suas fases desde a recepção do pedido de crédito. Realizamos também uma revisão das estratégias de cobrança e recuperação de crédito e implementamos um sistema de *collection scoring*. Essa classificação define quais os métodos de cobrança ou combinação de métodos de cobrança mais eficientes para cada caso.

Historicamente, nosso índice de empréstimos sobre o capital tem sido mais elevado do que o da concorrência, porque acreditamos que conceder empréstimos de forma seletiva é mais rentável que uma atividade concentrada basicamente na captação de depósitos. Consequentemente, temos uma grande experiência na prática de concessão de crédito. Temos utilizado modelos estatísticos como suporte à nossa análise de crédito há mais de 30 anos. Possuímos também um profundo conhecimento de nossa base de clientes. Desde a crise asiática no final de 1997, decidimos impor rigorosos padrões de originação e administração da nossa carteira de crédito. Tais medidas incluem restrições aos aumentos de limites de crédito, restrições às renovações de limites de cheque especial e uma análise mais severa de informações de crédito. Assim que o cenário econômico permitir, acreditamos que estaremos bem posicionados para expandir nossos negócios nesse segmento.

Provisionamento de créditos

Em 31 de dezembro de 1998, nosso índice de créditos de liquidação duvidosa sobre o volume total de empréstimos era de 1,7%, enquanto nosso índice de provisão de créditos de liquidação duvidosa sobre o volume de créditos de liquidação duvidosa era de 381,6%, contra 1,8% e 371%, respectivamente, em 31 de dezembro de 1997. Nossa política é de provisionar integralmente quaisquer créditos vencidos a 60 dias, ou seja, nossa política é mais rigorosa do que a exigida pelo Banco Central.

A tabela a seguir mostra a qualidade da nossa carteira de crédito nos últimos três anos:

	Para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de		
	1996	1997	1998
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
Total de operações de crédito	11.758	12.158	14.046
Créditos de liquidação duvidosa	208	217	234
Como porcentagem de:			
Total de operações de crédito	1,8%	1,8%	1,7%
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	689	803	893
Como porcentagem de:			
Total de operações de crédito	5,9%	6,6%	6,4%
Créditos de liquidação duvidosa	330,9%	371%	381,6%
Provisão para devedores duvidosos	789	899	1.166
Baixas de créditos contra provisão	(756)	(785)	(1.127)
Recuperações de créditos	82	294	461
Baixas líquidas	(674)	(491)	(666)

Administração de Risco na Negociação de Derivativos, Títulos e Mercado

Administramos nossa exposição ao risco de mercado através da prática de evitar descasamentos de prazos, moedas e taxas de juros. Utilizamos derivativos para administrar estes descasamentos. Os limites de exposição de tesouraria são estabelecidos levando em conta a volatilidade geral do mercado e demanda pelos diversos produtos. Para minimizar riscos com derivativos e outras exposições, criamos modelos diversos de administração de risco e avaliação. Todas as atividades da tesouraria, incluindo as ligadas a derivativos, são centralizadas nos nossos escritórios em São Paulo.

Utilizamos o modelo de “*value at risk*” (VAR ou valor sob risco) na avaliação de risco de tesouraria, negociações de títulos e derivativos. Também utilizamos “*stress test*”, baseado em cenários macroeconômicos hipotéticos, a fim de prevenir um impacto negativo nos nossos resultados. Outras técnicas, como a simulação de “Monte Carlo” são utilizadas para vários fins, inclusive para avaliação de risco de crédito e precificação de derivativos complexos. Adicionalmente, nossos departamentos de administração de risco e de macroeconomia criam cenários hipotéticos extremos a fim de avaliar seus impactos na nossa carteira.

Durante 1998, ante as previsões macroeconômicas, mantivemos a nossa política conservadora em relação a riscos de mercado e descasamentos. Apesar de termos mantido nosso nível de exposição baixo, os valores de *value at risk* cresceram durante o ano. Este crescimento foi devido aos seguintes fatores:

- alta volatilidade no mercado brasileiro no segundo semestre de 1998;
- as taxas de juros internos subiram de 19% no fim de agosto 1998 para 40,5% no fim de setembro 1998;
- falta de liquidez no mercado brasileiro de debêntures nos últimos três meses de 1998.

Nossa carteira de títulos é composta principalmente de bônus e notas emitidos pelo governo federal. Em 1998, nós não tínhamos investimentos em títulos emitidos por governos estaduais ou municipais em nossa carteira. Títulos federais são os ativos com maior liquidez no mercado brasileiro e podem ser negociados a vista a qualquer momento. No final de 1998, nossa carteira de títulos do governo totalizava R\$ 4,8 bilhões.

Administração de Riscos de Sistemas de Informática

Com a crescente diversificação das operações bancárias e um volume crescente de transações envolvendo redes de computadores e telecomunicações, a importância atribuída à tecnologia da informação e o impacto potencial de possíveis panes de sistema tornaram-se cada vez maiores. Desta forma, temos destinado um volume substancial de recursos para garantir a segurança e estabilidade de nossos computadores e sistemas. Nosso computador está instalado em São Paulo e mantemos um *backup* integral do sistema em local próximo ao nosso sistema central. Projetamos esse *backup* do sistema para que comece a operar automaticamente no caso de pane no funcionamento do sistema central. Além disso, mantemos arquivos de *backup* armazenados, onde são gravadas todas as atividades processadas pelo banco. Adicionalmente, realizamos freqüentes testes para averiguar o funcionamento adequado desses procedimentos de *backup*.

Underwriting de Seguros

Desde a formação de nossa associação com a AIG, a Unibanco Seguros interage com a AIG, fortalecendo o processo combinado de *underwriting*. Para avaliar os riscos dos seguros de vida, a Unibanco Seguros usa as informações contidas nas propostas de seguros, requerendo, também, em certos casos um exame médico para melhor avaliar os riscos. Os *underwriters* de seguro de linhas comerciais calculam e avaliam os riscos antes da precificação e suas avaliações são revisadas no escritório central. As nossas decisões de administração de risco são baseadas no nosso conhecimento especializado de setores industriais e de controle de catástrofes, permitindo que possamos precificar os riscos de forma apropriada.

Fontes de Recursos

Depósitos

Os depósitos dos nossos clientes pessoas físicas e jurídicas são a nossa principal fonte de recursos. Em 31 de dezembro de 1998, nosso saldo total de depósitos era de R\$ 7,5 bilhões, representando 26,7% do nosso passivo total.

Nós oferecemos quatro tipos de contas de depósitos:

- depósitos a vista, sem rendimento de juros;
- cadernetas de poupança, que rendem 6% ao ano mais a taxa referencial (TR), fixada pelo Banco Central;
- certificados de depósito bancários (CDBs), que no Brasil possuem prazo médio de aproximadamente 60 dias; e
- depósitos interbancários de instituições financeira, que rendem a taxa interbancária.

O prazo de carência para a incidência de juros nas cadernetas poupança no Brasil é, normalmente, de no mínimo trinta dias no caso de pessoas físicas e 90 dias no caso de pessoas jurídicas, contado a partir do depósito dos recursos. Os juros incidentes nas contas de poupança são isentos de imposto de renda. Os CDBs pagam juros pré-fixados ou pós-fixados (geralmente uma porcentagem da taxa interbancária). O peso dos CDBs que pagam taxas pré e pós-fixadas sobre o saldo total de CDBs varia ao longo do tempo em função da expectativa do mercado com relação aos movimentos futuro das taxas de juros. Em 31 de dezembro de 1998, 91% dos nossos CDBs pagavam taxas pós-fixadas e 9% pagavam taxas pré-fixadas.

A tabela a seguir resume nossos depósitos totais por tipo e fonte:

	Em 31 de dezembro			% do Total de depósitos em
	1996	1997	1998	1998
	(em milhões de R\$)			
De Clientes:				
Depósitos a vista	829	1.034	1.048	14
CDBs	4.425	2.591	3.471	46
Poupança	2.268	2.803	2.982	39
De Bancos:				
Total	7.567	6.449	7.542	100



Em 1996 e 1997, em função de nosso elevado índice de liquidez, seguimos uma estratégia de reduzir nossos custos de captação e diminuir o volume de captações via CDBs. Em 1998, em função da alta volatilidade do mercado, houve um aumento da demanda por CDBs.

A tabela abaixo mostra o saldo de depósitos de pessoas físicas e jurídicas nos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro		
	1996	1997	1998
	(em milhões de R\$)		
Pessoas Físicas	3.812	3.675	4.439
Pessoas Jurídicas	3.755	2.774	3.103
Total	7.567	6.449	7.542

Outras Fontes

Para suprimirmos a crescente demanda por parte de nossos clientes pessoas jurídicas por financiamento ao comércio exterior, obtemos linhas de crédito em moeda estrangeira junto aos nossos bancos correspondentes. Vide “Análise e Discussão da Administração a respeito das Demonstrações Financeiras”. Em 31 de dezembro de 1998, o saldo total de recursos para comércio exterior atingiu aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, correspondendo a 9,6% do nosso passivo total.

Também obtemos recursos em moeda estrangeira no mercado internacional através de empréstimos privados ou emissão de títulos de dívida, para repassar esses recursos para empresas e instituições financeiras brasileiras. Esses repasses são empréstimos em moeda nacional indexados ao dólar norte-americano. O vencimento médio de nossos Eurobonus lançados regularmente no mercado internacional é de dois anos. Em 31 de dezembro de 1998, o saldo de Eurobonus emitidos no mercado internacional era de R\$ 1,9 bilhão.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), juntamente com suas afiliadas, concede financiamentos a determinados grupos de empresas nacionais para o financiamento de, entre outros, projetos de infra-estrutura e aquisição de bens de capital. Captamos estes fundos do BNDES e da sua subsidiária Finame e os repassamos a clientes cobrando uma margem financeira adicional. Em dezembro de 1998, nossa carteira de repasses totalizava aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, em comparação com R\$ 1,2 bilhão em 31 de dezembro de 1997.

Tecnologia

A tecnologia faz parte integrante de nossa estratégia. De forma a atender as necessidades de nossos clientes de forma eficiente e maximizar os lucros de nossas operações, temos investido maciçamente em novas tecnologias de forma a sustentar e reforçar nosso posicionamento competitivo em vários mercados. Pretendemos continuar a investir em avanços tecnológicos, porque acreditamos que nossos investimentos em tecnologia reforçam nossa vantagem competitiva frente a muitos concorrentes. Em 1998, nossos gastos totalizaram R\$ 145 milhões, dos quais R\$ 50 milhões foram aplicados em sistemas de informática, equipamento de telecomunicações e outras tecnologias destinadas a aumentar a eficiência de nossas operações e serviços prestados aos nossos clientes. Nossa administração orçou um total de R\$ 235 milhões de gastos em 1999, dos quais aproximadamente R\$ 140 milhões serão destinados a avanços tecnológicos, tais como *hardware*, substituição de caixas eletrônicos das agências e sistemas de processamento de imagens.

Parte importante do nosso investimento neste ano está voltada para garantir um maior índice de disponibilidade de nossos sistemas para clientes. Nossos índices de disponibilidade atual variam entre 98% e 100%. Acreditamos que com este novo esforço, teremos índices de disponibilidade comparáveis aos melhores padrões internacionais.

Bug do Ano 2000

O Bug do ano 2000 ou bug do milênio existe porque muitos programas de computador identificam uma data baseando-se nos últimos dois dígitos do ano, assumindo que os dois primeiros dígitos são “19”. Esta técnica de identificação pode levar os sistemas a usarem datas incorretas causando falhas de processamento ou pane geral.

Dependemos muito do funcionamento adequado de nossos sistemas, de forma que uma falha significativa em tais sistemas em função do bug do ano 2000 provavelmente teria um efeito negativo em nossos negócios. Além disso, dependemos substancialmente de sistemas de terceiros, tais como clientes, câmaras de compensação e



bancos correspondentes, e de fornecedores, tais como empresas de telecomunicações e energia elétrica. Estamos avaliando o nível de preparo desses terceiros com relação ao bug do ano 2000, e preparando planos de contingência. Entretanto, não recebemos informações suficientes de alguns desses terceiros sobre seu preparo em relação ao bug do ano 2000, e de outros não recebemos qualquer tipo de informação. Na maioria dos casos, não tivemos a oportunidade de verificar a exatidão das informações recebidas. Além disso, apesar de termos recebido certificado de atendimento às questões referente ao bug do ano 2000 de todos os nossos fornecedores, não tivemos a oportunidade de verificar a exatidão das informações recebidas.

Abordamos a questão do bug do ano 2000 em fases. A fase de Inventário envolveu o levantamento de todos os itens da instituição que pudessem ser afetados pelo bug do ano 2000. Este levantamento incluiu itens de informática (*main frames*, computadores pessoais, etc.) e outros itens não relacionados à informática (p.e., elevadores e sistemas de segurança). Na fase de Análise de Impacto, avaliamos quais seriam os itens que funcionariam adequadamente e quais teriam que ser corrigidos.

Na fase de Correção, nós re-codificamos ou corrigimos todos os itens que não estavam de acordo com a proteção contra o bug do ano 2000. A fase de Teste envolveu o teste sistemático de todas as re-codificações e correções, inclusive testes de simulação de operações em 1o de janeiro de 2000 e outras datas no ano de 2000. Essa fase também incluiu testes interativos junto a 67 entidades externas, tais como outros bancos, câmaras de compensação, bolsas de valores, entidades governamentais e outros. Atualmente estamos na fase em que terceiros estão examinando e certificando nossos esforços de correção e testes. A fase de Teste deverá prosseguir ao longo de 1999.

Em março de 1999, participamos da primeira simulação integrada da indústria bancária do Brasil relativa ao bug do ano 2000, coordenada pela Febraban. O teste envolveu 20 instituições que, juntas, representam cerca de 81% dos ativos bancários do Brasil, 81% do total de cheques compensados e 83% do volume interbancário. O Banco Central, Tecnologia Bancária, Credicard, Cetip e a câmara de compensação de cheques do Banco do Brasil também participaram de tal simulação. O objetivo desse teste foi de avaliar a capacidade das instituições participantes de realização de compensações de cheque, transferências de fundos, cobrança, negociação de títulos e câmbio, bem como transações de cartões de crédito. Acreditamos que o nosso desempenho e do setor bancário foram satisfatórios.

Estamos também implementando um amplo plano de contingência que considera a possibilidade de falhas tanto internas quanto externas. Nosso plano envolve a identificação de funções críticas de negócios e desenvolvimento de soluções às falhas que têm uma probabilidade razoável de ocorrência, de forma que possamos, se possível, manter um nível mínimo de operações e serviços. Entretanto, nosso plano de contingência não pode garantir que algumas falhas significativas de sistemas sejam adequadamente solucionadas, especialmente se tais falhas envolverem sistemas ou processos externos (como telecomunicações) ou se envolver falhas múltiplas.

Estimamos que os nossos custos, já incorridos e ainda a incorrer, com a preparação para o problema do bug do ano 2000 totalizarão aproximadamente R\$ 60 milhões, dos quais a maior parte já foi despendida. Esses custos incluem honorários de consultores externos, correção e testes, e a substituição e testes de certos sistemas e processos. Essa estimativa foi baseada em várias premissas e não podemos garantir sua precisão.

Os riscos decorrentes do bug do ano 2000 podem envolver o seguinte:

- interrupção de nossas operações, devido ao despreparo interno ou externo;
- recepção por parte de terceiros de dados imprecisos ou falsos, que afetariam nossa capacidade em realizar determinadas funções, tais como precificação de títulos e empréstimos;
- falhas relativas a transferência de fundos e liquidação de operações;
- redução de liquidez proveniente de um volume inesperado de saques em função do temor dos correntistas quanto ao problema do bug do ano 2000;
- incapacidade dos devedores em realizar pagamentos de seus empréstimos;
- efeitos negativos na capacidade de solvência dos devedores por causa de interrupções nos negócios em decorrência do bug do ano 2000 ou por causa de processos legais contra devedores decorrentes de problemas relacionados com o bug do ano 2000;
- aumento de indenizações para nossos segurados em decorrências de sinistros relacionados ao bug do ano 2000, tanto com relação a prejuízo dos próprios titulares de apólices quanto responsabilidades daqueles perante terceiros.

Concorrência

Setor Bancário

Os mercados financeiro e bancário no Brasil são altamente competitivos. Em dezembro de 1998, havia 174 bancos múltiplos, 28 bancos comerciais, 22 bancos de investimento, caixas econômicas, corretoras, empresas de *leasing* e outras instituições financeiras.

O Banco Bradesco, Banco Itaú, Unibanco, HSBC-Bamerindus, Banco Safra e Banco Real dominam o setor de bancos múltiplos privados. Em 31 de dezembro de 1998, esses seis bancos possuíam mais que 23% do volume total de ativos do setor bancário. Em menor proporção, também enfrentamos concorrência de bancos públicos, alguns dos quais contam com uma rede de distribuição e base de clientes maiores do que a nossa. Os bancos públicos, sendo que os maiores deles são o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, representavam 31% do volume total de ativos do setor bancário em 31 de dezembro de 1998. Os bancos públicos operam dentro das mesmas normas legais que os bancos privados.

Recentemente, a indústria de bancos no Brasil passou a sofrer também competição de bancos estrangeiros. Alguns grandes bancos americanos, como o Citibank e o BankBoston, firmaram presença significativa no Brasil. Bancos estrangeiros, como HSBC, ABN-AMRO, Banco Bilbao Vizcaya, Banco Santander e Caixa Geral de Depósitos, ingressaram no mercado brasileiro por meio de aquisições de instituições financeiras brasileiras durante os anos de 1997 e 1998. Além disso, a possível entrada de outros bancos estrangeiros no mercado brasileiro poderá aumentar a concorrência neste mercado. Embora acreditemos estar bem posicionados para competir nesse novo ambiente, o acirramento da competição pode nos afetar negativamente.

Seguros

O mercado brasileiro de seguros é altamente competitivo, existindo mais de 100 empresas de seguros no final de 1998. Nossos concorrentes mais importantes são o grupo Sul América, Banco Bradesco, Banco Itaú, Porto Seguro e HSBC-Bamerindus, representando em conjunto cerca de 53% do volume total de prêmios contratados no mercado brasileiro. Embora a maioria dos seguros seja realizado por companhias que atuam no âmbito nacional, nós ainda sofremos a concorrência de empresas locais e regionais em vários segmentos, devido à sua estrutura de custos, ou porque são especializadas em cobertura de grupos de risco específicos. Acreditamos que os principais fatores competitivos sejam o reconhecimento da estabilidade da seguradora, reputação, qualidade de serviços e preços.

A abertura do mercado brasileiro de seguros a seguradoras estrangeiras em junho de 1996 intensificou a concorrência neste mercado. Exemplos de companhias estrangeiras que entraram no mercado brasileiro incluem a Aetna Life & Casualty, Liberty Mutual Insurance e Prudential. Apesar da concorrência mais acirrada, acreditamos que a nossa associação com a AIG reforçou nossa competitividade no mercado brasileiro de seguros.

Cartões de Crédito

O mercado brasileiro de cartões de crédito é altamente competitivo, composto de aproximadamente 100 emissoras de cartões de crédito de diferentes portes. Os maiores concorrentes do Cartão Unibanco e da Credicard são o Banco Bradesco, Banco do Brasil e o Banco Real/ABN-AMRO. Acreditamos que os principais fatores competitivos são preço (juros, anuidades e taxas de associação), rede de distribuição dos cartões, aceitação dos cartões e reputação.

As companhias de crédito ao consumidor, cujo público alvo é diferente daquele atingido pelos bancos, devem continuar expandindo seus negócios de cartões de crédito.

Outra forma de competição que atinge o negócio de cartões de crédito é o cheque pré-datado, uma forma popular de pagamento a prazo no Brasil. Contudo, acreditamos que por causa de sua conveniência e crescente aceitação, os cartões de crédito irão gradualmente substituir os cheques pré-datados.

Administração de Recursos de Terceiros

A indústria de administração de recursos de terceiros no Brasil ainda encontra-se em estágio inicial de desenvolvimento quando comparada com mercados internacionais, com o mercado dominado por bancos comerciais que oferecem fundos de renda fixa a clientes do banco. Nossa concorrência nesse setor inclui nossos concorrentes tradicionais, como o Banco do Brasil, Banco Bradesco e o Banco Itaú. Recentemente, a concorrência intensificou-se no segmento institucional com a entrada de vários novos participantes. Consequentemente, as taxas de administração nesse segmento foram reduzidas significativamente, enquanto que as taxas de administração cobradas no segmento de fundos mútuos de varejo permaneceram estáveis. Desta forma, a participação equilibrada nos segmentos de varejo e institucional continuará sendo um fator crítico de sucesso durante o processo de concentração da indústria de administração de recursos de terceiros.

Regulamentação das nossas Atividades

Principais Órgãos Regulamentadores

Os órgãos regulamentadores do sistema financeiro brasileiro são:

- o Conselho Monetário Nacional (CMN);
- o Banco Central do Brasil (Banco Central); e
- a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Principais Limitações e Restrições às nossas Atividades

Restrições à Concessão de Crédito

É vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou garantir operações de suas empresas afiliadas, exceto em determinadas circunstâncias. Para esse fim, a lei define como empresa afiliada:

- qualquer sociedade que participe de mais do que 10% do capital social de uma instituição financeira;
- qualquer sociedade de cujo capital uma instituição financeira participe, com mais de 10%; ou
- administradores de instituição financeira (membros do conselho de administração, diretoria e seus familiares) e qualquer sociedade da qual qualquer dessas pessoas participe com mais do que 10% do capital social.

Restrições à Concentração de Risco

As instituições financeiras não podem conceder crédito a apenas uma pessoa ou grupo de pessoas relacionadas em montante equivalente a 25% do seu patrimônio líquido ajustado. Esta limitação aplica-se a todas as operações incluindo aquelas envolvendo:

- empréstimos e adiantamentos;
- garantias; e
- *underwriting*, compra e renegociação de valores mobiliários.

Restrições a Investimentos

É vedado às instituições financeiras:

- deter, de forma consolidada, ativos imobilizados em valor superior a 80% do patrimônio líquido ajustado. Esse limite de 80% será reduzido para 70% em 30 de junho de 2000 e para 60% em 30 de junho de 2002. Ativos imobilizados incluem investimentos em subsidiárias, imóveis, equipamentos e ativos intangíveis; e
- possuir imóveis, além dos imóveis utilizados como escritórios e agências.

Além das restrições acima, os bancos comerciais não podem deter participação acionária em outras sociedades sem a prévia aprovação do Banco Central. No entanto, tais investimentos podem ser feitos por bancos de investimentos ou através da carteira de investimentos de um banco múltiplo sem quaisquer restrições.

Empréstimos em Moeda Estrangeira

Instituições financeiras só podem captar recursos no mercado internacional com o propósito específico de repassar tais recursos no Brasil para sociedades brasileiras ou outras instituições financeiras. Esse repasse é feito a título de empréstimos em Real, indexados à mesma moeda estrangeira em que os recursos foram captados.

Geralmente, os recursos captados no mercado internacional que não forem repassados pelas instituições financeiras só podem ser utilizados para investimentos em títulos do governo e depósitos no Banco Central.

O Banco Central estabelece limitações no prazo, juros e condições gerais dos empréstimos em moeda estrangeira, que são alteradas frequentemente de acordo com as condições econômicas e a política monetária do Governo Brasileiro.

Operações com Moeda Estrangeira

Somente as instituições autorizadas pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio podem comprar e vender moeda estrangeira no país. O Banco Central atualmente impõe limites para a compra e venda de moeda estrangeira por cada instituição. Essas limitações variam de acordo com:

- os mercados de câmbio internacionais em que essas instituições estão autorizadas a operar; e
- o patrimônio líquido ajustado da instituição.



Administração de Recursos de Terceiros

A CVM supervisiona as atividades de administração de recursos de terceiros. Somente indivíduos ou entidades previamente autorizadas pela CVM podem atuar como administradores de recursos de terceiros.

Instituições financeiras devem segregar a administração de recursos de terceiros de suas outras atividades. Essas instituições devem indicar um executivo como o agente responsável pela administração e supervisão dos recursos de terceiros.

Controle das Instituições Financeiras e do Sistema Financeiro

Controle Interno

Todas instituições financeiras devem, obrigatoriamente, implementar, até o final de 1999, políticas internas e procedimentos para controlar:

- suas atividades;
- seus sistemas de informações financeiras, operacionais e de gerenciamento; e
- o cumprimento da regulamentação aplicável.

Substituição dos Auditores Independentes

Todas as instituições financeiras devem, obrigatoriamente, ser auditadas por auditores independentes, que deverão ser substituídos a cada cinco anos consecutivos. O auditor substituído somente poderá ser recontratado após três anos, contados a partir do sua última contratação.

Adequação de Capital

As instituições financeiras brasileiras devem obedecer a diretrizes similares àquelas do Acordo da Basiléia com relação ao ajuste de seu patrimônio com relação ao grau de risco da estrutura de seus ativos. As exigências impostas pelo Banco Central diferem do Acordo da Basiléia em poucos aspectos, tais como:

- patrimônio líquido exigido de 11% dos ativos ponderados pelo risco, ao invés de 8%, conforme o Acordo da Basiléia;
- cálculo adicional com relação às operações de *swap* realizadas fora do balanço;
- cálculo com relação à exposição de risco à variação cambial; e
- diferentes pesos de risco para a conversão de certos ativos e créditos.

As instituições financeiras brasileiras e suas afiliadas devem limitar exposição em ouro e em ativos e passivos sujeitos referenciados em variação cambial a 60% do patrimônio líquido ajustado.

Estrutura Societária

Instituições financeiras devem, obrigatoriamente, ser organizadas como sociedades anônimas. Como tal, estão sujeitas às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e, se forem registradas como sociedades de capital aberto, estão sujeitas à supervisão da CVM.

Instituições financeiras podem ter seu capital social dividido em ações ordinárias e preferenciais, sendo que as ações preferenciais podem representar apenas 50% do capital social total.

Provisionamento de Créditos de Liquidação Duvidosa

Atendendo às normas do Banco Central, os bancos devem adotar os seguintes procedimentos com relação aos créditos de liquidação duvidosa:

Tipo de Crédito	Provisão Inicial (1) (2)	Provisão Adicional	Baixa
Sem garantia	Após 60 dias, 100%	—	180 dias após provisão inicial
Parcialmente garantido	Após 60 dias, 50% de provisão	A cada 30 dias após a provisão inicial, para manter provisão de 50% (3)	180 dias após provisão inicial
Garantidos	Após 60 dias, 20% de provisão	A cada 30 dias após a provisão inicial para manter provisão de 20% (3)	360 dias após provisão inicial
Relacionados à importação e exportação (com algumas exceções)	Após 30 dias, 100% de provisão	—	180 dias após provisão inicial

- (1) Bancos devem classificar créditos como não pagos após 60 dias em mora, com exceção dos créditos relacionados à importação e exportação, que devem ser classificados como não pagos após 30 dias em mora.
- (2) Todos créditos têm que ser totalmente provisionados quando o devedor declarar falência
- (3) Juros vencidos e não pagos em créditos vencidos a mais de 120 dias só podem ser reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos

Risco de Crédito

Instituições financeiras devem informar o Banco Central a respeito da concessão do crédito e garantias prestadas aos clientes. Tal informação é usada para:

- fortalecer a capacidade de supervisão do Banco Central;
- disponibilizar para outras instituições financeiras informações acerca dos devedores (contudo, outras instituições só podem acessar informações se tiverem autorização do cliente); e
- basear análise macro econômicas.

Se o valor total de operações de determinado cliente for superior a R\$ 50.000,00, as instituições financeiras deverão fornecer ao Banco Central:

- relatório com desdobramentos de cada operação de tal cliente; e
- a identidade de tal cliente.

Por outro lado, se o valor total de operações for inferior a R\$ 50.000,00, as instituições financeiras deverão informar ao Banco Central somente o total de operações de tal cliente.

Lei de Lavagem de Dinheiro

De acordo com a lei de lavagem de dinheiro, as instituições financeiras devem:

- manter registros atualizados dos seus clientes;
- manter registros de qualquer transação que envolva títulos financeiros, valores mobiliários, metais preciosos ou qualquer outro ativo conversível em dinheiro, que exceda R\$ 10.000,00; e
- comunicar às autoridades competentes, dentro de 24 horas, qualquer transação suspeita.

Regulamentações Relacionadas à Liquidez no Mercado Financeiro

Recolhimento Compulsório

O Banco Central, atualmente, obriga as instituições financeiras realizar recolhimento compulsório. As instituições financeiras devem depositar tais recursos junto ao Banco Central, que com isso controla a liquidez do sistema financeiro. Historicamente, recolhimentos compulsórios decorrentes de depósitos a vista, contas de poupanças e depósitos a prazo correspondem, substancialmente, a todo o valor depositado junto ao Banco Central.

Tributação de Operações Financeiras

Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). Em março de 1999, foi aprovada, por meio de Emenda Constitucional, a extensão da CPMF por mais três anos, alterando a alíquota máxima para 0,38% durante os 12 primeiros meses (que iniciou-se em 17 de junho de 1999) e para 0,30% durante o restante do período (que se iniciará em junho do ano 2000). O Governo brasileiro poderá alterar a alíquota aplicável a qualquer momento, desde que obedeça os limites estabelecidos na Constituição Federal.

A CPMF é, geralmente, cobrada de qualquer débito em contas bancárias. Isto incentiva os clientes a reduzirem suas operações no sistema financeiro e nos investimentos de curto prazo.

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

O IOF abrange quatro impostos diferentes, cada imposto com uma alíquota diferente, dependendo do tipo de operação. Atualmente, as alíquotas em vigor estão bem abaixo do limite legal autorizado.

Geralmente, as alíquotas do IOF são as seguintes:

<u>Operações</u>	<u>Alíquota máxima</u>	<u>Alíquota atual</u>
• créditos concedidos por instituições financeiras créditos concedidos por instituições não financeiras	1,5% por dia	• até 0,0164% por dia, dependendo da transação
• operações relacionadas a valores mobiliários e operações envolvendo ouro como ativo financeiro	1,5% por dia	• 0% em operações com títulos de participação acionária
• operações de seguros realizadas por seguradoras	25%	• 2% em seguros de saúde
• operações em moeda estrangeira	25%	• 7% para outros tipos de seguros
		• 0% (regra geral)
		• 0,5% (somente em casos específicos)
		• 2,5% (operações em cartão de crédito)

Recentes Alterações na Regulamentação de Operações Ativas e Passivas

O CMN recentemente adotou medidas visando a flexibilização das regras relativas a prazos mínimos e taxas de juros permitidos para operações ativas e passivas no âmbito do sistema financeiro nacional, e com relação a fundos de investimento financeiros, que passarão a vigorar a partir de 2.8.1999, dentre as quais destacamos:

1. as operações passivas e ativas contratadas a taxas prefixadas ou flutuantes não estão sujeitas a prazos mínimos;
2. a taxa flutuante deve basear-se em operações contratadas a taxas de mercado prefixadas, com prazo não inferior ao período de reajuste estipulado contratualmente;
3. novos prazos mínimos para as operações ativas e passivas:
 - a) um mês para operações com base na TR ou TJLP;
 - b) dois meses para operações com base na TBF;
 - c) um ano para operações com base em índices de preço.
4. as quotas de fundos de investimentos podem ser resgatadas a qualquer tempo com rendimento, ficando facultado, desde que previsto no regulamento, o estabelecimento de prazo de carência;
5. os depósitos obrigatórios incidentes sobre o patrimônio líquido de fundos de investimento financeiro não serão mais exigidos e aqueles já recolhidos serão liberados em 2.8.1999.

Falência

Intervenção, Liquidação Extrajudicial e Falência

O Banco Central pode intervir nas operações, proceder a liquidação extrajudicial ou, em algumas circunstâncias, requerer a falência de instituições financeiras, exceto aquelas controladas pelo governo federal. A intervenção poderá ser feita se houver risco substancial para os credores e a liquidação pode ser evitada.

Investimentos Estrangeiros

Bancos Estrangeiros

A Constituição Federal proíbe instituições financeiras estrangeiras de estabelecerem agências no Brasil, exceto quando autorizadas pelo Governo Brasileiro.

Investimentos Estrangeiros em Instituições Financeiras Brasileiras

Investidores estrangeiros somente podem investir em ações ordinárias de instituições financeiras com autorização específica do Governo Brasileiro. Contudo, investidores estrangeiros podem, sem qualquer autorização especial, adquirir ações preferenciais de instituições financeiras negociadas em bolsa ou *Depositary Receipts* oferecidos no exterior, representativos de ações preferenciais.



Outras Jurisdições

Nós temos agências, subsidiárias e escritórios de representação em outras jurisdições, tais como Nova Iorque, Miami, Londres, Luxemburgo, Paraguai, Ilhas Cayman e Bahamas.

Mercado de Seguros

Principais Entidades Reguladoras

O mercado de seguros no Brasil é regulado pelo:

- Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)
- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Autorização de Funcionamento

Seguradoras necessitam de aprovação governamental para operar, bem como da aprovação da SUSEP para cada um de seus produtos. Seguradoras só podem vender apólices através de corretores qualificados.

Constituição de Reservas

As empresas seguradoras devem constituir reservas técnicas, que devem ser investidas na forma da regulamentação específica. Em razão disso, as seguradoras são grandes investidoras no mercado financeiro brasileiro e estão sujeitas às regras do Conselho Monetário Nacional acerca do investimento das reservas técnicas.

Funcionários

Em 31 de dezembro de 1998, empregávamos 20.607 funcionários, representando uma redução de 3.317 ou 13,9% em comparação com 31 de dezembro de 1997, principalmente em função do nosso programa de reestruturação.

Cerca de 55% do nosso quadro de funcionários são sindicalizados. Acreditamos que mantemos um bom relacionamento com nossos funcionários e seus sindicatos. O único conflito trabalhista que enfrentamos nos últimos cinco anos foi uma greve do sindicato dos bancários, durante nove dias em outubro de 1996, que paralisou as operações de algumas das agências em grandes centros financeiros do país e diminuiu as operações nos nossos centros de tecnologia e atendimento telefônico em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os atuais acordos coletivos com os sindicatos cobrem um período de doze meses e estão sujeitos a revisões no mês de setembro de cada ano.

Desde abril de 1996, temos um plano de participação de lucros que envolve todo nosso quadro de funcionários, baseado em metas anuais pré-estabelecidas de desempenho gerencial e financeiro. Se atingimos ou excedemos nossas metas, nossos funcionários participam do nosso desempenho financeiro. Embora a introdução desse programa tenha implicado em um aumento da nossa folha de pagamento, não resultou em nenhum efeito fiscal em função dos benefícios fiscais de tal programa.

A Aquisição do Banco Nacional

Em novembro de 1995, o Banco Central colocou o Banco Nacional sob regime de administração especial temporária. O Banco Central então assumiu a administração do Banco Nacional e instalou uma equipe especial para solucionar os graves problemas de insolvência do Banco Nacional. Naquela oportunidade, adquirimos determinados ativos, passivos, subsidiárias e afiliadas do Banco Nacional.

Adquirimos determinadas operações bancárias do Banco Nacional com o objetivo de melhorar nossa posição no mercado e expandir nossa base de clientes no setor bancário, principalmente no segmento de varejo. Adquirimos ativos financeiros avaliados em aproximadamente R\$ 9,2 bilhões na época da aquisição, e assumimos determinados passivos financeiros no valor de aproximadamente R\$ 8,6 bilhões na mesma data. Adicionalmente, adquirimos várias subsidiárias, afiliadas e operações internacionais, no valor patrimonial de aproximadamente R\$ 682 milhões na época da aquisição do Banco Nacional. Muitas dessas subsidiárias e afiliadas desenvolviam atividades similares às nossas, enquanto outras nos oferecerem a oportunidade de engajarmos em novos negócios, tal como capitalização, bem como de expandirmos alguns serviços existentes, como seguros, cartões de crédito, *leasing* e administração de fundos de pensão. Assumimos, ainda, a responsabilidade pela administração de recursos de terceiros no valor R\$ 1,8 bilhão. O processo de integração desses ativos, passivos, negócios, subsidiárias e outras operações adquiridas do Banco Nacional, em nossas próprias operações, incluindo o fechamento de algumas agências, a integração da antiga rede de agências e *back offices* do Banco Nacional, foi concluído em 1997. Devido à rápida e eficiente integração dos nossos sistemas de informática com os do Banco Nacional, recebemos, em 1997, o prêmio *Computer World Smithsonian*.

ATIVIDADES DA UNIBANCO HOLDINGS

A Unibanco Holdings foi constituída em 1994 de forma a deter, de maneira institucionalizada, o controle sobre nosso capital e a facilitar a expansão de nossa capacidade operacional por meio de aquisições de instituições financeiras.

Finalidade

A Unibanco Holdings é uma sociedade comercial, constituída segundo a Lei de Sociedades Anônimas e está autorizada por seu estatuto social a deter ações de sociedades em geral. No entanto, segundo acordo de acionistas entre os titulares das ações ordinárias da Unibanco Holdings, o único objetivo da Unibanco Holdings é, e continuará sendo, deter exclusivamente ações do Unibanco. Porém, os acionistas da Unibanco Holdings podem fazer alterações nesse acordo.

A Unibanco Holdings tem como única atividade a participação em nosso capital, não pretendendo atualmente, numa base permanente, exercer qualquer atividade. Conseqüentemente, este Prospecto não contém uma análise em separado das atividades da Unibanco Holdings. Contudo, da mesma forma que no passado, a Unibanco Holdings poderá adquirir participações em bancos ou outras empresas do setor financeiro e exercer atividades financeiras somente como uma medida temporária, até que nos transfira esses outros negócios ou atividades. Além disso, é possível que venhamos a transferir à Unibanco Holdings uma ou mais de nossas subsidiárias ou afiliadas, numa base temporária, até que seja efetuada a venda ou outra alienação de tais subsidiárias ou afiliadas a terceiros se, devido a alterações nas leis, exigências regulamentares ou outras circunstâncias fora do nosso controle ou não previstas, os conselhos de administração das duas empresas determinarem que tal medida seria do melhor interesse dos acionistas de ambas.

Se a Unibanco Holdings temporariamente detiver participações em outras sociedades além do Unibanco, as demonstrações financeiras da Unibanco Holdings refletirão, dependendo do período de tempo em que essas participações sejam detidas, atividades outras que não a detenção das participações no nosso capital.

Segundo a Lei de Sociedades Anônimas do Brasil e de conformidade com o seu estatuto social, a Unibanco Holdings poderá emitir até duas ações preferenciais para cada ação ordinária em circulação, em contraposição a nós, que somente poderemos emitir uma ação preferencial por cada ação ordinária.

Nós e a Unibanco Holdings determinamos que as Units são um componente chave de nossa estratégia de financiamento de capital e o principal componente de nossa estratégia relativa a financiamentos de capital sem direito de voto.



PRINCIPAIS ACIONISTAS

Unibanco

O quadro a seguir contém a participação acionária, em 31 de maio de 1999, dos acionistas que detêm participação relevante no nosso capital. Nós acreditamos que apenas os acionistas relacionados abaixo detêm mais de 5% de cada classe de ações.

Acionista	Ações Ordinárias do Unibanco		Ações Preferenciais do Unibanco	
	Ações	% do Total	Ações	% do Total
Unibanco Holdings	47.735.405.717	96,0%	10.738.563.607	21,6%
The Dai-Ichi Kangyo Bank Limited	-	-	4.385.184.432	8,8%
Units	-	-	27.496.914.486	55,3%
Nossos Diretores e Conselheiros coletivamente (26 pessoas)	12.380.451	-	228.502.070 ⁽¹⁾	0,5%
Outros	1.974.495.668	4,0%	6.873.117.241	13,8%
Total	49.722.281.836	100,0%	49.722.281.836	100%

(1) 228.719.582 do total de nossas ações preferenciais detidas por nossos diretores e conselheiros estão em forma de Units.

Unibanco Holdings

O quadro a seguir demonstra a titularidade de ações ordinárias e preferenciais da Unibanco Holdings em circulação em 31 de maio de 1999. Todas as Ações Preferenciais Classe "B" da Holdings detidas por seus diretores e conselheiros estão em forma de Units. Nós acreditamos que apenas os acionistas relacionados abaixo detêm mais de 5% de cada classe de ações.

Acionista	Ações Ordinárias da Holdings		Ações Preferenciais da Holdings			
	Ações	% do Total	Classe A		Classe B	
			Ações	% do Total	Ações	% do Total
E. Johnston Rep. e Part. S.A.	18.110.810.578	67,7%	-	-	-	-
Commerzbank AG	3.335.935.602	12,5%	3.843.541.338	100,0%	-	-
The Dai-Ichi Kangyo Bank Limited	2.287.912.752	8,6%	-	-	-	-
Bahema Alimentos e Part. S.A.	1.456.891.332	5,4%	-	-	-	-
Grupo Sul América	1.233.042.004	4,6%	-	-	-	-
Instituto Unibanco	333.000.000	1,2%	-	-	-	-
Units	-	-	-	-	27.576.717.991	98,94%
Diretores e Conselheiros da Unibanco Holdings como um Grupo (11 pessoas)	17	-	-	-	148.698.565	0,53%
Outros	1	-	-	-	147.419.145	0,53%
Total	26.757.592.286	100%	3.843.541.338	100,0%	27.872.835.701	100,0%

A Unibanco Holdings nos controla pela titularidade de ações ordinárias representativas de 96,0% do nosso capital votante.

E. Johnston Representação e Participações S.A. ou E.J.S.A. controla a Unibanco Holdings pela titularidade de ações ordinárias representativas de 67,7% de seu capital votante.



ADMINISTRAÇÃO

Unibanco

Somos administrados por:

- um Conselho de Administração, com quatro conselheiros;
- uma Diretoria Executiva, com dezesseis diretores executivos.

O Conselho de Administração é o nosso órgão decisório. Ele determina nossas diretrizes e políticas básicas:

- estabelecendo nossa estratégia societária;
- analisando nossos planos comerciais;
- supervisionando e monitorando as atividades de nossos diretores executivos.

A diretoria executiva é responsável pela administração do dia-a-dia e pela implementação das diretrizes e políticas gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. Os Diretores Executivos têm o poder exclusivo para atuar em nosso nome.

Nossa Diretoria Executiva possui dois Diretores Presidentes e um Vice-Presidente Corporativo.

O Presidente Executivo - Varejo é responsável:

- pela rede de agências do varejo
- pelos postos de atendimento bancário
- pelas operações de cartão de crédito
- pelo crédito no varejo
- pelo crédito ao consumidor
- pelas operações no varejo

O Presidente Executivo - Atacado é responsável:

- pelas unidades de atacado e de *middle market*
- pelo banco de investimento
- pelas operações de tesouraria e internacionais
- pelo *private banking*

O Vice-Presidente Corporativo é o diretor financeiro e é responsável

- pela administração de riscos
- pelo planejamento do banco
- pelas relações com investidores.

A Unibanco Seguros e a Unibanco Asset Management são administradas por seus respectivos Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Na data deste relatório anual, nossos Conselheiros e Diretores Executivos são:

Conselheiros

Pedro Moreira Salles
Gabriel Jorge Ferreira
Tomas Tomislav Antonin Zinner
Israel Vainboim

Diretores Executivos

Fernando Barreira Sotelino
Joaquim Francisco de Castro Neto
César Augusto Sizenando Silva
Adalberto de Moraes Schettert
Celso Scaramuzza
Danilo Mussi Cardozo Mansur

Cargo

Presidente
Vice-Presidente
Vice-Presidente
Conselheiro

Cargo

Presidente Executivo - Atacado
Presidente Executivo - Varejo
Vice-Presidente Corporativo
Vice-Presidente
Vice-Presidente
Vice-Presidente

<u>Diretores Executivos</u>	<u>Cargo</u>
Aldo José Faccin	Diretor Executivo
Álvaro Portinho de Sá Freire Júnior	Diretor Executivo
Álvaro Sérgio Enes do Vale	Diretor Executivo
Elio Boccia	Diretor Executivo
Geraldo Travaglia Filho	Diretor Executivo
Gilberto Villas Boas do Prado	Diretor Executivo
Murilo Bueno Kammer	Diretor Executivo
Sérgio Zappa	Diretor Executivo
Takeshi Watanabe	Diretor Executivo
Wilhelm August Peter Zeise	Diretor Executivo

Os currículos dos nossos Conselheiros e Diretores Executivos estão resumidos abaixo:

Conselheiros

Pedro Moreira Salles - O Sr. Moreira Salles tornou-se Presidente do nosso Conselho de Administração em 1997 após atuar como Vice-Presidente por quase seis anos. Ele é também Vice-Presidente do Conselho de Administração da Unibanco Holdings desde 1997 e Presidente dos Conselhos de Administração da Unibanco Asset Management e da Unibanco Seguros. Ele possui diploma de Bacharel em Economia da Universidade da Califórnia em Los Angeles.

Gabriel Jorge Ferreira. O Sr. Ferreira tornou-se Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração em 1997, tendo atuado como membro desde 1983. Ele também é membro do Conselho de Administração da Unibanco Holdings desde 1994, é vice-presidente da FEBRABAN (Federação de Associações de Bancos Brasileiros) e da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF). Ele é formado pela Faculdade de Contabilidade de Barretos e possui formação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Tomas Tomislav Antonin Zinner - O Sr. Zinner tornou-se Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração em março de 1998, tendo atuado como membro desde 1988. Ele também é membro do Conselho de Administração da Unibanco Holdings desde 1994 e da FEBRABAN. Ele possui diploma de Bacharel da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e recebeu diploma de pós-graduação da Universidade de Chicago.

Israel Vainboim - O Sr. Vainboim tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1988. Ele é Presidente e membro do Conselho de Administração da Unibanco Holdings desde 1994. Ele recebeu diploma de Bacharel em engenharia mecânica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e concluiu mestrado em administração (“MBA”) pela Stanford University.

Diretores Executivos

Fernando Barreira Sotelino - O Sr. Sotelino foi nomeado nosso Presidente Executivo - Atacado em março de 1998. Ele também é membro do Conselho de Administração da Unibanco Asset Management. Ele possui diploma de Bacharel em engenharia civil e diploma de mestre em engenharia de produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diploma de mestre em economia e MBA pela Stanford University.

Joaquim Francisco de Castro Neto - O Sr. Castro Neto foi nomeado nosso Presidente Executivo - Varejo em março de 1998. Ele também é membro do Conselho de Administração da Unibanco Asset Management. Ele possui diploma de bacharel em administração da Fundação Getúlio Vargas e especialização em administração de vendas e marketing e desenvolvimento de novos produtos do IMEDE - Lausanne, Suíça.

César Augusto Sizenando Silva - O Sr. Sizenando Silva foi nomeado nosso Vice-Presidente Corporativo em março de 1998. Ele é membro do Conselho de Administração da Unibanco Asset Management e Vice-Presidente da Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID. Ele possui diploma de Bacharel da Universidade Federal de Minas Gerais.

Adalberto de Moraes Schettert - O Sr. Schettert é nosso Vice-Presidente desde 1992. Ele possui diploma de Bacharel em engenharia e administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Celso Scaramuzza - O Sr. Scaramuzza é nosso Vice-Presidente desde agosto de 1997. Antes dessa nomeação, ele atuou como nosso Diretor Executivo durante três anos. Ele recebeu diploma de Bacharel em administração da Faculdade Armando Álvares Penteado, São Paulo.

Danilo Mussi Cardozo Mansur - O Sr. Mansur é nosso Vice-Presidente desde 1996. Ele formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro.

Aldo José Faccin - O Sr. Faccin é nosso Diretor Executivo desde 1992. Ele possui diploma de Bacharel em economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Álvaro Portinho de Sá Freire Júnior - O Sr. Sá Freire é nosso Diretor Executivo desde maio de 1998. Ele também trabalhou no Banco Mundial por sete anos (na área de Project Finance) e em vários bancos privados. Ele possui diploma de Bacharel em economia e mestrado em finanças.

Álvaro Sérgio Enes do Vale - O Sr. Vale é nosso Diretor Executivo desde 1992. Ele possui diploma de contador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Elio Boccia - O Sr. Boccia é nosso Diretor Executivo desde 1996. Ele possui diploma de Bacharel em economia da Universidade São Luís.

Geraldo Travaglia Filho - O Sr. Travaglia é nosso Diretor Executivo desde 1996. Ele possui diploma de Bacharel em administração da Universidade de São Paulo.

Gilberto Villas Boas do Prado - O Sr. Villas Boas é nosso Diretor Executivo desde 1988. Ele formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Murilo Bueno Kammer - O Sr. Kammer foi nomeado nosso Diretor Executivo em abril de 1997. Ele possui diploma de Bacharel em Engenharia Mecânica da Universidade de São Paulo e diploma de mestre em Engenharia Econômica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, diploma de Mestre (“MS”) em Economia pela University of London e diploma de doutor (“PhD”) em Administração de Empresas da London Business School.

Sérgio Zappa - O Sr. Zappa é nosso Diretor Executivo desde 1996. Ele possui diploma de pós-graduação em administração internacional da American University e diploma de pós-graduação em economia da Georgetown University.

Takeshi Watanabe - O Sr. Watanabe é nosso Diretor Executivo desde 1994. Ele é também membro do Conselho de Administração da Unibanco Holdings e Diretor Executivo do Dai-Ichi Kangyo no Brasil. Ele possui diploma de Bacharel em administração da National University of Yokohama, Japão.

Wilhelm August Peter Zeise - O Sr. Zeise é nosso Diretor Executivo desde 1993. Ele foi diretor executivo da Commerzbank AG (Espanha) e é representante da Commerzbank AG (Bolívia, Chile, Equador e Peru).

Unibanco Holdings

Na data deste relatório anual, os Conselheiros e Diretores da Unibanco Holdings eram os seguintes:

Conselheiros	Cargo
Roberto Konder Bornhausen	Presidente
Pedro Moreira Salles	Vice-Presidente
Israel Vainboim	Conselheiro
Tomas Tomislav Antonin Zinner	Conselheiro
Gabriel Jorge Ferreira	Conselheiro
Arno Noellenburg	Conselheiro
Guilherme Affonso Ferreira	Conselheiro
Patrick A.C. de Larragoiti Lucas	Conselheiro
Takeshi Watanabe	Conselheiro
Diretores	Cargo
Israel Vainboim	Diretor-Presidente
Norberto Fassina	Diretor
Mauro Agonilha	Diretor

Os currículos dos Conselheiros e Diretores da Unibanco Holdings que não são membros do nosso Conselho de Administração ou Diretoria Executiva estão resumidos abaixo:

Conselheiros

Roberto Konder Bornhausen - O Sr. Bornhausen é Presidente do Conselho de Administração da Unibanco Holdings desde 1997, tendo atuado como Presidente do nosso Conselho de Administração de 1991 a 1996 e como membro da nossa Diretoria Executiva desde 1973. Ele possui diploma de Bacharel em engenharia agrônoma da Escola Nacional de Agronomia, Rio de Janeiro.

Arno Noellenburg - O Sr. Noellenburg atua como membro do Conselho de Administração da Unibanco Holdings desde 1995. Ele é representante do Commerzbank no Brasil.

Guilherme Affonso Ferreira - O Sr. Ferreira é Conselheiro da Unibanco Holdings desde 1994. Ele possui diploma de engenheiro da Escola Politécnica de São Paulo.

Patrick A. C. de Larragoiti Lucas - O Sr. Lucas é Conselheiro da Unibanco Holdings desde 1996. Ele é também membro dos Conselhos de Administração do Banco Sogeral (associado com a Société Générale) e de várias empresas do Grupo Sul América no Brasil. Ele possui diploma de bacharel em administração de empresas da Fundação Getúlio Vargas.

Diretores

Norberto Fassina - O Sr. Fassina atua como Diretor Executivo da Unibanco Holdings desde 1994. Ele possui diploma pela Faculdade Municipal de Contabilidade, Santo André, Brasil, e é Bacharel em economia pela Faculdade de Economia de Marília.

Mauro Agonilha - O Sr. Agonilha é Diretor Executivo da Unibanco Holdings desde 1994. Ele possui diploma de contador pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo e diploma de mestre em administração (“MBA”) pela University of Chicago.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Resumimos abaixo todas as operações significativas de que temos conhecimento entre nós, a Unibanco Holdings ou qualquer de nossas subsidiárias e conselheiros, diretores executivos ou acionistas mencionados no item 4 desse Relatório Anual ou seus familiares.

De acordo com a legislação brasileira, instituições financeiras não podem fornecer empréstimos a seus diretores executivos, conselheiros, seus familiares ou empresas afiliadas. Empresas afiliadas são aquelas na qual detemos, pelo menos, 10% de seu capital total ou que detêm, pelo menos, 10% de nosso capital total. Todavia, não efetuamos empréstimos para tais pessoas. Tais restrições não são extensivas à Unibanco Holdings e nossas subsidiárias não financeiras.

Em 31 de dezembro de 1998, além da sua participação direta em nosso capital, conforme explicitado no item 4 - Controle das Sociedades - deste relatório anual, os membros do nosso Conselho de Administração, nossos Diretores Executivos e os membros da nossa administração também detinham participação indireta de 3,7% em nosso capital. Essa participação é representada pela titularidade de ações de uma das companhias do Grupo Moreira Salles (a qual, por sua vez, detém nossas ações) dentro de um plano de compra de ações. Tal plano de compra de ações determina que, no caso de aposentadoria ou desligamento do banco, tais pessoas devem vender as ações ao Instituto Unibanco. As ações detidas pelos membros da administração dentro desse plano não têm direito a voto, mas dão a eles o direito de receber quaisquer distribuições feitas por nós na proporção de sua participação indireta em nosso capital, bem como de obter ganhos de capital pela venda de nossas ações, desde que preenchidas certas condições.

Participação Acionária de Conselheiros

Diversos conselheiros, diretores executivos e diretores não estatutários da Unibanco Asset Management detêm conjuntamente 9,5% do seu capital (excluindo as ações que estão em tesouraria).

Administração de Recursos de Terceiros

A Unibanco Asset Management atualmente administra parte das carteiras de investimento da Unibanco Seguros, da Unibanco AIG Seguros e Previdência e da Unibanco Capitalização. Nós detemos aproximadamente 50% do capital votante da Unibanco Seguros e 100% do capital total da Unibanco Capitalização. A Unibanco AIG Seguros e Previdência é subsidiária integral da Unibanco Seguros.

Operações com Bancos Afiliados

O Dai-Ichi Kangyo Bank e o Commerzbank têm, periodicamente, nos concedido linhas de crédito comerciais e para fins gerais. O valor total em aberto de tais linhas de créditos era de aproximadamente:

- R\$ 272 milhões em 31 de dezembro de 1997
- R\$ 189 milhões em 31 de dezembro de 1998

Acreditamos que os termos dessas linhas de crédito não são menos favoráveis para nós do que os que poderíamos obter de terceiros não-correlatas.

Operações com o Grupo Sul América

O Grupo Sul América é detentor de 4,6% das ações ordinárias da Unibanco Holdings em 31 de dezembro de 1998. Nós temos, periodicamente, participado de operações financeiras com as empresas do Grupo Sul América.

Institutos patrocinados pelo Unibanco

Contribuímos regularmente para institutos criados em benefício de nossos empregados e outras atividades beneficentes e culturais. Contribuímos para tais institutos um total de:

- R\$ 8 milhões em 1996
- R\$ 8 milhões em 1997
- R\$ 6 milhões em 1998

Em 31 de dezembro de 1997, devíamos ao Instituto Unibanco R\$ 89 milhões em juros a taxas de normais mercado. Pagamos integralmente tal dívida em 1998.



CAPITALIZAÇÃO

O quadro a seguir demonstra a nossa capitalização consolidada em 31 de dezembro de 1998 e em 31 de março de 1999 deve ser lido em conjunto com as nossas demonstrações financeiras e notas explicativas consolidadas em 31 de dezembro de 1998 e 31 de março de 1999 e com “Análise da Administração sobre a Situação Financeira e Resultado das Operações (MD&A)”, incluídos neste documento.

	Em 31 de dezembro de 1998 (em milhões de reais)	Em 31 de março de 1999 (em milhões de reais)	
	Realizado	Realizado	Ajustado
Circulante			
Depósitos	7.315	6.871	6.871
Captações no mercado aberto	2.790	4.278	4.278
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.673	2.267	2.267
Relações interfinanceiras	460	1.066	1.066
Relações interdependências	226	89	89
Obrigações por empréstimos	3.677	4.552	4.552
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	932	1.022	1.022
Outras obrigações	5.252	6.110	6.110
Total do Circulante	22.325	26.255	26.255
Exigível a Longo Prazo			
Depósitos	227	1.640	1.640
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.829	2.715	2.715
Obrigações por empréstimos	436	580	580
Obrigações por repasses - instituições oficiais	837	936	936
Outras obrigações	1.614	1.405	1.405
Total do Exigível a Longo Prazo	5.943	7.276	7.276
Resultado de exercícios futuros	26	25	25
Patrimônio líquido dos acionistas minoritários	527	542	542
Patrimônio líquido			
Capital			
- De domiciliados no país	1.105	1.107	1.107*
- De domiciliados no exterior	469	467	467*
Reservas de capital	157	157	157
Reserva de reavaliação	1	1	1
Reservas de lucros	1.178	1.178	1.178
Ações em tesouraria	(4)	(4)	(4)
Lucros acumulados	186	186	
Total do Patrimônio Líquido	2.906	3.092	3.092*
Total da capitalização	31.727	37.190	37.190*

(*) A ser ajustado após definição do aumento de capital.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

Nossas informações financeiras selecionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998, são oriundas e devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras. Nossas demonstrações financeiras foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes cujo parecer está incluído neste documento.

De acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as sociedades controladas em conjunto foram consolidadas pelas nossas respectivas participações no capital. Veja nota 3 às nossas demonstrações financeiras.

As informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 1994 estão apresentadas em moeda de poder aquisitivo constante de 31 de dezembro de 1995, sendo que os valores históricos foram indexados pela Unidade Fiscal de Referência (UFIR). Desde 1 de janeiro de 1996, a correção integral de balanço não é mais exigida pela Legislação Societária Brasileira, sendo assim, as informações financeiras para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 1996, não incluem essa metodologia. As informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 1995 estão apresentadas de acordo com este mesmo critério.

As seguintes informações financeiras selecionadas devem ser lidas também em conjunto com a “Análise da Administração sobre a Situação Financeira e Resultado das Operações (MD&A)”.

	Exercício findo em 31 de Dezembro				
	1994	1995	1996	1997	1998
	(em milhões de R\$, exceto para informações de ações)				
Informações sobre a Demonstração do Resultado Consolidado:					
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.344	1.791	3.148	3.123	3.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(145)	(721)	(789)	(899)	(1.166)
Resultado da intermediação financeira	1.199	1.070	2.359	2.224	2.385
Receitas de prestação de serviços	278	365	904	1.244	1.368
Resultado de participações em coligadas	78	93	17	15	3
Outras receitas (1)	76	257	1.575	1.471	1.609
Despesas operacionais (2)	(1.102)	(1.257)	(2.677)	(2.632)	(2.771)
Outras despesas (3)	(154)	(270)	(1.696)	(1.672)	(1.868)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações	375	258	482	650	726
Imposto de renda e contribuição social	(226)	(101)	(120)	(125)	(99)
Participações no lucro	(2)	(2)	(76)	(93)	(94)
Participações dos acionistas minoritários	-	-	(1)	(1)	(79)
Lucro líquido	147	155	285	431	454
Informações sobre o Lucro do Unibanco:					
Lucro por lote de 1.000 ações	2,41	2,34	2,99	4,38	4,58
Lucros distribuídos (dividendos) por lote de 1.000 ações:					
Ordinária	0,77	0,72	0,96	1,40	1,71
Preferencial	0,85	0,79	1,05	1,54	1,88

Em 31 de dezembro

	1994	1995	1996	1997	1998
(em milhões de R\$, exceto percentuais)					
Informações sobre o Balanço Patrimonial					
Consolidado:					
<i>Ativo</i>					
Disponibilidade	728	1.930	2.122	381	914
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.160	4.481	2.974	5.872	5.631
Títulos e valores mobiliários	2.017	3.425	5.326	4.695	5.445
Relações interfinanceiras	958	767	943	1.476	935
Operações de crédito	7.196	9.447	11.758	12.158	14.046
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(220)	(652)	(689)	(803)	(893)
Investimentos não consolidados	198	407	113	237	234
Imobilizado de uso	554	784	932	954	944
Ativo diferido	105	556	553	469	439
Total do ativos	13.528	22.796	26.268	28.139	31.727
Ativo médio (4)	12.537	18.162	24.532	27.204	29.933
<i>Passivo e Patrimônio líquido</i>					
Depósitos	6.022	9.382	7.567	6.449	7.542
Captações no mercado aberto	168	1.571	2.792	3.347	2.790
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.297	2.617	3.026	3.540	4.502
Obrigações por empréstimos	1.993	3.563	4.840	4.513	4.113
Obrigações por repasses	637	883	997	1.220	1.769
Patrimônio líquido dos acionistas minoritários	4	10	14	449	527
Patrimônio líquido	1.155	1.968	2.154	2.630	2.906
Patrimônio líquido médio (5)	1.044	1.562	2.061	2.392	2.768
Índices Consolidados Selecionados:					
<i>Lucratividade e desempenho</i>					
Margem financeira líquida (6)	11,4%	10,5%	13,8%	12,2%	12,6%
Retorno sobre ativo médio (7)	1,2	0,9	1,2	1,6	1,5
Retorno sobre patrimônio líquido médio (8)	14,1	11,7	13,8	18,0	16,4
Índice de eficiência (9)	67,0	57,2	67,6	64,9	60,8
<i>Liquidez</i>					
Operações de crédito como percentual dos depósitos	119,5	100,7	155,4	188,5	186,2
<i>Capital</i>					
Patrimônio líquido como percentual do total de ativos	8,5	8,6	8,2	9,3	9,2
Total do capital como percentual dos ativos ponderados por risco (10)	10,5	13,9	13,0	13,4	14,2
<i>Qualidade dos ativos</i>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa como percentual das operações de crédito	3,1	6,9	5,9	6,6	6,4
Créditos de liquidação duvidosa como percentual das operações de crédito	0,8	2,8	1,8	1,8	1,7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa como percentual dos créditos de liquidação (11)	400,5	246,4	330,9	371,0	381,6

- (1) Outras receitas consistem dos prêmios de seguro, capitalização e previdência privada, outras receitas operacionais e resultado não operacional.
- (2) Despesas operacionais consistem em salários, benefícios e outras despesas administrativas.
- (3) Outras despesas consistem das variações das provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada, sinistros, despesas com benefícios de planos de previdência privada, despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada, despesas de comercialização de cartão de crédito, despesas tributárias e outras despesas operacionais.
- (4) Ativo médio representa a média simples do ativo do início e do término do exercício.
- (5) Patrimônio líquido médio representa a média simples do patrimônio líquido do início e do término do exercício.
- (6) Margem líquida financeira representa o percentual do resultado da intermediação financeira antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo ativo médio total menos o ativo permanente médio.
- (7) Retorno sobre o ativo médio consiste do lucro líquido dividido pelo ativo médio total.
- (8) Retorno sobre o patrimônio líquido médio consiste do lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido médio.
- (9) Índice de eficiência representa as despesas operacionais como percentual do resultado da intermediação financeira antes da provisão para devedores duvidosos, as receitas de prestação de serviços, as outras receitas (exceto resultado não operacional) e as outras despesas.
- (10) Baseada nas diretrizes do Banco Central.
- (11) Créditos de liquidação duvidosa consistem em operações de crédito em atraso há mais de sessenta dias.

ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E RESULTADOS DAS OPERAÇÕES (MD&A)

Situação Econômica Recente

Após a desvalorização da moeda russa em agosto de 1998, os investidores estrangeiros começaram a retirar seus recursos investidos em mercados emergentes. Conseqüentemente, as reservas internacionais brasileiras sofreram uma queda dramática. Esse acontecimento afetou principalmente o Brasil devido aos déficits orçamentários e de conta corrente, que acentuavam a dependência do capital estrangeiro. Para defender o Real, o governo brasileiro decidiu elevar as taxas de juros de 20% em agosto de 1998 para 45% em setembro do mesmo ano. Em seguida, em outubro de 1998, o governo brasileiro anunciou um pacote fiscal, destinado a reduzir os gastos do governo e compensar o incremento do serviço da dívida decorrente das taxas de juros mais elevadas. O governo brasileiro decidiu ainda dar início a negociações com o Fundo Monetário Internacional, visando obter um acordo *stand by*. Em dezembro de 1998, o Congresso aprovou a emenda constitucional referente à reforma da previdência, bem como o aumento da alíquota do COFINS. Contudo, as demais propostas, tais como a contribuição dos inativos, foram rejeitadas ou adiadas, criando novas pressões sobre o mercado.

Em 2 de dezembro de 1998, o Fundo Monetário Internacional aprovou o acordo *stand by* com o governo brasileiro, disponibilizando US\$41 bilhões provenientes de contribuições do FMI e de mais de 20 países desenvolvidos.

Apesar do pacote fiscal e do acordo do FMI, a confiança do mercado continuou a se deteriorar. Em resposta à pressão sobre o real, o Banco Central decidiu ampliar a banda cambial em 13 de janeiro de 1999, ao mesmo tempo abandonando efetivamente a política de âncora cambial adotada em 1995. O Banco Central também passou a exercer intervenções mais freqüentes no mercado a vista e futuro de câmbio. A pressão, entretanto, acabou não cedendo, e, em 15 de janeiro, o Banco Central resolveu adotar um sistema de livre flutuação da moeda. O Real se desvalorizou, e a taxa de câmbio disparou de R\$ 1,211/US\$ 1 em 12 de janeiro de 1999 para R\$ 2,165/US\$ 1 em 3 de março de 1999.

Em decorrência da desvalorização, algumas das metas estabelecidas pelo acordo com o FMI tiveram que ser revistas. Em março de 1999, o governo brasileiro em conjunto com os executivos do FMI chegaram a um acordo envolvendo políticas econômicas que permitiram ao Banco Central realizar intervenções no mercado cambial a vista, bem como estipulou limites de venda de dólar pelo Banco Central, visando a recuperação da liquidez e redução da volatilidade do Real. Assim, uma nova tranche de US\$ 9,8 bilhões foi liberada ao Brasil no início de abril de 1999.

O governo brasileiro conseguiu ainda fechar um acordo com os bancos privados estrangeiros para manter as linhas interbancárias no patamar registrado em 28 de fevereiro de 1999, evitando dessa forma, uma queda significativa dessas linhas que vinha se observando desde setembro de 1998.

Em março de 1999, as taxas de juros evoluíram de 39% ao ano para 45% ao ano. Desde 3 de março de 1999, o Real já se valorizou 18% em relação ao dólar, atingindo uma taxa de câmbio de R\$ 1,769/US\$ 1 em 30 de junho de 1999. Como resultado do fortalecimento da moeda, o Banco Central pode realizar reduções graduais das taxas de juros, até 21% ao ano em junho. A inflação, por sua vez, vem se mantendo em nível relativamente baixo, com evolução no Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas de apenas 8,5% durante os seis primeiros meses de 1999. O mercado de capitais internacional tem reagido favoravelmente ao corte de gastos do governo, à inflação abaixo das expectativas e à aprovação do FMI à proposta de política econômica e abertura às instituições financeiras no Brasil. Em 23 de abril de 1999, o tesouro nacional emitiu o equivalente US\$ 2 bilhões em eurobônus, na primeira oferta ao mercado de capitais internacional desde o período anterior à crise da Rússia.

Acreditamos que os maiores efeitos da desvalorização sobre a atividade econômica já foram sentidos no primeiro semestre de 1999. No entanto, a queda da atividade em conjunto com o impacto da desvalorização cambial sobre a dívida tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, podem levar a um incremento do nível de créditos de liquidação duvidosa e perdas de crédito. Embora a situação financeira dos bancos brasileiros tenha se recuperado, não podemos assegurar que a recente pressão no sistema financeiro brasileiro não venha a se repetir ou que possíveis mudanças na política econômica atual não possam prejudicar as instituições financeiras do país.

Condições Econômicas Brasileiras

A economia brasileira é a maior da América Latina, contando com um setor privado que gradualmente tem se voltado para as vendas externas. As reformas estruturais dos últimos anos abriram a economia à concorrência internacional.



A tabela abaixo mostra o crescimento anualizado do PIB em bases semestrais, taxas semestrais de inflação e taxas médias de juros reais para os períodos apresentados.

	1996			1997			1998		
	1º Semestre	2º Semestre	Anualizado	1º Semestre	2º Semestre	Anualizado	1º Semestre	2º Semestre	Anualizado
Crescimento real do PIB (1)	(0,1)%	5,6%	2,8%	4,7%	2,3%	3,5%	1,3%	(1,0)%	0,1%
Taxa de inflação (2)	6,5	2,6	9,3	4,8	2,5	7,5	1,5	0,2	1,7
Taxa de juros real sobre depósitos interbancários (3)	6,8	8,8	16,2	5,2	10,2	15,9	10,9	14,1	26,5

(1) Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(2) Fonte: IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

(3) Fonte: Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados (ajustado pela taxa de inflação do IGP-DI).

Resultado das Principais Afiliadas

De acordo com as regras da CVM, nós consolidamos as empresas controladas em conjunto pelas respectivas participações no capital. De acordo com a Instrução 247/96, ativos, passivos, receitas e despesas das empresas controladas em conjunto são incluídos nas nossas demonstrações financeiras nas respectivas proporções da nossa participação no capital. Veja nota 3 às nossas demonstrações financeiras consolidadas. A nossa participação no resultado da Credicard diminuiu de um ganho de R\$ 66 milhões em 1997 para uma perda de R\$ 13 milhões em 1998. O resultado da Credicard foi afetado negativamente por uma provisão maior para créditos de liquidação duvidosa em 1998, pelo aumento das despesas administrativas e de pessoal e pelo grande número de fraudes durante o primeiro semestre de 1998. A administração da Credicard tomou fortes medidas para reduzir as fraudes, incluindo o aumento de 44% nos terminais ligados diretamente aos sistemas da Credicard, instalados nos pontos de venda, o que reduziu o nível de fraudes no segundo semestre. A nossa participação no resultado da Fininvest diminuiu de R\$ 30 milhões em 1997 para R\$ 5 milhões em 1998.

Os resultados da Fininvest foram afetados negativamente pelas margens mais baixas e pela deterioração na carteira de operações de crédito, devido ao cenário de altas taxas de juros e ao crescimento do desemprego no Brasil. Adicionalmente, as despesas operacionais da Fininvest cresceram R\$ 29 milhões devido ao aumento do volume de transações com menor volume médio por transação.

Apresentação das Informações Financeiras

A discussão a seguir se baseia e deve ser lida em conjunto com as nossas Informações Trimestrais - ITR referentes aos trimestres findos em 31 de março de 1999 e de 1998, entregues à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores de São Paulo e Rio de Janeiro em 10 de maio de 1999.

Resultado das Operações do Trimestre Findo em 31 de Março de 1999 Comparado com o Trimestre Findo em 31 de Março de 1998.

O quadro abaixo demonstra os principais componentes do nosso lucro líquido consolidado apurado nos trimestres findos em 31 de março de 1998 e 1999.

	Trimestre findo em 31 de março		% Variação
	1998	1999	1999/1998
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
Resultado da intermediação financeira	612	469	(23,4%)
Outras receitas (despesas) operacionais	(415)	(147)	(64,6)
Resultado operacional	197	322	63,5
Resultado não operacional	(6)	(35)	483,3
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações	191	287	50,3
Imposto de renda e contribuição social	(55)	(41)	(25,5)
Participações no lucro	(30)	(25)	(16,7)
Resultado antes da participação minoritária	106	221	108,5
Participações dos acionistas minoritários	(15)	(18)	20,0
Lucro líquido	91	203	123,1%

Encerramos o primeiro trimestre de 1999 com o lucro líquido de R\$ 203 milhões, 123,1% maior que o apresentado no primeiro trimestre de 1998. Esse aumento decorreu de maiores receitas financeiras devido à alta de juros, melhores resultados de tesouraria, redução de despesas de pessoal e ganhos com a variação cambial sobre os investimentos no exterior. Esse aumento foi compensado em parte por provisões adicionais para fazer face à mudança no cenário econômico e à maior volatilidade dos mercados, bem como provisões para reestruturação relacionadas à implantação do nosso Projeto Ano 2000 e Único.

O lucro líquido por lote de 1.000 ações foi de R\$ 2,05 no primeiro trimestre de 1999 contra R\$ 0,92 no primeiro trimestre de 1998. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 29,9% contra 14,3% no primeiro trimestre de 1998 e o retorno anualizado sobre o ativo médio foi de 2,4% contra 1,2% no primeiro trimestre de 1998.

Resultado da Intermediação Financeira

O quadro abaixo demonstra os principais componentes do nosso resultado da intermediação financeira consolidado, nos trimestres findos em 31 de março de 1998 e 1999.

	<u>Trimestre findo em 31 de março</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1998</u>	<u>1999</u>	<u>1999/1998</u>
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
Receitas da intermediação financeira	1.664	2.845	71,0%
Despesas da intermediação financeira	(751)	(1.870)	149,0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(301)	(506)	68,1
Resultado da intermediação financeira	612	469	(23,4%)

O quadro a seguir demonstra os principais componentes das nossas receitas da intermediação financeira consolidadas para os trimestres findos em 31 de março de 1998 e 1999.

	<u>Trimestre findo em 31 de março</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1998</u>	<u>1999</u>	<u>1999/1998</u>
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	1.026	1.952	90,3%
Resultado de títulos e valores mobiliários	554	821	48,2
Resultado de câmbio	7	53	657,1
Aplicações compulsórias	77	19	(75,3)
Receitas da intermediação financeira	1.664	2.845	71,0%

As receitas da intermediação financeira consolidadas cresceram 71,0% no primeiro trimestre de 1999 comparado com o primeiro trimestre de 1998, devido principalmente à:

- 90,3% de crescimento das receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil
- 48,2% de aumento no resultado de títulos e valores mobiliários

O crescimento das receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil resultou principalmente da desvalorização do real, uma vez que 45% da nossa carteira é indexada ao dólar, e em uma menor extensão da alta de juros.

O aumento no resultado de títulos e valores mobiliários decorreu basicamente de melhores resultados de tesouraria em função da desvalorização do real e conseqüente alta dos juros, compensado em parte pela provisão adicional para desvalorização de títulos de R\$ 140 milhões para fazer face à mudança no cenário econômico e à maior volatilidade dos mercados.

O quadro abaixo demonstra os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira consolidadas, nos trimestres findos em 31 de março de 1998 e 1999.

	<u>Trimestre findo em 31 de março</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1998</u>	<u>1999</u>	<u>1999/1998</u>
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
Captações no mercado aberto	(588)	(1.268)	115,6%
Empréstimos e repasses	(163)	(602)	269,3
Despesas da intermediação financeira	(751)	(1.870)	149,0%

As despesas da intermediação financeira consolidadas (excluída a provisão para créditos de liquidação duvidosa) cresceram 149,0% no primeiro trimestre de 1999 comparado como primeiro trimestre de 1998, devido principalmente à:



- 115,6% de aumento das despesas com captação no mercado aberto
- 269,3% de crescimento das despesas com empréstimos e repasses

O crescimento das despesas com captações no mercado aberto e com empréstimos e repasses foram também decorrentes da desvalorização do real e em menor grau devido ao aumento das taxas de juros.

O quadro abaixo demonstra a nossa provisão para crédito de liquidação duvidosa, as baixas de créditos contra provisão e as recuperações de crédito, consolidadas, para os trimestres findos em 31 de março de 1998 e 1999.

	Trimestre findo em 31 de março		% Variação
	1998	1999	1999/1998
(em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(301)	(506)	68,1%
Baixas de créditos contra provisão	(236)	(285)	20,8
Recuperações de créditos (1)	59	73	23,7
Baixas líquidas	(177)	(212)	19,8%

(1) De acordo com as regras do Banco Central, as recuperações de créditos são registradas como receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa cresceram 68,1%, refletindo a provisão adicional de R\$ 212 milhões efetuada no primeiro trimestre de 1999, antecipando um eventual crescimento nas perdas com crédito, devido às mudanças ocorridas no cenário econômico. As baixas de crédito contra a provisão aumentaram 20,8% e as recuperações de créditos aumentaram 23,7%.

Os créditos de liquidação duvidosa totalizaram R\$ 244 milhões em 31 de março de 1999, demonstrando uma queda de 10,3% em relação ao saldo de 31 de março de 1998 e um crescimento de 4,3% quando comparado com o saldo de 31 de dezembro de 1998.

Em 31 de março de 1999 os créditos de liquidação duvidosa representavam 1,6% da carteira consolidada de operações de crédito, enquanto que em 31 de março de 1998 essa relação era de 2,2%.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 1999 aumentou 21,1% em relação a 31 de março de 1998 e 24,7% em relação a 31 de dezembro de 1998, atingindo R\$ 1.114 milhões, representando 4,6 vezes o saldo de créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 1999 contra 3,4 vezes em 31 de março de 1998 e 3,8 vezes em 31 de dezembro de 1998.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

O quadro abaixo demonstra os principais componentes das nossas outras receitas e despesas operacionais consolidadas, nos trimestres findos em 31 de março de 1998 e 1999.

	Trimestre findo em 31 de março		% Variação
	1998	1999	1999/1998
(em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
Receitas de prestação de serviços	331	361	9,1%
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada	369	279	(24,4)
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e de previdência privada	(143)	(94)	(34,3)
Sinistros	(110)	(100)	(9,1)
Despesas com benefícios de planos de previdência privada	(81)	(59)	(27,2)
Despesas de comercialização e outras despesas de seguros e de previdência privada	(28)	(33)	17,9
Despesas de comercialização de cartão de crédito	(26)	(33)	26,9
Despesas de pessoal	(275)	(254)	(7,6)
Outras despesas administrativas	(357)	(422)	18,2
Despesas tributárias	(87)	(118)	35,6
Resultado de participações em coligadas	(2)	-	-
Outras receitas operacionais	49	527	975,5
Outras despesas operacionais	(55)	(201)	265,5
Outras receitas (despesas) operacionais	(415)	(147)	(64,6%)

O quadro abaixo demonstra os principais componentes das nossas receitas de prestação de serviços consolidadas, nos trimestres findos em 31 de março de 1998 e 1999.

	Trimestre findo em 31 de março		% Variação
	1998	1999	1999/1998
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
Administração de recursos de terceiros	62	76	22,6%
Cartão de crédito	118	114	(3,4%)
Outras tarifas e comissões, principalmente tarifas bancárias	151	171	13,2%
Receitas de prestação de serviços	331	361	9,1%

As receitas de prestação de serviços apresentaram um crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. As tarifas sobre administração de recursos de terceiros cresceram 22,6% em relação ao primeiro trimestre de 1998, devido principalmente ao aumento de 20,7% no volume administrado, nos últimos doze meses. As receitas com tarifas bancárias e cartão de crédito, em conjunto, cresceram 5,9% em relação ao primeiro trimestre de 1998, substancialmente em função do aumento dos volumes.

As receitas de prêmios de seguro, capitalização e previdência privada foram 24,4% menores que às relativas ao primeiro trimestre de 1998 devido principalmente ao cenário recessivo do primeiro trimestre de 1999 e à migração do seguro saúde dos funcionários do Unibanco para a Unibanco - AIG Health Care. Como consequência, as despesas com variações técnicas também diminuíram em 34,3%.

As despesas de pessoal diminuíram 7,6% no trimestre de 1999 em relação ao primeiro trimestre de 1998, enquanto que as outras despesas administrativas aumentaram em 18,2%. As despesas de pessoal já refletem o nosso esforço de redução de despesas preconizado no Projeto Ano 2000 e Único, enquanto que as outras despesas administrativas serão impactadas futuramente.

As despesas tributárias cresceram 35,6% em relação ao primeiro trimestre de 1998 devido, basicamente, às alterações nas regras do PIS e do COFINS.

As outras receitas operacionais aumentaram 975,5% no primeiro trimestre de 1999 quando comparado com igual trimestre de 1998, substancialmente devido ao ganho cambial de R\$ 324 milhões sobre os nossos investimentos no exterior, ocasionado pela desvalorização do real.

As outras despesas operacionais aumentaram 265,5% em relação ao primeiro trimestre de 1998, principalmente devido à provisão para reestruturação relacionadas à implantação do Projeto Ano 2000 e Único no valor de R\$ 100 milhões e ao crescimento das nossas provisões para processos judiciais, envolvendo contingências, principalmente relacionadas a reclamações trabalhistas no valor de R\$ 32 milhões, comparadas com R\$ 8 milhões no primeiro trimestre de 1998.

Ativos e Passivos

Em 31 de março de 1999 o nosso ativo total consolidado era de R\$ 37.190 milhões e apresentou um crescimento de 17,2% em relação ao valor de R\$ 31.727 milhões em 31 de dezembro de 1998.

As principais variações foram:

- 24,6% de crescimento em aplicações interfinanceiras de liquidez que totalizaram R\$ 7.016 milhões em 31 de março de 1999 contra R\$ 5.631 milhões em 31 de dezembro de 1998
- 9,3% de aumento nas operações de crédito, arrendamento mercantil e adiantamentos de contrato de câmbio que montaram R\$ 15.358 milhões em 31 de março de 1999 contra R\$ 14.046 milhões em 31 de dezembro de 1998
- 25,9% de crescimento nos títulos e valores mobiliários que atingiram R\$ 6.854 milhões em 31 de março de 1999 contra R\$ 5.631 milhões em 31 de dezembro de 1998

O aumento nas aplicações interfinanceiras de liquidez foi consequência das oportunidades nos mercados de operações lastreadas em títulos públicos registrados na Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e da predominância de altas taxas de juros.

Os crescimentos das operações de crédito, arrendamento mercantil e de adiantamentos de contrato de câmbio e dos títulos e valores mobiliários foram decorrentes, principalmente, do impacto da desvalorização do real nos títulos e valores mobiliários expressos ou indexados ao dólar e das operações de crédito atreladas ao dólar.

O quadro a seguir demonstra as nossas operações de crédito consolidadas por tipo em 31 de dezembro de 1998 e 31 de março de 1999.

	<u>Em 31 de dezembro de 1998</u>	<u>Em 31 de dezembro de 1999</u>	<u>% Variação 1999/1998</u>
(em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
Comércio, indústria e outros	5.389	6.160	14,3%
Financiamentos à importação e à exportação	2.882	3.708	28,7
Crédito rural	539	556	3,2
Cartão de crédito	1.931	1.544	(20,0)
Pessoa física	1.756	1.796	2,3
Leasing	989	1.044	5,6
Financiamentos imobiliários	326	306	(6,1)
Crédito em liquidação duvidosa	234	244	4,3
Total operações de crédito	14.046	15.358	9,3%

Face ao cenário econômico recessivo e da nossa política conservadora de crédito, não houve crescimento correspondente à desvalorização em todos os segmentos de operações de crédito.

O quadro a seguir demonstra as nossas captações consolidadas por tipo e por moeda em 31 de dezembro de 1998 e em 31 de março de 1999 e as correspondentes variações no trimestre.

	<u>Em 31 de dezembro de 1998</u>	<u>Em 31 de dezembro de 1999</u>	<u>% Variação 1999/1998</u>
(em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
Depósitos a vista	1.048	1.147	9,4%
Depósitos de poupança	2.982	3.102	4,0
Depósitos interfinanceiros	41	17	(58,5)
Depósitos a prazo	3.471	4.245	22,3
Total de depósitos	7.542	8.511	12,8
Captações no mercado aberto	2.790	4.278	53,3
Debêntures e letras hipotecárias	2.037	1.712	(16,0)
Obrigações por repasses no país	1.468	1.671	13,8
Provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	1.331	1.453	9,2
Outros	1.721	2.112	22,7
Total das captações em moeda nacional	16.889	19.737	16,9
Linhas de importação e exportação	2.727	3.419	25,4
Eurobonds e commercial paper	2.465	3.270	32,7
Outros	2.066	2.685	30,0
Total das captações em moeda estrangeira	7.258	9.374	29,2
Total das captações	24.147	29.111	20,6
Fundos de investimentos e carteiras administrados	10.175	11.220	10,3
Total das captações e recursos administrados de terceiros	34.322	40.331	17,5%

Nossa captação global, incluindo R\$ 11.220 milhões de fundos de investimentos e carteiras administrados, totalizou R\$ 40.331 milhões em 31 de março de 1999, apresentando um crescimento de 17,5% quando comparado com 31 de dezembro de 1998. As captações em moeda nacional aumentaram 16,9% no trimestre e os depósitos cresceram 12,8% atingindo R\$ 8.511 milhões em 31 de março de 1999 e as captações em moeda estrangeira (principalmente em dólar), aumentaram 29,2% no trimestre.

Os fundos de investimentos e carteiras administrados atingiram R\$ 11.220 milhões em 31 de março de 1999, com um incremento de 10,3% em relação a 31 de dezembro de 1998. Desse montante 51% correspondiam a recursos de investidores institucionais.

Capital

Nosso patrimônio líquido aumentou 6,4% no trimestre atingindo R\$ 3.092 milhões em 31 de março de 1999 contra R\$ 2.906 milhões em 31 de dezembro de 1998, resultante principalmente do lucro de R\$ 203 apurado no período.

O quadro a seguir demonstra a relação entre o nosso capital e o ativo total consolidado ajustado pelo risco e o nosso capital mínimo exigido em 31 de dezembro de 1998 e em 31 de março de 1999, de acordo com as exigências do Banco Central.

	<u>Em 31 de dezembro 1998</u>	<u>Em 31 de março 1999</u>
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)	
Conforme as regras do Banco Central		
Nível 1	14,2%	13,6%
Nível 2	-	-
Total do capital	14,2%	13,6%
Nosso capital	2.918	3.091
Capital mínimo requerido	2.267	2.502
Excesso sobre o capital mínimo requerido	651	589

Em 31 de março de 1999 o índice da Basileia de acordo com as regras do Banco Central era de 13,6%, superior ao nível mínimo recomendado de 11%. Esse índice nos permite um potencial de alavancagem de R\$ 5,3 bilhões ou um crescimento de 35% na carteira de crédito sem comprometer o limite exigido. A variação do índice em relação a 31 de dezembro de 1998 foi devido fundamentalmente ao aumento dos ativos indexados ao dólar, impactados pela desvalorização do real no primeiro trimestre de 1999.

Resultado das Operações do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 1998 Comparado com o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 1997

O quadro abaixo demonstra os principais componentes do nosso lucro líquido consolidado em 1997 e 1998.

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>1998/1997</u>
Resultado da intermediação financeira	2.224	2.385	7,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.684)	(1.765)	4,8
Resultado operacional	540	620	14,8
Resultado não operacional	110	106	(3,6)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações	650	726	11,7
Imposto de renda e contribuição social	(125)	(99)	(20,8)
Participações no lucro	(93)	(94)	1,1
Resultado antes da participação minoritária	432	533	23,4
Participações dos acionistas minoritários	(1)	(79)	790,0
Lucro líquido	431	454	5,3%

Resultado da Intermediação Financeira

O quadro abaixo demonstra os principais componentes do nosso resultado da intermediação financeira consolidado em 1997 e 1998.

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>1998/1997</u>
Receitas da intermediação financeira	5.626	6.559	16,6%
Despesas da intermediação financeira	(2.503)	(3.008)	20,2
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(899)	(1.166)	29,7
Resultado da intermediação financeira	2.224	2.385	7,2%

O quadro abaixo demonstra os principais componentes das nossas receitas da intermediação financeira consolidadas em 1997 e 1998.

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>1998/1997</u>
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	4.114	4.238	3,0%
Resultado de títulos e valores mobiliários	1.289	2.058	59,7
Resultado de câmbio	34	38	11,8
Aplicações compulsórias	189	225	19,0
Receitas da intermediação financeira	5.626	6.559	16,6%

As receitas da intermediação financeira consolidadas evoluíram 16,6% em 1998 comparadas com 1997, devido ao aumento de 59,7% do resultado de títulos e valores mobiliários em 1998, que decorreu da alta taxa de juros em 1998 em relação às taxas praticadas durante grande parte de 1997 e do cenário econômico que restringiu as operações de crédito. As receitas de operação de crédito e arrendamento mercantil aumentaram ligeiramente devido à combinação de vários fatores.

O quadro abaixo demonstra os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira consolidadas em 1997 e 1998.

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>1998/1997</u>
Captações no mercado aberto	1.900	2.276	19,8%
Empréstimos e repasses	603	732	21,4
Despesas da intermediação financeira	2.503	3.008	20,2%

As despesas da intermediação financeira consolidadas (excluída a provisão para créditos de liquidação duvidosa) cresceram 20,2% em 1998, devido principalmente ao aumento das despesas relativas as captações no mercado aberto durante o exercício.

As despesas relativas às captações no mercado aberto cresceram 19,8% em 1998 devido ao aumento das taxas de juros médias e ao crescimento de 16,9% dos depósitos totais no término do exercício. Os depósitos a prazo cresceram 34,0%, de R\$ 2.591 milhões em 31 de dezembro de 1997 para R\$ 3.471 milhões em 31 de dezembro de 1998. Os depósitos de poupança cresceram 6,4% de R\$ 2.803 milhões em 31 de dezembro de 1997 para R\$ 2.982 milhões em 31 de dezembro de 1998. As debêntures emitidas pela companhia de Leasing cresceram 23% de R\$ 1.498 milhões em 31 de dezembro de 1997 para R\$ 1.841 milhões em 31 de dezembro de 1998.

As despesas relativas aos empréstimos e repasses cresceram 21,4% devido principalmente às altas taxas de juros e ao aumento de 45% dos repasses domésticos (BNDES e Finame), de R\$ 1.220 milhões em 31 de dezembro de 1997 para R\$ 1.769 milhões em 31 de dezembro de 1998.

O quadro abaixo demonstra a nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa, as baixas de crédito contra provisão e as recuperações de créditos, consolidadas, em 1997 e 1998.

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>1998/1997</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	899	1.166	29,7%
Baixas de créditos contra provisão	(785)	(1.127)	43,6
Recuperações de créditos (1)	294	461	56,8
Baixas líquidas	(491)	(666)	35,6%

(1) De acordo com as regras do Banco Central, as recuperações de créditos são registradas como receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Os aumentos de 29,7% da provisão para crédito de liquidação duvidosa e de 43,6% das baixas de crédito contra provisão decorreram, principalmente, das perdas com as operações de cartão de crédito (Credicard e Cartão Unibanco). As recuperações de crédito cresceram 56,8% em função do contínuo aprimoramento das técnicas de recuperação e cobrança. As operações de crédito de liquidação duvidosa totalizaram R\$ 234 milhões (um aumento de 7,8% em relação ao montante de R\$ 217 em 31 de dezembro de 1997) ou 1,7% da nossa carteira de operações de crédito consolidada em 31 de dezembro de 1998 (1,8% em 31 de dezembro de 1997). A provisão para créditos de liquidação duvidosa cresceu 11,2% durante 1998 (de R\$ 803 milhões em 31 de dezembro de 1997 para R\$ 893 milhões em 31 de dezembro de 1998). A cobertura das provisões sobre os créditos em liquidação duvidosa aumentou de 3,7 vezes em 31 de dezembro de 1997 para 3,8 vezes em 31 de dezembro de 1998.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

O quadro abaixo demonstra os principais componentes das nossas outras receitas (despesas) operacionais consolidadas em 1997 e 1998.

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>1998/1997</u>
Receitas de prestação de serviços	1.244	1.368	10,0%
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada	1.164	1.383	18,8
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e de previdência privada	(368)	(471)	28,0
Sinistros	(440)	(460)	4,5
Despesas com benefícios de planos de previdência privada	(141)	(275)	95,0
Despesas de comercialização e outras despesas de seguros e de previdência privada	(117)	(139)	18,8
Despesas de comercialização de cartão de crédito	(140)	(110)	(21,4)
Despesas de pessoal	(1.147)	(1.143)	(0,3)
Outras despesas administrativas	(1.485)	(1.628)	9,6
Despesas tributárias	(265)	(312)	17,7
Resultado de participações em coligadas	15	3	(80,0)
Outras receitas operacionais	197	120	(39,1)
Outras despesas operacionais	(201)	(101)	(49,8)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.684)	(1.765)	4,8%

O quadro abaixo demonstra os principais componentes das nossas receitas de prestação de serviços, em 1997 e 1998.

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>1998/1997</u>
Administração de recursos de terceiros	248	250	0,8%
Cartão de crédito	409	469	14,7
Outras tarifas e comissões, principalmente tarifas bancárias	587	649	10,6
Receitas de prestação de serviços	1.244	1.368	10,0%

As receitas de prestação de serviços evoluíram 10,0% em 1998 em relação 1997. Enquanto as taxas de administração de recursos de terceiros permaneceram estáveis durante o ano, refletindo as condições de mercado, as tarifas bancárias e de cartão de crédito, em conjunto, cresceram 12,2% em relação a 1997, em decorrência do aumento do volume das operações.

O aumento dos prêmios de seguros, capitalização e previdência privada, das variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada, das despesas com benefícios de planos de previdência privada e das despesas de comercialização e outras de seguro e de previdência privada refletiram a consolidação integral do Unibanco AIG S.A. Seguros e Previdência (UASP), em dezembro de 1997, quando adquirimos a totalidade da participação na empresa. Até dezembro de 1997, a UASP era consolidada proporcionalmente.

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>1998/1997</u>
Despesas de pessoal	896	830	(7,4%)
Outras despesas administrativas	1.105	1.068	(3,3)
Banco múltiplo	2.001	1.898	(5,1)
Despesas de pessoal	251	313	24,7
Outras despesas administrativas	380	560	47,4
Subsidiárias e afiliadas	631	873	38,4
Total das despesas	2.632	2.771	5,3%

Como resultado das medidas de redução de custos, as despesas de pessoal e administrativas do banco múltiplo diminuíram em 5,1% durante o ano, de R\$ 2.001 milhões em 1997 para R\$ 1.898 milhões em 1998. Essa queda mais que compensou os R\$ 14 milhões adicionais pagos no quarto trimestre de 1998, resultantes das negociações salariais com o sindicato dos bancários. Em bases consolidadas, a redução das despesas do banco múltiplo foi compensada pelo aumento de R\$ 242 milhões das despesas das nossas subsidiárias, principalmente da Credicard, da Fininvest e da Unibanco Seguros e pela consolidação do Dibens e da UASP em 1998. O número de funcionários foi reduzido em 13,9%, para 20.607 empregados.

As outras receitas operacionais diminuíram 39,1%, de R\$ 197 milhões em 1997 para R\$ 120 milhões em 1998, refletindo, principalmente, a reversão da provisão de contingência fiscal em 1997 no montante de R\$ 79 milhões, como resultado da tendência dos julgamentos favoráveis aos contribuintes. Em 1998, as reversões de provisões para contingência fiscal totalizaram R\$ 31 milhões.

As outras despesas operacionais diminuíram 49,8%, de R\$ 201 milhões em 1997 para R\$ 101 milhões em 1998, refletindo, principalmente, o decréscimo de R\$ 107 milhões nas provisões para contingências judiciais, principalmente relacionadas a reclamações trabalhistas.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional incluiu, basicamente, o ganho decorrente da venda de 50% da participação da Unibanco Seguros para a AIG, nos montantes de R\$ 145 milhões em 1997 e R\$ 150 milhões em 1998.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social diminuíram 20,8% de R\$ 125 milhões em 1997 para R\$ 99 milhões em 1998, principalmente devido ao benefício de R\$ 41 milhões em 1998, resultante da dedução de dividendos pagos na forma juros sobre capital próprio.

Participações dos Acionistas Minoritários

O aumento da participação dos acionistas minoritários de R\$ 1 milhão em 1997 para R\$ 79 milhões em 1998, foi decorrente da venda de 50% da participação da Unibanco Seguros AIG em outubro de 1997.

Resultado das Operações do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 1997 Comparado com o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 1996

O quadro abaixo demonstra os principais componentes do nosso lucro líquido consolidado em 1996 e 1997.

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>1998/1997</u>
Principais componentes do lucro líquido:			
Resultado da intermediação financeira	2.359	2.224	(5,7%)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.846)	(1.684)	(8,8)
Resultado operacional	513	540	5,3
Resultado não operacional	(31)	110	(454,8)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações	482	650	34,9
Imposto de renda e contribuição social	(120)	(125)	4,2
Participações no lucro	(76)	(93)	22,4
Resultado antes da participação minoritária	286	432	51,0
Participações dos acionistas minoritários	(1)	(1)	-
Lucro líquido	285	431	51,2%

Resultado da Intermediação Financeira

O quadro abaixo demonstra os principais componentes do nosso resultado da intermediação financeira consolidado, incluindo a provisão para devedores duvidosos, em 1996 e 1997.

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro</u>		<u>% Variação</u>
	<u>1997</u>	<u>1998</u>	<u>1998/1997</u>
Receitas da intermediação financeira	6.023	5.626	(6,6%)
Despesas da intermediação financeira	(2.875)	(2.503)	(12,9)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(789)	(899)	13,9
Resultado da intermediação financeira	2.359	2.224	(5,7%)

O quadro abaixo demonstra os principais componentes das nossas receitas da intermediação financeira consolidadas em 1996 e 1997.

	Exercício findo em 31 de dezembro		% Variação
	1997	1998	1998/1997
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	3.997	4.114	2,9%
Resultado de títulos e valores mobiliários	1.896	1.289	(32,0)
Resultado de câmbio	54	34	(37,0)
Aplicações compulsórias	76	189	148,7
Receitas da intermediação financeira	6.023	5.626	(6,6%)

As receitas da intermediação financeira decresceram 6,6% de R\$ 6.023 milhões em 1996 para R\$ 5.626 milhões em 1997. Este decréscimo reflete, substancialmente, a diminuição do resultado de títulos e valores mobiliários de R\$ 1.896 milhões em 1996 para R\$ 1.289 milhões em 1997. O resultado de títulos e valores mobiliários diminuiu em decorrência da política de estabilização econômica, a qual propiciou uma redução nas taxas de juros brasileiras durante os primeiros 10 meses de 1997, em comparação ao mesmo período de 1996, que foi, em parte, compensada no final do exercício pela retomada da alta das taxas de juros, como reflexo da crise asiática. O decréscimo do resultado de títulos e valores mobiliários foi parcialmente compensado por: (i) um aumento de 2,9% das receitas de operação de crédito e arrendamento mercantil, de R\$ 3.997 milhões em 1996 para R\$ 4.114 milhões em 1997, decorrente, principalmente, das recuperações de créditos de R\$ 82 milhões em 1996 para R\$ 294 milhões em 1997 e (ii) um aumento de 148,7% das aplicações compulsórias de R\$ 76 milhões em 1996 para R\$ 189 milhões em 1997, refletindo o aumento das reservas compulsórias do Banco Central durante 1997 e a elevação da TRF-R - Taxa Referencial Flutuante Real.

O quadro abaixo demonstra os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira consolidadas em 1996 e 1997.

	Exercício findo em 31 de dezembro		% Variação
	1997	1998	1998/1997
Captações no mercado aberto	2.210	1.900	(14,0%)
Empréstimos e repasses	665	603	(9,3)
Despesas da intermediação financeira	2.875	2.503	(12,9%)

As despesas da intermediação financeira (excluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa) decresceram 12,9% de R\$ 2.875 milhões em 1996 para R\$ 2.503 milhões em 1997 devido às menores taxas de juros praticadas no mercado, as quais influenciaram as despesas de captações no mercado aberto e de empréstimos e repasses. As despesas de captações no mercado aberto também foram afetadas pela queda do saldo dos depósitos a prazo, uma vez que os depositantes brasileiros continuaram a mudar depósitos para outros tipos de aplicações mais rentáveis, inclusive fundos de investimentos e operações com derivativos.

O quadro abaixo demonstra os principais componentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, as baixas de crédito contra provisão e as recuperações de créditos, consolidadas, em 1996 e 1997.

	Exercício findo em 31 de dezembro		% Variação
	1997	1998	1998/1997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	789	899	13,9%
Baixas de créditos contra provisão	(756)	(785)	3,8
Recuperações de créditos (1)	82	294	258,5
Baixas líquidas	(674)	(491)	(27,2%)

(1) De acordo com as regras do Banco Central, as recuperações de créditos são registradas como receitas de operações de créditos e de arrendamento mercantil, ajustadas em R\$ 181 milhões em 1996 pelo ganho parcial na venda dos créditos junto ao FCVS.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa cresceu 13,9%, de R\$ 789 milhões em 1996 para R\$ 899 milhões em 1997, principalmente devido às perdas com empréstimos destinados aos segmentos de pessoas físicas e cartão de crédito, os quais elevaram sua participação na carteira de operações de crédito. Os créditos baixados contra provisão cresceram 3,8% de R\$ 756 milhões em 1996 para R\$ 785 milhões em 1997. Os créditos recuperados cresceram 258,5% de R\$ 82 milhões em 1996 para R\$ 294 milhões em 1997, refletindo a melhora na capacidade dos devedores liquidarem valores vencidos e não pagos e a recuperação de crédito no montante de R\$ 62 milhões de um grande cliente *corporate*. As operações de crédito de liquidação duvidosa totalizaram R\$ 217 milhões contra um montante de R\$ 208 milhões em 31 de dezembro de 1996. A relação entre as operações de crédito de liquidação duvidosa e a carteira de crédito consolidada foi de 1,8% nos dois períodos analisados. O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa cresceu 16,5% durante 1997 (de R\$ 689 milhões em 31 de dezembro de 1996 para R\$ 803 milhões em 31 de dezembro de 1997). A cobertura das provisões sobre os créditos em liquidação duvidosa aumentou de 3,3 vezes em 31 de dezembro de 1996 para 3,7 vezes em 31 de dezembro de 1997.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

O quadro abaixo demonstra os principais componentes das nossas outras receitas (despesas) operacionais em 1996 e 1997.

	Exercício findo em 31 de dezembro		% Variação
	1997	1998	1998/1997
Receitas de prestação de serviços	904	1.244	37,6%
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada	1.451	1.164	(19,8)
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e de previdência privada	(704)	(368)	(47,7)
Sinistros	(387)	(440)	13,7
Despesas com benefícios de planos de previdência privada	(83)	(141)	n/a
Despesas de comercialização e outras despesas de seguros e de previdência privada	(105)	(117)	11,4
Despesas de comercialização de cartão de crédito	n/a	(140)	n/a
Despesas de pessoal	(1.102)	(1.147)	4,1
Outras despesas administrativas	(1.575)	(1.485)	(5,7)
Despesas tributárias	(164)	(265)	61,6
Resultado de participações em coligadas	17	15	(11,8)
Outras receitas operacionais	155	197	27,1
Outras despesas operacionais	(253)	(201)	(20,6)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.846)	(1.684)	(8,8%)

O quadro abaixo demonstra os principais componentes das nossas receitas de prestação de serviços em 1996 e 1997.

	Exercício findo em 31 de dezembro		% Variação
	1997	1998	1998/1997
Administração de recursos de terceiros	246	248	0,8%
Cartão de crédito	234	409	74,8
Outras tarifas e comissões, principalmente tarifas bancárias	424	587	38,4
Receitas de prestação de serviços	904	1.244	37,6%

As receitas de prestação de serviços evoluíram de R\$ 904 milhões em 1996 para R\$ 1.244 milhões em 1997. Enquanto as taxas de administração de recursos de terceiros permaneceram estáveis durante o ano, as tarifas bancárias e de cartão de crédito, em conjunto, expandiram 51,4% em relação a igual período de 1996, em decorrência do aumento do volume das operações.

Os prêmios de seguros, capitalização e previdência privada decresceram 19,8% de R\$ 1.451 milhões em 1996 para R\$ 1.164 milhões em 1997 devido à descontinuidade de certos produtos da Unibanco Capitalização, que sofreram mudanças na taxação e que impactaram os prêmios de capitalização em R\$ 386 milhões. O decréscimo nos prêmios deste produto foi compensado, em parte, pelo acréscimo dos prêmios de seguros e de previdência privada. O aumento de 13,7% dos sinistros, de R\$ 387 milhões em 1996 para R\$ 440 milhões em 1997 foi devido, principalmente, ao aumento de sinistros com automóveis, similar às outras companhias de seguros brasileiras.

O decréscimo das variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada foi devido à descontinuidade de certos produtos da Unibanco Capitalização, conforme acima mencionado.

As outras receitas operacionais cresceram 27,1%, devido, principalmente, ao crédito de R\$ 79 milhões da reversão da provisão de contingência fiscal, como resultado de vários julgamentos favoráveis aos contribuintes.

As outras despesas operacionais diminuíram 20,6%, principalmente em função do decréscimo das provisões para contingências judiciais principalmente relacionadas a reclamações trabalhistas, que montaram R\$ 138 milhões em 1997 e das despesas de reestruturação, resultantes da aquisição das operações do Banco Nacional, que totalizaram R\$ 182 milhões no exercício de 1996.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional incluiu em 1997 o ganho R\$ 145 milhões, referente à venda de 25% da nossa participação da Unibanco Seguros para a AIG.

Liquidez e Obtenção de Recursos

A nossa política de administração de ativo e passivo busca garantir que liquidez suficiente esteja disponível de forma a honrar retiradas de depósitos, efetuar amortizações no vencimento de outras obrigações, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos clientes e atender às nossas necessidades próprias de capital de giro. O valor mínimo de liquidez é determinado pelas exigências de depósitos compulsórios estabelecidos pelo Banco Central. Nós atendemos essas exigências por meio da manutenção de um equilíbrio adequado entre a distribuição de vencimentos e diversificação das fontes de recursos.

Nosso departamento de tesouraria é responsável em administrar as nossas posições passivas e de liquidez, bem como, pela execução dos nossos objetivos de investimento. O departamento de tesouraria cobre qualquer deficiência através da tomada de depósitos adicionais e/ou empréstimos do mercado interbancário e procura maximizar o uso eficiente de nossa base de depósitos investindo qualquer excedente em investimentos de alta liquidez, incluindo o mercado interbancário.

O quadro abaixo demonstra os nossos passivos em 31 de dezembro de 1996, 1997 e 1998.

	Em 31 de dezembro,					
	1996		1997		1998	
	Saldo	% do total	Saldo	% do total	Saldo	% do total
(em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
Depósitos a vista	829	3,4%	1.034	4,1%	1.048	3,7%
Depósitos de poupança	2.268	9,4	2.803	11,2	2.982	10,6
Depósitos interfinanceiros	45	0,2	21	0,1	41	0,1
Depósitos a prazo	4.425	18,4	2.591	10,3	3.471	12,3
Total de depósitos	7.567	31,4	6.449	25,7	7.542	26,7
Captações no mercado aberto	2.792	11,6	3.347	13,4	2.790	9,9
Obrigações por repasses no país	981	4,1	1.220	4,9	1.769	6,3
Debêntures e letras hipotecárias	834	3,5	1.746	7,0	2.037	7,2
Eurobonds e commercial paper	2.192	9,1	1.794	7,2	2.465	8,7
Linhas de importação e exportação	2.321	9,6	2.789	11,1	2.727	9,6
Outras obrigações por empréstimos e repasses	2.535	10,5	1.725	6,9	1.386	4,9
Outras obrigações	4.879	20,2	5.990	23,8	7.578	26,7
Total do passivo	24.101	100,0%	25.060	100,0%	28.294	100,0%

Através da administração da liquidez, nós procuramos garantir nossa capacidade em:

- honrar depósitos
- efetuar amortizações no vencimento de outras obrigações
- conceder empréstimos
- atender nossas próprias necessidades de capital de giro

Nossas principais fontes de recursos são depósitos, captação no mercado aberto, linhas de crédito de bancos correspondentes para financiamentos à importação e à exportação, *eurobonds* e *commercial papers*, debêntures e letras hipotecárias e linhas para repasses locais, obtidas junto ao Finame e BNDES.

A fonte de recursos mais importante são os nossos depósitos que representavam 26,7% do nosso passivo em 31 de dezembro de 1998. Nossos depósitos consistem principalmente de depósitos a prazo, de poupança e a vista, captados em moeda nacional.

Nós temos experimentado um alto nível de liquidez nos últimos anos, devido ao cenário restritivo ao crédito. Nós temos utilizado essa liquidez excedente para investir em instrumentos de curto prazo e pretendemos continuar investindo dessa forma, observadas as exigências regulamentares e considerações sobre investimentos.

Linhas de crédito de bancos correspondentes representam uma fonte importante de recursos para nós. Essas linhas são substancialmente expressas em dólar. Nós temos historicamente utilizado essas linhas para efetuar operações de importação e exportação com clientes. Das linhas existentes em 31 de dezembro de 1998, nós havíamos utilizado R\$ 2.480 milhões de linhas de curto prazo (até 360 dias).

Em 31 de dezembro de 1998, nós possuíamos em circulação R\$ 2.465 milhões em *eurobonds* e *commercial papers* emitidos em dólar norte-americano e em outras moedas estrangeiras. Nós utilizamos esses fundos para conceder empréstimos em geral, principalmente aos nossos clientes brasileiros. Durante 1999, R\$ 1.067 milhões irão vencer.

Em 31 de dezembro de 1998, R\$ 2.037 milhões da nossa captação eram representada por debêntures e letras hipotecárias emitidas em reais, das quais R\$ 606 milhões vencerão em 1999.

Em 31 de dezembro de 1998, nós possuíamos R\$ 1.769 milhões em linhas de repasses locais, que consistem de valores tomados junto ao BNDES e Finame para repasse a clientes brasileiros que buscam investir principalmente em ativos fixos. Durante o ano de 1999, R\$ 932 milhões irão vencer.

A nossa estratégia atual é continuar utilizando todas as fontes de recursos de acordo com o custo, com a disponibilidade e com a nossa estratégia geral de administração de ativos e passivos.

Dispêndios para Aquisição de Imobilizado

Nos últimos três anos, nós efetuamos significativos dispêndios para aquisição de imobilizado, visando automatizar nossa rede de agências. Além disso, em decorrência da aquisição do Nacional e do nosso programa de reengenharia, efetuamos dispêndios significativos em relação ao nosso sistema de computação, equipamentos de comunicação e outras tecnologias, destinadas a aumentar a eficiência das nossas operações, dos serviços oferecidos aos clientes e da nossa produtividade.

Em 1998 os nossos dispêndios para aquisição de imobilizado totalizaram R\$ 197 milhões. Nós acreditamos que os dispêndios para aquisição de imobilizado em 1999 não serão substancialmente diferentes (em moeda constante) do nível de dispêndio histórico e consistirá principalmente de investimentos para melhorar nossos sistemas de comunicação e de processamento de dados, serviços aos clientes e sistemas administrativos de suporte. Nós antecipamos que, de acordo com a nossa prática nos últimos anos, que os nossos dispêndios para aquisição de imobilizado, serão financiadas por fontes internas. Nenhuma garantia pode ser dada, entretanto, de que os dispêndios para aquisição de imobilizado serão efetuados e, se efetuados, de que esses dispêndios serão pelos valores atualmente esperados.

Administração de Ativos e Passivos

A nossa política é de:

- manter um equilíbrio entre ativos e passivos com relação a vencimentos, moedas e taxas de juros
- maximizar a receita líquida de juros e os retornos sobre o ativo e o patrimônio líquido à luz de riscos na taxa de juros, da liquidez, de riscos cambiais e das nossas políticas internas de administração de riscos

Observadas essas restrições, nós podemos periodicamente assumir posições descasadas com relação à taxa de juros ou vencimentos ou em certas circunstâncias limitadas, moeda estrangeira, quando justificados, na nossa opinião, pelas condições e perspectivas de mercado.

O Banco Central nos obriga a monitorar nossas posições ativas e passivas de acordo com as suas diretrizes. Nosso comitê financeiro realiza reuniões mensais para:

- estipular políticas de captação
- tomar decisões relativas à estrutura de vencimentos dos ativos e passivos
- estabelecer limites de overnight e de intra-day para os descasamentos, posições de taxa de juros e de moedas estrangeiras
- estipular limites de exposição, baseados nos riscos inerentes de posição de gaps e à volatilidade do mercado.

Nosso comitê financeiro leva em consideração não só o nosso limite de exposição para cada segmento do mercado e produto, mas também volatilidade e correlação de riscos nos diferentes mercados. Também é levada em consideração a liquidez do mercado, necessidades institucionais, possibilidades de ganho e outros riscos potenciais. O comitê financeiro efetua reuniões extraordinárias sempre que mudanças macroeconômicas não esperadas ocorrem.

Nós também temos o comitê de risco que mantém reuniões quinzenais com membros do conselho de administração, executivos *sênior*s e profissionais da área de risco. O objetivo principal do comitê de risco é revisar as políticas relacionadas à tesouraria, corretagem, produtos e custódia e de estipular política de limites, inclusive aqueles da mesa de operações. Os comitês de risco e financeiro consultam um ao outro sobre as decisões e acordam sobre elas.



Adicionalmente, a nossa alta administração recebe informações diárias sobre as posições abertas ou descaçadas. A nossa tesouraria trabalha com limites de exposição estabelecidos pelo comitê financeiro. Além disso, no início de cada dia, o nosso comitê de caixa analisa as posições de risco e os ganhos e perdas potenciais.

Capital

Segundo as normas do Banco Central, nós somos obrigados a cumprir normas de adequação, de capital, que atualmente exige que os bancos tenham um patrimônio líquido igual ou superior a 11% dos ativos ponderados pelo risco (até 31 de julho de 1997 a exigência mínima era de 8%), semelhante à exigência imposta pelo Acordo da Basileia.

Nós atualmente, avaliamos a adequação do nosso capital de forma consolidada, pois acreditamos que essa forma representa uma visão mais acurada da nossa capacidade de suportar prejuízos nas operações diretas e indiretas. O conceito de nível 1 e nível 2 foi introduzido no Brasil em 1998. O quadro a seguir demonstra as nossas posições de capital como uma porcentagem do total de ativos ajustado ao risco em 31 de dezembro de 1996, 1997 e 1998.

	Exercícios findos em 31 de dezembro,		
	1996	1997	1998
Conforme as regras do Banco Central			
Nível 1	n/a	n/a	14,2%
Nível 2	n/a	n/a	n/a
Total do capital	13,0%	13,4%	14,2%
Nosso capital	2.059	2.486	2.918
Capital mínimo requerido	1.271	2.044	2.267
Excesso sobre o capital mínimo requerido	788	442	651



DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

Descrevemos abaixo algumas condições contidas em nosso estatuto social e no estatuto social da Unibanco Holdings acerca de capital social e distribuição de dividendos. Tal descrição deve ser lida conjuntamente com os respectivos estatutos sociais e a legislação brasileira.

As informações relativas à titularidade das nossas ações e das ações da Unibanco Holdings estão na seção “Principais Acionistas”.

Dados gerais

Nosso capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.574.075.993,36, dividido em 99.444.563.672 ações nominativas, sem valor nominal, sendo

- 49.722.281.836 ações ordinárias e
- 49.722.281.836 ações preferenciais

O capital social da Unibanco Holdings, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 946.213.212,95, dividido em 58.473.969.325 ações nominativas, sem valor nominal, sendo

- 26.757.592.286 ações ordinárias,
- 3.843.541.338 ações preferenciais classe “A” e
- 27.872.835.701 ações preferenciais classe “B”

Ações ordinárias do Unibanco

Nossas ações conferem direito de voto em assembleias gerais e direito ao dividendo obrigatório, conforme o artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, gozando, na mesma medida que as nossas ações preferenciais, de todos os demais direitos e privilégios inerentes à participação no nosso capital social, inclusive de participação em igualdade de condições com nossas ações preferenciais nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e de lucros.

Ações preferenciais do Unibanco.

Nossas ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e não conferem direitos de voto, gozando, na mesma medida que as nossas ações ordinárias, de todos os demais direitos e privilégios inerentes à participação no nosso capital social, com os seguintes privilégios:

- participação nos lucros líquidos de cada exercício, que assegure a cada ação preferencial dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao distribuído a cada ação ordinária;
- no caso de liquidação, prioridade no reembolso do nosso capital, até o valor da parcela de capital social representado por essas ações;
- sempre que houver qualquer proposta de alteração nos direitos, prioridades, preferências ou privilégios das nossas ações preferenciais, ou de criação de uma nova classe de ações com direitos a elas superiores, será necessária a aprovação dos titulares da maioria das nossas ações preferenciais em circulação, votando separadamente como uma classe, em assembleia geral extraordinária de titulares dessas ações.

Ações ordinárias da Unibanco Holdings

As ações ordinárias de emissão da Unibanco Holdings têm direito a voto e asseguram, juntamente com as outras ações de emissão da Unibanco Holdings, direito ao recebimento, a título de dividendo, de 100% do lucro apurado em dinheiro. Estas ações gozam, na mesma medida que as ações preferencias, de todos os demais direitos e privilégios inerentes à participação no capital social da Unibanco Holdings, inclusive de participação em igualdade de condições com as ações preferenciais nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e de lucros.

Ações preferenciais da Unibanco Holdings

Da mesma forma que as nossas ações preferenciais, as ações preferenciais da Unibanco Holdings não são conversíveis em ações ordinárias e não conferem direitos de voto, gozando, na mesma medida que as ações ordinárias, de todos os demais direitos e privilégios inerentes à participação no capital social da Unibanco Holdings, com os seguintes privilégios:

ações preferenciais - classe “A”:

- prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação, até o valor da parcela de capital social representado por essa classe de ações;
- participação nos lucros líquidos de cada exercício social, que assegure a cada ação preferencial classe “A” dividendo anual 10% superior ao distribuído a cada ação ordinária;
- participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e de lucros.

ações preferenciais - classe “B”:

- prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R\$ 0,15 por lote de mil ações;
- no caso de desdobramento ou grupamento das ações preferenciais classe “B”, o dividendo mínimo semestral será ajustado em função da nova quantidade de ações daquela classe;
- prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação, até o valor da parcela do capital social representado por essa classe de ações;
- participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos depois de assegurado às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto para esta classe de ações preferenciais.

Units

As Units são, nos termos do artigo 43 da Lei das Sociedades Anônimas, certificados de depósito de ações representativos, cada um, de uma de nossas ações preferenciais e de uma ação preferencial classe “B” de emissão da Unibanco Holdings. As Units têm forma escritural e são mantidas por nós, na qualidade de agente emissor de certificados, em conta aberta em nome do seu titular, a partir do depósito das ações que compõem uma Unit.

Desta forma, a cada ação preferencial de nossa emissão depositada, deverá corresponder o depósito concomitante de uma ação preferencial classe “B”, de emissão da Unibanco Holdings, de forma que a Unit seja sempre lastreada por igual quantidade de ações preferenciais de ambas as emissoras.

Somente ações livres de ônus, gravames ou qualquer tipo de embaraço que impeça sua livre entrega aos titulares das Units, poderão ser objeto de depósito para conversão em Units.

Nós fornecemos ao titular das Units extrato de sua conta de Units sempre que solicitado, ao término de todo mês em que houver movimentação e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano.

Do extrato constam o local e a data da emissão, a indicação de se tratar de extrato de conta de Units (Certificado Escritural de Depósito de Ações), a especificação das ações depositadas, a declaração de que as ações depositadas, seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular da conta de Units ou por ordem escrita deste, o nome e qualificação do titular da conta de Units, o preço do depósito cobrado por nós, se for o caso, e os locais de atendimento aos titulares de Units.

Tanto o nosso estatuto social quanto o da Unibanco Holdings contêm disposições estatutárias específicas com relação às Units, deixando claro que o titular de Units é, na realidade, titular de nossas ações preferenciais e de ações preferenciais classe “B” de emissão da Unibanco Holdings, gozando de todos os direitos inerentes a tais ações.

Direitos dos titulares de Units

No exercício dos direitos conferidos pelas ações representadas pelas Units, são observadas as seguintes normas:

- os rendimentos e o valor de resgate ou amortização das ações depositadas para a formação de Units são pagos ao titular das Units;
- nos aumentos de capital por subscrição de ações em que tiver sido concedido direito de preferência, prevalecerão os seguintes procedimentos:
 - a) se nós e a Unibanco Holdings procedermos a aumento simultâneo de capital, mediante emissão de ações passíveis de constituírem novas Units, o titular das Units poderá exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas Units, sendo que:

- i) se o acionista subscrever as ações de ambas as companhias, serão emitidas a seu favor novas Units, correspondentes às ações por ele subscritas, observada a proporção de uma ação preferencial de nossa emissão para uma ação preferencial classe “B” de emissão de Unibanco Holdings, salvo se o acionista preferir subscrever ações de ambas as companhias sem constituição das Units, ou apenas ações de uma das companhias;
 - ii) se o acionista preferir subscrever ações de ambas as companhias sem constituição das Units, poderá fazê-lo, bastando comunicar tal intenção às emissoras no boletim de subscrição das ações;
- b) se apenas uma das companhias aumentar o capital, o titular das Units poderá exercer, diretamente, o direito de preferência conferido por uma das ações representadas pelas Units não se fazendo, nesse caso, a emissão de novas Units.

Transferência de Titularidade de Units

A titularidade das ações registradas em conta de depósito vinculada às Units só é transferida mediante transferência das Units correspondentes, por ordem escrita do seu titular.

As ações, seus rendimentos e o respectivo valor de resgate ou amortização não podem ser dados em penhor, gravados ou a qualquer outro título dados em garantia pelo titular das Units, nem poderão ser objeto de penhora, arresto, seqüestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro embaraço que impeça sua entrega ao titular das Units.

O penhor, o usufruto, o fideicomisso, a alienação fiduciária em garantia e quaisquer outras cláusulas, ônus, gravames ou embaraços que gravem as Units são averbados nos registros das Units e anotados no respectivo extrato de conta.

A vista de ordem escrita dada pelo titular da conta de Units à corretora de Bolsa de Valores em que as Units sejam negociadas, nós bloqueamos as Units objeto da ordem, ficando assim autorizados a transferi-las para o comprador quando recebermos da Bolsa o comunicado de que as Units foram vendidas.

Cancelamento de Units

De acordo com o nosso estatuto social e o da Unibanco Holdings, o titular das Units pode, a qualquer momento, solicitar-nos o cancelamento das Units, com a conseqüente desvinculação das ações correspondentes. Uma vez canceladas as Units, o titular das ações por elas representadas poderá livremente dispor das referidas ações isoladamente. O nosso conselho de administração e o da Unibanco Holdings poderão, a qualquer tempo, suspender o cancelamento das Units por prazo determinado, em determinadas hipóteses previstas em nosso estatuto social.

Não poderão ser objeto de solicitação de cancelamento as Units que tenham ônus, gravames ou embaraços anotados sobre elas.

GDSs

Em maio de 1997, juntamente com a Unibanco Holdings, patrocinamos o estabelecimento de programa de Depositary Shares nível III no mercado internacional, pelo qual passamos a negociar GDSs - *Global Depositary Shares* - lastreados em Units.

GDSs são certificados de depósito de ações emitidos e negociados no mercado internacional correspondendo, cada um, a 500 Units custodiadas no Brasil.

Programas de GDSs nível III diferenciam-se por serem submetidos a regras muito mais rígidas pelos órgãos reguladores do mercado e por serem os únicos que permitem a captação de recursos pela empresa emissora via emissão de novas ações, enquanto os níveis inferiores simplesmente permitem a negociação de ações já existentes em determinados mercados, não permitindo ofertas primárias.

Nós somos custodiantes, no Brasil, do nosso próprio programa, mantendo sob nossa custódia as Units que servirão de lastro para a emissão de GDSs.

O Citibank N.A. é a instituição depositária, no exterior, do nosso programa. Sua função é emitir os GDSs com base no lastro custodiado no Brasil, a partir de instruções passadas por nós, enquanto custodiantes das Units.

Forma e transferência

Nossas ações, as ações da Unibanco Holdings e as Units são escriturais e, portanto, sua transferência é efetuada por registro nos livros do agente prestador dos serviços de ações escriturais. Atuamos, hoje, como agente de registro de nossas ações, das ações da Unibanco Holdings e das Units.

Assim, qualquer transferência de titularidade de nossas ações, de ações da Unibanco Holdings ou de Units só é realizada mediante débito na conta de ações do alienante e crédito na conta de ações do beneficiário a vista de ordem escrita do alienante em documento hábil que ficará em nosso poder ou de autorização ou ordem judicial.

Assembléias gerais e direito de voto

Nossas assembléias gerais, assim como as da Unibanco Holdings, são convocadas publicando-se, no mínimo oito dias antes da data programada para sua realização, e no mínimo três vezes, convocação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na Gazeta Mercantil que circula na cidade de São Paulo. Essa convocação deverá conter a ordem do dia para a assembléia e, no caso de alteração no Estatuto Social, a indicação da matéria. Nelas, os acionistas podem ser representados por procurador constituído no máximo um ano antes da assembléia, o qual deverá ser acionista, administrador da sociedade, advogado ou uma instituição financeira.

Os detentores de ações preferenciais têm direito de convocar e de comparecer a assembléias gerais de acionistas.

Direitos de preferência

Cada um de nossos acionistas, assim como cada um dos acionistas da Unibanco Holdings, tem direito de preferência na subscrição ações em qualquer aumento de capital na proporção de sua participação no capital social. Deve ser concedido prazo não inferior a 30 dias, a contar da publicação de anúncio de aumento de capital para exercício de direito de preferência, sendo tal direito passível de cessão, inclusive a título oneroso, dentro desse prazo.

Emissões de ações destinadas à venda em Bolsas de Valores ou à subscrição pública, ou para permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, quando previamente autorizadas pelas autoridades competentes, poderão ser efetuadas com exclusão do direito de preferência, a critério do conselho de administração, que poderá conceder aos acionistas prioridade na subscrição de ações de uma das espécies ou de ambas.

Além disso, de acordo com a Constituição Federal, até que seja promulgada lei complementar que regulará a participação de estrangeiros no capital de instituições financeiras, o aumento na participação estrangeira no capital votante de instituições financeiras está sujeito à prévia autorização do Governo Brasileiro. Assim, em emissões de ações ordinárias, nossos acionistas estrangeiros não poderão exercer seus direitos de preferência. Isso vale igualmente para a Unibanco Holdings, uma vez que, mesmo não sendo instituição financeira, é nossa controladora, caracterizando-se, assim, a participação indireta de seus acionistas no nosso capital votante.

Direitos de resgate e retirada

Nossas ações e as da Unibanco Holdings não são resgatáveis. Entretanto, o acionista terá direito de se retirar da sociedade, mediante reembolso do valor de suas ações nos casos previstos em lei, hipótese em que tais ações serão reembolsadas pelo seu valor patrimonial.

Aumentos de capital

O nosso conselho de administração pode deliberar, independentemente de reforma estatutária, aumento do nosso capital social em até mais 95.195.526.716 ações, respeitado-se as limitações legais de proporção de ações sem direito a voto em relação ao total de ações.

De fato, por sermos uma instituição financeira, devemos respeitar a exigência legal de que a quantidade de nossas ações sem direito de voto não ultrapasse cinquenta por cento da quantidade total de ações representativas do nosso capital social.

O limite de aumento do nosso capital social somente pode ser alterado por nossos acionistas em assembléia geral, mediante a alteração de nosso estatuto social.

Da mesma forma, o conselho de administração da Unibanco Holdings pode deliberar aumento até o limite de 180.000.000.000 ações, sendo até 60.000.000.000 ordinárias, até 3.843.541.338 preferenciais classe “A” e até 116.156.458.662 preferenciais classe “B”, sendo que cada aumento poderá ser deliberado sem guardar as proporções entre espécies e classes de ações existentes, observada a exigência legal de que no máximo 2/3 do capital social sejam representados por ações sem direito a voto.

Aquisição das próprias ações

Mediante autorização do conselho de administração, podemos adquirir nossas próprias ações para cancelamento e/ou manutenção em tesouraria, observados certos limites e condições estabelecidos pela CVM e pela Lei das Sociedades Anônimas. O mesmo é aplicável para a Unibanco Holdings.

Aprovação pelo Banco Central

O Banco Central deve aprovar qualquer alteração do nosso estatuto social, inclusive para fins de aumento de capital.

Opção de compra a administradores e empregados

Também dentro dos limites do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela assembléia geral de acionistas, podemos conceder opção de compra de nossas ações a nossos administradores e empregados e àqueles de nossas sociedades controladas. O mesmo é aplicável para a Unibanco Holdings.

Política de Dividendos

Nosso estatuto social contém as seguintes disposições com relação aos dividendos anuais:

- o montante passível de distribuição em cada exercício é igual ao lucro líquido diminuídas as reservas legal, para contingências e de lucros a realizar e acrescidas as reversões das reservas para contingências de anos anteriores e de lucros a realizar;
- nosso dividendo obrigatório é de 35% do montante passível de distribuição, se houver;
- para cada ação preferencial nós pagamos 110% do dividendo pago para cada ação ordinária;
- antes da assembléia geral ordinária, nosso conselho de administração pode declarar dividendos intermediários à conta de lucros baseados em balanços semestrais ou de reservas de lucros. Esses dividendos intermediários serão compensados com o dividendo obrigatório.

O estatuto social da Unibanco Holdings contém as seguintes disposições com relação aos dividendos anuais:

- o montante distribuído como dividendo é igual à totalidade do lucro do exercício realizado em dinheiro remanescente após a formação da reserva legal, à qual destina-se 5% do lucro de cada exercício até atingir 20% do capital social;
- o conselho de administração pode declarar dividendo à conta de lucro apurado no balanço semestral;
- o conselho de administração pode, ainda, levantados balanços trimestrais ou mensais, distribuir dividendos intermediários, observadas as disposições legais.

Nosso Conselho de Administração, assim como o conselho de administração da Unibanco Holdings, costuma declarar dividendos no primeiro trimestre do ano, estando essa decisão, porém, sujeita à ratificação por parte dos acionistas reunidos em assembléia geral ordinária.

Nós e a Unibanco Holdings pretendemos continuar a distribuir dividendos equivalentes ao dividendo obrigatório.

Histórico dos Pagamentos de Dividendos

A tabela a seguir demonstra os dividendos pagos por nós e pela Unibanco Holdings em 1997, 1998 e 1999. Todos os valores são calculados por lote de mil ações em reais:

	<u>Unibanco</u>		<u>Unibanco Holdings</u>		
	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Preferenciais</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Preferenciais Classe "A"</u>	<u>Ações Preferenciais Classe "B"</u>
22 Janeiro 1997	0,53	0,58	0,53	0,58	0,53
8 Julho 1997	0,55	0,60	0,55	0,60	0,55
20 Janeiro 1998	0,85	0,94	0,85	0,94	0,85
31 Julho 1998	0,79	0,87	0,79	0,87	0,79
29 Janeiro 1999	0,92	1,02	0,93	1,03	0,93

Nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, podemos suspender o pagamento do dividendo obrigatório se nosso Conselho de Administração julgá-lo incompatível com a nossa condição financeira. Os acionistas devem ratificar esta decisão na assembléia geral ordinária, que deve ser reportada à CVM cinco dias após a realização da assembléia. O dividendo obrigatório que for suspenso e não for absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes deverá ser pago assim que as condições financeiras da companhia permitirem. O mesmo é aplicável para a Unibanco Holdings.

Juros sobre capital próprio

De acordo com nosso estatuto social, podemos compensar a distribuição feita a nossos acionistas, a título de juros sobre seu capital, até o limite da TJLP (taxa de juros de longo prazo) contra o dividendo obrigatório a ser pago no respectivo exercício fiscal, nos termos da Lei 9.249, de dezembro de 1995. O mesmo é aplicável para a Unibanco Holdings.

Em qualquer caso, o pagamento de juros sobre o capital na forma aqui descrita será sujeito à retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%.



INFORMAÇÕES ACERCA DOS VALORES MOBILIÁRIOS EXISTENTES E A SEREM EMITIDOS

Local de negociação dos valores mobiliários

Nossas ações ordinárias e preferenciais, bem como as ações ordinárias e preferenciais da Unibanco Holdings e as Units, são negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro, enquanto os GDSs são negociados na Bolsa de Nova Iorque.

Cotação dos valores mobiliários em circulação

A tabela abaixo mostra, para os períodos indicados, os preços máximo e mínimo de venda das nossas ações ordinárias e preferenciais, nas Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro (sendo que quase todo o volume de transações é realizado na Bolsa de Valores de São Paulo).

COTAÇÃO DAS AÇÕES DO UNIBANCO NA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

Ações Ordinárias - BOVESPA

mês/ano	Nº Negócios	Preços por mil ações em R\$				
		Quantidade	Volume R\$	Mínimo	Máximo	Médio
JUN/98	37	15.500.000	416.822,00	23,01	29,50	26,89
JUL/98	47	8.400.000	226.628,00	24,20	28,01	26,98
JUL/98 *	07	1.400.000	38.302,00	27,00	28,00	27,36
AGO/98 *	42	25.400.000	568.887,00	16,87	27,50	22,40
SET/98	39	22.800.000	321.227,00	10,99	16,00	14,09
OUT/98	40	12.900.000	167.848,00	11,00	15,00	13,01
NOV/98	63	26.500.000	485.213,00	14,98	21,00	18,31
DEZ/98	34	10.400.000	181.788,00	15,50	21,00	17,48
JAN/99	16	3.300.000	61.249,00	16,00	21,00	18,56
JAN/99 * *	01	400.000	7.008,00	17,52	17,52	17,52
FEV/99 * *	25	6.800.000	120.913,00	17,00	18,70	17,78
MAR/99	74	20.600.000	496.251,00	18,00	28,50	24,09
ABR/99	110	37.300.000	1.263.710,00	28,40	39,00	33,88
MAI/99	84	37.000.000	1.652.973,00	37,00	48,00	44,67
JUN/99	28	10.000.000	449.405,00	42,00	46,00	44,94
JUL/99	13	1.800.000	73.446,00	34,00	45,00	40,80
até 25 de AGO/99	0	-	-	-	-	-

* ex - dividendos

** ex - juros s/ capital próprio

Ações Preferenciais – BOVESPA

mês/ano	Nº Negócios	Preços por mil ações em R\$				
		Quantidade	Volume R\$	Mínimo	Máximo	Médio
JUN/98	109	116.000.000	3.424.283,00	25,01	37,50	29,52
JUL/98	140	72.900.000	2.616.165,00	28,90	38,00	35,89
JUL/98 *	46	37.600.000	1.403.307,00	35,00	40,00	37,32
AGO/98 *	130	160.600.000	5.639.493,00	24,00	38,50	35,12
SET/98	184	138.900.000	2.644.397,00	14,40	24,00	19,04
OUT/98	154	107.800.000	1.875.831,00	15,00	20,00	17,40
NOV/98	127	66.500.000	1.716.938,00	21,00	31,00	25,82
DEZ/98	79	71.800.000	1.884.991,00	23,00	29,00	26,25
JAN/99	102	71.500.000	1.322.675,00	15,00	24,50	18,50
JAN/99 **	23	12.200.000	247.916,00	18,80	21,49	20,32
FEV/99 **	164	254.300.000	5.476.144,00	20,00	24,00	21,53
MAR/99	346	265.700.000	6.552.667,00	20,00	30,50	24,66
ABR/99	171	118.200.000	4.054.294,00	30,00	36,70	34,30
MAI/99	263	156.500.000	5.330.496,00	27,50	39,90	34,06
JUN/99	149	77.300.000	2.371.517,00	29,00	32,50	30,68
JUL/99	125	138.200.000	4.623.831,00	30,99	34,01	33,46
JUL/99 *	16	12.600.000	388.605,00	28,25	32,00	30,84
até 25 de AGO/99	202	366.500.000	9.655.179,00	25,60	30,00	26,34

* ex - dividendos

** ex - juros s/ capital próprio

COTAÇÃO DAS UNITS NA BOVESPA

mês/ano	Nº Negócios	Preços por mil UNITS em R\$ (*)				
		Quantidade	Volume R\$	Mínimo	Máximo	Médio
JUN/98	59	67.700.000	4.811.184,00	63,00	73,00	71,07
JUL/98	100	360.800.000	28.064.840,00	67,00	83,00	77,79
JUL/98 *	44	114.100.000	9.113.297,00	79,00	83,00	79,87
AGO/98 *	73	181.400.000	8.730.798,00	36,00	78,50	48,13
SET/98	121	115.500.000	3.660.806,00	19,50	41,00	31,70
OUT/98	127	195.900.000	7.254.491,00	27,70	45,50	37,03
NOV/98	121	148.600.000	7.191.482,00	39,16	60,00	48,39
DEZ/98	91	170.400.000	6.680.233,00	35,75	53,00	39,20
JAN/99	92	95.500.000	3.616.769,00	29,00	41,00	37,87
JAN/99 **	24	18.300.000	748.663,00	38,00	42,00	40,91
FEV/99 **	96	157.900.000	7.821.535,00	42,00	54,50	49,53
MAR/99	114	152.600.000	10.017.672,00	56,00	70,00	65,65
ABR/99	102	70.200.000	5.540.849,00	69,99	86,00	78,93
MAI/99	136	310.500.000	26.443.294,00	77,00	97,50	85,16
JUN/99	89	263.500.000	20.959.218,00	75,00	83,00	79,54
JUL/99	39	48.700.000	4.053.550,00	73,00	86,51	83,24
JUL/99 *	7	3.000.000	185.448,00	61,00	65,98	61,82
até 25 de AGO/99	138	152.100.000	9.205.366,00	58,00	71,00	60,52

* ex - dividendos

** ex - juros s/ capital próprio

(*) 1 UNIT = 1 ação preferencial do UNIBANCO mais uma ação preferencial classe "B" da HOLDINGS.



COTAÇÃO DOS GDSs ⁽¹⁾ NA BOLSA DE VALORES DE NOVA IORQUE

mês/ano	Preços por GDS em US\$				
	Quantidade	Volume US\$	Mínimo	Máximo	Médio
JUN/98	4.257.100	116.661.456	25,05	29,64	27,67
JUL/98	1.434.700	47.220.802	28,64	33,87	33,21
JUL/98 *	1.250.500	41.455.697	32,32	34,13	33,15
AGO/98	6.877.400	162.116.319	14,28	33,06	23,33
SET/98	16.251.200	204.725.458	6,90	17,59	13,35
OUT/98	10.364.000	149.765.726	10,52	18,32	14,55
NOV/98	6.638.000	125.306.675	17,36	20,75	18,93
DEZ/98	5.908.900	92.690.860	13,56	18,97	15,31
JAN/99	9.662.800	111.245.570	9,45	14,98	12,75
JAN/99 **	8.334.600	98.915.064	10,70	12,31	11,26
FEV/99	10.402.500	132.640.505	11,62	13,31	12,84
MAR/99	10.017.800	172.610.094	13,41	19,63	17,03
ABR/99	7.024.100	161.979.062	20,04	24,81	23,27
MAI/99	6.122.900	155.605.737	22,56	29,19	25,86
JUN/99	3.080.900	69.575.932	21,38	24,06	22,39
Jul/99	2.075.600	46.380.527	20,29	24,19	22,32
Jul/99 *	1.868.900	33.790.737	17,00	19,75	18,08
até 25 de AGO/99	4.898.800	151.524.744	29,32	35,38	30,93

Fonte: Bloomberg

* ex - dividendos

** ex - juros s/ capital próprio

(1) 1 GDS = 500 UNITS

COTAÇÃO DAS AÇÕES DA HOLDINGS NA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

Ações Ordinárias - BOVESPA

mês/ano	Nº Negócios	Preços por mil ações em R\$				
		Quantidade	Volume R\$	Mínimo	Máximo	Médio
NOV/98	3	90.000.000	2.025.000,00	22,50	22,50	22,50
JAN/99 *	1	25.000.000	612.500,00	24,50	24,50	24,50
FEV/99 *	1	65.000.000	1.625.000,00	25,00	25,00	25,00
MAR/99	4	90.000.000	2.507.500,00	26,00	28,50	27,86
ABR/99	2	4.000.000	140.000,00	33,00	37,00	35,00
MAI/99	2	35.000.000	1.455.000,00	38,00	43,00	41,57
JUN/99	1	5.000.000	220.000,00	44,00	44,00	44,00
JUL/99	1	25.000.000	1.100.000,00	44,00	44,00	44,00
até 25/AGO/99	7	537.800.000	23.130.778,00	43,01	43,01	43,01

* ex-juros s/capital próprio

Não houve negociação na BOVESPA de Ações Preferenciais da HOLDINGS.

Valores a serem emitidos

Emitiremos, conforme deliberação de nosso conselho de administração, até 20.152.000.000 (vinte bilhões, cento e cinquenta e dois milhões) de nossas ações ordinárias e até 8.485.000.000 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões) de nossas ações preferenciais.

A Unibanco Holdings, conforme deliberação de seu conselho de administração, emitirá até 9.167.000.000 (nove bilhões, cento e sessenta e sete milhões) de ações ordinárias e até 8.485.000.000 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões) de ações preferenciais.

As nossas ações preferenciais emitidas comporão, juntamente com ações preferenciais classe "B" emitidas pela Unibanco Holdings, as Units que serão, juntamente com as ações ordinárias, oferecidas ao mercado.



O aumento de capital mediante emissão de ações será efetuado por oferta pública de ações ordinárias e UNITS no Brasil, registrada junto à CVM, sendo que a venda de Units para investidores americanos será realizada na forma de um “private placement”, nos termos da “Section 4(2)” do Securities Act de 1933 e a venda para investidores estrangeiros não americanos será realizada nos termos da “Regulation S” americana.

Emitiremos ações preferenciais em quantidade equivalente ao número de ações preferenciais classe “B” que serão emitidas pela Unibanco Holdings e ao número de Units que serão formadas.

As nossas ações preferenciais, concomitantemente com as ações preferenciais classe “B” a serem emitidas pela Unibanco Holdings, serão depositadas para formação das Units.

O preço de emissão será fixado tendo por base, de acordo com o inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 170, da Lei 6.404, de 15.12.76, a média ponderada das cotações das ações ordinárias, preferenciais, Units e GDSs, tendo em vista a diversidade de liquidez nos mercados em que referidos valores mobiliários são negociados, podendo ser aplicado algum desconto à média ponderada apurada, com vistas a estimular os investidores nacionais e estrangeiros a participarem desta oferta.

O preço de emissão será totalmente integralizado a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

As ações a serem emitidas e as Units formadas farão jus aos dividendos que vierem a ser distribuídos em decorrência dos resultados apurados no segundo semestre de 1999, e usufruirão, em igualdade de condições com as atualmente em circulação e com aquelas decorrentes de todo e qualquer aumento de capital que se realizar, de qualquer benefício que venha a ser distribuído a partir desta oferta.



PENDÊNCIAS JUDICIAIS

Somos parte em ações judiciais e processos administrativos inerentes ao curso normal de nossos negócios. Acreditamos que quaisquer eventuais decisões desfavoráveis com relação a essas ações judiciais ou processos administrativos não prejudicarão substancialmente nossa situação financeira ou resultados.

Processos Judiciais Relativos ao Banco Nacional

Ações Judiciais de Acionistas Minoritários. Em 1996, determinados acionistas minoritários do Banco Nacional propuseram ações contra o Banco Nacional e contra nós. Tais acionistas alegam que a transferência de certas operações do Banco Nacional para nós representou alteração no objeto social do Banco Nacional ou foi de outra forma prejudicial aos seus interesses. Segundo suas alegações, tais acionistas minoritários teriam direito a reembolso de suas ações pelo preço total de R\$ 90 milhões, correspondente ao valor patrimonial dessas ações conforme previsto no balanço do Banco Nacional levantado em 31 de dezembro de 1994, que é aproximadamente o valor total reivindicado pelos autores nessas ações judiciais.

Em novembro de 1996, um juízo de primeiro grau, decidindo sobre algumas destas ações, excluiu-nos da lide. Tal decisão foi confirmada em última instância. Os acionistas minoritários não têm mais recursos contra nós nestas ações.

Não fizemos provisões das quantias referentes às ações acima.

Ação Popular. Foi intentada ação popular contra nós, o Banco Nacional e o Banco Central, alegando que os empréstimos concedidos ao Banco Nacional fraudaram o Tesouro Nacional. A ação popular busca sentença que declare todos os empréstimos nulos e sem efeito, com o conseqüente reembolso das quantias referentes a tais empréstimos ao Tesouro Nacional. Em junho de 1997, o Tribunal Regional Federal nos excluiu da lide. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça devem julgar os recursos interpostos pelo Ministério Público contra esta decisão.

Ações envolvendo risco de Penhora. Muitos credores propuseram ações contra ao Banco Nacional com relação a fatos que ocorreram antes de adquirirmos alguns de seus ativos e passivos. Nestas ações, os autores alegam que nós deveríamos ser considerados responsáveis pelas obrigações do Banco Nacional tanto na qualidade de sucessores do Banco Nacional nas obrigações civis e comerciais; quanto pelo fato de que a transferência de ativos do Banco Nacional para nós foi efetuada em uma época em que o Banco Nacional era presumido insolvente, caracterizando-se, assim, fraude contra credores.

As ações mais relevantes representam um valor total de R\$ 19 milhões. Essas ações têm sido garantidas com nossos próprios recursos. Nós consideramos as demais ações como rotineiras e, por esta razão, não fizemos qualquer provisão nesse sentido.

Ações Judiciais Resultantes de Planos Econômicos Anteriores

Alguns de nossos clientes, assim como clientes de vários outros bancos brasileiros intentaram ações judiciais contra nós e contra outros bancos alegando que o pagamento feito pelos bancos não corresponde corretamente à correção monetária do período no qual seu dinheiro esteve investido. Essas questões legais surgiram com relação a planos anti-inflacionários implementados pelo governo brasileiro em 1989 (Plano Verão), 1990 (Plano Collor I) e 1992 (Plano Collor II). O Superior Tribunal de Justiça decidiu as controvérsias oriundas dos planos Collor I e II em favor dos bancos e oriundas do Plano Verão contra os bancos.

Foi proferida decisão desfavorável contra nós com relação ao Plano Verão e provisionamos o valor correspondente. Esta decisão desfavorável pode constituir precedente para o julgamento de outras ações. Decisões desfavoráveis a nós em todas as ações referentes ao Plano Verão podem resultar em um valor total a ser pago de aproximadamente US\$ 25 milhões.

Ações Tributárias

Estamos envolvidos em várias ações relativas a questões tributárias, em especial quanto à constitucionalidade da exigência de determinados tributos. Nós pagamos ou provisionamos integralmente as eventuais obrigações. Em fevereiro de 1999 nós efetuamos pagamento no valor de R\$ 283 milhões, correspondente à parte de nossas obrigações tributárias. Nós acreditamos que, resultados desfavoráveis ainda que em todas essas ações não terão implicações substancialmente adversas em nossos negócios.

Ações Trabalhistas

Sindicatos e ex-empregados intentaram ações trabalhistas contra nós para obter indenização referentes a direitos trabalhistas. Não temos garantia de que venceremos essas ações. Nós geralmente fazemos acordos judiciais com nossos ex-empregados. Em 1998, nós gastamos R\$ 33 milhões em acordos judiciais com ex-empregados e condenações.

Além disso, vários ex-empregados do Banco Nacional, demitidos antes de adquirirmos alguns de seus ativos e passivos, intentaram ações trabalhistas contra o Banco Nacional. O valor global atualmente é estimado em R\$ 277 milhões. O Banco Nacional é responsável por tais ações. Em alguns casos os reclamantes penhoraram nossos ativos. Nesses casos, nós interpusemos embargos de terceiros contra as penhoras. Foram proferidas recentemente sentenças contra nós, no tocante a alguns desses embargos. Nós acreditamos que não seremos considerados sucessores do Banco Nacional nesses casos.

Ex-empregados do Banco Nacional, demitidos após termos adquirido alguns de seus ativos e passivos, intentaram ações contra nós. Não é possível quantificar as ações similares que podem ser propostas contra nós.



III. ANEXOS



[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01158-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIBANCO UNIÃO BANCOS BRAS. S.A.	3 - C.G.C. 33.700.394/0001-40
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL	5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR	6 - NIRE 35.300.102.771

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA EUSÉBIO MATOSO Nº 891		2 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS	
3 - CEP 05423-180	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO	5 - UF SP	
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 867-4400	8 - TELEFONE 867-4415	9 - TELEFONE -
10 - TELEX -	11 - DDD 011	12 - FAX 3789-7542	13 - FAX -
14 - FAX -			
15 - E-MAIL			

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

1 - NOME CESAR WERNECK ACHÔA		2 - CARGO ANALISTA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS SÊNIOR	
3 - ENDEREÇO COMPLETO RUA JOÃO MOREIRA SALLES Nº 130 - JARDIM MONTE ALEGRE - CAU BLOCO D NÍVEL II		4 - BAIRRO OU DISTRITO BUTANTÃ	
5 - CEP 05548-000			
6 - MUNICÍPIO SÃO PAULO	7 - UF SP	8 - DDD 011	9 - TELEFONE 3789-8559
10 - TELEFONE 3789-8941	11 - TELEFONE 3789-8242	12 - TELEX	13 - DDD 011
14 - FAX 3789-8595			
15 - FAX -	16 - FAX -	17 - E-MAIL -	

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

18 - ITEM	19 - MUNICÍPIO	20 - UF	21 - DDD	22 - TELEFONE	23 - TELEFONE
-----------	----------------	---------	----------	---------------	---------------

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME CESAR AUGUSTO SIZENANDO SILVA		2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. EUSÉBIO MATOSO Nº 891 - 4º ANDAR		3 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS	
4 - CEP 05423-180		5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		6 - UF SP	
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 867-4400	9 - TELEFONE 867-4415	10 - TELEFONE -	11 - TELEX -	12 - DDD 011
13 - FAX 3789-7542	14 - FAX -	15 - FAX -			
16 - E-MAIL					

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/1998	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/1998
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/1999	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/1999
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES	6 - CÓDIGO CVM 00287-9

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO <input type="checkbox"/> [1] BVBAAL <input type="checkbox"/> [2] BVES <input type="checkbox"/> [3] BVMESEB <input type="checkbox"/> [4] BVPP <input type="checkbox"/> [5] BVPR <input type="checkbox"/> [6] BVRG <input checked="" type="checkbox"/> [7] BVRJ <input checked="" type="checkbox"/> [8] BOVESPA <input type="checkbox"/> [9] BVST	2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO BOLSA
3 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL	4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1090100 - BANCOS COMERCIAIS
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL BANCÁRIA - BANCO MÚLTIPLO	

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA. <input checked="" type="checkbox"/> [1] AÇÕES <input type="checkbox"/> [2] AÇÕES RESGATÁVEIS <input type="checkbox"/> [3] DEBÊNTURES SIMPLES <input type="checkbox"/> [4] DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES <input type="checkbox"/> [5] PARTES BENEFICIÁRIAS <input type="checkbox"/> [6] BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. -	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 17/06/1999
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 16/03/1999	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 09/02/1999

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF	1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	DIÁRIO OF. DO EST. DE SÃO PAULO SP	SP			
02	GAZETA MERCANTIL	SP			

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 06/08/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



2.1 – COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

Item	Nome do Administrador / CPF	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Código Tipo do Administrador*	Função
01	Pedro Moreira Salles 551.222.567-72	26/03/1999	Abril/2002	2	Presidente do Conselho de Administração
02	Gabriel Jorge Ferreira 008.118.588-04	26/03/1999	Abril/2002	2	Vice-Presidente do Cons. de Administração
03	Tomas Tomislav Antonin Zinner / 007.884.067-87	26/03/1999	Abril/2002	2	Vice-Presidente do Cons. de Administração
04	Israel Vainboim 090.997.197-87	26/03/1999	Abril/2002	2	Conselheiro do Conselho de Administração
05	Fernando Barreira Sotelino 258.673.347-91	30/03/1999	Abril/2000	1	Presidente Executivo - Atacado
06	Joaquim Francisco de Castro Neto / 026.491.797-91	30/03/1999	Abril/2000	1	Presidente Executivo - Varejo
07	César Augusto Sizenando Silva / 109.833.506-63	30/03/1999	Abril/2000	1	Vice-Presidente Corporativo
08	Adalberto de Moraes Schettert 113.556.700-04	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Vice-Presidente
09	Celso Scaramuzza 680.415.518-15	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Vice-Presidente
10	Danilo Mussi Cardozo Mansur 031.871.527-91	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Vice-Presidente
11	Aldo José Faccin 048.193.228-34	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Executivo
12	Alvaro Portinho de Sá Freire Junior / 128.055.137-20	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Executivo
13	Alvaro Sergio Enes do Vale 004.081.310-04	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Executivo
14	Elio Boccia 038.945.258-00	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Executivo
15	Geraldo Travaglia Filho 573.620.338-34	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Executivo
16	Gilberto Villas Boas do Prado 064.576.498-15	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Executivo
17	Murilo Bueno Kammer 600.008.488-91	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Executivo
18	Sérgio Zappa 374.075.897-04	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Executivo
19	Takeshi Watanabe 063.917.128-16	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Executivo
20	Wilhelm August Peter Zeise 178.592.108-86	30/03/1999	Abril/2000	1	Diretor Executivo

* Código: 1 – Pertence Apenas à Diretoria;
2 – Pertence Apenas ao Conselho de Administração;
3 – Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração.

2.2 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

PEDRO MOREIRA SALLES

Presidente do Conselho de Administração:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Dirbanco Administração e Participações S.A.
Fininvest S.A. Administradora de Cartões de Crédito
Fininvest Trust de Recebíveis S.A.
Shopping Center Matão S.A.
Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.
Unibanco Seguros S.A.
Uniseg S.A. - Participações

Presidente do Conselho de Curadores:

Instituto Unibanco

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

BWU Vídeo S.A. (Blockbuster)

Unibanco Holdings S.A.

Membro do Conselho de Administração:

Cambuhy Agrícola Ltda.

Itaparica S.A. Empreendimentos Turísticos

Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Banco Dibens S.A.

Banco Fininvest S.A.

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Dibens S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Membro do Conselho Consultivo:

Instituto Moreira Salles

Diretor Geral:

Alfa Mar Participações e Comércio Ltda.

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas Ltda.

Brasil Warrant Representação e Participações Ltda.

Cambuhy Comercial, Representações e Participações Ltda.

Imopar Participações Imobiliárias Ltda.

Unicorp Administração de Bens e Empresas Ltda.

Diretor:

AIG Brasil Interamericana Companhia de Seguros Gerais

AIG - Life Companhia de Seguros

BWU Representação e Participações Ltda.

Formação Acadêmica: Formado em Economia pela University of Califórnia - USA.

Data de Nascimento: 20/10/1959

GABRIEL JORGE FERREIRA

Presidente do Conselho de Curadores:

Instituto João Moreira Salles

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Dirbanco Administração e Participações S.A.

Unibanco Seguros S.A.

Uniseg S.A. - Participações

Vice-Presidente Executivo:

Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF

Vice-Presidente:

Federação Brasileira das Associações de Bancos - FEBRABAN

Membro do Conselho de Administração:

BWU Vídeo S.A. (Blockbuster)

Unibanco Cash Management e Factoring S.A.

Unibanco Companhia Hipotecária

Unibanco Holdings S.A.

Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Membro do Conselho de Curadores:

Instituto Unibanco

Diretor:

E. Johnston Participações Ltda.
E. Johnston Representação e Participações S.A.
Instituto Moreira Salles
Unibanco Representação e Participações Ltda.

Formação Acadêmica: Formado em Direito pela Universidade de São Paulo (Largo São Francisco).

Data de Nascimento: 17/10/1935

TOMAS TOMISLAV ANTONIN ZINNER**Presidente do Conselho de Administração:**

Unibanco Cash Management e Factoring S.A.
Unibanco Companhia Hipotecária
Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.

Membro do Conselho de Administração:

BWU Vídeo S.A. (Blockbuster)
Fininvest Trust de Recebíveis S.A.
Unibanco Holdings S.A.
Unibanco Seguros S.A.
Uniseg S.A. - Participações

Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Banco Dibens S.A.
Banco Fininvest S.A.
Cibrasec - Cia. Brasileira de Securitização
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Dibens S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Fininvest S.A. Administradora de Cartões de Crédito

Membro do Conselho de Curadores:

Instituto Unibanco

Diretor:

AIG - Life Companhia de Seguros
AIG Brasil Interamericana Companhia de Seguros Gerais

Formação Acadêmica: Formado em Economia pela Faculdade Nacional de Economia pela University of Chicago - USA.

Data de Nascimento: 29/01/1938

ISRAEL VAINBOIM**Presidente do Conselho de Administração:**

BWU Vídeo S.A. (Blockbuster)
Itaparica S.A. Empreendimentos Turísticos

Membro do Conselho Consultivo:

Korn/Ferry International

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

Unibanco Cash Management e Factoring S.A.
Unibanco Companhia Hipotecária
Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Membro do Conselho de Administração:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Alcoa Latin América
Dirbanco Administração e Participações S.A.
Shopping Center Matão S.A.
Unibanco Holdings S.A.
Unibanco Seguros S.A.
Uniseg S.A. - Participações

Membro do Conselho de Curadores:

Instituto Unibanco

Diretor Presidente:

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas Ltda.
Brasil Warrant Representação e Participações Ltda.
Cambuhy Comercial, Representações e Participações Ltda.
Dirbanco Administração e Participações S.A.
Imopar Participações Imobiliárias Ltda.
Unibanco Holdings S.A.
Unicorp Administração de Bens e Empresas Ltda.

Diretor:

AIG Brasil Interamericana Companhia de Seguros Gerais
AIG - Life Companhia de Seguros
Alfa Mar Participações e Comércio Ltda.
BWU Representação e Participações Ltda.
Cambuhy Agrícola Ltda.
Caminho Editorial Ltda.
Santa Eugênia Representação e Participações S.A.

Gerente:

Santo Aleixo Empreendimentos Agropecuários Ltda.

Formação Acadêmica: Formado em Engenharia Mecânica pela Escola Nacional de Engenharia e Mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Stanford University of Califórnia - USA.

Data de Nascimento: 01/06/1944

FERNANDO BARREIRA SOTELINO**Presidente Executivo - Atacado:**

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Presidente:

Interbanco S.A.

Chairman:

UBB Capital Markets Limited

Membro do Conselho de Administração:

BWU Vídeo S.A. (Blockbuster)
Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.

Director:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A.

Diretor Presidente:

Unibanco Cash Management e Factoring S.A.

Diretor:

Unibanco Consultoria de Investimentos S.C. Ltda.

Ex Vice-Presidente e Gerente do Grupo de Projetos Financeiros do Banco de Investimento do Crocker National Bank em São Francisco (USA).



Ex Professor Associado de Economia e Finanças e Consultor Sênior da Corporate Finance e Projetos de Finanças para IEAD.

Formação Acadêmica: MBA em Finanças e MA em Economia pela Universidade de Stanford; Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro.

Data de Nascimento: 12/02/1949

JOAQUIM FRANCISCO DE CASTRO NETO

Presidente Executivo - Varejo:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Presidente do Conselho de Administração:

Banco Dibens S.A.

Dibens S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Fininvest S.A. Administradora de Cartões de Crédito

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

Quatro/A Telemarketing & Centrais de Atendimento S.A.

Membro do Conselho de Administração:

Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.

Fininvest Trust de Recebíveis S.A.

Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Banco Fininvest S.A.

Diretor Presidente:

Unibanco Companhia Hipotecária

Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Diretor:

Unibanco Clube de Seguros - Uniclube

Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Formação Acadêmica: Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Especializações no IMEDE - Lausanne, Suíça, nos cursos de Administração de Força de Vendas, Administração Mercadológica e Desenvolvimento de Novos Produtos.

Data de Nascimento: 30/03/1944

CESAR AUGUSTO SIZENANDO SILVA

Vice-Presidente Corporativo:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Diretor Vice-Presidente:

Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Membro do Conselho de Administração:

Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.

Membro Suplente do Conselho de Administração:

Banco Fininvest S.A.

Fininvest S.A. - Administradora de Cartões de Crédito

Membro do Conselho de Curadores:

Instituto João Moreira Salles

Diretor Superintendente:

Instituto Unibanco

Diretor:

Unibanco Representação e Participações Ltda.
Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Formação Acadêmica: Formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Data de Nascimento: 21/08/1949

ADALBERTO DE MORAES SCHETTERT**Membro Suplente do Conselho de Administração:**

Banco Dibens S.A.
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Dibens S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Banco Fininvest S.A.
Fininvest S.A. Administradora de Cartões de Crédito

Membro do Conselho de Curadores:

Instituto João Moreira Salles

Diretor Vice-Presidente:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Diretor Executivo:

Unibanco Companhia Hipotecária

Diretor:

Instituto Unibanco
Unibanco Clube de Seguros - Uniclube
Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.
Unibanco Representação e Participações Ltda.

Formação Acadêmica: Formado em Engenharia e Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de Nascimento: 22/12/1947

CELSO SCARAMUZZA**Diretor Vice-Presidente:**

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Diretor Executivo:

Unibanco Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil

Diretor:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A.

Formação Acadêmica: Formado em Administração de Empresas pela FAAP - Faculdade Armando Álvares Penteado.

Data de Nascimento: 03/12/1952

DANILO MUSSI CARDOZO MANSUR**Membro Suplente do Conselho de Administração:**

Banco Dibens S.A.
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Dibens S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Banco Fininvest S.A.



Diretor Presidente:

Unibanco Clube de Seguros - Uniclube

Diretor Vice-Presidente:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Diretor:

Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Fininvest S.A. Administradora de Cartões de Crédito

Formação Acadêmica: Formado em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

Data de Nascimento: 16/11/1945

ALDO JOSÉ FACCIN**Diretor Executivo:**

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Diretor:

Interbanco S.A.

Formação Acadêmica: Formado em Ciências Econômicas pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Data de Nascimento: 26/09/1942

ALVARO PORTINHO DE SÁ FREIRE JUNIOR**Diretor Executivo:**

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Diretor:

Melhoramentos de São Paulo Urbanização Ltda.

Melhoramentos Silvicultura Ltda.

Outras Atividades:

Trabalhou no Donaldson, Lufkin & Jenrette e no Banco Mundial e na Corporação Financeira Internacional em Washington DC

Ex Diretor Adjunto do Citibank - Brasil

Ex Gerente de Investimentos no Banco Crefisul e Banco Intercontinental

Ex Tesoureiro do Grupo Fininvest

Ex Professor Associado de Finanças Corporativas e Mercado de Capitais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Formação Acadêmica: Formado em Economia com Mestrado em Finanças (COPPEAD/UFRJ) tendo participado de programas em Comércio Internacional (Georgetown, Washington DC, Estratégia Societária (IMEDE, Lausanne) e Finanças Corporativas (Harvard, Boston).

Data de Nascimento: 02/06/1951

ALVARO SERGIO ENES DO VALE**Diretor Executivo:**

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Formação Acadêmica: Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de Nascimento: 02/01/1941

ELIO BOCCIA**Diretor Executivo:**

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Diretor:

Unibanco Sistemas Ltda.

Formação Acadêmica: Formado em Economia pela Faculdade de Economia São Luís.

Data de Nascimento: 06/12/1946

GERALDO TRAVAGLIA FILHO**Membro do Conselho de Administração:**

Quatro/A Telemarketing & Centrais de Atendimento S.A.
Tecnologia Bancária S.A.

Diretor Executivo:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Unibanco Companhia Hipotecária
Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Diretor:

Administradora e Corretora de Seguros Unibanco Ltda.
Estrel - Administração e Corretagem de Seguros Ltda.
Tecnologia Bancária S.A.
Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.

Formação Acadêmica: Formado em Administração de Empresas pela FEA - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Data de Nascimento: 26/05/1951

GILBERTO VILLAS BOAS DO PRADO**Diretor Executivo:**

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Diretor:

Bib Cash Management Ltda.
Cardway Representação e Participações Ltda.
Finanserv Serviços Administrativos Ltda.
Instituto Assistencial Pedro di Perna
Instituto João Moreira Salles
Instituto Unibanco
Megbens Administração de Bens Ltda.
Régula Representação e Participações Ltda.
Santo Otávio Consultoria Ltda.
São Cláudio Consultoria Ltda.
São Vicente Administração de Bens Ltda.
Unibanco Empreendimentos Ltda.
Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda.
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.
Unibanco Representação e Participações Ltda.
Unibanco Sistemas Ltda.

Gerente Delegado:

Estrel - Estudos, Representações e Administração Ltda.

Formação Acadêmica: Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo de São Francisco).

Data de Nascimento: 20/09/1939

MURILO BUENO KAMMER

Diretor Executivo:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Diretor:

Unibanco Consultoria de Investimentos S/C Ltda.

Outras Atividades:

Ex Professor de Mestrado em Finanças da PUC-RJ

Ex Sócio Diretor da Fonte S.A. Corretora de Câmbio e Valores

Ex Assessor Especial da Presidência da Serfina S.A.

Ex Diretor do Banco Santista de Investimentos S.A.

Ex Diretor Financeiro da Cia. Iochpe S.A. e

Ex Presidente do Conselho de Administração da Edisa-Hewlett Packard

Formação Acadêmica: Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo, Mestrado em Engenharia Econômica e Pesquisa Operacional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestrado em Economia pela University of London e PhD em Administração de Empresas pela London Business School.

Data de Nascimento: 14/05/1949

SÉRGIO ZAPPA

Diretor Executivo:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Diretor:

Interbanco S.A.

UBB Capital Markets Limited

Unibanco Consultoria de Investimentos S.C. Ltda.

Unibanco - União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A.

Formação Acadêmica: Pós Graduação em Administração Internacional pela American Graduate School International e Economia pela Georgetown University.

Data de Nascimento: 22/06/1952

TAKESHI WATANABE

Membro do Conselho de Administração:

Unibanco Holdings S.A.

Diretor Executivo:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Representante no Brasil:

The Dai-Ichi Kangyo Bank Ltd.

Formação Acadêmica: Formado em Administração de Negócios pela Universidade Nacional de Yokohama (Japão).

Data de Nascimento: 21/04/1950

WILHELM AUGUST PETER ZEISE

Diretor Executivo:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Ex Diretor do Commerzbank A.G. (Espanha)

Ex Representante do Commerzbank A.G. (Bolívia, Chile, Equador e Peru)

Formação Acadêmica: Curso de Especialização em Comércio Exterior e Idiomas.

Data de Nascimento: 06/06/1939

3.1 – EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

Evento Base	Data do Evento	Pessoas Físicas e Jurídicas	Investidores Institucionais	Acordo de Acionistas	Ações Preferenciais com Direito a Voto	
					Sim / Não	Tipo
AGO/AGE	26/03/1999	9	-	Não	Não	-

3.2 – POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

Item	Nome / Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações		Composição Capital Social	Part. no Acordo de Acionistas	Controlador
		(Mil)	%	(Mil)	%	(Mil)	%			
01	Unibanco Holdings S.A. 00.022.034-0001/87 Brasileira / SP	47.735.406	96,00	10.738.563	21,60	58.473.969	58,80	26/03/99	-	Sim
97	Ações em Tesouraria	-	-	324.524	0,65	324.524	0,33	-	-	-
98	Outros	1.986.876	4,00	38.659.195	77,75	40.646.071	40,87	-	-	-
99	Total	49.722.282	100,00	49.722.282	100,00	99.444.564	100,00	-	-	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora	Data de Composição do Capital Social
01	UNIBANCO HOLDINGS S.A.	26/03/1999

Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
0101	E. Johnston Repres. e Participações S.A. 00.025.238-0001/71 Brasileira / SP	18.110.810.578	67,68	-	-	18.110.810.578	30,97	24/04/98
0102	Commerzbank Aktiengesellschaft Alemã	3.335.935.602	12,47	3.843.541.338	12,12	7.179.476.940	12,28	-
0103	The Dai-Ichi Kangyo Bank Limited Japonesa	2.287.912.752	8,55	-	-	2.287.912.752	3,91	-
0104	Arby's Brasil S.A. 71.952.543-0001/57 Brasileira / SP	1.456.891.332	5,44	-	-	1.456.891.332	2,49	30/04/98
0105	Outros	1.566.042.022	5,86	27.872.835.701	87,88	29.438.877.723	50,35	-
0199	Total	26.757.592.286	100,00	31.716.377.039	100,00	58.473.969.325	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora	Data de Composição do Capital Social
0101	E. JOHNSTON REPRES. E PARTICIPAÇÕES S.A.	24/04/1998

Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
010101	E. Johnston Participações Ltda. 52.542.255-0001/80 Brasileira / SP	9.182.667.708	76,20	-	-	9.182.667.708	50,70	26/06/98
010102	Dirbanco Adm. e Participações S.A. 59.527.580-0001/12 Brasileira / SP	2.867.475.764	23,80	6.060.667.120	100,00	8.928.142.884	49,30	07/07/98
010199	Total	12.050.143.472	100,00	6.060.667.120	100,00	18.110.810.592	100,00	

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora	Data de Composição do Capital Social
010101	E. JOHNSTON PARTICIPAÇÕES LTDA.	26/06/1998



Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
01010101	Fernando Roberto Moreira Salles 002.938.068-53 Brasileira / SP	76	25,00	-	-	76	25,00	-
01010102	Walther Moreira Salles Júnior / 406.935.467-00 Brasileira / RJ	76	25,00	-	-	76	25,00	-
01010103	Pedro Moreira Salles 551.222.567-72 Brasileira / SP	76	25,00	-	-	76	25,00	-
01010104	João Moreira Salles 667.197.397-00 Brasileira / RJ	76	25,00	-	-	76	25,00	-
01010199	Total	304	100,00	-	-	304	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora	Data de Composição do Capital Social
010102	DIRBANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES S.A.	07/07/1998

Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
01010201	E Johnston Participações Ltda. / 52.542.255-0001/80 Brasileira / SP	1.724.060.898	54,14	144	0,01	1.724.061.042	18,51	26/06/98
01010202	Instituto Moreira Salles 58.397.563-0001/45 Brasileira / SP	70.254.322	2,21	140.508.644	2,29	210.762.966	2,26	-
01010203	Instituto Unibanco 52.041.183-0001/97 Brasileira / SP	1.390.200.933	43,65	5.990.662.055	97,70	7.380.862.988	79,23	-
01010204	Pedro Moreira Salles 551.222.567-72 Brasileira / SP	-	-	1	-	1	-	-
01010205	Gabriel Jorge Ferreira 008.118.588-04 Brasileira / SP	-	-	1	-	1	-	-
01010206	Israel Vainboim 090.997.197-87 Brasileira / SP	-	-	1	-	1	-	-
01010299	Total	3.184.516.153	100,00	6.131.170.846	100,00	9.315.686.999	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora	Data de Composição do Capital Social
01010201	E. JOHNSTON PARTICIPAÇÕES LTDA.	26/06/1998

Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
0101020101	Fernando Roberto Moreira Salles / 002.938.068-53 Brasileira / SP	76	25,00	-	-	76	25,00	-
0101020102	Walther Moreira Salles Júnior / 406.935.467-00 Brasileira / RJ	76	25,00	-	-	76	25,00	-
0101020103	Pedro Moreira Salles 551.222.567-72 Brasileira / SP	76	25,00	-	-	76	25,00	-
0101020104	João Moreira Salles 667.197.397-00 Brasileira / RJ	76	25,00	-	-	76	25,00	-
0101020199	Total	304	100,00	-	-	304	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora							Data de Composição do Capital Social
0104	ARBY'S BRASIL S.A.							30/04/1998
Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
010401	Bahema S.A. 45.987.245-0001/92 Brasileira / SP	564.245.035	99,86	20.535.354	88,63	584.780.389	99,41	16/09/98
010402	Outros	811.032	0,14	2.634.578	11,37	3.445.610	0,59	-
010499	Total	565.056.067	100,00	23.169.932	100,00	588.225.999	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora							Data de Composição do Capital Social
010401	BAHEMA S.A.							16/09/1998
Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
01040101	Capetown Participações Ltda. / 01.049.223-0001/06 Brasileira / BA	117.797.550	54,50	6.929.027	4,80	124.726.577	34,59	02/01/96
01040102	Outros	98.349.504	45,50	137.546.709	95,20	235.896.213	65,41	-
01040199	Total	216.147.054	100,00	144.475.736	100,00	360.622.790	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora							Data de Composição do Capital Social
01040101	CAPETOWN PARTICIPAÇÕES LTDA.							02/01/1996
Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
0104010101	Afranio Affonso Ferreira 014.023.908-15 Brasileira / SP	1.697	59,21	-	-	1.697	59,21	-
0104010102	Carlos Eduardo Affonso Ferreira 060.892.248-04 Brasileira / BA	317	11,06	-	-	317	11,06	-
0104010103	Guilherme Affonso Ferreira 762.604.298-00 Brasileira / SP	286	9,98	-	-	286	9,98	-
0104010104	Manuel Alceu Affonso Ferreira 005.667.218-72 Brasileira / SP	203	7,08	-	-	203	7,08	-
0104010105	Silvia Amoroso Lima Affonso Ferreira 868.097.178-20 Brasileira / SP	168	5,86	-	-	168	5,86	-
0104010106	Outros	195	6,81	-	-	195	6,81	-
01040199	Total	2.866	100,00	-	-	2.866	100,00	-

4.1 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1) Data da Última Alteração: 26/03/1999

Item	Espécie das Ações	Nominativa ou Escritural	Valor Nominal (Reais)	Quantidade de Ações (Mil)	Subscrito (Reais Mil)	Integralizado (Reais Mil)
01	Ordinárias	Nominativa	-	49.722.282	787.038	787.038
02	Preferenciais	Nominativa	-	49.722.282	787.038	787.038
99	Totais	-	-	99.444.564	1.574.076	1.574.076

4.2 – CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Data da Alteração	Valor do Capital Social (Reais Mil)	Valor da Alteração (Reais Mil)	Origem da Alteração	Quantidade de Ações Emitidas (Mil)	Preço da Ação na Emissão (Reais)
01	30/04/1996	1.033.196	145.148	Correção Monetária	-	-
02	30/04/1996	1.100.000	66.804	Reserva de Capital	-	-
03	18/04/1997	1.500.000	400.000	Reserva de Capital	-	-
04	10/06/1997	1.574.076	74.076	Subscrição Pública	4.700.253	0,0360700000

4.3 – BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Data da Aprovação	Valor Nominal por Ação Antes da Aprovação (Reais)	Valor Nominal por Ação Depois da Aprovação (Reais)	Quantidade de Ações Antes da Aprovação (Mil)	Quantidade de Ações Depois da Aprovação (Mil)
01	30/04/1996	-	-	47.597.763	95.195.526

4.4 – CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

Quantidade (Mil)	Valor (Reais Mil)	Data da Autorização
194.640.091	-	26/03/1999

4.5 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

Não se aplica à Companhia.

5.1 – AÇÕES EM TESOURARIA

Item	Espécie das Ações	Classe	Reunião	Prazo para Aquisição	Quantidade a ser Adquirida (Mil)	Montante a ser Desembolsado (Reais Mil)	Quantidade já Adquirida (Mil)	Montante já Desembolsado (Reais Mil)
01	Preferenciais	-	12/11/1997	3 meses	1.756.061	819	24.397	819
02	Ordinárias	-	12/11/1997	3 meses	1.494	-	-	-

6.1 – PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Provento	Aprovação da Distribuição	Data da Aprovação da Distribuição	Término Exercício Social	Lucro ou Prejuízo Líquido no Período (Reais Mil)	Valor do Provento por Ação	Espécie das Ações	Classe das Ações	Montante do Provento (Reais Mil)	Data de Início de Pagamento
02	Dividendo	RCA	15/07/1996	30/06/1996	126.854	0,0004680000	Preferencial	-	22.033	31/07/1996
03	Dividendo	RCA	13/01/1997	31/12/1996	158.208	0,0005305000	Ordinária	-	25.128	22/01/1997
04	Dividendo	RCA	13/01/1997	31/12/1996	158.208	0,0005836000	Preferencial	-	27.475	22/01/1997
05	Dividendo	RCA	10/05/1997	30/06/1997	176.937	0,0005485000	Ordinária	-	25.980	08/07/1997
06	Dividendo	RCA	10/05/1997	30/06/1997	176.937	0,0006034000	Preferencial	-	28.407	08/07/1997
07	Dividendo	RCA	22/01/1998	31/12/1997	253.906	0,0008540000	Ordinária	-	42.463	30/01/1998
08	Dividendo	RCA	22/01/1998	31/12/1997	253.906	0,0009394000	Preferencial	-	46.407	30/01/1998
09	Dividendo	RCA	23/07/1998	30/06/1998	246.384	0,0007878000	Ordinária	-	39.171	31/07/1998
10	Dividendo	RCA	23/07/1998	30/06/1998	246.384	0,0008666000	Preferencial	-	42.808	31/07/1998
11	Juros sobre o Capital Próprio	RCA	22/01/1999	31/12/1998	207.753	0,0009242000	Ordinária	-	45.953	29/01/1999
12	Juros sobre o Capital Próprio	RCA	22/01/1999	31/12/1998	207.753	0,0010166000	Preferencial	-	50.218	29/01/1999

6.3 – DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

Item	Espécie da Ação	Classe da Ação	% do Capital Social	% Tipo Dividendo Fixo	% Tipo Dividendo Mínimo	% Tipo Dividendo Cumulativo	Base de Cálculo	Prev. Reembolso de Capital	Prêmio	Direito a Voto
02	Ordinária	-	50,00	-	16,72	-	Baseado no Lucro	Não	Não	Sim

6.4 – MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

Data da Última Modificação do Estatuto	Dividendo Obrigatório (% do Lucro)
26/03/1999	35,00

7.1 – REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

Participação dos Administradores no Lucro	Valor da Remuneração Global dos Administradores (Reais Mil)	Periodicidade
Sim	1.430	Mensal



7.2 – PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Descrição das Participações e Contribuições	Valor do Último Exercício 31/12/1998 (Reais Mil)	Valor do Penúltimo Exercício 31/12/1997 (Reais Mil)	Valor do Antepenúltimo Exercício 31/12/1996 (Reais Mil)
03	Participações - Administradores	3.378	3.543	2.730
08	Lucro Líquido no Exercício	454.137	430.843	285.062

7.3 – PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

Item	Razão Social da Controlada / Coligada / CNPJ	Classificação	% Participação no Capital da Investida	% Patrimônio Líquido da Investidora	Tipo de Empresa
01	Unibanco Repres. e Participações Ltda. 50.654.920/0001-00	Fechada Controlada	100,00	49,04	Empresa Comercial, Industrial e Outras

9.1 – BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

O Unibanco começou, como uma companhia trading, fundada em 1909, por João Moreira Salles. Em 1924, o governo brasileiro autorizou a constituição da Casa Bancária Moreira Salles e através de fusões e crescimento interno durante os anos 40, resultou no Banco Moreira Salles.

Em agosto de 1967 realizou-se uma operação de fusão, reunindo o Banco Moreira Salles e o Banco Agrícola Mercantil do Estado do Rio Grande do Sul.

A organização do Unibanco como Banco Múltiplo, em setembro de 1989, determinou a necessidade de aprofundar o processo de segmentação.

A incorporação do Unibanco - Banco de Investimento do Brasil S.A., da Unibanco - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e da Unibanco - Crédito Imobiliário S.A., juntamente com a permissão de operar em qualquer faixa do mercado financeiro e de capitais, incluindo a área de câmbio e agências no exterior, além do ingresso de sócios determinaram uma reformulação organizacional completa.

O Unibanco em sua nova configuração corporativa, incluiu a presença de grandes instituições financeiras internacionais, a saber: The Dai-Ichi Kangyo Bank Limited (Japão), Commerzbank A.G. (Alemanha) e Bank of América.

Diante da reorganização societária por que passou, O Unibanco teve de redefinir também sua estrutura organizacional. Tratava-se de criar uma estrutura administrativa compatível com o novo perfil do conglomerado. A primeira alteração resultou na criação do Comitê de Políticas e Estratégias, encarregado de acompanhar o desempenho de cada área e fixar a orientação geral para os diferentes negócios do conglomerado, sempre levando em conta a busca da qualidade e da excelência na prestação de serviços.

Na trilha da segmentação, as áreas operacionais já existentes foram reorganizadas com base no conceito de Unidades de Negócios, mais preparadas, pela especialização, a cumprir objetivos específicos e atender a clientes segmentados.

Buscando oferecer total conveniência aos clientes, o Unibanco ampliou quantitativa e qualitativamente a abrangência de seus serviços de atendimento remoto e auto-atendimento.

Reafirmando sua vocação de crescimento, o Unibanco assumiu, no dia 18 de novembro de 1995, as atividades operacionais bancárias do Banco Nacional S.A., mediante a assunção de passivos junto ao público e instituições financeiras no país e no exterior, e recebimento de ativos, em volumes correspondentes, de alta qualidade e liquidez.

No Exterior, o Unibanco ampliou sua atuação, passando a operar em New York, Miami, Londres, Grand Cayman, Nassau, além de ter assumido as operações bancárias do Interbanco S.A., no Paraguai, e do Banco Nacional em Luxemburgo (atual Unibanco União de Bancos Brasileiros Luxembourg S.A.).

A assunção das atividades operacionais bancárias do antigo Banco Nacional também propiciou ao Unibanco consolidar sua presença nos setores de seguros, capitalização e cartões de crédito, mediante a aquisição das empresas Nacional Cia. de Seguros (atual Unibanco Seguros S.A.), Nacional Cia. de Capitalização (atual Unibanco Companhia de Capitalização) e Cartão Nacional Ltda. (atual Cartão Unibanco Ltda.).

Com essa assunção, surgiu a oportunidade de realizar a expansão do Unibanco mediante a alavancagem de sua nova estrutura societária, criada em 1994 com o surgimento da Unibanco Holdings S.A. A assunção das atividades bancárias do Banco Nacional, negociadas com as autoridades monetárias do governo brasileiro, contemplou efetivamente um aumento de capital no Unibanco, em uma operação com valor de R\$ 682 milhões, e em um aumento de capital na Unibanco Holdings no valor de R\$ 341 milhões.

Em maio de 1997 ocorreu o lançamento da Unit - certificado que reúne uma ação preferencial classe "B" da Unibanco Holdings e uma ação preferencial do Unibanco - e a sua bem sucedida oferta pública junto aos mercados doméstico e internacional. A operação resultou na colocação total de um lote de 15,8 bilhões desses papéis, que pertenciam a um único acionista - o Banco Nacional em liquidação extrajudicial -, e no expressivo montante de R\$ 1,1 bilhão negociado.

Destacamos, sobretudo, o pioneirismo dessa operação: foi a primeira oferta global de ações emitidas por um banco brasileiro no mercado internacional, com negociação na Bolsa de Valores de Nova Iorque, e a maior já realizada por um banco latino-americano.

No exterior, as Units foram adquiridas, entre outros, por mais de 400 grandes investidores institucionais, que analisaram minuciosamente o Unibanco e decidiram pelo investimento.

Em decorrência do elevado interesse dos investidores institucionais por esses papéis, traduzido por uma demanda muito superior à quantidade oferecida, o Unibanco e a Unibanco Holdings concederam, no segundo dia após o término da oferta, a opção "Green shoe" aos underwriters no exterior. Como consequência, o capital do Unibanco foi aumentado em R\$ 170 milhões, correspondendo à colocação adicional de 2,3 bilhões de Units, ou 15% do lote originalmente oferecido.

Em agosto de 1997, a Unibanco Holdings ofereceu aos demais acionistas do Unibanco a oportunidade de concentrarem seus investimentos nesse título com grande liquidez, dando início à Oferta de Conversão de ações preferenciais e/ou ordinárias do Unibanco em Units.

Concluída em outubro de 1997, a Oferta obteve grande adesão dos acionistas. O resultado foi a criação de 9,5 bilhões de Units adicionais que, somadas às anteriormente emitidas, totalizaram 27,7 bilhões desses papéis. Isso significa que 78% do total de ações preferenciais e ordinárias em circulação do Unibanco estão representadas sob a forma de Unit.

O extrato desse conjunto de eventos e de seus respectivos resultados foi a consolidação da maior parte das ações do Unibanco nesse instrumento, representando, portanto, mais um passo fundamental na estratégia de expansão e crescimento futuro do Conglomerado. O fato vem confirmar ainda o acerto da criação da Unibanco Holdings em 1994, cuja missão é promover a expansão das atividades financeiras do Unibanco.

Seguindo a política norteadora da criação da Unibanco Holdings, consubstanciada em seus estatutos e no Acordo firmado por seus principais acionistas, sua única finalidade é o investimento no próprio Unibanco.

Em 15 de outubro de 1997, o Unibanco assinou com o American International Group, Inc. (AIG) acordo estabelecendo as bases de sua associação no ramo de seguros no Brasil. A transação será totalmente concluída até 30 de junho de 1998. Inicialmente, o AIG subscreveu ações ordinárias e preferenciais de emissão da Unibanco Seguros S.A. e ações preferenciais resgatáveis da Uniseg S.A. - Participações, empresa totalmente controlada pelo Unibanco e que passou a ser controladora direta da Unibanco Seguros. Por outro lado o Unibanco adquiriu 50% do capital total das empresas controladas pelo AIG no Brasil.

Em dezembro de 1997, o Unibanco adquiriu a parte societária do HSBC - Bamerindus na Prever S.A. Seguros e Previdência, a segunda maior companhia no ranking do setor de previdência privada no Brasil em termos de ativos e prêmios. Com essa aquisição o Unibanco passou a deter 100% do capital da empresa e mostrou-se disposto a continuar investindo nesse setor que deverá experimentar grande crescimento após a Reforma da Previdência.

Em março de 1998, o Unibanco adquiriu o controle acionário do Banco Dibens - banco múltiplo, voltado ao financiamento do ciclo automotivo -, numa operação de R\$ 60,7 milhões, passando a deter 51% do capital votante e 44,5% do capital total da instituição. Com essa aquisição, o Unibanco reforça seu posicionamento no mercado de financiamento de veículos leves e pesados. O saldo de operações de crédito e leasing da unidade de financiamento ao consumo do Unibanco foi de R\$ 376 milhões no encerramento do ano e o saldo dessa mesma carteira do Banco Dibens foi de R\$ 507 milhões. A margem financeira obtida do negócio de financiamento, incluindo o Banco Dibens, foi de R\$ 109 milhões em 1998, correspondendo a um crescimento de 88% - 78% em função da aquisição do Banco Dibens e 10% do crescimento da própria unidade de financiamento do Unibanco.

A crescente integração da economia brasileira aos fluxos internacionais encontra o Unibanco estruturado para apoiar os seus clientes em todas as áreas financeiras. A constituição de parcerias no exterior é uma tradição iniciada quatro décadas atrás e está consubstanciada na participação, no capital do grupo, de instituições de porte e peso, como o Dai-Ichi Kangyo Bank e o Commerzbank A.G.

Em abril de 1998 o Unibanco passou a ter uma nova estrutura organizacional, ou seja, duas presidências executivas - Varejo e Atacado - e uma área corporativa de Controladoria e Controle de Risco, subordinadas diretamente ao Conselho de Administração do Banco, na pessoa de seu presidente.

A separação virtual entre duas grandes áreas, varejo e atacado, mantém o foco específico em cada mercado, ao mesmo tempo que permite uma grande simplificação das estruturas e maior sinergia entre essas áreas. Essas áreas junto com as áreas de Seguros e Asset Management constituem os grandes pilares do Conglomerado Unibanco.

O Banco de Varejo que administra os seguintes segmentos de negócios e áreas: Rede de Agências e PABs, cartão de crédito, financeira, administração e crédito varejo.

O Banco de Atacado que coordena os seguintes segmentos de negócios e áreas: canais de distribuição atacado, banco de investimentos, tesouraria e área internacional, private e crédito atacado.

A Área Corporativa engloba as atividades de: planejamento, controladoria, controle de risco global e relações com investidores e mercado.

O Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., lidera acionariamente um grupo de empresas financeiras que atuam em todas as atividades do mercado financeiro e de capitais, além de outras atividades de suporte, todas representativas nas áreas em que atuam, constituindo um dos maiores conglomerados financeiros do País.

As principais empresas controladas diretas e indiretas ou coligadas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. são:

<u>Controladas direta ou indiretamente</u>	<u>Posição em 31/12/98</u> <u>Participação % no capital social</u>
Unibanco Representação e Participações Ltda.	100,00
Cartão Unibanco Ltda.	100,00
Unibanco Seguros S.A.	49,71
Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	99,99
Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.	90,50
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A.	100,00
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxemburgo) S.A.	100,00
Interbanco S.A.	99,99
Unibanco Companhia Hipotecária	100,00
UBB Capital Markets Limited	100,00
Unibanco Consultoria de Investimentos S/C. Ltda.	100,00
Unibanco Companhia de Capitalização	99,97
Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência	49,71
BWU Representação e Participações Ltda.	60,00
Controladas em conjunto	
Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito	33,33
Redecard S.A.	32,02
Banco Fininvest S.A.	49,82
Interchange Serviços S.A.	25,00
Coligadas	
Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	30,00
Interamericana Companhia de Seguros Gerais	50,00
AIG Life Companhia de Seguros	50,00
AIG Health Care Participações Ltda.	50,00

O número de funcionários no início do exercício de 1998 era de 21.430 e no final do exercício de 1998 era de 18.646 no Unibanco e 23.924 no início do exercício e 20.607 no final do exercício no Unibanco Consolidado.

9.2 – CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O processo de recuperação da economia brasileira após a crise asiática de outubro de 1997 foi abortado por nova e aguda crise que se abateu sobre os mercados financeiros mundiais em decorrência da moratória russa. Num curto período de tempo, tivemos nossa trajetória de estabilização interrompida por fatores fora de nosso controle. A mais nefasta conseqüência foi a imediata e violenta interrupção do fluxo de capitais para os países emergentes e o refluxo de parte considerável dos capitais de curto prazo, essenciais para o equilíbrio de seus balanços de pagamento e estabilidade de suas moedas.

O Brasil foi seriamente afetado e rapidamente viu suas reservas cambiais recuarem do pico de US\$ 73 bilhões em maio, para US\$ 45 bilhões ao final de dezembro, o que demandou necessidade imperiosa de suporte dos países desenvolvidos e órgãos multilaterais. O mundo temeu neste momento os efeitos de uma perigosa deflação, que acabou não se concretizando face à reação rápida e orquestrada, posta em marcha pelo G-7 e pelo FMI. Não obstante, nossa meta de crescimento para 1998 ficou definitivamente comprometida. O PIB evoluiu 0,15% consideravelmente abaixo da média dos últimos anos.

O governo brasileiro precisou abrir mão da sua proposta de reforma gradual dos fundamentos domésticos, em especial das contas públicas, a partir do momento em que a crise internacional limitou o acesso a recursos externos. Preparou então um Programa de Ajuste Fiscal para ser apresentado logo após as eleições de outubro, definindo um corte de gastos no Orçamento de 1999 e elevação das contribuições para a previdência pública.

O principal objetivo do programa, no entanto, está relacionado ao equacionamento dos problemas de longo prazo, com base em uma maior austeridade fiscal definida através de metas ousadas para cada instância do setor público, sustentadas pelas reformas da Previdência e administrativa. Por outro lado, mesmo sabendo da necessidade de um ajuste mais doloroso, a sociedade brasileira acabou oferecendo um voto de confiança ao governo, reelegendo o presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda em primeiro turno. Foi evidência de um apoio concreto ao processo de estabilização da economia brasileira introduzido com o Plano Real.

Também os investidores externos mantiveram seu apoio ao país. Os investimentos estrangeiros diretos no Brasil foram de US\$ 22 bilhões em 1998, mais do que os US\$ 17 bilhões do ano anterior e suficientes para financiar 75% do déficit em conta corrente. Esses recursos vêm sendo em grande parte direcionados para um bem sucedido processo de privatização, com receitas de US\$ 20,5 bilhões em 1998. Não apenas foram privatizadas importantes empresas no setor elétrico, como Eletropaulo e Gerasul, como também foi vendido todo sistema Telebrás - este com ágio de 64%. Várias outras privatizações já estão agendadas para 1999.

A forte turbulência que abalou o mundo financeiro e o Brasil no fim de 1998 vai deixar, sem dúvidas, suas marcas nos primeiros meses de 1999. Espera-se contudo, que após um curto período de desempenho negativo, o Brasil possa retomar a rota do crescimento positivo já em meados de 1999, com a economia impulsionada pela estabilização dos mercados financeiros mundiais, pela retomada do fluxo de capitais e sustentada por reformas estruturais consistentes.

10.1 – PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

Item	Principais Produtos e/ou Serviços	% Receita Líquida
01	Operações de Crédito	59,53
02	Resultado de títulos e valores mobiliários	35,16
03	Aplicações compulsórias	4,36
04	Resultado de câmbio	0,86
05	Operações de arrendamento mercantil	0,09

11.1 – PROCESSO DE PRODUÇÃO

Não se aplica à Companhia.

11.2 – PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Fato marcante em 1998 para o Unibanco foi a conclusão, em dezembro, do Projeto Millenium. Nascido em decorrência da integração das operações bancárias do Banco Nacional, o projeto implicou na ressegmentação da base de clientes, tendo como pressuposto a criação de uma oferta de valor superior para cada um dos novos segmentos abordados, em contraposição a uma única oferta, padronizada, para o conjunto da clientela.

Dessa forma, o Unibanco, no âmbito do Banco de Varejo, passou a contar com quatro segmentos bem definidos: Uni Class - para pessoas físicas com renda mensal superior a R\$ 4.000 -, Exclusivo - para pessoas físicas com renda mensal entre R\$ 1.300 e R\$ 4.000 -, Especial - para pessoas físicas com renda mensal de até R\$ 1.300 e PJ - para empresas com faturamento anual de até R\$ 25 milhões.

A esses clientes, o Unibanco oferece portfólio completo de produtos e serviços, adequados às necessidades específicas de cada segmento, servindo-se de seus canais físicos de distribuição: 644 agências, 358 postos de atendimento bancário (PABs) e, de forma pioneira, já a partir de 1998, as novas unidades de In-Store-Branche: um conceito inédito no Brasil, de instalação de mini-agências completas em supermercados, acompanhando integralmente seu horário de funcionamento; além do Banco 1 - seu banco virtual.

Durante o ano de 1998, foram inauguradas 63 novas unidades, sendo 9 agências, 39 postos de atendimento bancário e 15 In-Store-Branche.

Além da rede física, o Unibanco mantém seus canais alternativos de atendimento, negócios e serviços, expressos na Família 30 Horas, com suas 616 Salas de Conveniência e unidades com Auto-Atendimento, o Telefone 30 Horas - que recebeu 74,6 milhões de ligações em 1998 - e o Home/Internet Banking que registrou 13 milhões de acessos no mesmo período.

Paralelamente à ação mercadológica, ações restauradoras dos padrões tradicionais de qualidade Unibanco, assumiram importante papel durante 1998, refletidas em investimentos em tecnologia e aperfeiçoamento de processos, que somaram R\$ 172 milhões.



Nesse contexto foram adquiridos em 1998, 1.628 novos equipamentos de auto-atendimento, com expansão prevista de mais 1.200 equipamentos para o ano de 1999 e substituídos cerca de 2.000 micro-computadores da rede de agências. A partir do 2º Semestre de 1998, o Unibanco passou a compartilhar sua rede de equipamentos de auto-atendimento, disponibilizando-a para os clientes dos bancos filiados à rede do Banco 24 Horas.

Em 1998, o Unibanco continuou perseguindo sua estratégia de ser uma instituição brasileira dedicada a entender e a apresentar soluções financeiras a empresas com faturamento anual acima de R\$ 25 milhões e a investidores com aplicações acima de R\$ 1 milhão. E tivemos sucesso, mesmo lidando com as mudanças de humor e a instabilidade do mercado internacional, que provocaram a escassez de capital externo destinado aos mercados emergentes e ao Brasil. Com mais de três mil clientes corporativos, classificados por "credit rating" específico, e 4 mil clientes Private, o Banco de Atacado completou em 1998 uma reestruturação interna para combinar a força do grande banco com a agilidade e sofisticação do banco de investimento.

Operando de forma coordenada as suas plataformas de negócios internacionais nos Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), na Europa (Londres e Luxemburgo), Nassau e Cayman, o Unibanco manteve, em 1998, seu importante papel de viabilizador de financiamento externo para o comércio exterior e para investimentos de seus clientes. Emissões de commercial paper e eurobonds do Unibanco totalizaram US\$ 609 milhões em 1998.

No exterior, contávamos, em 31.12.98, com 3 agências - Nova York (transformada em escritório de representação em 1999), Grand Cayman e Nassau -; dois escritórios de representação - Londres e Miami - e duas corretoras de valores mobiliários - a UBB Capital Markets Limited, anteriormente denominada Stephen Rose & Partners, localizada em Londres e a Unibanco Securities em Nova York. Na Europa, o Unibanco atua através do Unibanco - União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A. e, no Mercosul, essa presença se dá através de uma subsidiária integral, o Interbanco, de Assunção, Paraguai, com 5 agências e uma participação no Banco Surinvest, de Montividéu, Uruguai.

O mercado onde o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. atua é de âmbito nacional, havendo maior concentração de clientes nos grandes centros urbanos, substancialmente nas regiões sul e sudeste onde o Unibanco possui 91,9% das suas agências.

11.3 – POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

DEPÓSITO A VISTA

<u>Bancos</u>	<u>Dez/98</u> <u>R\$ MM</u>	<u>Fatía</u>
Privados	14.064	41,1
Estatais	20.181	58,9
Mercado	34.245	100,0

MERCADO PRIVADO - PARTICIPAÇÕES DOS PRINCIPAIS BANCOS

<u>Bancos</u>	<u>Rank</u>	<u>Dez/98</u> <u>R\$ MM</u>	<u>Fatía</u>
Grupo Bradesco	1	5.356	38,1
Grupo Itaú	2	3.265	23,2
Grupo Abn Amro	3	1.029	7,3
Unibanco	4	902	6,4
Outros		3.511	25,0
Total		14.063	100,0

Fonte: SISBACEN - Banco Múltiplo e Agências no Exterior.

POUPANÇA

<u>Bancos</u>	<u>Dez/98</u> <u>R\$ MM</u>	<u>Fatía</u>
Privados	52.592	46,1
Estatais	61.519	53,9
Mercado	114.111	100,0



MERCADO PRIVADO - PARTICIPAÇÕES DOS PRINCIPAIS BANCOS

<u>Bancos</u>	<u>Rank</u>	<u>Dez/98 R\$ MM</u>	<u>Fatia</u>
Grupo Bradesco	1	16.175	30,8
Grupo Itaú	2	14.449	27,5
Hsbc Bamerindus	3	4.538	8,6
Grupo Abn Amro	4	4.221	8,0
Unibanco	5	2.905	5,5
Outros		10.304	19,6
Total		52.592	100,0

Fonte: SISBACEN - Banco Múltiplo e Agências no Exterior.

DEPÓSITO A PRAZO

<u>Bancos</u>	<u>Dez/98 R\$ MM</u>	<u>Fatia</u>
Privados	65.388	46,4
Estatais	75.398	53,6
Mercado	140.786	100,0

MERCADO PRIVADO - PARTICIPAÇÕES DOS PRINCIPAIS BANCOS

<u>Bancos</u>	<u>Rank</u>	<u>Dez/98 R\$ MM</u>	<u>Fatia</u>
Grupo Bradesco	1	8.290	12,7
Unibanco	2	5.482	8,4
Grupo Abn Amro	3	4.613	7,0
Santander Noroeste	4	3.062	4,7
Grupo Itaú	5	2.839	4,3
Outros		41.247	62,9
Total		65.533	100,0

Fonte: SISBACEN - Banco Múltiplo e Agências no Exterior

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

<u>Bancos</u>	<u>Dez/98 R\$ MM</u>	<u>Fatia</u>
Privados	107.646	50,1
Estatais	107.131	49,9
Mercado	214.777	100,0

MERCADO PRIVADO - PARTICIPAÇÕES DOS PRINCIPAIS BANCOS

<u>Bancos</u>	<u>Rank</u>	<u>Dez/98 R\$ MM</u>	<u>Fatia</u>
Grupo Bradesco	1	20.618	19,3
Unibanco	2	9.528	8,9
Grupo Itaú	3	9.191	8,6
Grupo Abn Amro	4	6.884	6,4
Santander Noroeste	5	3.201	3,0
Outros		57.428	53,8
Total		106.850	100,0

Fonte: SISBACEN - Banco Múltiplo e Agências no Exterior

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

<u>Produtos</u>	<u>Volumes Dez/98 (R\$ Milhões)</u>			<u>Fatia do Unibanco (%)</u>	
	<u>Total</u>	<u>Bancos Privados</u>	<u>Unibanco</u>	<u>T</u>	<u>P</u>
MERCADO					
Captação/Passivo					
Depósitos a Vista	34.245	14.064	902	2,6	6,4
Poupança	114.111	52.592	2.905	2,5	5,5
Depósitos a Prazo	140.786	65.388	5.482	3,9	8,4
Aplicações/Ativo					
Operações de Crédito	214.777	107.646	9.528	4,4	8,9

T = Participação no mercado total

P = Participação no mercado de bancos privados

Fonte: SISBACEN - Banco Múltiplo e Agências no Exterior



12.1 – PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

<u>Descrição</u>	<u>Proprietários (Codificação)</u>	<u>Prazo de Utilização</u>
Unibanco - Marca Nominativa (Nome)	Própria Empresa	25/01/2000
Unibanco - Marca Mista (Nome e Logotipo)	Própria Empresa	25/01/2000
Unibanco - Marca Figurativa (Chave)	Própria Empresa	13/10/2001
Unibanco - Marca Figurativa (Logotipo)	Própria Empresa	25/07/2005
Unibanco - Marca Nominativa Notória (Nome)	Própria Empresa	25/01/2000

13.1 – PROPRIEDADES RELEVANTES

<u>Item</u>	<u>Tipo de Propriedade / Endereço / Município / UF</u>	<u>Área Total (Mil M²)</u>	<u>Área Construída (Mil M²)</u>	<u>Idade (Anos)</u>	<u>Se-gu-ro</u>	<u>Hi-po-teca</u>	<u>Aluga-da de Terc.</u>	<u>Data do Contrato</u>	<u>Término Locação</u>	<u>Observação</u>
01	Imóvel - Centro Adm. Unibanco - Cau Rua João Moreira Salles, 130 São Paulo / SP	83,000	39,000	26	Sim	Não	Sim	01/06/94	31/05/99	-
02	Edifício Barão de Iguape Rua Direita, 250 - Centro São Paulo / SP	23,000	23,000	32	Sim	Não	Sim	31/12/94	31/12/99	-
03	Edifício Unibanco Av. Eusébio Matoso, 891 São Paulo / SP	22,000	22,000	31	Sim	Não	Sim	01/06/94	31/05/99	-

14.5 – PROJETOS DE INVESTIMENTO

PROJETO BUG DO MILÊNIO

O Unibanco deu início em 1997 ao projeto que visa adequar seus equipamentos, sistemas e produtos eletrônicos para o correto processamento de datas posteriores ao ano 2000. O projeto, com orçamento total de R\$ 36 milhões para o banco e R\$ 16,3 milhões para as suas subsidiárias, foi implementado restando somente testes finais de contingência, com orçamento total de R\$ 6,9 milhões para 1999. Todas as adequações necessárias foram implantadas e validadas, sendo que, em dezembro de 1998, o Unibanco entregou declaração de conformidade ao Banco Central do Brasil.

PROJETO ANO 2000 E ÚNICO

Em 1998 deu-se início ao mais abrangente e importante movimento realizado pelo Unibanco: o Projeto "Ano 2000 e Único". Essa iniciativa mobilizou toda a comunidade interna na busca de alternativas de redução de custos e revisão de processos e atividades. Em cinco meses de trabalho - de maio a outubro -, o projeto resultou na apresentação de mais de 6.000 idéias sugeridas por pessoas de todas as áreas da organização, num processo de discussão nunca antes experimentado na história do Unibanco. Após várias etapas de análise, 1.400 propostas foram aprovadas e estão sendo implantadas desde outubro de 1998, com término em setembro de 1999. O custo total de implantação do Projeto está estimado em R\$ 240 milhões. Em contrapartida, após totalmente concluído, ele posicionará o banco sobre uma nova base de sustentação, prevendo, entre redução de despesas e aumento de receitas, um benefício anual equivalente a 10% das despesas do Conglomerado.

UNIBANCO PESSOAS

Com o propósito de buscar ainda maior valorização e desenvolvimento de nossos profissionais criamos, em fevereiro de 1998, o Unibanco Pessoas, reunindo as antigas áreas de Recursos Humanos, Comunicação Interna e Qualidade, com foco redobrado em seleção, acompanhamento de desempenho e aperfeiçoamento de talentos.

Como decorrência do Projeto Ano 2000 e Único, teremos, em 1999, uma organização mais simples e um novo modelo de remuneração, fatores que contribuirão para conferir maior transparência na forma e relações de trabalho, com foco no reconhecimento das performances individuais em prol do atingimento das metas globais. Estaremos ainda adotando um plano de previdência privada suplementar que vai beneficiar todo o quadro de funcionários.

As atividades essenciais de capacitação e treinamento de funcionários foram dinamizadas: o Unibanco investiu para isso R\$ 11 milhões em 1998, envolvendo praticamente todo o seu quadro. Também foram retomadas todas as estratégias para entender melhor o perfil do profissional Unibanco, a fim de viabilizar sua efetiva gestão.

Em 1999, está previsto o lançamento de um programa específico de processo de gestão e do Planejamento Estratégico de Pessoas (PEP). Um novo programa de estagiário foi lançado e o programa de trainee será redimensionado, como forma de atrair novos talentos nas universidades. Além disso, estaremos aperfeiçoando os programas de pós-graduação no Brasil e no exterior, que hoje já conta com a participação de 30 funcionários e investimentos realizados de R\$ 2,0 milhões desde 1997.

15.1 – PROBLEMAS AMBIENTAIS

As atividades da empresa não causam problemas ambientais.

Permanentemente atento aos anseios das comunidades das regiões em que opera, o Unibanco lançou, em 1991, um movimento de participação comunitária em defesa e preservação do meio ambiente - o Unibanco Ecologia -, que seleciona e incentiva projetos de preservação e conscientização ambiental, cujo impacto concorra, positivamente, para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Além do apoio a projetos de melhoria e preservação ambiental, o Unibanco Ecologia mantém parcerias internacionais com duas importantes entidades: The Nature Conservancy, uma das principais entidades ambientalistas do mundo, e a Equipe Cousteau, instituição européia de grande prestígio internacional.

17.1 – OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	<u>1998</u>
ATIVO	
Disponibilidades	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	71.180
Títulos e valores mobiliários	389.350
Relações interfinanceiras	239.604
Operações de crédito	-
Outros créditos	
.Rendas a receber-Dividendos e remuneração sobre o capital próprio	38.547
.Outros	90.414
PASSIVO	
Depósitos	2.552.331
Captações no mercado aberto	101.757
Recursos de aceites e emissão de títulos	
.Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	159.929
Obrigações por empréstimos	10.327
Outras obrigações	81.473
RECEITAS	
Operações de crédito	43.712
Operações de arrendamento mercantil	12
Títulos e valores mobiliários	229.082
Rendas de prestação de serviços	78.792
Outras receitas operacionais	-
DESPESAS	
Captações no mercado aberto	592.797
Empréstimos e repasses	1.256
Outras despesas administrativas	49.222
Outras despesas operacionais	100.266

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o Unibanco e suas empresas controladas e foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações com partes relacionadas não consolidadas são limitadas a transações bancárias em regime normal de operações e não são relevantes no contexto operacional do Unibanco.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

As rendas de prestação de serviços referem-se basicamente a serviços prestados pelo Unibanco às empresas do conglomerado, cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes.

18.1 – ESTATUTO SOCIAL

Está em Anexo.

19.1 – POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

A controlada tem como atividade preponderante a participação no capital de outras empresas, sendo estas voltadas à prestação de serviços complementares ou subsidiárias ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

As principais investidas operacionais da Unibanco Representação e Participação Ltda. são as suas controladas Unibanco Seguros S.A., Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência, Unibanco Companhia de Capitalização e a Cartão Unibanco Ltda., as controladas em conjunto Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito e a

Redecard S.A., bem como as coligadas Interamericana Companhia de Seguros Gerais, AIG Life Companhia de Seguros e a AIG Health Care Participações Ltda., adquiridas em outubro de 1997 quando da associação com o grupo AIG no Brasil mencionada no quadro 09.01.

A Unibanco Seguros S.A. e as empresas do grupo AIG atuam com seguros nos ramos Vida, Automóvel, Linhas Comerciais e Saúde. As Linhas Comerciais incluem ramos elementares, aviação, marinha, linhas de financiamento e seguro de fiança.

Segundo ranking da Fenaseg (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização) a Unibanco Seguros ocupava a 5ª posição no ranking de prêmios auferidos no ano de 1998, conforme segue:

Ranking – Prêmio Auferido

Fonte: Fenaseg

Valores em R\$ milhões

Posição	Grupo Segurador	Prêmio Auferido	
		1998	1997
1	Sul América	3.463	2.643
2	Bradesco	3.419	3.143
3	Itaú	1.580	1.512
4	Porto Seguro	1.289	1.114
5	Unibanco	859	779
6	HSBC Bamerindus	695	872
7	AGF	638	565
8	Aliança do Brasil	530	269
9	Marítima	515	501
10	Sasse	482	456

Prêmio Auferido = Prêmios Brutos - Prêmios Cancelados e Restituídos - Prêmios de Cosseguros Cedidos
Não incluídas empresas com previdência privada

A Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência é administradora de fundos de pensão e segundo a ANAPP (Associação Nacional da Previdência Privada) ocupava a 2ª posição dentre as companhias de previdência privada, conforme segue:

Market Share - Receita de Planos

Valores em R\$ milhões

Posição		1998	1997	Percentual de Participação	
				1998	1997
1	Bradesco	1.030	710	32,0%	32,8%
2	Unibanco AIG	379	325	11,8%	15,0%
3	Brasilprev	347	252	10,8%	11,6%
4	Icatú	106	108	3,3%	5,0%
5	Itauprev	202	129	6,3%	6,0%
6	Realprev	77	22	2,4%	1,0%
7	Sul América	31	149	1,0%	6,9%
8	Vera Cruz	32	56	1,0%	2,6%
	Demais	1.016	413	31,4%	19,1%
	Mercado	3.220	2.164	100,0%	100,0%

dez/98 - valores projetados
Dados extraídos - Estatística Mercado ANAPP

Carteira de Investimento

Valores em R\$ milhões

Posição		1998	1997	Percentual de Participação	
				1998	1997
1	Bradesco	4.207	3.344	50,9%	53,5%
2	Unibanco AIG	828	644	10,0%	10,3%
3	Brasilprev	699	446	8,5%	7,1%
4	Itauprev	368	195	4,5%	3,1%
5	Vera Cruz	216	196	2,6%	3,1%
6	Icatú	212	104	2,6%	1,7%
7	Sul América	137	175	1,7%	2,8%
8	Realprev	114	129	1,4%	2,1%
	Demais	1.486	1.021	17,8%	16,3%
	Mercado	8.267	6.254	100,0%	100,0%

dez/98 - valores projetados
Dados extraídos - Estatística Mercado ANAPP

A Unibanco Companhia de Capitalização oferece produtos de capitalização. A Cartão Unibanco e a Credicard atuam no setor de cartão de crédito e a Redecard atua no mercado de cartão de débito.

19.5 – OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os serviços administrativos e canal de venda, são utilizados pelas empresas integrantes do conglomerado, de forma centralizada.

TRANSAÇÕES COM A SOCIEDADE CONTROLADORA E EMPRESAS LIGADAS

	<u>1998</u>
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	
ATIVO	
Disponibilidades	11
Títulos e valores mobiliários	71.163
PASSIVO	
Sociais e estatutárias	26.860
RECEITAS	
Resultado de títulos e valores mobiliários	15.046
Resultado não operacional (aluguéis)	6.376
Unibanco Seguros S.A.	
ATIVO	
Outras rendas a receber (remuneração sobre o capital próprio a receber)	119
Unibanco AIG - Seguros e Previdência	
RECEITAS	
Outras receitas operacionais (juros sobre contratos de mútuo)	998
Cartão Unibanco Ltda.	
ATIVO	
Outras rendas a receber (remuneração sobre o capital próprio a receber)	4.728
Credicard S.A. Administradora de Cartões de Crédito	
DESPESAS	
Outras despesas operacionais (juros sobre contratos de mútuo)	513
Banco Fininvest S.A.	
RECEITAS	
Resultado de títulos e valores mobiliários	2.359
Uniseg S.A. – Participações	
PASSIVO	
Valores a pagar (contratos de mútuo a pagar)	201.715
DESPESAS	
Outras despesas operacionais (juros sobre contratos de mútuo)	4.901
Estrel Administradora e Corretagem de Seguros Ltda.	
PASSIVO	
Valores a pagar (contratos de mútuo a pagar)	8.610
DESPESAS	
Outras despesas operacionais (juros sobre contratos de mútuo)	253
Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	
DESPESAS	
Resultado de títulos e valores mobiliários	1.684
Uni-Securities Ltd.	
PASSIVO	
Valores a pagar (contratos de mútuo a pagar)	43.988
Credores diversos país	372
DESPESAS	
Outras despesas operacionais (juros sobre contratos de mútuo)	2.683
Bib Cash Management e Factoring Ltda.	
PASSIVO	
Valores a pagar (contratos de mútuo a pagar)	10.898
DESPESAS	
Outras despesas operacionais (juros sobre contratos de mútuo)	252
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.	
ATIVO	
Valores a receber (contratos de mútuo a receber)	1.184
RECEITAS	
Outras receitas operacionais (juros sobre contratos de mútuo)	15
Unicorp Bank & Trust Ltd.	
ATIVO	
Disponibilidades	60
Resultado de títulos e valores mobiliários	669



Melhoramentos de São Paulo Urbanização Ltda.**RECEITAS**

Outras receitas operacionais (juros sobre contratos de mútuo) 5

Megbens Administração de Bens Ltda.**ATIVO**

Valores a receber (contratos de mútuo a receber) 1.743

RECEITAS

Outras receitas operacionais (juros sobre contratos de mútuo) 40

Estrel Estudos Representação e Administração Ltda.**ATIVO**

Valores a receber (contratos de mútuo a receber) 1.640

RECEITAS

Outras receitas operacionais (juros sobre contratos de mútuo) 23

DESPESAS

Outras despesas operacionais (juros sobre contratos de mútuo) 1

Unibanco Sistemas Ltda.**ATIVO**

Valores a receber (contratos de mútuo a receber) 6.721

RECEITAS

Outras receitas operacionais 117

Administradora e Corretora de Seguros Unibanco S.A.**ATIVO**

Valores a receber (contratos de mútuo a receber) 1.162

RECEITAS

Outras receitas operacionais (juros sobre contratos de mútuo) 3

Unibanco Consultoria de Investimentos S/C Ltda.**PASSIVO**

Valores a pagar (contratos de mútuo a pagar) 322

DESPESAS

Outras despesas operacionais (juros sobre contratos de mútuo) 7

Unibanco Empreendimentos Ltda.**PASSIVO**

Valores a pagar (contratos de mútuo a pagar) 20.131

DESPESAS

Outras despesas operacionais (juros sobre contratos de mútuo) 470

Outras despesas administrativas 520

Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda.**PASSIVO**

Valores a pagar (contratos de mútuo a pagar) 59.684

DESPESAS

Outras despesas operacionais (juros sobre contratos de mútuo) 1.380

Os valores a receber e a pagar de sociedades ligadas referem-se a empréstimos concedidos ou tomados na forma de contratos de mútuo, com vencimentos entre 28 de fevereiro e 29 de dezembro de 2005, incidindo encargos calculados pela variação parcial da Taxa de Juros de Longo Prazo, considerando a ausência de riscos.

19.6.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/1998</u>	<u>31/12/1997</u>	<u>31/12/1996</u>
1	Ativo Total	1.802.242	1.677.613	967.390
1.01	Ativo Circulante	141.056	49.593	81.269
1.01.01	Disponibilidades	71	66	53
1.01.02	Créditos	137.984	45.128	75.373
1.01.04	Outros	3.001	4.399	5.843
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	35.875	13.536	12.718
1.02.01	Créditos Diversos	3.103	261	107
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	12.452	13.275	12.611
1.02.02.02	Com Controladas	12.452	13.275	12.106
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	-	-	505
1.02.03	Outros	20.320	-	-
1.03	Ativo Permanente	1.625.311	1.614.484	873.403
1.03.01	Investimentos	1.621.911	1.605.717	864.457
1.03.01.01	Participações em Coligadas	65.907	152.742	106.034
1.03.01.02	Participações em Controladas	1.541.169	1.401.204	725.890
1.03.01.03	Outros Investimentos	14.835	51.771	32.533
1.03.02	Imobilizado	3.399	8.763	8.941
1.03.03	Diferido	1	4	5

19.6.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/1998</u>	<u>31/12/1997</u>	<u>31/12/1996</u>
2	Passivo Total	1.802.242	1.677.613	967.390
2.01	Passivo Circulante	28.359	96.163	178.886
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	-	-	31.182
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.096	2.246	429
2.01.05	Dividendos a Pagar	26.860	-	17.500
2.01.08	Outros	403	93.917	129.775
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	348.591	207.629	126.175
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	345.348	205.693	125.373
2.02.05	Outros	3.243	1.936	802
2.05	Patrimônio Líquido	1.425.292	1.373.821	662.329
2.05.01	Capital Social Realizado	668.680	668.680	264.935
2.05.02	Reservas de Capital	43.294	43.294	43.287
2.05.03	Reservas de Reavaliação	802	-	208
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	802	-	208
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	712.516	661.847	353.899

19.7 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/12/1998</u> <u>31/12/1998</u>	<u>01/12/1997</u> <u>31/12/1997</u>	<u>01/12/1996</u> <u>31/12/1996</u>
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	-	-	26
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	-	-	26
3.05	Resultado Bruto	-	-	26
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	306.765	307.753	211.138
3.06.02	Gerais e Administrativas	(6.134)	(3.045)	(3.008)
3.06.03	Financeiras	83.994	8.910	(12.196)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	105.343	37.575	13.331
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(21.349)	(28.665)	(25.527)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	33.320	10.714	5.647
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(92.810)	(3.091)	-
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	288.395	294.265	220.695
3.07	Resultado Operacional	306.765	307.753	211.164
3.08	Resultado não Operacional	(31.529)	1.992	9.092
3.08.01	Receitas	689	2.012	13.383
3.08.02	Despesas	(32.218)	(20)	(4.291)
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	275.236	309.745	220.256
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.293)	(1.797)	-
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	273.943	307.948	220.256
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	668.680	668.680	264.935
	Lucro por Ação	0,40968	0,46053	0,83136

19.8.1 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/12/1998 A 31/12/1998
(Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Reavaliação</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros/Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Patrimônio Líquido</u>
5.01	Saldo Inicial	668.680	43.294	-	-	661.847	1.373.821
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	273.943	273.943
5.07	Destinações	-	-	-	-	(223.274)	(223.274)
5.08	Outros	-	-	802	-	-	802
5.09	Saldo Final	668.680	43.294	802	-	712.516	1.425.292

19.8.2 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/12/1997 A 31/12/1997
(Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Reavaliação</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros/Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Patrimônio Líquido</u>
5.01	Saldo Inicial	264.935	43.287	208	-	353.899	662.329
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	403.745	-	-	-	-	403.745
5.04	Realização de Reservas	-	-	(208)	-	-	(208)
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	307.948	307.948
5.08	Outros	-	7	-	-	-	7
5.09	Saldo Final	668.680	43.294	-	-	661.847	1.373.821

19.8.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/12/1996 A 31/12/1996
(Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Reavaliação</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros/Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Patrimônio Líquido</u>
5.01	Saldo Inicial	415.752	61.657	192	-	151.143	628.744
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	(150.817)	-	-	-	-	(150.817)
5.04	Realização de Reservas	-	(18.370)	16	-	-	(18.354)
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	220.256	220.256
5.07	Destinações	-	-	-	-	(17.500)	(17.500)
5.09	Saldo Final	264.935	43.287	208	-	353.899	662.329

19.9 – CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada: UNIBANCO REPRES. E PARTICIPAÇÕES LTDA.

A controlada participa no capital de outras sociedades, sendo estas voltadas à prestação de serviços complementares ou subsidiárias à controladora Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Características do setor de atuação das principais investidas operacionais

Seguros

Em geral os brasileiros adquirem menos seguros do que em muitos outros países. A estabilidade de preços trazida pelo Plano Real gerou um crescimento de demanda por seguros, particularmente produtos de uso pessoal. Não obstante, em 1997 o volume total de prêmios no Brasil representou menos de 3% do PIB nacional, contra 9% na Europa e 10% nos Estados Unidos. Acreditamos que a retomada do crescimento econômico trará grandes oportunidades para a indústria seguradora brasileira.

Cartões de Crédito

Os brasileiros ainda fazem uso do cartão de crédito mais como meio de pagamento do que como instrumento de crédito. Essa situação vem se modificando nos últimos anos com o crescimento significativo do consumo gerado pela baixa inflação e pelo aumento da aceitação de cartões de crédito como meio de pagamento pelos comerciantes. Contudo, com o aumento das taxas de juros em virtude das recentes crises econômicas, o cartão de crédito passou a ser menos usado como instrumento de crédito. Acreditamos que, com a retomada da demanda por bens de consumo e com a redução das taxas de juros, o uso dos cartões de crédito como instrumento de crédito volte a crescer.

19.10 – RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada: UNIBANCO REPRES. E PARTICIPAÇÕES LTDA.

A Unibanco Representação e Participações Ltda., que possui atividade de representação mercantil e de participações no capital de outras sociedades, encerrou o exercício em 31 de dezembro de 1998 com um patrimônio líquido de R\$ 1.425.292 mil e lucro de R\$ 273.943 mil, decorrente preponderantemente do resultado de participações nas sociedades Uniseg S.A. - Participações, Cartão Unibanco Ltda. e Redecard S.A.

A Uniseg S.A. - Participações é a controladora da Unibanco Seguros e seu resultado decorre principalmente da equivalência patrimonial nessa empresa.

Unibanco Seguros e Grupo AIG

No ano de 1998 obtivemos importantes resultados no nosso negócio de seguros, hoje representado pela Unibanco Seguros e pela participação do Unibanco nas seguradoras do Grupo AIG (American International Group) no Brasil - a AIG Brasil Interamericana, a AIG Life e a American Home. Essas quatro companhias, em conjunto, encerraram o ano com um total de R\$ 1.074 milhões em prêmios líquidos emitidos e lucro líquido total de R\$ 146 milhões.

Após dois anos garantindo a sexta posição entre as maiores seguradoras do país, a Unibanco Seguros avançou para a quinta posição em 1998 – com prêmios emitidos de R\$ 859 milhões - e encerrou o ano com lucro líquido de R\$ 149 milhões e R\$ 800 milhões de patrimônio líquido, que evoluiu 43% em relação a 1997. Por sua vez, as operações do grupo AIG no Brasil faturaram em 1998 US\$ 215 milhões e apresentaram um patrimônio líquido total de US\$ 95 milhões.

Em decorrência da associação com o AIG, o ano de 1998 foi dedicado especialmente à reorganização do pilar Seguros, tarefa que buscou extrair sinergias das estruturas e das marcas. A parceria possibilitou ainda lançar, com grande sucesso, uma série de produtos inovadores.

Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência

Aprofundando nossa relação com o AIG, a Unibanco Seguros adquiriu, em julho, 100% do capital da Prever S.A., a segunda companhia de previdência privada do país. A companhia, rebatizada de Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência, fechou o ano com uma carteira de aproximadamente 330 mil clientes individuais e 350 grandes corporações, além de 5 mil pequenas e médias empresas, totalizando um patrimônio administrado de R\$ 650 milhões.

Unibanco Companhia de Capitalização

A Unibanco Capitalização atingiu, em 1998, a comercialização de 401 mil títulos do Plano de Investimento do Unibanco. A companhia, cujo faturamento cresceu 19% em 1998, distribuiu nos últimos dois anos mais de R\$ 15 milhões em prêmios aos participantes. As reservas técnicas da empresa atingiram R\$ 150 milhões. Destaque no ano foi o lançamento, em maio, do Mega Plin, que agrega características ainda mais atraentes aos clientes em relação ao produto anterior.

Cartão Unibanco Ltda.

Em 1998, o lucro líquido da Cartão Unibanco Ltda. foi de R\$ 41,2 milhões, representando um incremento de 105% sobre 1997. A receita bruta total da empresa atingiu R\$ 289,5 milhões, com crescimento de 21% sobre 1997. A receita média por cartão foi de R\$ 207,80, 25% maior do que no ano anterior. Ao final do ano, a empresa contava com 1,9 milhão de cartões emitidos e seu faturamento somou R\$ 2,3 bilhões, contra R\$ 2,1 bilhões em 1997. O volume financiado totalizou R\$ 2 bilhões, representando um aumento expressivo de 37% quando comparado a R\$ 1,5 bilhão em 1997. O custo operacional da empresa apresentou redução de 2%, declinando de R\$ 126,2 milhões em 1997 para R\$ 123,5 milhões em 1998. Como consequência, a lucratividade líquida por conta aumentou, passando de R\$ 18,80 em 1997 para R\$ 36,60 em 1998. A companhia apresentou ainda melhorias significativas do ponto de vista operacional, fruto das diversas ações desencadeadas no ano para a manutenção de padrões internacionais de qualidade em todas as suas áreas vitais.

Credicard S.A. Administradora de Cartões de Crédito e Redecard S.A.

A Credicard encerrou o ano com faturamento de R\$ 12,4 bilhões e com um portfólio de 5,2 milhões de clientes. Após forte crescimento em exercícios anteriores, a Credicard e Redecard registraram, juntas, uma rentabilidade total de R\$ 33,5 milhões em 1998, significativamente menor que R\$ 184,8 milhões em 1997. Esse resultado deveu-se aos impactos da inadimplência gerada pelos altos níveis de desemprego e alto nível de fraudes no mercado de cartões de crédito em geral. Para tratar dessas questões, a Credicard desencadeou vários projetos que abrangem desde fortes investimentos em tecnologia até uma reestruturação organizacional profunda e que serão continuados em 1999.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01475-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIBANCO HOLDINGS S.A.	3 - C.G.C. 00.022.034/0001-87
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL		5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR UNIBANCO HOLDINGS REPRES. E PART. LTDA.
		6 - NIRE 35300140443

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. EUSÉBIO MATOSO, 891 - 22º ANDAR							2 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS	
3 - CEP 05423-901	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO						5 - UF SP	
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 816-8333	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX -	11 - DDD 011	12 - FAX 814-8977	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL								

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

1 - NOME CESAR WERNECK ACHÔA				2 - CARGO ANALISTA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS SÊNIOR				
3 - ENDEREÇO COMPLETO RUA JOÃO MOREIRA SALLES Nº 130 - BLOCO D NÍVEL II						4 - BAIRRO OU DISTRITO JD. MONTE BELO		5 - CEP 05548-900
6 - MUNICÍPIO SÃO PAULO	7 - UF SP	8 - DDD 011	9 - TELEFONE 3789-8559	10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -	12 - TELEX -	13 - DDD 011	14 - FAX 3789-8595
15 - FAX -	16 - FAX -	17 - E-MAIL -						

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

18 - ITEM	19 - MUNICÍPIO	20 - UF	21 - DDD	22 - TELEFONE	23 - TELEFONE
-----------	----------------	---------	----------	---------------	---------------

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME MAURO AGONILHA				2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. EUSÉBIO MATOSO Nº 891 - 22º ANDAR			3 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS	
4 - CEP 05423-901				5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO				6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 816-8333	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX -	12 - DDD 011	13 - FAX 814.8977	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL -								

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/1998		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/1998	
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/1999		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/1999	
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES		6 - CÓDIGO CVM -	

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO <input type="checkbox"/> [1] BVBAAL <input type="checkbox"/> [2] BVES <input type="checkbox"/> [3] BVMESEB <input type="checkbox"/> [4] BVPP <input type="checkbox"/> [5] BVPR <input type="checkbox"/> [6] BVRG <input checked="" type="checkbox"/> [7] BVJR <input checked="" type="checkbox"/> [8] BOVESPA <input type="checkbox"/> [9] BVST				2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO BOLSA
3 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL		4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1170000 - PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO		5 - ATIVIDADE PRINCIPAL HOLDING - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO NACIONAL HOLDING					
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA. <input checked="" type="checkbox"/> [1] AÇÕES <input type="checkbox"/> [2] AÇÕES RESGATÁVEIS <input type="checkbox"/> [3] DEBÊNTURES SIMPLES <input type="checkbox"/> [4] DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES <input type="checkbox"/> [5] PARTES BENEFICIÁRIAS <input type="checkbox"/> [6] BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO					

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. -		2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 19/04/1999	
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 18/03/1999		4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 09/02/1999	

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF	1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	GAZETA MERCANTIL	SP			

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 26/04/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



2.1 – COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

Item	Nome do Administrador / CPF	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Código Tipo do Administrador*	Função
01	Roberto Konder Bornhausen 003.899.359-72	18/04/97	30/04/00	2	Presidente do Conselho de Administração
02	Pedro Moreira Salles 551.222.567-72	18/04/97	30/04/00	2	Vice-Presidente do Cons. Administração
03	Israel Vainboim 090.997.197-87	18/04/97	30/04/00	2	Conselheiro
04	Gabriel Jorge Ferreira 008.118.588-04	18/04/97	30/04/00	2	Conselheiro
05	Tomas Tomislav Antonin Zinner / 007.884.067-87	18/04/97	30/04/00	2	Conselheiro
06	Arno Noellenburg 252.750.547-34	18/04/97	30/04/00	2	Conselheiro
07	Guilherme Affonso Ferreira 762.604.298-00	18/04/97	30/04/00	2	Conselheiro
08	Takeshi Watanabe 063.917.128-16	18/04/97	30/04/00	2	Conselheiro
09	Patrick Antonio C. de Larragoiti Lucas 718.245.297-91	18/04/97	30/04/00	2	Conselheiro
10	Israel Vainboim 090.997.197-87	26/03/99	30/04/00	1	Diretor Presidente
11	Mauro Agonilha 577.141.008-00	26/03/99	30/04/00	1	Diretor
12	Norberto Fassina 005.844.368-15	26/03/99	30/04/00	1	Diretor

* Código: 1 – Pertence Apenas à Diretoria;
2 – Pertence Apenas ao Conselho de Administração;
3 – Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração.

2.2 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

ROBERTO KONDER BORNHAUSEN

Presidente do Conselho de Administração:

Fundo Garantidor de Créditos - FGC
Unibanco Holdings S.A.

Presidente do Conselho Consultivo:

Atlas Copco Brasil Ltda.

Presidente do Conselho de Mantenedores:

Instituto Liberal de São Paulo

Presidente do Conselho Deliberativo:

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FGV

Membro do Conselho de Administração:

Cambuhy Agrícola Ltda.

Membro do Conselho Consultivo:

Conservation International do Brasil
Federação Brasileira das Associações de Bancos
Instituto Moreira Salles
Nestlé Industrial e Comercial Ltda.

Membro do Conselho Geral:

Siemens S.A. - Brasil

Membro do Conselho Superior de Orientação Política e Social:

Federação da Indústria do Estado de São Paulo



Diretor:

E. Johnston Participações Ltda.
E. Johnston Representação e Participações S.A.
PRJ Administração e Participações Ltda.
Timune Administração e Participações Ltda.

Formação Acadêmica: Engenheiro Agrônomo, formado pela Escola Nacional de Agronomia

Data de Nascimento: 22/10/1933

PEDRO MOREIRA SALLES**Presidente do Conselho de Administração:**

Dirbanco Administração e Participações S.A.
Fininvest S.A. Administradora de Cartões de Crédito
Fininvest Trust de Recebíveis S.A.
Shopping Center Matão S.A.
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.
Unibanco Seguros S.A.
Uniseg S.A. - Participações

Presidente do Conselho de Curadores:

Instituto Unibanco

Vice-Presidente do Conselho de Administração

BWU Vídeo S.A. (Blockbuster)
Unibanco Holdings S.A.

Membro do Conselho de Administração:

Itaparica S.A. Empreendimentos Turísticos
Cambuhy Agrícola Ltda.

Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Banco Fininvest S.A.
Banco Dibens S.A.
Dibens S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Membro do Conselho Consultivo:

Instituto Moreira Salles

Diretor Geral:

Alfa Mar Participações e Comércio Ltda.
Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas Ltda.
Brasil Warrant Representação e Participações Ltda.
Cambuhy Comercial, Representações e Participações Ltda.
Imopar Participações Imobiliárias Ltda.
Unicorp Administração de Bens e Empresas Ltda.

Diretor:

AIG - Life Companhia de Seguros
AIG Brasil Interamericana Companhia de Seguros Gerais
BWU Representação e Participações Ltda.

Formação Acadêmica: Formado em Economia pela University of Califórnia - USA

Data de Nascimento: 20/10/1959

ISRAEL VAINBOIM**Presidente do Conselho de Administração:**

BWU Vídeo S.A. (Blockbuster)
Itaparica S.A. - Empreendimentos Turísticos



Membro do Conselho Consultivo:

Korn/Ferry International

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

Unibanco Cash Management e Factoring S.A.

Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Unibanco Companhia Hipotecária

Membro do Conselho de Administração:

Alcoa Latin América

Dirbanco Administração e Participações S.A.

Shopping Center Matão S.A.

Unibanco Holdings S.A.

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Unibanco Seguros S.A.

Uniseg S.A. Participações

Membro do Conselho de Curadores:

Instituto Unibanco

Diretor Presidente:

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas Ltda.

Dirbanco Administração e Participações S.A.

Imopar Participações Imobiliárias Ltda.

Unibanco Holdings S.A.

Cambuhy Comercial, Representações e Participações Ltda.

Unicorp Administração de Bens e Empresas Ltda.

Brasil Warrant Representação e Participações Ltda.

Diretor:

AIG - Life Companhia de Seguros

AIG Brasil Interamericana Companhia de Seguros Gerais

Alfa Mar Participações e Comércio Ltda.

BWU Representação e Participações Ltda.

Caminho Editorial Ltda.

Cambuhy Agrícola Ltda.

Santa Eugênia Representação e Participações S.A.

Gerente:

Santo Aleixo Empreendimentos Agropecuários Ltda.

Formação Acadêmica: MBA - Mestrado em Administração de Empresas pela Stanford University of Califórnia - USA.

Formado em Engenharia Mecânica pela Escola Nacional de Engenharia

Data de Nascimento: 01/06/1944

GABRIEL JORGE FERREIRA**Vice-Presidente do Conselho de Administração:**

Dirbanco Administração e Participações S.A.

Unibanco Seguros S.A.

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Uniseg S.A. - Participações

Vice Presidente Executivo:

Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF

Vice Presidente:

Federação Brasileira das Associações de Bancos - FEBRABAN

Membro do Conselho de Administração:

BWU Vídeo S.A. (Blockbuster)
Unibanco Holdings S.A.
Unibanco Companhia Hipotecária
Unibanco Cash Management e Factoring S.A.
Unibanco Leasing S.A - Arrendamento Mercantil

Diretor:

E.Johnston Participações Ltda.
E.Johnston Representação e Participações S.A.
Instituto Moreira Salles
Unibanco Representação e Participações Ltda.

Presidente do Conselho de Curadores:

Instituto João Moreira Salles

Membro do Conselho de Curadores:

Instituto Unibanco

Formação Acadêmica: Formado em Direito pela Universidade de São Paulo (Largo São Francisco)

Data de Nascimento: 17/10/1935

TOMAS TOMISLAV ANTONIN ZINNER**Presidente do Conselho de Administração:**

Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Unibanco Companhia Hipotecária
Unibanco Cash Management e Factoring S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.

Membro do Conselho de Administração:

Unibanco Holdings S.A.
Unibanco Seguros S.A.
Uniseg S.A. Participações
Fininvest Trust de Recebíveis S.A.
BWU Vídeo S.A. (Blockbuster)

Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Banco Dibens S.A.
Dibens S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Cibrasec - Cia. Brasileira de Securitização
Banco Fininvest S.A.
Fininvest S.A. Administradora de Cartões de Crédito

Membro do Conselho de Curadores:

Instituto Unibanco

Diretor:

AIG - Life Cia. de Seguros
AIG Brasil Interamericana Companhia de Seguros Gerais

Formação Acadêmica: Formado em Economia pela Faculdade Nacional de Economia pela University of Chicago - USA.

Data de Nascimento: 29/01/1938

NORBERTO FASSINA**Membro do Conselho de Administração:**

Itaparica S.A. - Empreendimentos Turísticos
Shopping Center Matão S.A.



Diretor:

Alfa Mar Participações e Comércio Ltda.
Brasil Warrant Adm. de Bens e Empresas Ltda.
Brasil Warrant Representação e Participações Ltda.
Cambuhy Agrícola Ltda.
Cambuhy Coml. Representações e Participações Ltda.
Caminho Editorial Ltda.
Dirbanco Administração e Participações S.A.
Imopar Participações Imobiliárias Ltda.
Santa Eugênia Representação e Participações S.A.
Shopping Center Matão S.A.
Unibanco Holdings S.A.
Unicorp Administração de Bens e Empresas Ltda.

Gerente:

Santa Clara Comércio e Participações Ltda.
Santo Aleixo Empreendimentos Agropecuários Ltda.

Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis, formado pela Faculdade Municipal de Ciências Contábeis de Santo André. Bacharel em Economia, pela Faculdade de Economia de Marília.

Data de Nascimento: 18/02/1932

MAURO AGONILHA**Diretor:**

Alfa Mar Participações e Comércio Ltda.
Brasil Warrant Adm. de Bens e Empresas Ltda.
Brasil Warrant Representação e Participações Ltda.
BWU Representação e Participações Ltda.
Caminho Editorial Ltda.
Cambuhy Agrícola Ltda.
Santa Eugênia Representação e Participações S.A.
Cambuhy Comercial, Representações e Participações Ltda.
Dirbanco Administração e Participações S.A.
Imopar Participações Imobiliárias Ltda.
Shopping Center Matão S.A.
Unibanco Holdings S.A.
Unicorp Administração de Bens e Empresas Ltda.

Gerente:

Santa Clara Comércio e Participações Ltda.
Santo Aleixo Empreendimentos Agropecuários Ltda.

Formação Acadêmica: MBA - Mestrado em Administração de Empresas pela Stanford University of Chicago - USA.

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU)
Programa Executivo em finanças pela Stanford University.

Data de Nascimento: 08/04/1954

GUILHERME AFFONSO FERREIRA**Membro do Conselho de Administração:**

Unibanco Holdings S.A.

Diretor Presidente:

Arby's Brasil S.A.

Formação Acadêmica: Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica de São Paulo - USP

Data de Nascimento: 09/05/1951



ARNO NOELLENBURG**Membro do Conselho de Administração:**

Unibanco Holdings S.A.

Representante no Brasil:

Commerzbank Aktiengesellschaft

Data de Nascimento: 11/07/1943**TAKESHI WATANABE****Membro do Conselho de Administração:**

Unibanco Holdings S.A.

Diretor Executivo:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Representante no Brasil:

The Dai-Ichi Kangyo Bank Ltd.

Formação Acadêmica: Formado em Administração de Negócios pela Universidade Nacional de Yokohama (Japão)**Data de Nascimento:** 21/04/1950**PATRICK ANTONIO CLAUDE DE LARRAGOITI LUCAS****Presidente do Conselho de Administração:**

Sul América S.A.

Membro do Conselho de Administração:

Banco Sogeral (Associado ao Société Generale)

Banco Sul América S.A.

Unibanco Holdings S.A.

Membro do Conselho Estratégico:

Sul América Companhia Nacional de Seguros

Forma o Acadêmica: Formado em Administra o de Empresas pela Funda o Getúlio Vargas.**Data de Nascimento:** 06/12/1959**3.1 – EVENTOS RELATIVOS   DISTRIBUI O DO CAPITAL**

Evento Base	Data do Evento	Pessoas Físicas e Jurídicas	Investidores Institucionais	Acordo de Acionistas	A�es Preferenciais com Direito a Voto	
					Sim / Não	Tipo
AGO	26/03/1999	5	-	Sim	Não	-

3.2 – POSI O ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE A ES COM DIREITO A VOTO

Item	Nome / Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	A�es Ordinárias		A�es Preferenciais		Total de A�es		Composi�o Capital Social	Part. no Acordo de Acionistas	Controlador
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%			
01	E. Johnston Representa�o e Part. S.A. 00.025.238-0001/71 Brasileira / SP	18.110.810.578	67,68	-	-	18.110.810.578	30,97	24/04/98	Sim	Sim
02	Commerzbank Aktiengesellschaft Alema�	3.335.935.602	12,47	3.843.541.338	12,12	7.179.476.940	12,28	-	Sim	Não
03	The Dai-Ichi Kangyo Bank Ltd. / Japonesa	2.287.912.752	8,55	-	-	2.287.912.752	3,91	-	Sim	Não
04	Arby's Brasil S.A. 71.952.543-0001/57 Brasileira / SP	1.456.891.332	5,44	-	-	1.456.891.332	2,49	30/04/98	Sim	Não
98	Outros	1.566.042.022	5,86	27.872.835.701	87,88	29.438.877.723	50,35	-	-	-
99	Total	26.757.592.286	100,00	31.716.377.039	100,00	58.473.969.325	100,00	-	-	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

<u>Item</u>	<u>Controladora / Investidora</u>							<u>Data de Composição do Capital Social</u>
01	E. JOHNSTON REPRESENTAÇÃO E PART. S.A.							24/04/1998
	Nome/Razão Social	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
Item	Nacionalidade / UF	(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
0101	E. Johnston Participações Ltda. 52.542.255-0001/80 Brasileira / SP	9.182.667.708	76,20	-	-	9.182.667.708	50,70	26/06/98
0102	Dirbanco Administração e Partic. S.A. 59.527.580-0001/12 Brasileira / SP	2.867.475.764	23,80	6.060.667.120	100,00	8.928.142.884	49,30	07/07/98
0199	Total	12.050.143.472	100,00	6.060.667.120	100,00	18.110.810.592	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

<u>Item</u>	<u>Controladora / Investidora</u>							<u>Data de Composição do Capital Social</u>
0101	E. JOHNSTON PARTICIPAÇÕES LTDA.							26/06/1998
	Nome/Razão Social	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
Item	Nacionalidade / UF	(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
010101	Fernando Roberto Moreira Salles 002.938.068-53 Brasileira / SP	76	25,00	-	-	76	25,00	-
010102	Walther Moreira Salles Júnior / 406.935.467-00 Brasileira / RJ	76	25,00	-	-	76	25,00	-
010103	Pedro Moreira Salles 551.222.567-72 Brasileira / SP	76	25,00	-	-	76	25,00	-
010104	João Moreira Salles 667.197.397-00 Brasileira / RJ	76	25,00	-	-	76	25,00	-
010199	Total	304	100,00	-	-	304	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

<u>Item</u>	<u>Controladora / Investidora</u>							<u>Data de Composição do Capital Social</u>
0102	DIRBANCO ADMINISTRAÇÃO E PARTIC. S.A.							07/07/1998

Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
010201	E. Johnston Participações Ltda. 52.542.255-0001/80 Brasileira / SP	1.724.060.898	54,14	144	0,01	1.724.061.042	18,51	26/06/98
010202	Instituto Moreira Salles 58.397.563-0001/45 Brasileira / SP	70.254.322	2,21	140.508.644	2,29	210.762.966	2,26	-
010203	Instituto Unibanco 52.041.183-0001/97 Brasileira / SP	1.390.200.933	43,65	5.990.662.055	97,70	7.380.862.988	79,23	-
010204	Pedro Moreira Salles 551.222.567-72 Brasileira / SP	-	-	1	-	1	-	-
010205	Gabriel Jorge Ferreira 008.118.588-04 Brasileira / SP	-	-	1	-	1	-	-
010206	Israel Vainboim 090.997.197-87 Brasileira / SP	-	-	1	-	1	-	-
010299	Total	3.184.516.153	100,00	6.131.170.846	100,00	9.315.686.999	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora	Data de Composição do Capital Social
010201	E. JOHNSTON PARTICIPAÇÕES LTDA.	26/06/1998

Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
01020101	Fernando Roberto Moreira Salles 002.938.068-53 Brasileira / SP	76	25,00	-	-	76	25,00	-
01020102	Walther Moreira Salles Júnior / 406.935.467-00 Brasileira / RJ	76	25,00	-	-	76	25,00	-
01020103	Pedro Moreira Salles 551.222.567-72 Brasileira / SP	76	25,00	-	-	76	25,00	-
01020104	João Moreira Salles 667.197.397-00 Brasileira / SP	76	25,00	-	-	76	25,00	-
01020199	Total	304	100,00	-	-	304	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora	Data de Composição do Capital Social
04	ARBY'S BRASIL S.A.	30/04/1998

Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
0401	Bahema S.A. 45.987.245-0001/92 Brasileira / BA	564.245.035	99,86	20.535.354	88,63	584.780.389	99,41	16/09/98
0402	Outros	811.032	0,14	2.634.578	11,37	3.445.610	0,59	-
0499	Total	565.056.067	100,00	23.169.932	100,00	588.225.999	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora	Data de Composição do Capital Social
0401	BAHEMA S.A.	16/09/1998



Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
040101	Capetown Participações Ltda. / 01.049.223-0001/06 Brasileira / BA	117.797.550	54,50	6.929.027	4,80	124.726.577	34,59	02/01/96
040102	Outros	98.349.504	45,50	137.546.709	95,20	235.896.213	65,41	-
040199	Total	216.147.054	100,00	144.475.736	100,00	360.622.790	100,00	-

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora							Data de Composição do Capital Social
040101	CAPETOWN PARTICIPAÇÕES LTDA.							02/01/1996

Item	Nome/Razão Social CPF / CNPJ Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações Cotas / Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
04010101	Afranio Affonso Ferreira 014.023.908-15 Brasileira / SP	1.697	59,21	-	-	1.697	59,21	-
04010102	Carlos Eduardo Affonso Ferreira / 060.892.248-04 Brasileira / BA	317	11,06	-	-	317	11,06	-
04010103	Guilherme Affonso Ferreira / 762.604.298-00 Brasileira / SP	286	9,98	-	-	286	9,98	-
04010104	Manuel Alceu Affonso Ferreira / 005.667.218-72 Brasileira / SP	203	7,08	-	-	203	7,08	-
04010105	Silvia Amoroso Lima Affonso Ferreira 868.097.178-20 Brasileira / SP	168	5,86	-	-	168	5,86	-
04010106	Outros	195	6,81	-	-	195	6,81	-
04010199	Total	2.866	100,00	-	-	2.866	100,00	-

4.1 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1) Data da Última Alteração: 30/03/1998

Item	Espécie das Ações	Nominativa ou Escritural	Valor Nominal (Reais)	Quantidade de Ações (Unidades)	Subscrito (Reais)	Integralizado (Reais)
01	Ordinárias	Escritural	-	26.757.592.286	432.985.612	432.985.612
03	Preferenciais classe "A"	Escritural	-	3.843.541.338	62.195.360	62.195.360
04	Preferenciais classe "B"	Escritural	-	27.872.835.701	451.032.241	451.032.241
99	Totais	-	-	58.473.969.325	946.213.213	946.213.213

4.2 – CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Data da Alteração	Valor do Capital Social (Reais)	Valor da Alteração (Reais)	Origem da Alteração	Quantidade de Ações Emitidas (Unidades)	Preço da Ação na Emissão (Reais)
01	30/04/1996	758.360.012	96.908.211	Correção Monetária	-	-
02	10/06/1997	795.299.065	36.939.053	Subscrição Pública	2.343.848.500	0,0361300000
03	06/11/1997	946.213.213	150.914.148	Subscrição Pública	9.575.770.827	0,0258800000

4.3 – BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Data da Aprovação	Valor Nominal por Ação Antes da Aprovação (Reais)	Valor Nominal por Ação Depois da Aprovação (Reais)	Quantidade de Ações Antes da Aprovação (Unidades)	Quantidade de Ações Depois da Aprovação (Unidades)
01	30/04/1996	-	-	25.469.767.215	50.939.534.430

4.4 – CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

Quantidade (Unidades)	Valor (Reais)	Data da Autorização
180.000.000.000	-	18/04/1997



4.5 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

Item	Espécie	Classe	Quantidade de Ações Autorizadas à Emissão (Unidades)
01	Ordinárias		60.000.000.000
02	Preferenciais	A	3.843.541.338
03	Preferenciais	B	116.156.458.662

6.1 – PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Provento	Aprovação da Distribuição Evento	Data da Aprovação Distribuição	Término do Exercício Social	Lucro ou Prejuízo Líquido no Período (Reais)	Valor do Provento por Ação	Espécie das Ações	Classe das Ações	Montante do Provento (Reais)	Data de Início de Pagamento
02	Dividendo	ARCA	17/07/1996	31/12/1996	139.349.242	0,0004672000	Preferencial	A	3.844.461	31/07/1996
03	Dividendo	ARCA	17/07/1996	31/12/1996	139.349.242	0,0004247000	Preferencial	B	6.775.331	31/07/1996
04	Dividendo	ARCA	14/01/1997	31/12/1996	139.349.242	0,0005300000	Ordinária	-	14.181.524	22/01/1997
05	Dividendo	ARCA	14/01/1997	31/12/1996	139.349.242	0,0005830000	Preferencial	A	2.240.785	22/01/1997
06	Dividendo	ARCA	14/01/1997	31/12/1996	139.349.242	0,0005300000	Preferencial	B	8.455.205	22/01/1997
07	Dividendo	ARCA	10/05/1997	31/12/1997	220.766.423	0,0005473000	Ordinária	-	14.644.430	08/07/1997
08	Dividendo	ARCA	10/05/1997	31/12/1997	220.766.423	0,0006021000	Preferencial	A	2.314.196	08/07/1997
09	Dividendo	ARCA	10/05/1997	31/12/1997	220.766.423	0,0005473000	Preferencial	B	8.731.195	08/07/1997
10	Dividendo	ARCA	22/01/1998	31/12/1997	220.766.423	0,0008540000	Ordinária	-	22.850.984	30/01/1998
11	Dividendo	ARCA	22/01/1998	31/12/1997	220.766.423	0,0009394000	Preferencial	A	3.610.623	30/01/1998
12	Dividendo	ARCA	22/01/1998	31/12/1997	220.766.423	0,0008540000	Preferencial	B	23.803.402	30/01/1998
13	Dividendo	ARCA	23/07/1998	31/12/1998	267.809.375	0,0007940000	Ordinária	-	21.245.528	31/07/1998
14	Dividendo	ARCA	23/07/1998	31/12/1998	267.809.375	0,0008734000	Preferencial	A	3.356.949	31/07/1998
15	Dividendo	ARCA	23/07/1998	31/12/1998	267.809.375	0,0007940000	Preferencial	B	22.131.032	31/07/1998
16	Juros sobre o Capital Próprio	ARCA	22/01/1999	31/12/1998	267.809.375	0,0009344000	Ordinária	-	25.002.294	29/01/1999
17	Juros sobre o Capital Próprio	ARCA	22/01/1999	31/12/1998	267.809.375	0,0010278000	Preferencial	A	3.950.392	29/01/1999
18	Juros sobre o Capital Próprio	ARCA	22/01/1999	31/12/1998	267.809.375	0,0009344000	Preferencial	B	26.044.378	29/01/1999

6.3 – DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

Item	Espécie da Ação	Classe da Ação	% do Capital Social	% Tipo Dividendo Fixo	% Tipo Dividendo Mínimo	% Tipo Dividendo Cumulativo	Base de Cálculo	Prev. Reembolso de Capital	Prêmio	Direito a Voto
01	Ordinária	-	45,76	0,01	-	-	Baseado no Lucro	Não	Não	Sim
02	Preferencial	A	6,57	0,01	-	-	Baseado no Lucro	Sim	Não	Não
03	Preferencial	B	47,67	0,01	-	-	Baseado no Lucro	Sim	Não	Não

6.4 – MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

Data da Última Modificação do Estatuto	Dividendo Obrigatório (% do Lucro)
30/03/1998	95,00

7.1 – REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

Participação dos Administradores no Lucro	Valor da Remuneração Global dos Administradores (Reais)	Periodicidade
Não	100.000	Mensal

7.2 – PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Não se aplica à Companhia.

7.3 – PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

Item	Razão Social da Controlada / Coligada / CNPJ	Classificação	% Participação no Capital da Investida	% Patrimônio Líquido da Investidora	Tipo de Empresa
01	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. / 33.700.394/0001-40	Aberta Controlada	58,80	100,00	Instituição Financeira

9.1 – BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A família Moreira Salles, fundadora em 1924 de empresa que antecedeu a formação do Unibanco, sempre manteve disposição para estabelecer as alianças necessárias ao desenvolvimento do negócio. No início de 1994 detinha indiretamente o controle da E. Johnston Representação e Participações S.A. (E. Johnston), que possuía 57% das ações ordinárias do Unibanco; em conjunto com um grupo de acionistas estratégicos, essa participação subia a 85% do capital votante do Unibanco.

No ambiente inflacionário que então dominava a cena econômica brasileira, as reflexões dos integrantes desse grupo de acionistas voltaram-se para um cenário futuro e duradouro, quando a indústria bancária teria de se adaptar a uma realidade competitiva mediante reorganização e concentração. Paulatinamente amadureceu-se a idéia de uma estrutura societária que permitisse, com toda transparência, uma expansão do Unibanco sem prejuízo da manutenção de um controle eficaz sobre as suas decisões estratégicas. A fórmula adotada, em meados de 1994, foi a constituição de uma companhia comercial, a Unibanco Holdings Representação e Participações Ltda., que em outubro daquele mesmo ano foi transformada em sociedade anônima, passando a denominar-se Unibanco Holdings S.A. As etapas subseqüentes marcaram o ingresso na empresa dos acionistas que compõem os grupos detentores de ações ordinárias da Unibanco Holdings S.A., controladora do Conglomerado Unibanco.

Estavam criadas as condições para que o Unibanco pudesse ampliar substantivamente o seu capital, sem modificar o seu núcleo de decisões. Além do interesse dos integrantes do grupo controlador em participar no desenvolvimento do negócio bancário junto com a E. Johnston, sua participação na Unibanco Holdings incluiu o compromisso formal de que a integridade do investimento no próprio Unibanco, objeto da existência da empresa, seria preservada, além do compromisso de que após a constituição da reserva legal, seria distribuída, como dividendos, a totalidade do lucro do exercício realizado em dinheiro.

Em novembro de 1995, surgiu a oportunidade de realizar a expansão do Unibanco mediante alavancagem de sua nova estrutura societária. A assunção das atividades bancárias do Banco Nacional, negociada com as autoridades monetárias do governo brasileiro, contemplou efetivamente um aumento de capital no Unibanco, numa operação com valor de R\$ 682 milhões, e num aumento de capital na Unibanco Holdings no valor de R\$ 341 milhões.

O exercício de 1997 foi marcado pela conclusão de etapas fundamentais do programa de expansão e crescimento do Conglomerado Unibanco, no qual a Unibanco Holdings continuou desempenhando papel estratégico.

Entre os eventos que marcaram a atuação da empresa ao longo do ano ressaltamos o lançamento, em maio, da Unit - certificado que reúne uma ação preferencial Classe "B" da Unibanco Holdings e uma ação preferencial do Unibanco - e a sua bem sucedida oferta pública junto aos mercados doméstico e internacional. A operação resultou na colocação total de um lote de 15,8 bilhões desses papéis que pertenciam a um único acionista - o Banco Nacional em liquidação extra-judicial -, e no expressivo montante de R\$ 1,1 bilhão negociado.

Destacamos, sobretudo, o pioneirismo dessa operação: foi a primeira oferta global de ações emitidas por um banco brasileiro no mercado internacional, com negociação na Bolsa de Valores de Nova Iorque, e a maior já realizada por um banco latino-americano.

No exterior, as Units foram adquiridas, entre outros, por mais de 400 grandes investidores institucionais, que analisaram minuciosamente o Unibanco e decidiram pelo investimento.

Em decorrência do elevado interesse dos investidores internacionais por esses papéis, traduzido por uma demanda muito superior à quantidade oferecida, o Unibanco e a Unibanco Holdings concederam, no segundo dia após o término da oferta, a opção "Green Shoe" aos underwriters no exterior. Como consequência, o capital do Unibanco foi aumentado em R\$ 170 milhões, correspondendo à colocação adicional de 2,3 bilhões de Units, ou 15% do lote originalmente oferecido. Concomitantemente, o capital da Unibanco Holdings foi aumentado em R\$ 85 milhões.

Em agosto, a Unibanco Holdings ofereceu aos demais acionistas do Unibanco a oportunidade de concentrarem seus investimentos nesse título com grande liquidez, dando início à Oferta de Conversão de ações preferenciais e/ou ordinárias do Unibanco em UNITS.

Concluída em outubro, a Oferta obteve grande adesão dos acionistas. O resultado foi a criação de 9,5 bilhões de Units adicionais que, somadas às anteriormente emitidas, totalizaram 27,7 bilhões desses papéis. Isso significa que 78% do total das ações preferenciais e ordinárias em circulação, do Unibanco, estão representadas sob a forma de UNIT.

O acionista que aderiu à conversão passou a deter um título que apresentou entre maio de 1997 e fevereiro de 1998, uma média diária de negociação na bolsa novaiorquina da ordem de US\$ 11 milhões, tendo ainda a prerrogativa de poder negociá-lo em outras duas bolsas de valores: a de São Paulo e a do Rio de Janeiro.

O extrato desse conjunto de eventos e de seus respectivos resultados foi a consolidação da maior parte das ações do Unibanco nesse instrumento, representando, portanto, mais um passo fundamental na estratégia de expansão e crescimento futuro do Conglomerado. O fato vem confirmar ainda o acerto da criação da Unibanco Holdings em 1994, cuja missão é promover a expansão das atividades financeiras do Unibanco.

Seguindo a política norteadora da criação da Unibanco Holdings, consubstanciada em seus estatutos e no Acordo firmado por seus principais acionistas, sua única finalidade é o investimento no próprio Unibanco. No entanto, a Unibanco Holdings poderá adquirir participações em bancos ou em outras empresas do setor financeiro e exercer atividades financeiras, somente como uma medida temporária, até que seja efetuada a transferência desses outros negócios ou atividades ao Unibanco.

9.2 – CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O processo de recuperação da economia brasileira após a crise asiática de outubro de 1997 foi abortado por nova e aguda crise que se abateu sobre os mercados financeiros mundiais, em decorrência da moratória russa. Num curto período de tempo, tivemos nossa trajetória de estabilização interrompida por fatores fora de nosso controle. A mais nefasta consequência foi a imediata e violenta interrupção do fluxo de capitais para os países emergentes e o refluxo de parte considerável dos capitais de curto prazo, essenciais para o equilíbrio de seus balanços de pagamento e estabilidade de suas moedas.

O Brasil foi seriamente afetado e rapidamente viu suas reservas cambiais recuarem do pico de US\$ 73 bilhões em maio, para US\$ 45 bilhões ao final de dezembro, o que demandou necessidade imperiosa de suporte dos países desenvolvidos e órgãos multilaterais. O mundo temeu neste momento os efeitos de uma perigosa deflação, que acabou não se concretizando face à reação rápida e orquestrada, posta em marcha pelo G-7 e pelo FMI. Não obstante, nossa meta de crescimento para 1998 ficou definitivamente comprometida. O PIB evoluiu 0,15%, consideravelmente abaixo da média dos últimos anos.

O governo brasileiro precisou abrir mão da sua proposta de reforma gradual dos fundamentos domésticos, em especial das contas públicas, a partir do momento em que a crise internacional limitou o acesso a recursos externos. Preparou então um Programa de Ajuste Fiscal para ser apresentado logo após as eleições de outubro, definindo um corte de gastos no Orçamento de 1999 e elevação das contribuições para a previdência pública.

O principal objetivo do programa, no entanto, está relacionado ao equacionamento dos problemas de longo prazo, com base em uma maior austeridade fiscal definida através de metas ousadas para cada instância do setor público, sustentadas pelas reformas da Previdência e administrativa. Por outro lado, mesmo sabendo da necessidade de um ajuste mais doloroso, a sociedade brasileira acabou oferecendo um voto de confiança ao governo, reelegendo o presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda em primeiro turno. Foi evidência de um apoio concreto ao processo de estabilização da economia brasileira introduzido com o Plano Real.

Também os investidores externos mantiveram o seu apoio ao País. Os investimentos estrangeiros diretos no Brasil foram de US\$ 22 bilhões em 1998, mais do que os US\$ 17 bilhões do ano anterior e suficientes para financiar 75% do déficit em conta corrente. Esses recursos vêm sendo, em grande parte, direcionados para um bem sucedido processo de privatização, com receitas de US\$ 20,5 bilhões em 1998. Não apenas foram privatizadas importantes empresas no setor elétrico, como Eletropaulo e Gerasul, como também foi vendido todo sistema Telebrás - este com ágio de 64%. Várias outras privatizações já estão agendadas para 1999.

A forte turbulência que abalou o mundo financeiro e o Brasil no fim de 1998 vai deixar, sem dúvidas, suas marcas nos primeiros meses de 1999. Espera-se contudo, que após um curto período de desempenho negativo, o Brasil possa retomar a rota do crescimento positivo já em meados de 1999, com a economia impulsionada pela estabilização dos mercados financeiros mundiais, pela retomada do fluxo de capitais e sustentada por reformas estruturais consistentes.

14.3 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO NA COMPANHIA

GRUPO 06 - QUADRO 03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

Os campos 05 (% Tipo Dividendo Fixo) e 06 (% Tipo Dividendo Mínimo), do Grupo 06 - Quadro 03, não foram preenchidos, devido à empresa não atribuir às suas ações um determinado percentual, portanto, explicamos tal fato abaixo:

Ações preferenciais - classe "A"

Participação nos lucros líquidos de cada exercício social, que assegure a cada ação preferencial classe "A" dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao distribuído a cada ação ordinária. - (Alínea B, do Inciso I, do Parágrafo 6º, do Artigo 5º, do Estatuto Social).

Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos depois de assegurado às ações ordinárias, dividendo igual ao mínimo previsto na alínea " a " . - (Alínea C, do Inciso I, do Parágrafo 6º, do Artigo 5º do Estatuto Social).

Ações preferenciais - classe "B"

Prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R\$ 0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações. - (Alínea A, do Inciso II, do Parágrafo 6º, do Artigo 5º do Estatuto Social).

Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos depois de assegurado às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto na alínea " a " . - (Alínea D, do Inciso II, do Parágrafo 6º, do Artigo 5º do Estatuto Social).

GRUPO 06 - QUADRO 04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA CAMPO 02 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)

A Holdings distribuirá como dividendo, em cada exercício social, a totalidade do lucro do exercício realizado em dinheiro remanescente após a formação da reserva legal, quando couber. (Artigo 35, do Estatuto Social).

17.1 – OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A sociedade mantém as seguintes operações com a controlada UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A.:

Conta corrente mantida junto à agência Posto Unibanco, com saldo em 31 de dezembro de 1998 de R\$ 23,90.

Aplicação em CMR - Carteira Administrada, com saldo em 31 de dezembro de 1998 de R\$ 495,25.

Contrato de Prestação de Serviços de Ações Escriturais, de 14 de dezembro de 1994, com prazo de vigência indeterminado.

Contrato de Serviços de Assessoria Junto ao Mercado de Capitais de 02 de janeiro de 1995, com prazo de vigência indeterminado.

Juros sobre capital próprio a receber no valor de R\$ 46.778.802,87, provisionado no balanço de 31 de dezembro de 1998 e recebido em 29 de janeiro de 1999.

Segue abaixo a posição em 31 de dezembro de 1998, dos valores das transações entre o UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A. e suas empresas relacionadas:

	<u>R\$ Mil</u>
ATIVO	
Disponibilidades	1
Aplicações em depósitos interfinanceiros	71.180
Títulos e valores mobiliários	389.350
Relações interfinanceiras	239.604
Outros créditos	
Rendas a Receber-Dividendos e remuneração sobre capital próprio	38.547
Outros	90.414
PASSIVO	
Depósitos	2.552.331
Captações no mercado aberto	101.757
Recursos de aceites e emissão de títulos	
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	159.929
Obrigações por empréstimos	10.327
Outras Obrigações	81.473
RECEITAS	
Operações de crédito	43.712
Operações de arrendamento mercantil	12
Títulos e valores mobiliários	229.082
Rendas de prestação de serviços	78.792
DESPESAS	
Captações no mercado aberto	592.797
Empréstimos, cessões e repasses	1.256
Outras despesas administrativas	49.222
Outras despesas operacionais	100.266

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o Unibanco e suas empresas controladas e foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações com partes relacionadas não consolidadas são limitadas a transações bancárias em regime normal de operações e não são relevantes no contexto operacional do UNIBANCO.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

As rendas de prestação de serviços referem-se basicamente a serviços prestados pelo UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A. às empresas do conglomerado, cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes.

Valor a pagar à sua controladora E. Johnston Participações Ltda., no valor de R\$ 31.375,16 em 31 de dezembro de 1998, conforme Contrato de Abertura de Crédito com vencimento em 27 de dezembro de 1999.

18.1 – ESTATUTO SOCIAL

Está em Anexo.

[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º - O UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante designado como UNIBANCO, reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - O UNIBANCO tem por objeto as operações e os serviços, inclusive câmbio, permitidas aos bancos comerciais de depósito, podendo, também, participar de outras sociedades, na forma das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único - É vedado ao UNIBANCO:

- a) adquirir bens imóveis não destinados ao próprio uso, salvo nas hipóteses permitidas em lei ou regulamento;
- b) emitir debêntures ou partes beneficiárias.

Artigo 3º - O prazo de duração do UNIBANCO é indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital Social e das Ações

Artigo 4º - O capital social é de R\$ 1.574.075.993,36 (um bilhão, quinhentos e setenta e quatro milhões, setenta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos), dividido em 99.444.563.672 (noventa e nove bilhões, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 49.722.281.836 (quarenta e nove bilhões, setecentos e vinte e dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, oitocentas e trinta e seis) ordinárias e 49.722.281.836 (quarenta e nove bilhões, setecentos e vinte e dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, oitocentas e trinta e seis) preferenciais.

§ 1º - O UNIBANCO está autorizado a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social em até mais 95.195.526.716 (noventa e cinco bilhões, cento e noventa e cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentas e dezesseis) ações ordinárias ou preferenciais, observadas as seguintes regras:

- a) competirá ao Conselho de Administração deliberar sobre as emissões de ações e as condições a que ficarão sujeitas;
- b) a emissão de ações ordinárias ou preferenciais poderá ser feita sem guardar proporção entre essas duas espécies, e
- c) a emissão de ações preferenciais sujeitar-se-á ao limite previsto em lei.

§ 2º - As emissões de ações destinadas a venda em Bolsas de Valores ou à subscrição pública, ou para permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, quando previamente autorizadas pelas autoridades competentes, poderão ser efetuadas com exclusão do direito de preferência, a critério do Conselho de Administração, que poderá conceder aos acionistas prioridade na subscrição de ações de uma das espécies ou de ambas.

§ 3º - O UNIBANCO poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria, para posterior alienação, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

§ 4º - Sem qualquer alteração nos direitos e restrições que lhes são inerentes, nos termos deste artigo, todas as ações do UNIBANCO serão escriturais, permanecendo em conta de depósito, no UNIBANCO, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da já mencionada lei.

§ 5º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, o UNIBANCO poderá outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados do UNIBANCO ou de suas controladas.

Artigo 5º - As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconvertíveis em ações ordinárias, e a elas não se aplica o disposto no parágrafo 1º do artigo 111 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e gozam das seguintes vantagens:



- a) participação nos lucros líquidos de cada exercício, que assegure a cada ação preferencial dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao distribuído a cada ação ordinária;
- b) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade, até o valor da parcela de capital social representado por essas ações;
- c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e de lucros.

Artigo 6º - O UNIBANCO poderá, mediante comunicação às Bolsas de Valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncios, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência de ações.

Artigo 7º - O UNIBANCO poderá emitir, nos termos deste estatuto e de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, Certificados de Depósito de Ações, doravante designados como UNITS, representativos de ações preferenciais, sem direito de voto, depositadas no UNIBANCO, de emissão:

- a) do UNIBANCO;
- b) da UNIBANCO HOLDINGS S.A., companhia de capital aberto com sede em São Paulo, capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 00.022.034/0001-87, doravante designada como HOLDINGS.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, a cada ação preferencial de emissão do UNIBANCO depositada deverá corresponder o depósito concomitante de uma ação preferencial classe “B”, de emissão da HOLDINGS.

§ 2º - Somente ações livres de ônus, gravames ou qualquer tipo de embaraço que impeça sua livre entrega aos titulares das UNITS poderão ser objeto de depósito para conversão em UNITS.

Artigo 8º - Os acionistas do UNIBANCO poderão converter, observadas as disposições dos artigos 9º, 10 e 11 deste estatuto, as ações de que são titulares em UNITS, nos prazos e nas demais condições fixadas por seu Conselho de Administração, mediante publicação de aviso aos acionistas informando-os sobre os procedimentos de conversão.

Artigo 9º - As ações representadas pelas UNITS, a partir da emissão destas:

- a) ficarão registradas em conta de depósito vinculada às UNITS, e sua propriedade somente será transferida mediante transferência das UNITS correspondentes, por ordem escrita do seu titular;
- b) seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular das UNITS;
- c) as ações, seus rendimentos e o respectivo valor de resgate ou amortização não poderão ser dados em penhor, gravadas ou a qualquer outro título dados em garantia pelo titular das UNITS, nem poderão ser objeto de penhora, arresto, seqüestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro embaraço que impeça sua entrega ao titular das UNITS.

Artigo 10º - As UNITS terão forma escritural e serão mantidas pelo UNIBANCO em conta aberta em nome do seu titular e:

- a) a transferência da propriedade das UNITS opera-se pelo lançamento efetuado pelo UNIBANCO em seus livros, a débito da conta de UNITS do alienante e a crédito da conta de UNITS do adquirente, a vista de ordem escrita do alienante, ou de autorização ou ordem judicial, em documento hábil que ficará em poder do UNIBANCO.
- b) o penhor, o usufruto, o fideicomisso, a alienação fiduciária em garantia e quaisquer outras cláusulas, ônus, gravames ou embaraços que gravarem as UNITS deverão ser averbados nos registros do UNIBANCO e serão anotados no extrato da conta de UNITS;
- c) o UNIBANCO fornecerá ao titular das UNITS extrato de sua conta de UNITS sempre que solicitado, ao término de todo mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano;
- d) do extrato constarão o local e a data da emissão, o nome do UNIBANCO, a indicação de se tratar de extrato de conta de UNITS (Certificado Escritural de Depósito de Ações), a especificação das ações depositadas, a declaração de que as ações depositadas, seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular da conta de UNITS ou por ordem escrita deste, o nome e qualificação do titular da conta de UNITS, o preço do depósito cobrado pelo UNIBANCO se for o caso, e os locais de atendimento aos titulares de UNITS;

- e) mediante ordem escrita dada pelo titular da conta de UNITS à corretora de Bolsa de Valores em que as UNITS sejam negociadas, o UNIBANCO bloqueará as UNITS objeto da ordem, ficando assim autorizado a transferi-las para o comprador quando receber da Bolsa o comunicado de que as UNITS foram vendidas;
- f) ressalvado o disposto nas alíneas “g” e “h” abaixo, o titular das UNITS terá o direito de, a qualquer tempo, pedir ao UNIBANCO o seu cancelamento e a entrega das ações escriturais que representa, mediante transferência destas para as contas de depósito de ações mantidas pelo UNIBANCO em nome do titular;
- g) o Conselho de Administração do UNIBANCO poderá, a qualquer tempo, suspender o cancelamento das UNITS por prazo determinado, nas seguintes hipóteses:
 - I) anúncio pela HOLDINGS ou pelo UNIBANCO de que pretendem facultar aos acionistas do UNIBANCO a conversão de ações de emissão do UNIBANCO em UNITS, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 90 dias;
 - II) início de oferta pública de distribuição primária ou secundária de UNITS, quer no mercado internacional, quer no mercado nacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 30 dias.
- h) não poderão ser objeto de solicitação de cancelamento as UNITS que tenham ônus, gravames ou embaraços anotados sobre elas, na forma da alínea “b” deste artigo.
- i) uma vez canceladas as UNITS, o titular das ações por elas representadas poderá livremente dispor das referidas ações, não mais se aplicando as restrições mencionada nas alíneas “a” e “c” do artigo 9º.

Artigo 11 - No exercício dos direitos conferidos pelas ações representadas pelas UNITS, serão observadas as seguintes normas:

- a) os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações do UNIBANCO serão pagos por este ao titular das UNITS;
- b) os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações da HOLDINGS entregues ao UNIBANCO, na qualidade de depositário das ações, serão por este pagos ao titular das UNITS;
- c) competirá exclusivamente ao titular das UNITS o direito de participar das Assembléias Gerais do UNIBANCO e da HOLDINGS e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas aos acionistas destas sociedades pelas ações representadas pelas UNITS;
- d) ocorrendo desdobramento, cancelamento, grupamento ou novas emissões de ações do UNIBANCO ou da HOLDINGS durante a existência das UNITS, serão observadas as seguintes regras:
 - I) Na hipótese de alteração da quantidade de ações representadas pelas UNITS em virtude de desdobramento de ações ou capitalização de lucros ou reservas, realizados pelo UNIBANCO e pela HOLDINGS, o UNIBANCO registrará o depósito das novas ações emitidas e emitirá novas UNITS, registrando-as na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das UNITS, guardada sempre a proporção de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial classe “B” da HOLDINGS, representadas por UNIT. Caso haja desdobramento de ações realizados apenas pelo UNIBANCO ou pela HOLDINGS, ou caso o desdobramento de ações seja feito por ambas as companhias em proporções diferentes, o UNIBANCO registrará, em nome do titular das ações desdobradas, o depósito de tantas ações quantas forem passíveis de constituírem UNITS, observada a proporção constante do parágrafo 1º do artigo 7º, entregando as demais ações emitidas ao titular das UNITS representadas pelas ações desdobradas.
 - II) Caso haja alteração da quantidade de ações representadas pelas UNITS em virtude de grupamento ou cancelamento de ações, realizados pelo UNIBANCO e pela UNIBANCO HOLDINGS, o UNIBANCO debitará as contas de UNITS dos titulares das ações canceladas, efetuando o cancelamento automático de UNITS, em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das UNITS, guardada sempre a proporção de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial classe “B” da HOLDINGS, representadas por UNIT. Na hipótese de grupamento ou cancelamento de ações realizado apenas pelo UNIBANCO ou pela HOLDINGS, ou realizadas em proporção diferente pelas duas companhias, o UNIBANCO efetuará o cancelamento das UNITS representativas das ações canceladas, entregando ao respectivo titular as ações do UNIBANCO ou da HOLDINGS não canceladas, conforme o caso.

- III) nos aumentos de capital por subscrição de ações em que tiver sido concedido direito de preferência, prevalecerão os seguintes procedimentos:
- 1º) se o UNIBANCO e a HOLDINGS procederem a aumento simultâneo de capital, mediante emissão de ações passíveis de constituírem novas UNITS, o titular das UNITS poderá exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas UNITS, sendo que:
 - I) se o acionista subscrever ações de ambas as companhias, serão emitidas a seu favor novas UNITS, correspondentes às ações por ele subscritas, observada a proporção constante do parágrafo 1º do artigo 7º, salvo manifestação em contrário conforme disposto no inciso II a seguir;
 - II) se o acionista preferir subscrever ações de ambas as companhias sem constituição das UNITS, ou apenas ações de uma das companhias, poderá fazê-lo, bastando comunicar tal intenção às emissoras no boletim de subscrição das ações;
 - 2º) se apenas uma das companhias aumentar o capital, o titular das UNITS poderá exercer, diretamente, o direito de preferência conferido por uma das ações representadas pelas UNITS, não se fazendo, nesse caso, a emissão de novas UNITS.

CAPÍTULO III

Da Assembléia Geral

Artigo 12 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º - O acionista pode fazer-se representar na Assembléia Geral por procurador que atenda as condições da lei, podendo ser exigido o depósito do respectivo instrumento de mandato junto ao UNIBANCO, até 5 (cinco) dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembléia Geral.

§ 2º - A qualidade de acionista deverá ser comprovada mediante exibição, se exigido, de documento hábil de sua identidade.

Artigo 13 - A Assembléia Geral, convocada de acordo com a lei, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que poderá indicar, para fazê-lo em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, o qual escolherá, dentre os acionistas presentes, um ou mais secretários.

§ 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

§ 2º - Os acordos de acionistas sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, ou exercício do direito de voto, para obrigarem o UNIBANCO deverão ser previamente aprovados pelo Banco Central do Brasil e arquivados em sua sede, com observância das normas que, a respeito, forem fixadas pelo Conselho de Administração, ressalvando-se ao UNIBANCO o direito de solicitar aos acionistas esclarecimentos para o fiel cumprimento das obrigações que lhe competirem.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Artigo 14 - A administração do UNIBANCO compõe-se:

- a) do Conselho de Administração;
- b) da Diretoria Executiva.

SEÇÃO I

Do Conselho de Administração

Artigo 15 - O Conselho de Administração compõe-se de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 7 (sete) Conselheiros, residentes no País, acionistas do UNIBANCO, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 (três) anos.

§ 1º - O Conselho de Administração terá um Presidente e até 2 (dois) Vice-Presidentes escolhidos pelo Conselho, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 18.

§ 2º - O limite máximo para o exercício de cargo no Conselho de Administração é de 63 (sessenta e três) anos, podendo o Conselho de Administração estender esse limite.



Artigo 16 - Compete privativamente ao Conselho de Administração:

- a) estabelecer a orientação geral dos negócios e a fixação das políticas e diretrizes básicas do UNIBANCO;
- b) convocar as assembléias gerais dos acionistas;
- c) submeter à Assembléia Geral propostas objetivando:
 - I) aumento ou redução do capital social;
 - II) operações de fusão, incorporação ou cisão;
 - III) reformas estatutárias;
- d) deliberar sobre:
 - I) associação ou combinações societárias envolvendo o UNIBANCO, inclusive participação em acordos de acionistas;
 - II) aquisição, alienação, aumento ou redução de participações em sociedades controladas ou coligadas;
 - III) aquisição do controle de outras sociedades, observadas as prescrições legais;
 - IV) aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
 - V) os orçamentos de resultados e de investimentos e respectivos planos de ação que lhe forem submetidos na forma do inciso II do parágrafo único do artigo 22;
- e) por proposta da Diretoria Executiva:
 - I) examinar e deliberar sobre os balanços semestrais e decidir quanto à distribuição e aplicação dos lucros, observadas as disposições do artigo 35;
 - II) deliberar sobre o relatório anual aos acionistas, as contas da Diretoria Executiva e as Demonstrações Financeiras de cada exercício, a serem submetidas à Assembléia Geral;
- f) fixar a remuneração de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, até o montante global aprovado pela Assembléia Geral;
- g) fixar a gratificação de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, observado o disposto na alínea “c” do parágrafo 1º do artigo 35;
- h) indicar o substituto do Presidente Executivo - Varejo, Presidente Executivo - Atacado e Vice-Presidente Corporativo, na hipótese prevista na alínea “a”, inciso I, do artigo 25, e de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, nos casos previstos na alínea “b” do mesmo artigo, bem como dos conselheiros na hipótese prevista na alínea “b”, inciso III, do artigo 19;
- i) autorizar, quando considerar necessária, a representação do UNIBANCO individualmente por um membro da Diretoria Executiva ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados.
- j) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva e fixar as suas atribuições e respectivas áreas de atuação;
- l) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do UNIBANCO, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- m) supervisionar e orientar a atuação da Diretoria Executiva;
- n) escolher e destituir os auditores independentes;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão do próprio UNIBANCO observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 4º;
- p) deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração e ou da Diretoria Executiva;
- q) deliberar sobre os atos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 4º.
- r) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse do UNIBANCO e deliberar sobre os casos omissos;

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer de seus membros ou da Diretoria Executiva, com a intitulação que entender conveniente, não conflitantes com as atribuições privativas estabelecidas neste estatuto.

Artigo 17 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração podendo indicar, para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho de Administração;
- b) designar, nas hipóteses previstas na alínea “a”, inciso II e alínea “b”, inciso II, do artigo 19, o substituto dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração;
- c) presidir as assembléias gerais, podendo indicar, para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - Aos Vice-Presidentes do Conselho de Administração compete substituir o Presidente em suas ausências, férias, licença, impedimentos ocasionais ou no caso de vaga.

Artigo 18 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros eleitos, cabendo ao Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

§ 2º - Das reuniões serão lavradas atas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 19 - Ressalvados os casos em que a lei imponha forma especial, a substituição de membros do Conselho de Administração será feita da seguinte forma:

- a) nos casos de substituição temporária:
 - I) o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente por ele designado;
 - II) os Vice-Presidentes serão substituídos por qualquer conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração;
 - III) os demais conselheiros, por substituto indicado pelo Conselho de Administração;
- b) nos casos de substituição em virtude de vaga:
 - I) o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente que for designado pelo Conselho de Administração;
 - II) os Vice-Presidentes serão substituídos por qualquer conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração;
 - III) os demais conselheiros, por substituto indicado pelo Conselho de Administração;
- c) no caso de vaga da maioria ou de todos os cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada Assembléia para proceder a nova eleição.

Parágrafo Único - O substituto indicado na forma da alínea “b”, inciso III, deste artigo, permanecerá no cargo até a realização da primeira Assembléia Geral, que preencherá o cargo tornado vago pelo restante do mandato do substituído.

SEÇÃO II

Da Diretoria Executiva

Artigo 20 - A Diretoria Executiva compõe-se de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 27 (vinte e sete) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo:

- a) 1 (um) Presidente Executivo - Atacado;
- b) 1 (um) Presidente Executivo - Varejo;
- c) 1 (um) Vice-Presidente Corporativo
- d) até 6 (seis) Diretores Vice-Presidentes do UNIBANCO;
- e) até 18 (dezoito) Diretores Executivos.



Parágrafo Único - O limite máximo de idade para o exercício de cargo na Diretoria Executiva é de 60 (sessenta) anos, podendo o Conselho de Administração, conforme a natureza da área de atuação, estender esse limite.

Artigo 21 - Compete à Diretoria Executiva a administração e a gestão dos negócios sociais, podendo realizar todas as operações e praticar os atos que se relacionarem com o objeto do UNIBANCO, cabendo-lhe:

- a) fazer levantar os balanços semestrais e propor a sua aprovação ao Conselho de Administração, juntamente com a proposta de distribuição e aplicação dos lucros, respeitado o disposto no artigo 35;
- b) submeter à aprovação do Conselho de Administração o Relatório Anual aos Acionistas e as Demonstrações Financeiras de cada exercício, com vistas a sua apresentação à Assembléia Geral;
- c) autorizar a instalação, a alteração de endereço e a extinção de agências ou dependências, inclusive no exterior;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e o estatuto social;

Artigo 22 - Compete ao Presidente Executivo - Atacado, Presidente Executivo - Varejo e Vice-Presidente Corporativo:

- a) privativamente ao Presidente Executivo - Atacado:
 - I) a gestão operacional e administrativa das atividades próprias de banco de empresas e de investimento, compreendendo ainda tesouraria, dependências externas e distribuição nacional e internacional;
 - II) coordenar a atuação dos Diretores que estiverem sob sua supervisão direta, inclusive as decisões inter-áreas e acompanhamento dos respectivos desempenhos;
 - III) tomar as decisões de sua alçada;
 - IV) indicar os substitutos eventuais dos Diretores sob sua supervisão, nos casos previstos no inciso II da alínea "a" do artigo 25;
- b) privativamente ao Presidente Executivo - Varejo:
 - I) a gestão operacional e administrativa do banco de varejo, compreendendo a rede de agências, e outras dependências, suporte administrativo, inclusive sistemas e demais atividades próprias de banco comercial;
 - II) coordenar a atuação dos Diretores que estiverem sob sua supervisão direta, inclusive as decisões inter-áreas e acompanhamento dos respectivos desempenhos;
 - III) tomar as decisões de sua alçada;
 - IV) indicar os substitutos eventuais dos Diretores sob sua supervisão, nos casos previstos no inciso II da alínea "a" do artigo 25;
- c) privativamente ao Vice-Presidente Corporativo:
 - I) desempenhar as funções de planejamento, controladoria, administração de riscos e relações com o mercado e investidores;
 - II) coordenar a atuação dos Diretores que estiverem sob sua supervisão direta, inclusive as decisões inter-áreas e acompanhamento dos respectivos desempenhos;
 - III) tomar as decisões de sua alçada;
 - IV) indicar os substitutos eventuais dos Diretores sob sua supervisão, nos casos previstos no inciso II da alínea "a" do artigo 25;

Parágrafo Único - Observadas as políticas, diretrizes e parâmetros fixados pelo Conselho de Administração, compete ao Presidente Executivo - Atacado, ao Presidente Executivo - Varejo e ao Vice-Presidente Corporativo, em conjunto:

- I) aprovar e alterar a estrutura administrativa e o regimento interno do UNIBANCO;
- II) submeter a aprovação do Conselho de Administração os orçamentos de resultados e de investimentos e os respectivos planos de ação e implementar as decisões tomadas;

III) fixar alçadas operacionais e administrativas;

IV) zelar pela formação dos quadros dirigentes, acompanhando seu desempenho e desenvolvimento profissional.

Artigo 23 - Compete aos Diretores Vice-Presidentes do UNIBANCO privativamente:

I) administrar e supervisionar as áreas que lhes forem cometidas, na forma da alínea “j” do artigo 16;

II) supervisionar e coordenar a atuação dos Diretores que estiverem sob sua supervisão direta;

Artigo 24 - Compete aos Diretores Executivos as atribuições que lhes forem fixadas pelo Conselho de Administração, na forma da alínea “j” do artigo 16.

Artigo 25 - A substituição de membros da Diretoria Executiva será feita da seguinte forma:

a) nos casos de substituição temporária:

I) os substitutos do Presidente Executivo - Atacado, do Presidente Executivo - Varejo e do Vice-Presidente Corporativo serão indicados pelo Conselho de Administração, na forma prevista na alínea “h” do artigo 16;

II) as funções dos Diretores Vice-Presidentes e dos Diretores Executivos serão exercidas por substituto indicado, dentre os Diretores eleitos, na forma prevista no inciso IV das alíneas “a”, “b” e “c” do artigo 22;

b) nos casos de substituição por vaga de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, o substituto será indicado pelo Conselho de Administração na forma do disposto na alínea “h” do artigo 16.

Artigo 26 - As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas e presididas por qualquer dos Presidentes Executivos, os quais conjuntamente poderão indicar para fazê-lo em seu lugar qualquer dos membros da Diretoria Executiva.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração poderão comparecer às reuniões da Diretoria Executiva.

§ 2º - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros, salvo nas hipóteses previstas na alínea “c” do artigo 21, que poderão ser tomadas com a presença de, no mínimo, 3 (três) de seus membros, cabendo ao Presidente da reunião, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

Artigo 27 - A representação ativa e passiva do UNIBANCO será exercida pelos membros da Diretoria Executiva na forma deste artigo, ressalvado o disposto na alínea “i” do artigo 16.

§ 1º - Conterão as assinaturas conjuntas de dois membros da Diretoria Executiva:

a) os atos que importem oneração ou alienação de bens móveis ou imóveis, prestação de garantia real ou fidejussória, transação ou renúncia de direitos, assunção de obrigações, assinaturas de contratos, bem como os que acarretem responsabilidade do UNIBANCO ou exonerem terceiros para com ela;

b) a constituição de procuradores, observado o disposto na alínea “i” do artigo 16.

§ 2º - O UNIBANCO poderá ser representado isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria Executiva ou por procurador com poderes específicos, nos atos relativos a:

a) recebimento de citação inicial ou prestação de depoimento pessoal em Juízo;

b) recebimento de intimações e prestação de declarações extrajudiciais.

§ 3º - Os atos previstos na alínea “a” do parágrafo 1º deste artigo poderão também ser praticados por qualquer membro da Diretoria Executiva em conjunto com um procurador, ou conjuntamente por dois procuradores, especificados no respectivo instrumento os limites, a extensão dos seus poderes e a duração do mandato.

§ 4º - O UNIBANCO poderá constituir procuradores para representá-lo isoladamente em:

a) mandatos com cláusula “ad judícia” estes por prazo indeterminado, compreendendo inclusive os atos de renúncia, desistência, transação, recebimento e quitação;

b) atos especificamente discriminados nos respectivos instrumentos de mandato, exceto os mencionados na alínea “a” do parágrafo 1º deste artigo.

SEÇÃO III

Das Disposições Comuns ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva

Artigo 28 - A Assembléia Geral e o Conselho de Administração poderão deixar de eleger, respectivamente, Conselheiros e membros da Diretoria Executiva, quando preenchidos os limites mínimos estabelecidos nos artigos 15 e 20.

Artigo 29 - O exercício de cargo no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva independe de prestação de caução.

Artigo 30 - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, depois de aprovada sua eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos, mediante termos de posse lavrados nos Livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente, termos esses que também deverão ser lavrados nos casos de substituição a que se referem os artigos 19 e 25.

Parágrafo Único - Se o termo não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à data de aprovação do Banco Central do Brasil a nomeação tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa aceita pelo órgão da administração para o qual tiver sido eleito.

Artigo 31 - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva permanecerão em seus cargos, após o término de seus mandatos, até a posse de seus substitutos.

Artigo 32 - A Assembléia Geral fixará os honorários do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, observado o disposto na alínea “f” do artigo 16.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 33 - O UNIBANCO terá um Conselho Fiscal composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes, com as atribuições previstas em lei.

§ 1º - O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas, observadas as prescrições legais, solicitarem sua instalação.

§ 2º - A Assembléia Geral, perante a qual for solicitada a instalação do Conselho Fiscal, deverá eleger seus componentes e fixar sua remuneração.

§ 3º - O mandato dos componentes do Conselho Fiscal terminará na Assembléia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Reservas e Dividendos

Artigo 34 - O exercício social inicia-se no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 35 - No último dia de cada semestre civil serão elaboradas, com observância das prescrições legais, as seguintes demonstrações financeiras:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- c) demonstração do resultado do exercício;
- d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

§ 1º - Do resultado do exercício serão deduzidos:

- a) os prejuízos acumulados, se houver, na forma prescrita em lei;
- b) a provisão para o imposto sobre a renda;
- c) até 10% (dez por cento) do resultado que remanescer após as deduções referidas nas alíneas “a” e “b” deste parágrafo, a título de participação do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respeitadas as limitações legais e observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 2º - A participação prevista na alínea “c” do parágrafo 1º, deste artigo, será fixada e paga aos administradores por decisão do Conselho de Administração, “ad referendum” da Assembléia Geral e com observância das prescrições legais.

§ 3º - O resultado do UNIBANCO, após as deduções referidas no parágrafo 1º deste artigo, constitui o lucro líquido do exercício, o qual, por decisão do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, terá a seguinte destinação, “ad referendum” da Assembléia Geral:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) constituição de Reservas de Lucros a Realizar, observadas as prescrições legais;
- c) constituição de Reservas para Contingências, na forma autorizada em lei;
- d) 35% (trinta e cinco por cento), observado o disposto nos parágrafos 4º e 6º deste artigo, como dividendo obrigatório, calculado sobre o lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:
 - I) quota destinada à constituição da reserva prevista na alínea “a” deste parágrafo;
 - II) lucros a realizar, transferidos para a reserva de que trata a alínea “b” deste parágrafo e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;
 - III) importância destinada à formação de reservas para contingências de que trata a alínea “c” deste parágrafo e reversão dessas reservas formadas em exercícios anteriores;
- e) constituição das seguintes reservas estatutárias destacadas do lucro líquido que remanescer após as deduções previstas nas alíneas “a” a “d” deste parágrafo:
 - I) 2% (dois por cento) para a constituição de Reserva de Risco em Operações de Câmbio, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
 - II) 90% para a constituição de reserva destinada a assegurar ao UNIBANCO adequada margem operacional, até o máximo de 80% do valor do capital social;
- f) o saldo terá a destinação que for dada pela Assembléia Geral, observadas as prescrições legais.

§ 4º - No rateio do dividendo referido na alínea “d” do parágrafo 3º deste artigo será atribuída a cada ação preferencial importância superior em 10% (dez por cento) à que couber a cada ação ordinária.

§ 5º - Os dividendos, cuja distribuição houver sido autorizada pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, serão pagos dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de sua declaração, e, em qualquer caso, dentro do exercício social em que forem declarados.

§ 6º - A sociedade poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, declarar, no curso do exercício social e até a Assembléia Geral Ordinária, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo obrigatório, à conta de:

- a) Lucros apurados em Balanço Semestral, e
- b) Lucros acumulados ou de Reservas de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 7º - Serão computados, para efeito do cálculo do valor do dividendo obrigatório distribuído, eventuais juros distribuídos aos acionistas, até o limite da TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO (TJLP), nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26.12.95, inclusive aqueles pagos à conta dos lucros ou reservas mencionados no parágrafo 6º deste artigo.

CAPÍTULO VII

Da Liquidação

Artigo 36 - O UNIBANCO entrará em liquidação nos casos previstos por lei ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá o modo de liquidação e elegerá os liquidantes e o Conselho Fiscal, se requerida a instalação deste, que funcionarão no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Artigo 37 - O acionista que não realizar a prestação correspondente às ações subscritas, nas condições previstas no boletim de subscrição, ou, se este for omissivo, na chamada da Diretoria Executiva, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária calculada de acordo com os índices oficiais em vigor, sem prejuízo da utilização pelo UNIBANCO dos meios assegurados em lei para satisfação de seu crédito.



Artigo 38 - O valor de reembolso das ações nos casos em que é assegurado em lei, será igual ao valor de patrimônio líquido das ações, apurado com base em balanço levantado na forma prevista em lei.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Artigo 39 - O UNIBANCO manterá escriturado, como Reserva Especial de Dividendos, o valor de R\$ 63.897.529,90 (sessenta e três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais e noventa centavos), que, em 31 de dezembro de 1996 equivalia a 77.105.743,8181 UFIRs, a ser transferido da Reserva Estatutária de que trata o inciso II da alínea “e” do parágrafo 3º do artigo 35, quantia essa formada com lucros apurados nos exercícios de 1989 a 1993 e que se encontram amparados pelo regime fiscal previsto no artigo 35 da Lei nº 7.713, de 22.12.88 e artigo 75 da Lei nº 8.383, de 30.12.91.

Parágrafo Único - A Reserva Especial de Dividendos de que trata este artigo será baixada contra os dividendos que forem distribuídos pelo UNIBANCO à conta dessa Reserva, ou em virtude de sua capitalização.

São Paulo, 26 de março de 1999

[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

UNIBANCO HOLDINGS S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo

Artigo 1º - A UNIBANCO HOLDINGS S.A., doravante designada como HOLDINGS, é uma sociedade anônima que se rege pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A HOLDINGS tem por objeto participar do capital de outras pessoas jurídicas.

Artigo 3º - A HOLDINGS tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 4º - O prazo de duração da HOLDINGS é indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital Social e das Ações

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 946.213.212,95 (novecentos e quarenta e seis milhões, duzentos e treze mil, duzentos e doze reais e noventa e cinco centavos), dividido em 58.473.969.325 (cinquenta e oito bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trezentas e vinte e cinco) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 26.757.592.286 (vinte e seis bilhões, setecentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e noventa e dois mil, duzentas e oitenta e seis) ordinárias, 3.843.541.338 (três bilhões, oitocentos e quarenta e três milhões, quinhentos e quarenta e um mil, trezentas e trinta e oito) preferenciais classe "A" e 27.872.835.701 (vinte e sete bilhões, oitocentos e setenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentas e uma) preferenciais classe "B".

§ 1º - A HOLDINGS está autorizada a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social até o limite de 180.000.000.000 (cento e oitenta bilhões) de ações, sendo até 60.000.000.000 (sessenta bilhões) ordinárias, até 3.843.541.338 (três bilhões, oitocentos e quarenta e três milhões, quinhentos e quarenta e um mil, trezentas e trinta e oito) preferenciais classe "A" e até 116.156.458.662 (cento e dezesseis bilhões, cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, seiscentas e sessenta e duas) preferenciais classe "B", sendo que cada aumento poderá ser deliberado sem guardar as proporções entre espécies e classes de ações existentes.

§ 2º - As emissões de ações, observado o limite do capital autorizado, destinadas à subscrição, serão efetuadas por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições a que estiverem sujeitas.

§ 3º - A HOLDINGS poderá emitir, até o limite do capital autorizado, bônus de subscrição, por deliberação do Conselho de Administração.

§ 4º - As emissões de ações ou de bônus de subscrição, destinadas a venda em Bolsas de Valores ou à subscrição pública, ou para permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, poderão ser efetuadas com exclusão do direito de preferência, a critério do Conselho de Administração, que poderá conceder aos acionistas prioridade na subscrição de ações de uma ou mais espécies e/ou classes.

§ 5º - A HOLDINGS, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços.

§ 6º - As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens:

I) ações preferenciais - classe "A":

- a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da HOLDINGS, até o valor da parcela de capital social representado por essa classe de ações;
- b) participação nos lucros líquidos de cada exercício social, que assegure a cada ação preferencial classe "A" dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao distribuído a cada ação ordinária;
- c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e de lucros.

II) ações preferenciais - classe "B":

- a) prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R\$ 0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações;



- b) no caso de desdobramento ou grupamento das ações preferenciais classe “B”, o dividendo mínimo, previsto na alínea “a”, será ajustado em função da nova quantidade de ações daquela classe;
- c) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da HOLDINGS, até o valor da parcela do capital social representado por essa classe de ações;
- d) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos depois de assegurado às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto na alínea “a”.

§ 7º - As ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições nesse direito, observarão o limite de 2/3 (dois terços) do total de ações emitidas.

§ 8º - A HOLDINGS fica autorizada a manter todas as suas ações ou uma ou mais classes em contas de depósito, em nome de seus titulares, em Instituição Financeira autorizada que designar, mediante a apresentação e cancelamento dos certificados em circulação, observadas as normas então vigentes. A HOLDINGS, nessa hipótese, ficará autorizada a cobrar dos acionistas o custo dos serviços, atendidos os limites fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 9º - A HOLDINGS poderá, mediante comunicação às Bolsas de Valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncios, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência de ações.

Artigo 6º - O UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., Companhia de capital aberto com sede em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.700.394/0001-40, doravante designado como UNIBANCO, poderá emitir, nos termos de seu estatuto social e de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, Certificados de Depósito de Ações, doravante designados como UNITS, representativos de ações preferenciais, sem direito de voto, depositadas no UNIBANCO, de emissão:

- a) da HOLDINGS e
- b) do UNIBANCO.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, a cada ação preferencial de emissão do UNIBANCO depositada, deverá corresponder o depósito concomitante de uma ação preferencial classe “B”, de emissão da HOLDINGS, de forma que a UNIT seja sempre lastreada por igual quantidade de ações preferenciais de ambas as emissoras.

§ 2º - Somente ações livres de ônus, gravames ou qualquer tipo de embaraço que impeça sua livre entrega aos titulares das UNITS, poderão ser objeto de depósito para conversão em UNITS.

Artigo 7º - Os acionistas do UNIBANCO poderão, observadas as disposições dos artigos 8º, 9º, 10 e 11 deste estatuto, converter as ações de que são titulares em UNITS, nos prazos e nas demais condições fixadas por seu Conselho de Administração, mediante aviso aos acionistas informando-os sobre os procedimentos de conversão.

Artigo 8º - As ações representadas pelas UNITS, a partir da emissão destas:

- a) ficarão registradas em conta de depósito vinculada às UNITS, e sua propriedade somente será transferida mediante transferência das UNITS correspondentes, por ordem escrita do seu titular;
- b) seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular das UNITS;
- c) as ações, seus rendimentos e o respectivo valor de resgate ou amortização não poderão ser dados em penhor, gravadas ou a qualquer outro título dados em garantia pelo titular das UNITS, nem poderão ser objeto de penhora, arresto, seqüestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro embaraço que impeça sua entrega ao titular das UNITS.

Artigo 9º - As UNITS terão forma escritural e serão mantidas pelo UNIBANCO em conta aberta em nome do seu titular e:

- a) a transferência da propriedade das UNITS opera-se pelo lançamento, efetuado pelo UNIBANCO em seus livros, a débito da conta de UNITS do alienante e a crédito da conta de UNITS do adquirente, a vista de ordem escrita do alienante, ou de autorização ou ordem judicial, em documento hábil que ficará em poder do UNIBANCO;

- b) o penhor, o usufruto, o fideicomisso, a alienação fiduciária em garantia e quaisquer outras cláusulas, ônus, gravames ou embaraços que gravarem as UNITS deverão ser averbados nos registros do UNIBANCO e serão anotados no extrato da conta de UNITS;
- c) o UNIBANCO fornecerá ao titular das UNITS extrato de sua conta de UNITS sempre que solicitado, ao término de todo mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano;
- d) do extrato constarão o local e a data da emissão, o nome do UNIBANCO, a indicação de se tratar de extrato de conta de UNITS (Certificado Escritural de Depósito de Ações), a especificação das ações depositadas, a declaração de que as ações depositadas, seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular da conta de UNITS ou por ordem escrita deste, o nome e qualificação do titular da conta de UNITS, o preço do depósito cobrado pelo UNIBANCO se for o caso, e os locais de atendimento aos titulares de UNITS;
- e) a vista de ordem escrita dada pelo titular da conta de UNITS à corretora de Bolsa de Valores em que as UNITS sejam negociadas, o UNIBANCO bloqueará as UNITS objeto da ordem, ficando assim autorizado a transferi-las para o comprador quando receber da Bolsa o comunicado de que as UNITS foram vendidas;
- f) ressalvado o disposto nas alíneas “g” e “h” abaixo, o titular das UNITS terá o direito de, a qualquer tempo, pedir ao UNIBANCO o seu cancelamento e a entrega das ações escriturais que representa, mediante transferência destas para as contas de depósito de ações mantidas pelo UNIBANCO em nome do titular;
- g) o Conselho de Administração do UNIBANCO poderá, a qualquer tempo, suspender o cancelamento das UNITS por prazo determinado, nas seguintes hipóteses:
 - I) anúncio pela HOLDINGS ou pelo UNIBANCO de que pretendem facultar aos acionistas do UNIBANCO a conversão de ações de emissão do UNIBANCO em UNITS, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 90 (noventa) dias;
 - II) início de oferta pública de distribuição primária ou secundária de UNITS, quer no mercado global, quer no mercado internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 30 (trinta) dias.
- h) não poderão ser objeto de solicitação de cancelamento as UNITS que tenham ônus, gravames ou embaraços anotados sobre elas, na forma da alínea “b” deste artigo;
- i) uma vez canceladas as UNITS, o titular das ações por elas representadas poderá livremente dispor das referidas ações, não mais se aplicando as restrições mencionadas na alínea “c” do artigo 8º.

Artigo 10º - No exercício dos direitos conferidos pelas ações representadas pelas UNITS, serão observadas as seguintes normas:

- a) os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações do UNIBANCO serão pagos por este ao titular das UNITS;
- b) os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações da HOLDINGS entregues ao UNIBANCO, na qualidade de depositário das ações, serão por este pagos ao titular das UNITS;
- c) competirá exclusivamente ao titular das UNITS o direito de participar das Assembléias Gerais da HOLDINGS e do UNIBANCO e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas aos acionistas dessas sociedades pelas ações representadas pelas UNITS;
- d) ocorrendo desdobramento, cancelamento, grupamento ou novas emissões de ações da HOLDINGS ou do UNIBANCO durante a existência das UNITS, serão observadas as seguintes regras:
 - I) Na hipótese de alteração da quantidade de ações representadas pelas UNITS, em virtude de desdobramento de ações ou capitalização de lucros ou reservas, realizados pelo UNIBANCO e pela HOLDINGS, o UNIBANCO registrará o depósito das novas ações emitidas e creditará novas UNITS na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das UNITS, guardada sempre a proporção de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial classe “B” da HOLDINGS, representadas por UNIT. Caso haja desdobramento de ações realizados apenas pelo UNIBANCO ou pela HOLDINGS, ou caso o desdobramento de ações seja feito por ambas as companhias em proporções diferentes, o UNIBANCO registrará, em nome do titular das ações desdobradas, o depósito de tantas ações quantas forem passíveis de constituírem UNITS, observada a proporção constante do parágrafo 1º do artigo 6º, entregando as demais ações emitidas ao titular das UNITS representadas pelas ações desdobradas.

- II) Caso haja alteração da quantidade de ações representadas pelas UNITS em virtude de grupamento ou cancelamento de ações, realizados pelo UNIBANCO e pela UNIBANCO HOLDINGS, o UNIBANCO debitará as contas de depósito de UNITS dos titulares das ações canceladas, efetuando o cancelamento automático de UNITS, em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das UNITS, guardada sempre a proporção de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial classe “B” da HOLDINGS, representadas por UNIT. Na hipótese de grupamento ou cancelamento de ações realizado apenas pelo UNIBANCO ou pela HOLDINGS, ou realizadas em proporção diferente pelas duas companhias, o UNIBANCO efetuará o cancelamento das UNITS representativas das ações canceladas, entregando ao respectivo titular as ações do UNIBANCO ou da HOLDINGS não canceladas, conforme o caso.
- III) nos aumentos de capital por subscrição de ações em que tiver sido concedido direito de preferência, prevalecerão os seguintes procedimentos:
- 1º) se a HOLDINGS e o UNIBANCO procederem a aumento simultâneo de capital, mediante emissão de ações passíveis de constituírem novas UNITS, o titular das UNITS poderá exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas UNITS, sendo que:
- I) se o acionista subscrever as ações de ambas as companhias, serão emitidas a seu favor novas UNITS, correspondentes às ações por ele subscritas, observada a proporção constante do parágrafo 1º do artigo 6º, salvo manifestação em contrário, conforme disposto no inciso II a seguir;
- II) se o acionista preferir subscrever ações de ambas as companhias sem constituição das UNITS, ou apenas ações de uma das companhias, poderá fazê-lo, bastando comunicar tal intenção às emissoras no boletim de subscrição das ações;
- 2º) se apenas uma das companhias aumentar o capital, o titular das UNITS poderá exercer, diretamente, o direito de preferência conferido por uma das ações representadas pelas UNITS não se fazendo, nesse caso, a emissão de novas UNITS.

Artigo 11 - O atendimento, na parte cabível à HOLDINGS, dos pedidos de conversão, será feito mediante subscrição de ações preferenciais classe “B”, integralizáveis contra a entrega das ações preferenciais ou ordinárias de emissão do UNIBANCO, observado o disposto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 1º - No caso de conversão de ações ordinárias do UNIBANCO, a HOLDINGS entregará ao interessado, além das ações preferenciais classe “B” de sua emissão, ações preferenciais de emissão do UNIBANCO, integrantes do ativo da HOLDINGS, na quantidade necessária à formação da UNIT, podendo o Conselho de Administração estabelecer critérios de atendimento parcial dos acionista, mediante a criação de listas de espera, mediante rateio, ou ambos, condicionando a conversão de ações ordinárias em UNITS de acordo com o total de ações preferenciais de emissão do UNIBANCO recebidas pela HOLDINGS em decorrência da conversão de ações preferenciais de emissão do UNIBANCO em UNITS.

§ 2º - O preço de subscrição das ações emitidas pela HOLDINGS, para efeito de atendimento dos pedidos de conversão, será equivalente ao do valor patrimonial das ações de emissão do UNIBANCO.

CAPÍTULO III

Da Assembléia Geral

Artigo 12 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º - O acionista pode fazer-se representar na Assembléia Geral por procurador que atenda as condições da lei, podendo ser exigido o depósito do respectivo instrumento de mandato junto à HOLDINGS, até 5 (cinco) dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembléia Geral.

§ 2º - A qualidade de acionista deverá ser comprovada mediante apresentação, se exigido, de documento hábil de sua identidade.

Artigo 13 - A Assembléia Geral, convocada de acordo com a lei, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que poderá indicar, para fazê-lo em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, o qual escolherá, dentre os presentes, um ou mais secretários.

§ 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

§ 2º - Os acordos de acionistas sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, ou exercício do direito de voto, para obrigarem a HOLDINGS deverão ser previamente arquivados em sua sede, com observância das normas que, a respeito, forem fixadas pelo Conselho de Administração, reservando-se à HOLDINGS o direito de solicitar aos acionistas esclarecimentos para o fiel cumprimento das obrigações que lhe competirem.

§ 3º - Caberá ao Presidente da Assembléia Geral, a pedido do acionista interessado, declarar a invalidade de voto proferido contra disposição expressa de acordo de acionistas arquivado na sede da HOLDINGS, quando este estabelecer essa sanção para o descumprimento ou assegurar a execução específica das obrigações assumidas.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Artigo 14 - A administração da HOLDINGS compõe-se:

- a) do Conselho de Administração;
- b) da Diretoria.

SEÇÃO I

Do Conselho de Administração

Artigo 15 - O Conselho de Administração compõe-se de, no mínimo, 5 (cinco), e no máximo, 11 (onze) Conselheiros, residentes no País, acionistas da HOLDINGS, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 (três) anos.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos pelo Conselho na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 18.

Artigo 16 - Compete privativamente ao Conselho de Administração:

- a) estabelecer a orientação geral dos negócios e a fixação das políticas e diretrizes básicas da HOLDINGS e de suas controladas;
- b) convocar as assembléias gerais dos acionistas;
- c) submeter à Assembléia Geral propostas objetivando:
 - I) aumento ou redução do capital social;
 - II) operações de fusão, incorporação ou cisão;
 - III) reformas estatutárias;
- d) deliberar sobre:
 - I) associação ou combinações societárias envolvendo a HOLDINGS, inclusive participação em acordos de acionistas;
 - II) aquisição, alienação, aumento ou redução de participações em sociedades controladas ou coligadas bem como sua fusão, incorporação ou cisão;
 - III) aquisição do controle de outras sociedades;
 - IV) examinar os balanços semestrais e decidir quanto à distribuição e aplicação dos lucros, observadas as disposições do artigo 35;
 - V) o relatório anual aos acionistas, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras de cada exercício, a serem submetidas à Assembléia Geral;
- e) fixar a remuneração de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, até o montante global aprovado pela Assembléia Geral;
- f) indicar os substitutos de membros do Conselho de Administração e de qualquer dos membros da Diretoria, nas hipóteses previstas neste estatuto social;
- g) autorizar, quando considerar necessária, a representação da HOLDINGS por um único membro da Diretoria ou por um procurador;
- h) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar as suas atribuições;

- i) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da HOLDINGS, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- j) supervisionar e orientar a atuação da Diretoria;
- l) escolher e destituir auditores independentes;
- m) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da própria HOLDINGS.
- n) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da HOLDINGS e deliberar sobre os casos omissos.

Artigo 17 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- b) designar, nas hipóteses previstas neste estatuto social, o substituto do Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- c) presidir as assembléias gerais, podendo indicar, para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria;
- d) orientar o Diretor Presidente sobre o exercício dos direitos de sócio previstos no parágrafo 5º do artigo 26.

Parágrafo Único - Ao Vice-Presidente do Conselho de Administração compete substituir o Presidente em suas ausências, férias, licença, impedimentos ocasionais ou no caso de vaga.

Artigo 18 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros eleitos, cabendo ao Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

§ 2º - Das reuniões serão lavradas atas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 19 - Ressalvados os casos em que a lei imponha forma especial, a substituição de membros do Conselho de Administração será feita da seguinte forma:

- a) nos casos de substituição temporária:
 - I) o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo seu Vice-Presidente;
 - II) o Vice-Presidente será substituído por qualquer Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração;
- b) nos casos de substituição em virtude de vaga:
 - I) o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo seu Vice-Presidente;
 - II) o Vice-Presidente será substituído por qualquer Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração;
 - III) os demais Conselheiros, por substituto indicado pelo Conselho de Administração;
- c) no caso de vaga da maioria ou de todos os cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada Assembléia Geral para proceder à nova eleição.

Parágrafo Único - O substituto indicado na forma da alínea “b”, inciso III, deste artigo, permanecerá no cargo até a realização da primeira Assembléia Geral, que preencherá o cargo tornado vago pelo restante do mandato do substituído.

SEÇÃO II

Da Diretoria

Artigo 20 - A Diretoria compõe-se de 3 (três) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo:

- a) um Diretor Presidente da sociedade;
- b) 2 (dois) Diretores;

Artigo 21 - Compete à Diretoria a administração e a gestão dos negócios sociais, podendo realizar todas as operações e praticar os atos que se relacionarem com o objeto da HOLDINGS, cabendo-lhe:

- a) fazer levantar os balanços semestrais e propor a sua aprovação ao Conselho de Administração, juntamente com a proposta de distribuição e aplicação dos lucros, respeitado o disposto no artigo 34;
- b) submeter à aprovação do Conselho de Administração o Relatório Anual aos Acionistas e as Demonstrações Financeiras de cada exercício social, com vistas a sua apresentação à Assembléia Geral;
- c) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e este estatuto social.

Artigo 22 - Compete ao Diretor Presidente da HOLDINGS:

- I) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- II) orientar a administração e gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos da Diretoria;
- III) coordenar a atuação dos Diretores;
- IV) indicar os substitutos eventuais dos Diretores, nos casos previstos neste estatuto social.

Artigo 23 - Compete aos Diretores a administração e a gestão dos negócios sociais, de acordo com as atribuições que lhes forem especificamente fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 24 - A substituição de membros da Diretoria será feita da seguinte forma:

- a) nos casos de substituição temporária, o substituto do Diretor Presidente da HOLDINGS será indicado pelo Conselho de Administração;
- b) nos casos de substituição por vaga de qualquer dos membros da Diretoria, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração.

Artigo 25 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente da HOLDINGS.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração poderão comparecer às reuniões da Diretoria.

§ 2º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, com a presença de no mínimo, metade de seus membros eleitos, cabendo ao Diretor Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

§ 3º - Das reuniões serão lavradas atas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

Artigo 26 - A representação ativa e passiva da HOLDINGS será exercida pelos membros da Diretoria.

§ 1º - Conterão as assinaturas conjuntas de dois membros da Diretoria:

- a) os atos que importem oneração ou alienação de bens móveis ou imóveis, prestação de garantia real ou fidejussória, transação ou renúncia de direitos, assunção de obrigações, assinaturas de contratos, bem como os que acarretem responsabilidade da HOLDINGS ou exonerem terceiros para com ela;
- b) a constituição de procuradores, observado o disposto na alínea “g” do artigo 16.

§ 2º - A HOLDINGS poderá ser representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos atos relativos a:

- a) recebimento de citação inicial ou prestação de depoimento pessoal em Juízo;
- b) recebimento de intimações e prestação de declarações extrajudiciais.

§ 3º - Os atos previstos na alínea “a” do parágrafo 1º deste artigo poderão também ser praticados por qualquer membro da Diretoria em conjunto com um procurador, ou conjuntamente por dois procuradores, especificados no respectivo instrumento os limites, a extensão dos seus poderes e a duração do mandato.

§ 4º - A HOLDINGS poderá constituir procuradores para representá-la isoladamente em:

- a) mandatos com cláusula “ad judícia” por prazo indeterminado, compreendendo inclusive os atos de renúncia, desistência, transação, recebimento e quitação;
- b) atos especificamente discriminados nos respectivos instrumentos de mandato, por deliberação da Diretoria, na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 25.

§ 5º - A HOLDINGS será representada nas Assembléias Gerais de Acionistas, Reuniões de Sócios e dos órgãos estatutários das pessoas jurídicas das quais participe como acionista ou sócio, pelo Diretor Presidente, que poderá indicar para fazê-lo em seu lugar qualquer dos Diretores ou procurador da HOLDINGS, agindo em conjunto de dois ou isoladamente, conforme dispuser o respectivo instrumento de delegação.

SEÇÃO III

Das Disposições Comuns ao Conselho de Administração e à Diretoria

Artigo 27 - A Assembléia Geral e o Conselho de Administração poderão deixar de eleger, respectivamente, Conselheiros e membros da Diretoria, quando preenchidos os limites mínimos estabelecidos neste estatuto social.

Artigo 28 - O exercício de cargo no Conselho de Administração e na Diretoria independe de prestação de caução.

Artigo 29 - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos, mediante termos de posse lavrados nos Livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria.

Artigo 30 - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos, após o término de seus mandatos, até a posse de seus substitutos.

Artigo 31 - A Assembléia Geral fixará os honorários do Conselho de Administração e da Diretoria.

CAPITULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 32 - A HOLDINGS terá um Conselho Fiscal composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes, com as atribuições previstas em lei.

§ 1º - O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas, observadas as prescrições legais, solicitarem sua instalação.

§ 2º - A Assembléia Geral, perante a qual for solicitada a instalação do Conselho Fiscal, deverá eleger seus componentes e fixar sua remuneração.

§ 3º - O mandato dos componentes do Conselho Fiscal terminará na Assembléia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, e Destinação do Lucro

Artigo 33 - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano e as respectivas Demonstrações Financeiras serão submetidas à Assembléia Geral Ordinária.

Artigo 34 - Ao fim de cada semestre, serão elaboradas as Demonstrações Financeiras do período, com observância das prescrições legais.

Parágrafo Único - Do lucro do exercício social 5% (cinco por cento), obrigatoriamente, será destinado à formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Artigo 35 - A HOLDINGS distribuirá como dividendo, em cada exercício social, a totalidade do lucro do exercício realizado em dinheiro remanescente após a formação da reserva legal, quando couber.

Parágrafo Único - Serão computados, para efeito do cálculo do valor do dividendo distribuído, eventuais juros distribuídos aos acionistas, até o limite da TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO (TJLP), nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26.12.95.

Artigo 36 - O Conselho de Administração poderá declarar dividendo à conta do lucro apurado no balanço semestral.

Parágrafo Único - A HOLDINGS poderá, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço trimestral ou mensal e distribuir dividendos intermediários, observadas as disposições legais.



CAPÍTULO VII

Da Liquidação

Artigo 37 - A HOLDINGS entrará em liquidação nos casos previstos por lei ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá o modo de liquidação e elegerá os liquidantes e o Conselho Fiscal, se requerida a instalação deste, que funcionarão no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Artigo 38 - O acionista que não realizar a prestação correspondente às ações subscritas, nas condições previstas no boletim de subscrição, ou, se este for omissivo, na chamada da Diretoria, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária calculada de acordo com os índices estabelecidos pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da utilização pela HOLDINGS dos meios assegurados em lei para satisfação de seu crédito.

Artigo 39 - O valor de reembolso das ações, nos casos em que é assegurado em lei, será igual ao valor de patrimônio líquido das ações, apurado com base em balanço levantado na forma prevista em lei.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Artigo 40 - A HOLDINGS manterá escriturada, como Reserva Especial de Dividendos, o valor de R\$ 36.603.225,60 (trinta e seis milhões, seiscentos e três mil, duzentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) que em 31 de dezembro de 1996 equivalia a 44.169.452,8780 UFIRs, quantia essa formada com lucros apurados nas empresas controladas da HOLDINGS nos exercícios de 1989 a 1993 e que se encontram amparados pelo regime fiscal previsto no artigo 35 da Lei nº 7.713, de 22.12.88 e artigo 75 da Lei nº 8.383, de 30.12.91 e no Ato Declaratório CST nº 49 de 23 de setembro de 1994.

Parágrafo Único - A Reserva Especial de Dividendos de que trata este artigo será baixada contra os dividendos que forem distribuídos pela sociedade à conta desta Reserva, ou em virtude de sua capitalização.

São Paulo, 30 de março de 1998



[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIRO S.A.

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., REALIZADA NO DIA 23 DE JULHO DE 1999

LOCAL: - Avenida Eusébio Matoso nº 891, 4º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. PRESIDENTE: - Gabriel Jorge Ferreira. QUORUM: - Maioria dos membros eleitos. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DOS CONSELHEIROS PRESENTES: Considerando que: (i) em 1997, os Acionistas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (“UNIBANCO”) e da Unibanco Holdings S.A. (“HOLDINGS”) deliberaram, por proposta dos respectivos Conselhos de Administração, a criação do mecanismo que permitiu a negociação pública das ações preferenciais classe “B” de emissão da HOLDINGS e das ações preferenciais de emissão do UNIBANCO, por meio de certificados de depósitos de ações (“UNITS”), cada um representativo de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial classe “B” da HOLDINGS; (ii) as UNITS foram, no âmbito de Oferta Pública Global, distribuídas no mercado brasileiro e no mercado internacional, sendo no mercado internacional sob a forma de “Global Depositary Shares” (“GDSs”), cada um representativo de 500 (quinhentas) UNITS; (iii) nos aumentos de capital mediante emissão de ações preferenciais, o UNIBANCO e a HOLDINGS têm a intenção de, sempre que possível estruturar referidos aumentos de forma a possibilitar a formação de UNITS, em decorrência da grande liquidez representada pelas UNITS atualmente existentes; (iv) para permitir a criação das UNITS, é necessária a emissão de ações preferenciais do UNIBANCO, o que implica, também, a necessidade de emissão de ações ordinárias, uma vez que o UNIBANCO, como instituição financeira, deve observar o limite legal máximo de 50% (cinquenta por cento) de seu capital social representado por ações preferenciais; (v) o processo de consolidação e reestruturação do sistema financeiro nacional, assim como os efeitos da globalização a que este está sujeito, fazem com que as instituições financeiras integrantes de referido mercado estejam engajadas na busca constante de maior produtividade e ganhos de escala; (vi) o UNIBANCO sempre participou ativamente de todos os movimentos de consolidação a que esteve sujeito o mercado financeiro brasileiro, analisando todas as oportunidades que se fizeram presentes e realizando, ao longo de sua existência, importantes aquisições e associações, cabendo-se ressaltar, mais recentemente, a assunção das atividades operacionais do Banco Nacional, a aquisição, em parceria com o Banco Icatu S.A., do Banco Fininvest S.A. e a aquisição do controle acionário do Banco Dibens; (vii) o UNIBANCO vem analisando, nos últimos dezoito meses, todas as oportunidades de aquisição que se fizeram presentes e, com a percepção de que a atual tendência de consolidação do sistema financeiro deve se intensificar com a privatização de bancos estaduais e de outras atividades no sistema financeiro, inclusive na indústria de seguros e resseguros, o UNIBANCO pretende reforçar sua capacidade econômico-financeira de modo a estar bem posicionado e pronto para participar ativamente de referido processo; e (viii) o UNIBANCO entende que o objetivo mencionado no item anterior deve ser atendido mediante aumento de sua capacidade patrimonial, seja por aumento de seu capital social, com a emissão de novas ações, seja pela emissão de outros títulos ou valores mobiliários disponíveis no âmbito do mercado de capitais. Assim, tendo em vista as considerações acima, e as deliberações a respeito realizadas pelos membros deste Conselho de Administração presentes a esta reunião, fica autorizado: 1. O aumento do capital social do UNIBANCO, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de até 28.637.000.000 (vinte e oito bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões) de ações (“Ações”), sendo 20.152.000.000 (vinte bilhões, cento e cinquenta e dois milhões) ordinárias e 8.485.000.000 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões) preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo que as 8.485.000.000 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões) ações preferenciais comporão, juntamente com ações preferenciais classe “B” da HOLDINGS, cuja emissão está sendo autorizada nesta data, as UNITS que serão, juntamente com as ações ordinárias, oferecidas ao mercado, sendo observado o seguinte: 1.1. o aumento de capital mediante emissão de Ações será efetuado por oferta pública de ações ordinárias e UNITS no Brasil, registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), sendo que a oferta de UNITS para investidores americanos será realizada na forma de um “private placement”, nos termos da “Section 4(2)” do “Securities Act of 1933”. A oferta para investidores não americanos será realizada nos termos da “Regulation S” americana; 1.2. tendo em vista que as UNITS são conceituadas como certificados de depósito de ações, representativos de duas ações, sendo uma ação preferencial de emissão do UNIBANCO e uma ação preferencial classe “B” de emissão da HOLDINGS, o número UNITS será igual ao número de ações preferenciais que serão emitidas pelo UNIBANCO e ao número de ações preferenciais classe “B” que serão emitidas pela HOLDINGS, na forma da deliberação de seu Conselho de Administração desta data; 1.3. as ações preferenciais de emissão do UNIBANCO, concomitantemente com as ações preferenciais classe “B” de emissão da HOLDINGS, serão depositadas junto ao UNIBANCO (“Banco Depositário”), para formação das UNITS; 1.4. os atuais acionistas do UNIBANCO não terão direito de preferência na subscrição das Ações e das UNITS, decorrentes do aumento de capital ora autorizado, por se tratar de emissão pública, na forma do § 2º, do artigo 4º do seu Estatuto Social e artigo 172, da Lei 6.404, de 15.12.76; 1.5. o preço de emissão será fixado tendo por base, de acordo com o inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 170, da Lei 6.404, de 15.12.76, a média ponderada das cotações das ações ordinárias,

preferenciais, UNITS e GDSs, tendo em vista a diversidade de liquidez nos mercados em que referidos valores mobiliários são negociados, podendo ser aplicado algum desconto à média ponderada apurada, com vistas a estimular os investidores nacionais e estrangeiros a participarem do aumento do capital social ora autorizado; 1.6. o percentual do desconto a ser aplicado, bem como o período que será utilizado para aferição das cotações das ações ordinárias, preferenciais, UNITS e GDSs e consequentemente o preço de emissão das Ações, serão fixados em nova Reunião deste Conselho de Administração que deverá ocorrer dois dias úteis antes do início da distribuição pública; 1.7. o preço de emissão das Ações será totalmente integralizado a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, sendo que parte do preço de emissão será destinado à formação do capital social e parte será destinado à formação de reserva de capital; 1.8. as Ações a serem emitidas terão, na forma estatutária, as seguintes características: (a) as ações ordinárias têm direito a voto e asseguram pagamento de dividendo obrigatório de 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202, da Lei 6.404, de 15.12.76; (b) as ações preferenciais não têm direito a voto, não são conversíveis em ações ordinárias e a elas não se aplica o disposto no parágrafo 1º, do artigo 111, da Lei 6.404, de 15.12.76, sendo-lhes asseguradas as seguintes vantagens: (i) participação nos lucros líquidos de cada exercício, que assegure a cada ação preferencial dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao distribuído a cada ação ordinária; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade, até o valor da parcela de capital social representado por essas ações; (iii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e de lucros; 1.9. as Ações a serem emitidas e as UNITS formadas farão jus aos dividendos que vierem a ser distribuídos em decorrência dos resultados apurados no segundo semestre de 1999, e usufruirão, em igualdade de condições com as atualmente em circulação e com aquelas decorrentes de todo e qualquer aumento de capital que se realizar, de quaisquer dividendos ou outros direitos que vierem a ser distribuídos pelo UNIBANCO, a partir da homologação deste aumento de capital; 1.10. o registro das ações ordinárias e das UNITS em nome dos subscritores será formalizado pelo Banco Depositário em 30 (trinta) dias após a homologação do aumento de capital ora autorizado; 1.11. na distribuição pública das Ações será adotado o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não havendo, portanto, rateio de sobras, sendo atendidos os pedidos por ordem cronológica, sem reservas antecipadas ou prioridade para os atuais acionistas, nem lotes máximos ou mínimos; 1.12. as instituições financeiras a serem contratadas intermediarão a distribuição das ações ordinárias e das UNITS sob o regime de garantia firme de subscrição para 12.652.000.000 (doze bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões) de ações ordinárias e 5.985.000.000 (cinco bilhões, novecentos e oitenta e cinco milhões) de UNITS e sob o regime de melhores esforços de colocação para 7.500.000.000 (sete bilhões e quinhentos milhões) de ações ordinárias e 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões) de UNITS; 1.13. não havendo subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS objeto dos melhores esforços de colocação, cada subscritor terá a faculdade de rever sua decisão, retificando sua manifestação de vontade com relação à subscrição. Assim, no 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente ao 8º (oitavo) dia contado a partir da data da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, inclusive, o UNIBANCO, por meio das instituições financeiras intermediadoras da subscrição e colocação das ações ordinárias e/ou das UNITS, fará publicar anúncio informando a quantidade de ações ordinárias e a quantidade de UNITS efetivamente subscritas. Cada subscritor, então, terá um dia útil, contado a partir da data deste anúncio de revisão, exclusive, para manifestar seu desejo de rever o número de ações ordinárias e/ou UNITS subscritas junto às instituições financeiras intermediadoras da operação de subscrição e colocação; 1.14. conforme mencionado no subitem 1.16., em decorrência do fato de que parte das ações ordinárias e das UNITS é objeto de colocação em regime de melhores esforços, caso não haja a colocação integral de referido lote, observado o direito de revisão mencionado no subitem 1.13., o aumento de capital subscrito, ora autorizado, será homologado parcialmente; 1.15. do valor final do aumento do capital subscrito, ora autorizado, parte será incorporado ao capital social e parte será incorporado à conta de reserva de capital do UNIBANCO por meio de nova Reunião deste Conselho de Administração a realizar-se na data da liquidação financeira da operação; 1.16. os recursos financeiros provenientes do aumento de capital destinar-se-ão a reforçar a posição do UNIBANCO no processo de reestruturação do sistema financeiro nacional, caracterizado por privatizações de bancos públicos, fusões e incorporações de instituições financeiras e assemelhadas, uma vez que o UNIBANCO pretende aproveitar todas as oportunidades porventura existentes, no âmbito do referido processo, que apresentem retorno adequado em todas as suas áreas de atuação. Tendo em vista o regime de melhores esforços mencionado no subitem 1.12. e o direito de revisão no caso de não colocação integral das ações ordinárias e UNITS mencionado no subitem 1.13., a quantidade de Ações a serem efetivamente emitidas poderá ser inferior ao aumento ora autorizado. Tal possibilidade está em linha com a estratégia adotada pelo UNIBANCO em face ao referido processo de reestruturação, sendo que o montante objeto de garantia firme serve aos propósitos imediatos de uma participação ativa do UNIBANCO no mencionado processo de reestruturação, enquanto que o montante objeto dos melhores esforços e, consequentemente, sujeito à revisão, deverá reforçar a capacidade do UNIBANCO para futuras aquisições no âmbito de privatizações, e permitir seu crescimento orgânico, a partir das bases hoje existentes, com expansão de sua capacidade operacional e de futuras associações que venham a ocorrer nos diversos segmentos em

que atua, representados pelos pilares de banco de varejo, banco de atacado, “asset management” e seguros. Mencione-se, neste sentido, que o UNIBANCO estará se preparando para emitir outros valores mobiliários, aproveitando-se das diversas modalidades de captação disponíveis no mercado de capitais, caso seja necessário, na hipótese de revisão do valor do aumento colocado em regime de melhores esforços. 2. Autorizada a Diretoria do UNIBANCO a tomar todas as providências necessárias no sentido de implementar a emissão de que se trata, tais como, contratar as instituições financeiras que intermediarão a distribuição das Ações e agentes de colocação no exterior, se for o caso, ajustar as condições de remuneração e celebrar o respectivo contrato de distribuição das ações. São Paulo, 23 de julho de 1999. (aa) Gabriel Jorge Ferreira, Tomas Tomislav Antonin Zinner e Israel Vainboim. A presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio.

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 1999

LOCAL: Avenida Eusébio Matoso nº 891, 4º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **PRESIDENTE:** Pedro Moreira Salles. **QUORUM:** Mais da metade dos membros eleitos. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES:** Aprovado, para a emissão pública de ações ordinárias e preferenciais pelo Unibanco aprovada na reunião deste Conselho realizada no dia 23 de julho de 1999, o preço de emissão de R\$ 31,68 (trinta e um reais e sessenta e oito centavos) por lote de mil ações que será integralmente destinado à formação do capital social, e, em consequência, para os Certificados de Depósito de Ações (“UNITS”), cada um representativo de 01 (uma) ação preferencial do Unibanco e 01 (uma) ação preferencial classe B da Unibanco Holdings S.A., o preço de subscrição de R\$ 63,36 (sessenta e três reais e trinta e seis centavos) por lote de mil UNITS, os quais foram fixados, de acordo com o inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 170, da Lei 6.404, de 15.12.76, com base na média ponderada das cotações das ações ordinárias, preferenciais de emissão do Unibanco, das UNITS e dos “Global Depositary Shares” (Certificados de Depósitos que representam cada um 500 Units) (“GDSs”), respectivamente, na Bolsa de Valores de São Paulo e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, durante o período de 21 de julho de 1999 a 31 de agosto de 1999. Aprovada, ainda, a modificação do prazo para a publicação do anúncio de revisão de que trata o subitem 1.13. da Ata da Reunião do Conselho de Administração retro mencionada, a qual, em decorrência desta deliberação, deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente ao 8º (oitavo) dia útil contado a partir da data da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, inclusive, e deliberado que todos os investidores, incluindo os atuais acionistas do Unibanco e da Unibanco Holdings S.A. poderão formular pedidos de subscrição dos valores mobiliários oferecidos sob o regime de melhores esforços, que contemplem Units, ações ordinárias do Unibanco, ações ordinárias da Unibanco Holdings S.A. ou ações preferenciais do Unibanco. São Paulo, 01 de setembro de 1999. (aa) Pedro Moreira Salles, Tomas Tomislav Antonin Zinner e Gabriel Jorge Ferreira. A presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio. São Paulo, 01 de setembro de 1999. (aa) Cesar Augusto Sizenando Silva - Vice-Presidente Corporativo e Gilberto Villas Boas do Prado - Diretor Executivo.



[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

UNIBANCO HOLDINGS S.A.

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIBANCO HOLDINGS S.A., REALIZADA NO DIA 23 DE JULHO DE 1999

LOCAL: - Avenida Eusébio Matoso nº 891, 22º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
PRESIDENTE: - Israel Vainboim. QUORUM: - Maioria dos membros eleitos. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DOS CONSELHEIROS PRESENTES: Considerando que: (i) a Unibanco Holdings S.A. (“HOLDINGS”) foi constituída em 1994 de forma a deter, de maneira institucionalizada, o controle sobre o capital do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (“UNIBANCO”), sendo que o único ativo da HOLDINGS consiste exclusivamente em sua participação de 96% (noventa e seis por cento) do capital votante e 21,6% (vinte e um vírgula seis por cento) das ações preferenciais do UNIBANCO, representando 58,8% (cinquenta e oito vírgula oito por cento) do capital total de referida instituição financeira na data de 31 de dezembro de 1998; (ii) o valor econômico das ações da HOLDINGS é equivalente ao valor das ações do UNIBANCO, uma vez que (a) para cada ação de sua emissão, a HOLDINGS detém uma ação de emissão do UNIBANCO; (b) a totalidade do lucro realizado pela HOLDINGS é dependente exclusivamente do desempenho do UNIBANCO e conseqüentemente todos os dividendos distribuídos pela HOLDINGS são originários dos dividendos recebidos pela HOLDINGS relativamente às ações do UNIBANCO por ela detidas; (iii) em 1997, os Acionistas da HOLDINGS e do UNIBANCO deliberaram, por proposta dos respectivos Conselhos de Administração, a criação do mecanismo que permitiu a negociação pública das ações preferenciais classe “B” de emissão da HOLDINGS e das ações preferenciais de emissão do UNIBANCO, por meio de certificados de depósitos de ações (“UNITS”), cada um representativo de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial classe “B” da HOLDINGS; (iv) as UNITS foram, no âmbito de Oferta Pública Global, distribuídas no mercado brasileiro e no mercado internacional, sendo no mercado internacional sob a forma de “Global Depositary Shares” (“GDSs”), cada um representativo de 500 (quinhentas) UNITS; (v) nos aumentos de capital mediante emissão de ações preferenciais, o UNIBANCO e a HOLDINGS têm a intenção de, sempre que possível estruturar referidos aumentos de forma a possibilitar a formação de UNITS, em decorrência da grande liquidez representada pelas UNITS atualmente existentes; (vi) o processo de consolidação e reestruturação do sistema financeiro nacional, assim como os efeitos da globalização a que este está sujeito, fazem com que as instituições financeiras integrantes de referido mercado estejam engajadas na busca constante de maior produtividade e ganhos de escala; (vii) o UNIBANCO sempre participou ativamente de todos os movimentos de consolidação a que esteve sujeito o mercado financeiro brasileiro, analisando todas as oportunidades que se fizeram presentes e realizando, ao longo de sua existência, importantes aquisições e associações, cabendo-se ressaltar, mais recentemente, a assunção das atividades operacionais do Banco Nacional, a aquisição, em parceria com o Banco Icatu S.A., do Banco Fininvest S.A. e a aquisição do controle acionário do Banco Dibens; (viii) a HOLDINGS foi criada tendo como um de seus principais objetivos facilitar a expansão da capacidade operacional do UNIBANCO por meio de aquisições de instituições financeiras no mercado brasileiro; (ix) o UNIBANCO vem analisando, nos últimos dezoito meses, todas as oportunidades de aquisição que se fizeram presentes e, com a percepção de que a atual tendência de consolidação do sistema financeiro deve se intensificar com a privatização de bancos estaduais e de outras atividades no sistema financeiro, inclusive na indústria de seguros e resseguros, o UNIBANCO pretende reforçar sua capacidade econômico-financeira de modo a estar bem posicionado e pronto para participar ativamente de referido processo; e (x) a HOLDINGS entende que o objetivo mencionado no item anterior deve ser atendido mediante aumento da capacidade patrimonial do UNIBANCO, seja por aumento de seu próprio capital social com a emissão de novas ações; pelo aumento do capital social da sua controladora, ou ainda pela emissão de outros títulos ou valores mobiliários disponíveis no âmbito do mercado de capitais. Assim, tendo em vista as considerações acima, e as deliberações a respeito realizadas pelos membros deste Conselho de Administração presentes a esta reunião, fica autorizado: 1. O aumento do capital social da HOLDINGS, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de até 17.652.000.000 (dezessete bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões) de ações (“Ações”), sendo 9.167.000.000 (nove bilhões, cento e sessenta e sete milhões) ordinárias e 8.485.000.000 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões) preferenciais classe “B”, todas nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo que as 8.485.000.000 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões) de ações preferenciais classe “B” comporão, juntamente com ações preferenciais do UNIBANCO, cuja emissão está sendo autorizada nesta data, as UNITS que serão, juntamente com as ações ordinárias, oferecidas ao mercado, sendo observado o seguinte: 1.1. o aumento de capital mediante emissão de Ações será efetuado por oferta pública de ações ordinárias e UNITS no Brasil, registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), sendo que a oferta de UNITS para investidores americanos será realizada na forma de um “private placement”, nos termos da “Section 4(2)” do “Securities Act de 1933” e a oferta para investidores estrangeiros não americanos será realizada nos termos da “Regulation S” americana; 1.2. tendo em vista que as UNITS são conceituadas como certificados de depósito de ações, representativos de duas ações, sendo uma ação preferencial de emissão do UNIBANCO e uma ação preferencial classe “B” de emissão da HOLDINGS, o número

UNITS será igual ao número de ações preferenciais classe “B” que serão emitidas pela HOLDINGS e ao número de ações preferenciais que serão emitidas pelo UNIBANCO, na forma da deliberação de seu Conselho de Administração desta data; 1.3. as ações preferenciais classe “B” de emissão da HOLDINGS, concomitantemente com as ações preferenciais de emissão do UNIBANCO, serão depositadas junto ao UNIBANCO (“Banco Depositário”), para formação das UNITS; 1.4. os atuais acionistas da HOLDINGS não terão direito de preferência na subscrição das Ações e das UNITS, decorrentes do aumento de capital ora autorizado, por se tratar de emissão pública, na forma do § 4º, do artigo 5º, do seu Estatuto Social e artigo 172, da Lei 6.404, de 15.12.76; 1.5. tendo em vista que o valor econômico das ações da HOLDINGS é equivalente ao valor econômico das ações ordinárias e preferenciais de emissão do UNIBANCO; que as ações preferenciais classe “B” são negociadas, juntamente com as ações preferenciais do UNIBANCO, na forma de UNITS e GDSs, e que as ações ordinárias da HOLDINGS não possuem liquidez expressiva; o preço de emissão será fixado tendo por base, de acordo com o inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 170, da Lei 6.404, de 15.12.76, a média ponderada das cotações das ações ordinárias e preferenciais do UNIBANCO, bem como das UNITS e GDSs. Ressalte-se que poderá ser aplicado algum desconto à média ponderada apurada, com vistas a estimular os investidores nacionais e estrangeiros a participarem do aumento do capital social ora autorizado; 1.6. o percentual do desconto a ser aplicado, bem como o período que será utilizado para aferição das cotações das ações ordinárias e preferenciais do UNIBANCO, bem como das UNITS e GDSs e consequentemente o preço de emissão das Ações, serão fixados em nova Reunião deste Conselho de Administração que deverá ocorrer dois dias úteis antes do início da distribuição pública; 1.7. o preço de emissão das Ações será totalmente integralizado a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, sendo que parte do preço de emissão será destinado à formação do capital social e parte será destinado à formação de reserva de capital, observada a proporção constante das últimas demonstrações financeiras da HOLDINGS; 1.8. as Ações a serem emitidas terão, na forma estatutária, as seguintes características: (a) as ações ordinárias têm direito a voto e asseguram, juntamente com as outras ações de emissão da HOLDINGS, direito ao recebimento, a título de dividendo, de 100% (cem por cento) do lucro do exercício realizado em dinheiro; (b) as ações preferenciais classe “B” não têm direito a voto, não são conversíveis em ações ordinárias e a elas não se aplica o disposto no parágrafo 1º, do artigo 111, da Lei 6.404, de 15.12.76, sendo-lhes asseguradas as seguintes vantagens: (i) prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R\$ 0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações; (ii) no caso de desdobramento ou grupamento das ações preferenciais classe “B”, o dividendo mínimo, previsto no subitem (i), será ajustado em função da nova quantidade de ações daquela classe; (iii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da HOLDINGS, até o valor da parcela do capital social representado por essa classe de ações; (iv) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos depois de assegurado às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto no subitem (i). 1.9. as Ações a serem emitidas e as UNITS formadas farão jus aos dividendos que vierem a ser distribuídos em decorrência dos resultados apurados no segundo semestre de 1999, e usufruirão, em igualdade de condições com as atualmente em circulação e com aquelas decorrentes de todo e qualquer aumento de capital que se realizar, de quaisquer dividendos ou outros direitos que vierem a ser distribuídos pela HOLDINGS, a partir da homologação deste aumento de capital; 1.10. o registro das ações ordinárias e das UNITS em nome dos subscritores será formalizado pelo Banco Depositário em 30 (trinta) dias após a homologação do aumento de capital ora autorizado; 1.11. na distribuição pública das Ações será adotado o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não havendo, portanto, rateio de sobras, sendo atendidos os pedidos por ordem cronológica, sem reservas antecipadas ou prioridade para os atuais acionistas, nem lotes máximos ou mínimos; 1.12. as instituições financeiras a serem contratadas intermediarão a distribuição das ações ordinárias e das UNITS sob o regime de garantia firme de subscrição para 6.667.000.000 (seis bilhões, seiscentos e sessenta e sete milhões) de ações ordinárias e 5.985.000.000 (cinco bilhões, novecentos e oitenta e cinco milhões) de UNITS e sob o regime de melhores esforços de colocação para 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões) de ações ordinárias e 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões) de UNITS; 1.13. não havendo subscrição integral das ações ordinárias e/ou das UNITS objeto dos melhores esforços de colocação, cada subscritor terá a faculdade de rever sua decisão, retificando sua manifestação de vontade com relação à subscrição. Assim, no 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente ao 8º (oitavo) dia contado a partir da data da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, inclusive, a HOLDINGS, por meio das instituições financeiras intermediadoras da subscrição e colocação das ações ordinárias e/ou das UNITS, fará publicar anúncio informando a quantidade de ações ordinárias e a quantidade de UNITS efetivamente subscritas. Cada subscritor, então, terá um dia útil, contado a partir da data deste anúncio de revisão, exclusive, para manifestar seu desejo de rever o número de ações ordinárias e/ou UNITS subscritas junto às instituições financeiras intermediadoras da operação de subscrição e colocação; 1.14. conforme mencionado no subitem 1.16., em decorrência do fato de que parte das ações ordinárias e das UNITS é objeto de colocação em regime de melhores esforços, caso não haja a colocação integral de referido lote, observado o direito de revisão mencionado no subitem 1.13., o aumento de capital subscrito, ora autorizado, será homologado parcialmente; 1.15. do valor final do



aumento do capital subscrito, ora autorizado, parte será incorporado ao capital social e parte será incorporado à conta de reserva de capital da HOLDINGS por meio de nova Reunião deste Conselho de Administração a realizar-se na data da liquidação financeira da operação; 1.16. tendo em vista a finalidade e os princípios que nortearam a criação da HOLDINGS, principalmente o de possibilitar a expansão da capacidade operacional do UNIBANCO, os recursos financeiros provenientes do aumento de capital destinar-se-ão a reforçar a posição do UNIBANCO no processo de reestruturação do sistema financeiro nacional, caracterizado por privatizações de bancos públicos, fusões e incorporações de instituições financeiras e assemelhadas, uma vez que o UNIBANCO pretende aproveitar todas as oportunidades porventura existentes no âmbito do referido processo, que apresentem retorno adequado em todas as suas áreas de atuação. Tendo em vista o regime de melhores esforços mencionado no subitem 1.12. e o direito de revisão no caso de não colocação integral das ações ordinárias e UNITS mencionado no subitem 1.13., a quantidade de Ações a serem efetivamente emitidas poderá ser inferior ao aumento ora autorizado. Tal possibilidade está em linha com a estratégia adotada pelo UNIBANCO em face ao referido processo de reestruturação, sendo que o montante objeto de garantia firme serve aos propósitos imediatos de uma participação ativa do UNIBANCO no mencionado processo de reestruturação, enquanto que o montante objeto dos melhores esforços e, conseqüentemente, sujeito à revisão, deverá reforçar a capacidade do UNIBANCO para futuras aquisições no âmbito de privatizações, e permitir seu crescimento orgânico, a partir das bases hoje existentes, com expansão de sua capacidade operacional e de futuras associações que venham a ocorrer nos diversos segmentos em que atua, representados pelos pilares de banco de varejo, banco de atacado, “asset management” e seguros. Mencione-se, neste sentido, que o UNIBANCO estará se preparando para emitir outros valores mobiliários, aproveitando-se das diversas modalidades de captação disponíveis no mercado de capitais, caso seja necessário, na hipótese de revisão do valor do aumento colocado em regime de melhores esforços. 2. Autorizada a Diretoria da HOLDINGS a tomar todas as providências necessárias no sentido de implementar a emissão de que se trata, tais como, contratar as instituições financeiras que intermediarão a distribuição das Ações e agentes de colocação no exterior, se for o caso, ajustar as condições de remuneração e celebrar o respectivo contrato de distribuição das ações. São Paulo, 23 de julho de 1999. (aa) Israel Vainboim, Tomas Tomislav Antonin Zinner, Gabriel Jorge Ferreira, Arno Noellenburg, Guilherme Affonso Ferreira, Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas, Takeshi Watanabe. A presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio.

**ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 1999.**

LOCAL: Avenida Eusébio Matoso nº 891, 22º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
PRESIDENTE: Roberto Konder Bornhausen. **QUORUM:** Mais da metade dos membros eleitos.
DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES: Aprovado, para a emissão pública de ações ordinárias e preferenciais classe “B” pela Unibanco Holdings aprovada na reunião deste Conselho realizada no dia 23 de julho de 1999, o preço de emissão de R\$ 31,68 (trinta e um reais e sessenta e oito centavos) por lote de mil ações, que será integralmente destinado à formação do capital social, e, em conseqüência, para os Certificados de Depósito de Ações (“UNITS”), cada um representativo de 01 (uma) ação preferencial classe “B” da Unibanco Holdings e 01 (uma) ação preferencial do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (“UNIBANCO”), o preço de subscrição de R\$ 63,36 (sessenta e três reais e trinta e seis centavos) por lote de mil UNITS, os quais foram fixados, de acordo com o inciso III do parágrafo 1º, do artigo 170, da Lei 6.404, de 15.12.76, com base na média ponderada das cotações das ações ordinárias, preferenciais de emissão do Unibanco, das UNITS e dos “Global Depositary Shares” (Certificados de Depósitos que representam cada um 500 Units) (“GDSs”), respectivamente, na Bolsa de Valores de São Paulo e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, durante o período de 21 de julho de 1999 a 31 de agosto de 1999. Aprovada, ainda, a modificação do prazo para a publicação do anúncio de revisão de que trata o subitem 1.13. da Ata da Reunião do Conselho de Administração retro mencionada, a qual, em decorrência desta deliberação, deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente ao 8º (oitavo) dia útil contado a partir da data da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, inclusive, e deliberado que todos os investidores, incluindo os atuais acionistas do Unibanco e da Unibanco Holdings S.A. poderão formular pedidos de subscrição dos valores mobiliários oferecidos sob o regime de melhores esforços, que contemplem Units, ações ordinárias do Unibanco, ações ordinárias da Unibanco Holdings S.A. ou ações preferenciais do Unibanco. São Paulo, 01 de setembro de 1999. (aa) Roberto Konder Bornhausen, Pedro Moreira Salles, Tomas Tomislav Antonin Zinner, Gabriel Jorge Ferreira e Israel Vainboim. A presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio. São Paulo, 01 de setembro de 1999. (aa) Norberto Fassina - Diretor e Mauro Agonilha - Diretor.

[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

UNIBANCO

Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/97 e 31/12/96 e respectivos pareceres dos auditores independentes

Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/98 e 31/12/97 e respectivos pareceres dos auditores independentes

Informações Trimestrais - ITR relativas ao trimestre encerrado em 31/03/99



[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

30 de janeiro de 1998

Aos Administradores e Acionistas

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

1. Examinamos as demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (Nota 2) e do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 1997 e de 1996, e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do segundo semestre de 1997 do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. elaboradas sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 1997 e de 1996, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos do banco e o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidados dos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado das operações e as origens e aplicações de recursos do segundo semestre de 1997 do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária.

Price Waterhouse
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Baldin
Sócio Contador
CRC 1SP110374/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 1997

AOS ACIONISTAS

O ano de 1997 estará registrado no histórico do sistema financeiro nacional como aquele em que, pela primeira vez, um banco brasileiro passou a ter ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Para o nosso orgulho, esse banco foi o Unibanco.

Em 22 de maio as Units – certificados que reúnem uma ação preferencial do Unibanco e uma preferencial “B” da Unibanco Holdings – chegaram ao mercado doméstico e internacional, numa operação que culminou no montante negociado de R\$ 1,1 bilhão, correspondendo à oferta pública de um lote de 15,8 bilhões de papéis. Foi a maior oferta global já realizada por um banco latino-americano. Mais de 400 investidores internacionais, entre outros, adquiriram os novos papéis.

A grande procura pelas Units, sobretudo pelos investidores estrangeiros, levou o Unibanco a aumentar, após encerrada a oferta, o capital social de R\$ 1.500 milhões para R\$ 1.574 milhões, com ágio na emissão de R\$ 96 milhões. Esse foi o maior aumento de capital por subscrição pública realizado no Brasil em 1997, correspondendo à venda adicional de 15% do lote originalmente oferecido.

O ano de 1997 teve ainda para nós outro marco. Em agosto, o Unibanco e o American International Group (AIG) – um dos maiores grupos seguradores do mundo – estabeleceram as bases de uma associação entre suas empresas seguradoras no Brasil. O objetivo dessa aliança é obter sinergia que possibilite ganhos de produtividade, além de trocar know how, visando o desenvolvimento de produtos e serviços diferenciados e com menores custos.

A associação com o AIG e a negociação pioneira das Units no mercado internacional não foram os únicos fatos marcantes para o Unibanco em 1997. Para dar continuidade ao nosso propósito de crescer com qualidade no Varejo bancário brasileiro e, principalmente, em decorrência do novo perfil do banco após a absorção da carteira de clientes do Banco Nacional, demos início, em julho, ao projeto de ressegmentação dos clientes do Varejo, buscando ajustar o foco mercadológico com relação a essa carteira.

Perseguimos também um índice melhor de eficiência e produtividade em 1997. Avançamos nesse sentido, investindo fortemente em automação e otimização de processos. Entre os resultados alcançados, ressaltamos a consolidação das 57 unidades de serviços bancários, responsáveis pelo processamento de documentos e contas que era realizado pelas agências, para apenas cinco unidades. Persistiremos, em 1998, na busca de uma estrutura que maximize nossa eficiência.

Registramos ainda a expansão de negócios em 1997. Adquirimos 45% do capital da Quatro/A, maior empresa de telemarketing do país, que atua em um setor em forte processo de crescimento.

Também compramos a parte societária do HSBC – Bamerindus na Prever Seguros e Previdência, a segunda maior companhia no ranking do setor de previdência privada do país. Com essa operação, o Unibanco passou a deter 100% do capital da empresa e mostrou-se disposto a continuar investindo nesse setor que deverá experimentar grande crescimento após a Reforma da Previdência.

Juntamente com outras instituições financeiras do país criamos a CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização, na qual o Unibanco participa com 10% do capital. A empresa tem como objetivo ser a principal entidade securitizadora de ativos imobiliários dentro do SFI (Sistema Financeiro Imobiliário), lei que lançou as bases de um novo mecanismo de financiamento imobiliário no país, mediante captação de recursos de investidores institucionais do Brasil e do exterior e aquisição de créditos oriundos das carteiras de bancos.

Os esforços realizados em 1997 nos levaram a encerrar o ano com retorno sobre o patrimônio líquido médio de 18% e um crescimento do lucro por ação de 46,5%.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 1997 deu continuidade à estabilidade de preços alcançada com o Plano Real, encerrando-se com uma inflação de 4,82%, medida pelo Índice de Preços da FIPE, inferior ao índice de 10,1% registrado em 1996. A desvalorização cambial fechou o ano em 7,41% mostrando uma recuperação do câmbio real. A balança comercial fechou o ano com um déficit de US\$ 8,4 bilhões, superior aos US\$ 6 bilhões observados em 1996. A economia mostrou um crescimento moderado, devendo atingir um índice de 2,9%.

Em 1997, o processo de privatizações continuou vigoroso, realizando vendas da ordem de US\$ 19,5 bilhões, bastante superior aos US\$ 4,8 bilhões em 1996.



O quarto trimestre de 1997, no entanto, colocou à prova o Plano Real, devido à crise da Ásia. Não apenas houve um movimento de liquidação de posição, que acabou pressionando o câmbio no Brasil, mas principalmente uma alteração na percepção de risco dos países emergentes, reduzindo assim o volume de financiamentos para os mesmos. O governo brasileiro reagiu, oferecendo divisas ao mercado e elevando os juros. A taxa básica (TBC) passou de 1,58% ao mês para 3,05% ao mês em final de outubro, mostrando a determinação do governo de defender a taxa de câmbio.

A necessidade de melhorar os fundamentos econômicos e de reduzir a exposição à volatilidade dos capitais estrangeiros levou o governo a tomar medidas adicionais. Apresentou um pacote fiscal contracionista, com o objetivo de obter um ganho fiscal de R\$ 20 bilhões em 1998. Para estimular a entrada de capital, o Banco Central reduziu o prazo mínimo para captação internacional de recursos.

O governo deu passos fundamentais para o avanço das reformas no Congresso, conseguindo aprovar a reforma administrativa na Câmara. Foram medidas necessárias para superar um momento delicado, que deverão assegurar a estabilidade e o crescimento da economia nos próximos anos, apesar dos seus efeitos negativos sobre o nível de atividade no curto prazo.

RESULTADOS, DIVIDENDOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O lucro líquido do banco em 1997 foi de R\$ 431 milhões. Cresceu 51,1% em relação a 1996. O lucro por lote de 1.000 ações foi de R\$ 4,38. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 18%. Sobre os ativos médios, foi de 1,6%. O patrimônio líquido atingiu, em 31 de dezembro de 1997, R\$ 2.630 milhões.

O valor patrimonial por lote de 1.000 ações foi de R\$ 26,43.

O dividendo de R\$ 143 milhões correspondeu a R\$ 1,4025 por lote de 1.000 ações ordinárias e R\$ 1,5428 por lote de 1.000 ações preferenciais. O dividendo anual “pro-forma” das Units correspondeu a R\$ 2,9441 por lote de 1.000 Units.

VALOR ADICIONADO

A partilha dos recursos consolidados que o banco gerou no decorrer de 1997, e apresentados a seguir, demonstra como o valor adicionado pela atividade operacional durante o período foi distribuído entre os agentes envolvidos no processo produtivo:

Cálculo	R\$ milhões	
Resultado da intermediação financeira	2.224	
Receitas decorrentes de prestação de serviços	1.244	
Outras receitas/(despesas)	(1.411)	
Valor adicionado	2.057	
Distribuição	R\$ milhões	%
Remuneração do trabalho	1.052	51,1
Remuneração do governo	574	27,9
Dividendos aos acionistas	143	7,0
Reinvestimento de lucros	288	14,0
Total	2.057	100,0

ATIVOS E PASSIVOS

O ativo total do Conglomerado aumentou 7,1%. Atingiu R\$ 28,1 bilhões contra R\$ 26,3 bilhões em 1996. Desse montante, R\$ 12,2 bilhões eram representados por operações de crédito, leasing e adiantamentos de contratos de câmbio e R\$ 10,6 bilhões por aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, constituídos substancialmente por títulos públicos federais.

O montante dos créditos em liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 1997 era de R\$ 217 milhões, ou 1,8% das operações de crédito, leasing e adiantamentos de contratos de câmbio.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa totalizaram R\$ 803 milhões, representando 3,7 vezes os créditos de liquidação duvidosa.

A captação global do Unibanco, – incluindo fundos de investimentos e carteiras administrados, – no montante de R\$ 9 bilhões –, totalizaram R\$ 30,8 bilhões no encerramento do ano, com crescimento de 3,8% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 1996.



As captações em moeda nacional – principalmente depósitos, captações no mercado aberto, debêntures e repasses do FINAME e do BNDES –, alcançaram R\$ 15,3 bilhões, com crescimento de 13,8% em comparação a 1996.

As captações em moeda estrangeira – representadas substancialmente por linhas de importação e exportação e por títulos emitidos no exterior – atingiram R\$ 6,5 bilhões, contra R\$ 7,8 bilhões em 31 de dezembro de 1996.

REDE DE ATENDIMENTO

Ao final de dezembro de 1997, estávamos operando com um total de 627 agências, das quais 618 possuíam auto-atendimento, sendo 410 Agências 30 Horas e 208 agências com equipamentos de auto-atendimento interno.

Tínhamos também 375 PABs (Postos de Atendimento Bancário) em operação dentro das instalações de empresas-clientes; e 21 unidades dedicadas exclusivamente ao atendimento aos clientes Corporate.

No exterior, contávamos, em 31 de dezembro de 1997, com 3 agências – Nova York, Grand Cayman e Nassau –; dois escritórios de representação – Londres e Miami –; dois bancos subsidiários – Interbanco S.A., no Paraguai, e Unibanco (Luxembourg) S.A., na Europa –; e uma corretora de valores mobiliários – Stephen Rose & Partners, em Londres.

ATUAÇÃO NO VAREJO

O projeto mais importante de nossa área de Varejo em 1997 foi o da ressegmentação da carteira. Distribuímos os clientes em quatro diferentes grupos — Uni Class, Exclusivo, Especial e PJ — e desencadeamos um grande processo de mudança física e conceitual em toda a Rede do Varejo.

Como resultado, até o final de dezembro, treinamos mais de quatro mil funcionários ligados diretamente ao atendimento ao cliente; alteramos o layout de 515 agências em todo o país, readequamos cargos, que resultou no surgimento de novas oportunidades de encareiramento; criamos novas estruturas, tais como a Central Uni Class de Atendimento Telefônico, e desenvolvemos novo material logístico, de cheques a cartões. Esse processo já havia abrangido, em dezembro, a quase totalidade das agências. O projeto deverá estar totalmente concluído até abril de 1998.

No final de 1997, contávamos com 2,4 milhões de correntistas em nossa rede de agências e PABs, e com 560 mil clientes exclusivamente poupadores.

Entre os principais produtos e serviços de Varejo lançados em 1997 destacamos a “Tarifa Mais do Que Justa”, um conjunto de fórmulas para a aplicação de tarifas ao cliente de forma mais adequada; o “Multi-Extrato”, um novo e completo demonstrativo das transações bancárias efetuadas pelo cliente, a bonificação do CPMF, com o benefício da isenção do pagamento desse imposto aos produtos Carteira Administrada, Renda Fixa e Poupança, além do Reserva Financeira, um novo conceito de serviço de investimento, que traz como vantagem a aplicação programada de recursos do cliente.

Unibanco Financeira

As operações de financiamento realizadas em 1997 pela Unibanco Financeira, unidade de negócios que atua exclusivamente no segmento de crédito ao consumidor, apresentaram crescimento de 35% na comparação com 1996. Sua carteira de clientes também se expandiu: fechou o ano 62% maior em relação ao ano anterior. Sua meta, em 1997, de expandir para praças mais distantes seus canais exclusivos de vendas foi atingida com a inauguração de Postos Avançados (PAs) em 43 cidades do interior. Ao final do ano, contávamos com um total de 49 pontos de vendas no País.

Banco 1

Investimento pioneiro na tendência mundial de utilização crescente de serviços e produtos bancários por meios remotos, o Banco 1, que mantém relacionamento com seus clientes exclusivamente por esses meios e por mensageiro, manteve ao longo de 1997 sua estratégia de crescimento, registrando ao final do ano um incremento de 87,7% em sua base de clientes comparado com o registrado em 1996. Ao longo do ano, a média mensal de ligações telefônicas recebidas foi de cerca de 120 mil, referentes a solicitações de consultas, transferências e aquisição de produtos e serviços.



Unibanco Private

O Unibanco Private, nossa unidade de negócio que atende a pessoas físicas com investimentos superiores a R\$ 300 mil, fechou o ano de 1997 com uma carteira de 3 mil clientes. Com o objetivo de continuar expandindo nossos negócios junto a esse segmento, procedemos, em 1997, a uma revisão da estratégia mercadológica destinada a esse público. Desse trabalho resultou a estruturação do negócio em quatro áreas básicas de atuação: Bancária, que realiza operações tradicionais; de Aconselhamento, com perfil técnico e apoiada em consultores externos; de Administração de Portfólio, que assessora os clientes nas diversas modalidades de investimentos; e de Planejamento, que desenvolve estratégias voltadas à administração da liquidez dos recursos dos clientes.

ATENDIMENTO ÀS GRANDES EMPRESAS E CORPORAÇÕES

A Unidade de Negócios Empresas, voltada ao atendimento a pessoa jurídica com faturamento anual entre R\$ 10 milhões e R\$ 100 milhões, chegou a 31 de dezembro de 1997 com um total de clientes 30% maior em comparação ao ano anterior.

Essa clientela abrange um amplo leque de setores da economia e o volume de operações de crédito realizadas por esse segmento de clientes ultrapassou R\$ 3,5 bilhões em 1997.

O atendimento às demandas de serviços bancários e operações estruturadas dos grandes grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$ 100 milhões, realizado pela área de Corporate Banking, foi foco de aperfeiçoamento em 1997.

Para entender com mais profundidade o negócio desses clientes, bem como as características do mercado em que operam, oferecendo assim as melhores soluções, adotamos um modelo setorial de atuação, distribuindo os cerca de 600 grupos econômicos atendidos por essa área, a partir do conceito de “cadeia produtiva”.

ATIVIDADE DE BANCO DE INVESTIMENTO

Em nossas atividades como assessores financeiros destacamos, no ano, a operação de compra de 55,36% do capital de uma companhia do setor de energia elétrica por outra do mesmo setor e a venda da subsidiária de um banco português no Brasil para uma instituição financeira americana. Também coordenamos a securitização de recebíveis de uma grande rede de varejo do país, com a criação de uma nova companhia. E, em parceria com um cliente do setor de bens de capital e de fabricação de tubos, vencemos a licitação internacional promovida pela Petrobrás para fornecimento de tubos para a construção do gasoduto Bolívia-Brasil.

Com relação a operações de captação de recursos no exterior, concluímos, em 1997, cinco emissões de “Eurobonds” no valor total de US\$ 750 milhões. Entre elas uma se destaca: foi a primeira emissão em líras feita por uma instituição privada brasileira, no valor de LIT 175 milhões (US\$ 101 milhões), realizada em setembro.

O setor agropecuário teve um projeto de emissão de “Euro-commercial papers”, pela Resolução 2.148 do Banco Central, no total de US\$ 150 milhões. A carteira de crédito rural com os recursos externos alcançou US\$ 172,4 milhões.

Também em 1997 conseguimos a autorização dos Estados Unidos para operarmos com uma corretora em Nova Iorque. O processo de implantação será desencadeado durante 1998.

Ao longo do ano, participamos em 34 operações de underwriting, que representaram 30,6% do total de operações de ações, debêntures e distribuições secundárias registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 1997.

CÂMBIO

O Unibanco negociou em 1997 um volume de US\$ 19,1 bilhões em suas cinco gerências de câmbio e 50 postos e agências de dólar turismo distribuídos nas principais praças do país, representando 6,3% de participação no mercado, que o posicionou em quarto lugar no ranking do setor e em primeiro lugar entre os bancos privados brasileiros nesse mercado. O saldo de adiantamento sobre o contrato de câmbio de exportação alcançou US\$ 1,3 bilhão. A carteira de financiamentos à importação encerrou o ano com um total de US\$ 1,3 bilhão.

INVESTIMENTOS NO CLIENTE

Em 1997, o Unibanco continuou empenhado no aperfeiçoamento dos canais de acesso de seus clientes às informações do banco. Em setembro inaugurou seu site na Internet, e conquistou ao mesmo tempo um dos dez canais de informações do Explorer 4.0, possibilitando acesso direto ao nosso site, simplificando em muito a disponibilidade dos serviços do banco. Em dezembro, lançamos o Internet 30 Horas, que agregou ao site toda a parte transacional do home banking Micro 30 Horas.

O Unibanco Telefone 30 Horas recebeu aproximadamente 80 milhões de ligações ao longo do ano, totalizando 10,1 milhões de transações e 108,3 milhões de consultas realizadas. Mais de 20 milhões de transações foram efetuadas em nossas Agências 30 Horas e aproximadamente 44 milhões de consultas.

O home banking Micro 30 Horas atingiu a marca de 400 mil clientes conectados ao seu sistema. Ao final de 1997, o total de transações concretizadas por esse meio foi de 33 milhões e de consultas foi de 19,5 milhões.

As facilidades do Micro 30 Horas foram estendidas em 1997 também ao segmento de Postos de Atendimento Bancário (PABs), ao ser instalado na rede de microcomputadores das empresas. Além de oferecer maior comodidade ao correntista do PAB, a nova ferramenta possibilitou às empresas ganhos de produtividade.

Outros investimentos em tecnologia também foram destinados para a maior conveniência dos clientes, tais como o PAB Virtual, desenhado para funcionar com equipamentos de auto-atendimento e com apenas um gerente, reduzindo assim os custos de manutenção no atendimento aos clientes. A abertura de novas contas correntes por computador também foi colocada à disposição dos clientes PABs, permitindo a transferência de forma eletrônica dos dados dos funcionários diretamente das áreas de Recursos Humanos das empresas.

Também oferecemos novos produtos com a aplicação de recursos tecnológicos visando oferecer benefícios aos clientes. O CPP Convênio é um deles, que proporcionou aos clientes dos PABs mais facilidade de crédito, com taxas de juros mais baixas e débito automático do empréstimo em folha de pagamento. Outro exemplo é o CPP Eletrônico, destinado aos clientes da rede do Varejo, que veio ocupar uma lacuna para qual percebemos haver demanda: o crédito pré-aprovado disponível nos terminais de auto-atendimento.

A nossa área de “Cash Management” colocou, ainda, à disposição das empresas correntistas o suporte tecnológico do Unibanco que possibilitou a realização das operações diretas com clientes e fornecedores por meio de EDI (Transferência Eletrônica de Dados), que chamamos de “comércio eletrônico”, também via Internet.

Um número atesta o desempenho do produto “Cash Management” em 1997: o volume de documentos que trafegaram via EDI mensalmente cresceu 235,41% - ou seja, duas vezes e meia em relação a 1996.

PROJETO ANO 2000

Demos início em 1997 ao projeto que visa adequar todos os nossos equipamentos, sistemas e produtos eletrônicos para o ano 2000, tendo sido concluída a conversão de 30% dos sistemas, priorizando os de necessidade imediata, tais como os de Leasing, Câmbio e outros.

O planejamento de conversão para os 70% remanescentes foi finalizado de acordo com o seu cronograma. O projeto como um todo deverá estar concluído até 31 de dezembro de 1998, com um investimento de US\$ 20 milhões e 440 mil horas de trabalho.

INVESTIMENTOS EM GENTE

O Unibanco continuou mantendo como política fundamental o reconhecimento e o investimento no aperfeiçoamento profissional de seus funcionários. Em 1997, criou o Conselho Consultivo de Recursos Humanos, que tem como missão entender recursos humanos como o grande patrimônio de uma empresa moderna e seu principal fator de diferenciação competitiva. A meta, que o banco também leva para 1998, é visitar todas as políticas e processos de recursos humanos.

Criamos em 1997 programas para atrair e incentivar profissionais com perfil e formação acadêmica diferenciados. Além disso, investimos, no ano, R\$ 8,6 milhões em programas de capacitação e treinamento, que tiveram 27.900 participantes em 560 mil horas/aula.

Oferecemos ainda a nossos profissionais acesso ao programa MBA (Masters in Business Administration), com patrocínio de bolsas de estudo no exterior e no Brasil. Mais. No segundo semestre implantamos o programa PERH (Planejamento Estratégico de RH), cujo objetivo é obter uma visão mais clara e abrangente das competências e potencialidades de nosso corpo gerencial. A meta final, como sempre, é a excelência.



PREOCUPAÇÃO COM A QUALIDADE

Em 1997, o Unibanco deu prosseguimento a seu Programa de Qualidade Total. Foram formadas 29 equipes, envolvendo 197 funcionários, na busca de melhorias de processos, produtos e serviços.

Mantivemos a premiação Funcionário Qualidade, para aqueles que se destacam em suas unidades por atitudes voltadas à satisfação dos clientes e maior produtividade. Em 1997, 2.035 funcionários foram reconhecidos com esse prêmio.

O Unibanco foi a primeira instituição financeira do país a também premiar seus fornecedores. O Prêmio Unibanco Fornecedores teve a participação de 718 empresas em 1997, das quais 13 saíram vencedoras.

A busca constante pela excelência nos rendeu, em 1997, o reconhecimento de importantes organismos da área da Qualidade. Foram certificados com a ISO 9001 o Banco 1, a área de Produtos Varejo e a Unibanco Financeira. A nossa Agência Recife foi a primeira agência bancária do mercado financeiro brasileiro a receber a certificação ISO 9002.

Esses certificados foram concedidos pelas entidades certificadoras Fundação Vanzolini; DQS, da Alemanha; e BR-TüV, do sistema TüV/Cert alemão.

NOSSA ATUAÇÃO NAS ÁREAS CULTURAL E SOCIAL

Em setembro, foram abertas ao público - para uma exposição do acervo de obras de arte do Unibanco - as futuras instalações do Espaço Cultural de Belo Horizonte, que passa a integrar a base de apoio a manifestações artísticas do Instituto Moreira Salles, ao lado do Espaço Higienópolis, em São Paulo e da Casa de Cultura de Poços de Caldas, em Minas Gerais. Esses dois últimos promoveram, somados, 603 eventos com público total de 38.870 pessoas em 1997.

Os Espaços Unibanco de Cinema em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre receberam, ao longo do ano, um público de 1,6 milhão de pessoas, em cerca de 1.400 sessões e 530 eventos realizados.

Em 1997, o Unibanco Ecologia completou seis anos de existência com 230 projetos aprovados em 130 municípios, e investimentos em meio ambiente que bateram a casa dos R\$ 6,5 milhões. Foram beneficiados por esse Programa 55 projetos de educação ambiental, que anualmente educam 1.100 crianças, e 39 projetos de coleta seletiva de lixo em 29 cidades do país.

O Unibanco patrocinou, entre outras, em 1997, a exposição das obras de Monet e a publicação do livro “Academia Brasileira de Letras - 100 Anos”.

OS PRÊMIOS DE 1997

Em 1997, o Unibanco recebeu 13 prêmios - três deles, de instituições Internacionais. Da International Public Relations Association (IPRA), vieram dois “Golden World Award”: um pelo case Unibanco Ecologia, 5 anos, 200 Projetos, outro pela estratégia de comunicação da operação Unibanco-Nacional.

Também do exterior veio a Menção Honrosa da ONU/IPRA, em reconhecimento ao programa Unibanco Ecologia.

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

Unibanco Seguros S.A.

Para a Unibanco Seguros o ano de 1997 foi marcado pela aliança estratégica com um dos maiores grupos seguradores do mundo, o American International Group (AIG). Em 15 de outubro de 1997, o Unibanco assinou com esse grupo acordo estabelecendo as bases de sua associação no ramo de seguros no Brasil.

A partir desse acordo, que tem como objetivo fortalecer a posição competitiva de ambas empresas no mercado segurador nacional, a Unibanco Seguros e as empresas do AIG no Brasil deram início à construção de uma nova estrutura para efetivar a sinergia entre elas. Esse trabalho deverá estar concluído até o final do primeiro semestre de 1998.

Em 1997 a Unibanco Seguros atingiu R\$ 792 milhões em prêmios e cresceu 12%, um resultado compatível com o do mercado segurador do país. Encerrou o ano com lucro líquido de R\$ 78,7 milhões e R\$ 560,4 milhões de patrimônio líquido, que evoluiu 13% com relação a 1996.



Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A.

Em 1997, destacamos a contratação de 27 novos clientes do segmento institucional, no qual o patrimônio administrado pela UAM (Unibanco Asset Management) evoluiu de US\$ 2,1 bilhões para US\$ 3,1 bilhões ao final de 1997.

Líder em volume e número de clientes no segmento institucional, a UAM contava, ao final de dezembro de 1997, com 102 clientes contratados que, somados aos cotistas de fundos institucionais, totalizaram 175 clientes, representando 50% de penetração de mercado nesse período.

Cartão Unibanco

Em 1997, a empresa continuou operando simultaneamente com três bandeiras de cartões de crédito: Visa, MasterCard e Diners Club International. O total de cartões Unibanco atingiu 1.985 mil em dezembro de 1997, representando 12% de fatia de mercado. O lucro líquido da empresa em 1997 foi de R\$ 20 milhões.

Com a bandeira Visa a empresa fechou 1997 com 1,4 milhão de cartões de crédito e registrou 34,2 milhões de transações, com faturamento de R\$ 2,1 bilhões.

Com a bandeira MasterCard encerrou o ano com 425 mil cartões e 7,2 milhões de operações realizadas, totalizando faturamento de R\$ 161 milhões.

Os cartões Diners apresentaram faturamento de R\$ 138,4 milhões, gerados através de 1,4 milhão de transações de 160 mil cartões.

Ainda em 1997, o Unibanco recebeu autorização para lançar os chamados cartões “Authentic”, tornando-se o primeiro banco brasileiro a emitir cartões com as marcas das próprias bandeiras.

Unibanco Capitalização

O faturamento da Unibanco Capitalização cresceu 26,7% em 1997. As reservas técnicas da companhia atingiram R\$ 125 milhões.

O produto “Plin” - plano de capitalização - chegou a proporcionar prêmios de até R\$ 500 mil a seus investidores em 1997, dada a sua aceitação.

Prever S.A. Seguros e Previdência

Segunda maior empresa do setor de previdência privada do país, a Prever encerrou o ano com ativos de R\$ 672,4 milhões, patrimônio líquido de R\$ 24,7 milhões e reservas técnicas de R\$ 626,5 milhões.

EMPRESAS ASSOCIADAS

Credicard S.A. Administradora de Cartões de Crédito e Redecard S.A.

A Credicard e a Redecard encerraram o ano com 8,2 milhões de cartões de crédito e 18 milhões de cartões de débito. Foram realizadas 230 milhões de transações no ano, com um crescimento de 15% em relação a 1996.

O faturamento anual foi de R\$ 13,5 bilhões. O lucro líquido foi de R\$ 207 milhões.

Fininvest

Na área de Varejo, o Unibanco continuou mantendo sua participação na Fininvest. O lucro líquido da empresa em 1997 foi de R\$ 65,5 milhões. No fim do ano, o patrimônio líquido chegou a R\$ 105,5 milhões. Foram realizadas 11,8 milhões de operações. Os ativos totais somavam R\$ 1,5 bilhão em 31 de dezembro de 1997, dos quais R\$ 1,2 bilhão eram operações de créditos.

Interchange Serviços S.A.

Em 1997, a Interchange, empresa voltada à prestação de serviços de EDI (Transferência Eletrônica de Dados), manteve sua liderança nesse mercado, apresentando no ano um crescimento acima de 20% em seu faturamento e de mais de 50% em sua carteira de clientes.

Além disso, firmou aliança estratégica com um dos líderes mundiais em tecnologia da informação, a EDS – Electronic Data Systems, com sua entrada em 25% no capital da empresa. Nessa nova fase de desenvolvimento, a Interchange poderá oferecer aos seus clientes serviços inovadores de comércio eletrônico em escala mundial. A primeira etapa desta evolução foi o investimento em uma nova plataforma tecnológica no valor de US\$ 6 milhões.



Tecnologia Bancária S.A.

A Tecnologia Bancária, que, ao final de 1997, administrava 744 terminais de auto-atendimento do Banco 24 Horas, continuou oferecendo ao mercado produtos para atender às necessidades específicas de automação bancária e comercial de seus clientes. Entre eles destaca-se o Cheque Eletrônico – sistema que viabiliza o pagamento de compras e serviços com cartão bancário – que obteve crescimento médio de 35% em 1997, registrando cerca de 4 milhões de transações/mês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa expectativa para 1998 é de um cenário mais competitivo. Vamos redobrar esforços no contínuo investimento em nossos clientes e em nossos funcionários. A redução de custos e os ganhos de produtividade e qualidade permanecerão em nossa lista de prioridades. Estaremos sempre olhando para o futuro, atentos às oportunidades de negócios que agreguem valor às nossas empresas e beneficiem nossos clientes, acionistas e funcionários.

Aproveitamos para prestar agradecimentos a todos que participaram direta ou indiretamente dos resultados desse ano, com uma especial menção a Roberto Konder Bornhausen, que deixou a presidência do nosso Conselho de Administração no início de 1997, após 28 anos de atuação no Unibanco. Sua contribuição foi inestimável para o desenvolvimento e crescimento de nossa empresa.

São Paulo, fevereiro de 1998.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

A T I V O	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
CIRCULANTE	18.583.411	19.995.488	22.472.103	22.721.016
DISPONIBILIDADES	340.772	2.108.031	381.302	2.121.986
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5.712.765	2.881.856	5.762.827	2.912.477
Aplicações no mercado aberto	5.236.021	2.628.826	5.297.189	2.666.712
Aplicações em depósitos interfinanceiros	476.744	253.030	465.638	245.765
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2.088.536	4.450.989	3.481.208	5.222.998
Carteira própria	2.080.066	3.307.234	3.477.315	4.042.454
Vinculados a compromissos de recompra	-	1.103.268	-	1.103.268
Vinculados a negociação e intermediação de valores:				
Compras a termo a receber	-	2.033	-	29.399
Contratos e prêmios a exercer	30.780	41.233	30.780	41.233
Vinculados ao Banco Central	296	627	3.881	11.812
Provisões para desvalorizações	(22.606)	(3.406)	(30.768)	(5.168)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.296.395	873.347	1.354.927	914.679
Pagamentos e recebimentos a liquidar	7.760	-	7.760	-
Créditos vinculados:				
Depósitos no Banco Central	1.238.908	753.565	1.297.440	794.897
Crédito rural - PROAGRO a receber	646	-	646	-
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	3.975	3.700	3.975	3.700
Repasses interfinanceiros	22.229	99.850	22.229	99.850
Correspondentes	22.877	16.232	22.877	16.232
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	112.827	5.957	112.827	5.957
Recursos em trânsito de terceiros	4.067	1.146	4.067	1.146
Transferências internas de recursos	108.760	4.811	108.760	4.811
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.319.663	6.995.368	7.721.398	8.170.490
Operações de crédito:				
Setor público	42.253	19.136	42.253	19.136
Setor privado	6.521.444	7.199.159	8.186.974	8.534.160
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(244.034)	(222.927)	(507.829)	(382.806)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	122	1.050	403.205	310.221
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber:				
Setor público	-	-	6.778	3.904
Setor privado	3.624	10.017	751.019	675.020
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(3.502)	(8.967)	(354.592)	(368.703)
OUTROS CRÉDITOS	2.539.196	2.568.322	2.995.392	2.876.230
Carteira de câmbio	1.712.036	1.950.503	1.712.036	1.950.503
Rendas a receber	61.417	116.481	32.066	27.262
Negociação e intermediação de valores	324.250	25.173	322.316	30.774
Prêmios de seguros a receber	-	-	148.189	152.741
Diversos	519.451	573.245	858.743	812.030
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(77.958)	(97.080)	(77.958)	(97.080)
OUTROS VALORES E BENS	173.135	110.568	259.017	185.978
Outros valores e bens	146.459	100.845	184.243	143.739
Despesas antecipadas	26.676	9.723	74.774	42.239
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.539.650	1.684.669	4.006.678	1.950.412
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	108.868	61.352	108.868	61.352
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.193.096	221.047	1.213.648	103.319
Carteira própria	1.235.270	278.765	1.256.840	161.327
Vinculados a negociação e intermediação de valores:				
Contratos e prêmios a exercer	188	-	188	-
Provisões para desvalorizações	(42.362)	(57.718)	(43.380)	(58.008)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	121.560	28.196	121.560	28.196
Créditos vinculados:				
Crédito rural - PROAGRO a receber	-	485	-	485
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	28.412	27.609	28.412	27.609
Repasse interfinanceiros	93.148	102	93.148	102
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.930.049	1.301.347	1.877.196	1.287.570
Operações de crédito:				
Setor público	34.969	30.401	34.969	30.401
Setor privado	1.895.080	1.270.946	1.842.227	1.257.169
Operações de crédito de liquidação duvidosa:				
Setor privado	183.459	167.952	186.036	169.564
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(183.459)	(167.952)	(186.036)	(169.564)

A T I V O	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	34	235.585	239.772
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber:				
Setor público	-	-	3.610	3.990
Setor privado	5.931	8.666	515.427	462.585
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(5.931)	(8.632)	(283.452)	(226.803)
Operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:				
Setor privado	-	-	25.914	37.964
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-	-	(25.914)	(37.964)
OUTROS CRÉDITOS	181.065	72.384	438.749	223.912
Créditos por avais e fianças honrados	1.076	1.097	1.076	1.097
Carteira de câmbio	1.408	53	1.408	53
Rendas a receber	-	-	70	93
Negociação e intermediação de valores	3.934	18	5.671	18
Diversos	175.723	72.313	431.600	223.748
Créditos de liquidação duvidosa	2.878	493	4.616	777
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(3.954)	(1.590)	(5.692)	(1.874)
OUTROS VALORES E BENS	5.012	309	11.072	6.291
Outros valores e bens	-	-	-	2.110
Despesas antecipadas	5.012	309	11.072	4.181
PERMANENTE	2.551.759	2.240.377	1.660.406	1.597.024
INVESTIMENTOS	1.839.996	1.407.612	237.217	112.950
Participações em controladas e coligadas	1.817.551	1.402.475	105.380	25.651
Outros investimentos	24.306	6.841	136.152	91.445
Provisão para perdas	(1.861)	(1.704)	(4.315)	(4.146)
IMOBILIZADO DE USO	298.245	323.514	954.098	930.979
Imóveis de uso	102.986	88.830	749.359	713.624
Outras imobilizações de uso	429.957	436.444	602.985	558.489
Depreciações acumuladas	(234.698)	(201.760)	(398.246)	(341.134)
DIFERIDO	413.518	509.251	469.091	553.095
Gastos de organização e expansão	713.816	681.115	799.655	739.274
Amortizações acumuladas	(300.298)	(171.864)	(330.564)	(186.179)
T O T A L	24.674.820	23.920.534	28.139.187	26.268.452

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

PASSIVO	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
CIRCULANTE	17.527.532	18.578.138	19.747.557	20.460.838
DEPÓSITOS	6.181.664	7.037.287	5.588.894	6.384.484
Depósitos a vista	957.678	765.152	1.034.597	828.510
Depósitos de poupança	2.802.889	2.268.138	2.802.889	2.268.138
Depósitos interfinanceiros	23.918	37.552	17.994	32.975
Depósitos a prazo	2.397.179	3.966.445	1.733.414	3.254.861
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.439.114	2.870.500	3.347.008	2.792.254
Carteira própria	-	1.101.929	-	1.101.929
Carteira de terceiros	3.439.114	1.768.571	3.347.008	1.690.325
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	946.556	1.791.705	1.113.241	2.322.154
Recursos de letras hipotecárias	248.771	191.864	248.771	191.864
Recursos de debêntures	-	-	71.752	278.051
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	697.785	1.599.841	792.718	1.852.239
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	271.527	82.889	271.527	82.889
Correspondentes	271.527	82.889	271.527	82.889
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	128.763	62.076	128.763	62.076
Recursos em trânsito de terceiros	125.238	55.200	125.238	55.200
Transferências internas de recursos	3.525	6.876	3.525	6.876
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	3.762.934	4.375.818	4.249.498	4.637.709
Empréstimos no país - instituições oficiais	2.186	1.965	2.186	80.649
Empréstimos no país - outras instituições	-	-	377.558	182.842
Empréstimos no exterior	3.760.748	4.373.853	3.869.754	4.374.218
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	515.765	334.040	515.765	334.040
BNDES	165.610	140.858	165.610	140.858
FINAME	350.155	192.296	350.155	192.296
CEF	-	886	-	886
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	-	15.531	-	15.531
Repasse do exterior	-	15.531	-	15.531
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.281.209	2.008.292	4.532.861	3.829.701
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	18.380	11.216	18.891	11.848
Carteira de câmbio	616.388	1.055.416	616.388	1.055.416
Sociais e estatutárias	131.748	92.068	135.882	93.267
Fiscais e previdenciárias	250.336	142.198	371.325	283.520
Negociação e intermediação de valores	865.152	300.247	934.630	334.115
Obrigações por aquisição de bens e direitos	94.587	17.335	94.587	173.324
Provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência	-	-	1.059.677	627.621
Diversas	304.618	389.812	1.301.481	1.250.590
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.506.913	3.184.587	5.292.844	3.633.057
DEPÓSITOS	1.641.665	1.182.283	859.863	1.182.283
Depósitos interfinanceiros	2.617	12.101	2.617	12.101
Depósitos a prazo	1.639.048	1.170.182	857.246	1.170.182
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	967.173	310.542	2.427.154	703.631
Recursos de debêntures	-	-	1.425.876	363.756
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	967.173	310.542	1.001.278	339.875
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	261.826	201.166	263.661	202.903
Empréstimos no país - instituições oficiais	12.074	3.588	12.074	4.315
Empréstimos no país - outras instituições	-	-	1.542	22.704
Empréstimos no exterior	249.752	197.578	250.045	175.884
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	704.637	646.939	704.637	646.939
BNDES	341.269	284.453	341.269	284.453
FINAME	363.368	352.051	363.368	352.051
CEF	-	10.435	-	10.435
OUTRAS OBRIGAÇÕES	931.612	843.657	1.037.529	897.301
Carteira de câmbio	1.169	-	1.169	-
Fiscais e previdenciárias	336.220	375.452	445.373	428.404
Negociação e intermediação de valores	127.602	5.177	129.332	5.177
Obrigações por aquisição de bens e direitos	455.980	462.317	455.980	462.317
Diversas	10.641	711	5.675	1.403
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	10.415	4.052	19.588	7.245
Resultados de exercícios futuros	10.415	4.052	19.588	7.245

PASSIVO	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS				
MINORITÁRIOS	-	-	449.238	13.555
Capital e reservas	-	-	449.238	13.555
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.629.960	2.153.757	2.629.960	2.153.757
Capital:	1.574.076	1.100.000	1.574.076	1.100.000
De domiciliados no país	1.121.151	931.597	1.121.151	931.597
De domiciliados no exterior	452.925	168.403	452.925	168.403
Reservas de capital	157.553	442.106	157.553	442.106
Reserva de reavaliação	-	207	-	207
Reservas de lucros	908.171	620.585	908.171	620.585
Ações em tesouraria	(9.840)	(9.141)	(9.840)	(9.141)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA				
CONTROLADORA	-	-	3.079.198	2.167.312
T O T A L	24.674.820	23.920.534	28.139.187	26.268.452

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	Unibanco			Unibanco Consolidado	
	Segundo semestre	Exercícios Findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
		1997	1997	1996	1997
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.230.448	4.419.970	4.920.240	5.626.463	6.023.532
Operações de crédito	1.574.361	3.069.178	3.206.817	3.892.646	3.809.481
Operações de arrendamento mercantil	669	7.764	15.881	221.174	187.726
Resultado de títulos e valores mobiliários	524.848	1.119.773	1.566.929	1.289.388	1.895.712
Resultado de câmbio	16.331	34.068	54.738	34.068	54.738
Aplicações compulsórias	114.239	189.187	75.875	189.187	75.875
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.533.744)	(2.950.235)	(3.334.622)	(3.402.715)	(3.664.740)
Captações no mercado	(1.015.276)	(1.918.527)	(2.217.245)	(1.900.388)	(2.210.474)
Empréstimos, cessões e repasses	(252.455)	(502.336)	(534.303)	(603.080)	(664.975)
Arrendamento mercantil	(757)	(2.273)	(3.031)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(265.256)	(527.099)	(580.043)	(899.247)	(789.291)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	696.704	1.469.735	1.585.618	2.223.748	2.358.792
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(379.800)	(926.045)	(1.184.246)	(1.683.568)	(1.845.510)
Receitas de prestação de serviços	410.397	813.061	685.001	1.244.071	904.181
Prêmios de seguro, capitalização e previdência	-	-	-	1.163.934	1.450.552
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência	-	-	-	(508.548)	(787.294)
Sinistros	-	-	-	(439.543)	(387.214)
Despesas de comercialização de seguros	-	-	-	(73.139)	(83.511)
Despesas de pessoal	(462.857)	(895.573)	(897.224)	(1.147.086)	(1.102.131)
Outras despesas administrativas	(609.717)	(1.177.820)	(1.223.870)	(1.484.807)	(1.574.801)
Despesas tributárias	(80.291)	(145.138)	(102.753)	(265.158)	(163.670)
Resultado de participações em controladas e coligadas	361.577	495.959	514.985	14.858	16.755
Outras receitas operacionais	70.290	153.693	49.330	207.200	155.329
Outras despesas operacionais	(69.199)	(170.227)	(209.715)	(395.350)	(273.706)
RESULTADO OPERACIONAL	316.904	543.690	401.372	540.180	513.282
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(25.719)	(39.277)	(56.415)	110.101	(30.757)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	291.185	504.413	344.957	650.281	482.525
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	(124.623)	(120.230)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(37.279)	(73.570)	(59.895)	(93.261)	(76.026)
Administradores	(1.863)	(3.543)	(2.730)	(3.849)	(2.730)
Empregados	(35.416)	(70.027)	(57.165)	(89.412)	(73.296)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	253.906	430.843	285.062	432.397	286.269
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	-	-	-	(1.554)	(1.207)
LUCRO LÍQUIDO	253.906	430.843	285.062	430.843	285.062
Número de ações (nota 11)	99.895.780.102	99.895.780.102	95.195.526.716		
Lucro líquido ajustado por lote de 1.000 ações: R\$	2,54	4,38	2,99		
Valor patrimonial por lote de 1.000 ações: R\$	26,43	26,43	22,72		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

	Capital				Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	realizado atualizado				Estatutárias							
	Capital social	Correção monetária do capital	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Legal	Reserva especial de dividendos	Outras reservas estatutárias	Ações em tesouraria				
Em 1º de janeiro de 1996	888.048	145.148	508.693	168	65.324	63.898	301.086	(4.544)	-	1.967.821		
Aumento de capital por incorporação de reservas	211.952	(145.148)	(66.804)	-	-	-	-	-	-	-		
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(4.804)	-	(4.804)		
Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	424	-	424		
Lucro na venda de ações em tesouraria	-	-	217	-	-	-	-	(217)	-	-		
Constituição da reserva de reavaliação de bens em controladas e coligadas	-	-	-	45	-	-	-	-	-	45		
Realização da reserva de reavaliação de bens em controladas e coligadas	-	-	-	(6)	-	-	-	-	-	(6)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	285.062	285.062		
Apropriação do lucro líquido	-	-	-	-	14.253	-	176.024	-	(190.277)	-		
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.785)	(94.785)		
Em 31 de dezembro de 1996	1.100.000	-	442.106	207	79.577	63.898	477.110	(9.141)	-	2.153.757		
Aumento de capital por incorporação de reservas	400.000	-	(400.000)	-	-	-	-	-	-	-		
Aumento de capital em dinheiro	74.076	-	95.763	-	-	-	-	-	-	169.839		
Doações e subvenções para investimentos	-	-	19.684	-	-	-	-	-	-	19.684		
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(699)	-	(699)		
Realização da reserva de reavaliação de bens em controladas e coligadas	-	-	-	(207)	-	-	-	-	-	(207)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	430.843	430.843		
Apropriação do lucro líquido	-	-	-	-	21.542	-	320.431	-	(341.973)	-		
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(54.387)	-	(88.870)	(143.257)		
Em 31 de dezembro de 1997	1.574.076	-	157.553	-	101.119	63.898	743.154	(9.840)	-	2.629.960		
Em 1º de julho de 1997	1.574.076	-	157.553	-	88.424	63.898	590.813	(9.141)	-	2.465.623		
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(699)	-	(699)		
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	253.906	253.906		
Apropriação do lucro líquido	-	-	-	-	12.695	-	152.341	-	(165.036)	-		
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(88.870)	(88.870)		
Em 31 de dezembro de 1997	1.574.076	-	157.553	-	101.119	63.898	743.154	(9.840)	-	2.629.960		

DIVIDENDOS POR LOTE DE 1.000 AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL (NOTA 11)

	Propor- cional	1997	1996
		Integral	Integral
Sobre ações ordinárias: R\$	0,8540	1,4025	0,9559
Sobre ações preferenciais: R\$	0,9394	1,5428	1,0516

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (em milhares de reais)

	Unibanco			Unibanco Consolidado	
	Segundo semestre	Exercícios Findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	1997	1997	1996	1997	1996
ORIGENS DOS RECURSOS	2.253.685	3.541.132	6.841.233	4.241.416	7.969.378
LUCRO LÍQUIDO	253.906	430.843	285.062	430.843	285.062
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO					
Depreciações e amortizações	116.114	205.496	172.312	253.018	207.114
Provisão para perdas em investimentos	-	548	-	415	1.938
Resultado de participações em controladas e coligadas	(361.577)	(495.959)	(514.985)	(14.858)	(16.755)
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	-	19.684	-	19.684	-
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	3.408	6.363	(1.108)	12.343	2.085
RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE BENS EM CONTROLADAS E COLIGADAS	-	-	45	-	45
ALIENAÇÃO DE AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	424	-	424
VARIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	-	-	435.683	3.197
RECURSOS DE ACIONISTAS:	-	169.839	-	169.839	-
Aumento do capital em dinheiro	-	169.839	-	169.839	-
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:					
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	1.261.488	1.184.811	4.202.825	2.168.077	5.095.785
Depósitos	777.473	-	-	-	-
Captações no mercado aberto	-	568.614	1.296.727	554.754	1.221.525
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	462.348	514.610	408.368
Relações interfinanceiras e interdependências	18.112	255.325	4.554	255.325	4.554
Obrigações por empréstimos e repasses	465.903	-	1.169.479	-	1.391.125
Outras obrigações	-	360.872	1.269.717	843.388	2.070.213
DIMINUIÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	463.863	1.438.369	1.547.958	631.461	1.651.905
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	1.537.233	-	1.507.061
Títulos e valores mobiliários	-	1.390.404	-	631.461	-
Relações interfinanceiras e interdependências	137.898	-	-	-	-
Operações de crédito	144.891	47.003	-	-	-
Operações de arrendamento mercantil	5.789	962	10.725	-	144.844
Outros créditos	175.285	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS	459.944	519.330	1.025.183	134.911	658.695
Investimentos	402.502	436.881	811.193	1.707	253.805
Bens não de uso próprio	20.709	35.459	44.054	47.234	61.721
Imobilizado de uso	36.733	46.990	169.936	85.970	343.169
EMPRESAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	-	-	-	-	69.761
Investimentos	-	-	-	-	69.761
DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO RECEBIDOS DE CONTROLADAS E COLIGADAS	56.539	61.808	123.517	-	10.122
APLICAÇÕES DE RECURSOS	2.505.779	5.308.391	6.659.101	5.982.100	7.777.592
REALIZAÇÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM CONTROLADAS E COLIGADAS	-	207	6	207	6
DIVIDENDOS PROPOSTOS E DISTRIBUÍDOS	88.870	143.257	94.785	143.257	94.785
AQUISIÇÃO DE AÇÕES EM TESOURARIA	699	699	4.804	699	4.804
INVERSÕES EM:	510.821	589.534	516.413	411.016	698.341
Investimentos	413.427	435.662	275.711	111.531	24.840
Bens não de uso próprio	33.365	82.874	73.516	96.023	96.615
Imobilizado de uso	64.029	70.998	167.186	203.462	576.886
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	36.877	60.486	81.802	74.641	117.329

	Unibanco			Unibanco Consolidado	
	Segundo semestre	Exercícios Findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	1997	1997	1996	1997	1996
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	1.125.228	3.601.117	3.864.867	4.130.709	5.047.334
Aplicações interfinanceiras de liquidez	703.962	2.878.425	-	2.897.866	-
Títulos e valores mobiliários	404.723	-	1.452.073	-	1.901.133
Relações interfinanceiras e interdependências	-	623.282	142.791	640.482	166.747
Operações de crédito	-	-	1.766.963	140.534	2.500.247
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	88.797	-
Outros créditos	-	79.555	498.071	333.999	445.394
Outros valores e bens	16.543	19.855	4.969	29.031	33.813
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	743.284	913.091	2.096.424	1.221.571	1.814.993
Captações no mercado aberto	469.877	-	-	-	-
Depósitos	-	396.241	2.096.424	1.118.010	1.814.993
Recursos de aceites e emissão de títulos	138.781	188.518	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	328.332	-	103.561	-
Outras obrigações	134.626	-	-	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(252.094)	(1.767.259)	182.132	(1.740.684)	191.786
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA					
Disponibilidades					
No início do semestre/exercício	592.866	2.108.031	1.925.899	2.121.986	1.930.200
No fim do semestre/exercício	340.772	340.772	2.108.031	381.302	2.121.986
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(252.094)	(1.767.259)	182.132	(1.740.684)	191.786

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E DE 1996 (em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As atividades operacionais consolidadas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto, incluem, além das atividades financeiras de cada instituição do Conglomerado Unibanco, outras atividades desenvolvidas por empresas controladas com objetivos específicos, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização, previdência privada, processamento de dados, administração de bens patrimoniais e de participações societárias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., que incluem suas agências no exterior (Unibanco), estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do Unibanco e empresas controladas (Unibanco Consolidado), e foram elaboradas de acordo com a legislação societária.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior, das empresas controladas, direta ou indiretamente, e das sociedades controladas em conjunto, conforme apresentado no anexo da nota 8. As demonstrações financeiras da empresa controlada Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada, em atendimento à Instrução nº 247/96 da Comissão de Valores Mobiliários. As sociedades abrangidas na consolidação e as respectivas participações são o Banco Fininvest S.A. – 49,242%, a Interchange Serviços S.A. – 25,0%, a Avantel Comunicações Pessoais S.A. – 24,777%, a Tecnologia Bancária S.A. – 15,660%, a Redecard S.A. – 32,016% e a Credicard S.A. – Administradora de Cartões de Crédito – 33,333%, sendo que para esta última, na consolidação das contas de resultado, foi utilizado o percentual de 32,991% (1996 – 30,8%) por força de acordos operacionais.

Os principais saldos que serviram de base para consolidação das sociedades controladas em conjunto, estão resumidos da seguinte forma:

<u>ATIVO</u>	<u>1997</u>	<u>1996</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>1997</u>	<u>1996</u>
Disponibilidades	16.318	2.686	Depósitos	292.615	175.371
Aplicações interfinanceiras de liquidez	61.141	38.444	Captações no mercado aberto	-	15.149
Títulos e valores mobiliários	9.172	246.202	Recursos de aceites e emissão de títulos	124.943	-
Relações interfinanceiras	38.245	23.720	Obrigações por empréstimos	377.938	218.097
Operações de crédito	1.125.727	811.669	Outras obrigações	649.979	802.463
Outros créditos	248.262	117.959	Patrimônio líquido (eliminado)	133.526	106.658
Outros valores e bens Permanente	2.536	2.483			
	77.600	74.575			
Total	1.579.001	1.317.738	Total	1.579.001	1.317.738
Receitas da intermediação financeira	708.547	616.630			
Despesas da intermediação financeira	(387.922)	(205.096)			
Despesas com pessoal	(125.022)	(90.370)			
Despesas administrativas	(176.245)	(218.667)			
Outras receitas/ despesas operacionais	123.833	59.582			
Resultado não operacional	4.555	2.023			
Imposto de renda e contribuição social	(41.734)	(48.836)			
Participações no lucro	(7.008)	(5.263)			
Lucro líquido	99.004	110.003			

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e por suas empresas controladas emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.



a. Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;
- os efeitos da atualização “pro rata temporis” dos direitos e obrigações com cláusula de variação monetária;
- os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização;
- os encargos relativos ao PIS à alíquota de 0,75%;
- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência e de capitalização contratados;
- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial;
- as participações no lucro;
- a parcela atribuível ao imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicionais específicos incidentes sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para imposto de renda, exceto adicionais, inclui incentivos fiscais de acordo com os percentuais estabelecidos na legislação vigente; e
- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 18% (1996 - 30%) nas empresas financeiras e de 8% nas empresas não financeiras sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda.

b. Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída por valor suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, realizada pela administração para concluir quanto a necessária provisão para créditos de liquidação duvidosa, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

c. Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo e corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme demonstrado no anexo da nota 8. Os outros investimentos são ajustados, quando aplicável, aos valores de mercado ou patrimoniais. O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%, equipamentos de uso - 10%, sistemas de processamento de dados e sistemas de transportes - 20%. O diferido é representado, substancialmente, pelo custo na compra da carteira de clientes do Nacional, por benfeitorias em propriedades de terceiros e aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizado na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos.

d. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

e. Resultados de exercícios futuros

Incluem os rendimentos não restituíveis, recebidos antecipadamente.

5. OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CIRCULANTE E LONGO PRAZO)

	1997			1996		
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Títulos e valores mobiliários		Aplicações interfinanceiras de liquidez	Títulos e valores mobiliários	
		Públicos	Privados		Públicos	Privados
Livres	2.382.492	1.806.979	1.508.357	1.179.305	2.371.658	1.216.374
Contratos e prêmios a exercer	-	-	30.968	-	-	41.233
Vinculados ao Bacen - depósito compulsório	-	296	-	-	627	-
Carteira bancada	2.382.492	1.807.275	1.539.325	1.179.305	2.372.285	1.257.607
Vinculados a compromissos de recompra/revenda	3.439.141	-	-	1.763.903	1.103.268	-
Total das aplicações	5.821.633	1.807.275	1.539.325	2.943.208	3.475.553	1.257.607



6. CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Durante o exercício, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 527.099 (1996 - R\$ 580.043) no Unibanco e R\$ 899.247 (1996 - R\$ 789.291) no Unibanco Consolidado. Adicionalmente, os créditos baixados contra provisão montaram a R\$ 507.243 (1996 - R\$ 602.488) no Unibanco e R\$ 785.106 (1996 - R\$ 756.913) no Unibanco Consolidado. Nesse mesmo período, foram recuperados R\$ 252.799 (1996 - R\$ 254.669) no Unibanco e R\$ 293.891 (1996 - R\$ 262.887) no Unibanco Consolidado. Essas recuperações foram registradas em “Receitas de operações de crédito”.

O saldo da conta “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, no ativo circulante, no Unibanco Consolidado inclui R\$ 263.345 (1996 - R\$ 158.538) referentes à carteira das empresas administradoras de cartões de crédito.

7. CARTEIRA DE CÂMBIO (OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES)

A conta de “Outros créditos - carteira de câmbio” inclui R\$ 1.430.740 (1996 - R\$ 1.521.642) de câmbio comprado a liquidar e a conta de “Outras obrigações - carteira de câmbio” inclui R\$ 353.110 (1996 - R\$ 581.559) de câmbio vendido a liquidar. As contrapartidas dessas contas foram registradas em “Outras obrigações - obrigações por compras de câmbio” e “Outros créditos - direitos sobre vendas de câmbio”, respectivamente, e são apresentadas deduzidas dos adiantamentos contratados, que montam em R\$ 105.682 (1996 - R\$ 186.334) em “Outros créditos” e R\$ 1.146.286 (1996 - R\$ 1.029.686) em “Outras obrigações”.

8. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS

O resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas foi registrado em conta de resultado, sob o título de “Resultado de participações em controladas e coligadas”, no grupo de outras receitas/despesas operacionais, e correspondeu a R\$ 495.959 (1996 - R\$ 514.985) no Unibanco e R\$ 14.858 (1996 - R\$ 16.755) no Unibanco Consolidado. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas estão apresentados no anexo complementar a esta nota.

Em 15 de outubro de 1997, o Unibanco assinou com o American International Group, Inc. (AIG) acordo estabelecendo as bases de sua associação no ramo de seguros no Brasil. A transação será totalmente concluída até 30 de junho de 1998. Inicialmente, o AIG subscreveu ações ordinárias e preferenciais de emissão da Unibanco Seguros S.A. e ações preferenciais resgatáveis da Uniseg S.A. - Participações, empresa totalmente controlada pelo Unibanco e que passou a ser a controladora direta da Unibanco Seguros. Por outro lado, o Unibanco adquiriu 50% do capital total das empresas controladas pelo AIG no Brasil. O resultado positivo da transação para o Unibanco, no exercício de 1997, foi de R\$ 145.440, líquido da amortização de parte do ágio originado quando da aquisição da carteira de clientes da seguradora. O AIG poderá resgatar até 30 de junho de 1998, as ações da Uniseg S.A. - Participações, em dinheiro ou em ações representativas do capital da Unibanco Seguros.

Se o resgate for efetuado em ações, o AIG passará a participar diretamente com 50% do capital total da Unibanco Seguros. Neste caso, o efeito positivo no resultado do Unibanco, no próximo ano, será de aproximadamente R\$ 152 milhões.

Em dezembro de 1997 foi adquirido pela Unibanco Representação e Participações Ltda. uma participação adicional de 49,999% na Prever S.A. Seguros e Previdência, que passou à condição de controlada indireta, incluída integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

9. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

As letras hipotecárias são corrigidas monetariamente de acordo com o índice de correção dos depósitos de poupança, acrescido de juros médios de 10,93 % ao ano, com vencimentos até julho de 1998.

As debêntures de emissão da Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil são inconversíveis, com vencimentos até o ano de 2003 e são remuneradas a taxas prefixadas de 15% e 16% ao ano.

As obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior representam captações no exterior para repasses a clientes locais. A captação de recursos através de emissão de “Commercial Papers” têm vencimentos semestrais até 2005, com incidência de encargos financeiros pagos semestralmente à taxa média de 7,5% ao ano. Os recursos captados por meio de emissão de “Euronotes”, no total de US\$ 1.026.826 mil (1996 - US\$ 1.868.627 mil), têm vencimentos entre janeiro de 1998 e agosto de 2005, com a incidência de juros entre 7,3% e 11,4% ao ano, pagos semestralmente.

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se substancialmente a linhas de curto prazo, para refinanciamento de operações de câmbio.

As obrigações por repasses do país têm vencimentos até 2012, com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema BNDES, acrescidos de correção pelo índice da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e estão vinculadas a linhas de crédito do BNDES e FINAME.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é constituído por ações sem valor nominal, da seguinte forma:

			Quantidades
	De domiciliados no país	De domiciliados no exterior	Ações em tesouraria
Ordinárias	49.714.227.140	8.054.696	231.886.408
Preferenciais	20.664.407.977	28.735.950.004	541.253.877
	70.378.635.117	28.744.004.700	773.140.285

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas têm prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade, até o montante do capital social representado por essas ações preferenciais, e a receber um dividendo anual 10% superior ao distribuído às ações ordinárias. O dividendo mínimo obrigatório, é de 35% do lucro líquido anual do Banco, ajustado pela parcela de constituição da reserva legal.

Em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 1997, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- aumento do capital social de R\$ 1.100.000 para R\$ 1.500.000, mediante incorporação de reservas, sem modificação da quantidade de ações representativas do capital social;
- a autorização para a emissão de Certificados de Depósitos de Ações (Units) representativos de ações de emissão do Unibanco e da Unibanco Holdings;
- a autorização para que em futuros aumentos de capital a Sociedade possa emitir ações preferenciais ou ordinárias, sem guardar proporção entre essas duas espécies, respeitadas as prescrições legais;
- prover a faculdade de a Sociedade computar no cálculo do dividendo obrigatório, a remuneração do capital próprio atribuída aos acionistas, até o limite da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP;

Em Reunião do Conselho de Administração de 10 de junho de 1997, o capital social foi aumentado de R\$ 1.500.000 para R\$ 1.574.076, com ágio na emissão de R\$ 95.763, mediante a subscrição e integralização de 4.700.253.386 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.356.404.886 ordinárias e 2.343.848.500 preferenciais. Em consequência, o capital social passou a ser dividido em 99.895.780.102 ações (1996 - 95.195.526.716) , sendo 49.954.168.244 ordinárias (1996 - 47.597.763.358) e 49.941.611.858 preferenciais (1996 - 47.597.763.358). As novas ações passaram a fazer jus aos dividendos declarados a partir da data da subscrição.

O aumento significativo da participação de domiciliados no exterior no capital social é decorrente da operação de colocação no mercado externo de “Global Depositary Shares (GDS)” conforme divulgado na nota 16.

Conforme Reunião do Conselho de Administração de 12 de novembro de 1997 foi autorizada pelo prazo de três meses, a aquisição de até 1.757.554.697 ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da sociedade, sendo 1.494.105 ordinárias e 1.756.060.592 preferenciais, bem como a aquisição de até 906.991.301 ações preferenciais classe “B” de emissão da Unibanco Holdings S.A., para permanência em tesouraria ou cancelamento, sem redução do capital social. A autorização também abrange a aquisição de Certificados de Depósito de Ações (UNITS), representativos de ações preferenciais de emissão do Unibanco e ações preferenciais classe “B” de emissão da Unibanco Holdings S.A. No exercício foram adquiridas 21.797.249 ações do Unibanco.

b. Dividendos

Em reunião de 22 de janeiro de 1998 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendo intermediário, a título de antecipação do dividendo obrigatório do exercício de 1997, no valor total de R\$ 88.870, na proporção de R\$ 0,8540 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 0,9394 por lote de mil ações preferenciais. O pagamento desses dividendos será a partir de 30 de janeiro de 1998.



Os dividendos propostos no exercício de 1997 montaram a R\$ 143.257 (1996 - R\$ 94.785), equivalentes a 35% do lucro disponível para distribuição.

c. Reservas de capital

São representadas substancialmente por reserva de ágio na subscrição de ações.

d. Lucro por ação

O lucro líquido por lote de 1.000 ações apresentado na demonstração do resultado, relativo ao exercício de 1997, foi apurado considerando proporcionalmente o aumento de capital efetuado em 10 de junho de 1997.

12. COMPROMISSOS E GARANTIAS

	1997		1996	
	Unibanco	Consolidado	Unibanco	Consolidado
Coobrigação e riscos por garantias prestadas	2.593.975	2.593.975	1.539.706	1.539.706
Contratos de administração de carteiras (substancialmente fundos mútuos de investimentos)	8.438.397	9.016.022	8.067.787	8.459.456
Compromissos por arrendamento mercantil	176.556	188.525	237.461	237.461

13. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	1997	1996
ATIVO		
Disponibilidades	-	7
Aplicações no mercado aberto	-	488
Aplicações em depósitos interfinanceiros	52.941	7.335
Títulos e valores mobiliários	234.777	290.791
Operações de crédito	139.455	55.586
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	24.697	75.491
Outras rendas a receber	13.746	14.114
Negociação e intermediação de valores	38.388	378
Valores a receber	9.632	5.207
PASSIVO		
Depósitos a vista	9.854	7.837
Depósitos interfinanceiros	8.842	15.009
Depósitos a prazo	1.681.882	1.001.900
Captações no mercado aberto	92.106	92.908
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	40.048	6.391
Obrigações por empréstimos	14.956	23.748
Negociação e intermediação de valores	2.403	10.153
Valores a pagar	379	1.621
Diversos	212	-
RECEITAS		
Operações de crédito	26.037	31.185
Operações de arrendamento mercantil	1.860	4.265
Títulos e valores mobiliários	105.112	34.605
Rendas de prestação de serviços	95.211	57.848
Outras receitas operacionais	715	13.087
DESPESAS		
Captações no mercado aberto	301.248	189.919
Empréstimos, cessões e repasses	4.951	6.309
Outras despesas administrativas	40.970	49.840
Outras despesas operacionais	1.143	1.476

As aplicações no mercado aberto e os depósitos a prazo e interfinanceiros foram efetuados pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

As rendas de prestação de serviços referem-se basicamente a serviços prestados pelo Unibanco às empresas do conglomerado, cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes.

14. AGÊNCIAS NO EXTERIOR

Conforme mencionado na nota 2, as demonstrações financeiras das agências no exterior estão sendo apresentadas na forma consolidada juntamente com as demonstrações financeiras do Unibanco.

Os saldos consolidados dessas agências (New York, Grand Cayman e Nassau), podem ser resumidos como segue:

	Em milhares de dólares	
	1997	1996
Ativo circulante	2.837.077	2.871.161
Realizável a longo prazo	735.169	121.629
Permanente	28.440	16.236
Passivo circulante	2.332.796	2.354.269
Exigível a longo prazo	862.981	259.487
Resultado de exercícios futuros	2.826	-
Patrimônio líquido	402.083	395.270

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Unibanco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e dos seus clientes, bem como para reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao mercado, estão assim apresentados:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Operações de crédito	8.677.205	8.641.709	10.292.459	10.256.963
Passivos				
Depósitos a prazo	4.036.227	4.008.575	2.590.660	2.574.586
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.664.958	1.646.992	1.793.996	1.776.143
Derivativos (líquido)	631.152	659.699	668.422	696.969

O valor de mercado das operações de créditos e dos depósitos a prazo foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco no último dia de negociação do exercício.

O valor de mercado das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados na data das demonstrações financeiras.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado, principalmente, com base nas taxas médias praticadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia do exercício, conforme divulgações da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

O valor nominal dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação é resumido como segue:

	Unibanco				Unibanco Consolidado			
	1997		1996		1997		1996	
	Global	Líquido	Global	Líquido	Global	Líquido	Global	Líquido
Contratos Futuros								
Compromissos de compra								
Moedas	56.993	-	146.640	131.492	56.993	-	146.640	131.492
Taxas de juros	513.000	-	1.497.100	529.100	513.000	-	1.497.100	529.100
Índice	6.248	-	2.165	-	15.152	-	2.165	-
Compromissos de venda								
Moedas	232.217	175.224	15.148	-	232.217	175.224	15.148	-
Taxas de juros	2.016.000	1.503.000	968.000	-	2.016.000	1.503.000	968.000	-
Índice	65.608	59.360	6.495	4.330	65.608	50.456	6.495	4.330
Contratos de Swaps								
Posição Ativa								
Moedas	5.259.514	-	3.331.116	-	5.433.781	-	3.665.874	118.537
Taxas de juros	20.891.021	380.746	35.980.408	188.208	20.865.165	92.682	36.197.034	-
Posição Passiva								
Moedas	5.655.939	396.425	3.525.127	194.011	5.579.412	145.631	3.547.337	-
Taxas de juros	20.510.275	-	35.792.200	-	20.772.483	-	36.321.922	124.888
Contratos de Opções								
Compromissos de compra								
Moedas	2.541.036	-	793.285	-	2.541.136	-	793.285	-
Compromissos de venda								
Moedas	9.142.698	6.601.662	2.840.154	2.046.869	9.142.698	6.601.562	2.840.154	2.046.869
Ações	-	-	16.600	16.600	-	-	16.600	16.600

Os valores a receber dos contratos de “swaps” em aberto montam a R\$ 327.829 (1996 - R\$ 24.316) no Unibanco e R\$ 300.231 (1996 - R\$ 24.322) no Unibanco Consolidado e os valores a pagar montam a R\$ 343.508 (1996 - R\$ 30.119) no Unibanco e R\$ 353,180 (1996 - R\$ 30.673) no Unibanco Consolidado e estão registrados em “Outros créditos” e “Outras obrigações”, respectivamente, na conta “Negociação e intermediação de valores”.

Os prêmios pagos por contratos de opções adquiridos montam a R\$ 30.968 (1996 - R\$ 41.233) no Unibanco e no Unibanco Consolidado, e estão registrados em “Títulos e valores mobiliários” na conta “Contratos e prêmios a exercer” e os prêmios recebidos por contratos de opções lançadas montam a R\$ 646.441 (1996 - R\$ 241.560) no Unibanco e no Unibanco Consolidado, e estão registrados em “Outras obrigações” na conta “Negociação e intermediação de valores”.

Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação possuem os seguintes vencimentos:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
Contratos Futuros				
Até 90 dias	2.750.566	1.145.448	2.759.470	1.145.448
De 91 até 180 dias	72.500	1.480.100	72.500	1.480.100
De 181 até 360 dias	67.000	10.000	67.000	10.000
Contratos de Swaps				
Até 90 dias	11.580.630	21.474.374	11.059.676	22.056.264
De 91 até 180 dias	5.962.995	14.899.007	6.087.980	14.899.007
De 181 até 360 dias	8.018.632	3.146.437	8.391.687	3.146.437
Acima de 360 dias	557.850	113.440	755.522	113.440
Contratos de Opções				
Até 90 dias	1.725.338	2.647.828	1.725.438	2.647.828
De 91 até 180 dias	3.329.344	564.617	3.329.344	564.617
De 181 até 360 dias	4.929.720	371.421	4.929.720	371.421
Acima de 360 dias	1.699.332	66.173	1.699.332	66.173

Esses instrumentos financeiros geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos, ou ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os contratos de opções proporcionam ao comprador o direito, mas não a obrigação, para comprar ou vender um instrumento financeiro com um preço específico de exercício em data futura.

Riscos de Mercado

O valor global dos contratos não representa o montante sujeito a riscos de mercado e não reflete o quanto das posições estão relacionadas às outras transações. Os instrumentos financeiros são normalmente utilizados para reduzir ou eliminar possíveis variações que aumentam a exposição do Unibanco às perdas por riscos de mercado. Os riscos de mercado surgem de mudanças não favoráveis em taxas de juros, em posições em moeda estrangeira, ou no valor de mercado dos títulos, e que podem causar saídas de caixa por valor superior ao esperado e diferente do reconhecido nas demonstrações financeiras. O Unibanco minimiza sua exposição aos riscos de mercado através de várias políticas de controle, incluindo limites, procedimentos de monitoração e estratégias de proteção (*Hedging*). O Unibanco administra sua exposição sobre uma base individual de produtos, porém de uma forma integrada, relacionando as diversas posições aos diversos produtos.

Riscos de Crédito

O risco de crédito está diretamente relacionado à performance da contraparte no contrato e o valor global dos contratos não representa a efetiva exposição do banco ao risco de crédito. A exposição do banco ao risco de crédito em qualquer tempo do contrato é representada pelo custo de reposição de todos os contratos para os quais o banco tenha reconhecido ganhos não realizados. O Unibanco minimiza sua exposição para riscos de crédito, determinando limites de créditos para a contraparte e através do uso de várias técnicas de monitoração de crédito, incluindo políticas colaterais e de posições e limites de exposição de crédito que são apurados conforme as condições financeiras da contraparte. A maioria das transações do Unibanco com instrumentos financeiros derivativos e conseqüentemente, a concentração da exposição de risco, são com outras instituições financeiras do mercado brasileiro.

Risco Operacional

Diariamente a alta administração do Unibanco recebe informações das posições em aberto e dos descasamentos. A tesouraria trabalha com limites de exposição muito rígidos, definidos pela alta administração. A revisão dos limites ocorre mensalmente ou sempre que julgado necessário, face a alterações de cenário. Além disso, no início do dia, o comitê de caixa analisa os riscos das posições e potenciais ganhos e perdas. No processamento das operações, os sistemas prevêm planos de contingência e quase a totalidade das transações estão registradas na BM&F ou na CETIP.

16. CERTIFICADOS DE DEPÓSITO DE AÇÕES (“UNITS”)

Em maio de 1997, o Unibanco e a Unibanco Holdings S.A. viabilizaram a venda de suas ações pertencentes ao Banco Nacional S.A., em Liquidação Extrajudicial, por meio de distribuição secundária no mercado de balcão no Brasil, simultaneamente com ofertas no exterior no total de 15.861.634.025 Certificados de Depósito de Ações (“Units”), representativos, cada um, de uma ação preferencial de emissão do Unibanco e uma ação preferencial classe “B” de emissão da Unibanco Holdings.

A quantidade de Units ofertada foi aumentada em função da demanda verificada, mediante o acréscimo de 2.343.848.500 Units, em decorrência do exercício de opção de sobredemanda “Green Shoe” pelos Coordenadores Globais.

As Units foram oferecidas por meio de: (i) uma oferta pública no Brasil, registrada na Comissão de Valores Mobiliários, (ii) uma oferta de Global Depositary Shares (“GDSs”), representativos das Units (cada GDS representando 500 Units) nos Estados Unidos e Canadá registrada junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América (“SEC”) e (iii) uma oferta de GDS fora do Brasil, dos Estados Unidos e do Canadá (a “Oferta Internacional”).

Em 31 de outubro de 1997, foi concluído o período de reserva para conversão de ações preferenciais e ordinárias do Unibanco em Units, completando-se assim o ciclo iniciado com a Oferta Global Secundária. Como resultado, foram convertidas 16.470.793.096 ações preferenciais e 2.680.748.558 ações ordinárias, representando 9.575.770.827 Units distribuídas em 06 de novembro de 1997.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Os bens arrendados a terceiros, no montante de R\$ 856.426 (1996 - R\$ 687.440), líquido de depreciação, estão comprometidos para venda aos arrendatários, à opção destes, no término dos correspondentes contratos de arrendamento por R\$ 253.205 (1996 - R\$ 264.218).

b. É política do Unibanco e de suas controladas manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 1997, a cobertura de seguros sobre imóveis e outros bens de uso montava a R\$ 296.302 (1996 - R\$ 273.145) no Unibanco e R\$ 604.277 (1996 - R\$ 660.312) no Unibanco Consolidado.

c. Os bens arrendados de terceiros são amortizáveis até 2002. As despesas incorridas com arrendamento montaram a R\$ 93.439 (1996 - R\$ 124.437) no Unibanco e R\$ 98.221 (1996 - R\$ 124.437) no Unibanco Consolidado. Os referidos bens arrendados ao valor original e depreciados, montam a R\$ 183.348 (1996 - R\$ 251.501) no Unibanco e R\$ 192.549 (1996 - R\$ 251.501) no Unibanco Consolidado.

d. “Outros créditos - diversos”, incluem basicamente créditos tributários no montante de R\$ 382.687 (1996 - R\$ 358.096) no Unibanco e R\$ 430.374 (1996 - R\$ 390.736) no Unibanco Consolidado, imposto de renda a compensar/recuperar no montante de R\$ 51.243 (1996 - R\$ 61.472) no Unibanco e R\$ 304.008 (1996 - R\$ 242.799) no Unibanco Consolidado, depósitos judiciais no montante de R\$ 96.271 (1996 - R\$ 58.589) no Unibanco e R\$ 139.251 (1996 - R\$ 86.822) no Unibanco Consolidado e títulos e créditos a receber no valor de R\$ 55.664 (1996 - R\$ 60.244) no Unibanco e R\$ 183.145 (1996 - R\$ 159.430) no Unibanco Consolidado. Os créditos tributários foram calculados sobre as diferenças intertemporais, basicamente representadas pela parcela indedutível da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

e. “Obrigações por aquisição de bens e direitos”, referem-se principalmente, à obrigação assumida pela aquisição das carteiras de clientes quando da assunção das atividades operacionais do Nacional, no montante de R\$ 433.675 (1996 - R\$ 365.845) no Unibanco e no Unibanco Consolidado.

f. “Outras obrigações - diversas”, incluem, basicamente, provisões para despesas de pessoal, administrativas e para processos judiciais no valor de R\$ 243.072 (1996 - R\$ 195.985) no Unibanco e R\$ 281.029 (1996 - R\$ 322.701) no Unibanco Consolidado, e pagamentos a serem efetuados a estabelecimentos credenciados do Cartão Unibanco, Credicard e Fininvest no montante de R\$ 702.909 (1996 - R\$ 531.020) no Unibanco Consolidado.

g. Outras receitas/outras despesas operacionais

No exercício de 1997 o Unibanco constituiu provisão para processos judiciais, envolvendo contingências relacionadas a ações movidas contra a empresa, principalmente reclamações trabalhistas, no montante de R\$ 137.626, que figuram na demonstração do resultado em “Outras despesas operacionais” e baseado no parecer de seus consultores jurídicos, na tendência contínua de julgamentos favoráveis aos contribuintes que apelaram judicialmente e a obtenção de pareceres favoráveis a nível administrativos da receita federal, ou ainda, julgamentos favoráveis em ações próprias, reverteu provisões para contingências tributárias constituídas em exercícios anteriores no montante de R\$ 78.983 contabilizada em “Outras receitas operacionais”

No Unibanco Consolidado “Outras despesas operacionais” também incluem despesas com atividades relacionadas a seguros no montante de R\$ 52.083 (1996 - R\$ 21.018) e com cartões de crédito no montante de R\$ 124.335. Em 1996 “Outras despesas operacionais” incluem R\$ 181.692 de despesas relacionadas ao programa de reestruturação, decorrente da assunção das atividades operacionais do Nacional.

INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS – Anexo da nota 8 (em milhares de reais)

Controladas	Quantidade de ações ou cotas (1)	Participação (%)		Saldos de controladas				Equivalência patrimonial				Valor do investimento					
		Unibanco	Unibanco Consolidado	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Receitas (despesas)		Ativos (passivos)		Unibanco		Unibanco Consolidado		Unibanco		Unibanco Consolidado	
						1997	1997	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996		
Unibanco Representação e Participações Ltda.	668.680.159	100,000	100,000	1.373.821	307.948	4.778	11.394	307.948	198.801	-	-	1.373.808	662.322	-	-	-	-
Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (2)	60.000	99,995	99,995	208.387	56.411	97.442	1.005.657	57.439	43.113	-	-	208.376	167.167	-	-	-	-
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A. (2)	60.000.000	100,000	100,000	61.930	24.780	30.333	80.912	26.485	12.490	-	-	61.930	39.309	-	-	-	-
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxemburgo) S.A.	200.000	100,000	100,000	33.558	3.053	3.501	40.048	5.365	5.016	-	-	33.558	28.193	-	-	-	-
Interbanco S.A.	19.000.000	99,996	99,999	19.851	3.036	679	3.378	2.679	2.462	-	-	19.850	17.171	-	-	-	-
Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A. (2)	9.000.000	93,000	93,000	13.484	9.126	3.031	12.112	8.721	8.214	-	-	12.541	46.929	-	-	-	-
Unibanco Companhia Hipotecária (2)	4.000.000	100,000	100,000	5.286	452	847	5.341	490	795	-	-	5.286	4.795	-	-	-	-
Unibanco Securities Inc.	1.500	100,000	100,000	2.747	(44)	-	-	(44)	-	-	-	2.747	-	-	-	-	-
Stephen Rose & Partners Ltd. (3)	750.000	100,000	100,000	1.471	(375)	-	74	(214)	-	-	-	1.913	874	-	-	-	-
Cartão Unibanco Ltda. (4)	2.708.736	-	100,000	95.080	20.103	-	-	-	47.329	-	-	-	-	-	-	-	-
Cardway Processamento Ltda. (4)	300.000	-	100,000	1.196	67	-	-	-	171	-	-	-	-	-	-	-	-
Unibanco Consultoria de Investimentos S/C Ltda. (4)	12.750	-	100,000	973	95	-	-	-	107	-	-	-	-	-	-	-	-
Unibanco Seguros S.A. (7)	841.136.945	-	74,944	560.395	78.736	-	-	42.392	165.107	-	-	-	386.736	-	-	-	-
Outras (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	12.595	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto																	
Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito	38.813.332	-	33,333	173.567	162.745	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Fininvest S.A. (2)	2.697.753	49,242	49,242	105.492	65.529	-	-	33.060	14.922	-	-	51.787	28.354	-	-	-	-
Tecnologia Bancária S.A. (5)	3.556.677.343	15,660	15,660	56.424	3.881	-	-	1.906	-	-	-	8.836	-	-	-	-	-
Redecard S.A. (9)	1.874.037	-	32,016	30.994	44.076	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Interchange Serviços S.A. (11)	300.000.000.000	-	25,000	19.857	2.717	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coligadas																	
Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (2) e (3)	11.035.634	-	30,000	37.394	20.432	-	-	-	(2.543)	6.192	(1.696)	-	-	11.218	5.026	-	-
Companhia Siderúrgica de Tubarão (8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.355	-	-	-	-	-	-
Interamericana Companhia de Seguros Gerais (5) e (10)	61.586.317	-	50,000	71.921	(1.378)	-	-	-	-	(730)	-	-	-	46.024	-	-	-
AIG Life Companhia de Seguros Gerais (5) e (10)	400.000	-	50,000	8.462	(321)	-	-	-	-	(161)	-	-	-	4.438	-	-	-
AIG Health Care Participações Ltda. (5) e (10)	4.200.000	-	50,000	4.225	99	-	-	-	-	46	-	-	-	2.113	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	9.732	6.406	9.511	6.096	36.919	20.625	41.587	20.625	-	-
Total								495.959	514.985	14.858	16.755	1.817.551	1.402.475	105.380	25.651		

(1) Todas as ações possuídas são ordinárias, exceto quanto a 247.153.503 ações preferenciais da Unibanco Seguros S.A., 1.262.829 ações preferenciais da Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A., 30.000.000 ações preferenciais da Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A., 651.045 ações preferenciais do Banco Fininvest S.A. e 400.000 ações preferenciais da Redecard S.A..

(2) As diferenças entre o lucro líquido dessas empresas e a equivalência patrimonial reconhecida no resultado, são decorrentes de incentivos fiscais, atualizações de títulos patrimoniais e realização de reserva de reavaliação de bens, registrados diretamente no patrimônio líquido das empresas investidas.

(3) Empresa adquirida em dezembro de 1996 sendo o investimento apresentado acrescido de ágio no montante R\$ 442.



- (4) Empresa alienada no segundo semestre de 1996 pelo valor contábil para sua controlada Unibanco Representação e Participações Ltda..
- (5) Equivalência patrimonial apurada sobre as demonstrações financeiras de novembro de 1997.
- (6) Empresas alienadas em 1996 ou primeiro semestre de 1997 por seu valor contábil para controlada e posteriormente incorporadas.
- (7) Empresa alienada no segundo semestre de 1997 pelo valor contábil para sua controlada Unibanco Representação e Participações Ltda. que posteriormente alienou parte da participação societária para AIG Holding Brasil Ltda. conforme mencionado na nota 8.
- (8) Durante o primeiro semestre de 1996 foi alienada a participação da Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST para a Companhia Aços Especiais Itabira - ACESITA, pelo valor de R\$ 264.290, resultando num lucro de R\$ 29.905.
- (9) Investimento resultante de cisão parcial da empresa Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito em abril de 1997.
- (10) Empresa adquirida em outubro de 1997 pela Unibanco Representação e Participações Ltda., conforme mencionado na nota 8, sendo o investimento da Interamericana Companhia de Seguros Gerais e AIG Life Companhia de Seguros Gerais acrescido de ágio no montante de R\$ 10.064 e R\$ 207, respectivamente.
- (11) Durante o segundo semestre de 1997 foi alienado 8,33% da participação societária. As principais empresas controladas indiretamente incluídas no consolidado são as seguintes: Unibanco Seguros S.A., Cartão Unibanco Ltda., Unibanco Companhia de Capitalização, Prever S.A. Seguros e Previdência, Unibanco Saúde Ltda., BWU Vídeo S.A. (Blockbuster do Brasil), BWU Representação e Participações Ltda., Unibanco Sistemas Ltda., Uniseg S.A. - Participações, Secta Administração de Bens S.A., Bib Cash Management Ltda., Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda., Unibanco Empreendimentos Ltda., Megbens Administração de Bens Ltda., Estrel Estudos Representações e Administração Ltda., Uni-Securities Ltd. e Uni-Holding International Limited.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

5 de fevereiro de 1999

Aos Administradores e Acionistas

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

1. Examinamos as demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (Nota 2) e do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 1998 e de 1997, e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do segundo semestre de 1998 do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., elaboradas sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da instituição, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 1998 e de 1997, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos do banco e o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidados dos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos do segundo semestre de 1998 do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Baldin
Sócio
Contador CRC 1SP110374/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 1998

AOS ACIONISTAS

Em 1998 obtivemos o maior resultado de nossa história – um feito considerável diante de um cenário macroeconômico adverso. Atingimos um lucro líquido de R\$ 454,1 milhões, representando um crescimento de 5,4% sobre o resultado de 1997.

O ano de 1998 também foi de grandes mudanças para o Unibanco. Usamos parte importante desse período para olhar para dentro, dedicando esforço ao entendimento de nossas vantagens comparativas e ao desenvolvimento e consolidação de um modelo organizacional que levará, rapidamente, à construção de um banco melhor, mais leve e ágil. Como resposta à necessidade de maximizar nossa expertise no atendimento aos principais segmentos da indústria financeira, definimos estatutariamente uma nova estrutura organizacional no primeiro trimestre do ano, que se configura em duas presidências executivas – uma para o Banco de Varejo e outra para o Banco de Atacado –, além de uma vice-presidência Corporativa de Planejamento e Controle ligada diretamente ao Conselho de Administração.

Esse novo modelo, alinhado à estratégia definida em nossos quatro pilares de negócios – Banco de Varejo, Banco de Atacado, Seguros e Administração de Recursos de Terceiros –, permite um maior foco nos mercados relevantes, velocidade no processo decisório e agilidade na implementação.

Na esteira dessa importante mudança deu-se início ao mais abrangente e importante movimento realizado pelo Unibanco em 1998: o Projeto “Ano 2000 e Único”. Essa iniciativa mobilizou toda a comunidade interna na busca de alternativas de redução de custos e revisão de processos e atividades. Em cinco meses de trabalho – de maio a outubro –, o projeto resultou na apresentação de mais de 6.000 idéias sugeridas por pessoas de todas as áreas da organização, num processo de discussão nunca antes experimentado na história do Unibanco. Após várias etapas de análise, 1.400 propostas foram aprovadas e estão sendo implantadas desde outubro de 1998, com término em setembro de 1999. O custo total de implantação do Projeto está estimado em R\$ 240 milhões. Em contrapartida, após totalmente concluído, ele posicionará o banco sobre uma nova base de sustentação, prevendo, entre redução de despesas e aumento de receitas, um benefício anual equivalente a 10% das despesas do Conglomerado.

RESULTADOS, DIVIDENDOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 1998, não obstante um cenário predominantemente recessivo e de alta volatilidade, o lucro líquido consolidado atingiu a cifra de R\$ 454,1 milhões, o que representou um ganho de 5,4% em relação a 1997.

O lucro por lote de 1.000 ações foi de R\$ 4,58, gerando um retorno de 16,4% sobre o patrimônio líquido médio. Sobre os ativos totais médios, a rentabilidade atingiu 1,5%.

Encerramos o exercício com patrimônio líquido de R\$ 2.906,3 milhões, 10,5% superior ao alcançado no término do ano anterior. O valor patrimonial por lote de 1.000 ações foi de R\$ 29,27.

Distribuímos aos nossos acionistas um total de R\$ 178,2 milhões, dos quais R\$ 82 milhões foram pagos em julho de 1998 na forma de dividendos e R\$ 96,2 milhões foram pagos em janeiro de 1999 na forma de juros sobre o capital próprio. Essa distribuição é 24% maior em relação ao que foi pago no ano anterior.

ATIVOS E PASSIVOS CONSOLIDADOS

O ativo total consolidado aumentou 12,8%, atingindo R\$ 31,7 bilhões contra R\$ 28,1 bilhões em 1997. Desse montante, R\$ 14,0 bilhões eram representados por operações de crédito, leasing e adiantamentos de contratos de câmbio e R\$ 11,1 bilhões por aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, constituídos substancialmente por títulos públicos federais.

O montante dos créditos em liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 1998 era de R\$ 234 milhões, ou 1,7% das operações de crédito, leasing e adiantamentos de contratos de câmbio.

As provisões para créditos em liquidação duvidosa totalizaram R\$ 893 milhões, representando 3,8 vezes os créditos de liquidação duvidosa.

A captação global do Unibanco – incluindo fundos de investimentos e carteiras administrados no montante de R\$ 10,2 bilhões – totalizaram R\$ 34,3 bilhões no encerramento do ano, com crescimento de 11,3% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 1997.



BANCO DE VAREJO

Fato marcante em 1998 para o Unibanco foi a conclusão, em dezembro, do Projeto Millennium.

Nascido em decorrência da integração das operações bancárias do Banco Nacional, o projeto implicou na ressegmentação da base de clientes, tendo como pressuposto a criação de uma oferta de valor superior para cada um dos novos segmentos abordados, em contraposição a uma única oferta, padronizada, para o conjunto da clientela.

Dessa forma, o Unibanco, no âmbito do Banco de Varejo, passou a contar com quatro segmentos bem definidos: Uni Class – para pessoas físicas com renda mensal superior a R\$ 4.000 -, Exclusivo – para pessoas físicas com renda mensal entre R\$ 1.300 e R\$ 4.000 -, Especial – para pessoas físicas com renda mensal de até R\$ 1.300 e PJ – para empresas com faturamento anual de até R\$ 25 milhões.

A esses clientes, o Unibanco oferece portfólio completo de produtos e serviços, adequados às necessidades específicas de cada segmento, servindo-se de seus canais físicos de distribuição: 644 agências, 358 postos de atendimento bancário (PABs) e, de forma pioneira, já a partir de 1998, as novas unidades de In-Store-Branches: um conceito inédito no Brasil, de instalação de mini-agências completas em supermercados, acompanhando integralmente seu horário de funcionamento; além do Banco 1 – seu banco virtual.

Durante o ano de 1998, foram inauguradas 63 novas unidades, sendo 9 agências, 39 postos de atendimento bancário e 15 In-Store-Branches.

Além da rede física, o Unibanco mantém seus canais alternativos de atendimento, negócios e serviços, expressos na Família 30 Horas, com suas 616 Salas de Conveniência e unidades com Auto-Atendimento; o Telefone 30 Horas – que recebeu 74,6 milhões de ligações em 1998 –; e o Home/Internet Banking que registrou 13 milhões de acessos no mesmo período.

Paralelamente à ação mercadológica, ações restauradoras dos padrões tradicionais de qualidade Unibanco assumiram importante papel durante 1998, refletidas em investimentos em tecnologia e aperfeiçoamento de processos, que somaram R\$ 172 milhões.

Nesse contexto, foram adquiridos em 1998, 1.628 novos equipamentos de auto-atendimento, com expansão prevista de mais 1.200 equipamentos para o ano de 1999 e substituídos cerca de 2.000 microcomputadores da rede de agências. A partir do 2º Semestre de 1998, o Unibanco passou a compartilhar sua rede de equipamentos de auto-atendimento, disponibilizando-a para os clientes dos bancos filiados à rede do Banco 24 Horas.

Sob supervisão e acompanhamento do Banco de Varejo estão ainda as coligadas Credicard e Redecard, Fininvest, Banco Dibens e Quatro/A, além da controlada Cartão Unibanco Ltda.

Em 1998, o lucro líquido da Cartão Unibanco Ltda. foi de R\$ 41,2 milhões, representando um incremento de 105% sobre 1997. A receita bruta total da empresa atingiu R\$ 289,5 milhões, com crescimento de 21% sobre 1997. A receita média por cartão foi de R\$ 207,80, 25% maior do que no ano anterior. Ao final do ano a empresa contava com 1,9 milhão de cartões emitidos e seu faturamento somou R\$ 2,3 bilhões, contra R\$ 2,1 bilhões em 1997. O volume financiado totalizou R\$ 2 bilhões, representando um aumento expressivo de 37%, quando comparado a R\$ 1,5 bilhão em 1997. O custo operacional da empresa apresentou redução de 2%, declinando de R\$ 126,2 milhões em 1997 para R\$ 123,5 milhões em 1998. Como consequência, a lucratividade líquida por conta aumentou, passando de R\$ 18,80 em 1997 para R\$ 36,60 em 1998. A companhia apresentou ainda melhorias significativas do ponto de vista operacional, fruto das diversas ações desencadeadas no ano para a manutenção de padrões internacionais de qualidade em todas as suas áreas vitais.

A Credicard encerrou o ano com faturamento de R\$ 12,4 bilhões e com um portfólio de 5,2 milhões de clientes. Após forte crescimento em exercícios anteriores, a Credicard e Redecard registraram, juntas, uma rentabilidade total de R\$ 33,5 milhões em 1998, significativamente menor que R\$ 184,8 milhões em 1997. Esse resultado deveu-se aos impactos da inadimplência gerada pelos altos níveis de desemprego e alto nível de fraudes no mercado de cartões de crédito em geral. Para tratar dessas questões, a Credicard desencadeou vários projetos que abrangem desde fortes investimentos em tecnologia até uma reestruturação organizacional profunda e que serão continuados em 1999.

A Fininvest, na qual o Unibanco divide igualmente o controle acionário com o Grupo Icatu, encerrou o ano de 1998 com R\$ 1,3 bilhão em ativos, lucro líquido de R\$ 13,6 milhões e com 51 lojas distribuídas nas principais praças do país, atendendo a 6,6 milhões de clientes. A empresa obteve ainda um aumento de produtividade da ordem de 20% como resultado de um processo de reestruturação desencadeado em 1998 na busca de maior eficiência organizacional.

Em março de 1998, o Unibanco adquiriu o controle acionário do Banco Dibens - banco múltiplo, voltado ao financiamento do ciclo automotivo –, numa operação de R\$ 60,7 milhões, passando a deter 51% do capital votante e 44,5% do capital total da instituição. Com essa aquisição, o Unibanco reforça seu posicionamento no mercado de financiamento de veículos leves e pesados. O saldo de operações de crédito e leasing da unidade de financiamento ao consumo do Unibanco foi de R\$ 376 milhões no encerramento do ano e o saldo dessa mesma carteira do Banco Dibens foi de R\$ 507 milhões. A margem financeira obtida do negócio de financiamento, incluindo o Banco Dibens, foi de R\$ 109 milhões em 1998, correspondendo a um crescimento de 88% - 78% em função da aquisição do Banco Dibens e 10% do crescimento da própria unidade de financiamento do Unibanco.

O Banco 1, conceito inovador de atendimento realizado exclusivamente por meios remotos e lançado pelo Unibanco de maneira pioneira em julho de 1995 registrou, ao final de 1998, 70 mil clientes em carteira, tendo como desafio aumentar sua base de clientes com crescimento de rentabilidade. Como forma de expandir ainda mais a capacidade de distribuição do Unibanco por meios remotos, adquirimos, no final de 1997, 45% da maior empresa de serviços de telemarketing do mercado brasileiro, a Quatro/A, que atua como uma extensão dessa capacidade.

BANCO DE ATACADO

Em 1998, o Unibanco continuou perseguindo sua estratégia de ser uma instituição brasileira dedicada a entender e a apresentar soluções financeiras a empresas com faturamento anual acima de R\$ 25 milhões e a investidores com aplicações acima de R\$ 1 milhão. E tivemos sucesso, mesmo lidando com as mudanças de humor e a instabilidade do mercado internacional, que provocaram a escassez de capital externo destinado aos mercados emergentes e ao Brasil. Com mais de 3 mil clientes corporativos, classificados por “credit rating” específico, e 4 mil clientes Private, o Banco de Atacado completou em 1998 uma reestruturação interna para combinar a força do grande banco com a agilidade e sofisticação do banco de investimento.

O Unibanco fechou o ano de 1998 como o primeiro banco privado brasileiro na área de financiamentos ao comércio exterior, negociando US\$ 16,4 bilhões no ano, e com carteira de ativos totalizando US\$ 2,6 bilhões. Fomos também o segundo em repasses do BNDES (R\$ 1,8 bilhão) e o terceiro no segmento de crédito rural (R\$ 442 milhões). Os empréstimos para os clientes corporativos totalizaram R\$ 9,1 bilhões em 31 de dezembro de 1998, com crescimento de 13,4% em relação ao final do ano anterior.

Em operações de renda fixa em mercados de capitais, o Unibanco teve participação ativa registrando em 1998 mais de R\$ 3 bilhões em operações de commercial paper domésticas e internacionais, debêntures e empréstimos sindicalizados e outras para clientes, principalmente dos setores de telecomunicações, energia, transportes e varejo.

O Unibanco teve participação destacada no segmento de renda variável, atuando como coordenador das operações de ações da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (R\$ 100 milhões) e de debêntures conversíveis da Companhia Brasileira de Distribuição (R\$ 200 milhões). Através da Unibanco Corretora operamos nas bolsas brasileiras para mais de 70 clientes institucionais – dos quais 40 estrangeiros –, para os quais distribuímos relatórios sobre 130 empresas brasileiras negociadas em bolsa. A Unibanco Corretora atuou também como intermediadora para a MCI International Telecomunicações do Brasil, no leilão de privatização da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), e para a Rede – Empresas de Energia Elétrica, no leilão de Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA).

Em fusões e aquisições, o Unibanco assessorou a Alpargatas na venda da sua subsidiária Ralph Lauren para o Grupo Exxel da Argentina, conduziu a reestruturação financeira de Lojas Arapuã e deu continuidade ao projeto de privatização da Comgás, prevista para 1999.

Em Private Banking, manteve-se em 1998 a tendência de crescimento da base de clientes, aos quais oferecemos soluções de conveniência e de investimento.

Operando de forma coordenada as suas plataformas de negócios internacionais nos Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), na Europa (Londres e Luxemburgo), Nassau e Cayman, o Unibanco manteve, em 1998, seu importante papel de viabilizador de financiamento externo para o comércio exterior e para investimentos de seus clientes. Emissões de commercial paper e eurobonds do Unibanco totalizaram US\$ 609 milhões em 1998.

Finalmente, merece registro a evolução do Interbanco, nossa operação bancária no Paraguai e sétimo maior banco privado daquele país, que fechou 1998 com patrimônio de US\$ 19,4 milhões e resultado de US\$ 4,4 milhões, correspondendo a um crescimento de 64% em relação a 1997.

GRUPO SEGURADOR

No ano de 1998 obtivemos importantes resultados no nosso negócio de seguros, hoje representado pela Unibanco Seguros e pela participação do Unibanco nas seguradoras do Grupo AIG (American International Group) no Brasil — a AIG Brasil Interamericana, a AIG Life e a American Home. Essas quatro companhias, em conjunto, encerraram o ano com um total de R\$ 1.074 milhões em prêmios líquidos emitidos e lucro líquido total de R\$ 146 milhões.

Após dois anos garantindo a sexta posição entre as maiores seguradoras do país, a Unibanco Seguros avançou para a quinta posição em 1998 – com prêmios emitidos de R\$ 859 milhões – e encerrou o ano com lucro líquido de R\$ 149 milhões e R\$ 800 milhões de patrimônio líquido, que evoluiu 43% em relação a 1997. Por sua vez, as operações do grupo AIG no Brasil faturaram em 1998 US\$ 215 milhões e apresentaram um patrimônio líquido total de US\$ 95 milhões.

Em decorrência da associação com o AIG, o ano de 1998 foi dedicado especialmente à reorganização do pilar Seguros, tarefa que buscou extrair sinergias das estruturas e das marcas. A parceria possibilitou ainda lançar, com grande sucesso, uma série de produtos inovadores.

Aprofundando nossa relação com o AIG, a Unibanco Seguros adquiriu, em julho, 100% do capital da Prever S.A., a segunda companhia de previdência privada do país. A companhia, rebatizada de Unibanco AIG S.A. Seguros e Previdência, fechou o ano com uma carteira de aproximadamente 330 mil clientes individuais e 350 grandes corporações, além de 5 mil pequenas e médias empresas, totalizando um patrimônio administrado de R\$ 650 milhões.

A Unibanco Capitalização atingiu, em 1998, a comercialização de 401 mil títulos do Plano de Investimento do Unibanco. A companhia, cujo faturamento cresceu 19% em 1998, distribuiu nos últimos dois anos mais de R\$ 15 milhões em prêmios aos participantes. As reservas técnicas da empresa atingiram R\$ 150 milhões. Destaque no ano foi o lançamento, em maio, do Mega Plin, que agrega características ainda mais atraentes aos clientes em relação ao produto anterior.

UNIBANCO ASSET MANAGEMENT

Apesar da elevada volatilidade do mercado de capitais provocada pelas turbulências dos mercados financeiros mundiais, a Unibanco Asset Management (UAM) encerrou 1998 com mais de R\$ 10 bilhões de ativos sob sua administração, gerando R\$ 250 milhões de receita total para o Conglomerado. Do total de ativos, 45,2% corresponderam a recursos de investidores institucionais e o restante foram aplicações realizadas por pessoas físicas e jurídicas através da rede de agências do Varejo e através do Banco de Atacado.

O primeiro semestre de 1998 foi difícil para o mercado, com queda no valor dos recursos administrados, reflexo ainda das dificuldades enfrentadas em decorrência da crise asiática no final de 1997. Nesse contexto, a UAM não foi uma exceção. Entretanto, a análise minuciosa dos problemas resultou em mudanças estruturais que permitiram à empresa enfrentar, com absoluta tranquilidade, as oscilações do mercado ao longo do segundo semestre de 1998. Os volumes sob administração cresceram 9,8% no quarto trimestre de 1998.

UNIBANCO PESSOAS

Com o propósito de buscar ainda maior valorização e desenvolvimento de nossos profissionais criamos, em fevereiro de 1998, o Unibanco Pessoas, reunindo as antigas áreas de Recursos Humanos, Comunicação Interna e Qualidade, com foco redobrado em seleção, acompanhamento de desempenho e aperfeiçoamento de talentos.

Como decorrência do Projeto Ano 2000 e Único, teremos, em 1999, uma organização mais simples e um novo modelo de remuneração, fatores que contribuirão para conferir maior transparência na forma e relações de trabalho, com foco no reconhecimento das performances individuais em prol do atingimento das metas globais. Estaremos ainda adotando um plano de previdência privada suplementar que vai beneficiar todo o quadro de funcionários.

As atividades essenciais de capacitação e treinamento de funcionários foram dinamizadas: o Unibanco investiu para isso R\$ 11 milhões em 1998, envolvendo praticamente todo o seu quadro. Também foram retomadas todas as estratégias para entender melhor o perfil do profissional Unibanco, a fim de viabilizar sua efetiva gestão.

Em 1999, está previsto o lançamento de um programa específico de processo de gestão e do Planejamento Estratégico de Pessoas (PEP). Um novo programa de estagiário foi lançado e o programa de trainee será redimensionado, como forma de atrair novos talentos nas universidades. Além disso, estaremos aperfeiçoando os programas de pós-graduação no Brasil e no exterior, que hoje já conta com a participação de 30 funcionários e investimentos realizados de R\$2,0 milhões desde 1997.

PROJETO BUG DO MILÊNIO

O Unibanco deu início em 1997 ao projeto que visa adequar seus equipamentos, sistemas e produtos eletrônicos para o correto processamento de datas posteriores ao ano 2000. O projeto, com orçamento total de R\$ 36 milhões para o banco e R\$ 16,3 milhões para suas subsidiárias, foi implementado restando somente testes finais de contingência com orçamento total de R\$ 6,9 milhões para 1999. Todas as adequações necessárias foram implantadas e validadas, sendo que, em dezembro de 1998, o Unibanco entregou declaração de conformidade ao Banco Central do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos milhares de colaboradores que deram o máximo de si na árdua tarefa de buscar uma organização mais eficiente e ágil, nossos melhores agradecimentos. Nossos compromissos para 1999 estão definidos, são explícitos, e acreditamos que abrirão oportunidades à comunidade Unibanco e ganhos aos nossos acionistas.

Dirigimos nosso especial agradecimento a Tomas Zinner por sua marcante gestão à frente do Unibanco ao longo dos últimos cinco anos, esperando continuar contando com sua dedicada colaboração como vice-presidente do Conselho.

São Paulo, fevereiro de 1999.

**O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva**



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
	1998	1997	1998	1997
A T I V O				
CIRCULANTE	19.382.077	18.583.411	24.128.452	22.472.103
DISPONIBILIDADES	881.651	340.772	913.850	381.302
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5.541.534	5.712.765	5.589.876	5.762.827
Aplicações no mercado aberto	5.092.267	5.236.021	5.192.902	5.297.189
Aplicações em depósitos interfinanceiros	441.295	476.744	376.108	465.638
Aplicações em moedas estrangeiras	7.972	-	20.866	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.878.140	2.088.536	3.534.310	3.481.208
Carteira própria	1.288.664	2.080.066	2.903.172	3.477.315
Vinculados a compromissos de recompra	179.273	-	181.937	-
Vinculados à negociação e intermediação de valores:				
Contratos e prêmios a exercer	34.958	30.780	34.958	30.780
Vinculados ao Banco Central	387.179	296	434.821	3.881
Provisões para desvalorizações	(11.934)	(22.606)	(20.578)	(30.768)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	905.500	1.296.395	906.469	1.354.927
Pagamentos e recebimentos a liquidar	383.957	7.760	392.589	7.760
Créditos vinculados:				
Depósitos no Banco Central	455.300	1.238.908	481.775	1.297.440
Crédito rural - PROAGRO a receber	646	646	646	646
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	3.683	3.975	3.683	3.975
Repasse interfinanceiros	46.543	22.229	9.134	22.229
Correspondentes	15.371	22.877	18.642	22.877
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	43.192	112.827	43.601	112.827
Recursos em trânsito de terceiros	2.929	4.067	3.338	4.067
Transferências internas de recursos	40.263	108.760	40.263	108.760
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.729.209	6.319.663	8.472.899	7.721.398
Operações de crédito:				
Setor público	121.520	42.253	121.520	42.253
Setor privado	6.899.641	6.521.444	8.882.754	8.186.974
Operações de crédito em atraso:				
Setor privado	-	-	10.354	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(291.952)	(244.034)	(541.729)	(507.829)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	122	550.147	403.205
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber:				
Setor público	-	-	2.183	6.778
Setor privado	3.705	3.624	1.069.990	751.019
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(3.705)	(3.502)	(467.330)	(354.592)
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber em atraso:				
Setor privado	-	-	6.134	-
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-	-	(60.830)	-
OUTROS CRÉDITOS	3.257.050	2.539.196	3.853.892	2.995.392
Carteira de câmbio	2.147.522	1.712.036	2.180.401	1.712.036
Rendas a receber	57.023	61.417	27.591	32.066
Negociação e intermediação de valores	231.430	324.250	208.383	322.316
Prêmios de seguros a receber	-	-	183.537	148.189
Diversos	858.822	519.451	1.310.500	858.743
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(37.747)	(77.958)	(56.520)	(77.958)
OUTROS VALORES E BENS	145.801	173.135	263.408	259.017
Outros valores e bens	159.246	146.459	218.062	184.243
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(29.622)	-	(36.403)	-
Despesas antecipadas	16.177	26.676	81.749	74.774
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.202.044	3.539.650	5.981.438	4.006.678
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	40.781	108.868	40.781	108.868
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.991.322	1.193.096	1.910.435	1.213.648
Carteira própria	1.305.825	1.235.270	1.169.040	1.256.840
Vinculados à negociação e intermediação de valores:				
Contratos e prêmios a exercer	34.084	188	34.084	188
Vinculados ao Banco Central	691.822	-	756.037	-
Provisões para desvalorizações	(40.409)	(42.362)	(48.726)	(43.380)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	230.766	121.560	28.571	121.560
Créditos vinculados:				
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	28.571	28.412	28.571	28.412
Repasse interfinanceiros	202.195	93.148	-	93.148

A T I V O	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
	1998	1997	1998	1997
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.619.954	1.930.049	2.692.497	1.877.196
Operações de crédito:				
Setor público	-	34.969	-	34.969
Setor privado	2.619.954	1.895.080	2.692.497	1.842.227
Operações de crédito de liquidação duvidosa:				
Setor privado	201.200	183.459	214.016	186.036
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(201.200)	(183.459)	(214.016)	(186.036)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	-	377.512	235.585
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber:				
Setor público	-	-	1.936	3.610
Setor privado	3.089	5.931	691.107	515.427
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(3.089)	(5.931)	(315.531)	(283.452)
Operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:				
Setor privado	-	-	9.684	25.914
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-	-	(9.684)	(25.914)
OUTROS CRÉDITOS	312.551	181.065	920.645	438.749
Créditos por avais e fianças honrados	107	1.076	107	1.076
Carteira de câmbio	4.087	1.408	4.087	1.408
Rendas a receber	-	-	54	70
Negociação e intermediação de valores	3.425	3.934	2.257	5.671
Diversos	305.039	175.723	914.327	431.600
Créditos de liquidação duvidosa	5.951	2.878	10.393	4.616
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.058)	(3.954)	(10.580)	(5.692)
OUTROS VALORES E BENS	6.670	5.012	10.997	11.072
Despesas antecipadas	6.670	5.012	10.997	11.072
PERMANENTE	2.713.482	2.551.759	1.616.994	1.660.406
INVESTIMENTOS	2.037.511	1.839.996	233.701	237.217
Participações em controladas e coligadas	2.015.780	1.817.551	103.833	105.380
Outros investimentos	24.347	24.306	147.216	136.152
Provisão para perdas	(2.616)	(1.861)	(17.348)	(4.315)
IMOBILIZADO DE USO	306.558	298.245	944.348	954.098
Imóveis de uso	108.430	102.986	713.244	749.359
Outras immobilizações de uso	472.502	429.957	684.557	602.985
Depreciações acumuladas	(274.374)	(234.698)	(453.453)	(398.246)
DIFERIDO	369.413	413.518	438.945	469.091
Gastos de organização e expansão	735.498	713.816	845.560	799.655
Amortizações acumuladas	(366.085)	(300.298)	(406.615)	(330.564)
T O T A L	27.297.603	24.674.820	31.726.884	28.139.187

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
	1998	1997	1998	1997
PASSIVO				
CIRCULANTE	18.656.884	17.527.532	22.324.872	19.747.557
DEPÓSITOS	7.264.643	6.181.664	7.314.881	5.588.894
Depósitos a vista	901.876	957.678	1.047.466	1.034.597
Depósitos de poupança	2.904.621	2.802.889	2.981.604	2.802.889
Depósitos interfinanceiros	130.135	23.918	40.184	17.994
Depósitos a prazo	3.328.011	2.397.179	3.245.627	1.733.414
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.873.541	3.439.114	2.789.608	3.347.008
Carteira própria	172.282	-	173.483	-
Carteira de terceiros	2.701.259	3.439.114	2.616.125	3.347.008
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	1.308.963	946.556	1.672.733	1.113.241
Recursos de letras hipotecárias	195.426	248.771	195.426	248.771
Recursos de debêntures	-	-	410.263	71.752
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.113.537	697.785	1.067.044	792.718
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	452.965	271.527	460.398	271.527
Recebimentos e pagamentos a liquidar	337.793	-	343.710	-
Correspondentes	115.172	271.527	116.688	271.527
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	225.707	128.763	226.175	128.763
Recursos em trânsito de terceiros	212.199	125.238	212.258	125.238
Transferências internas de recursos	13.508	3.525	13.917	3.525
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	3.204.258	3.762.934	3.677.038	4.249.498
Empréstimos no país - instituições oficiais	2.236	2.186	2.236	2.186
Empréstimos no país - outras instituições	-	-	296.672	377.558
Empréstimos no exterior	3.202.022	3.760.748	3.378.130	3.869.754
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	874.740	515.765	932.060	515.765
BNDES	407.352	165.610	407.352	165.610
FINAME	467.388	350.155	524.708	350.155
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.452.067	2.281.209	5.251.979	4.532.861
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	18.201	18.380	18.676	18.891
Carteira de câmbio	1.265.945	616.388	1.322.479	616.388
Sociais e estatutárias	130.319	131.748	149.570	135.882
Fiscais e previdenciárias	205.126	250.336	356.193	371.325
Negociação e intermediação de valores	484.491	865.152	593.329	934.630
Obrigações por aquisição de bens e direitos	114.201	94.587	151.378	94.587
Provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	-	-	1.330.543	1.059.677
Diversas	233.784	304.618	1.329.811	1.301.481
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.723.035	4.506.913	5.943.660	5.292.844
DEPÓSITOS	1.859.682	1.641.665	226.634	859.863
Depósitos interfinanceiros	1.054	2.617	1.054	2.617
Depósitos a prazo	1.858.628	1.639.048	225.580	857.246
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	1.350.956	967.173	2.829.021	2.427.154
Recursos de debêntures	-	-	1.431.178	1.425.876
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.350.956	967.173	1.397.843	1.001.278
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	428.878	261.826	435.995	263.661
Empréstimos no país - instituições oficiais	10.087	12.074	10.087	12.074
Empréstimos no país - outras instituições	-	-	522	1.542
Empréstimos no exterior	418.791	249.752	425.386	250.045
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	791.855	704.637	837.312	704.637
BNDES	255.779	341.269	255.779	341.269
FINAME	536.076	363.368	581.533	363.368
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.291.664	931.612	1.614.698	1.037.529
Carteira de câmbio	-	1.169	-	1.169
Fiscais e previdenciárias	452.330	336.220	808.407	445.373
Negociação e intermediação de valores	251.341	127.602	185.123	129.332
Obrigações por aquisição de bens e direitos	401.825	455.980	401.825	455.980
Diversas	186.168	10.641	219.343	5.675
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	11.349	10.415	25.661	19.588
Resultados de exercícios futuros	11.349	10.415	25.661	19.588

	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
	1998	1997	1998	1997
PASSIVO				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS				
MINORITÁRIOS	-	-	526.356	449.238
Capital e reservas	-	-	526.356	449.238
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.906.335	2.629.960	2.906.335	2.629.960
Capital:	1.574.076	1.574.076	1.574.076	1.574.076
De domiciliados no país	1.104.651	1.121.151	1.104.651	1.121.151
De domiciliados no exterior	469.425	452.925	469.425	452.925
Reservas de capital	157.553	157.553	157.553	157.553
Reserva de reavaliação	801	-	801	-
Reservas de lucros	1.178.072	908.171	1.178.072	908.171
Ações em tesouraria	(4.167)	(9.840)	(4.167)	(9.840)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA				
CONTROLADORA	-	-	3.432.691	3.079.198
TOTAL	27.297.603	24.674.820	31.726.884	28.139.187

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	UNIBANCO			UNIBANCO CONSOLIDADO	
	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	1998	1998	1997	1998	1997
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.476.625	4.980.613	4.419.970	6.559.533	5.626.463
Operações de crédito	1.548.033	2.965.043	3.069.178	3.928.190	3.892.646
Operações de arrendamento mercantil	1.483	4.440	7.764	310.165	221.174
Resultado de títulos e valores mobiliários	816.423	1.750.935	1.119.773	2.058.240	1.289.388
Resultado de câmbio	27.973	43.016	34.068	38.060	34.068
Aplicações compulsórias	82.713	217.179	189.187	224.878	189.187
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.751.288)	(3.557.255)	(2.950.235)	(4.174.526)	(3.402.715)
Captações no mercado	(1.103.119)	(2.379.165)	(1.918.527)	(2.276.217)	(1.900.388)
Empréstimos e repasses	(307.095)	(551.532)	(502.336)	(731.943)	(603.080)
Arrendamento mercantil	-	-	(2.273)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(341.074)	(626.558)	(527.099)	(1.166.366)	(899.247)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	725.337	1.423.358	1.469.735	2.385.007	2.223.748
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(474.154)	(862.190)	(926.045)	(1.764.523)	(1.683.568)
Receitas de prestação de serviços	444.379	834.029	813.061	1.367.739	1.244.071
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada	-	-	-	1.383.116	1.163.934
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	-	-	-	(470.919)	(367.902)
Sinistros	-	-	-	(459.630)	(439.543)
Despesas com benefícios de planos de previdência privada	-	-	-	(274.377)	(140.646)
Despesas de comercialização de seguros, previdência privada e outras de seguros	-	-	-	(138.962)	(117.337)
Despesas de comercialização de cartão de crédito	-	-	-	(110.092)	(139.920)
Despesas de pessoal	(415.407)	(829.934)	(895.573)	(1.143.110)	(1.147.086)
Outras despesas administrativas	(584.662)	(1.117.302)	(1.177.820)	(1.628.037)	(1.484.807)
Despesas tributárias	(60.018)	(157.268)	(145.138)	(312.055)	(265.158)
Resultado de participações em controladas e coligadas	161.927	431.183	495.959	2.596	14.858
Outras receitas operacionais	12.063	55.744	153.693	119.946	197.311
Outras despesas operacionais	(32.436)	(78.642)	(170.227)	(100.738)	(201.343)
RESULTADO OPERACIONAL	251.183	561.168	543.690	620.484	540.180
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(10.638)	(29.353)	(39.277)	105.878	110.101
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	240.545	531.815	504.413	726.362	650.281
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	(99.282)	(124.623)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(32.792)	(77.678)	(73.570)	(94.027)	(93.261)
Administradores	(1.747)	(3.378)	(3.543)	(4.310)	(3.849)
Empregados	(31.045)	(74.300)	(70.027)	(89.717)	(89.412)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	207.753	454.137	430.843	533.053	432.397
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	-	-	-	(78.916)	(1.554)
LUCRO LÍQUIDO	207.753	454.137	430.843	454.137	430.843
Número de ações em circulação (nota 11)	99.120.039,817	99.120.039,817	99.122.639,817		
Lucro líquido ajustado por lote de 1.000 ações: R\$	2,10	4,58	4,38		
Valor patrimonial por lote de 1.000 ações: R\$	29,27	29,27	26,43		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

	Reservas de lucros								Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Legal	Estatutárias		Ações em tesouraria	Lucros acumulados	
					Reserva especial de dividendos	Outras reservas estatutárias			
Em 1º de janeiro de 1997	1.100.000	442.106	207	79.577	63.898	477.110	(9.141)	-	2.153.757
Aumento de capital por incorporação de reserva	400.000	(400.000)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro	74.076	95.763	-	-	-	-	-	-	169.839
Doações e subvenções para investimentos	-	19.684	-	-	-	-	-	-	19.684
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(699)	-	(699)
Realização da reserva de reavaliação de bens em controladas	-	-	(207)	-	-	-	-	-	(207)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	430.843	430.843
Constituição de reservas	-	-	-	21.542	-	320.431	-	(341.973)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(54.387)	-	(88.870)	(143.257)
Em 31 de dezembro de 1997	1.574.076	157.553	-	101.119	63.898	743.154	(9.840)	-	2.629.960
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	(292)	(292)
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(121)	-	(121)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(5.794)	5.794	-	-
Constituição da reserva de reavaliação de bens em controladas	-	-	801	-	-	-	-	-	801
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	454.137	454.137
Constituição de reservas	-	-	-	22.707	-	252.988	-	(275.695)	-
Remuneração sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(96.171)	(96.171)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(81.979)	(81.979)
Em 31 de dezembro de 1998	1.574.076	157.553	801	123.826	63.898	990.348	(4.167)	-	2.906.335
Em 1º de julho de 1998	1.574.076	157.553	-	113.438	63.898	888.211	(4.167)	-	2.793.009
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	943	943
Constituição da reserva de reavaliação de bens em controladas	-	-	801	-	-	-	-	-	801
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	207.753	207.753
Constituição de reservas	-	-	-	10.388	-	102.137	-	(112.525)	-
Remuneração sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(96.171)	(96.171)
Em 31 de dezembro de 1998	1.574.076	157.553	801	123.826	63.898	990.348	(4.167)	-	2.906.335

DIVIDENDOS E REMUNERAÇÃO SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO POR LOTE DE 1.000 AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL (NOTA 11)

	1998	1997
Sobre ações ordinárias: R\$	1,7120	1,4025
Sobre ações preferenciais: R\$	1,8832	1,5428

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (em milhares de reais)

	UNIBANCO			UNIBANCO CONSOLIDADO	
	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	1998	1998	1997	1998	1997
ORIGENS DOS RECURSOS	3.336.585	4.112.532	3.540.925	5.472.346	4.241.209
LUCRO LÍQUIDO	207.753	454.137	430.843	454.137	430.843
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO					
Depreciações e amortizações	89.250	154.694	205.496	216.714	253.018
Provisão para perdas em investimentos	(9)	(9)	548	3.210	415
Resultado de participações em controladas e coligadas	(161.927)	(431.183)	(495.959)	(2.596)	(14.858)
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	-	-	19.684	-	19.684
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	2.190	934	6.363	6.073	12.343
VARIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	-	-	77.118	435.683
RECURSOS DE ACIONISTAS:	-	-	169.839	-	169.839
Aumento do capital em dinheiro	-	-	169.839	-	169.839
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:					
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	773.766	2.911.047	1.184.811	3.785.531	2.168.077
Depósitos	320.439	1.300.996	-	1.092.758	-
Captações no mercado aberto	104.488	-	568.614	-	554.754
Recursos de aceites e emissão de títulos	146.555	746.190	-	961.359	514.610
Relações interfinanceiras e interdependências	190.577	278.382	255.325	286.283	255.325
Obrigações por empréstimos e repasses	11.707	54.569	-	148.844	-
Outras obrigações	-	530.910	360.872	1.296.287	843.388
DIMINUIÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	2.275.987	629.881	1.438.369	851.711	631.461
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	239.318	-	241.038	-
Títulos e valores mobiliários	436.253	-	1.390.404	-	631.461
Relações interfinanceiras e interdependências	700.378	351.324	-	610.673	-
Operações de crédito	-	-	47.003	-	-
Outros créditos	1.134.827	-	-	-	-
Operações de arrendamento mercantil	-	122	962	-	-
Outros valores e bens	4.529	39.117	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS	32.769	75.505	519.123	79.563	134.704
Investimentos	1.969	25.482	436.674	5.340	1.707
Bens não de uso próprio	29.508	46.300	35.459	53.323	47.234
Imobilizado de uso	1.292	3.723	46.990	20.900	85.763
DIVIDENDOS E REMUNERAÇÃO SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO RECEBIDOS/PROPOSTOS DE CONTROLADAS E COLIGADAS	116.806	317.526	61.808	885	-
APLICAÇÕES DE RECURSOS	2.797.691	3.571.653	5.308.184	4.939.798	5.981.893
DIVIDENDOS E REMUNERAÇÃO SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PROPOSTOS E DISTRIBUÍDOS	96.171	178.150	143.257	178.150	143.257
AQUISIÇÃO DE AÇÕES EM TESOURARIA	-	121	699	121	699
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(943)	292	-	292	-
INVERSÕES EM:	103.552	230.467	589.534	175.205	411.016
Investimentos	21.560	108.530	435.662	3.323	111.531
Bens não de uso próprio	37.270	59.741	82.874	57.402	96.023
Imobilizado de uso	44.722	62.196	70.998	114.480	203.462
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	31.046	60.429	60.486	82.437	74.641
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	1.587.603	2.536.621	3.601.117	3.946.193	4.130.709
Aplicações interfinanceiras de liquidez	512.525	-	2.878.425	-	2.897.866
Títulos e valores mobiliários	-	587.830	-	749.889	-
Relações interfinanceiras e interdependências	-	-	623.282	-	640.482
Operações de crédito	1.075.078	1.099.451	-	1.566.802	140.534
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	288.869	88.797
Outros créditos	-	849.340	79.555	1.340.396	333.999
Outros valores e bens	-	-	19.855	237	29.031

	UNIBANCO			UNIBANCO CONSOLIDADO	
	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	1998	1998	1997	1998	1997
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	980.262	565.573	913.091	557.400	1.221.571
Depósitos	-	-	396.241	-	1.118.010
Captações no mercado aberto	-	565.573	-	557.400	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	188.518	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	328.332	-	103.561
Outras obrigações	980.262	-	-	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	538.894	540.879	(1.767.259)	532.548	(1.740.684)
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA					
Disponibilidades					
No início do semestre/exercício	342.757	340.772	2.108.031	381.302	2.121.986
No fim do semestre/exercício	881.651	881.651	340.772	913.850	381.302
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	538.894	540.879	(1.767.259)	532.548	(1.740.684)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E DE 1997 (em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As atividades operacionais consolidadas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto, no Brasil e no Exterior, incluem, além das atividades financeiras do Conglomerado Unibanco, outras atividades desenvolvidas por empresas controladas com objetivos específicos, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização, previdência privada e administração de bens patrimoniais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior (Unibanco) estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do Unibanco e empresas controladas (Unibanco Consolidado), e foram elaboradas de acordo com a legislação societária.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior, das empresas controladas, direta ou indiretamente, e das sociedades controladas em conjunto, conforme apresentado no anexo da nota 8. As demonstrações financeiras das empresas controladas Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada, em atendimento à Instrução nº 247/96 da Comissão de Valores Mobiliários. As sociedades abrangidas na consolidação e as respectivas participações são o Banco Fininvest S.A. - 49,823%, a Interchange Serviços S.A. - 25,0%, a Tecnologia Bancária S.A. - 19,051%, a Redecard S.A. - 32,016% e a Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito - 33,333%, sendo que para esta última, na consolidação das contas de resultado, foi utilizado um percentual diferenciado, apurado de acordo com o desempenho de cada acionista, por força de acordos operacionais.

Os principais saldos que serviram de base para consolidação das sociedades controladas em conjunto, estão resumidos da seguinte forma:

ATIVO	1998	1997	PASSIVO	1998	1997
Disponibilidades	12.019	16.318	Depósitos	246.597	292.615
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.122	61.141	Recursos de aceites e emissão de títulos	63.812	124.943
Títulos e valores mobiliários	61.839	9.172	Obrigações por empréstimos	300.815	377.938
Relações interfinanceiras	506	38.245	Outras obrigações	806.924	649.979
Operações de crédito	1.094.003	1.125.727	Resultado de exercícios futuros	5.601	-
Outros créditos	268.807	248.262	Patrimônio líquido (eliminado)	128.537	133.526
Outros valores e bens	3.003	2.536			
Permanente	89.987	77.600			
Total	1.552.286	1.579.001	Total	1.552.286	1.579.001

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro

	1998	1997
Receitas da intermediação financeira	642.884	708.547
Despesas da intermediação financeira	(436.263)	(387.922)
Despesas com pessoal	(147.190)	(125.022)
Despesas administrativas	(270.427)	(176.245)
Outras receitas/despesas operacionais	221.978	123.833
Resultado não operacional	243	4.555
Imposto de renda e contribuição social	(12.428)	(41.734)
Participações no lucro	(4.013)	(7.008)
Lucro (prejuízo) líquido	(5.216)	99.004



4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e por suas empresas controladas emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;
- os efeitos da atualização “pro rata temporis” dos direitos e obrigações com cláusula de variação monetária;
- os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização;
- os encargos relativos ao PIS à alíquota de 0,75%;
- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência privada e de capitalização contratados;
- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial;
- as participações no lucro;
- a parcela atribuível ao imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicionais específicos incidentes sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos; e
- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 18% nas empresas financeiras e de 8% nas empresas não financeiras, sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída por valor suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, realizada pela administração para concluir quanto à necessária provisão para créditos de liquidação duvidosa, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

(c) Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo e estão corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme demonstrado no anexo da nota 8. Os outros investimentos estão representados principalmente por investimentos avaliados ao custo e títulos patrimoniais e são ajustados, quando aplicável, aos valores de mercado ou patrimoniais. O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%, equipamentos de uso - 10%, sistemas de processamento de dados e sistemas de transportes - 20%. O diferido é representado, substancialmente, pelo custo na compra da carteira de clientes das empresas do grupo Nacional, por benfeitorias em propriedades de terceiros e aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizado na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos.

(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(e) Resultados de exercícios futuros

Incluem os rendimentos não restituíveis, recebidos antecipadamente.



5. OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CIRCULANTE E LONGO PRAZO)

	1998			1997		
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Títulos e valores mobiliários		Aplicações interfinanceiras de liquidez	Títulos e valores mobiliários	
		Públicos	Privados		Públicos	Privados
Livres	2.881.055	600.600	1.993.889	2.382.492	1.806.979	1.508.357
Contratos e prêmios a exercer	-	-	69.042	-	-	30.968
Vinculados ao Bacen - depósito compulsório	-	1.079.001	-	-	296	-
Carteira bancada	2.881.055	1.679.601	2.062.931	2.382.492	1.807.275	1.539.325
Vinculados a compromissos de recompra/revenda	2.701.260	179.273	-	3.439.141	-	-
Total das aplicações	5.582.315	1.858.874	2.062.931	5.821.633	1.807.275	1.539.325

6. CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Durante o exercício, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 626.558 (1997 - R\$ 527.099) no Unibanco e R\$ 1.166.366 (1997 - R\$ 899.247) no Unibanco Consolidado. Adicionalmente, os créditos baixados contra provisão montaram a R\$ 599.006 (1997 - R\$ 507.243) no Unibanco e R\$ 1.127.368 (1997 - R\$ 785.106) no Unibanco Consolidado. Nesse mesmo período, foram recuperados R\$ 350.741 (1997 - R\$ 252.799) no Unibanco e R\$ 460.647 (1997 - R\$ 293.891) no Unibanco Consolidado. Essas recuperações foram registradas em “Receitas de operações de crédito”.

O saldo da conta “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, no ativo circulante, no Unibanco Consolidado inclui R\$ 242.600 (1997 - R\$ 263.345) referentes à carteira das empresas administradoras de cartões de crédito.

7. CARTEIRA DE CÂMBIO (OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES)

A conta de “Outros créditos - carteira de câmbio” inclui R\$ 1.704.189 (1997 - R\$ 1.430.740) no Unibanco e R\$ 1.718.849 (1997 - R\$ 1.430.740) no Unibanco Consolidado de câmbio comprado a liquidar e a conta de “Outras obrigações - carteira de câmbio” inclui R\$ 642.766 (1997 - R\$ 353.110) no Unibanco e R\$ 687.279 (1997 - R\$ 353.110) no Unibanco Consolidado de câmbio vendido a liquidar. As contrapartidas dessas contas foram registradas em “Outras obrigações - obrigações por compras de câmbio” e “Outros créditos - direitos sobre vendas de câmbio”, respectivamente, e são apresentadas deduzidas dos adiantamentos contratados, que montam a R\$ 213.310 (1997 - R\$ 105.682) no Unibanco e R\$ 239.697 (1997 - R\$ 105.682) no Unibanco Consolidado em “Outros créditos” e R\$ 1.046.946 (1997 - R\$ 1.146.286) no Unibanco e R\$ 1.049.454 (1997 - R\$ 1.146.286) no Unibanco Consolidado em “Outras obrigações”.

8. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS

O resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas foi registrado em conta de resultado, sob o título de “Resultado de participações em controladas e coligadas”, no grupo de outras receitas/despesas operacionais, e correspondeu a R\$ 431.183 (1997 - R\$ 495.959) no Unibanco e R\$ 2.596 (1997 - R\$ 14.858) no Unibanco Consolidado. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas estão apresentados no anexo complementar a esta nota.

Em 30 de junho de 1998 foi concluída a transação com o American International Group, Inc. (AIG), iniciada com a assinatura em 15 de outubro de 1997 do acordo estabelecendo as bases de associação no ramo de seguros no Brasil. No segundo semestre de 1997, o AIG subscreveu ações ordinárias e preferenciais de emissão da Unibanco Seguros S.A. e ações preferenciais resgatáveis da Uniseg S.A. - Participações, empresa totalmente controlada pelo Unibanco, e que passou a ser a controladora direta da Unibanco Seguros S.A.. Por outro lado, o Unibanco adquiriu 50% do capital total das empresas controladas pelo AIG no Brasil. O resultado positivo em 1997 da operação foi de R\$ 145.440, registrado em “Resultado não operacional”. Em 30 de junho de 1998, o AIG exerceu a opção de resgate de ações preferenciais da Uniseg S.A. - Participações por participação direta na Unibanco Seguros S.A., gerando um resultado positivo de R\$ 149.835, registrado em “Resultado não operacional”.

Em dezembro de 1997 foi adquirido pela Unibanco Representação e Participações Ltda. uma participação adicional de 49,999% na Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência (atual denominação da Prever S.A. Seguros e Previdência), que passou à condição de controlada indireta, incluída integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de julho de 1998 a Unibanco Representação e Participações Ltda. vendeu as ações representativas de 100% do capital social da Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência, por R\$ 31.820 à Unibanco Seguros S.A., que tem como principais acionistas a Unibanco Representação e Participações Ltda. (empresa controlada pelo Unibanco) e o American International Group, Inc. (AIG).

Em 30 de março de 1998 o Unibanco adquiriu 51% do capital votante do Banco Dibens S.A. (Dibens) pelo valor de R\$ 60.700, sujeito a acréscimo ou decréscimo com base no desempenho do Dibens nos exercícios sociais de 1998 a 2001. As participações societárias que o Dibens detinha no capital social da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e da Dibens S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram mantidas, passando essas empresas a controladas indiretas do Unibanco.

9. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

As letras hipotecárias são atualizadas monetariamente de acordo com o índice de correção dos depósitos de poupança, acrescido de juros médios de 13,8% ao ano, com vencimentos até junho de 1999.

As debêntures de emissão da Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e da Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil são inconvertíveis, com vencimentos até o ano de 2003, com incidência de encargos financeiros à taxa média de 19,6% ao ano.

As obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior representam captações no exterior para repasses a clientes locais. Os recursos captados por meio de emissão de “Euronotes”, no total de US\$ 1.575.241 mil (1997 - US\$ 1.026.826 mil), têm vencimentos entre janeiro de 1999 e setembro de 2004, com a incidência de juros entre 6,4% e 11,5% ao ano. A captação de recursos através de emissão de “Commercial Papers” têm vencimentos semestrais até 2005, com incidência de encargos financeiros à taxa média de 5,8% ao ano.

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se substancialmente a linhas de curto prazo, para refinanciamento de operações de câmbio, de importação e de exportação.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm vencimentos até 2012, com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do Sistema BNDES.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é constituído por ações sem valor nominal, da seguinte forma:

			1998	1997
	Ações em circulação	Ações em tesouraria	Total	Total
Ordinárias	49.722.281.836	-	49.722.281.836	49.954.168.244
Preferenciais	49.397.757.981	324.523.855	49.722.281.836	49.941.611.858
	99.120.039.817	324.523.855	99.444.563.672	99.895.780.102

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas têm prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade, até o montante do capital social representado por essas ações preferenciais, e a receber um dividendo anual 10% superior ao distribuído às ações ordinárias. O dividendo mínimo obrigatório é de 35% do lucro líquido anual do Banco, ajustado pela parcela de constituição da reserva legal.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de março de 1998, foi aprovado o cancelamento de 451.216.430 ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, sendo 231.886.408 ações ordinárias e 219.330.022 ações preferenciais.

(b) Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

Em reunião de 22 de janeiro de 1999 o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, no valor total de R\$ 96.171, na proporção de R\$ 0,9242 (R\$ 0,7856 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil ações ordinárias e R\$ 1,0166 (R\$ 0,8641 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil ações preferenciais. O pagamento foi efetuado a partir de 29 de janeiro de 1999.

A remuneração sobre o capital próprio foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e o benefício fiscal obtido pela dedutibilidade foi de R\$ 41.354.

Os dividendos e a remuneração sobre o capital próprio propostos no exercício de 1998 montaram a R\$ 178.150 (1997 - R\$ 143.257), equivalentes a 41% do lucro disponível para distribuição.

(c) Reservas de capital

São representadas substancialmente por reserva de ágio na subscrição de ações.



(d) Ajustes de exercícios anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores referem-se a retificação de lançamentos efetuados até dezembro de 1997 pelo banco e por empresas controladas, relacionados principalmente à avaliação de passivos e ao reconhecimento de efeitos tributários.

(e) Lucro por ação

O lucro líquido por lote de 1.000 ações apresentado na demonstração do resultado, relativo ao exercício de 1997, foi apurado considerando o aumento de capital efetuado em 10 de junho de 1997, de forma a manter a comparabilidade das informações.

12. COMPROMISSOS E GARANTIAS

	1998		1997	
	Unibanco	Unibanco Consolidado	Unibanco	Unibanco Consolidado
Coobrigação e riscos por garantias prestadas	2.300.172	2.292.388	2.593.975	2.593.975
Contratos de administração de carteiras (substancialmente fundos mútuos de investimentos)	9.904.826	10.175.155	8.438.397	9.016.022
Compromissos por arrendamento mercantil	111.712	111.949	176.556	188.525

13. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	1998	1997
ATIVO		
Disponibilidades	1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	71.180	52.941
Títulos e valores mobiliários	389.350	234.777
Relações interfinanceiras	239.604	-
Operações de crédito	-	139.455
Outros créditos		
- Rendas a receber - Dividendos e remuneração sobre o capital próprio	38.547	24.697
- Outros	90.414	61.766
PASSIVO		
Depósitos	2.552.331	1.700.578
Captações no mercado aberto	101.757	92.106
Recursos de aceites e emissão de títulos		
- Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	159.929	40.048
Obrigações por empréstimos	10.327	14.956
Outras obrigações	81.473	2.994
RECEITAS		
Operações de crédito	43.712	26.037
Operações de arrendamento mercantil	12	1.860
Títulos e valores mobiliários	229.082	105.112
Rendas de prestação de serviços	78.792	95.211
Outras receitas operacionais	-	715
DESPESAS		
Captações no mercado aberto	592.797	301.248
Empréstimos e repasses	1.256	4.951
Outras despesas administrativas	49.222	40.970
Outras despesas operacionais	100.266	1.143

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o Unibanco e suas empresas controladas e foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações com partes relacionadas não consolidadas são limitadas a transações bancárias em regime normal de operações e não são relevantes no contexto operacional do Unibanco.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

As rendas de prestação de serviços referem-se basicamente a serviços prestados pelo Unibanco às empresas do conglomerado, cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes.

14. AGÊNCIAS NO EXTERIOR

Conforme mencionado na nota 2, as demonstrações financeiras das agências no exterior estão sendo apresentadas na forma consolidada juntamente com as demonstrações financeiras do Unibanco.



Os saldos consolidados dessas agências (New York, Grand Cayman e Nassau), podem ser resumidos como segue:

	Em milhares de dólares	
	1998	1997
Ativo circulante	2.919.151	2.837.077
Realizável a longo prazo	1.002.674	735.169
Permanente	32.423	28.440
Passivo circulante	2.241.996	2.332.796
Exigível a longo prazo	1.268.527	862.981
Resultado de exercícios futuros	2.449	2.826
Patrimônio líquido	441.276	402.083

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Unibanco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e dos seus clientes, bem como para reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas através de técnicas específicas.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor de mercado, em 31 de dezembro de 1998 estão assim apresentados:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	3.869.462	3.869.605	5.444.745	5.444.888
Operações de crédito	9.349.163	9.388.913	11.165.396	11.205.146
Passivos				
Depósitos a prazo	5.186.639	5.221.171	3.471.207	3.505.739
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	2.464.493	2.492.996	2.464.887	2.493.390
Obrigações por aquisição de bens e direitos	516.026	461.139	553.203	498.316
Derivativos (líquido)	416.837	443.031	447.565	473.759

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base nas taxas médias praticadas no último dia do exercício, conforme divulgação de associações de classe e agências externas.

O valor de mercado das operações de crédito e dos depósitos a prazo foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco no último dia de negociação do exercício para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados no último dia de negociação do exercício para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por aquisição de bens e direitos foi apurado considerando o valor que se poderia obter na sua negociação com o mercado.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado, principalmente, com base nas taxas médias praticadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia do exercício, conforme divulgações da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

Os ativos diretamente vinculados a instrumentos financeiros de proteção estão apresentados no quadro anterior considerando os efeitos líquidos de sua avaliação em conjunto.

O valor referencial dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação é resumido como segue:

	Unibanco				Unibanco Consolidado			
	1998		1997		1998		1997	
	Referencial	Líquido	Referencial	Líquido	Referencial	Líquido	Referencial	Líquido
Contratos Futuros								
Compromissos de compra								
Moedas	980.535	679.668	56.993	-	980.535	679.668	56.993	-
Taxas de juros	1.089.000	173.500	513.000	-	1.089.000	173.500	513.000	-
Índice	-	-	6.248	-	-	-	15.152	-
Compromissos de venda								
Moedas	300.867	-	232.217	175.224	300.867	-	232.217	175.224
Taxas de juros	915.500	-	2.016.000	1.503.000	915.500	-	2.016.000	1.503.000
Índice	-	-	65.608	59.360	-	-	65.608	50.456
Contratos de Swap								
Posição Ativa								
Moedas	590.392	-	5.259.514	-	688.487	-	5.433.781	-
Taxas de juros	15.302.156	1.498.109	20.891.021	380.746	17.422.263	1.343.540	20.865.165	92.682
Posição Passiva								
Moedas	2.061.328	1.470.936	5.655.939	396.425	2.019.387	1.330.900	5.579.412	145.631
Taxas de juros	13.804.047	-	20.510.275	-	16.078.723	-	20.772.483	-
Contratos de Opções								
Compromissos de compra								
Moedas	-	-	47.400	-	-	-	47.500	-
Taxas de juros	941.824	-	2.493.636	-	941.824	-	2.493.636	-
Ações	2.011.976	11.931	-	-	2.011.976	11.931	-	-
Compromissos de venda								
Moedas	-	-	255.750	208.350	-	-	255.750	208.250
Taxas de juros	5.113.902	4.172.078	8.886.948	6.393.312	5.113.902	4.172.078	8.886.948	6.393.312
Ações	2.000.045	-	-	-	2.000.045	-	-	-

As operações acima não representam a exposição global do Unibanco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros por contemplarem apenas os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação. Quando considerados os demais ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, o Unibanco detinha posição líquida global ativada em moeda estrangeira.

Os valores a receber dos contratos de “swap” em aberto montam a R\$ 233.514 (1997 - R\$ 327.829) no Unibanco e R\$ 199.560 (1997 - R\$ 300.231) no Unibanco Consolidado e os valores a pagar montam a R\$ 206.341 (1997 - R\$ 343.508) no Unibanco e R\$ 186.920 (1997 - R\$ 353.180) no Unibanco Consolidado e estão registrados em “Outros créditos” e “Outras obrigações”, respectivamente, na conta “Negociação e intermediação de valores”.

Os prêmios pagos por contratos de opções adquiridos montam a R\$ 69.042 (1997 - R\$ 30.968) no Unibanco e no Unibanco Consolidado, e estão registrados em “Títulos e valores mobiliários” na conta “Contratos e prêmios a exercer” e os prêmios recebidos por contratos de opções lançadas montam a R\$ 513.052 (1997 - R\$ 646.441) no Unibanco e R\$ 529.247 (1997 - R\$ 646.441) no Unibanco Consolidado, e estão registrados em “Outras obrigações” na conta “Negociação e intermediação de valores”.

Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação possuem os seguintes vencimentos:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
Contratos Futuros				
Até 90 dias	2.530.902	2.750.566	2.530.902	2.759.470
De 91 até 180 dias	432.000	72.500	432.000	72.500
De 181 até 360 dias	323.000	67.000	323.000	67.000
Contratos de Swap				
Até 90 dias	8.851.661	11.580.630	12.328.534	11.059.676
De 91 até 180 dias	2.987.988	5.962.995	3.266.164	6.087.980
De 181 até 360 dias	1.902.835	8.018.632	2.252.147	8.391.687
Acima de 360 dias	1.927.055	557.850	333.539	755.522
Contratos de Opções				
Até 90 dias	3.135.976	1.725.338	3.135.976	1.725.438
De 91 até 180 dias	5.728.832	3.329.344	5.728.832	3.329.344
De 181 até 360 dias	-	4.929.720	-	4.929.720
Acima de 360 dias	1.202.939	1.699.332	1.202.939	1.699.332

Os contratos de taxa de juros e de moedas no mercado de futuros representam compromissos futuros de comprar ou vender instrumentos financeiros nos termos e datas especificados. Os valores nominais representam o valor de face do correspondente instrumento na data da liquidação da operação. O risco de crédito associado aos contratos de futuros são minimizados devido a liquidações diárias das diferenças de posições e por garantias de depósitos em conta margem. Contratos futuros estão sujeitos ao risco de variações não esperadas nas taxas de juros ou no valor dos correspondentes instrumentos financeiros.

Os contratos de “swap” de taxa de juros e de moeda representam compromissos futuros de trocar moedas ou indexadores nos termos e datas especificados nos contratos. O valor referencial dos instrumentos financeiros representa a base para a determinação dos diferenciais a receber ou a pagar. Os riscos associados aos contratos de “swap” referem-se à impossibilidade da contraparte em cumprir as condições contratuais e o risco associado às mudanças nas condições de mercado relacionados a variações nas taxas de juros ou de câmbio.

Contratos de opções são aqueles que (i) transferem, modificam ou reduzem o risco da taxa de juros ou (ii) permitem que o Banco compre ou venda um instrumento financeiro mediante o pagamento ou recebimento de um prêmio no início do contrato. Como um comprador de opções, o Unibanco paga um prêmio e, como vendedor das opções, recebe um prêmio em troca de assumir um risco de variações nas taxas de juros futuras ou nos preços de mercado dos instrumentos financeiros. O risco de crédito e de mercado estão limitados aos prêmios pagos nas opções compradas e o risco associado às mudanças nas condições de mercado pode ter influência nas opções vendidas.

Os compromissos de venda de opções - taxas de juros são representados substancialmente por operações estruturadas no mercado de opções flexíveis, sendo a despesa apropriada “pro rata temporis” durante a vigência dos contratos.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Os bens arrendados a terceiros, no montante de R\$ 1.871.183 (1997 - R\$ 856.426), líquido de depreciação, estão comprometidos para venda aos arrendatários, à opção destes, no término dos correspondentes contratos de arrendamento por R\$ 937.067 (1997 - R\$ 253.205).

(b) É política do Unibanco e de suas controladas manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 1998, a cobertura de seguros sobre imóveis e outros bens de uso montava a R\$ 341.157 (1997 - R\$ 296.302) no Unibanco e R\$ 628.717 (1997 - R\$ 604.277) no Unibanco Consolidado.

(c) Os bens arrendados de terceiros são amortizáveis até 2002. As despesas incorridas com arrendamento montaram a R\$ 89.176 (1997 - R\$ 93.439) no Unibanco e R\$ 96.668 (1997 - R\$ 98.221) no Unibanco Consolidado. Os referidos bens arrendados ao valor original e depreciados, montam a R\$ 121.256 (1997 - R\$ 183.348) no Unibanco e R\$ 121.493 (1997 - R\$ 192.549) no Unibanco Consolidado.

(d) “Outros créditos - diversos”, totalizaram R\$ 1.163.861 (1997 - R\$ 695.174) no Unibanco e R\$ 2.224.827 (1997 - R\$ 1.290.343) no Unibanco Consolidado e incluem basicamente imposto de renda a compensar/recuperar e créditos tributários no montante de R\$ 713.018 (1997 - R\$ 433.930) no Unibanco e R\$ 1.435.291 (1997 - R\$ 734.382) no Unibanco Consolidado, depósitos judiciais no montante de R\$ 229.412 (1997 - R\$ 96.271) no Unibanco e R\$ 292.136 (1997 - R\$ 139.251) no Unibanco Consolidado e títulos e créditos a receber no valor de R\$ 77.581 (1997 - R\$ 55.664) no Unibanco e R\$ 266.072 (1997 - R\$ 183.145) no Unibanco Consolidado. Os créditos tributários foram calculados sobre as diferenças intertemporais, basicamente representadas pela parcela indedutível da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(e) “Outras obrigações - obrigações por aquisição de bens e direitos”, referem-se, principalmente, à obrigação assumida pela aquisição das carteiras de clientes quando da assunção das atividades operacionais do grupo Nacional, no montante de R\$ 405.195 (1997 - R\$ 433.675) no Unibanco e no Unibanco Consolidado.

(f) Suportado por ações judiciais e no parecer de seus consultores jurídicos, o Unibanco e as empresas controladas vêm questionando o pagamento de certos tributos, estando constituídas as respectivas provisões em “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias” no Exigível a longo prazo.

(g) “Outras obrigações - diversas”, incluem, basicamente, provisões para despesas de pessoal e administrativas de R\$ 106.314 (1997 - R\$ 139.635) no Unibanco e R\$ 150.922 (1997 - R\$ 177.592) no Unibanco Consolidado, provisões para processos trabalhistas e judiciais de R\$ 174.772 (1997 - R\$ 103.437) no Unibanco e R\$ 190.854 (1997 - R\$ 103.437) no Unibanco Consolidado, e pagamentos a serem efetuados a estabelecimentos credenciados do Cartão Unibanco, Credicard e Fininvest no montante de R\$ 869.931 (1997 - R\$ 702.909) no Unibanco Consolidado.

(h) Outras receitas/outras despesas operacionais

No exercício de 1998 o Unibanco constituiu provisão para processos judiciais, envolvendo contingências relacionadas a ações movidas contra a empresa, principalmente reclamações trabalhistas, no montante de R\$ 31.404 (1997 - R\$ 137.626), que figuram na demonstração do resultado em “Outras despesas operacionais” e baseado no parecer de seus consultores jurídicos, na tendência contínua de julgamentos favoráveis aos contribuintes que apelaram judicialmente e na obtenção de pareceres favoráveis em níveis administrativos da receita federal, ou ainda, julgamentos favoráveis em ações próprias, reverteu provisões para contingências tributárias constituídas em exercícios anteriores no montante de R\$ 30.742 (1997 - R\$ 78.983) contabilizada em “Outras receitas operacionais”.

(i) As informações relacionadas à adequação dos sistemas eletrônicos visando o correto processamento das datas posteriores ao ano de 1999 estão divulgadas no Relatório da Administração.

17. EVENTO SUBSEQÜENTE

Após 15 de janeiro de 1999, quando o Banco Central do Brasil decidiu pela liberação do controle cambial, eliminando o sistema de bandas e não mais intervindo no mercado, a cotação das moedas estrangeiras em relação ao Real passou a apresentar uma volatilidade significativa, ocorrendo um aumento expressivo na cotação do dólar norte americano, com variações acumuladas superiores a 50% até 5 de fevereiro de 1999 em relação a 31 de dezembro de 1998. Até a data da emissão das demonstrações financeiras o efeito na posição patrimonial e financeira da instituição era positivo considerando, em especial, as políticas de administração de risco relacionadas a utilização de instrumentos financeiros mencionadas na nota 15.

INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS - (Anexo da nota 8) (em milhares de reais)

	Quantidade de ações ou cotas (1)	Participação (%)				Equivalência patrimonial				Valor do investimento			
		Unibanco		Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) ajustado	Unibanco		Unibanco Consolidado		Unibanco		Unibanco Consolidado	
		Unibanco	Consolidado			1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997
Controladas													
Unibanco Representação e Participações Ltda.	668.680.159	99,999	100,000	1.425.292	335.604	335.604	307.948	-	-	1.425.277	1.373.808	-	-
Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	60.000	99,995	99,995	244.737	36.350	36.348	57.439	-	-	244.725	208.376	-	-
Banco Dibens S.A. (2)	6.730.000.000	44,472	44,472	159.965	10.306	4.624	-	-	-	65.324	-	-	-
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A. (3)	60.000.000	100,000	100,000	44.148	14.213	15.087	26.485	-	-	44.148	61.930	-	-
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxemburgo) S.A. (3)	200.000	100,000	100,000	42.318	5.985	8.759	5.365	-	-	42.318	33.558	-	-
Interbanco S.A. (3)	19.000.000	99,996	99,999	23.503	5.382	3.652	2.679	-	-	23.502	19.850	-	-
Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A. (3)	9.000.000	90,500	90,500	14.192	14.160	13.270	8.721	-	-	12.844	12.541	-	-
UBB Capital Markets Limited (3)	17.770.000	100,000	100,000	13.991	(7.316)	(6.436)	(214)	-	-	13.991	1.913	-	-
Unibanco Companhia Hipotecária	4.000.000	100,000	100,000	6.157	872	872	490	-	-	6.157	5.286	-	-
Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (4)	4.500.000	100,000	100,000	5.195	695	695	-	-	-	5.195	-	-	-
Unibanco Securities Inc. (3)	1.500	100,000	100,000	2.947	(28)	199	(44)	-	-	2.947	-	-	-
Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (4)	900.000	100,000	100,000	1.057	157	157	-	-	-	1.057	-	-	-
Unibanco Seguros S.A. (5)	921.336.959	-	49,715	799.972	148.976	-	42.392	-	-	-	-	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	442	-	-	-
Controladas em conjunto													
Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito	38.813.332	-	33,333	104.585	(17.302)	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Fininvest S.A. (3)	3.331.365	49,823	49,823	128.353	13.559	5.197	33.060	-	-	63.950	51.787	-	-
Tecnologia Bancária S.A.(6)	3.556.677.343	19,051	19,051	68.342	12.760	1.809	1.906	-	-	13.020	8.836	-	-
Redecard S.A.	1.874.037	-	32,016	34.008	50.803	-	-	-	-	-	-	-	-
Interchange Serviços S.A.	300.000.000.000	-	25,000	23.274	5.493	-	-	-	-	-	-	-	-
Coligadas													
Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S.A. (6)	3.726.600	12,341	12,341	67.338	51.122	6.309	-	6.309	-	8.310	-	8.310	-
Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (6)	11.035.634	-	30,000	27.779	(9.615)	-	-	(2.884)	6.192	-	-	8.334	11.218
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (6)	60.003	10,000	10,000	25.998	2.010	201	-	201	-	2.600	1.200	2.600	1.200
Interamericana Companhia de Seguros Gerais (6) e (7)	61.586.317	-	50,000	76.594	2.766	-	-	1.383	(730)	-	-	38.297	35.960
AIG Life Companhia de Seguros Gerais (6) e (7)	400.000	-	50,000	7.286	(1.176)	-	-	(588)	(161)	-	-	3.643	4.231
AIG Health Care Participações Ltda. (6) e (7)	4.200.000	-	50,000	3.327	(898)	-	-	(449)	46	-	-	1.663	2.113
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.954	10.271
Outras	-	-	-	-	-	4.836	9.732	(1.376)	9.511	39.973	35.719	30.032	40.387
Total	-	-	-	-	-	431.183	495.959	2.596	14.858	2.015.780	1.817.551	103.833	105.380

(1) Todas as ações possuídas são ordinárias, exceto quanto a 169.199.132 ações preferenciais da Unibanco Seguros S.A., 30.000.000 ações preferenciais da Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A., 1.189.409 ações preferenciais da Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A., 819.856 ações preferenciais do Banco Fininvest S.A., 400.000 ações preferenciais da Redecard S.A. e 250.815 ações preferenciais da Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S.A.

(2) Participação adquirida em 30 de março de 1998 com deságio de R\$ 5.816 em relação ao patrimônio líquido de 28 de fevereiro de 1998. Vide nota 8.

(3) As diferenças entre o lucro líquido dessas empresas e a equivalência patrimonial reconhecida no resultado, são decorrentes de incentivos fiscais e atualizações de títulos patrimoniais, registrados diretamente no patrimônio líquido das empresas investidas ou decorrentes de variações cambiais, no caso de empresas no exterior.

(4) Empresas autorizadas pelo Banco Central do Brasil a iniciar suas atividades em maio de 1998.

(5) No segundo semestre de 1997 o investimento foi transferido como aumento de capital, para sua controlada Unibanco Representação e Participações Ltda.. Posteriormente a Unibanco Representação e Participações Ltda. alienou parte da participação societária para o AIG conforme mencionado na nota 8.

(6) Equivalência patrimonial apurada sobre as demonstrações financeiras de novembro de 1998.

(7) Empresas adquiridas em outubro de 1997 pela Unibanco Representação e Participações Ltda. conforme mencionado na nota 8.

As principais empresas controladas indiretamente incluídas no consolidado são as seguintes: Unibanco Seguros S.A., Cartão Unibanco Ltda., Unibanco Companhia de Capitalização, Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência (atual denominação da Prever S.A. Seguros e Previdência), Unibanco Saúde Ltda., BWU Representação e Participações Ltda., Uniseg S.A. - Participações, Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda., Unibanco Empreendimentos Ltda., Estrel Administração e Corretagem de Seguros Ltda. e Uni-Securities Ltd.



DATA BASE: 31/03/1999

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01158-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIBANCO UNILÃO BANCOS BRAS. S.A.	3 - C.G.C. 33.700.394/0001-40	4 - NIRE 35.300.102.771
---------------------------	---	----------------------------------	----------------------------

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA EUSÉBIO MATOSO Nº 891						2 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS		
3 - CEP 05423-901	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO				5 - UF SP			
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 867-4400	8 - TELEFONE 867-4415	9 - TELEFONE -	10 - TELEX -	11 - DDD 011	12 - FAX 3789-7542	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL -								

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - NOME CESAR AUGUSTO SIZENANDO SILVA				2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. EUSÉBIO MATOSO Nº 891 - 4º ANDAR			
3 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS			4 - CEP 05423-901	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 867-4400	9 - TELEFONE 867-4415	10 - TELEFONE -	11 - TELEX -	12 - DDD 011	13 - FAX 3789-7542	
14 - FAX -	15 - FAX -	16 - E-MAIL -					

01.04 - REFERÊNCIA DO ITR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/1999	31/12/1999	1	01/01/1999	31/03/1999	4	01/10/1998	31/12/1998

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (MIL)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/1999	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/1998	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/1998
DO CAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	49.722.282	49.722.282	49.722.282
2 - PREFERENCIAIS	49.722.282	49.722.282	49.722.282
3 - TOTAL	99.444.564	99.444.564	99.444.564
EM TESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	324.524	324.524	324.524
6 - TOTAL	324.524	324.524	324.524

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	2 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL	4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1090100 - BANCOS COMERCIAIS
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL BANCÁRIA - BANCO MÚLTIPLO	6 - TIPO DE CONSOLIDADO TOTAL
7 - TIPO DE RELATÓRIO DOS AUDITORES SEM RESSALVA	

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CGC	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	---------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
01	RCA	22/01/1999	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	29/01/1999	ON	0,0009242000
02	RCA	22/01/1999	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	29/01/1999	PN	0,0010166000

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (REAIS MIL)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (REAIS MIL)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (MIL)	7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (REAIS)
----------	-----------------------	---	------------------------------------	-------------------------	--	--------------------------------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 06/08/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
1	Ativo Total	32.750.940	27.297.603
1.01	Ativo Circulante	23.842.964	19.382.077
1.01.01	Disponibilidades	1.037.333	881.651
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.991.988	5.541.534
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	6.272.927	5.092.267
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	718.889	441.295
1.01.02.03	Aplicações em Moedas Estrangeiras	172	7.972
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	2.160.172	1.878.140
1.01.03.01	Carteira Própria	1.458.425	1.288.664
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	-	179.273
1.01.03.03	Contratos e Prêmios a Exercer	32.586	34.958
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central do Brasil	809.838	387.179
1.01.03.05	Provisão para Desvalorizações	(140.677)	(11.934)
1.01.04	Relações Interfinanceiras	1.781.481	905.500
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.213.587	383.957
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Dep. no Banco Central	473.936	455.300
1.01.04.03	Crédito Rural - PROAGRO a Receber	646	646
1.01.04.04	Créditos Vinculados - SFH	3.651	3.683
1.01.04.05	Repasse Interfinanceiros	88.400	46.543
1.01.04.06	Correspondentes	1.261	15.371
1.01.05	Relações Interdependências	20.058	43.192
1.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.478	2.929
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	17.580	40.263
1.01.06	Operações de Crédito	7.856.110	6.729.209
1.01.06.01	Setor Público	-	121.520
1.01.06.02	Setor Privado	8.244.521	6.899.641
1.01.06.03	Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(388.411)	(291.952)
1.01.07.01	Ops. Arrend. e Subar. a Rec. - Setor Privado	3.799	3.705
1.01.07.02	Rendas a Apropr. de Arrend. Mercantil	(3.799)	(3.705)
1.01.08	Outros Créditos	3.854.865	3.257.050
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	2.756.613	2.147.522
1.01.08.02	Rendas a Receber	28.689	57.023
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	202.015	231.430
1.01.08.04	Diversos	929.016	858.822
1.01.08.05	Provisão para Outros Créd. Liq. Duvidosa	(61.468)	(37.747)
1.01.09	Outros Valores e Bens	140.957	145.801
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	157.691	159.246
1.01.09.02	Prov. p/ Desvaloriz. de Outros Vals. e Bens	(34.751)	(29.622)
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	18.017	16.177
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.121.103	5.202.044
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	25.102	40.781
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.102	40.781
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	2.865.356	1.991.322
1.02.02.01	Carteira Própria	2.031.714	1.305.825
1.02.02.02	Contratos e Prêmios a Exercer	47.214	34.084
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central do Brasil	844.024	691.822
1.02.02.04	Provisões para Desvalorizações	(57.596)	(40.409)
1.02.03	Relações Interfinanceiras	297.950	230.766
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	28.731	28.571
1.02.03.02	Repasse Interfinanceiros	269.219	202.195
1.02.05	Operações de Crédito	2.568.282	2.619.954
1.02.05.01	Setor Público	188.780	-
1.02.05.02	Setor Privado	2.379.502	2.619.954
1.02.05.03	Ops. Créd. Liq. Duvidosa - Setor Privado	185.498	201.200
1.02.05.04	Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(185.498)	(201.200)
1.02.06.01	Ops. Arrend e Subar. a Rec. - Setor Privado	2.217	3.089
1.02.06.02	Rendas a Apropr. de Arrend. Mercantil	(2.217)	(3.089)
1.02.07	Outros Créditos	360.961	312.551
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	228	107
1.02.07.02	Carteira de Câmbio	2.363	4.087

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
1.02.07.04	Negociação e Intermediação de Valores	14.445	3.425
1.02.07.05	Diversos	344.153	305.039
1.02.07.06	Créditos de Liquidação Duvidosa	22.199	5.951
1.02.07.07	Provisão para Outros Créd. Liq. Duvidosa	(22.427)	(6.058)
1.02.08	Outros Valores e Bens	3.452	6.670
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	3.452	6.670
1.03	Ativo Permanente	2.786.873	2.713.482
1.03.01	Investimentos	2.127.736	2.037.511
1.03.01.02	Participações em Controladas	2.090.046	1.964.897
1.03.01.03	Participações em Coligadas	15.959	50.883
1.03.01.04	Outros Investimentos	25.475	24.347
1.03.01.05	Provisão para Perdas	(3.744)	(2.616)
1.03.02	Imobilizado de Uso	290.398	289.103
1.03.02.01	Imóveis de Uso	109.113	108.430
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	462.977	433.196
1.03.02.03	Depreciações Acumuladas	(281.692)	(252.523)
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	17.229	17.455
1.03.03.01	Bens Arrendados	39.080	39.306
1.03.03.02	Depreciações Acumuladas	(21.851)	(21.851)
1.03.04	Diferido	351.510	369.413
1.03.04.01	Gastos de Organização e Expansão	749.627	735.498
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	(398.117)	(366.085)



2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
2	Passivo Total	32.750.940	27.297.603
2.01	Passivo Circulante	22.454.539	18.656.884
2.01.01	Depósitos	6.476.572	7.264.643
2.01.01.01	Depósitos a Vista	905.245	901.876
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	2.997.895	2.904.621
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	146.448	130.135
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.426.984	3.328.011
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	4.254.821	2.873.541
2.01.02.01	Carteira Própria	-	172.282
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	4.254.821	2.701.259
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.217.644	1.308.963
2.01.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias	219.806	195.426
2.01.03.02	Obrigações por Tít. e Vals. Mobls. Exterior	1.997.838	1.113.537
2.01.04	Relações Interfinanceiras	1.050.271	452.965
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	949.462	337.793
2.01.04.02	Correspondentes	100.809	115.172
2.01.05	Relações Interdependências	89.454	225.707
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	83.314	212.199
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	6.140	13.508
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	3.986.862	3.204.258
2.01.06.01	Empréstimos no País - Instit. Oficiais	2.153	2.236
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	3.984.709	3.202.022
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	969.096	874.740
2.01.07.01	BNDES	353.111	407.352
2.01.07.02	FINAME	615.985	467.388
2.01.09	Outras Obrigações	3.409.819	2.452.067
2.01.09.01	Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	342.656	18.201
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	1.600.504	1.265.945
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	30.293	130.319
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	97.906	205.126
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	898.576	484.491
2.01.09.06	Obrigações por Aquis. de Bens e Direitos	120.927	114.201
2.01.09.07	Diversas	318.957	233.784
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.191.579	5.723.035
2.02.01	Depósitos	3.174.686	1.859.682
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	899	1.054
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	3.173.787	1.858.628
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.505.111	1.350.956
2.02.03.01	Obrigações por Tít. e Val. Mob. no Exterior	1.505.111	1.350.956
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	630.950	428.878
2.02.06.01	Empréstimos no País - Instituiç. Oficiais	9.672	10.087
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	621.278	418.791
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	897.081	791.855
2.02.07.01	BNDES	448.515	255.779
2.02.07.02	FINAME	448.566	536.076
2.02.09	Outras Obrigações	983.751	1.291.664
2.02.09.01	Carteira de Câmbio	75	-
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	268.886	452.330
2.02.09.03	Negociação e Intermediação de Valores	78.329	251.341
2.02.09.04	Obrigações por Aquis. de Bens e Direitos	420.272	401.825
2.02.09.05	Diversas	216.189	186.168
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	12.966	11.349
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	12.966	11.349
2.05	Patrimônio Líquido	3.091.856	2.906.335
2.05.01	Capital Social Realizado	1.569.909	1.569.909
2.05.01.01	De Domiciliados no País	1.106.623	1.104.651
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	467.453	469.425
2.05.01.03	(-) Ações em Tesouraria	(4.167)	(4.167)
2.05.02	Reservas de Capital	157.553	157.553
2.05.03	Reservas de Reavaliação	801	801
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	801	801
2.05.04	Reservas de Lucro	1.178.072	1.178.072
2.05.04.01	Legal	123.826	123.826
2.05.04.02	Estatutária	990.348	990.348
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos não Distribuídos	63.898	63.898
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	185.521	-

3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/01/1999 a 31/03/1999</u>	<u>01/01/1999 a 31/03/1999</u>	<u>01/01/1998 a 31/03/1998</u>	<u>01/01/1998 a 31/03/1998</u>
3.01	Receitas da Intermediação				
	Financeira	2.041.287	2.041.287	1.331.598	1.331.598
3.01.01	Operações de Crédito	1.472.430	1.472.430	740.811	740.811
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	1.831	1.831	2.282	2.282
3.01.03	Resultado de Tít.s e Vals. Mobiliários	494.060	494.060	505.426	505.426
3.01.04	Resultado de Câmbio	54.358	54.358	7.787	7.787
3.01.05	Aplicações Compulsórias	18.608	18.608	75.292	75.292
3.02	Despesas da Intermediação				
	Financeira	(1.858.503)	(1.858.503)	(947.227)	(947.227)
3.02.01	Captações no Mercado	(1.236.422)	(1.236.422)	(673.264)	(673.264)
3.02.02	Empréstimos e Repasses	(321.496)	(321.496)	(119.372)	(119.372)
3.02.04	Provisão para Créd. Liquidação Duvidosa	(300.585)	(300.585)	(154.591)	(154.591)
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	182.784	182.784	384.371	384.371
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	48.954	48.954	(258.604)	(258.604)
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	235.969	235.969	197.382	197.382
3.04.02	Despesas de Pessoal	(181.214)	(181.214)	(206.138)	(206.138)
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	(296.804)	(296.804)	(256.389)	(256.389)
3.04.04	Despesas Tributárias	(67.030)	(67.030)	(51.525)	(51.525)
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	481.900	481.900	31.634	31.634
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	(177.670)	(177.670)	(40.957)	(40.957)
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	53.803	53.803	67.389	67.389
3.05	Resultado Operacional	231.738	231.738	125.767	125.767
3.06	Resultado não Operacional	(9.984)	(9.984)	(7.971)	(7.971)
3.06.02	Despesas	(9.984)	(9.984)	(7.971)	(7.971)
3.07	Resultado antes Tributação/ Participações	221.754	221.754	117.796	117.796
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	(32.114)	(32.114)	(29.289)	(29.289)
3.09	IR Diferido	32.114	32.114	29.289	29.289
3.10	Participações/Contribuições				
	Estatutárias	(19.034)	(19.034)	(26.688)	(26.688)
3.10.01	Participações	(19.034)	(19.034)	(26.688)	(26.688)
3.10.01.01	Administradores	(811)	(811)	(802)	(802)
3.10.01.02	Empregados	(18.223)	(18.223)	(25.886)	(25.886)
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	202.720	202.720	91.108	91.108
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	99.120.040	99.120.040	99.120.040	99.120.040
	Lucro Por Ação	0,00205	0,00205	0,00092	0,00092

4.1 – NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As atividades operacionais consolidadas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto, no Brasil e no Exterior, incluem, além das atividades financeiras do Conglomerado Unibanco, outras atividades desenvolvidas por empresas controladas com objetivos específicos, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização, previdência privada e administração de bens patrimoniais.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

O balanço patrimonial em 31 de março de 1999, a demonstração do resultado do período de 1º de janeiro a 31 de março de 1999 e as respectivas notas explicativas foram elaboradas com observância da Lei das Sociedades por Ações, normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e do Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior (Unibanco) estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Unibanco e empresas controladas (Unibanco Consolidado), e foram elaboradas segundo as mesmas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 1998.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior, das empresas controladas, direta ou indiretamente, e das sociedades controladas em conjunto. As demonstrações financeiras das empresas controladas Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto, foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada, em atendimento à Instrução nº 247/96 da Comissão de Valores Mobiliários. As sociedades abrangidas na consolidação e as respectivas participações são o Banco Fininvest S.A. - 49,823%, a Interchange Serviços S.A. - 25,0%, a Tecnologia Bancária S.A. - 19,051%, a Redecard S.A. - 32,016% e a Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito - 33,333%, sendo que para esta última, na consolidação das contas de resultado, foi utilizado um percentual diferenciado, apurado de acordo com o desempenho de cada acionista, por força de acordos operacionais.

Os principais saldos que serviram de base para a consolidação das sociedades controladas em conjunto, estão resumidos da seguinte forma:

Em milhares de reais

Ativo	31.03.99	31.12.98	Passivo	31.03.99	31.12.98
Disponibilidades	28.861	12.019	Depósitos	287.050	246.597
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.749	22.122	Recursos de aceites e emissão de títulos	29.010	63.812
Títulos e valores mobiliários	86.336	61.839	Relações interfinanceiras	6.019	-
Relações interfinanceiras	-	506	Obrigações por empréstimos	268.344	300.815
Operações de crédito	935.536	1.094.003	Outras obrigações	673.791	806.924
Outros créditos	256.198	268.807	Resultados de exercícios futuros	1.743	5.601
Outros valores e bens	3.869	3.003	Patrimônio líquido (eliminado)	143.823	128.537
Permanente	92.231	89.987			
Total	1.409.780	1.552.286	Total	1.409.780	1.552.286

Demonstração do resultado - Período de 01 de janeiro a 31 de março

	1999	1998
Receitas da intermediação financeira	231.887	189.231
Despesas da intermediação financeira	(180.168)	(154.754)
Despesas com pessoal	(34.193)	(34.934)
Despesas administrativas	(60.104)	(64.013)
Outras receitas/despesas operacionais	70.927	52.701
Resultado não operacional	(1.127)	585
Imposto de renda e contribuição social	(9.332)	3.194
Participação no lucro - empregados	(2.019)	(2.359)
Lucro (prejuízo) líquido	15.871	(10.349)

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e por suas empresas controladas emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;
- os efeitos da atualização "pro rata temporis" dos direitos e obrigações, com cláusula de variação monetária;
- os efeitos de ajustes de ativos, para o valor de mercado ou de realização;
- os encargos relativos ao PIS à alíquota de 0,75% até janeiro de 1999 e 0,65% a partir de fevereiro de 1999;
- os encargos relativos ao COFINS à alíquota de 3% a partir de fevereiro de 1999;
- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência privada e de capitalização contratados;
- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas, pelo método da equivalência patrimonial;
- as participações no lucro;
- a parcela atribuível ao imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicionais específicos incidentes sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos;
- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 8% (1998 - 18%) nas empresas financeiras e de 8% nas empresas não financeiras, sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, e
- os créditos tributários limitados ao imposto de renda e à contribuição social devidos no período.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída por valor suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, realizada pela administração para concluir quanto à necessária provisão para créditos de liquidação duvidosa, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

(c) Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo e estão corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas. Os outros investimentos estão representados, principalmente, por investimentos avaliados ao custo e títulos patrimoniais e são ajustados, quando aplicável, aos valores de mercado ou patrimoniais. O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%, equipamentos de uso - 10%, sistemas de processamento de dados e sistemas de transportes - 20%. O diferido é representado, substancialmente, pelo custo na compra da carteira de clientes das empresas do grupo Nacional, por benfeitorias em propriedades de terceiros e aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizado na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos.

(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(e) Resultados de exercícios futuros

Incluem os rendimentos não restituíveis, recebidos antecipadamente.

5. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS

O resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas foi registrado em conta de resultado, sob o título de “Resultado de participações em controladas e coligadas”, no grupo de outras receitas/despesas operacionais, e correspondeu a R\$ 53.803 no Unibanco e R\$ 11 (despesa) no Unibanco Consolidado. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas estão apresentados no anexo a seguir:

Controladas	Quantidade de ações ou cotas (1)	Participação (%)		Patrimônio Líquido ajustado	Lucro (prejuízo) ajustado
		Unibanco	Unibanco Consolidado		
Unibanco Representação e Participações Ltda.	668.680.159	99,999	100,000	1.440.461	32.368
Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	60.000	99,995	99,995	247.155	2.418
Banco Dibens S.A.	6.730.000.000	44,472	44,472	157.629	(2.336)
Unicorp Bank & Trust Ltd.	5.000.000	75,500	75,500	74.797	5.564
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxemburgo) S.A.	200.000	100,000	100,000	62.523	2.235
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A. (2)	60.000.000	100,000	100,000	42.238	(2.354)
Interbanco S.A.	19.000.000	99,996	99,999	34.334	1.576
UBB Capital Markets Limited	17.770.000	100,000	100,000	19.746	(787)
Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.	9.000.000	90,000	90,000	20.229	6.037
Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	4.500.000	100,000	100,000	6.879	1.684
Unibanco Companhia Hipotecária	4.000.000	100,000	100,000	6.666	508
UBB Holding Company, Inc (3)	100	100,000	100,000	1.722	(48)
Unibanco Securities Inc. (3)	1.500	100,000	100,000	3.582	(157)
Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	900.000	100,000	100,000	297	297
Controladas em conjunto					
Credicard S.A.- Administradora de Cartões de Crédito	38.813.332	-	33,333	114.865	34.903
Banco Fininvest S.A.	3.331.365	49,823	49,823	142.625	14.272
Tecnologia Bancária S.A.(4)	3.556.677.343	19,051	19,051	67.971	2.382
Redecard S.A.	1.874.037	-	32,016	48.424	14.416
Interchange Serviços S.A.(4)	300.000.000.000	-	25,000	24.087	1.439
Coligadas					
Serasa Centralizadora de Serviços Bancários	3.726.600	12,341	12,341	63.468	6.699
Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (4)	11.035.634	-	30,000	22.613	1.769
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	60.003	10,000	10,000	26.466	1.053
Interamericana Companhia de Seguros Gerais (4)	61.586.317	-	50,000	77.749	1.154
AIG Life Companhia de Seguros Gerais (4)	400.000	-	50,000	8.386	1.100
AIG Health Care Participações Ltda.(4)	4.200.000	-	50,000	9.320	(2.208)
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

Controladas	Equivalência patrimonial		Valor do investimento	
	Unibanco	Unibanco Consolidado 1999	Unibanco	Unibanco Consolidado 1999
Unibanco Representação e Participações Ltda.	32.368	-	1.440.447	-
Unibanco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	2.418	-	247.143	-
Banco Dibens S.A.	(1.039)	-	64.285	-
Unicorp Bank & Trust Ltd.	3.395	-	59.094	-
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxemburgo) S.A.	2.235	-	62.523	-
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A. (2)	(1.910)	-	42.238	-
Interbanco S.A.	1.576	-	34.332	-
UBB Capital Markets Limited	(787)	-	20.187	-
Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A.	5.488	-	18.206	-
Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	1.684	-	6.879	-
Unibanco Companhia Hipotecária	508	-	6.666	-
UBB Holding Company. Inc (3)	(48)	-	5.304	-
Unibanco Securities Inc. (3)	(157)	-	-	-
Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	297	-	1.354	-
Controladas em conjunto				
Credicard S.A.- Administradora de Cartões de Crédito	-	-	-	-
Banco Fininvest S.A.	7.111	-	71.061	-
Tecnologia Bancária S.A.(4)	514	-	12.949	-
Redecard S.A.	-	-	-	-
Interchange Serviços S.A.(4)	-	-	-	-
Coligadas				
Serasa Centralizadora de Serviços Bancários	19	19	7.832	7.832
Volkswagen Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (4)	-	(1.550)	-	6.784
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	47	47	2.647	2.647
Interamericana Companhia de Seguros Gerais (4)	-	577	-	38.874
AIG Life Companhia de Seguros Gerais (4)	-	550	-	4.193
AIG Health Care Participações Ltda. (4)	-	(1.103)	-	4.660
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	-	11.004
Outras	84	1.449	2.858	39.470
Total	53.803	(11)	2.106.005	115.464

(1) Todas as ações possuídas são ordinárias, exceto quanto a 30.000.000 ações preferenciais da Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A., 1.174.725 ações preferenciais da Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A., 819.856 ações preferenciais do Banco Fininvest S.A. e 400.000 ações preferenciais da Redecard S.A.

(2) A diferença entre o lucro líquido dessa empresa e a equivalência patrimonial reconhecida no resultado, é decorrente de atualização de títulos patrimoniais, registrada diretamente no patrimônio líquido da empresa investida.

(3) A UBB Holding Company, Inc. foi constituída no primeiro trimestre de 1999, sendo o capital social parcialmente integralizado com a totalidade das ações da Unibanco Securities Inc, de titularidade do Unibanco.

(4) Equivalência patrimonial apurada sobre as demonstrações financeiras de fevereiro de 1999.

As principais empresas controladas indiretamente incluídas no consolidado são as seguintes: Unibanco Seguros S.A., Cartão Unibanco Ltda., Unibanco Companhia de Capitalização, Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência (atual denominação da Prever S.A. Seguros e Previdência), BWU Representação e Participações Ltda., Uniseg S.A. - Participações, Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda., Unibanco Empreendimentos Ltda., Estrel Administração e Corretagem de Seguros Ltda. e Uni-Investment International Corp.

6. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	<u>1999</u>
ATIVO	
Disponibilidades	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	124.737
Títulos e valores mobiliários	521.609
Relações interfinanceiras	347.436
Outros créditos	
.Rendas a receber-Dividendos e remuneração sobre o capital próprio	1.780
.Outros	21.243
PASSIVO	
Depósitos	2.246.681
Captações no mercado aberto	53.004
Relações interfinanceiras	1.774
Recursos de aceites e emissão de títulos	
.Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	390.868
Obrigações por empréstimos	34.086
Outras obrigações	8.873
RECEITAS	1º trimestre/99
Operações de crédito	112.434
Títulos e valores mobiliários	24.726
Rendas de prestação de serviços	26.460
DESPESAS	
Captações no mercado aberto	126.705
Empréstimos e repasses	334
Outras despesas administrativas	10.326
Outras despesas operacionais	5.031
Resultado de títulos e valores mobiliários (swaps)	121.499

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o Unibanco e suas empresas controladas e foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações com partes relacionadas não consolidadas são limitadas a transações bancárias em regime normal de operações e não são relevantes no contexto operacional do Unibanco.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

As rendas de prestação de serviços referem-se basicamente a serviços prestados pelo Unibanco às empresas do conglomerado, cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes.

7. AGÊNCIAS NO EXTERIOR

Conforme mencionado na nota 2, as demonstrações financeiras das agências no exterior estão sendo apresentadas na forma consolidada juntamente com as demonstrações financeiras do Unibanco.

Os saldos consolidados dessas agências (Grand Cayman e Nassau), podem ser resumidos como segue:

	<u>1999</u>
	<u>Em milhares de dólares</u>
Ativo circulante	1.644.403
Realizável a longo prazo	1.975.445
Permanente	34.899
Passivo circulante	2.055.771
Exigível a longo prazo	1.017.633
Resultado de exercícios futuros	2.014
Patrimônio líquido	579.329
Resultado do trimestre	19.552

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Unibanco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e dos seus clientes, bem como para reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas através de técnicas específicas.



Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor de mercado, em 31 de março de 1999, estão assim apresentados:

	<u>Unibanco</u>		<u>Unibanco Consolidado</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	5.025.528	5.026.050	6.853.683	6.854.205
Operações de crédito	10.424.392	10.415.125	12.027.728	12.018.461
Passivos				
Depósitos a prazo	5.600.771	5.645.779	4.244.706	4.289.714
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	3.502.949	3.500.445	3.270.283	3.267.779
Obrigações por aquisição de bens e direitos	541.199	489.799	541.948	490.548
Derivativos (líquido)	329.783	349.486	320.384	340.087

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base nas taxas médias praticadas no último dia do trimestre, conforme divulgação de associações de classe e agências externas.

O valor de mercado das operações de crédito e dos depósitos a prazo foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco, no último dia de negociação do trimestre para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados, no último dia de negociação do trimestre para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por aquisição de bens e direitos foi apurado considerando o valor que se poderia obter na sua negociação com o mercado.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado, principalmente, com base nas taxas médias praticadas para operações com prazo e indexadores similares, no último dia do trimestre, conforme divulgações da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

Os ativos diretamente vinculados a instrumentos financeiros de proteção estão apresentados no quadro anterior, considerando os efeitos líquidos de sua avaliação em conjunto.

O valor referencial dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação é resumido como segue:

	<u>Unibanco</u>		<u>Unibanco Consolidado</u>	
	<u>Referencial</u>	<u>Líquido</u>	<u>Referencial</u>	<u>Líquido</u>
Contratos Futuros				
Compromissos de compra				
Taxas de juros	470.500	-	470.500	-
Compromissos de venda				
Moedas	1.012.739	1.012.739	1.012.739	1.012.739
Taxas de juros	807.000	336.500	807.000	336.500
Contratos de Swap				
Posição Ativa				
Moedas	728.837	-	942.603	-
Taxas de juros	14.915.591	398.826	17.581.357	436.395
Posição Passiva				
Moedas	1.286.982	558.145	1.528.918	586.315
Taxas de juros	14.516.765	-	17.144.962	-
Contratos de Opções				
Compromissos de compra				
Taxa de juros	88.382	-	88.382	-
Ações	2.011.976	11.931	2.011.976	11.931
Índice	723.627	-	723.627	-
Compromissos de venda				
Taxa de juros	866.288	777.906	866.288	777.906
Ações	2.000.045	-	2.000.045	-
Índice	723.627	-	723.627	-

As operações acima não representam a exposição global do Unibanco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação.

Os valores a receber dos contratos de "swap" em aberto montam a R\$ 179.622 no Unibanco e R\$ 250.783 no Unibanco Consolidado e os valores a pagar montam a R\$ 338.941 no Unibanco e R\$ 400.703 no Unibanco Consolidado e estão registrados em "Outros créditos" e "Outras obrigações", respectivamente, na conta "Negociação e intermediação de valores".

Os prêmios pagos por contratos de opções adquiridos montam a R\$ 79.800 no Unibanco e no Unibanco Consolidado e estão registrados em "Títulos e valores mobiliários" na conta "Contratos e prêmios a exercer" e os prêmios recebidos por contratos de opções lançadas montam a R\$ 250.264 no Unibanco e Unibanco Consolidado e estão registrados em "Outras obrigações" na conta "Negociação e intermediação de valores".

Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação possuem os seguintes vencimentos:

	<u>Unibanco</u>	<u>Unibanco Consolidado</u>
Contratos Futuros		
Até 90 dias	1.859.239	1.859.239
De 91 até 180 dias	294.500	294.500
De 181 até 360 dias	136.500	136.500
Contratos de Swap		
Até 90 dias	11.070.818	12.698.114
De 91 até 180 dias	2.320.506	3.151.565
De 181 até 360 dias	1.250.800	1.499.379
Acima de 360 dias	822.682	1.044.991
Contratos de Opções		
Até 90 dias	5.587.580	5.587.580
De 181 até 360 dias	74.353	74.353
Acima de 360 dias	752.012	752.012

Os contratos de taxa de juros e de moedas no mercado de futuros representam compromissos futuros de comprar ou vender instrumentos financeiros nos termos e datas especificados. Os valores nominais representam o valor de face do correspondente instrumento na data da liquidação da operação. O risco de crédito, associado aos contratos de futuros, são minimizados devido a liquidações diárias das diferenças de posições e por garantias de depósitos em conta margem. Contratos futuros estão sujeitos ao risco de variações não esperadas nas taxas de juros ou no valor dos correspondentes instrumentos financeiros.

Os contratos de "swap" de taxa de juros e de moeda representam compromissos futuros de trocar moedas ou indexadores nos termos e datas especificados nos contratos. O valor referencial dos instrumentos financeiros representa a base para a determinação dos diferenciais a receber ou a pagar. Os riscos associados aos contratos de "swap" referem-se à impossibilidade da contraparte em cumprir as condições contratuais e o risco associado às mudanças nas condições de mercado relacionados a variações nas taxas de juros ou de câmbio.

Contratos de opções são aqueles que (i) transferem, modificam ou reduzem o risco da taxa de juros ou (ii) permitem que o Banco compre ou venda um instrumento financeiro, mediante o pagamento ou recebimento de um prêmio no início do contrato. Como um comprador de opções, o Unibanco paga um prêmio e, como vendedor das opções, recebe um prêmio, em troca de assumir um risco de variações nas taxas de juros futuras ou nos preços de mercado dos instrumentos financeiros. O risco de crédito e de mercado estão limitados aos prêmios pagos nas opções compradas e o risco associado às mudanças nas condições de mercado pode ter influência nas opções vendidas.

Os compromissos de venda de opções - taxa de juros são representados substancialmente por operações estruturadas no mercado de opções flexíveis, sendo a despesa apropriada "pro-rata temporis" durante a vigência dos contratos.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES

- "Outros créditos - diversos", totalizaram R\$ 1.273.169 no Unibanco e R\$ 2.311.827 no Unibanco Consolidado e incluem basicamente imposto de renda a compensar/recuperar e créditos tributários no montante de R\$ 830.890 no Unibanco e R\$ 1.522.977 no Unibanco Consolidado, depósitos judiciais no montante de R\$ 265.044 no Unibanco e R\$ 346.914 no Unibanco Consolidado e títulos e créditos a receber no valor de R\$ 58.288 no Unibanco e R\$ 215.170 no Unibanco Consolidado. Os créditos tributários foram calculados, principalmente, sobre as diferenças intertemporais, basicamente representadas pela parcela indedutível da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- "Outras obrigações - diversas", incluem, basicamente, provisões para despesas de pessoal e administrativas de R\$ 186.557 no Unibanco e R\$ 226.733 no Unibanco Consolidado e provisões para processos trabalhistas e judiciais de R\$ 205.130 no Unibanco e R\$ 222.822 no Unibanco Consolidado, e pagamentos a serem efetuados a estabelecimentos credenciados do Cartão Unibanco, Credicard e Fininvest no montante de R\$ 713.544 no Unibanco Consolidado.

- (c) Outras receitas/outras despesas operacionais
 Outras receitas operacionais incluem, principalmente, variação cambial de agências e das empresas controladas no valor de R\$ 319.808 no Unibanco e R\$ 324.468 no Unibanco Consolidado. Outras despesas operacionais incluem, basicamente, provisão para processos judiciais, envolvendo contingências relacionadas a ações movidas contra a empresa, principalmente reclamações trabalhistas, no montante de R\$ 32.392 e provisões para reestruturação relacionadas à implantação do Projeto Ano 2000 e Único de R\$ 100.000.
- (d) As informações relacionadas à adequação dos sistemas eletrônicos, visando o correto processamento das datas posteriores ao ano de 1999 estão divulgadas no Comentário do Desempenho.

5.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Não se aplica à Companhia

6.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
1	Ativo Total	37.190.078	31.726.884
1.01	Ativo Circulante	28.715.337	24.128.452
1.01.01	Disponibilidades	1.101.168	913.850
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.991.226	5.589.876
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	6.388.359	5.192.902
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	602.695	376.108
1.01.02.03	Aplicações em moedas estrangeiras	172	20.866
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.082.100	3.534.310
1.01.03.01	Carteira própria	3.272.589	2.903.172
1.01.03.02	Vinculados a compromissos de recompra	1.258	181.937
1.01.03.03	Contratos e prêmios a exercer	32.586	34.958
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central do Brasil	929.882	434.821
1.01.03.05	Provisão para desvalorizações	(154.215)	(20.578)
1.01.04	Relações Interfinanceiras	1.753.075	906.469
1.01.04.01	Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.229.072	392.589
1.01.04.02	Créditos vinculados - Dep. no Banco Central	505.497	481.775
1.01.04.03	Crédito Rural - PROAGRO a receber	646	646
1.01.04.04	Créditos vinculados - SFH	3.651	3.683
1.01.04.05	Repasse interfinanceiros	10.184	9.134
1.01.04.06	Correspondentes	4.025	18.642
1.01.05	Relações Interdependências	20.058	43.601
1.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	2.478	3.338
1.01.05.02	Transferências internas de recursos	17.580	40.263
1.01.06	Operações de Crédito	9.345.124	8.472.899
1.01.06.01	Setor público	-	121.520
1.01.06.02	Setor privado	10.001.050	8.882.754
1.01.06.03	Oper. de cré. em atraso - setor privado	5.041	10.354
1.01.06.04	Provisão para créditos de líq. duvidosa	(660.967)	(541.729)
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	597.389	550.147
1.01.07.01	Ops. arrend. e subar. a rec. - setor público	2.110	2.183
1.01.07.02	Ops. arrend. e subar. a rec.- setor privado	1.202.443	1.069.990
1.01.07.03	Rendas a aprop. de arrend. mercantil	(484.320)	(467.330)
1.01.07.04	Op. arrend. e subar. a rec. atraso - s. privado	6.487	6.134
1.01.07.05	Prov. p/ cré. de arrend. merc. líq. duvidosa	(129.331)	(60.830)
1.01.08	Outros Créditos	4.575.442	3.853.892
1.01.08.01	Carteira de câmbio	2.805.598	2.180.401
1.01.08.02	Rendas a receber	38.115	27.591
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	323.664	208.383
1.01.08.04	Prêmios de seguros a receber	176.750	183.537
1.01.08.05	Diversos	1.311.539	1.310.500
1.01.08.06	Provisão para outros cré. líq. duvidosa	(80.224)	(56.520)
1.01.09	Outros Valores e Bens	249.755	263.408
1.01.09.01	Outros valores e bens	215.754	218.062
1.01.09.02	Prov. p/desvaloriz. de outros vls. e bens	(38.702)	(36.403)
1.01.09.03	Despesas antecipadas	72.703	81.749
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.865.675	5.981.438
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	25.102	40.781

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
1.02.01.01	Aplicações em depósitos interfinanceiros	25.102	40.781
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	2.771.583	1.910.435
1.02.02.01	Carteira própria	1.956.934	1.169.040
1.02.02.02	Contratos e prêmios a exercer	47.214	34.084
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central do Brasil	844.024	756.037
1.02.02.04	Provisões para desvalorizações	(76.589)	(48.726)
1.02.03	Relações Interfinanceiras	28.731	28.571
1.02.03.01	Créditos vinculados - SFH	28.731	28.571
1.02.05	Operações de Crédito	2.682.604	2.692.497
1.02.05.01	Setor público	188.780	-
1.02.05.02	Setor privado	2.493.824	2.692.497
1.02.05.03	Oper. cré. liq. duvidosa - setor privado	205.631	214.016
1.02.05.04	Provisão para créditos de liq. duvidosa	(205.631)	(214.016)
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	317.737	377.512
1.02.06.01	Ops. arrend. e subar. a rec. - setor público	1.404	1.936
1.02.06.02	Ops. arrend. e subar. a rec. - setor privado	602.684	691.107
1.02.06.03	Rendas a aprop. de arrend. mercantil	(286.351)	(315.531)
1.02.06.04	Ops. arrend. merc. liq. duvid. - setor privado	13.169	9.684
1.02.06.05	Prov. p/ cré. de arrend. merc. liq. duvidosa	(13.169)	(9.684)
1.02.07	Outros Créditos	1.033.868	920.645
1.02.07.01	Créditos por avais e fianças honrados	228	107
1.02.07.02	Carteira de câmbio	2.363	4.087
1.02.07.03	Rendas a receber	122	54
1.02.07.04	Negociação e intermediação de valores	31.095	2.257
1.02.07.05	Diversos	1.000.288	914.327
1.02.07.06	Créditos de liquidação duvidosa	24.838	10.393
1.02.07.07	Provisão para outros cré. liq. duvidosa	(25.066)	(10.580)
1.02.08	Outros Valores e Bens	6.050	10.997
1.02.08.01	Despesas antecipadas	6.050	10.997
1.03	Ativo Permanente	1.609.066	1.616.994
1.03.01	Investimentos	246.765	233.701
1.03.01.03	Participações em Coligadas	115.464	103.833
1.03.01.04	Outros Investimentos	149.918	147.216
1.03.01.05	Provisão para Perdas	(18.617)	(17.348)
1.03.02	Imobilizado de Uso	941.186	944.348
1.03.02.01	Imóveis de uso	713.156	713.244
1.03.02.02	Outras imobilizações de uso	716.532	684.557
1.03.02.03	Depreciações acumuladas	(488.502)	(453.453)
1.03.04	Diferido	421.115	438.945
1.03.04.01	Gastos de organização e expansão	855.976	845.560
1.03.04.02	Amortizações acumuladas	(434.861)	(406.615)



6.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
2	Passivo Total	37.190.078	31.726.884
2.01	Passivo Circulante	26.255.410	22.324.872
2.01.01	Depósitos	6.870.651	7.314.881
2.01.01.01	Depósitos a vista	1.146.924	1.047.466
2.01.01.02	Depósitos de poupança	3.101.734	2.981.604
2.01.01.03	Depósitos interfinanceiros	16.530	40.184
2.01.01.04	Depósitos a prazo	2.605.463	3.245.627
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	4.278.256	2.789.608
2.01.02.01	Carteira própria	1.159	173.483
2.01.02.02	Carteira de terceiros	4.277.097	2.616.125
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.267.022	1.672.733
2.01.03.01	Recursos de letras hipotecárias	219.806	195.426
2.01.03.02	Recursos de debêntures	389.308	410.263
2.01.03.03	Obrigações p/títls. e vals. mobil. exterior	1.657.908	1.067.044
2.01.04	Relações Interfinanceiras	1.065.629	460.398
2.01.04.01	Recebimentos e pagamentos a liquidar	965.282	343.710
2.01.04.02	Correspondentes	100.347	116.688
2.01.05	Relações Interdependências	89.492	226.175
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	83.352	212.258
2.01.05.02	Transferências internas de recursos	6.140	13.917
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	4.551.525	3.677.038
2.01.06.01	Empréstimos no país - inst. oficiais	2.153	2.236
2.01.06.02	Empréstimos no país - outras instituições	288.277	296.672
2.01.06.03	Empréstimos no exterior	4.261.095	3.378.130
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	1.022.087	932.060
2.01.07.01	BNDES	353.111	407.352
2.01.07.02	FINAME	668.976	524.708
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	5	-
2.01.09	Outras Obrigações	6.110.743	5.251.979
2.01.09.01	Cobrança e arrec. de trib. e assemelhados	343.265	18.676
2.01.09.02	Carteira de câmbio	1.662.663	1.322.479
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	35.623	149.570
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	178.118	356.193
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	1.046.062	593.329
2.01.09.06	Obrigações por aquis. de bens e direitos	121.676	151.378
2.01.09.07	Prov. téc. de seg., capit. e prev. privada	1.452.517	1.330.543
2.01.09.08	Diversos	1.270.819	1.329.811
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.275.855	5.943.660
2.02.01	Depósitos	1.640.156	226.634
2.02.01.01	Depósitos interfinanceiros	913	1.054
2.02.01.02	Depósitos a prazo	1.639.243	225.580
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.715.230	2.829.021
2.02.03.01	Recursos de debêntures	1.102.855	1.431.178
2.02.03.02	Obrig. p/ títls. e vals. mobil. no exterior	1.612.375	1.397.843
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	579.770	435.995
2.02.06.01	Empréstimos no país - inst. oficiais	9.672	10.087
2.02.06.02	Empréstimos no país - outras instituições	879	522
2.02.06.03	Empréstimos no exterior	569.219	425.386
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	936.305	837.312
2.02.07.01	BNDES	448.515	255.779
2.02.07.02	FINAME	487.790	581.533
2.02.09	Outras Obrigações	1.404.394	1.614.698
2.02.09.01	Carteira de câmbio	75	-
2.02.09.02	Fiscais e previdenciárias	635.642	808.407
2.02.09.03	Negociação e intermediação de valores	89.434	185.123
2.02.09.04	Obrigações por aquis. de bens e direitos	420.272	401.825
2.02.09.05	Diversas	258.971	219.343
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	25.107	25.661

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
2.03.01	Resultados de exercícios futuros	25.107	25.661
2.04	Participações Minoritárias	541.850	526.356
2.05	Patrimônio Líquido	3.091.856	2.906.335
2.05.01	Capital Social Realizado	1.569.909	1.569.909
2.05.01.01	De domiciliados no país	1.106.623	1.104.651
2.05.01.02	De domiciliados no exterior	467.453	469.425
2.05.01.03	(-) Ações em tesouraria	(4.167)	(4.167)
2.05.02	Reservas de Capital	157.553	157.553
2.05.03	Reservas de Reavaliação	801	801
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	801	801
2.05.04	Reservas de Lucro	1.178.072	1.178.072
2.05.04.01	Legal	123.826	123.826
2.05.04.02	Estatutária	990.348	990.348
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos não Distribuídos	63.898	63.898
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	185.521	-

7.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/01/1999</u> <u>a 31/03/1999</u>	<u>01/01/1999</u> <u>a 31/03/1999</u>	<u>01/01/1998</u> <u>a 31/03/1998</u>	<u>01/01/1998</u> <u>a 31/03/1998</u>
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.844.857	2.844.857	1.663.791	1.663.791
3.01.01	Operações de Crédito	1.700.893	1.700.893	972.437	972.437
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	251.505	251.505	53.571	53.571
3.01.03	Resultado de Títls. e Vals.Mobiliários	820.802	820.802	553.857	553.857
3.01.04	Resultado de Câmbio	52.774	52.774	7.224	7.224
3.01.05	Aplicações Compulsórias	18.883	18.883	76.702	76.702
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	(2.375.961)	(2.375.961)	(1.052.276)	(1.052.276)
3.02.01	Captações no Mercado	(1.267.562)	(1.267.562)	(588.493)	(588.493)
3.02.02	Empréstimos, Cessões e Repasses	(602.235)	(602.235)	(162.657)	(162.657)
3.02.03	Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(506.164)	(506.164)	(301.126)	(301.126)
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	468.896	468.896	611.515	611.515
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	(146.411)	(146.411)	(414.735)	(414.735)
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	361.245	361.245	330.728	330.728
3.04.02	Despesas de Pessoal	(254.374)	(254.374)	(274.908)	(274.908)
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	(421.861)	(421.861)	(357.196)	(357.196)
3.04.04	Despesas Tributárias	(118.581)	(118.581)	(87.067)	(87.067)
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	806.763	806.763	418.284	418.284
3.04.05.01	Prêmios de seg.,capitaliz.e prev.privada	279.209	279.209	368.971	368.971
3.04.05.03	Outras receitas operacionais	527.554	527.554	49.313	49.313
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	(519.592)	(519.592)	(442.352)	(442.352)
3.04.06.01	Var. prov.téc.seg.,capit.e prev. privada	(93.506)	(93.506)	(142.519)	(142.519)
3.04.06.02	Sinistros	(99.933)	(99.933)	(110.094)	(110.094)
3.04.06.03	Desp. com benefícios planos prev.privada	(59.000)	(59.000)	(81.184)	(81.184)
3.04.06.04	Desp. com seg., prev.priv.e outras seg.	(32.979)	(32.979)	(27.989)	(27.989)
3.04.06.05	Desp. comercializ.de cartões de crédito	(32.969)	(32.969)	(25.532)	(25.532)
3.04.06.06	Outras despesas operacionais	(201.205)	(201.205)	(55.034)	(55.034)
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	(11)	(11)	(2.224)	(2.224)
3.05	Resultado Operacional	322.485	322.485	196.780	196.780
3.06	Resultado não Operacional	(34.870)	(34.870)	(6.156)	(6.156)
3.06.02	Despesas	(34.870)	(34.870)	(6.156)	(6.156)
3.07	Resultado antes Tributação/Participações	287.615	287.615	190.624	190.624
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	(82.554)	(82.554)	(96.756)	(96.756)
3.09	IR Diferido	41.033	41.033	42.135	42.135
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	(24.872)	(24.872)	(30.094)	(30.094)
3.10.01	Participações	(24.872)	(24.872)	(30.094)	(30.094)
3.10.01.01	Administradores	(1.367)	(1.367)	(842)	(842)
3.10.01.02	Empregados	(23.505)	(23.505)	(29.252)	(29.252)
3.12	Participações Minoritárias	(18.502)	(18.502)	(14.801)	(14.801)
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	202.720	202.720	91.108	91.108
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	99.120.040	99.120.040	99.120.040	99.120.040
	Lucro por Ação	0,00205	0,00205	0,00092	0,00092

8.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

CENÁRIO ECONÔMICO

O primeiro trimestre de 1999 foi um período difícil para a economia brasileira, pois o governo decidiu substituir o regime de bandas por outro de flutuação livre em janeiro, após perda significativa de reservas internacionais. O nervosismo inicial foi característico de um processo de desvalorização descontrolada da moeda, como ocorreu no México e em algumas economias asiáticas. Em seu pior momento, em 3 de março, o real alcançou cotação de R\$ 2,16 por dólar, perdendo 44% do valor nominal. Mas, superando expectativas mais otimistas, o real sofreu forte valorização para fechar o trimestre cotado a R\$ 1,72 por dólar, devido à firmeza do governo no ajuste das contas públicas e na negociação política, aprovando medidas importantes no Congresso, ao novo acordo com o FMI, com a liberação da segunda tranche de US\$ 9,8 bilhões, e à definição da política econômica a ser adotada pela nova equipe do Banco Central. As medidas adotadas pelo BC para estimular a entrada de capitais (como a redução do IR e do IOF) e o acesso ao mercado de capitais internacional foram importantes para a valorização do real. Além disso, os diversos índices de inflação mostraram crescimento muito abaixo do esperado, pois o IPC da Fipe e da FGV acumularam apenas 2,5% e 3,0%, respectivamente, no primeiro trimestre. A economia brasileira entrou em um círculo virtuoso, aumentando o otimismo em relação a uma recuperação da atividade econômica ao longo de 1999, favorecida por uma taxa de câmbio mais competitiva. Um marco importante nesse cenário foi a privatização da Comgás em meados de março por US\$ 990 milhões, com um ágio de 120%.

EVENTOS SOCIETÁRIOS

Em 30 de março de 1998, o Unibanco adquiriu 51% do capital votante do Banco Dibens S.A. (Dibens) pelo valor de R\$ 60.700, sujeito a acréscimo ou decréscimo com base no desempenho do Dibens nos exercícios sociais de 1998 a 2001. As participações societárias que o Dibens detinha no capital social da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e da Dibens S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram mantidas, passando essas empresas a controladas indiretas do Unibanco.

LUCRO LÍQUIDO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO UNIBANCO

O lucro líquido do trimestre encerrado em 31 de março de 1999 atingiu R\$ 202,7 milhões, representando um incremento de 122,5% sobre igual período de 1998 e correspondendo a um lucro por lote de 1.000 ações de R\$ 2,05. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 29,9% e o retorno anualizado sobre o ativo médio foi de 2,4%. O patrimônio líquido atingiu R\$ 3.092 milhões e o valor patrimonial por lote de 1.000 ações foi de R\$ 31,19.

ATIVOS E PASSIVOS DO CONGLOMERADO UNIBANCO

O ativo total do Unibanco aumentou 17,2% atingindo R\$ 37,2 bilhões, contra R\$ 31,7 bilhões em 31 de dezembro de 1998. Desse montante, R\$ 15,4 bilhões eram representados por operações de crédito, leasing e adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) e R\$ 13,9 bilhões por aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, constituídos principalmente por títulos públicos federais.

Os quadros a seguir demonstram as operações de crédito por tipo e a qualidade dos ativos do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

	R\$ milhões		
Operações de Crédito por tipo	Mar/99	Dez/98	Var. % trim.
Comércio, indústria e outros	6.160	5.389	14,3
Financiamentos à importação e à exportação	3.708	2.882	28,7
Crédito rural	556	539	3,2
Subtotal 1	10.424	8.810	18,3
Cartão de crédito	1.544	1.931	(20,0)
Pessoa física	1.796	1.756	2,3
Leasing	1.044	989	5,6
Financiamentos imobiliários	306	326	(6,1)
Subtotal 2	4.690	5.002	(6,2)
Crédito em liquidação duvidosa	244	234	4,3
Total operações de crédito	15.358	14.046	9,3
Créd. de liquidação duvidosa/Operação de crédito	1,6%	1,7%	
Prov. para créd. de liq. duvidosa/Créd. em liq. duvidosa	4,6x	3,8x	
Prov. para créd. de liquidação duvidosa/Oper. de crédito	7,4%	6,4%	

A carteira de operações de crédito cresceu 9,3% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 1998. Esse crescimento foi devido principalmente ao impacto da desvalorização do real nas operações atreladas ao dólar. Face ao cenário econômico recessivo e à uma política conservadora de crédito, não houve crescimento em alguns segmentos.

O percentual de 1,6% de créditos em liquidação sobre operações de crédito praticamente se manteve no patamar do quarto trimestre de 1998. As provisões para créditos em liquidação duvidosa totalizaram R\$ 1.114 milhões, representando um crescimento de 24,7% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 1998 e representavam 4,6 vezes os créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 1999.

O quadro a seguir demonstra a movimentação das provisões para crédito de liquidação duvidosa, nos períodos indicados:

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	R\$ milhões		
	1T99	1T98	Var. %
Saldo inicial	893	803	11,2
Provisão constituída no trimestre	506	301	68,1
Transferência para prejuízo	(285)	(236)	20,8
Saldo final	1.114	920	21,1
Recuperação de prejuízo	73	59	23,7

A performance do Unibanco neste trimestre permitiu crescer as provisões livres de crédito e enfrentar com tranquilidade eventual cenário de adversidades resultantes das mudanças econômicas. Objetivando contínuo aprimoramento das ações preventivas e de recuperação, foi montada uma nova central de cobrança, incorporando sofisticada tecnologia de ponta (sistemas CACS e TRIAD) que vai consumir investimentos totais de R\$ 9,5 milhões, dos quais R\$ 2,2 milhões já realizados.

O quadro a seguir demonstra as captações do Unibanco consolidado nos períodos indicados:

Captações	R\$ milhões		
	Mar/99	Dez/98	Var. % trim.
Depósitos a vista	1.147	1.048	9,4
Depósitos de poupança	3.102	2.982	4,0
Depósitos interfinanceiros	17	41	(58,5)
Depósitos a prazo	4.245	3.471	22,3
Total de depósitos	8.511	7.542	12,8
Captações no mercado aberto	4.278	2.790	53,3
Debêntures e letras hipotecárias	1.712	2.037	(16,0)
Obrigações por repasses no país	1.671	1.468	13,8
Provisões técnicas de seguros, capitalização e prev. privada	1.453	1.331	9,2
Outros	2.112	1.721	22,7
Total captação em moeda nacional	19.737	16.889	16,9
Linhas de importação e exportação	3.419	2.727	25,4
Eurobonds e commercial papers	3.270	2.465	32,7
Outros	2.685	2.066	30,0
Total captação em moedas estrangeiras	9.374	7.258	29,2
Total captação	29.111	24.147	20,6
Fundos de investimentos e carteiras administrados	11.220	10.175	10,3
Total captação + recursos administrados de terceiros	40.331	34.322	17,5

A captação global do Unibanco, incluindo fundos de investimentos e carteiras administrados no montante de R\$ 11,2 bilhões, totalizou R\$ 40,3 bilhões em 31 de março de 1999. As captações em moeda nacional cresceram 16,9% nos últimos 3 meses e os depósitos 12,8%, atingindo um total de R\$ 8,5 bilhões em 31 de março de 1999.

O aumento nas captações no mercado aberto no primeiro trimestre de 1999 foi consequência das oportunidades nos mercados de operações lastreadas em títulos públicos registrados no Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

As captações em moedas estrangeiras cresceram 29,2% devido à desvalorização do real, enquanto que os fundos de investimentos e carteiras administrados atingiram R\$ 11,2 bilhões apresentando crescimento de 10,3% no trimestre.

O quadro a seguir demonstra os principais índices de adequação de capital do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

<u>Adequação do capital</u>	<u>Mar/99</u>	<u>Dez/98</u>
Patrimônio líquido / Ativos totais	8,3%	9,2%
Patrimônio líquido / Operações de crédito	20,1%	20,7%
Índice da Basileia (de acordo com a regulamentação do Banco Central)	13,6%	14,2%

O índice da Basileia de acordo com as normas do Banco Central do Brasil foi de 13,6% em 31 de março de 1999, superior ao nível mínimo recomendado de 11%. Este índice nos deixa com um potencial de alavancagem de aproximadamente R\$ 5,3 bilhões ou um crescimento de 35% na carteira de crédito sem comprometer o limite mínimo exigido.

PRINCIPAIS SUBSIDIÁRIAS E AFILIADAS

O quadro a seguir demonstra o resultado das principais subsidiárias e afiliadas do Unibanco no primeiro trimestre de 1999:

<u>Empresas</u>	<u>Negócio</u>	<u>Participação no capital total (%)</u>	<u>Patrimônio em 31/03/99</u>	<u>R\$ milhões</u>	
				<u>Equivalência Patrimonial 1T99</u>	<u>1T98</u>
Subsidiárias					
Unibanco Seguros (1)	Seguros	49,7	817	20	22
Unibanco Capitalização (1)	Planos de Capitalização	99,9	67	8	8
Unibanco AIG Previdência (1)	Previdência Privada	49,7	40	1	2
Unibanco Asset Management	Asset Management	90,0	20	5	3
Cartão Unibanco (1)	Cartão de Crédito	98,0	103	8	5
Dibens	Banco/Leasing	44,5	158	(1)	0
Unibanco Corretora	Corretora	100,0	42	(2)	5
Unibanco Leasing	Leasing	99,9	247	2	12
Estrel Adm. Seguros (1)	Corretagem de Seguros	99,9	52	11	6
Afiladas					
Fininvest	Crédito ao Consumidor	49,8	143	7	2
Credicard/Redecard (1)	Cartão de Crédito	33,3	161	8	(13)

(1) Empresas controladas pela Unibanco Representação e Participações Ltda., que tem por principal atividade a participação em empresas. O Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. controla a Unibanco Representação e Participações Ltda. via participação de 99,999% no capital. O resultado da Unibanco Representação e Participações Ltda. no trimestre foi de 32 milhões, basicamente decorrente da equivalência patrimonial nas empresas acima, sendo que o comentário de desempenho das principais são apresentados a seguir.

O lucro líquido do primeiro trimestre de 1999 da Unibanco Seguros foi de R\$ 43 milhões, resultando em um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 23,3%. Sua contribuição para o lucro do Unibanco foi de R\$ 20 milhões. Os prêmios emitidos líquidos durante o período foram de R\$ 164 milhões, sendo 40% vida, 30% auto, 23% ramos elementares, 5% DPVAT e 2% saúde.

A Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência, a segunda maior empresa de previdência privada do país, finalizou o período com reservas técnicas de R\$ 854 milhões. Ao final de março de 1999, seu portfólio de clientes era de aproximadamente 330 mil clientes individuais e 350 grandes corporações. Em fevereiro de 1999 foi criado o Plano de Previdência Privada Unibanco, desenvolvido exclusivamente para atender aos funcionários do grupo.

A Unibanco Capitalização apresentou um lucro líquido de R\$ 8 milhões no primeiro trimestre de 1999. No final do período, a empresa apresentou um saldo de reservas técnicas no valor de R\$ 155 milhões e ativos totais de R\$ 252 milhões. A empresa registrou ainda, neste trimestre, um faturamento de R\$ 48 milhões representando 7% do mercado brasileiro de capitalização.

A empresa Cartão Unibanco, terceira maior emissora de cartão de crédito no Brasil, apresentou no primeiro trimestre de 1999 um lucro líquido de R\$ 8 milhões, o que representa um incremento de 46% sobre o mesmo período de 1998. O faturamento da empresa elevou-se em 10,9%, de R\$ 184,2 milhões no primeiro trimestre de 1998 para R\$ 204,3 milhões no primeiro trimestre de 1999. O volume médio mensal financiado no primeiro trimestre de 1999, de R\$ 189 milhões, representa um aumento de 5,2% sobre o mesmo período de 1998. Os bons resultados são reflexos de uma série de ações implementadas pela empresa que elevaram sua eficiência operacional e financeira. Dentre elas, destacam-se a implementação de ferramentas e processos que reduziram perdas por fraudes e inadimplência e o aprimoramento dos processos de concessão de crédito e cobrança. Adicionalmente, foram tomadas iniciativas para elevar a qualidade de atendimento telefônico a clientes e promoções de vendas de cartões.

O Dibens, com uma carteira de crédito e leasing de R\$ 504 milhões, reforça o posicionamento do Unibanco (saldo de R\$ 360 milhões) no mercado de financiamento de veículos leves e pesados. A carteira de crédito ficou abaixo de nossas expectativas, principalmente em razão do declínio no número de veículos comercializados no período e do impacto dos altos juros nas aquisições financiadas. Em 1998, 70% das aquisições de veículos eram financiadas contra apenas 40% no primeiro trimestre de 1999. Durante o período, concluímos a transferência do processamento dos sistemas do Dibens para o Centro Administrativo Unibanco e a centralização de seus processos de crédito e cobrança.

A contribuição da Fininvest para os resultados do Unibanco foi de R\$ 7 milhões no primeiro trimestre de 1999, contra R\$ 2 milhões no primeiro trimestre de 1998. Este crescimento do resultado se deve basicamente a uma melhor performance operacional e ao esforço de redução das despesas. O índice de despesas totais do trimestre sobre a carteira média de crédito de R\$ 934,2 milhões foi de 7,02%, ou 0,52% melhor que no primeiro trimestre de 1998. No primeiro trimestre de 1999 a empresa contava com 53 lojas distribuídas nas principais regiões do país, atendendo a 6,8 milhões de clientes.

No primeiro trimestre de 1999 a Credicard/Redecard, empresa líder do seu setor, contribuiu com R\$ 8 milhões para o resultado do Unibanco, comparado com uma perda de R\$ 13 milhões no primeiro trimestre de 1998. Neste trimestre, o efeito positivo do programa de controle de fraudes e recuperações trouxe o índice de perdas líquidas sobre o faturamento ao seu patamar histórico de 0,3%. As reduções das despesas de pessoal e gerais também contribuíram para a melhor performance no primeiro trimestre de 1999.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO CONGLOMERADO UNIBANCO

Encerramos o primeiro trimestre de 1999 com um resultado operacional de R\$ 322 milhões, 63,5% maior que o apresentado no primeiro trimestre de 1998. Este aumento decorreu de maiores receitas financeiras devido à alta dos juros, melhores resultados de tesouraria, redução de despesas e ganhos com a variação cambial sobre os investimentos no exterior.

O quadro a seguir demonstra a abertura da receita com tarifas e comissões no Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

Receita de prestação de serviços	R\$ milhões		
	1T99	1T98	Var. %
Outras tarifas e comissões, principalmente tarifas bancárias	171	151	13,2
Cartão de crédito	114	118	(3,4)
Administração de recursos de terceiros	76	62	22,6
Total receitas de prestação de serviços	361	331	9,1

A receita total de prestação de serviços no primeiro trimestre de 1999, no valor de R\$ 361 milhões, apresentou um crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita advinda da administração de fundos cresceu 22,6% quando comparada ao primeiro trimestre do ano anterior, devido principalmente, ao aumento de 20,7% no volume administrado nos últimos doze meses. As receitas com tarifas bancárias e cartão de crédito em conjunto apresentaram um crescimento de 5,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao crescimento de volumes.

O quadro a seguir demonstra a abertura das despesas de pessoal e administrativas do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

Despesas de pessoal e administrativas	R\$ milhões				
	1T99	4T98	1T98	Var. % 1T99/4T98	Var. % 1T99/1T98
Despesas de pessoal (a)	254	294	275	(13,6)	(7,6)
Banco múltiplo	181	211	206	(14,2)	(12,1)
Subsidiárias/afiliadas	73	83	69	(12,0)	5,8
Despesas administrativas (b)	422	456	357	(7,5)	18,2
Banco múltiplo	287	293	244	(2,0)	17,6
Subsidiárias/afiliadas	135	163	113	(17,2)	19,5
Despesas totais (a+b)	676	750	632	(9,9)	7,0

As despesas administrativas e de pessoal do consolidado apresentaram uma redução de 9,9% em relação ao último trimestre de 1998. No Banco Múltiplo, a redução foi de 7,1% no mesmo período. Nas coligadas, cuja redução foi de 15,4% em relação ao último trimestre, os principais esforços de reduções aconteceram na Unibanco Seguros, Fininvest e Credicard à luz de seus próprios programas de contenção.



A tabela a seguir demonstra os principais índices de performance do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

Performance	1T99	1T98
Receita de prestação de serviços/ Desp. pessoal e administrativas	51,7%	52,3%
Índice de eficiência (1)	44,9%	55,8%
Margem financeira líquida (2)	12,4%	13,4%

(1) (Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas)/(Resultado da Intermediação Financeira + Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa + Receita de Prestação de Serviços + Resultado de Seguros, Capitalização e Previdência Privada - Despesas Tributárias + Outras Receitas Operacionais - Outras Despesas Operacionais).

(2) (Resultado da Intermediação Financeira - Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa)/(Ativo Médio Total - Ativo Permanente Médio)

O índice de eficiência foi de 44,9% no primeiro trimestre de 1999, substancialmente inferior ao do primeiro trimestre de 1998 que havia sido de 55,8%. Essa melhora se deve à combinação dos esforços de redução de despesas, aos impactos da alta de juros, aos maiores ganhos de tesouraria e os ganhos da variação cambial sobre o investimento no exterior. Embora favorável, a natureza de alguns componentes deste índice não é recorrente.

DESTAQUES OPERACIONAIS DO CONGLOMERADO UNIBANCO

• "Projeto Ano 2000 e Único"

No constante esforço de redução de despesas e ganhos de produtividade, o Unibanco continuou a implantação desse projeto de geração de receitas de serviços adicionais e de revisão de fluxos e processos operacionais, visando a redução de despesas e ganhos de produtividade. O cronograma de implantação, iniciado em outubro de 1998, está sendo cumprido conforme o esperado, com conclusão prevista para setembro de 1999.

Os gastos totais revisados são de aproximadamente R\$ 295 milhões. Esse projeto permitirá ganhos de aumento de receita e de redução de despesas que, somados representam o equivalente à 10% do total das despesas do conglomerado.

Ao final de março de 1999, o grupo Unibanco contava com 19.308 funcionários comparado a 20.607 em dezembro de 1998.

• Bug do Milênio

O processo de adaptação dos sistemas do Unibanco ao ano 2000 foi completado ao custo de R\$ 36 milhões para o banco e R\$ 16,3 milhões para as suas subsidiárias, restando testes finais de contingência com orçamento total de R\$ 6,9 milhões para 1999.

O Unibanco participou em março de 1999, da primeira simulação integrada do bug do ano 2000, coordenado pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos). O teste envolveu 20 instituições que, juntas representam 81,4% dos ativos do sistema bancário, 81,3% dos cheques compensados e 82,8% dos negócios do mercado interbancário. Participaram ainda, o Banco Central, a Tecban, a Credicard, o Cetip (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados) e a câmara de compensação do Banco do Brasil. O teste teve o objetivo de testar a capacidade das instituições, de realizarem operações entre si, envolvendo compensação de cheques, DOC, cobrança, compra e venda de títulos e câmbio, e operações com cartões de crédito. O resultado foi positivo e acima das expectativas.

• Banco de Varejo

O Banco 30 Horas encerrou o primeiro trimestre de 1999 com 616 salas de conveniência e auto-atendimento, atendeu 18,4 milhões de ligações através do Telefone 30 Horas e 3,5 milhões de acessos através do Home/Internet Banking.

O Unibanco intensificou a colocação, no primeiro trimestre de 1999, de produtos inéditos no mercado brasileiro, como o Dinheiro Extra para aposentados, o Investconta para pessoas físicas e o Consórcio 30 Horas Rodobens. Em meados de março de 1999 já estava disponível o Investconta também para pessoas jurídicas. O lançamento desses novos produtos reforça nossa tradicional postura de inovação no mercado brasileiro.

Durante o primeiro trimestre de 1999, o Unibanco continuou expandindo sua rede de atendimento, com a instalação de 13 novos postos (10 PAB's - Postos de Atendimento Bancário e 3 In-Store Branches), contando portanto, ao final do mês de março de 1999, com 644 agências, 362 PAB's e 18 In-Store Branches. O Unibanco já tem contratadas a abertura de 44 novos PAB's. Dando continuidade ao projeto de In-Store Branches, programa inovador no mercado brasileiro implementado no ano passado em parceria com as principais cadeias de supermercados, está prevista a inauguração de mais 15 lojas até o final deste ano.

O Banco 1 mantém sua absoluta liderança no serviço de atendimento remoto. O banco tem como desafio aumentar sua base de clientes com crescimento de rentabilidade, através de investimento em instrumentos de marketing database e modelos de propensão de compra.

- **Banco de Atacado**

O Unibanco encerrou o primeiro trimestre de 1999 como o primeiro banco privado brasileiro na área de câmbio, negociando US\$ 2,9 bilhões no período, e com uma carteira de financiamento de comércio exterior totalizando US\$ 2,3 bilhões. As operações de repasses de recursos do BNDES totalizaram R\$ 2,0 bilhões, representando um crescimento 10,7% nos últimos 3 meses. O Unibanco está prestando assessoria a 32 projetos de investimento, envolvendo aproximadamente R\$ 6,2 bilhões em financiamentos de longo prazo.

O Unibanco teve participação ativa no mercado de capitais de renda fixa, tendo registrado no primeiro trimestre de 1999 mais de R\$ 800 milhões em operações de commercial paper domésticos e internacionais, debêntures, empréstimos sindicalizados e outras para clientes principalmente dos setores de telecomunicações, energia, transportes e varejo. Destaca-se, em março de 1999, a colocação de R\$ 500 milhões de debêntures da Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, que recebeu classificação "brA" atribuída pela agência de rating Standard & Poors.

No segmento de renda variável, o Unibanco atuou nas bolsas de São Paulo e Rio de Janeiro para mais de 70 grandes clientes institucionais domésticos e internacionais, para os quais distribuiu pesquisa sobre 130 empresas brasileiras listadas.

O Unibanco completou também neste primeiro trimestre de 1999, a reestruturação da sua plataforma de negócios em Nova Iorque, com a transformação da agência bancária em escritório de representação/corretora (Unibanco Securities Inc.). Essa plataforma, similarmente à operação em Londres (UBB Capital Markets Ltd.), focará a distribuição de títulos e ativos brasileiros nos mercados primário e secundário e o desenvolvimento de negócios com empresas e bancos estrangeiros.

- **Seguros**

No primeiro trimestre de 1999, o Unibanco e a AIG consolidaram as atividades de 5 empresas do segmento saúde em uma, a Unibanco-AIG Health Care. A estratégia seguida significou a descontinuidade do segmento de saúde individual da Uniseg e o foco no segmento de saúde em grupo. Esse segmento tem como principais produtos: TPA (Third Party Administration, ou Seguro Administrado) e o seguro tradicional em grupo.

A partir de maio de 1999, a Unibanco Seguros e as empresas de seguros da AIG no Brasil passam a operar na mesma localização em São Paulo, aumentando assim as sinergias operacionais de negócios dos dois grupos e facilitando o cumprimento da agressiva meta revisada para R\$ 30 milhões de redução de despesas já neste ano.

- **Administração de Recursos de Terceiros**

Os fundos mútuos sob gestão da UAM aumentaram de R\$ 6,1 bilhões para R\$ 7,1 bilhões nos primeiros três meses do ano. Este aumento representou um ganho de fatia de mercado de 4,19% para 4,35% no mesmo período.

Durante o primeiro trimestre de 1999, a UAM iniciou um processo de reestruturação do seu portfólio de fundos, visando uma oferta mais segmentada e a racionalização da sua prateleira de produtos. Neste sentido, a empresa lançou, no primeiro trimestre de 1999, uma família de fundos para os clientes do Private Banking com opções para o investidor conservador, moderado e arrojado.

- **Eventos Subseqüentes**

Unibanco foi o líder do consórcio que assessorou o Governo do Estado na privatização da Comgás - Companhia de Gás de São Paulo, a maior distribuidora de gás canalizado do País. O leilão da companhia, realizado no dia 14 de abril de 1999 na Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, o governo vendeu 62,69% do capital total da Comgás por R\$ 896 milhões, representando um prêmio de 120%.

O Unibanco, através de sua agência em Grand Cayman, foi um dos primeiros emissores brasileiros a retornar ao mercado de capitais internacional. No dia 20 de abril de 1999, o banco lançou um Eurobond pelo prazo de um ano, no valor de US\$ 125 milhões. A emissão, liderada pelo Chase Manhattan International Ltd.Inc., pagou um cupom de 10,75% ao ano. A corretora do Unibanco em Londres, a UBB Capital Markets Ltd., foi co-lead manager da operação. No mesmo mês o Unibanco completou a renovação de um dos seus dois programas de U.S. Commercial Papers, pelo prazo de um ano, também no valor de US\$ 125 milhões, dos quais US\$ 85 milhões serão destinados ao financiamento de operações de comércio exterior.

9.1 – PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

Item	Razão Social da Controlada / Coligada / CNPJ	Classificação	% Participação no Capital da Investida	% Patrimônio Líquido da Investidora	Tipo de Empresa	Nº de Ações Detidas no Trimestre Atual (Mil)	Nº de Ações Detidas no Trimestre Anterior (Mil)
01	Unibanco Repres. e Participações Ltda. 50.654.920/0001-00	Fechada Controlada	100,00	46,59	Empresa Comercial, Industrial e Outras	668.680	668.680

17.1 – RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL – SEM RESSALVA

7 de maio de 1999

Aos Administradores e Acionistas

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

1. Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., referentes aos trimestres findos em 31 de março de 1999 e de 1998, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional do banco, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações do banco.
3. Baseados em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.
4. As Informações Trimestrais - ITR contêm, também, informações contábeis relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 1998. Examinamos essas informações por ocasião de sua preparação, em conexão com o exame das demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas nessa data, sobre as quais emitimos nosso correspondente parecer, sem ressalvas, em 5 de fevereiro de 1999.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Baldin
Sócio
Contador CRC 1SP110374/O-0



DATA BASE: 30/06/1999

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01158-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIBANCO UNIÃO BANCOS BRAS. S.A.	3 - C.G.C. 33.700.394/0001-40	4 - NIRE 35.300.102.771
---------------------------	--	----------------------------------	----------------------------

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA EUSÉBIO MATOSO Nº 891						2 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS		
3 - CEP 05423-901	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO				5 - UF SP			
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 867-4400	8 - TELEFONE 867-4415	9 - TELEFONE -	10 - TELEX -	11 - DDD 011	12 - FAX 3789-7542	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL -								

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA COM A COMPANHIA)

1 - NOME CESAR AUGUSTO SIZENANDO SILVA				2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. EUSÉBIO MATOSO Nº 891 - 4º ANDAR			
3 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS		4 - CEP 05423-901	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			6 - UF SP	
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 867-4400	9 - TELEFONE 867-4415	10 - TELEFONE -	11 - TELEX -	12 - DDD 011	13 - FAX 3789-7542	
14 - FAX -	15 - FAX -	16 - E-MAIL -					

01.04 - REFERÊNCIA DO ITR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/1999	31/12/1999	2	01/04/1999	30/06/1999	1	01/01/1999	31/03/1999

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (MIL)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/1999	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/1999	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/1998
DO CAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	49.722.282	49.722.282	49.722.282
2 - PREFERENCIAIS	49.722.282	49.722.282	49.722.282
3 - TOTAL	99.444.564	99.444.564	99.444.564
EM TESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	324.524	324.524	324.524
6 - TOTAL	324.524	324.524	324.524

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	2 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL	4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1090100 - BANCOS COMERCIAIS
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL BANCÁRIA - BANCO MÚLTIPLO	6 - TIPO DE CONSOLIDADO TOTAL
7 - TIPO DE RELATÓRIO DOS AUDITORES SEM RESSALVA	

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CGC	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	---------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
01	RCA	13/07/1999	DIVIDENDO	30/07/1999	ON	0,0009801000
02	RCA	13/07/1999	DIVIDENDO	30/07/1999	PN	0,0010781000

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (REAIS MIL)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (REAIS MIL)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (MIL)	7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (REAIS)
----------	-----------------------	---	------------------------------------	-------------------------	--	--------------------------------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 05/08/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
1	Ativo Total	31.265.176	32.750.940
1.01	Ativo Circulante	22.761.278	23.842.964
1.01.01	Disponibilidades	660.801	1.037.333
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.165.461	6.991.988
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	4.499.584	6.272.927
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	515.695	718.889
1.01.02.03	Aplicações em moedas estrangeiras	150.182	172
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.264.277	2.160.172
1.01.03.01	Carteira própria	2.133.706	1.458.425
1.01.03.02	Vinculados a compromissos de recompra	365.856	-
1.01.03.03	Contratos e prêmios a exercer	-	32.586
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central do Brasil	859.178	809.838
1.01.03.05	Provisão para desvalorizações	(94.463)	(140.677)
1.01.04	Relações Interfinanceiras	1.877.277	1.781.481
1.01.04.01	Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.160.631	1.213.587
1.01.04.02	Créditos vinculados - Dep. no Banco Central	473.937	473.936
1.01.04.03	Créditos vinculados - SFH	3.821	3.651
1.01.04.04	Crédito Rural - PROAGRO a receber	578	646
1.01.04.05	Repasse interfinanceiros	237.427	88.400
1.01.04.06	Correspondentes	883	1.261
1.01.05	Relações Interdependências	17.744	20.058
1.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	2.839	2.478
1.01.05.02	Transferências internas de recursos	14.905	17.580
1.01.06	Operações de Crédito	7.861.424	7.856.110
1.01.06.02	Setor privado	8.263.157	8.244.521
1.01.06.03	Provisão para créditos de liq. duvidosa	(401.733)	(388.411)
1.01.07.01	Ops. arrend. e subar. a rec. - setor privado	3.856	3.799
1.01.07.02	Rendas a apropr. de arrend. mercantil	(3.856)	(3.799)
1.01.08	Outros Créditos	3.774.703	3.854.865
1.01.08.01	Carteira de câmbio	2.665.082	2.756.613
1.01.08.02	Rendas a receber	49.017	28.689
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	117.590	202.015
1.01.08.04	Diversos	965.232	929.016
1.01.08.05	Provisão para outros créd. liq. duvidosa	(22.218)	(61.468)
1.01.09	Outros Valores e Bens	139.591	140.957
1.01.09.01	Outros valores e bens	154.467	157.691
1.01.09.02	Prov. p/desvaloriz. de outros vals. e bens	(33.173)	(34.751)
1.01.09.03	Despesas antecipadas	18.297	18.017
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.743.488	6.121.103
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.460	25.102
1.02.01.01	Aplicações em depósitos interfinanceiros	17.460	25.102
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	2.725.781	2.865.356
1.02.02.01	Carteira própria	1.754.571	2.031.714
1.02.02.02	Contratos e prêmios a exercer	42.165	47.214
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central do Brasil	1.004.433	844.024
1.02.02.04	Provisões para desvalorizações	(75.388)	(57.596)
1.02.03	Relações Interfinanceiras	115.132	297.950
1.02.03.01	Créditos vinculados - SFH	28.643	28.731
1.02.03.02	Repasse interfinanceiros	86.489	269.219
1.02.05	Operações de Crédito	2.518.740	2.568.282
1.02.05.01	Setor público	201.616	188.780
1.02.05.02	Setor privado	2.317.124	2.379.502
1.02.05.03	Ops. créd. liq. duvidosa - setor privado	207.954	185.498
1.02.05.04	Provisão para créditos de liq. duvidosa	(207.954)	(185.498)
1.02.06.01	Ops. arrend e subar. a rec. - setor privado	1.285	2.217
1.02.06.02	Rendas a apropr. de arrend. mercantil	(1.285)	(2.217)
1.02.07	Outros Créditos	362.973	360.961
1.02.07.01	Créditos por avais e fianças honrados	9	228
1.02.07.02	Carteira de câmbio	600	2.363
1.02.07.03	Negociação e intermediação de valores	3.607	14.445



<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
1.02.07.04	Diversos	358.766	344.153
1.02.07.05	Créditos de liquidação duvidosa	34.135	22.199
1.02.07.06	Provisão para outros créd. liq. duvidosa	(34.144)	(22.427)
1.02.08	Outros Valores e Bens	3.402	3.452
1.02.08.01	Despesas antecipadas	3.402	3.452
1.03	Ativo Permanente	2.760.410	2.786.873
1.03.01	Investimentos	2.114.104	2.127.736
1.03.01.02	Participações em Controladas	2.086.305	2.090.046
1.03.01.03	Participações em Coligadas	5.695	15.959
1.03.01.04	Outros Investimentos	25.848	25.475
1.03.01.05	Provisão para Perdas	(3.744)	(3.744)
1.03.02	Imobilizado de Uso	295.280	290.398
1.03.02.01	Imóveis de uso	109.834	109.113
1.03.02.02	Outras imobilizações de uso	479.621	462.977
1.03.02.03	Depreciações acumuladas	(294.175)	(281.692)
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	16.776	17.229
1.03.03.01	Bens arrendados	38.627	39.080
1.03.03.02	Depreciações acumuladas	(21.851)	(21.851)
1.03.04	Diferido	334.250	351.510
1.03.04.01	Gastos de organização e expansão	747.262	749.627
1.03.04.02	Amortizações acumuladas	(413.012)	(398.117)



2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
2	Passivo Total	31.265.176	32.750.940
2.01	Passivo Circulante	21.254.039	22.454.539
2.01.01	Depósitos	6.512.007	6.476.572
2.01.01.01	Depósitos a vista	980.421	905.245
2.01.01.02	Depósitos de poupança	2.995.852	2.997.895
2.01.01.03	Depósitos interfinanceiros	124.315	146.448
2.01.01.04	Depósitos a prazo	2.411.419	2.426.984
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	4.013.787	4.254.821
2.01.02.01	Carteira própria	359.034	-
2.01.02.02	Carteira de terceiros	3.654.753	4.254.821
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.425.614	2.217.644
2.01.03.01	Recursos de letras hipotecárias	249.060	219.806
2.01.03.02	Obrigações por tít.e vals.mobls.exterior	2.176.554	1.997.838
2.01.04	Relações Interfinanceiras	915.745	1.050.271
2.01.04.01	Recebimentos e pagamentos a liquidar	890.164	949.462
2.01.04.02	Correspondentes	25.581	100.809
2.01.05	Relações Interdependências	134.238	89.454
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	117.003	83.314
2.01.05.02	Transferências internas de recursos	17.235	6.140
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	4.067.707	3.986.862
2.01.06.01	Empréstimos no país - instit.oficiais	2.329	2.153
2.01.06.02	Empréstimos no exterior	4.065.378	3.984.709
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	840.977	969.096
2.01.07.01	BNDES	436.191	353.111
2.01.07.02	FINAME	404.786	615.985
2.01.09	Outras Obrigações	2.343.964	3.409.819
2.01.09.01	Cobrança e arrec. de trib.e assemelhados	174.391	342.656
2.01.09.02	Carteira de câmbio	1.222.475	1.600.504
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	163.636	30.293
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	92.158	97.906
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	280.129	898.576
2.01.09.06	Obrigações por aquis. de bens e direitos	124.169	120.927
2.01.09.07	Diversas	287.006	318.957
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.898.891	7.191.579
2.02.01	Depósitos	3.389.495	3.174.686
2.02.01.01	Depósitos interfinanceiros	830	899
2.02.01.02	Depósitos a prazo	3.388.665	3.173.787
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.035.643	1.505.111
2.02.03.01	Obrigações por tít.e val.mob.no exterior	1.035.643	1.505.111
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	299.481	630.950
2.02.06.01	Empréstimos no país-instit. oficiais	9.325	9.672
2.02.06.02	Empréstimos no exterior	290.156	621.278
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.267.696	897.081
2.02.07.01	BNDES	586.629	448.515
2.02.07.02	FINAME	681.067	448.566
2.02.09	Outras Obrigações	906.576	983.751
2.02.09.01	Carteira de câmbio	-	75
2.02.09.02	Fiscais e previdenciárias	249.030	268.886
2.02.09.03	Negociação e intermediação de valores	47.528	78.329
2.02.09.04	Obrigações por aquis. de bens e direitos	371.273	420.272
2.02.09.05	Diversas	238.745	216.189
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	17.813	12.966
2.03.01	Resultados de exercícios futuros	17.813	12.966
2.05	Patrimônio Líquido	3.094.433	3.091.856
2.05.01	Capital Social Realizado	1.569.909	1.569.909
2.05.01.01	De domiciliados no país	1.100.767	1.106.623
2.05.01.02	De domiciliados no exterior	473.309	467.453
2.05.01.03	(-) Ações em tesouraria	(4.167)	(4.167)
2.05.02	Reservas de Capital	157.553	157.553
2.05.03	Reservas de Reavaliação	1.344	801
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	-	801
2.05.04	Reservas de Lucro	1.365.627	1.178.072
2.05.04.01	Legal	139.163	123.826
2.05.04.02	Estatutária	1.162.566	990.348
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos não Distribuídos	63.898	63.898
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-	185.521

3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/04/1999</u> <u>a 30/06/1999</u>	<u>01/01/1999</u> <u>a 30/06/1999</u>	<u>01/04/1998</u> <u>a 30/06/1998</u>	<u>01/01/1998</u> <u>a 30/06/1998</u>
3.01	Receitas da Intermediação				
	Financeira	1.204.263	3.245.550	1.172.390	2.503.988
3.01.01	Operações de Crédito	824.062	2.296.492	676.199	1.417.010
3.01.02	Operações de Arrendamento				
	Mercantil	2.262	4.093	675	2.957
3.01.03	Resultado de Tít.s e Vals.				
	Mobiliários	318.498	812.558	429.086	934.512
3.01.04	Resultado de Câmbio	45.941	100.299	7.256	15.043
3.01.05	Aplicações Compulsórias	13.500	32.108	59.174	134.466
3.02	Despesas da Intermediação				
	Financeira	(894.178)	(2.752.681)	(858.740)	(1.805.967)
3.02.01	Captações no Mercado	(692.842)	(1.929.264)	(602.782)	(1.276.046)
3.02.02	Empréstimos e Repasses	(45.928)	(367.424)	(125.065)	(244.437)
3.02.04	Provisão para Créd. Liquidação				
	Duvidosa	(155.408)	(455.993)	(130.893)	(285.484)
3.03	Resultado Bruto Intermediação				
	Financeira	310.085	492.869	313.650	698.021
3.04	Outras Despesas/Receitas				
	Operacionais	(163.735)	(114.781)	(129.432)	(388.036)
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	229.249	465.218	192.268	389.650
3.04.02	Despesas de Pessoal	(189.649)	(370.863)	(208.389)	(414.527)
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	(259.241)	(556.045)	(276.251)	(532.640)
3.04.04	Despesas Tributárias	(23.170)	(90.200)	(45.725)	(97.250)
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	22.503	503.840	12.047	43.681
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	(34.355)	(212.025)	(3.089)	(44.046)
3.04.07	Resultado da Equivalência				
	Patrimonial	90.928	145.294	199.707	267.096
3.05	Resultado Operacional	146.350	378.088	184.218	309.985
3.06	Resultado não Operacional	(9.638)	(19.622)	(10.744)	(18.715)
3.06.02	Despesas	(9.638)	(19.622)	(10.744)	(18.715)
3.07	Resultado antes				
	Tributação/Participações	136.712	358.466	173.474	291.270
3.08	Provisão para IR e Contribuição				
	Social	(2.318)	(34.432)	23.535	(5.754)
3.09	IR Diferido	2.318	34.432	(23.535)	5.754
3.10	Participações/Contribuições				
	Estatutárias	(32.689)	(51.723)	(18.198)	(44.886)
3.10.01	Participações	(32.689)	(51.723)	(18.198)	(44.886)
3.10.01.01	Administradores	(825)	(1.636)	(829)	(1.631)
3.10.01.02	Empregados	(31.864)	(50.087)	(17.369)	(43.255)
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	104.023	306.743	155.276	246.384
	Número Ações,				
	Ex-Tesouraria (Mil)	99.120.040	99.120.040	99.120.040	99.120.040
	Lucro por Ação	0,00105	0,00309	0,00157	0,00249

4.1 – NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As atividades operacionais consolidadas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto, no Brasil e no Exterior, incluem, além das atividades financeiras do Conglomerado Unibanco, outras atividades desenvolvidas por empresas controladas com objetivos específicos, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização, previdência privada e administração de bens patrimoniais.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

O balanço patrimonial em 30 de junho de 1999, a demonstração do resultado do período de 1º de abril a 30 de junho de 1999 e as respectivas notas explicativas foram elaboradas com observância da Lei das Sociedades por Ações, normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e do Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior (Unibanco) estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Unibanco e empresas controladas (Unibanco Consolidado), e foram elaboradas segundo as mesmas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 1998.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior, das empresas controladas, direta ou indiretamente, e das sociedades controladas em conjunto, conforme apresentado na nota 6. As demonstrações financeiras das empresas controladas Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada, em atendimento à Instrução nº 247/96 da Comissão de Valores Mobiliários. As sociedades abrangidas na consolidação e as respectivas participações são o Banco Fininvest S.A. - 49,823%, a Interchange Serviços S.A. - 25,0%, a Tecnologia Bancária S.A. - 19,051%, a Redecard S.A. - 31,943% e a Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito - 33,333%, sendo que para esta última, na consolidação das contas de resultado, foi utilizado um percentual diferenciado, apurado de acordo com o desempenho de cada acionista, por força de acordos operacionais.

Os principais saldos que serviram de base para a consolidação das sociedades controladas em conjunto, estão resumidos da seguinte forma:

Em milhares de reais

	<u>30/06/99</u>		<u>30/06/99</u>
Ativo		Passivo	
Disponibilidades	17.415	Depósitos	181.665
Aplicações interfinanceiras de liquidez	73	Captações no mercado aberto	14.449
Títulos e valores mobiliários	76.312	Recursos de aceites e emissão de títulos	48.946
Relações interfinanceiras	1.018	Obrigações por empréstimos	302.091
Operações de crédito	867.395	Outras obrigações	652.098
Outros créditos	277.620	Patrimônio líquido (eliminado)	137.515
Outros valores e bens	3.662		
Permanente	93.269		
Total	1.336.764	Total	1.336.764
Demonstração do resultado - Período de 01 de abril a 30 de junho			
	<u>1999</u>		
Receitas da intermediação financeira	138.941		
Despesas da intermediação financeira	(99.450)		
Despesas com pessoal	(34.547)		
Despesas administrativas	(63.250)		
Outras receitas/despesas operacionais	63.146		
Resultado não operacional	80		
Imposto de renda e contribuição social	(2.488)		
Participação no lucro	(799)		
Lucro líquido	1.633		

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e por suas empresas controladas emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;
- os efeitos da atualização “pro rata temporis” dos direitos e obrigações com cláusula de variação monetária;
- os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização;
- os encargos relativos ao PIS à alíquota de 0,75% até janeiro de 1999 e 0,65% a partir de fevereiro de 1999;
- os encargos relativos ao COFINS à alíquota de 3% a partir de fevereiro de 1999;
- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência privada e de capitalização contratados;
- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial;
- as participações no lucro;
- a parcela atribuível ao imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicionais específicos incidentes sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos;
- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 8% até abril de 1999 e a partir de maio de 1999 à alíquota de 12% (1998 - 18% nas empresas financeiras e 8% nas empresas não financeiras) sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda; e
- os créditos tributários limitados ao imposto de renda e à contribuição social devidos no período.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída por valor suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, realizada pela administração para concluir quanto a necessária provisão para créditos de liquidação duvidosa, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

(c) Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo e estão corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme demonstrado no anexo da nota 8. Os outros investimentos estão representados principalmente por investimentos avaliados ao custo e títulos patrimoniais e são ajustados, quando aplicável, aos valores de mercado ou patrimoniais. O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%, equipamentos de uso - 10%, sistemas de processamento de dados e sistemas de transportes - 20%. O diferido é representado, substancialmente, pelo custo na compra da carteira de clientes das empresas do grupo Nacional, por benfeitorias em propriedades de terceiros e aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizado na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos.

(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(e) Resultados de exercícios futuros

Incluem os rendimentos não restituíveis, recebidos antecipadamente.



5. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	1999	
	Unibanco	Unibanco Consolidado
Saldo inicial em 31 de março	657.804	1.114.388
Constituição de provisão no trimestre	155.408	251.800
Créditos baixados contra provisão no trimestre	(147.163)	(242.911)
Saldo final em 30 de junho	666.049	1.123.277
Recuperação de créditos no trimestre	113.367	170.414

As recuperações de créditos foram registradas em “Receitas de operações de crédito”.

O saldo da conta “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, no ativo circulante, no Unibanco Consolidado inclui R\$ 281.356 referentes à carteira das empresas administradoras de cartões de crédito.

6. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS

O resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas foi registrado em conta de resultado, sob o título de “Resultado de participações em controladas e coligadas”, no grupo de outras receitas/despesas operacionais, e correspondeu a R\$ 90.928 no Unibanco e R\$ 1.798 no Unibanco Consolidado. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas estão apresentados no anexo a seguir:

Controladas	Quantidade de ações ou cotas (1)	Participação (%)		Patrimônio Líquido ajustado	Lucro (prejuízo) ajustado
		Unibanco	Unibanco Consolidado		
Unibanco Representação e Participações Ltda.	668.680.159	99,999	100,000	1.480.810	55.457
Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	60.000	99,995	99,995	210.674	13.519
Banco Dibens S.A.	6.730.000.000	44,472	44,472	161.174	3.545
Unicorp Bank & Trust Ltd.	5.000.000	75,500	75,500	83.848	7.141
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxemburgo) S.A.	200.000	100,000	100,000	68.527	4.341
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A. (2)	60.000.000	100,000	100,000	35.238	1.680
Interbanco S.A.	19.000.000	99,996	99,999	34.254	2.425
UBB Capital Markets Limited	17.770.000	100,000	100,000	22.179	2.483
Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.	9.000.000	90,000	90,000	14.830	6.713
Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	4.500.000	100,000	100,000	6.952	73
Unibanco Companhia Hipotecária	4.000.000	100,000	100,000	6.907	241
UBB Holding Company, Inc (3)	100	100,000	100,000	5.384	72
Unibanco Securities Inc. (3)	1.500	100,000	100,000	3.614	-
Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	900.000	100,000	100,000	1.379	26
Controladas em conjunto					
Credicard S.A.- Administradora de Cartões de Crédito	38.813.332	-	33,333	117.134	13.845
Banco Fininvest S.A.	3.331.365	49,823	49,823	137.243	(8.224)
Tecnologia Bancária S.A.(4) e (5)	3.556.677.343	19,051	19,051	70.043	2.260
Redecard S.A.	1.878.329	-	31,943	33.999	11.103
Interchange Serviços S.A.	300.000.000.000	-	25,000	23.546	1.061
Coligadas					
Serasa Centralizadora de Serviços Bancários (5)	3.726.600	-	13,629	68.782	(1.869)
Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (4)	11.035.634	-	30,000	29.566	34
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (4)	60.003	10,000	10,000	27.980	1.914
Interamericana Companhia de Seguros Gerais (4)	61.586.317	-	50,000	75.288	(220)
AIG Life Companhia de Seguros Gerais (4)	400.000	-	50,000	6.518	332
AIG Health Care Participações Ltda. (4)	4.200.000	-	50,000	8.605	(714)
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

Controladas	Equivalência patrimonial		Valor do investimento	
	Unibanco	Unibanco Consolidado 1999	Unibanco	Unibanco Consolidado 1999
Unibanco Representação e Participações Ltda.	55.456	-	1.480.795	-
Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	13.518	-	210.663	-
Banco Dibens S.A.	1.577	-	65.862	-
Unicorp Bank & Trust Ltd.	6.355	-	65.999	-
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxemburgo) S.A.	4.341	-	68.527	-
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A. (2)	2.000	-	35.238	-
Interbanco S.A.	2.425	-	34.253	-
UBB Capital Markets Limited	2.483	-	22.620	-
Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A.	6.041	-	13.347	-
Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	73	-	6.951	-
Unibanco Companhia Hipotecária	242	-	6.907	-
UBB Holding Company. Inc (3)	(72)	-	5.384	-
Unibanco Securities Inc. (3)	-	-	-	-
Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	26	-	1.379	-
Controladas em conjunto				
Credicard S.A.- Administradora de Cartões de Crédito	-	-	-	-
Banco Fininvest S.A.	(3.876)	-	68.380	-
Tecnologia Bancária S.A.(4) e (5)	209	-	-	-
Redecard S.A.	-	-	-	-
Interchange Serviços S.A.	-	-	-	-
Coligadas				
Serasa Centralizadora de Serviços Bancários (5)	1	469	-	9.374
Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (4)	-	2.091	-	8.870
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (4)	151	151	2.798	2.798
Interamericana Companhia de Seguros Gerais (4)	-	(110)	-	37.644
AIG Life Companhia de Seguros Gerais (4)	-	(934)	-	3.259
AIG Health Care Participações Ltda. (4)	-	(358)	-	4.302
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	-	11.054
Outras	(22)	489	2.897	40.141
Total	90.928	1.798	2.092.000	117.442

- (1) Todas as ações possuídas são ordinárias, exceto quanto a 30.000.000 ações preferenciais da Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A., 1.174.725 ações preferenciais da Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A., 819.856 ações preferenciais do Banco Fininvest S.A. e 400.000 ações preferenciais da Redecard S.A..
- (2) A diferença entre o lucro líquido dessa empresa e a equivalência patrimonial reconhecida no resultado, é decorrente de atualização de títulos patrimoniais, registrada diretamente no patrimônio líquido da empresa investida.
- (3) A UBB Holding Company, Inc. foi constituída no primeiro semestre de 1999, sendo o capital social parcialmente integralizado com a totalidade das ações da Unibanco Securities Inc, de titularidade do Unibanco.
- (4) Equivalência patrimonial apurada sobre as demonstrações financeiras de maio de 1999.
- (5) Empresas adquiridas no primeiro semestre de 1999 pela Unibanco Representação e Participações Ltda..

As principais empresas controladas indiretamente incluídas no consolidado são as seguintes: Unibanco Seguros S.A., Cartão Unibanco Ltda., Unibanco Companhia de Capitalização, Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência (atual denominação da Prever S.A. Seguros e Previdência), BWU Representação e Participações Ltda., Uniseg S.A. - Participações, Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda., Unibanco Empreendimentos Ltda., Estrel Administração e Corretagem de Seguros Ltda. e Uni-Investment International Corp..

7. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

As letras hipotecárias são atualizadas monetariamente de acordo com o índice de correção dos depósitos de poupança, acrescido de juros médios de 15,1% ao ano, com vencimentos até janeiro de 2000.

As debêntures de emissão da Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil são inconversíveis, têm vencimentos até o ano de 2003, com incidência de encargos financeiros à taxa média de 19,1% ao ano e as notas promissórias, de emissão de empresa controlada em conjunto, têm vencimentos até dezembro de 1999, com incidência de encargos financeiros à taxa média de 27,7% ao ano.

As obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior representam captações no exterior para repasses a clientes locais. Os recursos captados por meio de emissão de "Euronotes", no total de US\$ 1.527.246 mil, têm vencimentos entre julho de 1999 e setembro de 2004, com a incidência de juros entre 6,4% e 10,8% ao ano. A captação de recursos através de emissão de "Commercial Papers" tem vencimentos semestrais até 2007, com incidência de encargos financeiros à taxa média de 7,3% ao ano.

8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se substancialmente a linhas de curto prazo, para refinanciamento de operações de câmbio, de importação e de exportação.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm vencimentos até 2018, com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do Sistema BNDES.

9. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

ATIVO	1999
Disponibilidades	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	46.891
Títulos e valores mobiliários	506.301
Relações interfinanceiras	305.993
Outros créditos	
.Rendas a receber-Dividendos e remuneração sobre o capital próprio	17.263
.Outros	9.619
PASSIVO	
Depósitos	1.808.608
Captações no mercado aberto	171.337
Relações interfinanceiras	2.206
Recursos de aceites e emissão de títulos	
.Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	341.022
Obrigações por empréstimos	35.137
Outras obrigações	23.142
RECEITAS	2º trimestre/99
Operações de crédito	16.145
Títulos e valores mobiliários	8.677
Rendas de prestação de serviços	25.065
DESPESAS	
Captações no mercado aberto	99.473
Empréstimos e repasses	419
Outras despesas administrativas	10.961
Outras despesas operacionais	6.254

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o Unibanco e suas empresas controladas e foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações com partes relacionadas não consolidadas são limitadas a transações bancárias em regime normal de operações e não são relevantes no contexto operacional do Unibanco.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

As rendas de prestação de serviços referem-se basicamente a serviços prestados pelo Unibanco às empresas do conglomerado, cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes.

10. AGÊNCIAS NO EXTERIOR

Conforme mencionado na nota 2, as demonstrações financeiras das agências no exterior estão sendo apresentadas na forma consolidada, juntamente com as demonstrações financeiras do Unibanco.

Os saldos consolidados dessas agências (Grand Cayman e Nassau), podem ser resumidos como segue:

	1999
	Em milhares de dólares
Ativo circulante	1.976.441
Realizável a longo prazo	1.402.756
Permanente	37.828
Passivo circulante	2.195.774
Exigível a longo prazo	606.975
Resultado de exercícios futuros	4.045
Patrimônio líquido	610.231
Resultado do trimestre	30.902

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Unibanco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e dos seus clientes, bem como para reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas através de técnicas específicas.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor de mercado, em 30 de junho de 1999 estão assim apresentados:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	5.990.058	6.083.376	7.940.497	8.033.815
Operações de crédito	10.380.164	10.440.578	11.923.313	11.983.727
Passivos				
Depósitos a prazo	5.800.084	5.810.486	4.859.142	4.869.544
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	3.212.197	3.232.947	2.998.018	3.018.908
Obrigações por aquisição de bens e direitos	495.442	447.040	495.451	447.049
Derivativos (líquido)	120.556	152.621	97.738	129.803

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base nas taxas médias praticadas no último dia do trimestre, conforme divulgação de associações de classe e agências externas.

O valor de mercado das operações de crédito e dos depósitos a prazo foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco no último dia de negociação do trimestre para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados no último dia de negociação do trimestre para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por aquisição de bens e direitos foi apurado considerando o valor que se poderia obter na sua negociação com o mercado.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado, principalmente, com base nas taxas médias praticadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia do trimestre, conforme divulgações da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

Os ativos diretamente vinculados a instrumentos financeiros de proteção estão apresentados no quadro anterior considerando os efeitos líquidos de sua avaliação em conjunto.

O valor referencial dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação é resumido como segue:

	<u>Unibanco</u>		<u>Unibanco Consolidado</u>	
	<u>Referencial</u>	<u>Líquido</u>	<u>Referencial</u>	<u>Líquido</u>
Contratos Futuros				
Compromissos de compra				
Moedas	606.591	606.591	606.591	606.591
Taxas de juros	780.800	449.300	780.800	449.300
Cupom cambial	129.006	-	129.006	-
Compromissos de venda				
Taxas de juros	331.500	-	331.500	-
Cupom cambial	437.824	308.818	437.824	308.818
Contratos de Swap				
Posição Ativa				
Moedas	530.962	-	1.029.433	-
Taxas de juros	17.222.827	1.649.077	17.880.303	1.300.657
Posição Passiva				
Moedas	2.272.012	1.741.050	2.399.245	1.369.812
Taxas de juros	15.573.750	-	16.579.646	-
Contratos de Opções				
Compromissos de compra				
Ações	11.971	11.930	11.971	11.930
Compromissos de venda				
Taxa de juros	708.110	708.110	708.110	708.110
Ações	41	-	41	-

As operações acima não representam a exposição global do Unibanco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros por contemplarem apenas os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação.

Os valores a receber dos contratos de “swap” em aberto montam a R\$ 116.465 no Unibanco e R\$ 165.718 no Unibanco Consolidado e os valores a pagar montam a R\$ 208.438 no Unibanco e R\$ 234.873 no Unibanco Consolidado e estão registrados em “Outros créditos” e “Outras obrigações”, respectivamente, na conta “Negociação e intermediação de valores”.

Os prêmios pagos por contratos de opções adquiridos montam a R\$ 42.165 no Unibanco e no Unibanco Consolidado e estão registrados em “Títulos e valores mobiliários” na conta “Contratos e prêmios a exercer” e os prêmios recebidos por contratos de opções lançadas montam a R\$ 70.748 no Unibanco e Unibanco Consolidado e estão registrados em “Outras obrigações” na conta “Negociação e intermediação de valores”.

Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação possuem os seguintes vencimentos:

	<u>Unibanco</u>	<u>Unibanco Consolidado</u>
Contratos Futuros		
Até 90 dias	1.835.945	1.835.945
De 91 até 180 dias	198.111	198.111
De 181 até 360 dias	200.717	200.717
Acima de 360 dias	50.947	50.947
Contratos de Swap		
Até 90 dias	8.498.272	9.640.654
De 91 até 180 dias	3.573.186	3.957.463
De 181 até 360 dias	3.473.348	3.949.121
Acima de 360 dias	2.092.519	1.276.628
Contratos de Opções		
Até 90 dias	41	41
De 91 até 180 dias	-	-
De 181 até 360 dias	446.721	446.721
Acima de 360 dias	273.360	273.360

Os contratos de taxa de juros e de moedas no mercado de futuros representam compromissos futuros de comprar ou vender instrumentos financeiros nos termos e datas especificados. Os valores nominais representam o valor de face do correspondente instrumento na data da liquidação da operação. O risco de crédito associado aos contratos de futuros são minimizados devido a liquidações diárias das diferenças de posições e por garantias de depósitos em conta margem. Contratos futuros estão sujeitos ao risco de variações não esperadas nas taxas de juros ou no valor dos correspondentes instrumentos financeiros.

Os contratos de “swap” de taxa de juros e de moeda representam compromissos futuros de trocar moedas ou indexadores nos termos e datas especificados nos contratos. O valor referencial dos instrumentos financeiros representa a base para a determinação dos diferenciais a receber ou a pagar. Os riscos associados aos contratos de “swap” referem-se à impossibilidade da contraparte em cumprir as condições contratuais e o risco associado às mudanças nas condições de mercado relacionados a variações nas taxas de juros ou de câmbio.

Contratos de opções são aqueles que (i) transferem, modificam ou reduzem o risco da taxa de juros ou (ii) permitem que o Banco compre ou venda um instrumento financeiro mediante o pagamento ou recebimento de um prêmio no início do contrato. Como um comprador de opções, o Unibanco paga um prêmio e, como vendedor das opções, recebe um prêmio em troca de assumir um risco de variações nas taxas de juros futuras ou nos preços de mercado dos instrumentos financeiros. O risco de crédito e de mercado estão limitados aos prêmios pagos nas opções compradas e o risco associado às mudanças nas condições de mercado pode ter influência nas opções vendidas.

Os compromissos de venda de opções - taxa de juros são representados substancialmente por operações estruturadas no mercado de opções flexíveis, sendo a despesa apropriada “pro-rata temporis” durante a vigência dos contratos.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

- (a) “Outros créditos - diversos”, totalizaram R\$ 1.323.998 no Unibanco e R\$ 2.280.511 no Unibanco Consolidado em 30 de junho de 1999 e incluem basicamente créditos tributários no montante de R\$ 740.680 no Unibanco e R\$ 1.109.597 no Unibanco Consolidado que foram calculados sobre as diferenças intertemporais, basicamente representadas pela parcela indedutível da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões operacionais e incluem a prerrogativa da Medida Provisória nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999; imposto de renda a compensar/recuperar no montante de R\$ 97.246 no Unibanco e R\$ 319.569 no Unibanco Consolidado; depósitos judiciais no montante de R\$ 298.689 no Unibanco e R\$ 385.209 no Unibanco Consolidado e títulos e créditos a receber no valor de R\$ 60.106 no Unibanco e R\$ 235.174 no Unibanco Consolidado.
- (b) “Outras obrigações - diversas” em 30 de junho de 1999, incluem, principalmente, provisões para despesas de pessoal e administrativas de R\$ 96.800 no Unibanco e R\$ 142.796 no Unibanco Consolidado, provisões para processos trabalhistas e judiciais de R\$ 227.522 no Unibanco e R\$ 236.802 no Unibanco Consolidado, e pagamentos a serem efetuados a estabelecimentos credenciados do Cartão Unibanco, Credicard e Fininvest no montante de R\$ 732.185 no Unibanco Consolidado.
- (c) Outras receitas/outras despesas operacionais
- Outras receitas operacionais no segundo trimestre de 1999, incluem, principalmente, variação cambial sobre investimentos no exterior no valor de R\$ 24.943 no Unibanco e R\$ 25.718 no Unibanco Consolidado. Outras despesas operacionais incluem, basicamente, provisão para processos judiciais, envolvendo contingências relacionadas a ações movidas contra a empresa, principalmente reclamações trabalhistas, no montante de R\$ 225.613 e provisões para reestruturação relacionadas à implantação do Projeto Ano 2000 e Único de R\$ 10.000.
- (d) As informações relacionadas à adequação dos sistemas eletrônicos, visando o correto processamento das datas posteriores ao ano de 1999, estão divulgadas no Comentário do Desempenho.

13. EVENTO SUBSEQÜENTE

Em 23 de julho de 1999 os Conselhos de Administração do Unibanco e da Unibanco Holdings S.A. aprovaram o aumento de seus respectivos capitais social através de oferta pública no Brasil de ações ordinárias e preferenciais. A oferta pública de ações se dará parte através de regime de garantia firme de colocação e parte através de regime de melhores esforços.

Se o aumento de capital for totalmente subscrito, serão emitidas 28.637.000.000 ações do Unibanco, sendo 20.152.000.000 ações ordinárias e 8.485.000.000 ações preferenciais e 17.652.000.000 ações da Unibanco Holdings, sendo 9.167.000.000 ações ordinárias e 8.485.000.000 ações preferenciais classe “B”. A oferta pública está sujeita à aprovação da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil.

5.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Não se aplica à Companhia.



6.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
1	Ativo Total	35.615.306	37.190.078
1.01	Ativo Circulante	27.479.820	28.715.337
1.01.01	Disponibilidades	703.599	1.101.168
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.127.909	6.991.226
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	4.503.486	6.388.359
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	474.241	602.695
1.01.02.03	Aplicações em moedas estrangeiras	150.182	172
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	5.287.222	4.082.100
1.01.03.01	Carteira própria	4.102.076	3.272.589
1.01.03.02	Vinculados a compromissos de recompra	402.038	1.258
1.01.03.03	Contratos e prêmios a exercer	-	32.586
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central do Brasil	891.658	929.882
1.01.03.05	Provisão para desvalorizações	(108.550)	(154.215)
1.01.04	Relações Interfinanceiras	1.701.868	1.753.075
1.01.04.01	Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.169.482	1.229.072
1.01.04.02	Créditos vinculados-Dep.no Banco Central	508.774	505.497
1.01.04.03	Créditos vinculados - SFH	3.821	3.651
1.01.04.04	Crédito Rural - PROAGRO a receber	578	646
1.01.04.05	Repasses interfinanceiros	17.923	10.184
1.01.04.06	Correspondentes	1.290	4.025
1.01.05	Relações Interdependências	17.744	20.058
1.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	2.839	2.478
1.01.05.02	Transferências internas de recursos	14.905	17.580
1.01.06	Operações de Crédito	9.321.095	9.345.124
1.01.06.02	Setor privado	10.006.798	10.001.050
1.01.06.03	Oper.de créd. em atraso - setor privado	8.112	5.041
1.01.06.04	Provisão para créditos de liq. duvidosa	(693.815)	(660.967)
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	554.218	597.389
1.01.07.01	Ops. arrend.e subar.a rec.-setor público	2.714	2.110
1.01.07.02	Ops.arrend.e subar.a rec.- setor privado	1.179.469	1.202.443
1.01.07.03	Rendas a apropr.de arrend. mercantil	(520.783)	(484.320)
1.01.07.04	Op.arrend.e subar.a rec.atraso-s.privado	7.393	6.487
1.01.07.05	Prov.p/créd. de arrend.merc.liq.duvidosa	(114.575)	(129.331)
1.01.08	Outros Créditos	4.522.500	4.575.442
1.01.08.01	Carteira de câmbio	2.723.336	2.805.598
1.01.08.02	Rendas a receber	42.533	38.115
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	220.564	323.664
1.01.08.04	Prêmios de seguros a receber	181.166	176.750
1.01.08.05	Diversos	1.391.374	1.311.539
1.01.08.06	Provisão para outros créd. liq. duvidosa	(36.473)	(80.224)
1.01.09	Outros Valores e Bens	243.665	249.755
1.01.09.01	Outros valores e bens	211.223	215.754
1.01.09.02	Prov. p/desvaloriz. de outros vls.e bens	(37.124)	(38.702)
1.01.09.03	Despesas antecipadas	69.566	72.703
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.528.176	6.865.675
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.460	25.102
1.02.01.01	Aplicações em depósitos interfinanceiros	17.460	25.102
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	2.653.275	2.771.583
1.02.02.01	Carteira própria	1.662.660	1.956.934
1.02.02.02	Contratos e prêmios a exercer	42.165	47.214
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central do Brasil	1.036.018	844.024
1.02.02.04	Provisões para desvalorizações	(87.568)	(76.589)
1.02.03	Relações Interfinanceiras	28.643	28.731
1.02.03.01	Créditos vinculados - SFH	28.643	28.731
1.02.05	Operações de Crédito	2.602.218	2.682.604
1.02.05.01	Setor público	201.616	188.780
1.02.05.02	Setor privado	2.400.602	2.493.824
1.02.05.03	Oper.s.cred.liq.duvidosa - setor privado	224.684	205.631
1.02.05.04	Provisão para créditos de liq. duvidosa	(224.684)	(205.631)
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	327.897	317.737

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
1.02.06.01	Ops. arrend.e subar.a rec.-setor público	129	1.404
1.02.06.02	Ops. arrend.e subar.a rec.-setor privado	637.703	602.684
1.02.06.03	Rendas a apropr. de arrend. mercantil	(309.935)	(286.351)
1.02.06.04	Ops.arrend.merc.liq.duvid.-setor privado	16.747	13.169
1.02.06.05	Prov.p/créd.de arrend.merc.liq.duvidosa	(16.747)	(13.169)
1.02.07	Outros Créditos	892.470	1.033.868
1.02.07.01	Créditos por avais e fianças honrados	9	228
1.02.07.02	Carteira de câmbio	600	2.363
1.02.07.03	Rendas a receber	201	122
1.02.07.04	Negociação e intermediação de valores	2.532	31.095
1.02.07.05	Diversos	889.137	1.000.288
1.02.07.06	Créditos de liquidação duvidosa	36.974	24.838
1.02.07.07	Provisão para outros créd. liq. duvidosa	(36.983)	(25.066)
1.02.08	Outros Valores e Bens	6.213	6.050
1.02.08.01	Outros valores e bens	255	0
1.02.08.02	Despesas antecipadas	5.958	6.050
1.03	Ativo Permanente	1.607.310	1.609.066
1.03.01	Investimentos	254.427	246.765
1.03.01.03	Participações em Coligadas	117.442	115.464
1.03.01.04	Outros Investimentos	155.602	149.918
1.03.01.05	Provisão para Perdas	(18.617)	(18.617)
1.03.02	Imobilizado de Uso	942.847	941.186
1.03.02.01	Imóveis de uso	713.996	713.156
1.03.02.02	Outras imobilizações de uso	733.599	716.532
1.03.02.03	Depreciações acumuladas	(504.748)	(488.502)
1.03.04	Diferido	410.036	421.115
1.03.04.01	Gastos de organização e expansão	867.631	855.976
1.03.04.02	Amortizações acumuladas	(457.595)	(434.861)



6.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
2	Passivo Total	35.615.306	37.190.078
2.01	Passivo Circulante	24.548.225	26.255.410
2.01.01	Depósitos	6.685.338	6.870.651
2.01.01.01	Depósitos a vista	1.194.450	1.146.924
2.01.01.02	Depósitos de poupança	3.099.278	3.101.734
2.01.01.03	Depósitos interfinanceiros	38.663	16.530
2.01.01.04	Depósitos a prazo	2.352.947	2.605.463
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	3.877.665	4.278.256
2.01.02.01	Carteira própria	394.249	1.159
2.01.02.02	Carteira de terceiros	3.483.416	4.277.097
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.286.618	2.267.022
2.01.03.01	Recursos de letras hipotecárias	249.060	219.806
2.01.03.02	Recursos de debêntures	140.610	389.308
2.01.03.03	Obrigações p/títls.e vals.mobl. exterior	1.896.948	1.657.908
2.01.04	Relações Interfinanceiras	926.604	1.065.629
2.01.04.01	Recebimentos e pagamentos a liquidar	902.862	965.282
2.01.04.02	Correspondentes	23.742	100.347
2.01.05	Relações Interdependências	134.263	89.492
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	117.028	83.352
2.01.05.02	Transferências internas de recursos	17.235	6.140
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	4.577.573	4.551.525
2.01.06.01	Empréstimos no país - inst. oficiais	2.329	2.153
2.01.06.02	Empréstimos no país - outras instituições	369.324	288.277
2.01.06.03	Empréstimos no exterior	4.205.920	4.261.095
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	896.495	1.022.087
2.01.07.01	BNDES	436.191	353.111
2.01.07.02	FINAME	460.304	668.976
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	-	5
2.01.09	Outras Obrigações	5.163.669	6.110.743
2.01.09.01	Cobrança e arrec. de trib.e assemelhados	174.909	343.265
2.01.09.02	Carteira de câmbio	1.316.419	1.662.663
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	172.514	35.623
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	196.836	178.118
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	481.846	1.046.062
2.01.09.06	Obrigações por aquis.de bens e direitos	124.178	121.676
2.01.09.07	Prov.téc.de seg., capit. e prev.privada	1.475.349	1.452.517
2.01.09.08	Diversos	1.221.618	1.270.819
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.381.318	7.275.855
2.02.01	Depósitos	2.507.029	1.640.156
2.02.01.01	Depósitos interfinanceiros	834	913
2.02.01.02	Depósitos a prazo	2.506.195	1.639.243
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.042.186	2.715.230
2.02.03.01	Recursos de debêntures	941.116	1.102.855
2.02.03.02	Obrig. p/títls.e vals. mobs.no exterior	1.101.070	1.612.375
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	308.888	579.770
2.02.06.01	Empréstimos no país - inst. oficiais	9.325	9.672
2.02.06.02	Empréstimos no país - outras instituições	243	879
2.02.06.03	Empréstimos no exterior	299.320	569.219
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.304.908	936.305
2.02.07.01	BNDES	586.629	448.515
2.02.07.02	FINAME	718.279	487.790
2.02.09	Outras Obrigações	1.218.307	1.404.394
2.02.09.01	Carteira de câmbio	-	75
2.02.09.02	Fiscais e previdenciárias	524.253	635.642
2.02.09.03	Negociação e intermediação de valores	41.161	89.434
2.02.09.04	Obrigações por aquis. de bens e direitos	371.273	420.272
2.02.09.05	Diversas	281.620	258.971
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	29.832	25.107
2.03.01	Resultados de exercícios futuros	29.832	25.107
2.04	Participações Minoritárias	561.498	541.850

Cód.	Descrição	30/06/1999	31/03/1999
2.05	Patrimônio Líquido	3.094.433	3.091.856
2.05.01	Capital Social Realizado	1.569.909	1.569.909
2.05.01.01	De domiciliados no país	1.100.767	1.106.623
2.05.01.02	De domiciliados no exterior	473.309	467.453
2.05.01.03	(-) Ações em tesouraria	(4.167)	(4.167)
2.05.02	Reservas de Capital	157.553	157.553
2.05.03	Reservas de Reavaliação	1.344	801
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	1.344	801
2.05.04	Reservas de Lucro	1.365.627	1.178.072
2.05.04.01	Legal	139.163	123.826
2.05.04.02	Estatutária	1.162.566	990.348
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos não Distribuídos	63.898	63.898
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-	185.521

7.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

Cód.	Descrição	01/04/1999 a 30/06/1999	01/01/1999 a 30/06/1999	01/04/1998 a 30/06/1998	01/01/1998 a 30/06/1998
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.593.556	4.438.413	1.594.850	3.258.641
3.01.01	Operações de Crédito	1.032.860	2.733.753	963.084	1.935.521
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	73.084	324.589	77.422	130.993
3.01.03	Resultado de Títls. e Vals.Mobiliários	429.044	1.249.846	485.394	1.039.251
3.01.04	Resultado de Câmbio	44.652	97.426	6.893	14.117
3.01.05	Aplicações Compulsórias	13.916	32.799	62.057	138.759
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	(993.124)	(3.369.085)	(1.052.525)	(2.104.801)
3.02.01	Captações no Mercado	(668.447)	(2.048.797)	(591.674)	(1.180.167)
3.02.02	Empréstimos e Repasses	(72.877)	(562.324)	(199.496)	(362.153)
3.02.03	Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(251.800)	(757.964)	(261.355)	(562.481)
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	600.432	1.069.328	542.325	1.153.840
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	(386.393)	(532.804)	(458.617)	(873.352)
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	360.926	722.171	314.609	645.337
3.04.02	Despesas de Pessoal	(263.490)	(517.864)	(288.761)	(563.669)
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	(386.943)	(808.804)	(400.576)	(757.772)
3.04.04	Despesas Tributárias	(84.392)	(202.973)	(80.359)	(167.426)
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	301.617	1.108.380	354.746	773.030
3.04.05.01	Prêmios de seg.,capitaliz.e prev.privada	272.885	552.094	331.991	700.962
3.04.05.02	Outras receitas operacionais	28.732	556.286	22.755	72.068
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	(315.909)	(835.501)	(355.261)	(797.613)
3.04.06.01	Var. prov.téc.seg.,capit.e prev. privada	(80.134)	(173.640)	(95.418)	(237.937)
3.04.06.02	Sinistros	(101.957)	(201.890)	(115.299)	(225.393)
3.04.06.03	Desp. com benefícios planos prev.privada	(54.212)	(113.212)	(57.338)	(138.522)
3.04.06.04	Desp.com.seg.,e outr.seg.e de prev.priv.	(34.885)	(67.864)	(45.437)	(73.426)
3.04.06.05	Desp. comercializ.de cartões de crédito	(23.792)	(56.761)	(30.840)	(56.372)
3.04.06.06	Outras despesas operacionais	(20.929)	(222.134)	(10.929)	(65.963)
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.798	1.787	(3.015)	(5.239)
3.05	Resultado Operacional	214.039	536.524	83.708	280.488
3.06	Resultado não Operacional	(8.057)	(42.927)	133.063	126.907
3.06.01	Receitas	-	-	133.063	126.907
3.06.02	Despesas	(8.057)	(42.927)	-	-
3.07	Resultado antes Tributação/Participações	205.982	493.597	216.771	407.395
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	(33.105)	(115.659)	(9.752)	(106.508)
3.09	IR Diferido	(2.142)	38.891	(14.358)	27.777
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	(37.534)	(62.406)	(23.019)	(53.113)
3.10.01	Participações	(37.534)	(62.406)	(23.019)	(53.113)
3.10.01.01	Administradores	(1.074)	(2.441)	(2.045)	(2.887)
3.10.01.02	Empregados	(36.460)	(59.965)	(20.974)	(50.226)
3.12	Participações Minoritárias	(29.178)	(47.680)	(14.366)	(29.167)
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	104.023	306.743	155.276	246.384
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	99.120.040	99.120.040	99.120.040	99.120.040
	Lucro por Ação	0,00105	0,00309	0,00157	0,00249

8.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

CENÁRIO ECONÔMICO

Iniciamos o primeiro semestre deste ano com um ambiente econômico ainda marcado pelos efeitos da crise russa no mercado global. A crise se intensificou e provocou uma ruptura da política cambial brasileira, que vinha sendo mantida inalterada nos últimos quatro anos. Como consequência, em um primeiro momento proliferaram estimativas pessimistas quanto ao comportamento futuro da inflação e do Produto Interno Bruto. Pouco a pouco, porém, as estimativas foram se tornando mais otimistas, embora o nível de atividade econômica tenha se mantido desacelerado durante todo o primeiro semestre.

LUCRO LÍQUIDO, DIVIDENDOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO UNIBANCO

O lucro líquido do primeiro semestre de 1999 atingiu R\$ 307 milhões, representando um incremento de 24,5% sobre igual período de 1998 e correspondendo a um lucro por lote de 1.000 ações de R\$ 3,09. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 21,5% e o retorno sobre o ativo médio foi de 1,8%. O patrimônio líquido atingiu R\$ 3.094 milhões e o valor patrimonial por lote 1.000 ações foi de R\$ 31,22. O lucro líquido do segundo trimestre de 1999 atingiu R\$ 104 milhões.

O dividendo intermediário de R\$ 102 milhões divulgado em 14 de julho de 1999 e pago a partir de 30 de julho de 1999, correspondeu a R\$ 0,9801 por lote de 1.000 ações ordinárias, R\$ 1.0781 por lote de 1.000 ações preferenciais, R\$ 2,0654 por lote de 1.000 Units e R\$ 1,0327 por GDS (Global Depositary Share).

ATIVOS E PASSIVOS DO CONGLOMERADO UNIBANCO

O ativo total do conglomerado evoluiu 13,7%, atingindo R\$ 35,6 bilhões contra R\$ 31,3 bilhões em 30 de junho de 1998. Em relação ao saldo de 31 de março de 1999 houve um decréscimo de 4,2%, devido à queda das aplicações interfinanceiras de liquidez e mercado aberto. Do total de ativos, R\$ 15,5 bilhões eram representados por operações de crédito, leasing e adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) e R\$ 13,1 bilhões por aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, constituídos principalmente por títulos públicos federais.

Os quadros a seguir demonstram as operações de crédito por tipo e a qualidade dos ativos do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

Operações de Crédito por tipo	R\$ milhões				
	Jun/99	Mar/99	Jun/98	Var. % trimestral	Var. % anual
Comércio, indústria e outros	6.274	6.160	4.422	1,9	41,9
Financiamentos à importação e à exportação	3.783	3.708	3.286	2,0	15,1
Crédito rural	428	556	470	(23,0)	(8,9)
Subtotal 1	10.485	10.424	8.178	0,6	28,2
Cartão de crédito	1.483	1.544	1.380	(4,0)	7,5
Pessoa física	1.866	1.796	1.793	3,9	4,1
Leasing	997	1.044	982	(4,5)	1,5
Financiamentos imobiliários	352	306	242	15,0	45,5
Subtotal 2	4.698	4.690	4.397	0,2	6,8
Crédito em liquidação duvidosa	278	244	236	14,3	17,8
Total operações de crédito	15.461	15.358	12.811	0,7	20,7
Créd. em liquidação duvidosa/Operação de crédito	1,8%	1,6%	1,8%		
Prov. para créd. em liq. Duvidosa/Créd. em liq. duvidosa	4,0x	4,6x	3,5		
Prov. para créd. em liquidação duvidosa/Oper. de crédito	7,3%	7,4%	6,5%		

A carteira de operações de crédito cresceu 20,7% durante os últimos doze meses e praticamente se manteve estável (crescimento de 0,7%) em relação ao saldo de 31 de março de 1999, devido ao cenário econômico recessivo e à política conservadora de crédito do banco. Não obstante o cenário econômico adverso, o uso de processos de controle de riscos nos permitiu manter a qualidade de crédito das carteiras.

O percentual de 1,8% de créditos em liquidação sobre operações de crédito manteve-se no patamar do primeiro semestre de 1998 e apresentou um pequeno aumento se comparado ao índice do primeiro trimestre de 1999 de 1,6%. O estoque de provisões para créditos em liquidação duvidosa atingiu R\$ 1.123 milhões, continuando a apresentar um confortável múltiplo de 4,0 vezes os créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 1999.

O quadro a seguir demonstra a movimentação das provisões para créditos de liquidação duvidosa e recuperações do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

<u>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</u>	R\$ milhões				
	<u>2T99</u>	<u>1T99</u>	<u>2T98</u>	<u>1S99</u>	<u>1S98</u>
Saldo inicial	1.114	893	920	893	803
Provisão constituída no período	252	506	261	758	562
Transferência para prejuízo	(243)	(285)	(344)	(528)	(580)
Saldo final	1.123	1.114	837	1.123	837
Transf. Para prejuízo líquida/Total operações de crédito	0,5%	1,4%	2,0%	3,3%	3,3%
Recuperação de prejuízo	170	73	94	243	153

A performance do Unibanco neste semestre permitiu crescer as provisões livres de crédito e enfrentar com tranquilidade o eventual cenário de adversidades resultantes das mudanças econômicas. Assim, intensificamos nossos esforços no aperfeiçoamento dos instrumentos de análise e controle de riscos globais. Foi montada uma nova central de cobrança, incorporando sofisticada tecnologia de ponta (sistemas CACS e TRIAD) que vai consumir investimentos totais de R\$ 9,5 milhões, dos quais R\$ 2,7 milhões já foram realizados.

Iniciativas dessa natureza nos permitiram níveis de inadimplência dentro dos padrões de sazonalidade do primeiro semestre.

O quadro a seguir demonstra as captações do Unibanco consolidado nos períodos indicados:

<u>Captações</u>	R\$ milhões				
	<u>Jun/99</u>	<u>Mar/99</u>	<u>Jun/98</u>	<u>Var. % trimestral</u>	<u>Var. % anual</u>
Depósitos a vista	1.194	1.147	978	4,1	22,1
Depósitos de poupança	3.099	3.102	2.751	0	12,6
Depósitos interfinanceiros	40	17	89	135,3	(55,1)
Depósitos a prazo	4.859	4.245	3.217	14,5	51,0
Total de depósitos	9.192	8.511	7.035	8,0	30,7
Captações no mercado aberto	3.878	4.278	2.767	(9,4)	40,1
Debêntures e letras hipotecárias	1.331	1.712	1.939	(22,3)	(31,4)
Obrigações por repasses no país	1.919	1.671	1.413	14,8	35,8
Provisões técnicas de seguros, capitalização e prev. privada	1.475	1.453	1.184	1,6	24,6
Outros	1.478	2.112	1.538	(30,0)	(3,9)
Total captação em moeda nacional	19.273	19.737	15.876	(2,4)	21,4
Linhas de importação e exportação	3.670	3.419	3.114	7,3	17,9
Eurobonds e commercial papers	2.998	3.270	2.556	(8,3)	17,3
Outros	1.860	2.685	3.016	(30,7)	(38,3)
Total captação em moedas estrangeiras	8.528	9.374	8.686	(9,0)	(1,8)
Total captação	27.801	29.111	24.562	(4,5)	13,2
Fundos de investimentos e carteiras administrados	12.104	11.220	9.200	7,9	31,6
Total captação + recursos administrados de terceiros	39.905	40.331	33.762	(1,1)	18,2

A captação global do Unibanco, incluindo fundos de investimentos e carteiras administradas no montante de R\$ 12,1 bilhões, totalizou R\$ 39,9 bilhões em 30 de junho de 1999 com crescimento de 18,2%, sendo que no trimestre a captação global diminuiu 1,1%.

As captações em moeda nacional cresceram 21,4% nos últimos 12 meses e os depósitos 30,7% atingindo um total de R\$ 9,2 bilhões em 30 de junho de 1999, no trimestre as captações em moeda nacional decresceram 2,4%.

O aumento nas captações no mercado aberto no primeiro trimestre de 1999 foi consequência das oportunidades nos mercados de operações lastreadas em títulos públicos registrados no Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e da predominância das altas taxas de juros; enquanto que no segundo trimestre de 1999 a mudança de cenário não ofereceu as mesmas oportunidades.

Os fundos de investimentos e as carteiras administrados atingiram R\$ 12,1 bilhões em 30 de junho de 1999 com um crescimento de 7,9% em relação ao saldo de 31 de março de 1999 e gerou R\$ 148 milhões de receita para o conglomerado durante o semestre. Do total de ativos administrados, aproximadamente 50% corresponderam a recursos de investidores institucionais. A reintrodução da CPMF a partir de 17 de junho e novas ações de treinamento e divulgação dos produtos da UAM na rede de agências foram os principais fatores determinantes do crescimento dos volumes de ativos administrados. A UAM montou uma equipe de profissionais especializados, que apoiados por consultores externos dirigiu amplo treinamento aos gerentes de contas, atingindo 417 agências e PAB's até junho de 1999. Durante o período, aproximadamente R\$ 550 milhões foram captados de clientes do mercado de varejo em fundos de 60 dias. Dadas as modificações que a indústria de fundos teve a partir de agosto de 1999, a UAM também deu início ao redesenho de seu portfólio, visando uma oferta, com opções para investidores de perfil conservador, moderado e arrojado.

O quadro a seguir demonstra os principais índices de adequação de capital do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

<u>Adequação do capital</u>	<u>Jun/99</u>	<u>Mar/99</u>	<u>Jun/98</u>
Patrimônio líquido / Ativos totais	8,7%	8,3%	8,9%
Patrimônio líquido / Operações de crédito	20,0%	20,1%	21,8%
Índice da Basileia (Banco Central)	13,8%	13,6%	14,0%

O índice da Basileia de acordo com as normas do Banco Central foi de 13,8% em junho de 1999, superior ao índice mínimo recomendado de 11%.

PRINCIPAIS SUBSIDIÁRIAS E AFILIADAS

O quadro a seguir demonstra o resultado das principais subsidiárias e afiliadas do Unibanco no primeiro semestre de 1999:

<u>Empresas</u>	<u>Negócio</u>	<u>Participação no capital total (%)</u>	<u>Patrimônio em 30/06/99</u>	<u>R\$ milhões</u>			
				<u>Equivalência Patrimonial</u>			
				<u>2T99</u>	<u>2T98</u>	<u>1S99</u>	<u>1S98</u>
Subsidiárias							
Unibanco Seguros (1)	Seguros	49,7	846	21	21	41	28
Unibanco Capitalização (1)	Planos de Capitalização	99,9	71	8	6	16	14
Unibanco AIG Previdência (1)	Previdência Privada	49,7	44	2	1	3	3
Cartão Unibanco (1)	Cartão de Crédito	98,0	108	11	7	19	12
Dibens	Banco/Leasing	44,5	161	2	2	1	2
Unibanco Asset Management	Asset Management	90,0	15	7	3	12	6
Unibanco Corretora	Corretora	100,0	35	2	1	0	6
Unibanco Leasing	Leasing	99,9	211	14	5	16	7
Estrel Adm. Seguros (1)	Corretagem de Seguros	99,9	36	5	1	16	7
Afiladas							
Fininvest	Crédito ao Consumidor	49,8	137	(4)	0	3	2
Credicard/Redecard (1)	Cartão de Crédito	33,3	151	5	0	13	(13)

(1) Empresas controladas pelo Unibanco Representação e Participação Ltda., que tem por principal atividade a participação em empresas. O Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. controla a Unibanco Representação e Participação Ltda. via participação de 99,999% no capital. O resultado da Unibanco Representação e Participação Ltda. no semestre foi de R\$ 88 milhões, basicamente decorrente da equivalência patrimonial nas empresas acima, sendo que o comentário do desempenho das principais são apresentados a seguir.

O lucro líquido do primeiro semestre de 1999 da Unibanco Seguros foi de R\$ 83 milhões, resultando em um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 21,2%. Sua contribuição para o lucro do Unibanco no primeiro semestre de 1999 foi de R\$ 41 milhões. Os prêmios emitidos líquidos durante o semestre foram de R\$ 349 milhões. Seguindo a tendência de mercado, esse volume foi 18% menor do que o do mesmo período do ano anterior. Por outro lado, os prêmios emitidos líquidos do segundo trimestre de 1999 (R\$ 185 milhões) foram 12,8% maiores que os do primeiro trimestre de 1999 (R\$ 164 milhões). O cenário recessivo durante o primeiro semestre deste ano e a migração do seguro saúde individual e dos funcionários do Unibanco para a Unibanco-AIG Health Care, que representam aproximadamente R\$ 33 milhões em prêmios emitidos líquidos, contribuíram para a redução dos prêmios. Do total de prêmios durante o período, 38% eram vida, 28% auto, 23% ramos elementares, 9% DPVAT e 2% saúde.

A Unibanco-AIG Seguros e Previdência, segunda maior empresa de previdência privada do país em termos de reservas, finalizou o período com reservas técnicas de R\$ 891 milhões, 26,1% superior ao mesmo período de 1998. A empresa serve aproximadamente 331 mil clientes individuais e 417 clientes grandes corporações.

A Unibanco Capitalização apresentou um lucro líquido de R\$ 16 milhões durante o primeiro semestre de 1999. Ao final do período, a empresa apresentou um saldo de reservas técnicas no valor de R\$ 163 milhões e ativos totais de R\$ 272 milhões. A empresa registrou ainda, neste semestre, um faturamento de aproximadamente R\$ 103 milhões, representando 7% do mercado brasileiro de capitalização. No período, foram comercializados 213 mil novos títulos do Plano de Investimento Unibanco e foram distribuídos aos participantes R\$ 7,3 milhões em prêmios.

No primeiro semestre de 1999, o total de prêmios emitidos líquidos e receitas do ramo de seguros, incluindo as empresas do AIG, foi de R\$ 726 milhões e o lucro líquido total foi de R\$ 104 milhões.

A empresa Cartão Unibanco, terceira maior emissora de cartão de crédito no Brasil, apresentou no primeiro semestre de 1999 um lucro líquido de R\$ 19,3 milhões, o que representa um incremento de 60% sobre o mesmo período de 1998. O faturamento da empresa elevou-se em 8,2%, de R\$ 1.075 milhão no primeiro semestre de 1998 para R\$ 1.164 milhão no primeiro semestre de 1999. O volume médio mensal financiado no primeiro semestre de 1999 foi de R\$ 183,3 milhões, representando um aumento de 3,3% sobre o mesmo período de 1998. Esses resultados refletem diversas ações desencadeadas no semestre que elevaram os índices de eficiência operacional. Dentre elas, destacam-se a implementação de novas ferramentas e processos que reduziram perdas por fraudes e inadimplência e o aprimoramento dos processos de concessão de crédito e cobrança. Adicionalmente, foram tomadas iniciativas para elevar a qualidade de atendimento telefônico a clientes e promoções de vendas de cartões.

No primeiro semestre de 1999 a Credicard/Redecard, empresa líder do seu setor, contribuiu com R\$ 13 milhões para o resultado do Unibanco. Embora modesta, essa contribuição representou uma reversão do quadro negativo do primeiro semestre de 1998, ocasionado por problemas pontuais que impactaram substancialmente os resultados dessas empresas. O efeito positivo do programa de controle de fraudes e recuperações da Credicard trouxe o índice de perdas líquidas sobre o faturamento ao seu patamar histórico de 0,3%.

A contribuição da Fininvest para os resultados do Unibanco foi de R\$ 3 milhões no primeiro semestre de 1999, contra R\$ 2 milhões no primeiro semestre de 1998. Este crescimento do resultado se deve basicamente a uma melhor performance operacional e ao esforço de redução das despesas. O índice de despesas totais do semestre sobre a carteira média de crédito foi de 14,2%, comparado com 15,6% no primeiro semestre de 1998. A empresa encerrou o primeiro semestre de 1999 com R\$ 1,1 bilhão em ativos, aproximadamente 6,9 milhões de clientes cadastrados e 58 lojas nas principais praças do país.

O Banco Dibens, com uma carteira de crédito de R\$ 524 milhões, reforça o posicionamento do Unibanco no mercado de financiamento de veículos leves e pesados. O mercado de financiamento de automóveis foi impactado pelo declínio no número de veículos comercializados no período e pelos altos juros nas aquisições financiadas. Em 1998, 70% das aquisições de veículos eram financiadas contra 60% no primeiro semestre de 1999.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO CONGLOMERADO UNIBANCO

Neste segundo trimestre de 1999, uma firme condução da política monetária reduziu os juros à metade dos anteriormente praticados com certa estabilidade cambial. Neste contexto, o rigor e conservadorismo na concessão do crédito e a prudência nas posições de tesouraria produziram um resultado antes da tributação e participações de R\$ 493 milhões, que, comparado ao do mesmo período do ano anterior, mostrou um crescimento de 21,1%. Este aumento decorreu de maiores receitas financeiras devido à alta dos juros, melhores resultados de tesouraria e ganhos com a variação cambial sobre os investimentos no exterior, principalmente no primeiro trimestre de 1999, maiores receitas de serviços e o melhor desempenho da nossa afiliada Credicard.

O quadro a seguir demonstra a abertura da receita com tarifas e comissões no Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

Receita de prestação de serviços	R\$ milhões				
	2T99	1T99	2T98	1S99	1S98
Outras tarifas e comissões, principalmente					
tarifas bancárias	174	171	154	345	305
Cartão de crédito	115	114	108	229	226
Administração de recursos de terceiros	72	76	52	148	114
Total receitas de prestação de serviços	361	361	314	722	645

A receita total de prestação de serviços no primeiro semestre de 1999, no valor de R\$ 722 milhões, apresentou um crescimento de 11,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita advinda da administração de fundos cresceu 29,8% quando comparada ao primeiro semestre do ano anterior, devido principalmente, ao aumento de 31,6% no volume administrado nos últimos doze meses. As receitas com tarifas bancárias apresentaram um crescimento de 13,1% em relação ao primeiro semestre de 1998, também devido ao crescimento de volumes.

O quadro a seguir demonstra a abertura das despesas de pessoal e administrativas do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

	R\$ milhões				
	<u>2T99</u>	<u>1T99</u>	<u>2T98</u>	<u>1S99</u>	<u>1S98</u>
Despesas de pessoal e administrativas					
Despesas de pessoal (a)	264	254	289	518	564
Banco múltiplo	190	181	209	371	415
Subsidiárias/afiliadas	74	73	80	147	149
Despesas administrativas (b)	387	422	401	809	758
Banco múltiplo	247	287	265	534	509
Subsidiárias/afiliadas	140	135	136	275	249
Despesas totais (a+b)	651	676	690	1.327	1.322

O nosso principal esforço de redução de custos, o Projeto Ano 2000 e Único, baseado na ampla revisão de nossos processos, apresentou neste primeiro semestre resultados extremamente significativos. Mesmo diante de um ambiente adverso, quando os custos de alguns importantes fatores de produção foram afetados pela desvalorização cambial e a ligeira retomada da inflação, o banco múltiplo, principal foco de atuação do projeto, reduziu suas despesas quando comparadas ao segundo semestre de 1998 em 4,7% (1S1999: R\$ 905 milhões; 2S1998: R\$ 975 milhões), enquanto as despesas consolidadas do grupo Unibanco caíram em 8,2% (1S1999: R\$ 1.327 milhões; 2S1998: R\$ 1.445 milhões).

A tabela a seguir demonstra os principais índices de performance do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

<u>Performance</u>	<u>2T99</u>	<u>1T99</u>	<u>2T98</u>	<u>1S99</u>	<u>1S98</u>
Receita prestação de serv./ Desp. pessoal e administ.	55,5%	53,4%	48,8%	54,4%	48,6%
Índice de eficiência (1) (2)	58,4%	44,9%	66,4%	50,7%	61,0%
Margem financeira líquida (3)	9,9%	12,4%	11,1%	10,7%	12,6%

(1) (Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas)/(Resultado da Intermediação Financeira + Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa + Receita de Prestação de Serviços + Resultado de Seguros, Capitalização e Previdência Privada - Despesas Tributárias + Outras Receitas Operacionais - Outras Despesas Operacionais).

(2) Estes índices referentes ao ano de 1999 foram fortemente impactados pelos ganhos e provisões extraordinários.

(3) (Resultado da Intermediação Financeira + Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa)/(Ativo Médio Total - Ativo Permanente Médio).

O índice de eficiência foi de 50,7% no primeiro semestre de 1999, melhor que o do primeiro semestre de 1998, que havia sido de 61,0%. Esta melhora se deve à combinação dos esforços de redução de despesas, com os impactos da alta de juros, maiores ganhos de tesouraria e ganhos da variação cambial sobre os investimentos no exterior. Embora favorável, a natureza de alguns componentes deste índice não é recorrente.

DESTAQUES OPERACIONAIS DO CONGLOMERADO UNIBANCO

• “Projeto Ano 2000 e Único”

Os gastos totais revisados são de aproximadamente R\$ 295 milhões e a conclusão do projeto está prevista para o final deste ano. Este projeto permitirá ganhos de aumento de receita e de redução de despesas que, somados representam o equivalente a 10% do total das despesas do conglomerado, mesmo depois do impacto das desvalorização cambial sobre a nossa estrutura de custos.

Ao final de junho de 1999, o grupo Unibanco contava com 19.808 funcionários comparado a 20.695 ao final de março de 1999. (Nestes números estão considerados também estagiários e funcionárias em licença-maternidade).

• Bug do Milênio e Controles Internos

Em março de 1999, o Unibanco participou da primeira simulação integrada do Bug do Ano 2000, coordenada pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e cujo resultado foi positivo e acima das expectativas. Este teste com as demais instituições será repetido durante o segundo semestre de 1999, conforme planejado pela Febraban. O processo de adaptação dos sistemas do Unibanco ao ano 2000 foi completado ao custo aproximado de R\$ 60 milhões. Esses custos incluem honorários de consultores externos, despesas com correções e testes e troca de equipamentos não compatíveis. Não obstante estarmos com todas as adaptações e testes efetuados, foram desenvolvidos processos que venham a assegurar a continuidade do funcionamento (contingência) dos principais negócios do banco. Estes processos serão concluídos e simulados durante o segundo semestre de 1999.

Com relação às determinações baixadas pela Resolução 2.554 do Banco Central, o Unibanco está cumprindo rigorosamente todos os prazos determinados e as novas exigências de formalização para reavaliação e mapeamento dos controles internos.



- **Investimentos**

No primeiro semestre de 1999 o Unibanco realizou investimentos no total de R\$ 79,8 milhões dos quais 36% foram gastos visando a melhoria de qualidade dos produtos e serviços, 37% visando reengenharia de processos e o restante em negócios. Os principais projetos foram: Projeto *Ano 2000* e *Único*, Bug do Milênio, Projeto *Fila Zero*, melhoria nos sistemas de comunicação eletrônica das agências e intranet corporativa.

- **Banco de Varejo**

Durante o primeiro semestre de 1999, o Unibanco continuou expandindo sua rede de atendimento, com a instalação de 29 novas unidades (26 PAB's - Postos de Atendimento Bancário e 3 In-Store Branches), encerrando o período com 641 agências, 363 PAB's e 18 In-Store Branches (lojas do banco dentro de supermercados). A abertura de novos 45 PAB's e mais 15 In-Store Branches já está contratada para o segundo semestre de 1999. Aproximadamente 150 mil novos clientes foram conquistados, totalizando 3,7 milhões de clientes ao final de junho de 1999.

No primeiro semestre de 1999 o volume de ligações pelo Telefone 30 Horas foi de 35,9 milhões e o de acessos via Micro e Internet 30 Horas foi de 7,2 milhões. Em junho de 1999, o Telefone 30 Horas atendeu 99,5% das ligações em até 20 segundos (98,6% em dezembro de 1998) e os acessos completados via Internet atingiram 99,5% (98,2% em dezembro de 1998).

Neste ano, o Unibanco consolidou seu posicionamento mercadológico diferenciado dos demais grandes bancos: a abordagem segmentada. A segmentação levou cerca de 20 meses para ser implementada e exigiu a reclassificação de toda a base de correntistas, mudança do lay-out das agências, treinamento das equipes de atendimento e criação de uma gama de produtos variada o suficiente para atrair do correntista mais abonado ao aposentado. O Unibanco reforçou essa ação com uma ampla campanha publicitária, lançada em abril de 1999, para mostrar seu novo posicionamento no mercado e a nova estratégia de abordagem segmentada. A um custo total de R\$ 40 milhões, a campanha deve se estender até o final deste ano.

- **Banco de Atacado**

Nos doze meses completados em março de 1999, o Unibanco foi o líder em emissões de debêntures e o segundo em emissão de notas promissórias, totalizando respectivamente R\$ 1,5 bilhão e R\$ 419 milhões em operações, de acordo com o ranking da Anbid - Associação Nacional de Bancos de Investimento. Destaca-se a emissão de R\$ 413 milhões da Sabesp, a maior operação de debêntures realizada no mercado no semestre.

No segmento de financiamento a projetos, o Unibanco encerrou o semestre com um total de R\$ 2,2 bilhões em repasses do BNDES, ocupando o segundo lugar no ranking do mercado. O Unibanco está atuando fortemente no setor de infra-estrutura (concessões, privatizações e novos investimentos) e está prestando assessoria a 35 projetos de investimento, envolvendo aproximadamente R\$ 8,7 bilhões em financiamentos de longo prazo.

Entre o primeiro e o segundo trimestre de 1999, o volume da Corretora cresceu 195%, subindo de R\$ 518 milhões para R\$ 1,5 bilhão, enquanto que o volume das Bolsas cresceu 47,3% no mesmo período.

Em fusões e aquisições, o Unibanco assessorou a venda da rede de supermercados Peralta para a Cia. Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar) e a aquisição dos pontos comerciais da operação de varejo da Três Poderes S/A. Supermercados pela Casas Sendas. Em privatizações, foi o líder do consórcio que assessorou o governo do Estado de São Paulo na venda do controle da Comgás, adquirida pelo consórcio formado pela British Gas e Shell pelo valor de R\$ 1,65 bilhão, com ágio de 119,3%, o maior sobrepreço da história das privatizações do governo paulista.

Nas atividades de serviços e Cash Management, foi registrado um incremento de 19% no volume financeiro e de 6% no volume físico de documentos processados em relação ao mesmo período do exercício anterior. Em relação aos índices de qualidade do Cash Management, 99,99% dos acessos foram completados dentro dos padrões e 100% dos acessos para a cobrança foram completados via Micro 30 Horas.

- **Seguros**

Em maio de 1999 a Unibanco Seguros lançou o Seguro Extra, que pode ter dois tipos de planos contratados - Plano Vida ou Acidentes Pessoais - e que, além do benefício do seguro, o segurado concorre semanalmente a prêmios. Além do lançamento do Seguro Extra, houve a consolidação dos produtos da família de acidentes pessoais lançados no final de 1998, tais como o Renda Protegida e o Seguro Mulher.

A Unibanco-AIG Seguros e Previdência começou a veicular, em julho de 1999, a campanha publicitária de lançamento dos novos planos de previdência Prever, destinados a atender às necessidades dos clientes de acordo com seus diferentes perfis. Dos novos produtos, já estão disponíveis na rede de agências o Prever Kids, cuja campanha reforça o conceito de que nunca é cedo demais para pensar em previdência, Prever Sob Medida, Prever Profissional e Prever Salário.

• Administração de Recursos de Terceiros

Os fundos mútuos sob gestão da UAM aumentaram de R\$ 6,0 bilhões para R\$ 7,9 bilhões nos primeiros seis meses de 1999. Este aumento representou um ganho de fatia de mercado de 4,19% para 4,50% no mesmo período.

A UAM manteve a liderança no segmento de fundos de pensão privados, com R\$ 3,6 bilhões sob gestão e 15,6% de participação de mercado ao final de maio de 1999, de acordo com a Anbid. As terceirizações dos fundos de pensão de empresas estatais privatizadas deverão ser o principal foco de expansão do negócio nos próximos períodos.

• Relações com Investidores

Dentro da política do Unibanco de disponibilizar informações claras e transparentes ao mercado sobre as suas atividades e performance, a nossa área de Relações com Investidores participou de 104 reuniões com investidores institucionais e analistas de mercado no primeiro semestre de 1999. Estimamos que, entre visitas à nossa sede em São Paulo e apresentações externas, atendemos a um público de 460 investidores e analistas.

Eventos Subseqüentes

- Em 23 de julho de 1999 os Conselhos de Administração do Unibanco e da Unibanco Holdings aprovaram o aumento de seus respectivos capitais sociais através de oferta pública no Brasil de ações ordinárias e preferenciais. A oferta, a ser registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), se dará parte através de regime de garantia firme de colocação e parte através de regime de melhores esforços. Se o aumento de capital for totalmente subscrito, serão emitidos 28.637.000 lotes de mil ações do Unibanco e 17.652.000 lotes de mil ações da Unibanco Holdings, representando um aumento de até 28,8% e 30,2%, respectivamente, no total das ações das empresas. Os recursos provenientes deste aumento de capital destinam-se ao financiamento de qualquer possível participação que o Unibanco possa ter nas futuras privatizações de instituições financeiras, outras possíveis aquisições dentro do setor financeiro e propósitos corporativos em geral.
- Em 14 de julho de 1999 o Unibanco, por meio de sua agência em Grand Cayman, lançou novo programa de US Commercial Paper, pelo prazo de um ano, estruturado pelo Bank of America. Apesar da forte demanda por parte dos investidores, o Unibanco decidiu limitar o valor do programa a US\$ 100 milhões. Destes recursos, 80% será destinado ao financiamento de operações de comércio exterior e 20% terá livre utilização.
- Em 19 de julho de 1999 o Unibanco, por meio de sua agência em Grand Cayman, lançou novo Eurobond no montante de US\$ 100 milhões, pelo prazo de dois anos. A emissão, liderada pelo WestLB, pagou um cupom de 10% ao ano. A corretora do Unibanco em Londres, UBB Capital Markets Ltd. foi o *co-lead manager* dessa operação, cujos recursos serão utilizados para financiar operações de clientes no Brasil e no exterior.

9.1 – PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

Item	Razão Social da Controlada / Coligada / CNPJ	Classificação	% Participação no Capital da Investida	% Patrimônio Líquido da Investidora	Tipo de Empresa	Nº de Ações Detidas no Trimestre Atual (Mil)	Nº de Ações Detidas no Trimestre Anterior (Mil)
01	Unibanco Repres. e Participações Ltda. 50.654.920/0001-00	Fechada Controlada	99,99	47,85	Empresa Comercial, Industrial e Outras	668.680	668.680

17.1 – RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL – SEM RESSALVA

30 de julho de 1999

Aos Administradores e Acionistas

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

1. Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., referentes aos trimestres findos em 30 de junho de 1999 e de 1998, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional do banco, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações do banco.
3. Baseados em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
4. As Informações Trimestrais - ITR contém, também, informações contábeis relativas ao trimestre findo em 31 de março de 1999. Revisamos essas informações por ocasião de sua preparação e emitimos nosso correspondente relatório, sem ressalva, em 7 de maio de 1999.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Baldin
Sócio
Contador CRC 1SP110374/O-0



[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

UNIBANCO HOLDINGS

Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/97 e 31/12/96 e respectivos pareceres dos auditores independentes

Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/98 e 31/12/97 e respectivos pareceres dos auditores independentes

Informações Trimestrais - ITR relativas ao trimestre encerrado em 31/03/99



[ESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

30 de janeiro de 1998

Aos Administradores e Acionistas

Unibanco Holdings S.A.

1. Examinamos as demonstrações financeiras da Unibanco Holdings S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 1997 e de 1996, elaboradas sob a responsabilidade da administração da empresa. Nossa responsabilidade é de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das empresas, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unibanco Holdings S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 1997 e de 1996, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da Unibanco Holdings S.A. e o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidados dos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária.

Price Waterhouse
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Baldin
Sócio Contador
CRC 1SP110374/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1997

ACIONISTAS,

O exercício de 1997 foi marcado pela conclusão de etapas fundamentais do programa de expansão e crescimento do Conglomerado Unibanco, no qual a Unibanco Holdings continuou desempenhando papel estratégico.

Entre os eventos que marcaram a atuação da empresa ao longo do ano ressaltamos o lançamento, em maio, da Unit - certificado que reúne uma ação preferencial Classe “B” da Unibanco Holdings e uma ação preferencial do Unibanco – e a sua bem sucedida oferta pública junto ao mercado doméstico e internacional. A operação resultou na colocação total de um lote de 15,8 bilhões desses papéis, que pertenciam a um único acionista – o Banco Nacional em liquidação extra-judicial -, e no expressivo montante de R\$ 1,1 bilhão negociado.

Destacamos, sobretudo, o pioneirismo dessa operação: foi a primeira oferta global de ações emitidas por um banco brasileiro no mercado internacional, com negociação na Bolsa de Valores de Nova Iorque, e a maior já realizada por um banco latino-americano.

No exterior, as Units foram adquiridas, entre outros, por mais de 400 grandes investidores institucionais, que analisaram minuciosamente o Unibanco e decidiram pelo investimento.

Em decorrência do elevado interesse dos investidores internacionais por esses papéis, traduzido por uma demanda muito superior à quantidade oferecida, o Unibanco e a Unibanco Holdings concederam, no segundo dia após o término da oferta, a opção de “Green-shoe” aos underwriters no exterior. Como consequência, o capital do Unibanco foi aumentado em R\$ 170 milhões, correspondendo à colocação adicional de 2,3 bilhões de Units, ou 15% do lote originalmente oferecido. Concomitantemente o capital da Unibanco Holdings foi aumentado em R\$ 85 milhões.

Em agosto, a Unibanco Holdings ofereceu aos demais acionistas do Unibanco a oportunidade de concentrarem seus investimentos nesse título com grande liquidez, dando início à Oferta de Conversão de ações preferenciais e/ou ordinárias do Unibanco em Units.

Concluída em outubro, a Oferta obteve grande adesão dos acionistas. O resultado foi a criação de 9,5 bilhões de Units adicionais que, somadas às anteriormente emitidas, totalizaram 27,7 bilhões desses papéis. Isso significa que 78% do total das ações preferenciais e ordinárias em circulação do Unibanco estão representadas sob a forma de Unit.

O acionista que aderiu à conversão passou a deter um título que apresentou, entre maio de 1997 e fevereiro de 1998, uma média diária de negociação na bolsa novaiorquina da ordem de US\$ 11 milhões, tendo ainda a prerrogativa de poder negociá-lo em outras duas bolsas de valores: a de São Paulo e a do Rio de Janeiro.

O extrato desse conjunto de eventos e de seus respectivos resultados foi a consolidação da maior parte das ações do Unibanco nesse instrumento, representando, portanto, mais um passo fundamental na estratégia de expansão e crescimento futuro do Conglomerado. O fato vem confirmar ainda o acerto da criação da Unibanco Holdings em 1994, cuja missão é promover a expansão das atividades financeiras do Unibanco.

Seguindo a política norteadora da criação da Unibanco Holdings, consubstanciada em seus estatutos e no Acordo firmado por seus principais acionistas, sua única finalidade é o investimento no próprio Unibanco. No entanto, a Unibanco Holdings poderá adquirir participações em bancos ou em outras empresas do setor financeiro e exercer atividades financeiras, somente como uma medida temporária, até que seja efetuada a transferência desses outros negócios ou atividades ao Unibanco.

Tendo em vista que 100% do patrimônio da Unibanco Holdings está investido no Unibanco, seu desempenho e resultados operacionais refletem essa participação. As informações relativas ao desempenho do Unibanco em 1997 estão descritas em seu Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras, e que incluem ainda comentários sobre o cenário econômico, no qual estamos inseridos.

RESULTADOS, CAPITAL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O lucro líquido da Unibanco Holdings relativo ao exercício de 1997 foi de R\$ 221 milhões, correspondendo a um lucro de R\$ 4,38 por lote de mil ações, o que representou um incremento de 46,5% sobre o lucro por lote de mil ações do exercício de 1996. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 18%. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 1997 atingiu R\$ 1.545 milhões e o valor patrimonial por lote de mil ações foi de R\$ 26,42.



DIVIDENDOS

Os dividendos do exercício de 1997 foram de R\$ 76 milhões, sendo R\$ 1,4013 por lote de mil ações ordinárias, R\$ 1,5415 por lote de mil ações preferenciais classe “A” e R\$ 1,4013 por lote de mil ações preferenciais classe “B”. Para os Certificados de Depósito de Ações (Units), cada um representativo de uma ação preferencial de emissão do Unibanco e uma ação preferencial Classe “B” de emissão da Unibanco Holdings, os dividendos relativos ao segundo semestre de 1997 foram de R\$ 1,7934 por lote de mil Units negociadas no Brasil, correspondentes à soma dos valores pagos às ações por eles representados. Na Bolsa de Valores de Nova Iorque, cada GDS (Global Depositary Shares) equivale a 500 Units.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos alcançados ao longo do exercício de 1997 se devem principalmente à confiança que nossos acionistas depositaram em nossa gestão, aos quais prestamos sinceros agradecimentos.

São Paulo, fevereiro de 1998.

A Diretoria Executiva

O Conselho de Administração



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
CIRCULANTE				
Disponibilidades	1	-	381.303	2.121.986
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	5.762.827	2.912.477
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	3.481.208	5.222.998
Relações Interfinanceiras	-	-	1.354.927	914.679
Relações Interdependências	-	-	112.827	5.957
Operações de Crédito	-	-	8.229.227	8.553.296
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(507.829)	(382.806)
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	403.205	310.221
Outros Créditos	50.857	24.903	2.995.395	2.876.232
Outros Valores e Bens	-	-	259.017	185.978
	50.858	24.903	22.472.107	22.721.018
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	108.868	61.352
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.213.648	103.319
Relações Interfinanceiras	-	-	121.560	28.196
Operações de Crédito	-	-	2.063.232	1.457.134
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(186.036)	(169.564)
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	235.585	239.772
Outros Créditos	-	-	438.749	223.912
Outros Valores e Bens	-	-	11.072	6.291
	-	-	4.006.678	1.950.412
PERMANENTE				
Investimento				
Controlada e Coligadas	1.545.080	1.053.975	111.039	26.374
Outros	-	-	136.152	91.445
Provisão Para Perdas	-	-	(4.315)	(4.146)
Imobilizado	-	-	954.098	930.979
Diferido	-	-	469.091	553.095
	1.545.080	1.053.975	1.666.065	1.597.747
TOTAL DO ATIVO	1.595.938	1.078.878	28.144.850	26.269.177

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
CIRCULANTE				
Depósitos	-	-	5.588.894	6.384.484
Captações no Mercado Aberto	-	-	3.347.008	2.792.254
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	1.113.241	2.322.154
Relações Interfinanceiras	-	-	271.527	82.889
Relações Interdependências	-	-	128.763	62.076
Obrigações por Empréstimos no País	-	-	379.744	263.491
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	-	3.869.754	4.374.218
Obrigações por Repasses do País	-	-	515.765	334.040
Obrigações por Repasses do Exterior	-	-	-	15.531
Outras Obrigações	50.899	24.900	4.532.906	3.829.700
	50.899	24.900	19.747.602	20.460.837
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos	-	-	859.863	1.182.283
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	2.427.154	703.631
Obrigações por Empréstimos no País	-	-	13.616	27.019
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	-	250.045	175.884
Obrigações por Repasses do País	-	-	704.637	646.939
Outras Obrigações	-	-	1.037.529	897.301
	-	-	5.292.844	3.633.057
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-	-	19.588	7.245
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS				
MINORITÁRIOS	-	-	1.539.777	1.114.060
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social				
De Domiciliado no País	458.913	604.489	458.913	604.489
De Domiciliado no Exterior	487.300	153.871	487.300	153.871
Reservas de Capital	184.200	39.389	184.200	39.389
Reservas de Lucros	414.626	256.229	414.626	256.229
	1.545.039	1.053.978	1.545.039	1.053.978
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO				
PELA CONTROLADORA	-	-	3.084.816	2.168.038
TOTAL DO PASSIVO	1.595.938	1.078.878	28.144.850	26.269.177

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Crédito	-	-	3.892.646	3.809.481
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	221.174	187.726
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.289.388	1.895.712
Aplicações Compulsórias	-	-	189.187	75.875
Resultado de Câmbio	-	-	34.068	54.738
	-	-	5.626.463	6.023.532
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Captações no Mercado	-	-	(1.900.388)	(2.210.474)
Empréstimos, Cessões e Repasses	-	-	(603.080)	(664.975)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(899.247)	(789.291)
	-	-	(3.402.715)	(3.664.740)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-	-	2.223.748	2.358.792
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Receita de Prestação de Serviços	-	-	1.244.071	904.181
Prêmio de Seguro, Capitalização e Previdência	-	-	1.163.934	1.450.552
Variações de Provisões Técnicas de Seguros, Capitalização e Previdência	-	-	(508.548)	(787.294)
Sinistros	-	-	(439.543)	(387.214)
Despesas de Comercialização de Seguros	-	-	(73.139)	(83.511)
Despesas de Pessoal	(37)	-	(1.147.123)	(1.107.394)
Outras Despesas Administrativas	(401)	(64)	(1.485.208)	(1.574.865)
Despesas Tributárias	(339)	-	(265.497)	(163.670)
Resultado de Participações em Controlada e Coligadas	222.129	139.404	(15.203)	16.755
Outras Receitas Operacionais	1	2	207.201	155.331
Outras Despesas Operacionais	(215)	-	(395.565)	(273.706)
	221.138	139.342	(1.714.620)	(1.850.835)
RESULTADO OPERACIONAL	221.138	139.342	509.128	507.957
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(372)	7	109.729	(30.750)
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	220.766	139.349	618.857	477.207
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(124.623)	(120.230)
Participações no Lucro	-	-	(93.261)	(70.763)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	220.766	139.349	400.973	286.214
Participações dos Acionistas Minoritários	-	-	(180.207)	(146.865)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	220.766	139.349	220.766	139.349
LUCRO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	-	-	400.973	286.214
NÚMERO DE AÇÕES (NOTA 13)	58.473.969.325	46.554.349.998		
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	4,38	2,99		
VALOR PATRIMONIAL POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	26,42	22,72		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

	Reservas de Capital			Reservas de Lucros				Ações em Tesouraria	Total
	Capital Social	Correção Monetária do Capital	Ágio na Subscrição de Ações	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Especial de Dividendos	Lucros Acumulados		
Em 31 de dezembro de 1995	661.452	96.908	139.486	5.916	112.400	36.603	-	-	1.052.765
Aumento de capital com reserva	96.908	(96.908)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	(100.097)	(100.097)
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 13)	-	-	(100.097)	-	-	-	-	100.097	-
Ajuste no patrimônio da controlada	-	-	-	-	-	-	8.822	-	8.822
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	139.349	-	139.349
Apropriação do lucro líquido	-	-	-	6.967	94.343	-	(101.310)	-	-
Dividendos propostos/pagos (R\$ 0,9547 por mil ações ordinárias; R\$ 1,0502 por mil ações preferenciais classe "A" e R\$ 0,9547 por mil ações preferenciais classe "B")	-	-	-	-	-	-	(46.861)	-	(46.861)
Em 31 de dezembro de 1996	758.360	-	39.389	12.883	206.743	36.603	-	-	1.053.978
Aumento de capital (Nota 13)	187.853	-	144.811	-	-	-	-	-	332.664
Ajuste no patrimônio da controlada	-	-	-	-	-	-	13.586	-	13.586
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	220.766	-	220.766
Apropriação do lucro líquido	-	-	-	11.039	173.048	-	(184.087)	-	-
Dividendos propostos/pagos (R\$ 1,4013 por mil ações ordinárias; R\$ 1,5415 por mil ações preferenciais classe "A" e R\$ 1,4013 por mil ações preferenciais classe "B")	-	-	-	-	(25.690)	-	(50.265)	-	(75.955)
Em 31 de dezembro de 1997	946.213	-	184.200	23.922	354.101	36.603	-	-	1.545.039

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das operações sociais				
Lucro líquido do exercício	220.766	139.349	220.766	139.349
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Resultado de participações em controlada e coligadas	(222.129)	(139.404)	15.203	(16.755)
Perda de capital	372	-	-	-
Depreciações e amortizações	-	-	253.018	207.114
Provisão para perdas em investimentos	-	-	415	1.938
Valor residual de ativo permanente baixado				
Investimento	-	195	1.707	331.440
Imobilizado	-	-	133.204	439.784
	(991)	140	624.313	1.102.870
Dos acionistas				
Aumento de capital e reserva	187.853	-	187.853	-
Aumento do exigível a longo prazo	-	-	1.659.787	516.418
Ágio na subscrição de ações	144.811	-	144.811	-
De terceiros				
Dividendos a receber/recebidos	76.600	46.921	-	10.122
Ajuste no patrimônio da controlada	13.586	8.822	13.586	8.822
Devolução de investimentos	-	100.097	-	-
Variação nos resultados de exercícios futuros	-	-	12.343	2.085
Variação das participações minoritárias	-	-	425.717	188.862
TOTAL DAS ORIGENS	421.859	155.980	3.068.410	1.829.179
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Aquisição de ações em tesouraria				
No ativo permanente	-	100.097	-	100.097
Investimentos	345.948	9.028	97.739	33.662
Imobilizado	-	-	299.485	673.501
Diferido	-	-	74.641	117.329
	345.948	109.125	471.865	924.589
No realizável a longo prazo	-	-	2.056.266	59.518
Dividendos propostos/distribuídos	75.955	46.861	75.955	46.861
TOTAL DAS APLICAÇÕES	421.903	155.986	2.604.086	1.030.968
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	(44)	(6)	464.324	798.211
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE				
ATIVO CIRCULANTE				
No fim do exercício	50.858	24.903	22.472.107	22.721.018
No início do exercício	24.903	14.154	22.721.018	19.158.426
	25.955	10.749	(248.911)	3.562.592
PASSIVO CIRCULANTE				
No fim do exercício	50.899	24.900	19.747.602	20.460.837
No início do exercício	24.900	14.145	20.460.837	17.696.456
	25.999	10.755	(713.235)	2.764.381
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	(44)	(6)	464.324	798.211

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E DE 1996**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unibanco Holdings S.A. foi constituída em 20 de junho de 1994, com o objetivo de representação mercantil e a participação em outras sociedades.

As atividades operacionais consolidadas da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto (Instrução nº 247 da Comissão de Valores Mobiliários), são destacadamente voltadas ao mercado financeiro, tendo em vista o controle do Conglomerado Financeiro Unibanco, mas incluem, além disso, outras atividades desenvolvidas por empresas componentes do conglomerado, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização, previdência privada e processamento de dados, bem como administração de bens patrimoniais e de participação societárias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Unibanco Holdings S.A. estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas de acordo com a legislação societária.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Unibanco Holdings S.A. e das empresas controladas (Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., suas agências no exterior, das empresas controladas direta ou indiretamente, e das sociedades controladas em conjunto, conforme apresentado na Nota 7). As demonstrações financeiras da empresa controlada Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados, nas respectivas proporções, da participação no capital social da controlada, conforme detalhamento constante na Nota 7 e em atendimento à Instrução nº 247/96 da Comissão de Valores Mobiliários. As sociedades abrangidas na consolidação e as respectivas participações são o Banco Fininvest S.A. - 49,242%, a Interchange Serviços S.A. - 25,0%, a Avantel Comunicações Pessoais S.A. - 24,777%, a Tecnologia Bancária S.A. - 15,660%, a Redecard S.A. - 32,016% e a Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito - 33,333%, sendo que para esta última, na consolidação das contas de resultado, foi utilizado o percentual de 32,991% (1996 - 30,8%) por força de acordos operacionais.

Os principais saldos que serviram de base para consolidação das sociedades controladas em conjunto, estão resumidos da seguinte forma:

Ativo	1997	1996	Passivo	1997	1996
Disponibilidades	16.318	2.686	Depósitos	292.615	175.371
Aplicações interfinanceiras de liquidez	61.141	38.444	Captação no mercado aberto	-	15.149
Títulos e valores mobiliários	9.172	246.202	Recursos de aceites e emissão de títulos	124.943	-
Relações interfinanceiras	38.245	23.720	Obrigações por empréstimos	377.938	218.097
Operações de crédito	1.125.727	811.669	Outras obrigações	649.979	802.463
Outros créditos	2458.262	117.959	Patrimônio líquido (eliminado)	133.526	106.658
Outros valores e bens	2.536	2.483			
Permanente	77.600	74.575			
Total	1.579.001	1.317.738	Total	1.579.001	1.317.738

Demonstração do resultado

Receitas da intermediação financeira	708.547	616.630
Despesas da intermediação financeira	(387.922)	(205.096)
Despesas com pessoal	(125.022)	(90.370)
Despesas administrativas	(176.245)	(218.667)
Outras receitas/despesas operacionais	123.833	59.582
Resultado não operacional	4.555	2.023
Imposto de renda e contribuição social	(41.734)	(48.836)
Participação no lucro	(7.008)	(5.263)
Lucro líquido	99.004	110.003



4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pela Unibanco Holdings S.A. e por suas empresas controladas emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;
- os efeitos da atualização "pro rata temporis" dos direitos e obrigações com cláusula de variação monetária;
- os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização;
- os encargos relativos ao PIS à alíquota de 0,75%;
- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência e de capitalização contratados;
- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas, pelo método de equivalência patrimonial;
- as participações no lucro;
- a parcela atribuível ao Imposto de Renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicionais específicos incidentes sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para imposto de renda, exceto adicionais, inclui incentivos fiscais de acordo com os percentuais estabelecidos na legislação vigente; e
- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 18% (1996 - 30%) nas empresas financeiras e de 8% (1996 - 10%) nas empresas não financeiras sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída por valor suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, realizada pela administração para concluir quanto à necessária provisão para créditos de liquidação duvidosa, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

(c) Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo e corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme demonstrado na Nota 7. Os outros investimentos são ajustados, quando aplicável, aos valores de mercado ou patrimoniais. O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%, equipamentos de uso - 10%, sistemas de processamento de dados e sistemas de transportes - 20%. O diferido é representado, substancialmente, pelo custo na compra de carteira de clientes do Nacional, por benfeitorias em propriedades de terceiros e aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizado na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos.

(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(e) Resultados de exercícios futuros

Incluem os rendimentos não restituíveis, recebidos antecipadamente.

5. CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Durante o exercício, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 899.247 (1996 - R\$ 789.291). Adicionalmente, os créditos baixados contra provisão montaram a R\$ 785.106 (1996 - R\$ 756.913). Nesse mesmo período foram recuperados R\$ 293.891 (1996 - R\$ 262.887). Essas recuperações foram registradas em "Receitas de operações de crédito".

O saldo da conta "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", no ativo circulante, inclui R\$ 263.345 (1996 - R\$ 158.538) referentes à carteira das empresas administradoras de cartões de crédito.



6. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	1997		1996	
	Circulante	Realizável a Longo prazo	Circulante	Realizável a Longo prazo
Créditos por avais e fianças honrados	-	1.076	-	1.097
Carteira de câmbio	1.712.036	1.408	1.950.503	53
Rendas a receber	32.066	70	27.262	93
Negociação e intermediação de valores	322.316	5.671	30.774	18
Prêmios de seguros a receber	148.189	-	152.741	-
Diversos	858.746	431.600	812.032	223.748
Créditos de liquidação duvidosa	-	4.616	-	777
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(77.958)	(5.692)	(97.080)	(1.874)
	2.995.395	438.749	2.876.232	223.912

A conta de carteira de câmbio inclui R\$ 1.430.740 (1996 - R\$ 1.521.642) de câmbio comprado a liquidar. A contrapartida dessa conta foi registrada em "Outras obrigações - obrigações por compra de câmbio", e são apresentadas deduzidas dos adiantamentos contratados, que montam R\$ 105.682 (1996 - R\$ 186.334).

Outros créditos - diversos, incluem basicamente créditos tributários no montante de R\$ 430.374 (1996 R\$ 390.736), imposto de renda a compensar/recuperar no montante de R\$ 304.008 (1996 R\$ 242.799), depósitos judiciais no montante de R\$ 139.251 (1996 - R\$ 86.822) e títulos e créditos a receber no montante de R\$ 183.145 (1996 - R\$ 159.430). Os créditos tributários foram calculados sobre as diferenças intertemporais, basicamente representadas pela parcela indedutível da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Outros créditos na controladora referem-se, basicamente, a dividendos a receber no montante de R\$ 50.854 (1996 - R\$ 24.901).

7. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADA E COLIGADA

(a) Sociedade controlada

	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	
	1997	1996
Informações sobre o investimento em 31 de dezembro		
Ações possuídas (sem valor nominal)		
Ordinárias	47.735.405.718	42.710.808.660
Preferenciais	10.738.563.607	3.843.541.338
Participação no capital ordinário (%)	95,6	89,7
Participação total (%)	58,5	48,9
Patrimônio líquido	2.629.960	2.153.757
Capital social	1.574.076	1.100.000
Valor do investimento	1.545.080	1.053.975
Lucro líquido do exercício	430.843	285.062

Foram consolidadas, além do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior, as seguintes principais empresas controladas indiretamente e as empresas controladas em conjunto.

- Unibanco Representação e Participações Ltda.
- Cartão Unibanco Ltda.
- Unibanco Seguros S.A.
- Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
- Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.
- Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A.
- Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxemburgo) S.A.
- Unibanco Companhia Hipotecária
- Interbanco S.A.
- Cardway Processamento Ltda.
- Unibanco Consultoria de Investimentos S/C Ltda.
- Stephen Rose & Partners Ltd.
- Bib Cash Management Ltda.
- BWU Vídeo S.A.
- BWU Representação e Participações Ltda.
- Megbens Administração de Bens Ltda.
- Unibanco Sistemas Ltda.



- Unibanco Empreendimentos Ltda.
- Uni-Securities Ltd.
- Uni-Holding International Limited
- Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda.
- Estrel Estudos Representações e Administração Ltda.
- Unibanco Companhia de Capitalização
- Unibanco Saúde Ltda.
- Unibanco Securities Inc.
- Uniseg S.A. - Participações
- Secta Administração de Bens S.A.
- Prever S.A. - Seguros e Previdência
- Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito
- Banco Fininvest S.A.
- Tecnologia Bancária S.A.
- Redecard S.A.
- Interchange Serviços S.A.

Os dividendos a receber/recebidos do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. totalizam R\$ 76.600 (1996 - R\$ 46.921).

(b) Sociedades coligadas

	Quantidade de ações ou cotas	Participação - %	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Equivalência patrimonial		Valor do investimento	
					1997	1996	1997	1996
Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (1) e (2)	11.035.634	30,000	19.549	20.432	6.192	(1.696)	11.218	5.026
Companhia Siderúrgica de Tubarão (3)	-	-	-	-	-	12.355	-	-
Interamericana Companhia de Seguros Gerais (4) e (5)	61.586.317	50,000	71.921	(1.378)	(730)	-	46.024	-
AIG Life Companhia de Seguros Gerais (4) e (5)	400.000	50,000	8.462	(321)	(161)	-	4.438	-
AIG Health Care Participações Ltda. (4) e (5)	4.200.000	50,000	4.225	99	46	-	2.113	-
Outras	-	-	-	-	(20.550)	6.096	47.246	21.348
					(15.203)	16.755	111.039	26.374

- (1) As diferenças entre o lucro líquido dessas empresas e a equivalência patrimonial reconhecida no resultado, são decorrentes de incentivos fiscais, atualizações de títulos patrimoniais e realização de reserva de reavaliação de bens, registrados diretamente no patrimônio líquido das empresas investidas.
- (2) Empresa adquirida em dezembro de 1996 sendo o investimento apresentado acrescido de ágio no montante de R\$ 442.
- (3) Durante o primeiro semestre de 1996 foi alienada a participação da Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST para a Companhia Aços Especiais Itabira - ACESITA, pelo valor de R\$ 264.290, resultando num lucro de R\$ 29.905.
- (4) Equivalência patrimonial apurada sobre as demonstrações financeiras de novembro de 1997.
- (5) Empresa adquirida em outubro de 1997 pela Unibanco Representação e Participações Ltda., sendo o investimento da Interamericana Companhia de Seguros Gerais e AIG Life Companhia de Seguros Gerais acrescido de ágio no montante de R\$ 10.064 e R\$ 207, respectivamente.

Em 15 de outubro de 1997, o Unibanco - União dos Bancos Brasileiros S.A. assinou com o American International Group, Inc. (AIG) acordo estabelecendo as bases de sua associação no ramo de seguros no Brasil. A transação será totalmente concluída até 30 de junho de 1998. Inicialmente, o AIG subscreveu ações ordinárias e preferenciais de emissão da Unibanco Seguros S.A. e ações preferenciais resgatáveis da Uniseg S.A. - Participações, empresa totalmente controlada pelo Unibanco e que passou a ser a controladora direta da Unibanco Seguros. Por outro lado, o Unibanco adquiriu 50% do capital total das empresas controladas pelo AIG no Brasil. O resultado positivo da transação para o Unibanco, no exercício de 1997, foi de R\$ 145.440, líquido da amortização de parte do ágio originado quando da aquisição da carteira de clientes da seguradora. O AIG poderá resgatar até 30 de junho de 1998 as ações da Uniseg S.A. - Participações, em dinheiro ou em ações representativas do capital da Unibanco Seguros.

Se o resgate for efetuado em ações, o AIG passará a participar diretamente com 50% do capital total da Unibanco Seguros. Neste caso, o efeito positivo no resultado do Unibanco, no próximo ano, será de aproximadamente R\$ 152 milhões.

Em dezembro de 1997 foi adquirido pela Unibanco Representação e Participações Ltda. uma participação adicional de 49,999% na Prever S.A. Seguros e Previdência, que passou à condição de controlada indireta, incluída integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

8. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	1997	1996
Imóveis de uso	749.359	713.624
Outras imobilizações de uso	602.985	558.489
	1.352.344	1.272.113
Depreciações acumuladas	(398.246)	(341.134)
	954.098	930.979

9. DEPÓSITOS

	Consolidado			
	1997		1996	
	Circulante	Exigível a longo prazo	Circulante	Exigível a longo prazo
Depósitos a vista	1.034.597	-	828.510	-
Depósitos de poupança	2.802.889	-	2.268.138	-
Depósitos interfinanceiros	17.994	2.617	32.975	12.101
Depósitos a prazo	1.733.414	857.246	3.254.861	1.170.182
	5.588.894	859.863	6.384.484	1.182.283

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Consolidado			
	1997		1996	
	Circulante	Exigível a longo prazo	Circulante	Exigível a longo prazo
Recursos de letras hipotecárias	248.771	-	191.864	-
Recursos de debêntures	71.752	1.425.876	278.051	363.756
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	792.718	1.001.278	1.852.239	339.875
	1.113.241	2.427.154	2.322.154	703.631

As letras hipotecárias são corrigidas monetariamente de acordo com o índice de correção dos depósitos de poupança, acrescido de juros médios de 10,93% ao ano, com vencimento até julho de 1998.

As debêntures de emissão da Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil são inconversíveis, com vencimentos até o ano de 2003 e são remuneradas a taxas pré-fixadas de 15% e 16% ao ano.

As obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior representam captações no exterior para repasses a clientes locais. A captação de recursos através de emissão de "Commercial Papers" têm vencimentos semestrais até 2005, com incidência de encargos financeiros pagos semestralmente à taxa média de 7,5% ao ano. Os recursos captados por meio de emissão de "Euronotes", no total de US\$ 1.026.826 mil (1996 - US\$ 1.868.627 mil), têm vencimentos entre janeiro de 1998 e agosto de 2005, com a incidência de juros entre 7,3% e 11,4% ao ano, pagos semestralmente.

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se substancialmente às linhas de curto prazo, para refinanciamento de operações de câmbio.

As obrigações por repasses no país têm vencimentos até 2012, com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema BNDES, acrescidos de correção pelo índice de Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e estão vinculadas a linhas de crédito do BNDES e FINAME.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado			
	1997		1996	
	Circulante	Exigível a longo prazo	Circulante	Exigível a longo prazo
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	18.891	-	11.848	-
Carteira de câmbio	616.388	1.169	1.055.416	-
Sociais e estatutárias	135.882	-	93.267	-
Fiscais e previdenciárias	371.325	445.373	283.520	428.404
Negociação e intermediação de valores	934.630	129.332	334.115	5.177
Obrigações por aquisição de bens e direitos	94.587	455.980	173.324	462.317
Provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência	1.059.677	-	627.621	-
Diversas	1.301.526	5.675	1.250.589	1.403
	4.532.906	1.037.529	3.829.700	897.301

A conta de carteira de câmbio inclui R\$ 353.110 (1996 R\$ 581.559) de câmbio vendido a liquidar. A contrapartida dessa conta foi registrada em “Outros Créditos-direitos sobre venda de câmbio”, e são apresentadas deduzidas dos adiantamentos contratados, que montam em R\$ 1.146.286 (1996 - R\$ 1.029.686).

Obrigações por aquisição de bens e direitos referem-se, principalmente, à obrigação assumida pela aquisição das carteiras de clientes quando da assunção das atividades operacionais do Nacional, no montante de R\$ 433.675 (1996 - 365.845).

Outras obrigações - diversas incluem basicamente provisões para despesas de pessoal, administrativas, e para os processos judiciais no valor de R\$ 281.029 (1996 R\$ 322.701) e pagamentos a serem efetuados a estabelecimentos credenciados no Cartão Unibanco, Credicard e Fininvest no montante de R\$ 702.909 (1996 - R\$ 531.020).

Outras obrigações na controlada referem-se, basicamente, a dividendos a pagar no montante de R\$ 50.265 (1996 - R\$ 24.877).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em 58.473.969.325 (1996 - 46.554.349.998) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 26.757.592.286 ordinárias, 3.843.541.338 preferenciais classe “A” e 27.872.835.701 (1996 - 15.953.216.374) preferenciais classe “B”.

Eventos 1997

Em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 18 de abril de 1997, foram aprovadas as seguintes propostas:

- a distribuição de resultado proposto no balanço de 31 de dezembro de 1996, no montante de R\$ 24.877;
- a inclusão no estatuto social de dispositivos regulando o procedimento permitindo a negociação pública, por um único instrumento (Certificados de Depósitos de Ações - “Units”), tanto no mercado interno quanto nos mercados internacionais, das ações de emissão da Unibanco Holdings S.A. e do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.;
- prever a emissão de ações dentro do limite do capital autorizado podendo ser feita apenas em ações ordinárias e ações preferenciais classe “B”;
- a autorização para que, em futuros aumentos de capital, a sociedade possa emitir ações preferenciais ou ordinárias, sem guardar proporção entre as espécies e classes de ações existentes, a critério do Conselho de Administração;
- prever a faculdade de a sociedade computar no cálculo do dividendo obrigatório a remuneração do capital próprio atribuída aos acionistas, até o limite da TJLP;
- alterar o valor da Reserva Especial de Dividendos, com o fim de adequá-lo ao montante efetivamente existente em 31 de dezembro de 1996.

Em Reunião do Conselho de Administração de 21 de maio de 1997, ratificada pela Reunião do Conselho de Administração de 9 de junho de 1997, foi autorizado o aumento do capital social da sociedade, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão pública de ações preferenciais classe “B” nominativas sem valor nominal, condicionada ao exercício da “Opção Green Shoe”.

Em Reunião do Conselho de Administração de 27 de maio de 1997, ratificada pela Reunião do Conselho de Administração de 9 de junho de 1997, foi fixada a quantidade de 2.343.848.500 ações preferenciais classe “B” a serem emitidas para a criação de Units adicionais.

Em Reunião do Conselho de Administração de 10 de junho de 1997, foi aprovada a homologação do aumento do capital social da sociedade de R\$ 758.360 para R\$ 795.299, mediante a emissão de 2.343.848.500 ações preferenciais classe “B” nominativas escriturais sem valor nominal pelo preço final de R\$ 36,1982925 por lote de mil ações, em função de variações cambiais decorrentes da colocação dessas ações no exterior. O valor do aumento do capital foi de R\$ 84.843, do qual: R\$ 36.939 foram destinados à formação do capital social e R\$ 47.904 à formação de Reserva de Capital. As novas ações passaram a fazer jus aos dividendos declarados a partir da data da subscrição.

Em reunião de 08 de julho de 1997 o Conselho de Administração autorizou aumentos do capital social da sociedade, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão pública de ações preferenciais classe “B”, nominativas e sem valor nominal, para subscrição e integralização, mediante conferência de ações preferenciais e ordinárias de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e a distribuição secundária mediante oferta pública de permuta de ações preferenciais de emissão do Unibanco - União de

Bancos Brasileiros S.A. e de titularidade da sociedade por ações ordinárias de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., objetivando-se, assim, o aumento de liquidez para as “UNITS” no mercado brasileiro e a possibilidade de todos os acionistas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A se beneficiarem dessa liquidez no Brasil e no exterior.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 01 de agosto de 1997, ratificada pela Assembléia Geral Extraordinária de 13 de agosto de 1997, foi estabelecida a prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R\$ 0,15 por lote de mil para as ações preferenciais classe “B”.

Em reunião de 15 de setembro de 1997, o Conselho de Administração aprovou a prorrogação do prazo para realização, pelos acionistas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., de reservas para conversão de suas ações preferenciais e/ou ordinárias em “Units” do dia 25/09/97 para o dia 31/10/97.

Em reunião do Conselho de Administração de 05 de novembro de 1997, ficou aprovado o aumento de capital social da sociedade, nos termos e condições autorizados na Reunião de 08 de julho de 1997 no valor de R\$ 150.914 mediante a emissão pública de 9.575.770.827 ações preferenciais classe “B” nominativas escriturais e sem valor nominal subscritas pelos acionistas titulares de ações preferenciais e ordinárias de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. pelo preço de R\$ 0,02588 por ação e a distribuição secundária mediante oferta pública de permuta de 1.340.374.279 ações preferenciais de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. por igual número de ações ordinárias de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Em reunião do Conselho de Administração de 06 de novembro de 1997, foi aprovada a homologação do aumento do capital social da sociedade de R\$ 795.299 para R\$ 946.213 mediante a subscrição e integralização de 9.575.770.827 ações preferenciais classe “B” nominativas escriturais e sem valor nominal subscritas por acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. que converteram suas ações em “Units”. O valor do aumento do capital foi de R\$ 247.821 do qual R\$ 150.914 foram destinados à formação do capital social e R\$ 96.907 à formação de reserva de capital.

(b) Dividendos

Os dividendos do exercício de 1997, atingiram o montante de R\$ 75.955, sendo R\$ 1,4013 por lote de mil ações ordinárias, R\$ 1,5415 por lote de mil ações preferenciais classe “A” e , R\$ 1,4013 por lote de mil ações preferenciais classe “B”. Para os Certificados de Depósito de Ações (“Units”) cada um representativo, de uma ação preferencial de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e uma ação preferencial classe “B” de emissão da Unibanco Holdings S.A., os dividendos relativos ao 2º semestre de 1997 foram de R\$ 1,7934 por lote de mil Units negociadas no Brasil, correspondentes à soma dos valores pagos às ações por eles representados. Na Bolsa de Valores de Nova Iorque, cada “Global Depository Shares” (GDS) equivale a 500 Units.

(c) Reservas de capital

São representadas substancialmente por reservas de ágio na subscrição de ações.

(d) Lucro por ação

O lucro líquido por lote de mil ações apresentado na demonstração do resultado, relativo ao exercício de 1997, foi apurado considerando proporcionalmente os aumentos de capital efetuados em 10 de junho de 1997 e 06 de novembro de 1997.

Eventos 1996

Em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 30 de abril de 1996, foi aprovado o desdobramento das 25.469.767.215 ações representativas do capital social elevando-se em 100% a quantidade ações. Em conseqüência, o capital passou a ser dividido em 50.939.534.430 ações representativas do capital social. As novas ações foram atribuídas aos acionistas na proporção de uma ação nova para cada uma possuída, da mesma espécie e classe de que eram titulares em 30 de abril de 1996, e as novas ações passaram a fazer jus aos dividendos integrais distribuídos a partir desta data.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 1996, foram aprovadas as seguintes deliberações:

- A entrega ao acionista The Dai-Ichi Kangyo Bank Ltd., a título de devolução de sua participação no capital social da sociedade, pelo respectivo valor contábil, de 4.385.184.432 ações preferenciais de emissão do Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A., recebendo, em contrapartida, as 4.385.184.432 ações preferenciais classe “A” de emissão da Unibanco Holdings S.A.

- O cancelamento, sem redução do capital, de 4.385.184.432 ações preferenciais, classe "A", sem valor nominal, de emissão da sociedade, mantidas em tesouraria, recebidas pela sociedade com aprovação da Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do Ofício/CVM/GEO nº 143/96, de 20 de dezembro de 1996.

14. COMPROMISSOS E GARANTIAS

	Consolidado	
	1997	1996
Coobrigação e riscos por garantias prestadas	2.593.975	1.539.706
Contratos de administração de carteiras (substancialmente fundos mútuos de investimentos)	9.016.022	8.459.456
Compromissos por arrendamento mercantil	188.525	237.461

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e dos seus clientes, bem como para reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao mercado, estão assim apresentados:

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos		
Operações de crédito	10.292.459	10.256.963
Passivos		
Depósitos a prazo	2.590.660	2.574.586
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.793.996	1.776.143
Derivativos (líquido)	668.422	696.969

O valor de mercado das operações de créditos e dos depósitos a prazo foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. no último dia de negociação do exercício.

O valor de mercado das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados na data das demonstrações financeiras.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado, principalmente, com base nas taxas médias praticadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia do exercício, conforme divulgações da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

O valor nominal dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação é resumido como segue:

	Consolidado			
	1997		1996	
	Global	Líquido	Global	Líquido
Contratos futuros				
Compromissos de compra				
Moedas	56.993	-	146.640	131.492
Taxas de juros	513.000	-	1.497.100	529.100
Índice	15.152	-	2.165	-
Compromisso de venda				
Moedas	232.217	175.224	15.148	-
Taxas de juros	2.016.000	1.503.000	968.000	-
Índice	65.608	50.456	6.495	4.330
Contratos de "Swaps"				
Posição ativa				
Moedas	5.433.781	-	3.665.874	118.537
Taxas de juros	20.865.165	92.682	36.197.034	-
Posição passiva				
Moedas	5.579.412	145.631	3.547.337	-
Taxas de juros	20.772.483	-	36.321.922	124.888
Contratos de opções				
Compromissos de compra				
Moedas	2.541.136	-	793.285	-
Compromissos de venda				
Moedas	9.142.698	6.601.562	2.840.154	2.046.869
Ações	-	-	16.600	16.600

Os valores a receber dos contratos de "swaps" em aberto montam a R\$ 300.231 (1996 - R\$ 24.322) e os valores a pagar montam a R\$ 353.180 (1996 - R\$ 30.673) e estão registrados em "Outros créditos" e "Outras obrigações", respectivamente, na conta "Negociação e intermediação de valores".



Os prêmios pagos por contratos de opções adquiridos montam a R\$ 30.968 (1996 - R\$ 41.233), e estão registrados em "Títulos e valores mobiliários" na conta "Contratos e prêmios a exercer" e os prêmios recebidos por contratos de opções lançadas montam a R\$ 646.441 (1996 - R\$ 241.560) e estão registrados em "Outras obrigações" na conta "Negociação e intermediação de valores".

Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação possuem os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	1997	1996
Contratos futuros		
Até 90 dias	2.759.470	1.145.448
De 91 até 180 dias	72.500	1.480.100
De 181 até 360 dias	67.000	10.000
Contratos de "swaps"		
Até 90 dias	11.059.676	22.056.264
De 91 até 180 dias	6.087.980	14.899.007
De 181 até 360 dias	8.391.687	3.146.437
Acima de 360 dias	755.522	113.440
Contratos de opções		
Até 90 dias	1.725.438	2.647.828
De 91 até 180 dias	3.329.344	564.617
De 181 até 360 dias	4.929.720	371.421
Acima de 360 dias	1.699.332	66.173

Esses instrumentos financeiros geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos, ou ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os contratos de opções proporcionam ao comprador o direito, mas não a obrigação, para comprar ou vender um instrumento financeiro com um preço específico de exercício em data futura.

Riscos de mercado

O valor global dos contratos não representa o montante sujeito a riscos de mercado e não reflete o quanto das posições estão relacionadas às outras transações. Os instrumentos financeiros são normalmente utilizados para reduzir ou eliminar possíveis variações que aumentam a exposição do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. às perdas por riscos de mercado. Os riscos de mercado surgem de mudanças não favoráveis em taxas de juros, em posições em moeda estrangeira, ou no valor de mercado dos títulos, e que podem causar saídas de caixa por valor superior ao esperado e diferente do reconhecido nas demonstrações financeiras. O Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. minimiza sua exposição aos riscos de mercado através de várias políticas de controle, incluindo limites, procedimentos de monitoração e estratégias de proteção ("hedging"). O Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. administra sua exposição sobre uma base individual de produtos, porém de uma forma integrada, relacionando as diversas posições aos diversos produtos.

Riscos de crédito

O risco de crédito está diretamente relacionado à performance da contraparte no contrato e o valor global dos contratos não representa a efetiva exposição do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. ao risco de crédito. A exposição do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. ao risco de crédito em qualquer tempo do contrato é representada pelo custo de reposição de todos os contratos para os quais o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. tenha reconhecido ganhos não realizados.

O Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. minimiza sua exposição para riscos de crédito, determinando limites de créditos para a contraparte e através do uso de várias técnicas de monitoração de crédito, incluindo políticas colaterais e de posições e limites de exposição de crédito que são apurados conforme as condições financeiras de contraparte. A maioria das transações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. com instrumentos financeiros derivativos e conseqüentemente, a concentração da exposição de risco, são com outras instituições financeiras do mercado brasileiro.

Risco operacional

Diariamente, a alta administração do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., recebe informações das posições em aberto e dos descasamentos. A tesouraria trabalha com limites de exposição muito rígidos, definidos pela alta administração. A revisão dos limites ocorre mensalmente ou sempre que julgado necessário, face a alterações de cenário. Além disso, no início do dia, o comitê de caixa analisa os riscos das posições e potenciais ganhos e perdas. No processamento das operações, os sistemas prevêm planos de contingência e quase a totalidade das transações estão registradas na BM&F ou na CETIP.



16. CERTIFICADOS DE DEPÓSITO DE AÇÕES ("UNITS")

Em maio de 1997, o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e a Unibanco Holdings S.A. viabilizaram a venda de suas ações pertencentes ao Banco Nacional S.A., em Liquidação Extrajudicial, por meio de distribuição secundária no mercado de balcão no Brasil, simultaneamente com ofertas no exterior no total de 15.861.634.025 Certificados de Depósito de Ações ("Units"), representativos, cada um, de uma ação preferencial de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e uma ação preferencial classe "B" de emissão da Unibanco Holdings.

A quantidade de Units ofertada foi aumentada em função da demanda verificada, mediante o acréscimo de 2.343.848.500 Units, em decorrência do exercício de opção de sobredemanda "Green Shoe" pelos Coordenadores Globais.

As Units foram oferecidas por meio de: (i) uma oferta pública no Brasil, registrada na Comissão de Valores Mobiliários, (ii) uma oferta de Global Depositary Shares ("GDSs"), representativos das Units (cada GDS representando 500 Units) nos Estados Unidos e Canadá registrada junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América ("SEC") e (iii) uma oferta de GDS fora do Brasil, dos Estados Unidos e do Canadá (a "Oferta Internacional").

Em 31 de outubro de 1997, foi concluído o período de reserva para conversão de ações preferenciais e ordinárias do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. em Units, completando-se assim o ciclo iniciado com a Oferta Global Secundária. Como resultado, foram convertidas 16.470.793.096 ações preferenciais e 2.680.748.558 ações ordinárias, representando 9.575.770.827 Units distribuídas em 6 de novembro de 1997.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Os bens arrendados a terceiros, no montante de R\$ 856.426 (1996 - R\$ 687.440), líquido de depreciação, estão compromissados para venda aos arrendatários, à opção destes, no término dos correspondentes contratos de arrendamento por R\$ 253.205 (1996 - R\$ 264.218).

(b) É política do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e de suas controladas manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 1997, a cobertura de seguros sobre imóveis e outros bens de uso montava a R\$ 604.277 (1996 - R\$ 660.312).

(c) Os bens arrendados de terceiros são amortizáveis até 2002. As despesas incorridas com arrendamento montaram a R\$ 98.221 (1996 - R\$ 124.437). Os referidos bens arrendados ao valor original e depreciados, montam a R\$ 192.549 (1996 - R\$ 251.501).

(d) Outras receitas/outras despesas operacionais

No exercício de 1997 o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. constituiu provisão para processos judiciais, envolvendo contingências relacionadas a ações movidas contra a empresa, principalmente reclamações trabalhistas, no montante de R\$ 137.626, que figuram na demonstração do resultado em "Outras despesas operacionais" e baseado no parecer de seus consultores jurídicos, na tendência contínua de julgamentos favoráveis aos contribuintes que apelaram judicialmente e na obtenção de pareceres favoráveis em níveis administrativos da receita federal ou ainda julgamento favoráveis em ações próprias, reverteu provisões para contingências tributárias constituídas em exercícios anteriores no montante de R\$ 78.983 contabilizada em "Outras receitas operacionais".

Em "Outras despesas operacionais" também incluem despesas com atividades relacionadas a seguros no montante de R\$ 52.083 (1996 - R\$ 21.018) e com cartões de crédito no montante de R\$ 124.335.

Em 1996 "Outras despesas operacionais" incluem R\$ 181.692 de despesas relacionadas ao programa de reestruturação, decorrente da assunção das atividades operacionais do Nacional.

18. EVENTO SUBSEQÜENTE

Em reunião de 22 de janeiro de 1998 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediário, a título de antecipação do dividendo obrigatório do exercício de 1997, no valor total de R\$ 50.265, na proporção de R\$ 0,8540 por lote de mil ações ordinárias, R\$ 0,9394 por lote de mil ações preferenciais classe "A", R\$ 0,8540 por lote de mil ações preferenciais classe "B" e R\$ 1,7934 por lote de mil "Units". O pagamento desses dividendos foi efetuado a partir de 30 de janeiro de 1998.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

5 de fevereiro de 1999

Aos Administradores e Acionistas

Unibanco Holdings S.A.

1. Examinamos as demonstrações financeiras da Unibanco Holdings S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 1998 e de 1997, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das empresas, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das empresas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unibanco Holdings S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 1998 e de 1997, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da Unibanco Holdings S.A. e o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidados dos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Baldin
Sócio
Contador CRC 1SP110374/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1998

SENHORES ACIONISTAS,

Através de seu Conselho de Administração e Diretoria Executiva, a Unibanco Holdings S.A., submete à apreciação de V. Sas. seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras consolidadas, assim como o parecer dos auditores independentes, referente ao exercício encerrado em 1998.

Tendo em vista que 100% do patrimônio da Unibanco Holdings S.A. está investido no Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., seu desempenho e resultados operacionais refletem essa participação. As informações relativas ao desempenho do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. em 1998 estão descritas em seu Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O lucro líquido da Unibanco Holdings S.A. relativo ao exercício de 1998 foi de R\$ 268 milhões, correspondendo a um lucro de R\$ 4,58 por lote de mil ações, o que representou um incremento de 6,0% sobre o lucro por lote de mil ações do exercício de 1997. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 16,4%. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 1998 atingiu R\$ 1.711 milhões e o valor patrimonial por lote de mil ações foi de R\$ 29,27.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Os dividendos do primeiro semestre de 1998 atingiram o montante de R\$ 46,7 milhões, sendo R\$ 0,7940 por lote de mil ações ordinárias, R\$ 0,8734 por lote de mil ações preferenciais classe "A" e R\$ 0,7940 por lote de mil ações preferenciais classe "B" e R\$ 1,6606 por lote de mil Units.

No segundo semestre de 1998, foram propostos juros sobre capital próprio que corresponderam a um montante total de R\$ 55,0 milhões, sendo R\$ 0,9344 por lote de mil ações ordinárias, R\$ 1,0278 por lote de mil ações preferenciais classe "A", R\$ 0,9344 por lote de mil ações preferenciais classe "B" e R\$ 1,9510 por lote de mil Units. Deste valor, foi deduzido o Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15%, resultando no valor líquido de R\$ 0,7942 por lote de mil ações ordinárias, R\$ 0,8736 por lote de mil ações preferenciais classe "A", R\$ 0,7942 por lote de mil ações preferenciais classe "B" e R\$ 1,6583 por lote de mil Units. O valor dos juros pagos será imputado ao valor dos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 1998.

PROJETO BUG DO MILÊNIO

A Unibanco Holdings S.A. e o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. deram início em 1997 ao projeto que visa adequar seus equipamentos, sistemas e produtos eletrônicos para o correto processamento de datas posteriores ao ano 2000. O projeto, com orçamento de US\$ 36 milhões para o banco e R\$ 16,3 milhões para suas subsidiárias, foi implementado, restando somente testes finais de contingência, com orçamento total de R\$ 6,9 milhões para 1999. Todas as adequações necessárias foram implantadas e validadas, sendo que, em dezembro de 1998, o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. entregou declaração de conformidade ao Banco Central do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos alcançados ao longo do exercício de 1998 se devem principalmente à confiança que nossos acionistas depositaram em nossa gestão, aos quais prestamos sinceros agradecimentos.

São Paulo, fevereiro de 1999.

A Diretoria Executiva

O Conselho de Administração



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
CIRCULANTE				
Disponibilidades	1	1	913.851	381.303
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	5.589.876	5.762.827
Títulos e valores mobiliários	-	-	3.534.310	3.481.208
Relações interfinanceiras	-	-	906.469	1.354.927
Relações interdependências	-	-	43.601	112.827
Operações de crédito	-	-	9.014.628	8.229.227
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(541.729)	(507.829)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	550.147	403.205
Outros créditos	55.034	50.857	3.853.892	2.995.395
Outros valores e bens	-	-	263.408	259.017
	55.035	50.858	24.128.453	22.472.107
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	40.781	108.868
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.910.435	1.213.648
Relações interfinanceiras	-	-	28.571	121.560
Operações de crédito	-	-	2.906.513	2.063.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(214.016)	(186.036)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	377.512	235.585
Outros créditos	-	-	920.645	438.749
Outros valores e bens	-	-	10.997	11.072
	-	-	5.981.438	4.006.678
PERMANENTE				
Investimento				
Controlada e coligadas	1.711.404	1.545.080	106.283	111.039
Outros	-	-	147.216	136.152
Provisão para perdas	-	-	(17.348)	(4.315)
Imobilizado	-	-	944.348	954.098
Diferido	-	-	438.945	469.091
	1.711.404	1.545.080	1.619.444	1.666.065
TOTAL DO ATIVO	1.766.439	1.595.938	31.729.335	28.144.850



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
CIRCULANTE				
Depósitos	-	-	7.314.881	5.588.894
Captações no mercado aberto	-	-	2.789.608	3.347.008
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	1.672.733	1.113.241
Relações interfinanceiras	-	-	460.398	271.527
Relações interdependências	-	-	226.175	128.763
Obrigações por empréstimos no país	-	-	298.908	379.744
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	3.378.130	3.869.754
Obrigações por repasses do país	-	-	932.060	515.765
Outras obrigações	55.028	50.899	5.251.973	4.532.906
	55.028	50.899	22.324.866	19.747.602
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos	-	-	226.634	859.863
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	2.829.021	2.427.154
Obrigações por empréstimos no país	-	-	10.609	13.616
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	425.386	250.045
Obrigações por repasses do país	-	-	837.312	704.637
Outras obrigações	-	-	1.614.698	1.037.529
	-	-	5.943.660	5.292.844
Resultados de Exercícios Futuros	-	-	25.661	19.588
Patrimônio líquido dos acionistas minoritários	-	-	1.723.737	1.539.777
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social				
De domiciliados no país	426.364	458.913	426.364	458.913
De domiciliados no exterior	519.849	487.300	519.849	487.300
Reserva de capital	184.200	184.200	184.200	184.200
Reserva de reavaliação em controlada	471	-	471	-
Reservas de lucros	580.527	414.626	580.527	414.626
	1.711.411	1.545.039	1.711.411	1.545.039
Patrimônio líquido administrado pela controladora	-	-	3.435.148	3.084.816
TOTAL DO PASSIVO	1.766.439	1.595.938	31.729.335	28.144.850

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de crédito	-	-	3.928.190	3.892.646
Operações de arrendamento mercantil	-	-	310.165	221.174
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	-	2.058.240	1.289.388
Aplicações compulsórias	-	-	224.878	189.187
Resultado de câmbio	-	-	38.060	34.068
	-	-	6.559.533	5.626.463
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Captações no mercado	-	-	(2.276.217)	(1.900.388)
Empréstimos e repasses	-	-	(731.943)	(603.080)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.166.366)	(899.247)
	-	-	(4.174.526)	(3.402.715)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-	-	2.385.007	2.223.748
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Receita de prestação de serviços	-	-	1.367.739	1.244.071
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada	-	-	1.383.116	1.163.934
Despesas com benefícios de planos de previdência privada	-	-	(274.377)	(140.646)
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	-	-	(470.919)	(367.902)
Sinistros	-	-	(459.630)	(439.543)
Despesas de comercialização de seguros, previdência privada e outras de seguros	-	-	(138.962)	(117.337)
Despesas de comercialização de cartão de crédito	-	-	(110.092)	(139.920)
Despesas de pessoal	(41)	(37)	(1.143.151)	(1.147.123)
Outras despesas administrativas	(90)	(401)	(1.628.127)	(1.485.208)
Despesas tributárias	(33)	(339)	(312.088)	(265.497)
Resultado de participações em controlada e coligadas	264.228	222.129	(213)	(15.203)
Outras receitas operacionais	111	1	120.057	197.312
Outras despesas operacionais	(14)	(215)	(100.752)	(201.558)
	264.161	221.138	(1.767.399)	(1.714.620)
RESULTADO OPERACIONAL	264.161	221.138	617.608	509.128
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	3.648	(372)	109.526	109.729
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	267.809	220.766	727.134	618.857
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(99.282)	(124.623)
Participações no lucro	-	-	(94.027)	(93.261)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	267.809	220.766	533.825	400.973
Participação dos acionistas minoritários	-	-	(266.016)	(180.207)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	267.809	220.766	267.809	220.766
Lucro líquido administrado pela controladora	-	-	533.825	400.973
Número de ações	58.473.969,325	-	-	-
58.473.969,325	-	-	-	-
Lucro líquido ajustado por lote de mil ações - R\$	4,58	4,38	-	-
Valor patrimonial por lote de mil ações - R\$	29,27	26,42	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Reserva de Reavaliação em controlada	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos			
Em 31 de dezembro de 1996	758.360	39.389	-	12.883	206.743	36.603	-	1.053.978	
Aumento de capital (Nota 13)	187.853	144.811	-	-	-	-	-	332.664	
Ajuste no patrimônio da controlada	-	-	-	-	-	-	13.586	13.586	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	220.766	220.766	
Apropriação do lucro líquido	-	-	-	11.039	173.048	-	(184.087)	-	
Dividendos propostos/pagos (Nota 13)	-	-	-	-	(25.690)	-	(50.265)	(75.955)	
Em 31 de dezembro de 1997	946.213	184.200	-	23.922	354.101	36.603	-	1.545.039	
Constituição de reserva de reavaliação em controlada	-	-	471	-	-	-	-	471	
Ajuste no patrimônio da controlada	-	-	-	-	-	-	(178)	(178)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	267.809	267.809	
Apropriação do lucro líquido	-	-	-	13.390	199.244	-	(212.634)	-	
Juros sobre capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	(54.997)	(54.997)	
Dividendos pagos (Nota 13)	-	-	-	-	(46.733)	-	-	(46.733)	
Em 31 de dezembro de 1998	946.213	184.200	471	37.312	506.612	36.603	-	1.711.411	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
ORIGENS DOS RECURSOS				
DAS OPERAÇÕES SOCIAIS				
Lucro líquido do exercício	267.809	220.766	267.809	220.766
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Resultado de participações em controlada e coligadas	(264.228)	(222.129)	213	15.203
Perda (ganho) de capital	(3.648)	372	-	-
Amortização de ágio/deságio	(100)	-	-	-
Depreciações e amortizações	-	-	216.714	253.018
Provisão para perdas em investimentos	-	-	3.210	415
Valor residual de ativo permanente baixado				
Investimento	178	-	7.196	1.707
Imobilizado	-	-	77.501	133.204
	11	(991)	572.643	624.313
DOS ACIONISTAS				
Aumento de capital e reserva	-	187.853	-	187.853
Aumento do exigível a longo prazo	-	-	650.816	1.659.787
Ágio na subscrição de ações	-	144.811	-	144.811
DE TERCEIROS				
Dividendos a receber/recebidos	46.912	76.600	-	-
Juros sobre capital próprio a receber	55.033	-	-	-
Reserva de reavaliação da controlada	471	-	471	-
Ajuste no patrimônio de controlada	(178)	13.586	(178)	13.586
Varição nos resultados de exercícios futuros	-	-	6.073	12.343
Varição das participações minoritárias	-	-	183.960	425.717
TOTAL DAS ORIGENS	102.249	421.859	1.413.785	3.068.410
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No ativo permanente				
Investimentos	471	345.948	3.894	97.739
Imobilizado	-	-	171.882	299.485
Diferido	-	-	82.437	74.641
	471	345.948	258.213	471.865
No realizável a longo prazo				
Dividendos propostos/distribuídos	46.733	75.955	46.733	75.955
Juros sobre capital próprio	54.997	-	54.997	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	102.201	421.903	2.334.703	2.604.086
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	48	(44)	(920.918)	464.324
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE				
ATIVO CIRCULANTE				
No fim do exercício	55.035	50.858	24.128.453	22.472.107
No início do exercício	50.858	24.903	22.472.107	22.721.018
	4.177	25.955	1.656.346	(248.911)
PASSIVO CIRCULANTE				
No fim do exercício	55.028	50.899	22.324.866	19.747.602
No início do exercício	50.899	24.900	19.747.602	20.460.837
	4.129	25.999	2.577.264	(713.235)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	48	(44)	(920.918)	464.324

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E DE 1997 (em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unibanco Holdings S.A. foi constituída em 20 de junho de 1994, com o objetivo de representação mercantil e a participação em outras sociedades.

As atividades operacionais consolidadas da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto, são destacadamente voltadas ao mercado financeiro, tendo em vista o controle do Conglomerado Financeiro Unibanco, que incluem, também, outras atividades desenvolvidas por empresas componentes do conglomerado, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização, previdência privada e administração de bens patrimoniais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Unibanco Holdings S.A. estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas e foram elaboradas de acordo com a legislação societária.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Unibanco Holdings S.A. e das empresas controladas (Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior, das empresas controladas direta ou indiretamente, e das sociedades controladas em conjunto, conforme apresentado na Nota 7). As demonstrações financeiras das empresas controladas Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada em atendimento à Instrução nº 247/96 da Comissão de Valores Mobiliários. As sociedades abrangidas na consolidação e as respectivas participações são o Banco Fininvest S.A. - 49,823%, a Interchange Serviços S.A. - 25,0%, a Tecnologia Bancária S.A. - 19,051%, a Redecard S.A. - 32,016% e a Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito - 33,333%, sendo que para esta última, na consolidação das contas de resultado, foi utilizado o percentual diferenciado, apurado de acordo com o desempenho de cada acionista, por força de acordos operacionais.

Os principais saldos que serviram de base para consolidação das sociedades controladas em conjunto, estão resumidos da seguinte forma:

Ativo	1998	1997	Passivo	1998	1997
Disponibilidades	12.019	16.318	Depósitos	246.597	292.615
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.122	61.141	Recursos de aceites e		
Títulos e valores mobiliários	61.839	9.172	emissão de títulos	63.812	124.943
Relações interfinanceiras	506	38.245	Obrigações por empréstimos	300.815	377.938
Operações de crédito	1.094.003	1.125.727	Outras obrigações	806.924	649.979
Outros créditos	268.807	248.262	Resultado de Ex.Futuros	5.601	
Outros valores e bens	3.003	2.536	Patrimônio líquido (eliminado)	128.537	133.526
Permanente	89.987	77.600			
Total	1.552.286	1.579.001	Total	1.552.286	1.579.001

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

	1998	1997
Receitas da intermediação financeira	642.884	708.547
Despesas da intermediação financeira	(436.263)	(387.922)
Despesas com pessoal	(147.190)	(125.022)
Despesas administrativas	(270.427)	(176.245)
Outras receitas/despesas operacionais	221.978	123.833
Resultado não operacional	243	4.555
Imposto de renda e contribuição social	(12.428)	(41.734)
Participação no lucro	(4.013)	(7.008)
Lucro líquido (prejuízo)	(5.216)	99.004



4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pela Unibanco Holdings S.A. e por suas empresas controladas emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;
- os efeitos da atualização “pro rata temporis” dos direitos e obrigações com cláusula de variação monetária;
- os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização;
- os encargos relativos ao PIS à alíquota de 0,75%;
- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência privada e de capitalização contratados;
- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas, pelo método da equivalência patrimonial;
- as participações no lucro;
- a parcela atribuível ao Imposto de Renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicionais específicos incidentes sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos; e
- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 18% nas empresas financeiras e de 8% nas empresas não financeiras sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída por valor suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, realizada pela administração para concluir quanto à necessária provisão para créditos de liquidação duvidosa, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

(c) Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo e estão corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme demonstrado na Nota 7. Os outros investimentos estão representados principalmente por investimentos avaliados ao custo e títulos patrimoniais e são ajustados, quando aplicável, aos valores de mercado ou patrimoniais. O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis de uso - 4%, equipamentos de uso - 10%, sistemas de processamento de dados e sistemas de transportes - 20%. O diferido é representado, substancialmente, pelo custo na compra de carteira de clientes das empresas do Grupo Nacional, por benfeitorias em propriedades de terceiros e aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizado na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos.

(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(e) Resultados de exercícios futuros

Incluem os rendimentos não restituíveis, recebidos antecipadamente.

5. CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Durante o exercício, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.166.366 (1997 - R\$ 899.247). Adicionalmente, os créditos baixados contra a provisão montaram a R\$ 1.127.368 (1997 - R\$ 785.106). Nesse mesmo período foram recuperados R\$ 460.647 (1997 - R\$ 293.891). Essas recuperações foram registradas em “Receitas de operações de crédito”.

O saldo da conta “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, no ativo circulante, inclui R\$ 242.600 (1997 - 263.345) referentes à carteira das empresas administradoras de cartões de crédito.



6. OUTROS CRÉDITOS

	1998		Consolidado 1997	
	Circulante	Realizável a longo prazo	Circulante	Realizável a Longo prazo
	Créditos por avais e fianças honrados	-	107	-
Carteira de câmbio	2.180.401	4.087	1.712.036	1.408
Rendas a receber	27.591	54	32.066	70
Negociação e intermediação de valores	208.383	2.257	322.316	5.671
Prêmio de seguros a receber	183.537	-	148.189	-
Diversos	1.310.500	914.327	858.746	431.600
Créditos de liquidação duvidosa	-	10.393	-	4.616
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(56.520)	(10.580)	(77.958)	(5.692)
	3.853.892	920.645	2.995.395	438.749

A conta de carteira de câmbio inclui R\$ 1.718.849 (1997 - R\$ 1.430.740) de câmbio comprado a liquidar. A contrapartida dessa conta foi registrada em "Outras obrigações - obrigações por compras de câmbio", e são apresentadas deduzidas dos adiantamentos contratados que montam em R\$ 239.697 (1997 - R\$ 105.682).

Outros créditos - diversos, incluem basicamente imposto de renda a compensar/recuperar e créditos tributários no montante de R\$ 1.435.291 (1997 - R\$ 734.382), depósitos judiciais no montante de R\$ 292.136 (1997 - R\$ 139.251) e títulos e créditos a receber no montante de R\$ 266.072 (1997 - R\$ 183.145). Os créditos tributários foram calculados sobre as diferenças intertemporais, basicamente representadas pela parcela indedutível da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Outros créditos na controladora referem-se, basicamente, a juros sobre capital próprio a receber no montante de R\$ 46.779 (1997 - dividendos de R\$ 50.854).

7. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADA E COLIGADA

(a) Sociedade controlada

	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	
	1998	1997
Informações sobre o investimento em 31 de dezembro		
Ações possuídas (sem valor nominal)		
Ordinárias	47.735.405.717	47.735.405.718
Preferenciais	10.738.563.607	10.738.563.607
Participação no capital ordinário (%)	96,0	95,6
Participação total (%)	58,8	58,5
Patrimônio líquido ajustado	2.910.502	2.639.800
Capital social	1.574.076	1.574.076
Valor do investimento	1.711.404	1.545.080
Lucro líquido do exercício	454.137	430.843

Em 30 de março de 1998, o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., através da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, cancelou 451.216.430 ações em tesouraria, gerando um aumento no percentual de participação da controladora para 58,801% e, conseqüentemente, um ganho de capital de R\$ 3.648.

Foram consolidadas, além do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior, as seguintes principais empresas controladas indiretamente e as empresas controladas em conjunto:

- Unibanco Representação e Participações Ltda.
- Cartão Unibanco Ltda.
- Unibanco Seguros S.A.
- Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
- Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.
- Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A.
- Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxemburgo) S.A.
- Unibanco Companhia Hipotecária
- Interbanco S.A.
- BWU Representação e Participações Ltda.
- Unibanco Empreendimentos Ltda.
- Uni-Securities Ltd.
- Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda.
- Estrel Administração e Corretagem de Seguros Ltda.



- Unibanco Companhia de Capitalização
- Unibanco Saúde Ltda.
- Unibanco Securities Inc.
- Uniseg S.A. - Participações
- Credicard S.A. - Administradora de Cartões de Crédito
- Banco Fininvest S.A.
- Tecnologia Bancária S.A.
- Redecard S.A.
- Interchange Serviços S.A.
- Banco Dibens S.A.
- UBB Capital Markets Limited
- Unibanco Financeira S.A. - Crédito, financiamento e investimento
- Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência (atual denominação da Prever S.A. Seguros e Previdência)

(b) Sociedades coligadas

	Quantidade de ações ou cotas	Participação - %	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Equivalência patrimonial		Valor do investimento	
					1998	1997	1998	1997
Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (1)	11.035.634	30,000	27.779	(9.615)	(2.884)	6.192	8.334	11.218
Interamericana Companhia de Seguros Gerais (1) e (2)	61.586.317	50,000	76.594	2.766	1.383	(730)	38.297	35.960
AIG Life Companhia de Seguros Gerais (1) e (2)	400.000	50,000	7.286	(1.176)	(588)	(161)	3.643	4.231
AIG Health Care Participações Ltda. (1) e (2)	4.200.000	50,000	3.327	(898)	(449)	46	1.663	2.113
Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S.A. (1)	3.726.600	12,341	67.338	51.122	6.309	-	8.310	-
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (1)	60.003	10,000	25.998	2.010	201	-	2.600	1.200
Ágio/deságio na aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	-	10.954	10.171
Outras	-	-	-	-	(4.185)	(20.550)	32.482	46.146
					(213)	(15.203)	106.283	111.039

(1) Equivalência patrimonial apurada sobre as demonstrações financeiras de novembro de 1998.

(2) Empresas adquiridas em outubro de 1997 pela Unibanco Representação e Participações Ltda.

Em dezembro de 1997 foi adquirida pela Unibanco Representação e Participações Ltda. uma participação adicional de 49,999% na Unibanco AIG S.A. - Seguros e Previdência (Unibanco AIG) (atual denominação da Prever S.A. Seguros e Previdência), que passou à condição de controlada indireta, incluída integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de julho de 1998 a Unibanco Representação e Participações Ltda. vendeu as ações representativas de 100% do capital social da Unibanco AIG S.A. Seguro e Previdência, por R\$ 31.820 à Unibanco Seguros S.A., que tem como principais acionistas a Unibanco Representação e Participações Ltda. (empresa controlada pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.) e o American International Group, Inc. (AIG).

Em 30 de março de 1998 o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. adquiriu 51% do capital votante do Banco Dibens S.A. (Dibens) pelo valor de R\$ 60.700, sujeito a acréscimo ou decréscimo com base no desempenho do Dibens nos exercícios sociais de 1998 a 2001. As participações societárias que o Dibens detinha no capital social da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e da Dibens S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram mantidas, passando essas empresas a controladas indiretas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Em 30 de junho de 1998 foi concluída a transação com o American International Group, Inc. (AIG), iniciada com a assinatura em 15 de outubro de 1997 do acordo estabelecendo as bases de associação no ramo de seguros no Brasil. No segundo semestre de 1997, o AIG subscreveu ações ordinárias e preferenciais de emissão da Unibanco Seguros S.A. e ações preferenciais resgatáveis da Uniseg S.A. - Participações, empresa totalmente controlada pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., e que passou a ser a controladora direta da Unibanco Seguros S.A. Por outro lado, o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. adquiriu 50% do capital total das empresas controladas pelo AIG no Brasil. O resultado positivo em 1997 da operação foi de R\$ 145.140, registrado em "Resultado não operacional". Em 30 de junho de 1998, o AIG exerceu a opção de resgate de ações preferenciais da Uniseg S.A. - Participações por participação direta na Unibanco Seguros S.A., gerando um resultado positivo de R\$ 149.835, registrado em "Resultado não operacional".



8. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	1998	1997
Imóveis de uso	713.244	749.359
Outras imobilizações de uso	684.557	602.985
	1.397.801	1.352.344
Depreciações acumuladas	(453.453)	(398.246)
	944.348	954.098

9. DEPÓSITOS

	Consolidado			
	1998		1997	
	Circulante	Exigível a longo prazo	Circulante	Exigível a longo prazo
Depósitos a vista	1.047.466	-	1.034.597	-
Depósitos de poupança	2.981.604	-	2.802.889	-
Depósitos interfinanceiros	40.184	1.054	17.994	2.617
Depósitos a prazo	3.245.627	225.580	1.733.414	857.246
	7.314.881	226.634	5.588.894	859.863

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Consolidado			
	1998		1997	
	Circulante	Exigível a longo prazo	Circulante	Exigível a longo prazo
Recursos de letras hipotecárias	195.426	-	248.771	-
Recursos de debêntures	410.263	1.431.178	71.752	1.425.876
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.067.044	1.397.843	792.718	1.001.278
	1.672.733	2.829.021	1.113.241	2.427.154

As letras hipotecárias são atualizadas monetariamente de acordo com o índice de correção dos depósitos de poupança, acrescido de juros médios de 13,8% ao ano, com vencimentos até junho de 1999.

As debêntures de emissão da Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e da Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil são inconversíveis, com vencimentos até o ano de 2003, com incidência de encargos financeiros à taxa média de 19,6% ao ano.

As obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior representam captações no exterior para repasses a clientes locais. Os recursos captados por meio de emissão de "Euronotes", no total de US\$ 1,575,241 mil (1997 - US\$ 1,026,826 mil), têm vencimentos entre janeiro de 1999 e setembro de 2004, com a incidência de juros entre 6,4% e 11,5% ao ano. A captação de recursos através de emissão de "Commercial Papers" tem vencimentos semestrais até 2005, com incidência de encargos financeiros à taxa média de 5,8% ao ano.

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se substancialmente às linhas de curto prazo, para refinanciamento de operações de câmbio, de importação e de exportação.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm vencimentos até 2012, com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema BNDES.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	1998		Consolidado	
	Circulante	Exigível a	Circulante	Exigível a
		longo prazo		longo prazo
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	18.676	-	18.891	-
Carteira de câmbio	1.322.479	-	616.388	1.169
Sociais e estatutárias	149.570	-	135.882	-
Fiscais e previdenciárias	356.193	808.407	371.325	445.373
Negociação e intermediação de valores	593.329	185.123	934.630	129.332
Obrigações por aquisição de bens e direitos	151.378	401.825	94.587	455.980
Provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	1.330.543	-	1.059.677	-
Diversas	1.329.805	219.343	1.301.526	5.675
	5.251.973	1.614.698	4.532.906	1.037.529

A conta de carteira de câmbio inclui R\$ 687.279 (1997 - R\$ 353.110) de câmbio vendido a liquidar. A contrapartida dessa conta foi registrada em "Outros créditos - direitos sobre vendas de câmbio", e são apresentadas deduzidas dos adiantamentos contratados que montam a R\$ 1.049.454 (1997 - R\$ 1.146.286).

Obrigações por aquisição de bens e direitos, referem-se, principalmente à obrigação assumida pela aquisição das carteiras de clientes quando da assunção das atividades operacionais do grupo Nacional, no montante de R\$ 405.195 (1997 - R\$ 433.675).

Outras obrigações - diversas, incluem basicamente provisões para despesas de pessoal e administrativas no valor de R\$ 150.922 (1997 - R\$ 177.592), e provisões para processos trabalhistas e judiciais no valor de R\$ 190.854 (1997 - R\$ 103.437) e pagamentos a serem efetuados a estabelecimentos credenciados do Cartão Unibanco, Credicard e Fininvest no montante de R\$ 869.931 (1997 - R\$ 702.909).

Outras obrigações na controladora referem-se, basicamente, a juros sobre capital próprio a pagar no montante de R\$ 46.801 (1997 - dividendos de R\$ 50.265).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em 58.473.969.325 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 26.757.592.286 ordinárias, 3.843.541.338 preferenciais classe "A" e 27.872.835.701 preferenciais classe "B".

Eventos - 1997

Em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 18 de abril de 1997, foram aprovadas as seguintes propostas:

- a distribuição de resultado proposto no balanço de 31 de dezembro de 1996, no montante de R\$ 24.877;
- a inclusão no estatuto social de dispositivos regulando o procedimento permitindo a negociação pública, por um único instrumento (Certificados de Depósitos de Ações - "Units"), tanto no mercado interno quanto nos mercados internacionais, das ações de emissão da Unibanco Holdings S.A. e do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.;
- prever a emissão de ações dentro do limite do capital autorizado, podendo ser feita apenas em ações ordinárias e ações preferenciais classe "B";
- a autorização para que, em futuros aumentos de capital, a sociedade possa emitir ações preferenciais ou ordinárias, sem guardar proporção entre as espécies e classes de ações existentes, a critério do Conselho de Administração;
- prever a faculdade de a sociedade computar no cálculo do dividendo obrigatório a remuneração do capital próprio atribuída aos acionistas, até o limite da TJLP;
- alterar o valor da Reserva Especial de Dividendos, com o fim de adequá-lo ao montante efetivamente existente em 31 de dezembro de 1996.

Em Reunião do Conselho de Administração de 21 de maio de 1997, ratificada pela Reunião do Conselho de Administração de 9 de junho de 1997, foi autorizado o aumento do capital social da sociedade, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão pública de ações preferenciais classe "B" nominativas sem valor nominal, condicionada ao exercício da "Opção Green Shoe".



Em Reunião do Conselho de Administração de 27 de maio de 1997, ratificada pela Reunião do Conselho de Administração de 9 de junho de 1997, foi fixada a quantidade de 2.343.848.500 ações preferenciais classe “B” a serem emitidas para a criação de Units adicionais.

Em Reunião do Conselho de Administração de 10 de junho de 1997, foi aprovada a homologação do aumento do capital social da sociedade de R\$ 758.360 para R\$ 795.299, mediante a emissão de 2.343.848.500 ações preferenciais classe “B” nominativas escriturais sem valor nominal pelo preço final de R\$ 36,1982925 por lote de mil ações, em função de variações cambiais decorrentes da colocação dessas ações no exterior. O valor do aumento do capital foi de R\$ 84.843, do qual: R\$ 36.939 foram destinados à formação do capital social e R\$ 47.904 à formação de Reserva de Capital. As novas ações passaram a fazer jus aos dividendos declarados a partir da data da subscrição.

Em reunião de 8 de julho de 1997 o Conselho de Administração autorizou aumentos do capital social da sociedade, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão pública de ações preferenciais classe “B”, nominativas e sem valor nominal, para subscrição e integralização, mediante conferência de ações preferenciais e ordinárias de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e a distribuição secundária, mediante oferta pública de permuta de ações preferenciais de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e de titularidade da sociedade por ações ordinárias de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., objetivando-se, assim, o aumento de liquidez para as “Units” no mercado brasileiro e a possibilidade de que todos os acionistas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. se beneficiassem dessa liquidez no Brasil e no exterior.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 1º de agosto de 1997, ratificada pela Assembléia Geral Extraordinária de 13 de agosto de 1997, foi estabelecida a prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R\$ 0,15 por lote de mil para as ações preferenciais classe “B”.

Em reunião de 15 de setembro de 1997, o Conselho de Administração aprovou a prorrogação do prazo para realização, pelos acionistas do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., de reservas para conversão de suas ações preferenciais e/ou ordinárias em “Units” do dia 25 de setembro de 1997 para o dia 31 de outubro de 1997.

Em reunião do Conselho de Administração de 5 de novembro de 1997, ficou aprovado o aumento de capital social da sociedade, nos termos e condições autorizados na Reunião de 8 de julho de 1997 no valor de R\$ 150.914 mediante a emissão pública de 9.575.770.827 ações preferenciais classe “B” nominativas escriturais e sem valor nominal subscritas pelos acionistas titulares de ações preferenciais e ordinárias de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. pelo preço de R\$ 0,02588 por ação e a distribuição secundária mediante oferta pública de permuta de 1.340.374.279 ações preferenciais de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. por igual número de ações ordinárias de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Em reunião do Conselho de Administração de 6 de novembro de 1997, foi aprovada a homologação do aumento do capital social da sociedade de R\$ 795.299 para R\$ 946.213 mediante a subscrição e integralização de 9.575.770.827 ações preferenciais classe “B” nominativas escriturais e sem valor nominal subscritos por acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. que converteram suas ações em “Units”. O valor do aumento do capital foi de R\$ 247.821 do qual R\$ 150.914 foram destinados à formação do capital social e R\$ 96.907 à formação de reserva de capital.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos do primeiro semestre de 1998 atingiram o montante de R\$ 46.733, sendo R\$ 0,7940 por lote de mil ações ordinárias, R\$ 0,8734 por lote de mil ações preferenciais classe “A” e R\$ 0,7940 por lote de mil ações preferenciais classe “B” e R\$ 1,6606 por lote de mil Units.

No segundo semestre de 1998, foram propostos juros sobre capital próprio que corresponderam a um montante total de R\$ 54.997, sendo R\$ 0,9344 por lote de mil ações ordinárias, R\$ 1,0278 por lote de mil ações preferenciais classe “A”, R\$ 0,9344 por lote de mil ações preferenciais classe “B” e R\$ 1,9510 por lote de mil Units. Deste valor, foi deduzido o Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15%, resultando no valor líquido de R\$ 0,7942 por lote de mil ações ordinárias, R\$ 0,8736 por lote de mil ações preferenciais classe “A”, R\$ 0,7942 por lote de mil ações preferenciais classe “B” e R\$ 1,6583 por lote de mil Units. O valor dos juros pagos será imputado ao valor do dividendo obrigatório referente ao exercício de 1998.

(c) Reserva de capital

São representadas substancialmente por reservas de ágio na subscrição de ações.



(d) Lucro por ação

O lucro líquido por lote de mil ações apresentado na demonstração do resultado, relativo ao exercício de 1997, foi apurado considerando proporcionalmente os aumentos de capital efetuados em 10 de junho de 1997 e 6 de novembro de 1997.

14. COMPROMISSOS E GARANTIAS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Coobrigação e riscos por garantias prestadas	2.321.128	2.593.975
Contratos de administração de carteiras (substancialmente fundos mútuos de investimentos)	10.175.155	9.016.022
Compromissos por arrendamento mercantil	111.949	188.525

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e dos seus clientes, bem como para reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas através de técnicas específicas.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor de mercado, em 31 de dezembro de 1998 estão assim apresentados:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	5.444.745	5.444.888
Operações de crédito	11.165.396	11.205.146
Passivos		
Depósitos a prazo	3.471.207	3.505.739
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	2.464.887	2.493.390
Obrigações por aquisição de bens e direitos	553.203	498.316
Derivativos (líquido)	447.565	473.759

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base nas taxas médias praticadas no último dia do exercício, conforme divulgação de associações de classe e agências externas.

O valor de mercado das operações de créditos e dos depósitos a prazo foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. no último dia de negociação do exercício para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados no último dia de negociação do exercício para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por aquisição de bens e direitos foi apurado considerando o valor que se poderia obter na sua negociação com o mercado.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado, principalmente, com base nas taxas médias praticadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia do exercício, conforme divulgações da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

Os ativos diretamente vinculados a instrumentos financeiros de proteção estão apresentados no quadro anterior considerando os efeitos líquidos de sua avaliação em conjunto.

O valor referencial dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação é resumido como segue:

	1998		Consolidado	
	Referencial	Líquido	Referencial	Líquido
Contratos futuros				
Compromissos de compra				
Moedas	980.535	679.668	56.993	-
Taxas de juros	1.089.000	173.500	513.000	-
Índice	-	-	15.152	-
Compromissos de venda				
Moedas	300.867	-	232.217	175.224
Taxas de juros	915.500	-	2.016.000	1.503.000
Índice	-	-	65.608	50.456
Contratos de “swaps”				
Posição ativa				
Moedas	688.487	-	5.433.781	-
Taxas de juros	17.422.263	1.343.540	20.865.165	92.682
Posição passiva				
Moedas	2.019.387	1.330.900	5.579.412	145.631
Taxas de juros	16.078.723	-	20.772.483	-
Contratos de opções				
Compromissos de compra				
Moedas	-	-	47.500	-
Taxas de juros	941.824	-	2.493.636	-
Ações	2.011.976	11.931	-	-
Compromissos de venda				
Moedas	-	-	255.750	208.250
Taxas de juros	5.113.902	4.172.078	8.886.948	6.393.312
Ações	2.000.045	-	-	-

As operações acima não representam a exposição global do Unibanco-União de Bancos Brasileiros S.A. aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros por contemplarem apenas os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação. Quando considerados os demais ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. detinha posição líquida global ativada em moeda estrangeira.

Os valores a receber dos contratos de “swaps” em aberto montam a R\$ 199.560 (1997 - R\$ 300.231) e os valores a pagar montam a R\$ 186.920 (1997 - R\$ 353.180) e estão registrados em “Outros créditos” e “Outras obrigações”, respectivamente, na conta “Negociação e intermediação de valores”.

Os prêmios pagos por contratos de opções adquiridos montam a R\$ 69.042 (1997 - R\$ 30.968), e estão registrados em “Títulos e valores mobiliários” na conta “Contratos e prêmios a exercer” e os prêmios recebidos por contratos de opções lançadas montam a R\$ 529.247 (1997 - R\$ 646.441) e estão registrados em “Outras obrigações” na conta “Negociação e intermediação de valores”.

Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação possuem os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	1998	1997
Contratos futuros		
Até 90 dias	2.530.902	2.759.470
De 91 até 180 dias	432.000	72.500
De 181 até 360 dias	323.000	67.000
Contratos de “swaps”		
Até 90 dias	12.328.534	11.059.676
De 91 até 180 dias	3.226.164	6.087.980
De 181 até 360 dias	2.252.147	8.391.687
Acima de 360 dias	333.539	755.522
Contratos de opções		
Até 90 dias	3.135.976	1.725.438
De 91 até 180 dias	5.728.832	3.329.344
De 181 até 360 dias	-	4.929.720
Acima de 360 dias	1.202.939	1.699.332

Os contratos de taxa de juros e de moedas no mercado de futuros representam compromissos futuros de comprar ou vender instrumentos financeiros nos termos e datas especificados. Os valores nominais representam o valor de face do correspondente instrumento na data da liquidação da operação. O risco de crédito associado aos contratos de futuros são minimizados devido a liquidações diárias das diferenças de posições e por garantias de depósitos em conta margem. Contratos futuros estão sujeitos ao risco de variações não esperadas nas taxas de juros ou no valor dos correspondentes instrumentos financeiros.

Os contratos de “swap” de taxa de juros e de moeda representam compromissos futuros de trocar moedas ou indexadores nos termos e datas especificados nos contratos. O valor referencial dos instrumentos financeiros representa a base para a determinação dos diferenciais a receber ou a pagar. Os riscos associados aos contratos de “swap” referem-se à impossibilidade da contraparte em cumprir as condições contratuais e o risco associado às mudanças nas condições de mercado relacionados a variações nas taxas de juros ou de câmbio.

Contratos de opções são aqueles que (i) transferem, modificam ou reduzem o risco da taxa de juros ou (ii) permitem que o Banco compre ou venda um instrumento financeiro mediante o pagamento ou recebimento de um prêmio no início do contrato. Como um comprador de opções, o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. paga um prêmio e, como vendedor das opções, recebe um prêmio em troca de assumir um risco de variações nas taxas de juros futuras ou nos preços de mercado dos instrumentos financeiros. O risco de crédito e de mercado estão limitados aos prêmios pagos nas opções compradas e o risco associado às mudanças nas condições de mercado pode ter influência nas opções vendidas.

Os compromissos de venda de opções - taxa de juros são representados substancialmente por operações estruturadas no mercado de opções flexíveis, sendo a despesa apropriada “pro rata temporis” durante a vigência dos contratos.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Os bens arrendados a terceiros, no montante de R\$ 1.871.183 (1997 - R\$ 856.426), líquido de depreciação, estão compromissados para venda aos arrendatários, à opção destes, no término dos correspondentes contratos de arrendamento por R\$ 937.067 (1997 - R\$ 253.205).

(b) É política do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e de suas controladas manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 1998, a cobertura de seguros sobre imóveis e outros bens de uso montava a R\$ 628.717 (1997 - R\$ 604.277).

(c) Os bens arrendados de terceiros são amortizáveis até 2002. As despesas incorridas com arrendamento montaram a R\$ 96.668 (1997 - R\$ 98.221). Os referidos bens arrendados ao valor original e depreciados, montam a R\$ 121.493 (1997 - R\$ 192.549).

(d) As informações relacionadas à adequação dos sistemas eletrônicos visando o correto processamento das datas posteriores ao ano de 1999 estão divulgadas no Relatório da Administração.

17. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Após 15 de janeiro de 1999, quando o Banco Central do Brasil decidiu pela liberação do controle cambial, eliminando o sistema de bandas e não mais intervindo no mercado, a cotação das moedas estrangeiras em relação ao real passou a apresentar uma volatilidade significativa, ocorrendo um aumento expressivo na cotação do dólar norte-americano, com variações acumuladas superiores a 50% até 5 de fevereiro de 1999 em relação a 31 de dezembro de 1998. Até a data de emissão das demonstrações financeiras o efeito na posição patrimonial e financeira da instituição era positivo considerando, em especial, as políticas de administração de risco relacionadas à utilização de instrumentos financeiros mencionadas na Nota 15.

Em reunião de 22 de janeiro de 1999 o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros aos acionistas da sociedade, a título de remuneração do capital próprio, à razão de R\$ 0,9344 por lote de mil ações ordinárias, R\$ 1,0278 por lote de mil ações preferenciais classe “A”, R\$ 0,9344 por lote de mil ações preferenciais classe “B” e R\$ 1,9510 por lote de mil Units, no valor total de R\$ 54.997. O pagamento dos referidos juros será efetuado a partir de 29 de janeiro de 1999, pelo valor líquido de R\$ 0,7942 por lote de mil ações ordinárias, R\$ 0,8736 por lote de mil ações preferenciais classe “A”, R\$ 0,7942 por lote de mil ações preferenciais classe “B”, e R\$ 1,6583 por lote de mil Units, já deduzido o imposto de renda na fonte, de 15%. O valor dos juros será imputado ao valor do dividendo obrigatório referente ao exercício de 1998, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e no parágrafo único do artigo 35 do estatuto social.

DATA BASE: 31/03/1999

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01475-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIBANCO HOLDINGS S.A.	3 - C.G.C. 00.022.034/0001-87	4 - NIRE 35300140443
---------------------------	--	----------------------------------	-------------------------

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA EUSÉBIO MATOSO, 891 - 22º ANDAR						2 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS	
3 - CEP 05423-901	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO						5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 816-8333	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX -	11 - DDD 011	12 - FAX 814-8977	13 - FAX -
14 - FAX -							
15 - E-MAIL -							

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (ENDEREÇO P/ CORRESPONDÊNCIA COM A COMPANHIA)

1 - NOME MAURO AGONILHA				2 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA EUSÉBIO MATOSO, 891 - 22º ANDAR			
3 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS			4 - CEP 05423-901	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 816-8333	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX -	12 - DDD 011	13 - FAX 814-8977	
14 - FAX -		15 - FAX -		16 - E-MAIL -			

01.04 - REFERÊNCIA DO ITR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/1999	31/12/1999	1	01/01/1999	31/03/1999	4	01/10/1998	31/12/1998

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (MIL)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/1999	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/1998	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/1998
DO CAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	26.757.592	26.757.592	26.757.592
2 - PREFERENCIAIS	31.716.377	31.716.377	31.716.377
3 - TOTAL	58.473.969	58.473.969	58.473.969
EM TESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	-	-	-
6 - TOTAL	-	-	-

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	2 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO NACIONAL HOLDING	4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1170000 - PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL HOLDINGS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6 - TIPO DE CONSOLIDADO NÃO APRESENTADO
7 - TIPO DE RELATÓRIO DOS AUDITORES SEM RESSALVA	

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CGC	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	---------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
01	RCA	22/01/1999	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	29/01/1999	ON	0,0009344000
02	RCA	22/01/1999	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	29/01/1999	PNA	0,0010278000
03	RCA	22/01/1999	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	29/01/1999	PNB	0,0009344000

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (REAIS MIL)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (REAIS MIL)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (MIL)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (REAIS)
----------	-----------------------	---	------------------------------------	-------------------------	--	--------------------------------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 07/05/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
1	Ativo Total	1.824.111	1.766.439
1.01	Ativo Circulante	133	55.035
1.01.01	Disponibilidades	48	1
1.01.04	Outros	85	55.034
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	6	8.255
1.01.04.02	Dividendos a Receber	-	46.779
1.01.04.03	Outros	79	-
1.03	Ativo Permanente	1.823.978	1.711.404
1.03.01	Investimentos	1.823.978	1.711.404
1.03.01.02	Participações em Controladas	1.823.978	1.711.404
1.03.01.02.01	Unibanco-União de Bancos Brasileiros S/A	1.823.978	1.711.404

2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
2	Passivo Total	1.824.111	1.766.439
2.01	Passivo Circulante	245	55.028
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	-	8.196
2.01.05	Dividendos a Pagar	-	46.801
2.01.08	Outros	245	31
2.01.08.01	Contas a Pagar	245	31
2.05	Patrimônio Líquido	1.823.866	1.711.411
2.05.01	Capital Social Realizado	946.213	946.213
2.05.02	Reservas de Capital	184.201	184.201
2.05.02.01	Reserva de Ágio na Subscrição	184.201	184.201
2.05.03	Reservas de Reavaliação	471	471
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	471	471
2.05.04	Reservas de Lucro	580.526	580.526
2.05.04.01	Legal	37.312	37.312
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	506.611	506.611
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos não Distribuídos	36.603	36.603
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	112.455	-

3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/01/1999</u> <u>31/03/1999</u>	<u>01/01/1998</u> <u>31/03/1999</u>	<u>01/01/1998</u> <u>31/03/1998</u>
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	119.470	119.470	53.559
3.06.02	Gerais e Administrativas	(106)	(106)	(82)
3.06.03	Financeiras	-	-	(17)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	-	-	(17)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	-	-	111
3.06.04.01	Amortização de Deságio	-	-	111
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(14)	(14)	(25)
3.06.05.01	Impostos e Taxas	(14)	(14)	(14)
3.06.05.02	Amortização de Ágio	-	-	(11)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	119.590	119.590	53.572
3.07	Resultado Operacional	119.470	119.470	53.559
3.08	Resultado não Operacional	-	-	3.648
3.08.01	Receitas	-	-	3.648
3.09	Resultado antes Tributação/ Participações	119.470	119.470	57.207
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	119.470	119.470	57.207
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	58.473.969	58.473.969	58.473.969
	Lucro por Ação	0,00204	0,00204	0,00098

4.1 – NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIBANCO HOLDINGS S.A. tem como objeto, a representação e a participação em outras sociedades.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As diretrizes contábeis adotadas pela empresa emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência;

(b) Ativo Circulante

Demonstrado aos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos;

(c) Permanente

Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, sendo a participação no investimento, ajustado em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil da sociedade investida pelo método da equivalência patrimonial;

(d) Passivo Circulante

Demonstrado aos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

3. INVESTIMENTOS

<u>Informações sobre o investimento</u>	<u>Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.</u>	
	<u>31/03/99</u>	<u>31/12/98</u>
Ações Possuídas (sem valor nominal)		
Ordinárias	47.735.405.717	47.735.405.717
Preferenciais	10.738.563.607	10.738.563.607
Participação Total	58,801%	58,801%
Patrimônio Líquido Ajustado - Milhares de reais	3.101.951	2.910.502
Capital Social - Milhares de reais	1.574.076	1.574.076
Lucro Líquido do Trimestre - Milhares de reais	202.720	142.152

- Na última negociação em Bolsa de Valores para a data-base de 31 de março de 1999 das ações do UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A., o valor médio foi:

ON - R\$ 28,00 p/lote de mil ações

PN - R\$ 30,00 p/lote de mil ações

4. EVENTOS SOCIETÁRIOS

Em 29/1/99 foram pagos juros sobre o capital próprio, aprovados em reunião de 22 de janeiro de 1999 pelo Conselho de Administração, no montante de R\$ 54.997 mil.

5.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

DESEMPENHO OPERACIONAL

Como a totalidade do patrimônio da empresa é representado pelo investimento no UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A., descrevemos a seguir informações relevantes sobre o desempenho do mesmo:

CENÁRIO ECONÔMICO

O primeiro trimestre de 1999 foi um período difícil para a economia brasileira, pois o governo decidiu substituir o regime de bandas por outro de flutuação livre em janeiro, após perda significativa de reservas internacionais. O nervosismo inicial foi característico de um processo de desvalorização descontrolada da moeda, como ocorreu no México e em algumas economias asiáticas. Em seu pior momento, em 3 de março, o real alcançou cotação de R\$ 2,16 por dólar, perdendo 44% do valor nominal. Mas, superando expectativas mais otimistas, o real sofreu forte valorização para fechar o trimestre cotado a R\$ 1,72 por dólar, devido à firmeza do governo no ajuste das contas públicas e na negociação política, aprovando medidas importantes no Congresso, ao novo acordo com o FMI, com a liberação da segunda tranche de US\$ 9,8 bilhões, e à definição da política econômica a ser adotada pela nova equipe do Banco Central. As medidas adotadas pelo BC para estimular a entrada de capitais (como a redução do IR e do

IOF) e o acesso ao mercado de capitais internacional foram importantes para a valorização do real. Além disso, os diversos índices de inflação mostraram crescimento muito abaixo do esperado, pois o IPC da Fipe e da FGV acumularam apenas 2,5% e 3,0%, respectivamente, no primeiro trimestre. A economia brasileira entrou em um círculo virtuoso, aumentando o otimismo em relação a uma recuperação da atividade econômica ao longo de 1999, favorecida por uma taxa de câmbio mais competitiva. Um marco importante nesse cenário foi a privatização da Comgás em meados de março por US\$ 990 milhões, com um ágio de 120%.

EVENTOS SOCIETÁRIOS

Em 30 de março de 1998, o Unibanco adquiriu 51% do capital votante do Banco Dibens S.A. (Dibens) pelo valor de R\$ 60.700, sujeito a acréscimo ou decréscimo com base no desempenho do Dibens nos exercícios sociais de 1998 a 2001. As participações societárias que o Dibens detinha no capital social da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e da Dibens S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram mantidas, passando essas empresas, a controladas indiretas do Unibanco.

LUCRO LÍQUIDO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO UNIBANCO

O lucro líquido do trimestre encerrado em 31 de março de 1999 atingiu R\$ 202,7 milhões, representando um incremento de 122,5% sobre igual período de 1998 e correspondendo a um lucro por lote de 1.000 ações de R\$ 2,05. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 29,9% e o retorno anualizado sobre o ativo médio foi de 2,4%. O patrimônio líquido atingiu R\$ 3.092 milhões e o valor patrimonial por lote de 1.000 ações foi de R\$ 31,19.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO CONGLOMERADO UNIBANCO

Encerramos o primeiro trimestre de 1999 com um resultado operacional de R\$ 322 milhões, 63,5% maior que o apresentado no primeiro trimestre de 1998. Este aumento decorreu de maiores receitas financeiras devido à alta dos juros, melhores resultados de tesouraria, redução de despesas e ganhos com a variação cambial sobre os investimentos no exterior.

O quadro a seguir demonstra a abertura da receita com tarifas e comissões no Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

Receita de prestação de serviços	R\$ milhões		
	1T99	1T98	Var. %
Outras tarifas e comissões, principalmente tarifas bancárias	171	151	13,2
Cartão de crédito	114	118	(3,4)
Administração de recursos de terceiros	76	62	22,6
Total receitas de prestação de serviços	361	331	9,1

A receita total de prestação de serviços no primeiro trimestre de 1999, no valor de R\$ 361 milhões, apresentou um crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita advinda da administração de fundos cresceu 22,6% quando comparada ao primeiro trimestre do ano anterior, devido principalmente, ao aumento de 20,7% no volume administrado nos últimos doze meses. As receitas com tarifas bancárias e cartão de crédito em conjunto, apresentaram um crescimento de 5,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao crescimento de volumes.

O quadro a seguir demonstra a abertura das despesas de pessoal e administrativas do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

Despesas de pessoal e administrativas	R\$ milhões				
	1T99	4T98	1T98	Var. % 1T99/4T98	Var. % 1T99/1T98
Despesas de pessoal (a)	254	294	275	(13,6)	(7,6)
Banco múltiplo	181	211	206	(14,2)	(12,1)
Subsidiárias/afiliadas	73	83	69	(12,0)	5,8
Despesas administrativas (b)	422	456	357	(7,5)	18,2
Banco múltiplo	287	293	244	(2,0)	17,6
Subsidiárias/afiliadas	135	163	113	(17,2)	19,5
Despesas totais (a+b)	676	750	632	(9,9)	7,0

As despesas administrativas e de pessoal, do consolidado, apresentaram uma redução de 9,9% em relação ao último trimestre de 1998. No Banco Múltiplo, a redução foi de 7,1% no mesmo período. Nas coligadas, cuja redução foi de 15,4% em relação ao último trimestre, os principais esforços de reduções aconteceram na Unibanco Seguros, Fininvest e Credicard a luz de seus próprios programas de contenção.



A tabela a seguir demonstra os principais índices de performance do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

Performance	1T99	1T98
Receita de prestação de serviços/ Desp. pessoal e administrativas	51,7%	52,3%
Índice de eficiência (1)	44,9%	55,8%
Margem financeira líquida (2)	12,4%	13,4%

(1) (Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas)/(Resultado da Intermediação Financeira - Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa + Receita de Prestação de Serviços + Resultado de Seguros, Capitalização e Previdência Privada + Despesas Tributárias + Outras Receitas Operacionais - Outras Despesas Operacionais).

(2) (Resultado da Intermediação Financeira - Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa)/(Ativo Médio Total - Ativo Permanente Médio)

O índice de eficiência foi de 44,9% no primeiro trimestre de 1999, substancialmente inferior ao do primeiro trimestre de 1998, que havia sido de 55,8%. Essa melhora se deve à combinação dos esforços de redução de despesas, aos impactos da alta de juros, aos maiores ganhos de tesouraria e os ganhos da variação cambial sobre os investimentos no exterior. Embora favorável, a natureza de alguns componentes deste índice não é recorrente.

DESTAQUES OPERACIONAIS DO CONGLOMERADO UNIBANCO

• "Projeto Ano 2000 e Único"

No constante esforço de redução de despesas e ganhos de produtividade, o Unibanco continuou a implantação desse projeto de geração de receitas de serviços adicionais e de revisão de fluxos e processos operacionais, visando a redução de despesas e ganhos de produtividade. O cronograma de implantação, iniciado em outubro de 1998, está sendo cumprido conforme o esperado, com conclusão prevista para setembro de 1999.

Os gastos totais revisados são de aproximadamente R\$ 295 milhões. Esse projeto permitirá ganhos de aumento de receita e de redução de despesas que, somados representam o equivalente à 10% do total das despesas do conglomerado.

Ao final de março de 1999, o grupo Unibanco contava com 19.308 funcionários comparado a 20.607 em dezembro de 1998.

• Bug do Milênio

O processo de adaptação dos sistemas do Unibanco ao ano 2000 foi completado ao custo de R\$ 36 milhões para o banco e R\$ 16,3 milhões para as suas subsidiárias, restando testes finais de contingência com orçamento total de R\$ 6,9 milhões para 1999.

O Unibanco participou em março de 1999, da primeira simulação integrada do bug do ano 2000, coordenado pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos). O teste envolveu 20 instituições que, juntas representam 81,4% dos ativos do sistema bancário, 81,3% dos cheques compensados e 82,8% dos negócios do mercado interbancário. Participaram ainda, o Banco Central, a Tecban, a Credicard, o Cetip (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados) e a câmara de compensação do Banco do Brasil. O teste teve o objetivo de testar a capacidade das instituições de realizarem operações entre si, envolvendo compensação de cheques, DOC, cobrança, compra e venda de títulos e câmbio, e operações com cartões de crédito. O resultado foi positivo e acima das expectativas.

• Banco de Varejo

O Banco 30 Horas encerrou o primeiro trimestre de 1999 com 616 salas de conveniência e auto-atendimento, atendeu 18,4 milhões de ligações através do Telefone 30 Horas e 3,5 milhões de acessos através do Home/Internet Banking.

O Unibanco intensificou a colocação, no primeiro trimestre de 1999, de produtos inéditos no mercado brasileiro, como o Dinheiro Extra para aposentados, o Investconta para pessoas físicas e o Consórcio 30 Horas Rodobens. Em meados de março de 1999 já estava disponível o Investconta também para pessoas jurídicas. O lançamento desses novos produtos reforça nossa tradicional postura de inovação no mercado brasileiro.

Durante o primeiro trimestre de 1999, o Unibanco continuou expandindo sua rede de atendimento, com a instalação de 13 novos postos (10 PAB's - Postos de Atendimento Bancário e 3 In-Store Branches), contando portanto, ao final do mês de março de 1999, com 644 agências, 362 PAB's e 18 In-Store Branches. O Unibanco já tem contratadas, a abertura de 44 novos PAB's. Dando continuidade ao projeto de In-Store Branches, programa inovador no mercado brasileiro, implementado no ano passado em parceria com as principais cadeias de supermercados, está prevista a inauguração de mais 15 lojas até o final deste ano.



O Banco 1 mantém sua absoluta liderança no serviço de atendimento remoto. O banco tem como desafio aumentar sua base de clientes com crescimento de rentabilidade, através de investimento em instrumentos de marketing database e modelos de propensão de compra.

- **Banco de Atacado**

O Unibanco encerrou o primeiro trimestre de 1999 como o primeiro banco privado brasileiro na área de câmbio, negociando US\$ 2,9 bilhões no período, e com uma carteira de financiamento de comércio exterior totalizando US\$ 2,3 bilhões. As operações de repasses de recursos do BNDES totalizaram R\$ 2,0 bilhões, representando um crescimento 10,7% nos últimos 3 meses. O Unibanco está prestando assessoria a 32 projetos de investimento, envolvendo aproximadamente R\$ 6,2 bilhões em financiamentos de longo prazo.

O Unibanco teve participação ativa no mercado de capitais de renda fixa, tendo registrado no primeiro trimestre de 1999 mais de R\$ 800 milhões em operações de commercial paper domésticos e internacionais, debêntures, empréstimos sindicalizados e outras para clientes principalmente dos setores de telecomunicações, energia, transportes e varejo. Destaca-se, em março de 1999, a colocação de R\$ 500 milhões de debêntures da Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, que recebeu classificação "brA" atribuída pela agência de rating Standard & Poors.

No segmento de renda variável, o Unibanco atuou nas bolsas de São Paulo e Rio de Janeiro para mais de 70 grandes clientes institucionais domésticos e internacionais, para os quais distribuiu pesquisa sobre 130 empresas brasileiras listadas.

O Unibanco completou também neste primeiro trimestre de 1999, a reestruturação da sua plataforma de negócios em Nova Iorque, com a transformação da agência bancária em escritório de representação/corretora (Unibanco Securities Inc.). Essa plataforma, similarmente à operação em Londres (UBB Capital Markets Ltd.), focará a distribuição de títulos e ativos brasileiros nos mercados primário e secundário e o desenvolvimento de negócios com empresas e bancos estrangeiros.

- **Seguros**

No primeiro trimestre de 1999, o Unibanco e a AIG consolidaram as atividades de 5 empresas do segmento saúde em uma, a Unibanco-AIG Health Care. A estratégia seguida significou a descontinuidade do segmento de saúde individual da Uniseg e o foco no segmento de saúde em grupo. Esse segmento tem como principais produtos: TPA (Third Party Administration, ou Seguro Administrado) e o seguro tradicional em grupo.

A partir de maio de 1999, a Unibanco Seguros e as empresas de seguros da AIG no Brasil passam a operar na mesma localização em São Paulo, aumentando assim, as sinergias operacionais de negócios dos dois grupos e facilitando o cumprimento da agressiva meta revisada para R\$ 30 milhões de redução de despesas já neste ano.

- **Administração de Recursos de Terceiros**

Os fundos mútuos sob gestão da UAM aumentaram de R\$ 6,1 bilhões para R\$ 7,1 bilhões nos primeiros três meses do ano. Este aumento representou um ganho de fatia de mercado de 4,19% para 4,35% no mesmo período.

Durante o primeiro trimestre de 1999, a UAM iniciou um processo de reestruturação do seu portfólio de fundos, visando uma oferta mais segmentada e a racionalização da sua prateleira de produtos. Neste sentido, a empresa lançou, no primeiro trimestre de 1999, uma família de fundos para os clientes do Private Banking com opções para o investidor conservador, moderado e arrojado.

- **Eventos Subseqüentes**

O Unibanco foi o líder do consórcio que assessorou o Governo do Estado na privatização da Comgás - Companhia de Gás de São Paulo, a maior distribuidora de gás canalizado do País. O leilão da companhia, realizado no dia 14 de abril de 1999 na Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, o governo vendeu 62,69% do capital total da Comgás por R\$ 896 milhões, representando um prêmio de 120%.

O Unibanco, através de sua agência em Grand Cayman, foi um dos primeiros emissores brasileiros a retornar ao mercado de capitais internacional. No dia 20 de abril de 1999, o banco lançou um Eurobond pelo prazo de um ano, no valor de US\$ 125 milhões. A emissão, liderada pelo Chase Manhattan International Ltd., pagou um cupom de 10,75% ao ano. A corretora do Unibanco em Londres, a UBB Capital Markets Ltd., foi co-lead manager da operação. No mesmo mês o Unibanco completou a renovação de um dos seus dois programas de U.S. Commercial Papers, pelo prazo de um ano, também no valor de US\$ 125 milhões, dos quais US\$ 85 milhões serão destinados ao financiamento de operações de comércio exterior.

9.1 – PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

Item	Razão Social da Controlada / Coligada / CNPJ	Classificação	% Participação no Capital da Investida	% Patrimônio Líquido da Investidora	Tipo de Empresa	Nº de Ações Detidas no Trimestre Atual (Mil)	Nº de Ações Detidas no Trimestre Anterior (Mil)
01	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. 33.700.394/0001-40	Aberta Controlada	58,80	100,00	Instituição Financeira	58.473.969	58.473.969

17.1 – RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL – SEM RESSALVA

07 de maio de 1999

Aos Administradores e Acionistas

Unibanco Holdings S.A.

1. Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Unibanco Holdings S.A., referentes aos trimestres findos em 31 de março de 1999 e de 1998, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia.
2. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da companhia.
3. Baseados em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
4. As Informações Trimestrais - ITR contêm também, informações contábeis relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 1998. Examinamos essas informações por ocasião de sua preparação, em conexão com o exame das demonstrações financeiras nessa data, sobre as quais emitimos nosso correspondente parecer, sem ressalvas, em 5 de fevereiro de 1999.

PriceWaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Baldin
Sócio
Contador CRC 1SP110374/O-0

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01475-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UNIBANCO HOLDINGS S.A.	3 - C.G.C. 00.022.034/0001-87	4 - NIRE 35300140443
---------------------------	--	----------------------------------	-------------------------

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA EUSÉBIO MATOSO, 891 - 22º ANDAR							2 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS	
3 - CEP 05423-901	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO						5 - UF SP	
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 816-8333	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX -	11 - DDD 011	12 - FAX 814-8977	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL -								

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (ENDEREÇO P/ CORRESPONDÊNCIA COM A COMPANHIA)

1 - NOME MAURO AGONILHA				2 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA EUSÉBIO MATOSO, 891 - 22º ANDAR			
3 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS			4 - CEP 05423-901	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 816-8333	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX -	12 - DDD 011	13 - FAX 814-8977	
14 - FAX -	15 - FAX -	16 - E-MAIL -					

01.04 - REFERÊNCIA DO ITR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/1999	31/12/1999	2	01/04/1999	30/06/1999	1	01/01/1999	31/03/1999

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (MIL)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/1999	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/1999	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/1998
DO CAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	26.757.592	26.757.592	26.757.592
2 - PREFERENCIAIS	31.716.377	31.716.377	31.716.377
3 - TOTAL	58.473.969	58.473.969	58.473.969
EM TESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	-	-	-
6 - TOTAL	-	-	-

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	2 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO NACIONAL HOLDING	4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1170000 - PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL HOLDINGS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6 - TIPO DE CONSOLIDADO NÃO APRESENTADO
7 - TIPO DE RELATÓRIO DOS AUDITORES SEM RESSALVA	

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CGC	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	---------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
01	RCA	22/07/1999	Dividendo	30/07/1999	ON	0,0009873000
02	RCA	22/07/1999	Dividendo	30/07/1999	PNA	0,0010860000
03	RCA	22/07/1999	Dividendo	30/07/1999	PNB	0,0009873000

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (REAIS MIL)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (REAIS MIL)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (MIL)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (REAIS)
----------	-----------------------	---	------------------------------------	-------------------------	--	--------------------------------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 30/07/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
1	Ativo Total	1.883.886	1.824.111
1.01	Ativo Circulante	58.387	133
1.01.01	Disponibilidades	18	48
1.01.04	Outros	58.369	85
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	6	6
1.01.04.02	Dividendos a Receber	58.363	-
1.01.04.03	Outros	-	79
1.03	Ativo Permanente	1.825.499	1.823.978
1.03.01	Investimentos	1.825.499	1.823.978
1.03.01.02	Participações em Controladas	1.825.499	1.823.978
1.03.01.02.01	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	1.825.499	1.823.978

2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
2	Passivo Total	1.883.886	1.824.111
2.01	Passivo Circulante	58.266	245
2.01.05	Dividendos a Pagar	58.111	-
2.01.08	Outros	155	245
2.01.08.01	Contas a Pagar	155	245
2.05	Patrimônio Líquido	1.825.620	1.823.866
2.05.01	Capital Social Realizado	946.213	946.213
2.05.02	Reservas de Capital	184.201	184.201
2.05.02.01	Reserva de Ágio na Subscrição	184.201	184.201
2.05.03	Reservas de Reavaliação	791	471
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	791	471
2.05.04	Reservas de Lucro	580.526	580.526
2.05.04.01	Legal	37.312	37.312
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	506.611	506.611
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos não Distribuídos	36.603	36.603
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	113.889	112.455

3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	<u>01/04/1999</u> <u>a 30/06/1999</u>	<u>01/01/1999</u> <u>a 30/06/1999</u>	<u>01/04/1998</u> <u>a 30/06/1998</u>	<u>01/01/1998</u> <u>a 30/06/1998</u>
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	59.546	179.016	89.994	143.553
3.06.02	Gerais e Administrativas	(20)	(126)	(18)	(100)
3.06.03	Financeiras	2	2	-	(17)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	3	3	-	-
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1)	(1)	-	(17)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	-	-	-	111
3.06.04.01	Amortização de Deságio	-	-	-	111
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	-	(14)	-	(25)
3.06.05.01	Impostos e Taxas	-	(14)	-	(14)
3.06.05.02	Amortização de Ágio	-	-	-	(11)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	59.564	179.154	90.012	143.584
3.07	Resultado Operacional	59.546	179.016	89.994	143.553
3.08	Resultado não Operacional	-	-	-	3.648
3.08.01	Receitas	-	-	-	3.648
3.09	Resultado Antes Tributação/ Participações	59.546	179.016	89.994	147.201
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	59.546	179.016	89.994	147.201
	Número de Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	58.473.969	58.473.969	58.473.969	58.473.969
	Lucro por Ação	0,00102	0,00306	0,00154	0,00252



4.1 – NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIBANCO HOLDINGS S.A. tem como objeto, a representação e a participação em outras sociedades.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As diretrizes contábeis adotadas pela empresa emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência;

(b) Ativo Circulante

Demonstrado aos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos;

(c) Permanente

Demonstrado ao custo, corrigido até 31 de dezembro de 1995, sendo a participação no investimento, ajustado em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil da sociedade investida pelo método da equivalência patrimonial;

(d) Passivo Circulante

Demonstrado aos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

3. INVESTIMENTO

Informações sobre o investimento	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	
	30/06/99	31/03/99
Ações Possuídas (sem valor nominal)		
Ordinárias	47.735.405.717	47.735.405.717
Preferenciais	10.738.563.607	10.738.563.607
Participação Total	58,993%	58,801%
Patrimônio Líquido - Milhares de reais	3.094.433	3.101.951
Capital Social - Milhares de reais	1.574.076	1.574.076
Lucro Líquido do Trimestre - Milhares de reais	104.023	202.720

- Na última negociação em Bolsa de Valores para a data-base de 30 de junho de 1999 das ações do UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A., o valor médio foi:

ON - R\$ 44,99 p/lote de mil ações

PN - R\$ 30,00 p/lote de mil ações

4. EVENTOS SUBSEQÜENTES

A partir de 30 de julho de 1999 serão pagos dividendos, aprovados em reunião de 22 de julho de 1999, pelo Conselho de Administração, a título de antecipação do dividendo obrigatório referente ao exercício de 1999, no montante de R\$ 58.111 mil.

Em Reunião de 23 de julho de 1999 o Conselho de Administração da Unibanco Holdings S.A. e do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., aprovaram o aumento de seus respectivos capitais sociais, através de oferta pública no Brasil, de ações ordinárias e preferenciais. A oferta pública de ações se dará parte através de regime de garantia firme de colocação e parte através de regime de melhores esforços.

Se o aumento do capital for totalmente subscrito, serão emitidas 17.652.000.000 ações da Unibanco Holdings S.A., sendo 9.167.000.000 ações ordinárias e 8.485.000.000 ações preferenciais classe “B” e 28.637.000.000 ações do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., sendo 20.152.000.000 ações ordinárias e 8.485.000.000 ações preferenciais. A oferta pública está sujeita a aprovação da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil.

5.1 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

DESEMPENHO OPERACIONAL

Como a totalidade do patrimônio da empresa é representado pelo investimento no Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., descrevemos a seguir informações relevantes sobre o desempenho do mesmo:

CENÁRIO ECONÔMICO

Iniciamos o primeiro semestre deste ano com um ambiente econômico ainda marcado pelos efeitos da crise russa no mercado global. A crise se intensificou e provocou uma ruptura da política cambial brasileira, que vinha sendo mantida inalterada nos últimos quatro anos. Como consequência, em um primeiro momento, proliferaram estimativas pessimistas quanto ao comportamento futuro da inflação e do Produto Interno Bruto. Pouco a pouco, porém, as estimativas foram se tornando mais otimistas, embora o nível de atividade econômica tenha se mantido desacelerado durante todo o primeiro semestre.

LUCRO LÍQUIDO, DIVIDENDOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO UNIBANCO

O lucro líquido do primeiro semestre de 1999 atingiu R\$ 307 milhões, representando um incremento de 24,5% sobre igual período de 1998 e correspondendo a um lucro por lote de 1.000 ações de R\$ 3,09. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 21,5% e o retorno sobre o ativo médio foi de 1,8%. O patrimônio líquido atingiu R\$ 3.094 milhões e o valor patrimonial por lote de 1.000 ações foi de R\$ 31,22. O lucro líquido do segundo trimestre de 1999 atingiu R\$ 104 milhões.

O dividendo intermediário de R\$ 102 milhões divulgado em 14 de julho de 1999 e pago a partir de 30 de julho de 1999, correspondeu a R\$ 0,9801 por lote de 1.000 ações ordinárias, R\$ 1,0781 por lote de 1.000 ações preferenciais, R\$ 2,0654 por lote de 1.000 Units e R\$ 1,0327 por GDS (Global Depositary Share).

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO CONGLOMERADO UNIBANCO

Neste segundo trimestre de 1999, uma firme condução da política monetária reduziu os juros à metade dos anteriormente praticados com certa estabilidade cambial. Neste contexto, o rigor e conservadorismo na concessão do crédito e a prudência nas posições de tesouraria produziram um resultado antes da tributação e participações de R\$ 493 milhões, que, comparado ao do mesmo período do ano anterior, mostrou um crescimento de 21,1%. Este aumento decorreu de maiores receitas financeiras devido a alta dos juros, melhores resultados de tesouraria e ganhos com a variação cambial sobre os investimentos no exterior, principalmente no primeiro trimestre de 1999, maiores receitas de serviços e o melhor desempenho da nossa afiliada Credicard.

O quadro a seguir demonstra a abertura da receita com tarifas e comissões no Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

	R\$ milhões				
<u>Receita de prestação de serviços</u>	<u>2T99</u>	<u>1T99</u>	<u>2T98</u>	<u>1S99</u>	<u>1S98</u>
Outras tarifas e comissões, principalmente tarifas bancárias	174	171	154	345	305
Cartão de crédito	115	114	108	229	226
Administração de recursos de terceiros	72	76	52	148	114
Total receitas de prestação de serviços	361	361	314	722	645

A receita total de prestação de serviços no primeiro semestre de 1999, no valor de R\$ 722 milhões, apresentou um crescimento de 11,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita advinda da administração de fundos cresceu 29,8%, quando comparada ao primeiro semestre do ano anterior, devido principalmente, ao aumento de 31,6% no volume administrado nos últimos doze meses. As receitas com tarifas bancárias apresentaram um crescimento de 13,1% em relação ao primeiro semestre de 1998, também devido ao crescimento de volumes.

O quadro a seguir demonstra a abertura das despesas de pessoal e administrativas do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

	R\$ milhões				
<u>Despesas de pessoal e administrativas</u>	<u>2T99</u>	<u>1T99</u>	<u>2T98</u>	<u>1S99</u>	<u>1S98</u>
Despesas de pessoal (a)	264	254	289	518	564
Banco múltiplo	190	181	209	371	415
Subsidiárias/afiliadas	74	73	80	147	149
Despesas administrativas (b)	387	422	401	809	758
Banco múltiplo	247	287	265	534	509
Subsidiárias/afiliadas	140	135	136	275	249
Despesas totais (a+b)	651	676	690	1.327	1.322

O nosso principal esforço de redução de custos, o Projeto *Ano 2000 e Único*, baseado na ampla revisão de nossos processos, apresentou neste primeiro semestre, resultados extremamente significativos. Mesmo diante de um ambiente adverso, quando os custos de alguns importantes fatores de produção foram afetados pela desvalorização cambial e a ligeira retomada da inflação, o banco múltiplo, principal foco de atuação do projeto, reduziu suas despesas quando comparadas ao segundo semestre de 1998 em 4,7% (1S1999: R\$ 905 milhões; 2S1998: R\$ 975 milhões), enquanto as despesas consolidadas do grupo Unibanco caíram em 8,2% (1S1999: R\$ 1.327 milhões; 2S1998: R\$ 1.445 milhões).

A tabela a seguir demonstra os principais índices de performance do Unibanco consolidado, nos períodos indicados:

Performance	2T99	1T99	2T98	1S99	1S98
Receita prestação de serv./ Desp. pessoal e administ.	55,5%	53,4%	48,8%	54,4%	48,6%
Índice de eficiência (1) (2)	58,4%	44,9%	66,4%	50,7%	61,0%
Margem financeira líquida (3)	9,9%	12,4%	11,1%	10,7%	12,6%

(1) (Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas)/(Resultado da Intermediação Financeira + Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa + Receita de Prestação de Serviços + Resultado de Seguros, Capitalização e Previdência Privada - Despesas Tributárias + Outras Receitas Operacionais - Outras Despesas Operacionais).

(2) Estes índices referentes ao ano de 1999 foram fortemente impactados pelos ganhos e provisões extraordinários.

(3) (Resultado da Intermediação Financeira + Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa)/(Ativo Médio Total - Ativo Permanente Médio).

O índice de eficiência foi de 50,7% no primeiro semestre de 1999, melhor que o do primeiro semestre de 1998, que havia sido de 61,0%. Esta melhora se deve à combinação dos esforços de redução de despesas, com os impactos da alta de juros, maiores ganhos de tesouraria e ganhos da variação cambial sobre os investimentos no exterior. Embora favorável, a natureza de alguns componentes deste índice não é recorrente.

DESTAQUES OPERACIONAIS DO CONGLOMERADO UNIBANCO

• “Projeto Ano 2000 e Único”

Os gastos totais revisados são de aproximadamente R\$ 295 milhões e a conclusão do projeto está prevista para o final deste ano. Este projeto permitirá ganhos de aumento de receita e de redução de despesas que, somados representam o equivalente a 10% do total das despesas do conglomerado, mesmo depois do impacto da desvalorização cambial sobre a nossa estrutura de custos.

Ao final de junho de 1999, o grupo Unibanco contava com 19.808 funcionários comparado a 20.695 ao final de março de 1999. (Nestes números estão considerados também estagiários e funcionárias em licença-maternidade).

• Bug do Milênio e Controles Internos

Em março de 1999, o Unibanco participou da primeira simulação integrada do Bug do Ano 2000, coordenada pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e cujo resultado foi positivo e acima das expectativas. Este teste com as demais instituições será repetido durante o segundo semestre de 1999, conforme planejado pela Febraban. O processo de adaptação dos sistemas do Unibanco ao ano 2000 foi completado ao custo aproximado de R\$ 60 milhões. Esses custos incluem honorários de consultores externos, despesas com correções e testes e troca de equipamentos não compatíveis. Não obstante estarmos com todas as adaptações e testes efetuados, foram desenvolvidos processos que venham a assegurar a continuidade do funcionamento (contingência) dos principais negócios do banco. Estes processos serão concluídos e simulados durante o segundo semestre de 1999.

Com relação às determinações baixadas pela Resolução 2.554 do Banco Central, o Unibanco está cumprindo rigorosamente todos os prazos determinados e as novas exigências de formalização para reavaliação e mapeamento dos controles internos.

• Investimentos

No primeiro semestre de 1999 o Unibanco realizou investimentos no total de R\$ 79,8 milhões dos quais 36% foram gastos, visando a melhoria de qualidade dos produtos e serviços, 37% visando reengenharia de processos e o restante em negócios. Os principais projetos foram: Projeto Ano 2000 e Único, Bug do Milênio, Projeto Fila Zero, melhoria nos sistemas de comunicação eletrônica das agências e intranet corporativa.

• Banco de Varejo

Durante o primeiro semestre de 1999, o Unibanco continuou expandindo sua rede de atendimento, com a instalação de 29 novas unidades (26 PAB's - Postos de Atendimento Bancário e 3 In-Store Branches), encerrando o período com 641 agências, 363 PAB's e 18 In-Store Branches (lojas do banco dentro de supermercados). A abertura de novos 45 PAB's e mais 15 In-Store Branches já está contratada para o segundo semestre de 1999. Aproximadamente 150 mil novos clientes foram conquistados, totalizando 3,7 milhões de clientes ao final de junho de 1999.

No primeiro semestre de 1999 o volume de ligações pelo Telefone 30 Horas foi de 35,9 milhões e o de acessos via Micro e Internet 30 Horas foi de 7,2 milhões. Em junho de 1999, o Telefone 30 Horas atendeu 99,5% das ligações em até 20 segundos (98,6% em dezembro de 1998) e os acessos completados via Internet atingiram 99,5% (98,2% em dezembro de 1998).

Neste ano, o Unibanco consolidou seu posicionamento mercadológico diferenciado dos demais grandes bancos: a abordagem segmentada. A segmentação levou cerca de 20 meses para ser implementada e exigiu a reclassificação de toda a base de correntistas, mudança do lay-out das agências, treinamento das equipes de atendimento e criação de uma gama de produtos, variada o suficiente para atrair do correntista mais abonado ao aposentado. O Unibanco reforçou essa ação com uma ampla campanha publicitária, lançada em abril de 1999, para mostrar seu novo posicionamento no mercado e a nova estratégia de abordagem segmentada. A um custo total de R\$ 40 milhões, a campanha deve se estender até o final deste ano.

- **Banco de Atacado**

Nos doze meses completados em março de 1999, o Unibanco foi o líder em emissões de debêntures e o segundo em emissão de notas promissórias, totalizando respectivamente R\$ 1,5 bilhão e R\$ 419 milhões em operações, de acordo com o ranking da Anbid - Associação Nacional de Bancos de Investimento. Destaca-se a emissão de R\$ 413 milhões da Sabesp, a maior operação de debêntures realizada no mercado, no semestre.

No segmento de financiamento a projetos, o Unibanco encerrou o semestre com um total de R\$ 2,2 bilhões em repasses do BNDES, ocupando o segundo lugar no ranking do mercado. O Unibanco está atuando fortemente no setor de infra-estrutura (concessões, privatizações e novos investimentos) e está prestando assessoria a 35 projetos de investimento, envolvendo aproximadamente R\$ 8,7 bilhões em financiamentos de longo prazo.

Entre o primeiro e o segundo trimestre de 1999, o volume da Corretora cresceu 195%, subindo de R\$ 518 milhões para R\$ 1,5 bilhão, enquanto que o volume das Bolsas cresceu 47,3% no mesmo período.

Em fusões e aquisições, o Unibanco assessorou a venda da rede de supermercados Peralta para a Cia. Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar) e a aquisição dos pontos comerciais da operação de varejo da Três Poderes S/A Supermercados, pela Casas Sendas. Em privatizações, foi o líder do consórcio que assessorou o governo do Estado de São Paulo na venda do controle da Comgás, adquirida pelo consórcio formado pela British Gas e Shell, pelo valor de R\$ 1,65 bilhão, com ágio de 119,3%, o maior sobrepreço da história das privatizações do governo paulista.

Nas atividades de serviços e Cash Management, foi registrado um incremento de 19% no volume financeiro e de 6% no volume físico de documentos processados, em relação ao mesmo período do exercício anterior. Em relação aos índices de qualidade do Cash Management, 99,99% dos acessos foram completados dentro dos padrões e 100% dos acessos para a cobrança foram completados via Micro 30 Horas.

- **Seguros**

Em maio de 1999 a Unibanco Seguros lançou o Seguro Extra, que pode ter dois tipos de planos contratados - Plano Vida ou Acidentes Pessoais - e que, além do benefício do seguro, o segurado concorre semanalmente a prêmios. Além do lançamento do Seguro Extra, houve a consolidação dos produtos da família, de acidentes pessoais lançados no final de 1998, tais como o Renda Protegida e o Seguro Mulher.

A Unibanco-AIG Seguros e Previdência começou a veicular, em julho de 1999, a campanha publicitária de lançamento dos novos planos de previdência Prever, destinados a atender às necessidades dos clientes de acordo com seus diferentes perfis. Dos novos produtos, já estão disponíveis na rede de agências o Prever Kids, cuja campanha reforça o conceito de que nunca é cedo demais para pensar em previdência, Prever Sob Medida, Prever Profissional e Prever Salário.

- **Administração de Recursos de Terceiros**

Os fundos mútuos sob gestão da UAM aumentaram de R\$ 6,0 bilhões para R\$ 7,9 bilhões nos primeiros seis meses de 1999. Este aumento representou um ganho de fatia de mercado de 4,19% para 4,50% no mesmo período.

A UAM manteve a liderança no segmento de fundos de pensão privados, com R\$ 3,6 bilhões sob gestão e 15,6% de participação de mercado ao final de maio de 1999, de acordo com a Anbid. As terceirizações dos fundos de pensão de empresas estatais privatizadas deverão ser o principal foco de expansão do negócio nos próximos períodos.

• Relações com Investidores

Dentro da política do Unibanco de disponibilizar informações claras e transparentes ao mercado sobre as suas atividades e performance, a nossa área de Relações com Investidores participou de 104 reuniões com investidores institucionais e analistas de mercado no primeiro semestre de 1999. Estimamos que, entre visitas à nossa sede em São Paulo e apresentações externas, atendemos a um público de 460 investidores e analistas.

Eventos Subseqüentes

Em 23 de julho de 1999 os Conselhos de Administração do Unibanco e da Unibanco Holdings aprovaram o aumento de seus respectivos capitais sociais através de oferta pública no Brasil de ações ordinárias e preferenciais. A oferta, a ser registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), se dará parte através de regime de garantia firme de colocação e parte através de regime de melhores esforços. Se o aumento de capital for totalmente subscrito, serão emitidos 28.637.000 lotes de mil ações do Unibanco e 17.652.000 lotes de mil ações da Unibanco Holdings, representando um aumento de até 28,8% e 30,2%, respectivamente, no total das ações das empresas. Os recursos provenientes deste aumento de capital destinam-se ao financiamento de qualquer possível participação que o Unibanco possa ter nas futuras privatizações de instituições financeiras, outras possíveis aquisições dentro do setor financeiro e propósitos corporativos em geral.

Em 14 de julho de 1999 o Unibanco, por meio de sua agência em Grand Cayman, lançou novo programa de US Commercial Paper, pelo prazo de um ano, estruturado pelo Bank of America. Apesar da forte demanda por parte dos investidores, o Unibanco decidiu limitar o valor do programa a US\$ 100 milhões. Destes recursos, 80% será destinado ao financiamento de operações de comércio exterior e 20% terá livre utilização.

Em 19 de julho de 1999 o Unibanco, por meio de sua agência em Grand Cayman, lançou novo Eurobond no montante de US\$ 100 milhões, pelo prazo de dois anos. A emissão, liderada pelo WestLB, pagou um cupom de 10% ao ano. A corretora do Unibanco em Londres, UBB Capital Markets Ltd. foi o *co-lead manager* dessa operação, cujos recursos serão utilizados para financiar operações de clientes no Brasil e no exterior.

9.1 – PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

Item	Razão Social da Controlada / Coligada / CNPJ	Classificação	% Participação no Capital da Investida	% Patrimônio Líquido da Investidora	Tipo de Empresa	Nº de Ações Detidas no Trimestre Atual (Mil)	Nº de Ações Detidas no Trimestre Anterior (Mil)
01	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. 33.700.394/0001-40	Aberta Controlada	58,99	100,00	Instituição Financeira	58.473.969	58.473.969

17.1 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

30 de julho de 1999

Aos Administradores e Acionistas

Unibanco Holdings S.A.

1. Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Unibanco Holdings S.A., referentes aos trimestres e períodos findos em 30 de junho e 31 de março de 1999 e 30 de junho de 1998, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia.
2. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da companhia.
3. Baseados em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
4. As revisões referentes aos trimestres e períodos findos em 30 de junho de 1999 e de 1998 foram efetuadas em conjunto com o exame das demonstrações financeiras da Unibanco Holdings S.A. nessas datas, sobre as quais emitimos nossos correspondentes pareceres, sem ressalvas, em 30 de julho de 1999 e 3 de agosto de 1998, respectivamente.

PRICEWATERHOUSECOOPERS
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Baldin
Sócio
Contador CRC 1SP110374/O-0